

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALINE TEDESCHI DA CUNHA

**PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA CHINA, SUA LÓGICA DUAL E
SEUS *FRAMES*: ABORDAGEM INTERATIVA SOBRE O PAPEL
INTERNACIONAL CHINÊS**

**Marília – SP
2018**

C972p

Cunha, Aline Tedeschi da
PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA CHINA, SUA
LÓGICA DUAL E SEUS FRAMES : ABORDAGEM
INTERATIVA SOBRE O PAPEL INTERNACIONAL
CHINÊS / Aline Tedeschi da Cunha. -- Marília, 2018
465 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcos Cordeiro Pires

1. Política Externa Chinesa. 2. Relações Internacionais. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ALINE TEDESCHI DA CUNHA

**PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA CHINA, SUA LÓGICA DUAL E
SEUS *FRAMES*: ABORDAGEM INTERATIVA SOBRE O PAPEL
INTERNACIONAL CHINÊS**

Tese apresentada à banca examinadora da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista para Defesa de Tese para obtenção do título de Doutorado em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento.
Orientador: Marcos Cordeiro Pires

**São Paulo –SP
2018**

ALINE TEDESCHI DA CUNHA

PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA CHINA, SUA LÓGICA DUAL E SEUS *FRAMES*: ABORDAGEM INTERATIVA SOBRE O PAPEL INTERNACIONAL CHINÊS

Tese apresentada à banca examinadora da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista para Defesa Geral para obtenção do título de Doutorado em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Orientador: _____
Dr. Marcos Cordeiro Pires
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP

2º Examinador: _____
Dr. Ana Célia Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

3º Examinador: _____
Dr. Ana Tereza Lopes Marra de Souza
Universidade Federal do ABC - UFABC

4º Examinador: _____
Dr. Hermes Moreira Júnior
Universidade Federal da Grande Dourados

5º Examinador: _____
Dr. Tullo Vigevani
Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

Aos meus pais, energias sublimes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho. Em especial, agradeço:

À Faculdade de Filosofia e Ciências FFC/UNESP, pelo apoio institucional e formação acadêmica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro como Bolsa de Mestrado, Processo 2013/06025-5 (intitulado “BAXI-ZHONG GUO GUANXI: O Processo de Construção da Parceria Estratégica Brasil-China 1993-2012”) durante o período de 01/07/2013 a 30/09/2015.

À Universidade de Hubei, também pelo apoio institucional e pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional.

Ao Professor Doutor Marcos Cordeiro Pires, por quem tenho grande admiração e carinho, por ter aceitado ser o professor orientador deste projeto, pela atenção dedicada em guiar meus estudos e repassar conhecimentos, e, acima de tudo, por acreditar em nosso potencial.

Aos Professores Doutores Ana Célia Castro, Ana Tereza Lopes Marra de Souza, Hermes Moreira Júnior, e Tullo Vigevani pela disposição em participar da banca avaliadora deste trabalho e pela contribuição com valiosos apontamentos para a realização deste.

Ao Grupo de Estudos BRICS, por ter instigado em meu processo de estudos a ânsia pelo conhecimento do tema tratado no presente trabalho e por promover profícuas discussões sobre diversos textos, cujo resultado foi a agregação de material e conhecimento aos meus estudos.

Ao Instituto Confúcio no Brasil, por ter me proporcionado, além das bem-humoradas e dinâmicas aulas de mandarim, uma viagem de estudos incrível à China, na qual pude aprender muito da formidável cultura deste país e interessar-me pelo aprofundamento de estudos na área.

Aos meus queridos pais Alexandre Alves da Cunha e Edilene Emília Tedeschi da Cunha, para quem não tenho palavras que expressem meu amor, por todo

ensinamento de vida, apoio incondicional e carinho profundo. Sou infinitamente grata por serem estes o meu porto seguro, sempre.

À minha alma-gêmea Laís Tedeschi da Cunha, meu presente divino, a quem devo muito de meus sorrisos, minhas alegrias, com quem compartilho anseios e posso contar sempre. Obrigada por aquecer meu coração e me encher de orgulho, “mini-mim”.

À toda minha família, por serem a base mais sólida de minha formação enquanto ser humano. Agradeço pela compreensão, pelo afeto, por terem me dado forças e me incentivado em todos os momentos.

A cada um dos meus estimados amigos e alunos, pelo compartilhamento de idéias, experiências, pelo divertimento e descontração e, sobretudo, pelo apoio e incentivo aos meus projetos pessoais.

Trinta raios convergem para o meio de uma roda
Mas é o buraco em que vai entrar o eixo que a
torna útil.
Molda-se o barro para fazer um vaso;
É o espaço dentro dele que o torna útil.
Fazem-se portas e janelas para um quarto;
São os buracos que o tornam útil.
Por isso, a vantagem do que está lá
Assenta exclusivamente
na utilidade do que lá não está.

Lao Zi Dao De Jing

故 鑿 埏 三
有 戶 埴 十
之 牖 以 輻
以 為 以 為 共
為 室 器 一
利 當 當 穀
無 其 其 當
之 無 無 其
以 有 有 無
為 室 器 有
用 之 之 車
用 用 用 之
用 用 用 用

老子 道德經

The character, causes, and consequences of any phenomenon become radically different as changes are made in what is prominently displayed, what is repressed and especially in how observations are classified [...] [T]he social world is [...] a kaleidoscope of potential realities, any of which can be readily evoked by altering the ways in which observations are framed and categorized.

Gerald Edelman, *Contestable categories and public opinion*, 1993, p. 232

RESUMO

CUNHA, Aline Tedeschi da. Parcerias Estratégicas da China, sua Lógica Dual e seus Frames: Abordagem interativa sobre o papel internacional chinês. 2018. 465 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018.

Em seu processo de reinserção no cenário internacional, a China tem passado a assumir um *papel* internacional mais ativo. Através de um comportamento de poder, e com o fim de garantir os interesses centrais de contínuo desenvolvimento econômico e relativa estabilidade internacional, o Politburo chinês tomou como direcionamento de política externa a diplomacia multidimensional de parcerias estratégicas. Ela acopla em seu conteúdo elementos que servirão como *frames* no processo de socialização e interação no cenário internacional. O objetivo principal desta pesquisa é, através de uma abordagem teórica interativa e relacional, investigar em que medida esses *frames* guardam relação com o processo de concepção do papel internacional que a China pretende assumir a partir de seu comportamento de poder. Através da investigação e sistematização destas expectativas, dos elementos da auto-imagem identitária nacional chinesa, e da vinculação dos princípios e conceitos autóctones chineses a estas variáveis independentes, chega-se à conclusão de que a disposição dos *frames* da diplomacia de parcerias estratégicas apresenta uma lógica dual - assertiva e defensiva - que respondem num processo comunicativo a estas expectativas e elementos identitários.

Palavras-chave: Parcerias Estratégicas. Política Externa Chinesa. Papel Internacional.

ABSTRACT

In its reintegration process on the international scene, China has come to assume a more active international role. Through a behavior of power, and in order to ensure the central interests of continuous economic development and relative international stability, the Chinese Politburo has taken as foreign policy direction the multidimensional diplomacy of strategic partnerships. It engages in its content elements that will serve as frames in the process of socialization and interaction in the international scene. The main objective of this research is, through an interactive and relational theoretical approach, to investigate to what extent these frames are related to the process of conception of the international role that China intends to assume from its power behavior. Through the investigation and systematization of these expectations, the elements of Chinese national identity self-image, and the linkage of Chinese autochthonous principles and concepts to these independent variables, we conclude that the arrangement of the frames in the strategic partnership diplomacy presents a dual - assertive and defensive - logic that responds in a communicative process to these expectations and identity elements.

Keywords: Strategic Partnerships. Chinese Foreign Policy. International Role.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Taxa de Crescimento de Economias Centrais e Emergentes na Produção Mundial 1996-2016.....	176
Gráfico 2 - Participação de Economias Centrais e Emergentes na Produção Global 1980-2050 (%).....	177
Gráfico 3 - Porcentagens de população "urbana" na China 1958-2008 (%).....	185
Gráfico 4- Pessoas empregadas por setor industrial 1952-2012 (%).....	186
Gráfico 5- Evolução da renda per capita para residentes rurais e urbanos 1978-2013 (yuan - CNY).....	187
Gráfico 6- Produção, Importação e Consumo de Grão de Soja na China 1964-2011 (Milhões de toneladas).....	191
Gráfico 7- Importação líquida de Petróleo da China 1997-2013 (milhões de barris por dia)....	194
Gráfico 8- Participação das exportações de países selecionados nas exportações mundiais 1990-2013 (%).....	218
Gráfico 9- Produtos de baixo e alto valor agregado no total de exportações da China 2005-2013 (%).....	220
Gráfico 10- Participação de economias centrais e emergentes e em desenvolvimento no total de exportações da China 1995-2012 (%).....	222
Gráfico 11- Participação das importações de países selecionados nas importações mundiais 1990-2013 (%).....	225
Gráfico 12- Importação chinesa de commodities 1992-2013 (US\$).....	226
Gráfico 13- Distribuição setorial do IED chinês no exterior entre jan./2005 - jun./2014 (%)... 239	
Gráfico 14- Quantidade de Propostas submetidas por membros permanentes - por período (1971-2010).....	316
Gráfico 15- PIB da China (US\$ bilhões) 1990-2013.....	331
Gráfico 16- Número de Companhias Chinesas por Propriedade e Montante de Capital Registrado julho de 2013 (%).....	336
Gráfico 17 - Número de caracteres contidos nos relatórios dos Congressos Nacionais da China 1945-2017.....	379
Gráfico 18 - Ocorrência do termo "revolução" nos relatórios dos Congressos Nacionais do PCC 1977-2017.....	380

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Poder Nacional Abrangente dos cinco maiores países.....	132
Tabela 2 - Colocação National Strength Index (NSI) 2002-2007.....	133
Tabela 3 - Dez maiores potências em PNA 2006 - CASS.....	133
Tabela 4 - Cinco maiores potências em Poder Estatal Integrado.....	134
Tabela 5- Participação dos países permanentes do CSNU nas despesas militares mundiais 2008/2013 (US\$ bilhões e %)......	173
Tabela 6- Posição de Grandes e Médias Potências, segundo PIB a preço corrente 1989-2013.	178
Tabela 7- Composição da população chinesa por residência 1978-2013 (%).....	183
Tabela 8- Commodities mais importadas pela China em volume e valor e taxas de crescimento em 2013.....	196
Tabela 9- Países com mais rápido crescimento de importações provenientes da China 2009- 2013.....	223
Tabela 10- Natureza das Nações e Ordem Internacional de Xun Zi.....	298
Tabela 11 - Divisão de terminologia política pela China Media Project 2012.....	380
Tabela 12 - Disposição dual de Frames.....	420

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Elaboração do papel internacional da China e seus <i>frames</i> na diplomacia de parcerias estratégicas.....	44
Figura 1 - Meu sonho, sonho chinês.....	错误! 未定义书签。
Figura 2 - Apresentação musical com o tema "Sonho Chinês" ao fundo....	错误! 未定义书签。
Figura 3 - Cartaz de fundo do Festival de Primavera promovido pela CCTV - 2016.	错误! 未定义书签。
Figura 4 - Propaganda do Sonho Chinês na cidade de Xi'an.....	错误! 未定义书签。
Figura 5 - Cartoon sobre o "Sonho Chinês" de Shang Haichun.....	错误! 未定义书签。
Figura 6 - Exposição de um desenho sobre o slogan "O país é o lar, com um bom espírito"..	错误! 未定义书签。
Figura 7 - Número de caracteres contidos nos relatórios dos Congressos Nacionais da China 1945-2017.....	错误! 未定义书签。
Figura 8 - Ocorrência do termo "revolução" nos relatórios dos Congressos Nacionais do PCC 1977-2017.....	错误! 未定义书签。

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
I.....	PARTE UM
.....	55
1. Por uma abordagem teórica interativa, processual e relacional.....	55
1.1 Realismo ofensivo e realismo defensivo, poder e interesse e a teoria da “Ameaça Chinesa”.....	55
1.2 Liberal institucionalismo, interdependência complexa e imperativo econômico	67
1.3 Construtivismo e a importância da construção das ideias e das expectativas... 78	
1.4 A emergente disciplina de Relações Internacionais “com características chinesas”: interpretação analógica <i>géyì</i> e o <i>construtivismo processual</i>	82
1.5 Formulações axiológicas e a influência das ideias no comportamento.....	95
1.6 Teoria dos papéis e suas contribuições no processo interativo.....	100
2. (Variável independente 1) Reinserção chinesa no sistema internacional: moldando preferências através do <i>comportamento</i> de poder.....	113
2.1 Dimensões do poder: o poder como comportamento para alcançar resultados preferidos no século XXI.....	114
2.2 A deflação da credibilidade Norte-Americana e o impulso econômico do dissenso de Washington.....	151
3. Gerando resultados preferidos: o imperativo do desenvolvimento como pressão lateral.....	170
3.1 Prioridade e imperativo do desenvolvimento chinês.....	171
3.2 Elementos do comportamento de poder chinês.....	200
II.....	PARTE DOIS
.....	250
4. O processo e a construção do “eu” histórico chinês e o pensamento estratégico 250	
4.1 A era multiestatal chinesa: sistema <i>zhongguo</i> e a diferenciação entre “chinês” e “estrangeiro”.....	252
4.2 Estabelecimento de valores comuns e a restauração da “ordem”: gênese filosófica.....	260

4.2 O porquê de se falar em uma re-emergência chinesa.....	280
4.3 Revolução Industrial e a Grande Divergência.....	286
4.4 改革开放 Gǎigé kāifàng – Reforma e Abertura: entendendo o “socialismo com características chinesas”.....	290
4.5 Dialética chinesa complementar do “desenvolvimento pacífico” e do “mundo harmonioso”.....	293
4.6 Dialética co-teses basilar da atuação <i>free-rider</i> chinesa no sistema internacional.....	306
5..(Variável independente 2) Clarificando expectativas domésticas e a influência da auto-imagem identitária nacional.....	343
5.1 A influência da identidade na geração de expectativas internas com relação ao papel.....	351
5.2 Linguagem, construção de conceitos e definição política.....	369
5.3 <i>Frames</i> : retomada teórica.....	390
6.. (Variável dependente) Discussão da hipótese: Identificando os <i>frames</i> e sua interação com as expectativas direcionadas ao papel da China no cenário internacional.....	395
6.1 Metodologia de seleção e ênfase.....	396
6.2 <i>Frame 1</i> (lógica defensiva): China como possibilitadora do Novo Tipo de Relacionamento entre Grandes Potências.....	399
6.3 <i>Frame 2</i> (lógica assertiva): China como realizadora da Diplomacia para a Grande Periferia.....	412
6.4 Conclusão sobre a lógica dual dos frames, retomada de pressupostos e Tese....	420
CONCLUSÕES FINAIS.....	421
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	424
ANEXO I.....	460
ANEXO II.....	463
ANEXO III.....	464

INTRODUÇÃO

Para a elite e a opinião pública chinesas, a segunda década do século XXI oferece grandes oportunidades estratégicas. O documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023* já previa que “os próximos dez anos serão um período de oportunidades estratégicas para a China, e verá um novo aumento de sua posição e de seu papel internacionais.” (SIIS, 2013, p. i). Ainda em discurso em 23 de fevereiro de 2004, o então Presidente Hu Jintao não poderia ser mais claro em sua exposição:

Devemos ter uma perspectiva abrangente do mundo ao analisarmos as situações; devemos ver claramente os desafios que se nos colocam através da intensa competição internacional; devemos ver claramente as dificuldades e os riscos que se nos deparam no futuro; e devemos dominar com firmeza e aproveitar conscientemente este período de oportunidade estratégica.¹

Essas expectativas para o desenvolvimento obtiveram maior projeção na China no pós-1949, período ainda de políticas econômicas contraproducentes, isolamento intelectual, destruição do capital social interno, e uma política externa pouco amigável. Economicamente, Mao Zedong criou uma força de trabalho chinesa sem incentivos materiais ou promessa de realização individual ou familiar. De fato, essa turbulência interna se refletiu na sua própria definição de sua época como um período de “guerra e revolução”.

Junto com a sucessão de Mao Zedong para Deng Xiaoping em 1977-78 veio uma redefinição gradual de uma “era” considerada pelo governo chinês como de “paz e desenvolvimento”. A redefinição de Deng para o cenário internacional e suas políticas inovadoras no final de 1970 e início de 1980 gerou otimismo no exterior sobre as perspectivas para o crescimento sustentado da China, embora os acontecimentos trágicos referentes à Praça da Paz Celestial (*Tiān'ānmén* - 天安门广场) em junho de 1989 tenha alimentado um ceticismo ainda subjacente sobre o futuro do país. A maioria das projeções de crescimento e força nacional da China na primeira metade da década

¹ “Take a broad view of the world while analyzing the situation; see clear-headedly the serious challenges posed by the intensifying international competition; see clear-headedly the difficulties and risks in the road ahead; grasp firmly and conscientiously use well this period of important strategic opportunity” (tradução nossa). Fonte: XINHUA. Hu Jintao summarizes China's world view in political bureau study session. In: *Foreign Broadcast Information Service [FBIS] Daily Report*, FBIS-CHI-2004-0224, 24 fev. 2004. Disponível em: [<http://www.fas.org/press/index.html>]. Acesso em 24/02/2014.

de 1990 foi coberta por análises convincentes sobre como o futuro da República Popular da China (RPC) seria moldado por incertezas, sobretudo políticas.

Pela segunda metade da década de 1990, no entanto, o crescimento rápido e sustentado da China e as variações acumuladas das últimas duas décadas superaram todas as modestas e contidas expectativas, o que fez com que o resto do mundo se perguntasse o que um rápido aumento no poder abrangente (*comprehensive power*) chinês significava para as suas próprias projeções econômicas e sua segurança militar e quais as oportunidades e perigos incorporados nesse ínterim.

Além disso, o rápido e sustentado crescimento chinês naquele momento esteve em contraste com o mal-estar no Japão e no resto da Ásia, que patinavam num caminho para atravessar a crise financeira asiática e suas consequências no final dos anos 1990. Nesse sentido, a China tornou-se um motor do crescimento econômico global, ao lado dos Estados Unidos, enquanto outras economias passavam por retrações econômicas – inclusive o Brasil com sua crise da dívida externa.

Por sua vez, a China começou a agir de forma diferente. Deixou de ser um Estado que presava pelo isolacionismo e que evitou indícios mais profundos de um desejo de desempenhar qualquer papel de liderança na ordem internacional, e passou a figurar como um Estado mais autoconfiante. Esta nova – e mais confiante - China intencionava ser percebida como um poder global atuante e ativo, até mesmo através da promoção ocasional de ideias concebidas para exercer influência - o primeiro documento nesse sentido a ser publicado foi o "Novo Conceito de Segurança –新安泉厂 甸关 - *xīn ān quán guān diàn*"², em 2002. Em marcos simples, o termo “segurança” deixou de ser restrito apenas ao aspecto militar, e passou a abranger questões não militares, como economia, ideologia, meio ambiente, sociedade, e ciência e tecnologia.

A China deixou de ser uma nação extremamente pobre para uma nação que tirou 600 milhões de chineses da extrema pobreza. Também deixou de ser um Estado que resistia às implicações internas da globalização, e passou a adotá-las como direcionamento de sua própria reforma econômica e social, até mesmo sugerindo que outros países fizessem alterações semelhantes se houvesse intenção em receber investimentos chineses. Isso significa que o governo chinês passou a fazer as mesmas

² PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's Position Paper on the New Security Concept. *China Report* 31 jul.2002, Vol. 39, N° 128, 2002, pp. 1-5. Disponível em: [<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/gjs/gjzzyhy/2612/2614/t15319.htm>]. Acesso em 20/01/2017.

exigências relativas ao comércio e negócios (disciplina, transparência, estabilidade e previsibilidade) aos potenciais beneficiários de Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês que outros países haviam feito à RPC desde o alvorecer da era da Reforma e Abertura.

No novo milênio, Pequim tornou-se um promotor líder de zonas de livre comércio em todo o mundo e há razões para se acreditar na consideração da lógica e no desenvolvimento de opções rumo à associação institucionalizada da China no G-7/G-8, ainda que o governo da RPC insista no discurso de agenda terceiro-mundista. Nesse sentido, mudou sua linha de ação em tentar construir uma “Nações Unidas para o Terceiro Mundo” na década de 1960 – agindo como um *system-transforming* - parareconhecer a ONU como principal legitimador do uso de sanções econômicas e força no sistema internacional – agindo como *system-reforming* na década de 1980 e *system-maintaining* a partir da década de 1990 (KIM, 1992).

Simultaneamente, a China começou a abarcar ativamente suas forças armadas. Em 2002, o Exército de Libertação Popular (ELP - 中国人民解放军 - *zhōngguó rénmin jiěfàngjūn*) começou a envolver-se em medidas de confiança e exercícios conjuntos com outras nações – primeiro foi com o Quirquistão, depois com Inglaterra, França, Índia, Paquistão, Rússia, e Ásia Central, e mesmo com os Estados Unidos em 2006-2007.

No rescaldo do tsunami que atingiu grandes áreas do Sul e Sudeste da Ásia em dezembro de 2004, Pequim enviou um pequeno número de seus militares em missões humanitárias a algumas áreas afetadas, e contribuiu com US\$ 83 milhões – embora o montante pareça pequeno relativo às contribuições de Estados Unidos (US\$ 950 milhões) e Japão (US\$ 500 milhões). Hoje a China contribui com um contingente de 97.729 pessoas, entre tropas, policiais e *experts* militares, para operações da paz da ONU – é o 15º na colocação de principais países contribuintes³. No que diz respeito às iniciativas de não-proliferação, Beijing tornou-se mais ativa, nomeadamente na península coreana, por promover conversações multilaterais – o *Six Party Talks* - que buscavam desnuclearizar a Coréia do Norte e incentivando Pyongyang a avançar com as reformas econômicas e comerciais, como o governo da RPC mesmo havia realizado.

A história notável de crescimento da China e sua relativa posição fortalecida

³ UNITED NATIONS (UN). *UN Peacekeeping Troop and Police Contributors*, abr.2014. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml] Acesso em 02/05/2017.

como resultado da crise econômica mundial – foi afetada de maneira menos agressiva em comparação com Estados Unidos e países da Eurozona-, influencia sobremaneira a composição e funcionamento das instituições internacionais em que participa. Na esteira da crise econômica, as investidas da China para uma maior representação em instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornaram-se mais vocíferas, e outros países, incluindo países desenvolvidos ocidentais, já pareciam sinalizar uma maior receptividade a esta noção. De fato a China é hoje a principal parceira de negócios de muitas das mais influentes economias, tanto no mundo desenvolvido como no em desenvolvimento. Mas, apesar de sua notada abundância – mais de US\$ 3,53 trilhões em reservas de moeda estrangeira em 2015 – seu papel no mundo não pode ser visto exclusivamente pelo prisma da economia e das finanças. Afinal, sua campanha global traz consequências para toda uma realidade geopolítica.

A China demonstrou ativismo e assertividade cada vez maiores em organizações internacionais nos últimos anos. Essa crescente assertividade pode ser medida em vários níveis: na sua capacidade de moldar políticas e posições dentro das organizações, na sua capacidade de usar essas organizações como plataformas de projetar tanto seu *hard power* quanto seu *soft power*, e em sua capacidade de promover os interesses nacionais.

Na virada do milênio, a China começou a utilizar um vocabulário diferente em suas interações no sistema internacional, e procurou moldar os eventos internacionais, particularmente na sua região, mas também fora dela, em vez de assumir a sua mais tradicional postura reativa. O chanceler chinês Wang Yi afirmou, em visita ao Brasil em abril de 2014, que “o objetivo destas importantes inovações das teorias e práticas diplomáticas é [...] explorar um caminho diplomático de um grande país com característica chinesa⁴”. Sua crescente participação multidimensional no mundo é uma oportunidade impressionante, bem como um desafio, não apenas para ela, mas para todos os países. A ascensão da China ressalta o fato de que "desenvolvimento" não é uma condição permanente, mas sim, um processo de contínua adaptação às novas circunstâncias.

O estabelecimento das parcerias estratégicas pela República Popular da China (RPC) reflete seu próprio processo de crescimento econômico, adaptação ao sistema global e seus esforços no intento de moldá-lo a seu favor. O país tem assumido, a partir

⁴ NINIO, Marcelo. Pequim quer impulsionar parceria estratégica com o Brasil, diz chanceler chinês. *Folha de S. Paulo*, 24 de abril de 2014. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/04/1444480-pequim-quer-impulsionar-parceria-estrategica-com-o-brasil-diz-chanceler-chines.shtml>] Acesso em 29/04/2017.

da Reforma e Abertura em meados da década de 1970, um comportamento de poder – vis-à-vis a ter recursos de poder – mais eficiente e eficaz para perseguir seus resultados preferidos no sistema internacional, a saber: garantir o suprimento de matérias-primas para o contínuo crescimento econômico nacional, e conformar um sistema internacional estável e receptivo a este crescimento. De tal modo, na medida em que o papel internacional chinês assume cada vez mais preponderância e crescem as suspeitas e as indagações da comunidade internacional acerca deste fato, a esfera diplomática chinesa tem enfrentado uma miríade de desafios, que obrigam a formulação da política externa do país a ser, de uma só vez, criativa e proativa.

Com efeito, desde o estabelecimento da República Popular da China, o governo central chinês tem elaborado uma série de teorias e princípios a guiar a diplomacia do país, em sua maioria com o intuito de lidar com ameaças e desafios conjunturais. Se na década de 1970, ainda sob influência do período Mao Zedong (1949-1976), a retraída esfera diplomática chinesa tinha uma base estritamente direcionada ideologicamente, a partir da década de 1980 a diplomacia chinesa passou a ter um foco pragmático nas relações internacionais.

Em parte devido aos esforços por poder e conflito de interesses entre as alas conservadoras e progressistas dentro do próprio Partido Comunista Chinês (PCC) após a morte de Mao, em parte devido à melhora do relacionamento entre a China e os Estados Unidos e às performances inspiradoras dos países vizinhos a partir do “paradigma dos gansos voadores” (*flying geese paradigm*⁵), a política de reforma e abertura sob a liderança de Deng Xiaoping inaugurou no país o que foi chamado de “período transitivo” (WORLD BANK, 1996). Neste ínterim, a RPC passava por três esferas significativas de transição: a) de economia centralmente planejada para economia de mercado; b) de sociedade rural e agrária para uma urbana e industrial; e c) de nação excluída da OMC para nação incluída na OMC.

Em contraste com a abordagem de “terapia de choque” empreendida pela ex-União Soviética, que conseqüentemente a levou ao colapso político e a estagnação econômica, a China tem empreendido tal transição através de uma abordagem gradualista e sequencial, embora também tenha enfrentado uma variedade de desafios.

⁵ O paradigma dos gansos voadores refere-se à maneira como alguns países da região asiática seguiram um ao outro numa trajetória de desenvolvimento na qual os países retardatários replicavam a experiência econômica dos países que já teriam sido bem sucedidos, numa formação de gansos voadores. O crescimento econômico dos países, neste paradigma, era visto com um processo intimamente ligado à emergência, maturação, e declínio de setores particulares industriais.

Neste sentido gradual e de enfoque *learning by doing* é que foi elaborado o conceito de “economia socialista de mercado com característica chinesas”, que tinha por base uma estrutura econômica cada vez mais permissiva à influência das forças de mercado, mas que utilmente convivia com o sistema político autoritário do PCC.

Após o incidente da Praça da Paz Celestial (Tienanman Square), em 1989, a ala conservadora do PCC empregou fortes pressões para interromper as reformas lançadas por Deng. Entre 1989 e 1991, as reformas econômicas foram refreadas por estas tensões. Os anos seguintes foram direcionados por esforços no sentido da estabilização econômica e na própria aceleração no ritmo da implementação das reformas. No entanto, na esfera político-diplomática, a desintegração da URSS colocou a China, na perspectiva estadunidense, como a possível rival estratégica, esvaziando a aliança tática EUA-China.

A partir dos anos 1990, os Estados Unidos tinham a clara aceção da China como seu competidor estratégico e tinham sérias “contradições estratégicas” (*zhànlüè máodùn*- 战略矛盾) com a China em termos políticos, econômicos e de segurança. Em termos práticos, os EUA exerciam pressão sobre o governo central chinês a partir de sistemático patrocínio de resoluções condenatórias à China tangentes aos Direitos Humanos, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU; e pelo endurecimento nas negociações sobre a adesão da China à OMC – que só foi efetivada em 2001.

Por estes motivos, a estratégia global norte-americana e sua percepção sobre o crescimento chinês figuram, até os dias atuais, proeminentes no planejamento da RPC sobre sua esfera de defesa e segurança. E, se bem naquele momento o governo central chinês buscou recompor suas relações bilaterais com as principais potências européias ocidentais, estes mesmos países se viram obrigados a alocar as relações econômicas com a China num âmbito mais amplo de contexto social, político e de preocupações humanitárias pós-Tienanmen, o que refreou também as relações sino-europeias.

Destarte, foi neste cenário de desafios representados pelo refreamento das relações bilaterais tradicionais chinesas, pela inserção de novos temas na agenda internacional, e pelo período de transição pelo qual passava o país, que o conceito de “parceria estratégica” emergiu na práxis diplomática chinesa. Para rescindir do isolamento diplomático imposto pelas potências ocidentais, a China voltou-se com maior atenção às relações com seus próprios vizinhos e com outros atores internacionais.

Neste ínterim, a China dedicou-se à articulação política com alguns dos países que formariam, posteriormente, a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), até então atemorizados da influência do comunismo chinês na região. Restabeleceu as relações diplomáticas com Indonésia (1990), Brunei (1991) e Vietnã (1991). Também se reaproximou do Japão (1992), que revogou as sanções econômicas impostas àquele país desde 1989, e estabeleceu relações diplomáticas com a Coreia do Sul (1992), fato que a permitiu participar como mediadora no processo de pacificação da Península Coreana.

Ademais, o governo central da RPC vislumbrou aproximação com regiões fora de seu entorno imediato, mas que ofereceriam potenciais vínculos comerciais e econômicos com o fim de desconcentrar seus fluxos comerciais com as potências ocidentais, como América Latina e África do Sul. Neste espectro, o Brasil foi o primeiro país com o qual a China firmou uma “parceria estratégica”, em 1993, ainda que houvesse, naquele momento, incipiente elaboração sobre o uso do conceito⁶.

Nota-se o *boom* de parcerias estratégicas assumidas pela China a partir do início da década de 2000, além da nomenclatura diferenciada entre elas. Inicialmente, serviam como instrumento de regulação das relações da China com as grandes potências da Guerra Fria: Estados Unidos e Rússia. A exceção foi com o Brasil, cuja parceria estratégica foi lançada às pressas e muito em função de tentar quebrar o cerceamento tecnológico imposto pelas duas potências no período do conflito bipolar.

No início do século XXI, com o ingresso do país na OMC e seu papel internacional cada vez mais relevante, o governo central chinês expandiu o escopo de suas parcerias estratégicas, o que pode ser notado através da elevação do patamar de suas “parcerias abrangentes” para “parcerias estratégicas”. A partir de então, os países europeus tornaram-se centrais para a atração de capital e tecnologia para o país.

A RPC também passou a preocupar-se com a estabilidade de sua região, com a proteção de seus interesses marítimos e com a segurança de recursos. Na medida em que esferas de interesse que não a militar foram sendo inseridas no pensamento estratégico (*zhànlüè sīxiǎng* - 战略思想) de segurança nacional chinesa – como a esfera econômica-, as considerações imbricadas nas entrelinhas do estabelecimento das parcerias estratégicas foram refletindo as mudanças necessárias em prol do crescimento sustentado em longo prazo da economia chinesa e do papel global que tal crescimento

⁶ No ANEXO I podem-se encontrar dispostos os relacionamentos bi e multilaterais reconhecidos formalmente como “parcerias” pelo Politburo chinês até o ano de 2016.

assume. A visão chinesa sobre a segurança nacional tornou-se mais nuançada e balanceada.

Com efeito, como um instrumento diplomático, a política chinesa de parcerias estratégicas reflete uma mudança mais ampla no caminho de desenvolvimento e no paradigma diplomático da China. No cenário doméstico e internacional em transição, restava à China avaliar suas opções estratégicas diplomáticas. O país certamente não obtinha poder nacional abrangente (*national comprehensive power*⁷) satisfatório para sustentar um unilateralismo. Não havia mais ameaça iminente que o forçasse a firmar alianças contra a hegemonia norte-americana, ainda que a busca pela balança de poder sem ter de construir alianças contra uma terceira parte ainda fosse uma opção.

O multilateralismo, embora crescente, ainda não era percebido como o único ou máximo princípio direcionador do comportamento internacional, já que a China ainda não possuía uma articulação multilateral muito ampla (não havia ingressado na OMC), e a maior parte das organizações de governança global eram vistas como servidoras dos interesses das grandes potências ocidentais. Por último, o *bandwagoning*⁸ não figurava como uma opção apropriada para um país de tamanhas proporções territoriais e populacionais como a China, e que preza tradicionalmente pela independência e equidade de direitos no sistema internacional (CHEN, 1999).

Destarte, o Politburo chinês tomou como direcionamento de política externa a “diplomacia multidimensional” (ZHANG, 2009). A essência das parcerias estratégicas – de tipo ganha-ganha (*win-win*) e não direcionada a prejudicar uma terceira parte – passou a caracterizar e ser caracterizada por tal abordagem multidimensional da diplomacia chinesa. Da perspectiva chinesa, um eficiente meio para lidar com os desafios apresentados pelo cenário internacional em transição foi estabelecer “parcerias” (*huǒbàn guānxì*- 伙伴关系) variáveis com o maior número de países, sob uma abordagem de “diplomacia sem inimigos” (SU, 2000). Assim, teria maior flexibilidade diante dos constrangimentos internacionais e, concomitantemente, seria possível melhorar sua imagem internacional como uma potência responsável (*responsible stakeholder*).

⁷ Conceito abortado com mais detalhes no corpo da pesquisa.

⁸ O conceito de *bandwagon*, na teoria realista das relações internacionais, é usado para fazer referência ao ato de países mais fracos no sistema internacional se engajarem com países mais fortes numa coalizão dentro do balanço de poder político internacional. Ver: WALTZ, K. *Theory of International Politics*. 1 ed. New York: McGraw-Hill Inc., 1979.

O termo utilizado em mandarim para “parceria estratégica” é *huǒbàn zhànlüè* (伙伴战略), sendo que *huǒbàn* (parceria) se refere àqueles que se juntam a uma mesma organização ou estão engajados nas mesmas atividades, que se arriscam e recebem benefícios conjuntos; e *zhànlüè* (estratégia), usualmente empregado nos campos da economia ou da política, refere-se a um plano, uma política ou uma tática com implicações decisivas e abrangentes⁹. Assim, para a aceção chinesa, os parceiros estratégicos deveriam: 1) nunca tratar um ao outro de maneira hostil; 2) compartilhar interesses comuns; 3) desejar a cooperação pela busca desses interesses; 4) adotar medidas práticas para avançar nas relações; 5) não alinhar-se para a contenção de um terceiro país; e 6) orientar-se para os desafios do novo século (SU, 2000). Em suma, deveriam tratar um ao outro na base da equidade e do respeito, da não ingerência em assuntos internos de outros países, e da coordenação nos assuntos internacionais.

De acordo com Ning (2000), a China tem desenvolvido quatro tipos de parcerias. A primeira é a “parceria estratégica”, referente ao relacionamento entre a China e os Estados Unidos, e que reflete tanto elementos de competição quanto de cooperação levando em consideração três elementos: a) estes países são mais parceiros que rivais; b) seu relacionamento é baseado em considerações estratégicas amplas; e c) seu relacionamento é antes “construtivo” do que em busca de hegemonia.

O segundo tipo de parceria refere às “parcerias estratégicas consultivas” (*zhànlüè xiézuò huǒbàn guānxì*- 战略协作伙伴关系), firmada com a Rússia em 1996. Uma parceria similar, nomeada como “parceria abrangente” (*quánmiàn huǒbàn guānxì*- 全面伙伴关系), foi estabelecida com a França em 1997 e com o Reino Unido em 1998. No mesmo ano, foi estabelecida uma “parceria amistosa” (*yǒuhǎo huǒbàn guānxì* – 友好伙伴关系) com o Japão, e uma “parceria construtiva estável de longo prazo” (*chángqíwěndìng jiànshè xìng huǒbàn guānxì* – 长期稳定建设性伙伴关系) com a União Europeia. Ning (2000) aponta que, embora apresentem diferentes nomenclaturas e ênfases, tais parcerias foram delineadas no intento de promover a multipolaridade e compensar os aspectos negativos das relações sino-estadunidenses.

O terceiro tipo de parcerias são as “parcerias de boa vizinhança” (*mùlín huǒbànguānxì*- 睦邻伙伴关系), anunciadas com os países da ASEAN em 1997,

⁹ Fonte: XIA, Z.; CHEN, Z. *Cihai* (Mar de Palavras). 6. ed. Shanghai: Shanghai Cishu Publisher, 2009, p. 987 e p. 2871.

delineadas para promover confiança mútua e desenvolvimento conjunto, com foco particular na economia e na segurança regionais.

Já Su (2000) perspectiva tais parcerias a partir de diferentes níveis. A primeira categoria inclui parcerias de nível realmente estratégico, como com as estabelecidas com Estados Unidos, Rússia e França, de forma que sejam as mais significantes no que tange ao compartilhamento de interesses comuns e interesses estratégicos compartilhados. As perspectivas desses parceiros, para Su (2000), não apresentam divergências fundamentais, e entre eles há potencialidades de cooperação em grande gama de áreas, especialmente na sensível esfera da cooperação militar. Nas agendas internacionais, regionais e bilaterais, tendem a consultar um ao outro e coordenar ações.

A segunda categoria inclui parcerias a nível regional, como com a União Europeia, com países da ASEAN, com Japão, Índia, África do Sul, Brasil (conformam o grupo BRICS), e outras potências regionais. Esta categoria de “parcerias construtivas” baseia-se nos benefícios mútuos e na cooperação amistosa. Também compartilham de interesses comuns e intencionam aprofundar a cooperação bilateral e multilateral.

O terceiro tipo, usualmente referenciado como “parcerias consultivas”, baseia-se em acordos bilaterais, e incluem Coréia do Sul, Paquistão, Ucrânia, Cazaquistão, Canadá, México, entre outros. Embora tenham interesses em comum e estejam aptos a cooperar em bases de respeito mútuo, benefício mútuo e equidade, ainda apresentam consideráveis divergências em certos temas. A confiança mútua, no caso destas parcerias, permanece improvável.

Para além da tipologia de análise da diplomacia de parcerias chinesa, muitos analistas consideram que, para que a RPC atinja o status legítimo de grande potência, o governo central chinês deve aproveitar de um “período de oportunidade estratégica” (*zhànlüè jīyù qī*- 战略机遇期) (XU, 2004, p. 54). O primeiro passo a ser dado neste sentido é a garantia da segurança e da influência chinesa no entorno do Leste asiático, em seu “ambiente periférico” (*zhōubiān huánjìng*- 周边环境), que se tornou a preocupação primeira da diplomacia chinesa. Os pontos nevrálgicos da articulação geopolítica chinesa em seu entorno regional são a questão de Taiwan¹⁰, a crise nuclear norte coreana¹¹, as disputas nos mares do sul da China¹², os testes nucleares no Sul

¹⁰ Ver: BROWN, D. G.; SCOTT, K. China-Taiwan Relations: Bumps along the Road. *Comparative Connections* (E-Journal), set. 2013. Disponível em:

[http://csis.org/files/publication/1302qchina_taiwan.pdf] Acesso em 03/07/2017

¹¹ Ver: LEE, C. M. The Evolution of the North Korean Nuclear Crisis: Implications for Iran. *Proliferation*

asiático¹³, as disputas sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu¹⁴, além das crescentes preocupações com o fundamentalismo islâmico na região de Xinjiang¹⁵. Tang (2000) resume os componentes da estratégia regional chinesa em:

- 1) Prevenir a deterioração da situação securitária da Península Coreana e assegurar que uma Coreia unificada não tenha nenhum impacto negativo sobre o ambiente de segurança chinês;
- 2) Prevenir quaisquer forças hostis de influenciar as políticas do sudeste asiático tangente à China e buscar cooperação com o maior número de países da ASEAN;
- 3) Assegurar a estabilidade regional da Ásia Central, prevenindo para que extremismos religiosos e separatismos no oeste asiático não ameace a segurança da região, e buscar a segurança do suprimento energético da Ásia Central;
- 4) Prevenir que uma ascendente Índia trate a China como um inimigo;
- 5) Buscar a segurança do suprimento energético do Oriente Médio através do desenvolvimento de relações com vários países da região.

Autores como Tang (2000) e Xu (2004) arguem que se a China não tornar seguras suas fronteiras e não exercer influência suficiente em seu entorno regional, seus interesses nacionais tangentes ao contínuo desenvolvimento econômico e ao status de grande potência podem ser seriamente ameaçados. Com o aumento da necessidade de insumos para o desenvolvimento e o aumento do papel internacional chinês, mais recentemente a diplomacia estratégica elaborada pelo governo central expandiu o conceito de “periferia” (*zhōubiān*- 周边), passando a contemplar uma gama maior de países, ou uma “diplomacia para a grande periferia” (*dà zhōubiān wàijiāo*- 大周边外交). A grande periferia incluiria, além dos parceiros tradicionais da China no seu

Papers, *Security Studies Center*, winter 2009. Disponível em:

[https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/Prolif_Chung_Min_Lee_NK.pdf]

¹² Ver: POLING, G. B. The South China Sea in Focus: Clarifying the Limits of Maritime Dispute. *Center for Strategic & International Studies*, jul. 2013. Disponível em:

[http://csis.org/files/publication/130717_Poling_SouthChinaSea_Web.pdf] Acesso em 02/07/2017.

¹³ Ver: DUCHÂTEL, M.; KAZAKOVA, E. Tensions in the South China Sea: the nuclear dimension. *Stockholm International Peace Research Institute*, jul/ago 2015. Disponível em:

[<http://www.sipri.org/media/newsletter/essay/july-aug-15-south-china-sea>] Acesso em 12/07/2017

¹⁴ Ver: PAN, Z. Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands: The Pending Controversy from the Chinese Perspective. *Journal of Chinese Political Science*, Vol. 12, Nº 1, 2007, pp. 71-92.

¹⁵ Ver: CUNHA, A. T. Os Uigures em Xinjiang: autodeterminação ou terrorismo? *Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI)*, 21 set. 2015. Disponível em: [<http://neai-unesp.org/os-uigures-emxinjiang-autodeterminacao-ou-terrorismo/>] Acesso em 22/05/2017.

imediate entorno regional (países da ASEAN), também a Rússia e os países dos continentes americano, africano e europeu.

A partir desta perspectiva, suas relações bilaterais são dispostas em círculos concêntricos, algo similar ao antigo sistema tributário (ou Sistema Tudo-sob-céu) asiático chinês. Em tal sistema, as nações estrangeiras eram consideradas de acordo com sua proximidade ao governo central chinês na estrutura hierárquica internacional. No mesmo sentido, o governo da RPC considera-se como o centro das relações – autocentrado¹⁶ – e os demais atores do sistema internacional são dispostos ao seu redor em níveis diferentes de círculos, representando uma estrutura hierárquica desses relacionamentos¹⁷.

Ao partir da estruturação hierárquica, certas parcerias serão menos substanciais que outras. Na medida em que o círculo se distancia do centro, menos significativo é o relacionamento bilateral para a China. Assim, parceiros estratégicos são tomados como “mais próximos” do que outros países, e até mesmo entre tais parcerias há uma estrutura hierárquica implícita (QIN, 2010). As parcerias estratégicas com a Rússia e com o Paquistão, por exemplo, são singulares e de extrema relevância. Entre os demais países, as “parcerias estratégicas abrangentes” ou as “parcerias estratégicas globais/estruturais” parecem ter maior relevância que as “parcerias estratégicas” que, por sua vez, são mais relevantes que as “parcerias abrangentes”.

Nota-se ainda que, embora possam ser alocadas numa estrutura hierárquica, as parcerias apresentam nuances e variadas definições, em conformidade com seus focos. A China e a Rússia estabeleceram uma “parceria estratégica abrangente de coordenação” em 1997, por exemplo. O governo central chinês lançou o “Plano de Ação Conjunta para Cooperação Estratégica” com as Filipinas, um “relacionamento estratégico de benefício mútuos em todos os aspectos” com o Japão, “relações estratégicas globais” e “parceria estratégica energética” com a Arábia Saudita, e uma “parceria de responsabilidade global no âmbito da parceria estratégica abrangente entre China e UE”, com a Alemanha.

As declarações conjuntas firmadas com tais parceiros também variam em sua forma e conteúdo. No entanto, certos temas são usualmente presentes em tais documentos: 1) Comércio, investimentos e cooperação econômica; 2) Política de “Uma

¹⁶ É de suma importância lembrar que os próprios chineses chamam seu país de 中国 (*Zhōngguó*), em tradução literal significa “país/ império do meio”.

¹⁷ O gráfico será disposto no corpo de texto da pesquisa, mas não está incluso na introdução. Por ora, dispõe-se como ANEXO II.

só China” e/ou Taiwan; e 3) Respeito por, reforma da, ou cooperação no âmbito da ONU. Temas globais como antiterrorismo ou não proliferação, bem como trocas culturais, também são frequentemente inclusas. Os tópicos mais específicos são alocados a depender dos interesses bilaterais: temas fronteiriços são delineados com os países vizinhos, direitos humanos com países ocidentais, e cooperação militar com países politicamente próximos.

De acordo com Jin (2000), para o governo central da RPC, a finalidade última do estabelecimento de parcerias estratégicas é salvaguardar os interesses nacionais da China e atingir o status de grande potência no século XXI. Considerando-se os principais elementos que figuram como foco nos comunicados conjuntos, pode-se argüir que as *razões de Estado* se sobressaem às *razões sistêmicas* no estabelecimento de tais parcerias pela China.

Stumbaum (2012) parece compartilhar da perspectiva de que a firmação das parcerias estratégicas pela RPC são direcionadas mais pela *necessidade*, com a garantia de determinada parceria pautada por uma relação de confiança mútua, do que pela *identidade* pautada em valores compartilhados no sistema internacional, ainda que esta seja veemente nos discursos retóricos chineses sobre sua atuação de caráter terceiromundista no sistema internacional. Para o autor,

No que tange às parcerias estratégicas, a China parece focar em personalidades com quem construir relações de longo prazo de confiança mútua (o que se sobrepõe a valores comuns básicos) com o fim de reduzir incertezas em processos de decisão comuns [...] (STUMBAUM, 2012, p. 3)

Tendo em vista que seus objetivos com relação ao desenvolvimento doméstico – acelerar a mudança do modelo de crescimento, explorar ainda mais os recursos internos do país e os pontos fortes de seu mercado, acelerar a construção de uma “sociedade harmoniosa” e implementar a estratégia de abertura com benefício mútuo – dependem não só do esforço interno, como também da criação de um ambiente internacional pacífico e de condições externas favoráveis, a RPC pressupõe a construção de um “mundo harmonioso” através de etapas e apreciam uma visão de mundo de "unidade sem uniformidade" (*unity without uniformity*)¹⁸. Enquanto um mundo harmonioso

¹⁸ Conceitos que serão explorados com maior detalhamento no corpo de texto da pesquisa.

supostamente garante a redução das incertezas, a unidade sem uniformidade permite a alocação dos mais variados interesses dentro da parceria estratégica.

Por este motivo a política diplomática chinesa é conhecida pela sua “pouca exigência” quanto a valores comuns quando do estabelecimento de suas parcerias estratégicas. Ainda que os cálculos por trás de cada parceria estratégica varie e se modifique ao longo do tempo, no geral, pode-se identificar duas lógicas que os sublinham: uma lógica defensiva, e outra ofensiva.

Na perspectiva *defensiva*, a China continuará com sua ascensão pacífica, contanto que seus interesses centrais não sejam ameaçados. Em setembro de 2011, por ocasião do 90º aniversário da fundação do Partido Comunista Chinês (PCC), o país declarou que o desenvolvimento pacífico é a escolha estratégica chinesa rumo à modernização e à prosperidade, dada a publicação do Livro Branco sobre o desenvolvimento pacífico da China (*White Paper on China's Peaceful Development*). No documento, são identificados os “interesses centrais” chineses: “soberania estatal, segurança nacional, integridade territorial e reunificação nacional, sistema político chinês definido pela Constituição e estabilidade social em geral, e as salvaguardas básicas para assegurar o desenvolvimento econômico e social sustentável¹⁹”. Colocado em outras palavras, a RPC visa o desenvolvimento econômico e social, mas não ao custo da perda da integridade soberana e da segurança estatal. Assim, países considerados cruciais para a proteção de tais interesses são aqueles com os quais a China estabelece parcerias estratégicas mais próximas.

Poucas parcerias estratégicas tangem temas como soberania e segurança. No comunicado conjunto entre China e EUA, de 1997, o governo central da RPC apontou Taiwan como uma questão sensível e de suma relevância, enquanto que os EUA reiteraram sua adesão ao princípio de “Uma só China”. O Tratado sino-russo de boa vizinhança e cooperação amistosa de 2011 especifica que nem a China, nem a Rússia usariam de força ou armas nucleares um contra o outro. No comunicado conjunto China-Índia de 2005, que estabeleceu a parceria estratégica entre os dois países, a Índia se comprometeu a não permitir que tibetanos se engajassem em atividades políticas anti-China dentro de seu território. No comunicado China-Vietnã, de 2008, ambos os países insistiram na necessidade solucionar as disputas no mar do sul da China através de

¹⁹ PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council of China, *China's Peaceful Development*, 2011. Disponível em:[http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm] Acesso em 12/05/2017

negociação pacífica – comprometimento que vem sendo testado pelas tensões na região em 2013 e 2014. China e Mongólia (2011), Uzbequistão (2012), Tadjiquistão (2013) e Quirquístão (2013) afirmaram, em seus comunicados conjuntos, que não se engajariam em alianças políticas um contra o outro, ou permitiram que terceiras partes utilizasse de seus territórios contra o outro.

Além das instabilidades na esfera internacional, a segurança estatal é de primordial atenção do Politburo chinês. Embora as ameaças à segurança nacional em sentido tradicional tenham declinado desde o fim do conflito bipolar russo-estadunidense, as ameaças ao regime chinês não cessaram. A ampla difusão dos conceitos de “mercado” e “democracia” no mundo globalizado tem feito do modelo chinês – a economia de mercado socialista com características chinesas – uma exceção e, para muitos países, uma fonte de desconfiança. As parcerias estratégicas, nesse sentido, têm sido uma ferramenta diplomática chinesa na defesa e no resguardo de seu próprio sistema político, de forma também a amenizar as crenças de uma “ameaça chinesa”. Em virtualmente todos os documentos firmados no âmbito das parcerias estratégicas, conceitos como não-ingerência em assuntos domésticos, distintas acepções de democracia e direitos humanos, ou diferentes caminhos para o desenvolvimento têm sido assinalados.

Não obstante, o governo central pretende, no momento da firmação de uma parceria estratégica, demonstrar aos demais países do sistema internacional sua disposição a não-conflitabilidade e aos ganhos recíprocos. Por este motivo, elas têm sido estabelecidas também com esta finalidade de conveniência diplomática, e usadas nos círculos midiáticos como ocasiões-chave para enfatizar a diplomacia chinesa. Com efeito, a maior parte das parcerias estratégicas foram formalizadas em ocasiões de visitas de Estado de líderes do alto escalão do PCC. Ainda neste sentido, a preferência revelada da formulação política externa chinesa pelos recursos e comportamentos de poder brando (*soft power*) no sistema internacional é reveladora desta lógica defensiva na afirmação da diplomacia de parcerias estratégicas.

Além de garantir e proteger os interesses centrais da China, a diplomacia de parceria estratégicas do país ainda busca moldar um ambiente internacional benéfico ao contínuo desenvolvimento econômico chinês. Com efeito, a capacidade econômica tem sido um instrumento fundamental à universalização da política externa chinesa (PAUTASSO, 2009). Portanto, é possível sugerir que a capacidade econômica da China

cria uma espécie de efeito gravitacional que, por sua vez, permite à diplomacia chinesa explorar essas vantagens sem ter de, necessariamente, confrontar a ordem mundial.

Este pressuposto é basilar da lógica *assertiva* de sua diplomacia. Significa dizer que, embora o crescimento chinês deva, grande parte, à sua integração à ordem internacional, esta última não necessariamente está apta a acoplar os interesses chineses, ou será benigna ao crescimento do país. Destarte, o governo central da RPC procura moldar o sistema internacional, desde dentro, para que este esteja mais em compasso com os interesses e com a identidade chineses em longo prazo. Conceitos como multipolaridade, nova ordem mundial, democratização das relações internacionais, diversidade e mundo harmonioso têm repetidamente figurado *framings* nos documentos das parcerias estratégicas estabelecidas. O documento conjunto para a cooperação China-África ilustra o supracitado:

Declaramos que o desenvolvimento de nossas relações amistosas e cooperação estão em acordo com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, bem como com os princípios internacionais que promovem o multilateralismo e a democracia nas relações internacionais. Clamamos para que a diversidade do mundo seja respeitada e assegurada, que todos os países do mundo, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, fortes ou fracos, respeitem uns aos outros, tratem uns aos outros como iguais e vivam em paz e em amizade uns com os outros, e que diferentes civilizações e modelos de desenvolvimento possam intercambiar experiência uns com os outros, promova-los e coexistir em harmonia²⁰.

Além de participar mais ativamente na estrutura de governança existente, a RPC impulsiona a criação de uma “estrutura paralela” (HEILMANN et al., 2014) e complementar a ela, que acople iniciativas no campo de finanças, de política monetária, de infraestrutura, de diálogo diplomático, de comércio e de investimentos mais eficientes e autônomas em relação às instituições de liderança estadunidense. O Banco de Desenvolvimento dos BRICS²¹, a Iniciativa Chiang Mai²² (*Chiang Mai Initiative*

²⁰ PEOPLE REPUBLIC OF CHINA. *Declaration of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation*, Chinese Ministry of Foreign Affairs, 2006. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t279852.htm] Acesso em 02/07/2017

²¹ Criado em março de 2013 pelos países membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), durante o Foro em Durban, o novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS tem por objetivo financiar investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento sustentável nos países membros e em outros países emergentes e em desenvolvimento.

²² Iniciativa de cooperação e integração financeira multilateral asiática, firmada em 2000, para fazer frente às necessidades de liquidez monetária de curto prazo na região. Composta pelos dez países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) mais China, Coréia e Japão.

Multilateralization – CMIM), e a iniciativa estratégica de construção de infraestrutura da Nova Rota da Seda (“*One Belt, One Road*” Initiative²³) são exemplos desta estrutura paralela. Em resumo, tal assertividade chinesa em esferas de governança global pode ser medida em vários níveis: na sua disposição em moldar políticas e posições dentro das organizações, na sua capacidade de usar essas organizações como plataformas de projetar tanto seu poder duro quanto seu poder brando, e em sua capacidade de promover os interesses nacionais.

A partir de meados da década de 2000, a lógica assertiva tem se tornado mais veemente na medida em que o comportamento internacional da China ganhava maior relevância. Uma combinação das parcerias estratégicas, na perspectiva do governo central da RPC, pode alavancar a construção de um cenário internacional político mais favorável ao país. O *boom* de parcerias estratégicas firmadas com países europeus a partir de 2004, por exemplo, podem ter contribuído para reforçar a emergência de um sistema multipolar, dentro dos marcos da OMC.

As parcerias também têm sido empregadas para expandir a influência econômica chinesa, particularmente nos países emergentes e em desenvolvimento. Todas as parcerias estratégicas firmadas entre a China e os países da Ásia Central têm como foco a construção ou a manutenção de gasodutos, essenciais para a segurança energética chinesa. Da mesma maneira, a garantia de um ambiente seguro para os investimentos chineses tem sido mencionada nos documentos de parcerias estratégicas com países nos quais a China vislumbra grandes oportunidades para assegurar o suprimento de matérias-primas, como a África do Sul, o Paquistão, o Sri Lanka e o Camboja, onde estes investimentos têm crescido vertiginosamente.

Percebe-se que a lógica assertiva – e ainda mais pragmática - é fortemente voltada aos países em desenvolvimento, orientando a *atuação* chinesa no sentido de desempenhar protagonismo nas relações baseadas na cooperação Sul-Sul. Como apontado no próprio Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico chinês (2011, p. 14, grifo nosso):

Nós ampliaremos o diálogo estratégico com países desenvolvidos com o fim de promover confiança mútua estratégica, aprofundar a

²³ Projeto de construção de infraestrutura e logística com o sentido de interligar a região euroasiática para ampliar as conexões e promover o comércio e o desenvolvimento da região. Ver: “*The Belt and Road Initiative*”, The State Council, The People’s Republic of China. Disponível em: [http://english.gov.cn/beltAndRoad/] Acesso em 29/06/2017

cooperação com benefício mútuo, lidar corretamente com as diferenças, explorar caminhos para o estabelecimento e desenvolvimento de um novo tipo de relacionamento entre grandes países e promover o crescimento a longo prazo, constante e firme das relações da China com estes países [...] Vamos aprimorar a unidade com outros países em desenvolvimento, aprofundar amizades tradicionais, expandir a cooperação com benefício mútuo, verdadeiramente ajudar outros países em desenvolvimento a alcançar seu desenvolvimento independente pela prestação de ajuda e realização de investimento e ao defender seus direitos e interesses legítimos, bem como seus interesses comuns.

Embora Ramo (2004) conclua que o caminho para o desenvolvimento chinês não possa ser repetido por qualquer outra nação – como parece sugerir o documento - e que esse caminho ainda continue repleto de contradições, muitos elementos desta ascensão têm engajado fortemente os países em desenvolvimento através, especificamente, de “diálogos estratégicos”, sobretudo nos âmbitos comercial e financeiro, revelando que a *interação* entre a China e estes países é um processo *sine qua non* para o alcance de seus resultados preferidos no cenário internacional.

Em resumo, todas as parcerias estratégicas revelam aspectos tanto defensivos como assertivos, ainda que as relações com grandes potências reflitam mais a lógica defensiva, e as relações com os demais países a lógica assertiva. A distinção entre ambos não é exclusivista, já que moldar um cenário internacional favorável ao crescimento chinês é a dimensão mais importante da preservação do regime político do país. Uma gama ampliada e mais diversificada de parceiros estratégicos tem, em seu âmago, demonstrado a crescente habilidade – e adaptabilidade – chinesa em resguardar seus interesses domésticos prioritários e moldar o sistema mundial como lhe convém.

Como lição aprendida da ineficaz aliança com a União Soviética, a China é uma superpotência emergente que clama pela política de não alianças. Logo, o instrumento político das parcerias estratégicas, produto da preferência chinesa por uma diplomacia multidimensional no mundo globalizado, provavelmente continuará a expandir-se.

Apesar dos variados títulos e mecanismos desenvolvidos para diferenciá-las, como um todo, *as parcerias estratégicas são designadas a defender os interesses nacionais chineses e moldar um cenário internacional favorável ao crescimento do país*. Esta pesquisa parte do entendimento de que, a fim de convencer os demais atores internacionais de suas intenções e angariar influência gravitacional necessária para a consecução de resultados favoráveis no sistema internacional, a “diplomacia de

parcerias” delinea os elementos constitutivos destas parcerias estratégicas de forma a apresentá-los como *frames* (quadros).

O uso da ponte conceitual designada como *framing*, que se trata de um processo interpretativo e interacional para o fim de promover determinada ação, é crucial para que se investigue e compreenda a atribuição de significado aos eventos e/ou às parcerias estratégicas mesmas percebidas pela China no que se refere à evolução-quadro do comportamento de poder chinês e dos demais eventos do cenário internacional. Tal conceito tem origem na palavra *frame*, elaborada nos estudos sobre interação social simbólica e interação estratégica do sociólogo canadense Erving Goffman (1974), e que denota um “esquema de interpretação” que capacite um determinado ator a alocar, perceber, identificar, e rotular ocorrências de seu entorno, bem como dotá-las de significado e prioridades. Nesse sentido o *framing* envolve, essencialmente, seleção (*selection*) e ênfase (*salience*). Assim, o *frame* (quadro), enquanto estrutura cognitiva que guia as percepções e representações de uma realidade, fornece elementos/informações para a organização de experiências passadas e presentes pelo ator e direcionamento de futuras ações.

Os conceitos de *frame* e *framing* têm sido amplamente utilizados no campo das ciências sociais das maneiras mais diversas e de distintas conotações, sendo ainda aplicados para estudos jornalísticos e de comunicação, análises de micromobilização social, análises de discurso, entre outros empregos. Para efeito de delimitação conceitual, utiliza-se para esta análise as contribuições de Goffman (1974), Snow et al. (1986), e Entman (1993), para aplicar o debate à área das relações internacionais, mais especificamente ao processo de percepção e priorização de elementos por parte da China como motivador de escolhas diplomáticas estratégicas no delineio das parcerias estratégicas como correspondentes às expectativas externas e domésticas tangentes ao papel internacional chinês (*role expectations*).

Faz-se mister destacar desde já que *enquadramento (framing)* constitui-se como um elenco perceptivo de elementos ideacionais mais apropriados, segundo perspectiva de um determinado ator, que servirão como suporte no delineio de ações direcionadas, e não se constitui em uma ato estratégico *per se*. Portanto, também é necessário distinguir a concepção chinesa do cenário internacional e de seu próprio posicionamento das diretrizes envolvidas no estabelecimento das parcerias estratégicas (interesses, expectativas, elementos de identidade nacional).

Além disso, considerando-se a natureza inerentemente *interativa e relacional* das parcerias estratégicas – e igualmente pautadas, em grande parte, numa terminologia inaudita chinesa para tratar os temas das relações internacionais -, o marco teórico da análise aqui proposta tomou contornos igualmente interativos. Em outras palavras, buscou-se analisar através de, mas também ir além das teorias convencionais da disciplina de Relações Internacionais. Todos os grandes paradigmas das relações internacionais podem gerar teorias sobre o processo de maior atuação da China no cenário internacional. Isto faz com que uma explicação mais profunda requeira levar em conta também qual teoria paradigmática mais se aproxima dos atuais conceitos e mecanismos utilizados pela própria diretriz de política externa chinesa tangentes à pesquisa teórica.

Primordialmente, portanto, esta pesquisa faz um esforço de clarificação teórica, tentando mostrar a possibilidade de uma abordagem menos limitadora das relações internacionais, com uma carga de análise histórica maior. Procura-se aqui avançar na interatividade não só entre os próprios paradigmas tradicionais ocidentais das relações internacionais, de forma a demonstrar suas diferentes contribuições e falhas na compreensão da re-emergência chinesa, como também entre estas e um crescente corpo intelectual chinês de Relações Internacionais. Tal interatividade é necessária já que as teorias convencionais muitas vezes falham em explicar *processos* - definidos como relações em movimento – e mudança, que é, na tradição filosófica chinesa, a única constante de tudo no universo e desempenham importante função nas relações humanas em geral, e relações internacionais em particular (QIN, 2009).

Seguindo as orientações dos estudos teóricos de Qin Yaqing, um proeminente intelectual da Universidade de Relações Exteriores da China e Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional da China para Estudos Internacionais, enfatiza-se a independência ontológica dos processos sociais, onde as *relações* desempenham significativo papel na construção das normas internacionais e nas identidades dos atores envolvidos. Muito embora a terminologia utilizada – como “identidade” – remonte à influência dos estudos teóricos do construtivismo estrutural, colocamo-nos mais próximos da interpretação de Qin (2009), que argumenta a favor da necessidade da abordagem interativa para incorporar dois elementos-chave do pensamento chinês: processos e relações, culminando numa teoria próxima de um *construtivismo processual*.

Por causa da preferência por uma abordagem processual, que tem como parte integrante uma consideração histórica, a análise sobre as parcerias estratégicas chinesas não se limita a um marco temporal, por exemplo, com o estabelecimento da primeira parceria estratégica em 1993 com o Brasil. Da mesma maneira, não consideramos que quaisquer estruturas possivelmente aqui encontradas – como as lógicas assertiva e defensiva das parcerias estratégicas – sejam imutáveis e impassíveis de contestação.

Os contornos e as trajetórias das relações internacionais são também determinados pelas *ideias* e *interações* a definir as relações dos Estados uns com os outros. Em contrapartida, há que se compreender que ideias não significam um contrapeso à influência de poder material nas relações internacionais, mas sim estas ideias são subjacentes e dão significado e propósito ao desenvolvimento e ao emprego do poder em si mesmo. Ideias e poder, por conseguinte, não podem ser desvinculados em dois aspectos distintos da política internacional, já que o primeiro influencia as racionalidades que são subjacentes e justificam o desenvolvimento do segundo.

O trabalho de Charles Doran (2003) sobre a Teoria Cíclica do Poder utiliza de conceitos sobre papéis internacionais, embora não derive muito poder explanatório de sua aplicação nas análises de política externa. Para ele, papel e poder são igualmente relevantes nas relações internacionais. Segundo sua perspectiva, ambos são primariamente sistêmicos, embora ele reconheça que os papéis são adotados pelos Estados em suas interações com outros Estados. A distensão gerada por um desequilíbrio entre papel internacional e poder contribui para dinâmicas de conflito entre atores no sistema. Ainda que muitas versões do realismo e do neorealismo reconheçam a percepção de discrepância de status como fonte de mudança do sistema (GILPIN, 1981; SCHWELLER, 1996), Doran (2003) demonstra o potencial da teoria dos papéis (*Role Theory*) para construir a ponte entre estudos de política externa e relações internacionais, embora hesite em reconhecer esta possibilidade.

Enquanto partícipes de um processo construtivo das relações internacionais, os Estados tendem a formular amplos conceitos – praticamente filosofias operacionais – que orientam seu comportamento internacional. Eles necessitam de ideias para significar para seus membros o que representam, e para orientá-los em suas interações. Ao analisar a crescente influência da China no cenário internacional e os elementos que impulsionam a liderança política do PCC a delinear a diplomacia de parcerias, chega-se à primeira premissa desta pesquisa:

1) *A China, através de um processo de redefinição da diretriz internacional pela elite política do PCC, passa a assumir um comportamento de poder no sistema internacional.*

O cenário internacional globalizado propiciou um período histórico marcado pela deflação de credibilidade da potência hegemônica (Estados Unidos), e por uma cadeia de transformações que reestruturaram a distribuição de poder global, sobretudo econômico. O eixo dinâmico das relações internacionais passou do Atlântico para o Pacífico, e a China, impulsionada por sua bem sucedida reforma e abertura em 1978 e aproveitando-se do momentum de grande globalização, re-inaugurou sua dimensão e inserção internacionais. A RPC passou a ser mais ativa e assertiva na ordem mundial, e em seus órgãos de governança, de forma que passou a usar sua própria terminologia e concepções de mundo nas relações internacionais. Partindo do referencial teórico de Nye (2012) acerca dos tipos de poder e o que ele significa nos assuntos globais, infere-se que a China, apesar de não obter primazia no que tange à quantidade de *recursos* de poder – como obtém os Estados Unidos -, apresenta um *comportamento* de poder mais efetivo e eficaz em prol de gerar seu resultado preferido²⁴, qual seja: garantia no fornecimento de recursos estratégicos para a continuidade de seu desenvolvimento econômico doméstico e a garantia de uma ordem internacional pacífica que acople este crescimento.

O referencial de Nye (2012) sobre o poder ganha sentido na medida em que se passa a dar relevância a um comportamento de poder, e não prioritariamente a quantidade de recursos de poder. Primeiro porque quando se considera a esfera comportamental, o debate passa a ser naturalmente *relacional* e interativo. Um comportamento só pode ser considerado e/ou adjetivado quando alocado em uma esfera social, ou seja, o “comportamento”, por definição, é uma maneira de reagir em face de estímulos sociais ou necessidades individuais, ou uma combinação de ambos.

Nesse sentido, se levamos em conta o meio, o ambiente, em que esse comportamento é exercido e também – para não cair na radicalização behaviorista – as motivações intrínsecas do mesmo, tem-se como elo de interação as *ideias* e as expectativas geradas em torno deste comportamento. No caso do estudo de

²⁴ Para Nye (2012), não se deve negar a importância dos recursos de poder, na medida em que a definição de poder como recursos faz o poder parecer concreto e mensurável. Entretanto, tal definição apresenta problemas significativos, na medida em que “quando as pessoas definem poder como sinônimo de recursos que produzem (podem produzir) resultados, em geral se deparam com o paradoxo de que aqueles mais bem dotados de poder nem sempre conseguem os resultados que querem.” (NYE, 2012, p. 29)

comportamento de Estado no ambiente internacional, como proposto nesta pesquisa, as considerações acerca de ideias e de suas próprias mutações são relevantes porque elas servem enquanto guia para a ação nacional e podem moldar o que os Estados pretendem alcançar ao longo do tempo (resultados). Naturalmente, as lideranças políticas nacionais planejam *estrategicamente* suas ações, mas raramente as fazem sem que haja um pano de fundo de ideias nacionais dominantes sobre quais comportamentos gerais são mais apropriados (*appropriateness/suitability*).

Segundo, porque o comportamento de poder como previsto por Nye (2012) tem como componente definidor o planejamento – já que os recursos de poder podem ser relativamente menores do que outros atores internacionais – para alcançar resultados preferidos. Nye (1990, p. 177) define poder enquanto “a capacidade de se atingir certos fins ou objetivos”. A definição de quais são estes “fins” e “objetivos” dependerá de um planejamento prévio que consiga acoplar, dentro de uma perspectiva processual – ou seja, passível de mutação e redefinições -, ideias, interesses e expectativas não só domésticas como também do ambiente que se pretende aplicá-lo.

No caso da China, o seu comportamento de poder, bem como o planejamento subjacente a este comportamento para lograr resultados favoráveis são, por sua vez, relacionados a fatores endógenos e exógenos ao processo de re-emergência. Como processo endógeno tem-se a modificação – também com elementos contínuos - de uma estrutura econômico-social chinesa e a necessidade de redefinição de um caráter social ideológico para um mais pragmático. Estes elementos endógenos, ao qual consideraremos enquanto indicadores de *pressão lateral*²⁵, são mutuamente influenciados e influenciam os elementos exógenos do processo de re-emergência da China.

Ao invés de culminar, como considera a literatura tangente (CHOUCRI; NORTH, 1972, 1975, 1989), em conflitos diretos por conquistas territoriais, a pressão lateral enquanto elemento endógeno – doravante aqui chamado de “imperativo de desenvolvimento” - será a pauta de definição e planejamento do “objetivo” do

²⁵ Termo cunhado por Nazli Choucri e Robert North (1972, 1975, 1989) em seus estudos sobre causas de longo-prazo da Primeira Guerra Mundial, no sentido de explicar dinâmicas de crescimento nacional e de competição e guerra internacionais. O argumento básico é de que o crescimento da densidade populacional de uma nação e o avanço tecnológico geram demandas por maiores e mais diversificados estoques de recursos, que geralmente os estoques domésticos não podem prover. Esta deficiência doméstica, por sua vez, gera uma pressão lateral, que se refere à tendência entre potências emergentes a expandir suas atividades internacionais, seja na busca por matéria-prima, mercados, investimentos ou atividades militares. Na medida em que diferentes Estados adotam políticas externas expansionistas, a probabilidade de que seus interesses nacionais colidam entre si aumenta.

comportamento de poder chinês, que é, paradoxalmente, um ambiente internacional pacífico e cooperativo que acople seu crescimento doméstico. Já os elementos exógenos se referem aos constrangimentos estruturais das relações e interações entre a China e os demais Estados que, por sua vez, serão sensíveis aos seus próprios elementos endógenos que também contribuirão para definir seus papéis internacionais e seus objetivos.

Na medida em que a China assume tal comportamento de poder, e se insere de maneira mais assertiva nos assuntos e nas instituições internacionais, são geradas *expectativas* externas e internas com relação ao revisto papel internacional chinês (*role expectations*) e as intenções da liderança política do PCC. É de suma importância ressaltar que “expectativas internas” não é equivalente a “identidade nacional”, mas certamente a reflete. A identidade de uma nação leva em conta uma definição histórica do “eu” em contraposição a “outro”. São basicamente auto-descrições, firmadas por uma narrativa histórica desse “eu”, que não consideram prioritariamente a formação de expectativas externas ou tem conotação funcional dentro de determinado grupo social externo.

Ampliando a discussão para as relações internacionais, a identidade de um Estado guarda relações com sua construção de ideário nacional, ou seja, volta-se primeiramente para o âmbito doméstico e somente num segundo momento para o âmbito internacional. No caso da China, tal ideário tem sido anunciado pelas esferas oficiais como “Civilização milenar” (“time-honored civilization” - 有着悠久文明的國家 - *Yǒuzhe yǒujiǔ wénmíng de guójiā*)²⁶. Isto não significa que uma identidade nacional não possa influenciar, ou até mesmo ser crucial para, a definição das ações internacionais dos atores. Em outras palavras, as linhas de planejamento de política externa podem ser pautadas por uma percepção de identidade nacional (*identity-based*), ou uma auto-imagem (*self-image*).

A identidade – ou as identidades, considerando a possibilidade de transformação e construção dinâmica desta – pode focar-se no passado (o que costumava ser verdade sobre o “eu”), no presente (qual é a verdade sobre o “eu” agora), e no futuro (o “eu” que se quer ser no futuro, que se é obrigado a se tornar ou que se tem medo em se tornar), de forma a ser orientadora e prover lentes para a construção de significados sociais

²⁶“习近平在欧洲学院发表重要演讲” (*Xi Jinping delivered an important speech at European College*), CPC News, 02/04/2014. Disponível em: [<http://cpc.people.com.cn/n/2014/0402/c64094-24799678.html>]. Acesso em 04/10/2017.

interativos (OYSERMAN, 2007). Juntas, as identidades edificam uma auto-imagem sobre o “eu”, o que muitos autores da Psicologia Social e da Sociologia descrevem como o que vem à mente quando se pensa sobre o “eu” (NEISSER, 1993; STETS; BURKE, 2003), como uma teoria sobre a personalidade do “eu” (MARKUS; CROSS, 1990), e o que se considera ser verdade sobre o “eu” (FORGAS; WILLIAMS, 2002).

Adicionalmente, identidade pode ser entendida como uma maneira de fazer sentido de alguns aspectos ou partes da auto-imagem (STRYKER; BURKE, 2000) e, assim, apresentar conteúdos sobre *comportamento* num meio social. A influência da identidade nas ações²⁷ geralmente envolve uma manipulação de qual auto-imagem estará em ênfase ou saliência (*saliency*) no momento de estabelecer uma interação. No caso da identidade nacional, isso se refere a quais aspectos da auto-imagem, ou quais aspectos dentro da narrativa histórica serão salientados no momento da concepção de um papel internacional e da interação com outros atores do sistema. Embora geralmente experimentada como estável, a identidade é altamente sensível a situações (*situation-sensitive*), portanto, quais elementos da auto-imagem serão salientados é um produto dinâmico do que é cronicamente acessível e do que é situacionalmente indicado.

Nesse sentido, fica claro que o papel internacional da China, bem como suas mudanças, não depende unilateralmente de suas elaborações, apesar de ser edificada por ela. Através do entendimento por um processo de percepção cognitiva das expectativas externas e internas somada a ponderações sobre a identidade nacional histórica, é que a elite política do PCC bem como órgãos adjacentes de elaboração política teórica definirá as linhas de conduta e de ação nacionais, incluindo-se a retórica nacional. A partir daí chegamos à segunda premissa desta pesquisa:

- 2) *Para exercer o comportamento de poder (Premissa 1), a liderança política da China concebe sua diretriz de política externa de forma a aliar aspectos salientes de auto-imagem histórica da identidade chinesa a expectativas domésticas e externas percebidas sobre o papel internacional chinês.*

²⁷ Demonstrar que a maneira como se pensa o “eu” produz uma ação ao invés de ser apenas uma associação tem sido complexo. Para a Psicologia Social, uma maneira de demonstrar que o “eu” influencia o comportamento é manipular como as pessoas pensam sobre si mesmas, e mostrar como isto influencia comportamentos subsequentes. Estudos empíricos foram realizados para manipular a saliência de alguns aspectos particulares do “eu”. Por exemplo, em um estudo, aos participantes foram dados feedbacks com o fim de induzi-los a acreditar que eles eram, de modos gerais, competentes ou incompetentes. Isto influenciou sua auto-estima, e sua auto-estima influenciou subsequentes respostas nocivas a outros. Ver: HARMON-JONES, E.; SIMON, L.; GREENBERG, J.; PYSZCZYNSKI, T.; SOLOMON, S., MCGREGOR, H. Terror management theory and self-esteem: Evidence that increased self-esteem reduced mortality salience effects, *Journal of Personality and Social Psychology*, no.72, 1997, pp. 24- 36.

O papel internacional da China e seu posicionamento na ordem social internacional não podem ser explicados somente ou até mesmo primordialmente por expectativas externas no processo de socialização (WENDT, 1999; JOHNSTON, 2007). Ao contrário, a Teoria dos papéis deveria levar em conta auto-identificação, bem como outros distintos modos de interação, mais relevantes como mecanismos causais para um comportamento de engajamento tomado pelos atores (*role holders*) (PU, 2012). Em contrapartida, o papel da China no mundo, se entendido relativa e cientificamente, não pode ser somente definido por ela, já que os demais atores do globo deverão tomar também seus respectivos “contra-papéis”.

Assim, para buscar funções de liderança, o ator internacional (*role holder*) necessita de capital social – outros atores dispostos a assumir seus contra-papéis -, para o qual a legitimidade passa a ser importante. Yan Xuetong (2011), seguindo tradições do pensamento filosófico chinês, avalia esta legitimidade como equivalente a confiança, e elabora aspectos de uma “autoridade moral” ou “autoridade humana” (*humane authority* - wángdào - 王道), como contraposição à autoridade hegemônica (*hegemonic authority* - bàdào - 霸道)²⁸. Embora o detalhamento desta distinção não caiba nesta introdução, ela serve para apontar que a elaboração conceitual das diretrizes políticas para buscar resultados preferidos é destinada não apenas para intermediar as interações diretas com outros Estados, como também considerar um dos elementos envolvidos nos estudos dos papéis internacionais: a audiência.

A função desta audiência é: primeiro, estabelecer uma realidade consensual para o exercício dos papéis; segundo, prover indicações para guiar os atores internacionais em interação; terceiro, engajar-se no reforço dessa realidade consensual através de sanções positivas ou negativas associadas com o exercício do papel; e quarto, contribuir para a manutenção do exercício dos papéis ao longo do tempo (SARBIN; ALLEN, 1968). Embora não haja pesquisas específicas e únicas sobre a audiência nas análises de política externa e que esta seja, na maior parte das vezes, considerada como informação adicional, é provável que o exercício de um papel internacional ao longo do tempo sem maiores desvios deva ao fato de que a audiência continuamente o observa. Destarte, o exercício do papel internacional é essencialmente intercomportamental, na medida em que deve considerar elementos fundamentais: o ator internacional (*role holder*), os atores complementares que exercerão seus contra papéis (*complementary role*), e um

²⁸ Tais aspectos de liderança serão abordados com maiores detalhes posteriormente.

terceiro elemento que observará o processo interativo – a audiência (*audience*) (SARBIN; ALLEN, 1968, p. 527-34).

De acordo com Stryker e Statham (1985), é implausível elaborar um papel sem ter como referência contrapapéis explícitos ou implícitos numa interação contínua. As expectativas com relação a um papel provêm, logo, uma ponte conceitual entre as estruturas individuais e sociais. Por considerar estas referências, e ter em conta que o exercício do comportamento de poder para lograr resultados favoráveis é essencialmente uma esfera interativa, é que a liderança do PCC procura delinear *frames* (quadros) para direcionar não só suas próprias ações políticas enquanto um papel internacional (concepção do papel – *role conception*), mas também esclarecer e convencer os demais atores internacionais - que terão seus próprios contrapapéis, expectativas e autoconceitos identitários - da legitimidade do mesmo e assim, de fato, exercê-lo (exercício do papel – *role enactment*). Com isto chegamos à terceira premissa desta pesquisa:

3) *A diplomacia de parcerias estratégicas acopla em seu conteúdo elementos discursivos que servirão como estruturadores de frames no processo de socialização e interação no cenário internacional.*

Esta premissa baseia-se nos estudos de Goffman (1974) sobre articulação de *frames* como guias interpretativos, construídos através de interação. Os *frames* moldam a maneira como os atores internacionais reconhecem a conjuntura internacional. *Framing* é, portanto, “um fenômeno processual ativo que implica agência e contenção ao nível de construção do que é tido como realidade” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 613). De acordo com esta perspectiva, os atores engajam em atividades de enquadramento na tentativa de mobilizar outros atores em torno de uma perspectiva particular. Embora a linha de estudo de *framing* tenha sido conduzida no nível de pesquisa quantitativa e experimental, na presente pesquisa tais teorias serão utilizadas para iluminar as dinâmicas de elaboração estratégica com o fim de revelar os mecanismos mais sutis pelos quais as diretrizes políticas internacionais chinesas se interrelacionam.

O **objetivo principal** desta pesquisa é investigar em que medida esta disposição *frames* salientados nas parcerias estratégicas forjadas pela China guardam relação com as expectativas externas e domésticas tangentes ao papel internacional chinês, geradas pelo crescente comportamento de poder da China na arena internacional, e a auto-

imagem identitária nacional do país. A partir da definição do objetivo principal, consideramos como **variáveis independentes**: a) as expectativas externas com relação ao papel internacional da China (variável independente exógena); e b) as expectativas domésticas com relação ao papel e a auto-imagem identitária chinesa (variável independente endógena). A lógica dos *frames* elencados na diplomacia de parcerias estratégicas é o fenômeno a ser analisado, sendo, portanto, a **variável dependente**.

Para se chegar à investigação do objetivo principal, alguns **objetivos específicos** são delineados:

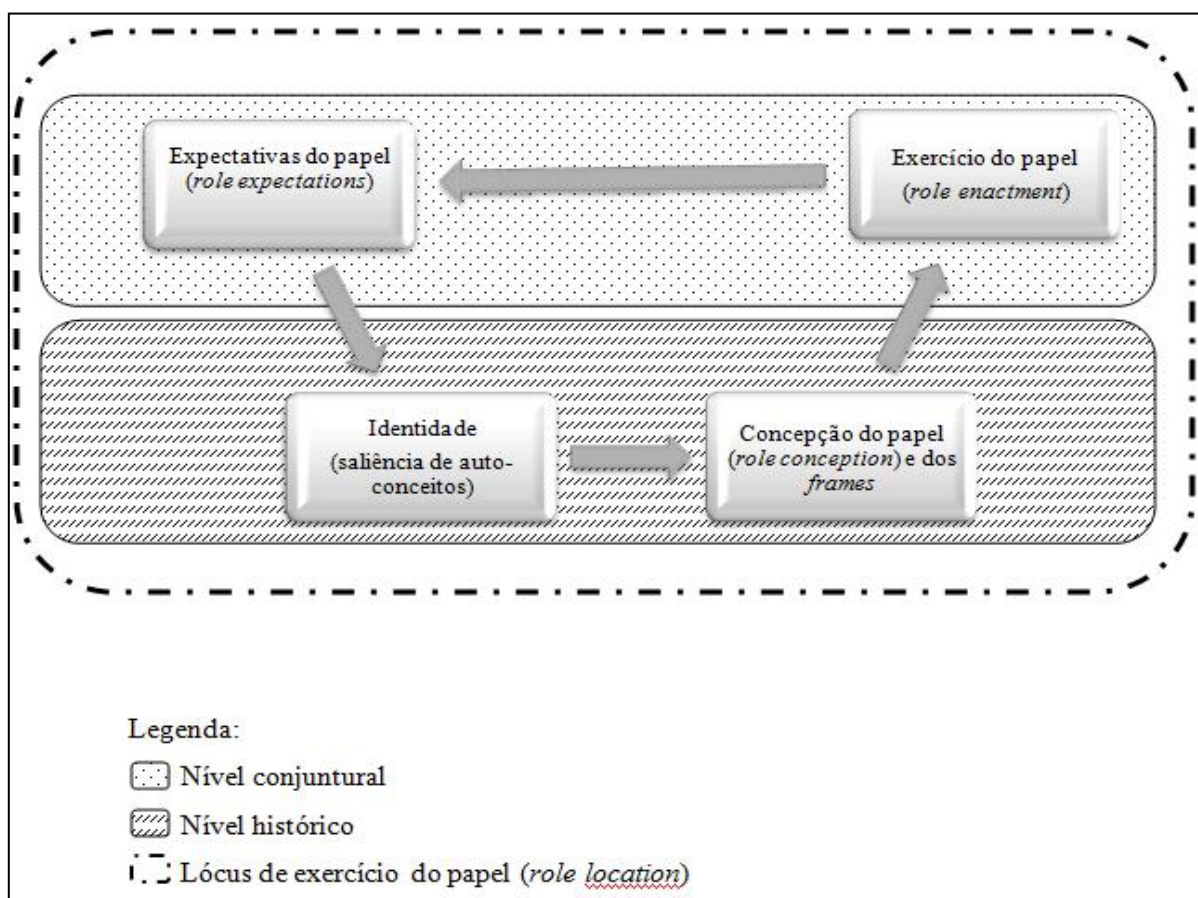
- 1) Debater o comportamento de poder chinês, que influenciará na definição das expectativas externas com relação ao papel internacional chinês, tendo em vista a base teórica ocidental convencional e chinesa sobre o tema.
- 2) Estender o debate do comportamento de poder chinês e da definição de um papel internacional diferenciado a partir das análises dos processos exógenos (Dissenso de Washington) e endógenos (imperativo do desenvolvimento) da re-emergência chinesa no cenário internacional, que também contribuirão para a identificação das expectativas externas com relação ao papel chinês.
- 3) Compreender em que medida os processos históricos e definição de uma identidade propriamente “chinesa” (o “eu” histórico) contribuem e influenciam nas definições das diretrizes estratégicas de política externa.
- 4) Identificar as expectativas internas com relação ao papel internacional chinês.
- 5) Entender em que medida os *frames* se dispõem e se relacionam com as expectativas domésticas e externas com relação aos papéis que a China poderia assumir (*role expectations*) e com a concepção de um papel internacional (*role conception*) baseado na saliência de uma auto-imagem identitária que gerarão, futuramente, comportamentos factuais (*role enactment*) no cenário internacional.

Atenta-se para o fato de que onde os *frames* já dispostos conjuntamente sobre uma escolha estratégica não são congruentes, os atores engajam em ações de enquadramento altamente politizadas com o fim de ressoar seus próprios *frames* e mobilizar ações a seu favor – o que poder ser mais facilmente exercido no caso de um comportamento de poder. Essa perspectiva do processo de enquadramento sugere que os *frames* são não apenas ferramentas instrumentais para justificativas *ex post* de ações

tomadas através do comportamento de poder, mas sim constituinte *ex ante* do processo político que produz decisões em termos de política internacional.

Nesse sentido, para facilitar a compreensão da elaboração da diplomacia de parcerias estratégicas e dos *frames* incluídos na mesma, esquematiza-se o processo de formulação de um papel internacional chinês e de seus *frames* da seguinte maneira:

Figura 1 - Elaboração do papel internacional da China e seus *frames* na diplomacia de parcerias estratégicas



Fonte: Elaboração própria.

A Figura (1) ilustra o processo interativo e relacional onde, no âmbito do cenário internacional percebido pela liderança política da RPC como globalizado e multilateral (*role location*), a concepção de um papel internacional e a elaboração dos *frames* para angariar capital social no exercício do comportamento de poder perpassa pela análise das expectativas (domésticas e internacionais) tangentes a este papel e pela saliência de autos-conceitos que definirão uma identidade nacional (o “eu” histórico, nesse caso, a ideia de “características chinesas”).

Tal elaboração se dará, também interativamente, em ambos os níveis de conjuntura internacional – consideram-se expectativas atuais - e de processo histórico – considera-se um “caráter” e uma “conduta” chineses – rumo à elaboração do papel internacional (*role conception*) e dos *frames* de parcerias estratégicas que contribuirão para que a China de fato consiga exercer seu comportamento de poder através do exercício do papel (*role enactment*). Por último, indica-se que a concepção (*conception*) e o exercício (*enactment*) do papel internacional, bem como da elaboração do *frames*, não são estáticos. Isto porque na medida em que outros atores percebem as interações e se engajam – ou não – no enquadramento, isto abre possibilidades para a geração de novas expectativas conforme este papel for exercido e, por conseguinte, redefinições subseqüentes do papel internacional e do planejamento para lograr os objetivos do exercício de comportamento de poder.

Esta pesquisa limita-se a investigar a primeira parte deste processo cíclico de elaboração interativa e redefinição de papéis, ou seja, se e de que forma as expectativas atuais com relação ao papel (*role expectations*) interagem com a auto-imagem identitária nacional do país de forma a influenciar na concepção do papel (*role conception*). A concepção do papel, neste caso, é simultaneamente traduzida para a seleção e ênfase dos *frames* como forma de facilitar o exercício do papel (*role enactment*) no cenário internacional. Dessa forma, consideramos que o exercício de facto do papel (*role enactment*) – se a China atua ou não conforme a imagem que projeta de si e conforme a imagem que os outros atores projetam dela no cenário internacional - deva fazer parte de uma análise a parte e posterior à elaboração do papel, já que é, em si, uma variável dependente de constrangimentos factuais internacionais.

Outros modelos de análise de decisão política, como a Teoria dos Jogos, oferecem uma visão mais direta do processo político decisório, muitas vezes utilizando-se de uma racionalidade vinculativa para explicar resultados decisórios. Enquanto muitos desses estudos fundacionais iluminaram a relevância da força geopolítica na moldura das escolhas estratégicas, deixaram em aberto questões sobre fontes interpretativas dessas escolhas estratégicas, e como o processo de construção de significados prevaletentes na arena internacional pode ser dinamizado através da consideração de diferentes fontes teóricas de observação política.

Esta pesquisa procura revelar como os *frames* das diretrizes estratégicas de parceria foram elaborados à luz das limitações de entendimento político-econômico

autóctone chinês e, igualmente, através de quais elementos há uma tentativa de legitimação deste *frame* para que seja aceito por parte de seus parceiros. Considera-se que:

- i. Especialmente durante períodos de incertezas, é possível perceber que os *frames* cognitivos tornam-se ainda mais centrais ao processo de elaboração estratégica conforme os atores tentam dotar de sentido sinais ambíguos do cenário internacional.
- ii. Modelos políticos realistas tendem a negligenciar mecanismos cognitivos, o que pode ser problemático no momento de entender elaborações estratégicas em cenários internacionais de transição ou em períodos turbulentos, já que as incertezas podem resultar em uma miríade de interpretações contextuais e sobre quais direções políticas tomar. A existência destas múltiplas perspectivas abre possibilidade para o engajamento de novos atores e novas construções de significados e *frames* que serão legitimados posteriormente.
- iii. Tal ação política implica na persecução de interesses nacionais, mas as motivações dos atores dependem do *frame ex ante* aplicado à situação e, reciprocamente, os interesses ajudam a selecionar qual *frame* será aplicado (GOFFMAN, 1974). Estes apontamentos nos forçam a considerar uma pluralidade de visões emergentes, o que significa que é relevante não somente analisar como esses *frames* moldam escolhas estratégicas, mas também como um *frame* vem a predominar sobre outros.

Esta linha de raciocínio, se correta, possibilitará a análise da linha dual da diplomacia de parcerias estratégicas da RPC. Ao considerar que, quando um ator internacional encontra-se conjunturalmente em duas ou mais posições (refletidas pelas expectativas) que requerem atuações de papéis contraditórios, esta incompatibilidade de expectativas e papéis pode gerar uma disfunção no momento de elaboração estratégica e de definição própria dos *frames*. Esta disfunção, se percebida continuamente pelos demais atores internacionais, poderia acarretar em falhas no momento da persecução dos resultados preferidos e no comportamento de poder *per se*.

A pesquisa é, portanto, guiada pelo seguinte **questionamento**: será a linha dual dos *frames* das parcerias estratégicas reflexo de uma disfunção entre expectativas (internas e externas) e auto-imagem salientada como identidade?

A partir deste questionamento e das análises dos objetivos específicos e do objetivo principal, investiga-se a **hipótese** de que *os frames da diplomacia de parcerias estratégicas são reflexos do esforço diplomático em compatibilizar as expectativas internacionais e domésticas – por sua vez influenciada pela auto-imagem identitária - direcionadas ao papel internacional chinês no momento da definição estratégica diplomática.*

No que tange à sua **argumentação teórica**, considera-se nesta pesquisa que, muito embora os estudos de Relações Internacionais invoquem termos relacionados à teoria dos papéis – a exemplo dos termos largamente utilizados na área como “atores” e “cenário” -, poucos a concebem como instrumento analítico. Holsti (1970) focou-se na simples ideia de que o “eu”, neste caso os líderes de Estado, acopla uma variedade de crenças ou imagens sobre a identidade do Estado. Destarte, essa concepção de um papel para o Estado foi analisada como um elemento que molda a maneira como um Estado atua no sistema internacional.

Walker (1987) apontou que a teoria dos papéis tem um valor descritivo, organizacional e explicativo para os estudos de política externa. Descritivo, porque a teoria provê um rico vocabulário para categorização de crenças, imagens e identidades que indivíduos ou grupos desenvolvem para si mesmos e para os outros, bem como tipos de processos e estruturas que governam suas aplicações em situações particulares. Organizacional, porque permite ao analista focar em todos os níveis de análise comumente utilizados nos estudos de política externa e de relações internacionais e, adicionalmente, relacionando tais níveis através de uma orientação processual que agrega agentes e estruturas. E seu valor explicativo deriva do alcance de suas próprias teorias e da maneira como também as deixa serem influenciadas por outras abordagens teóricas.

Os papéis internacionais pertencem, enquanto fenômeno social emergente, a um grupo de construções sociais imateriais, que dão significado às interações e estruturas internacionais. Na literatura do interacionismo simbólico e dos estudos cognitivos, o “papel” é referido como um “repertório de *comportamento*, guiado pelas expectativas de outros e por próprias concepções, selecionado ao menos parcialmente em resposta a interpretações e demandas” (WALKER, 1992, p. 23, Tradução nossa, Grifo nosso). Considerando tal definição, valemo-nos nesta pesquisa de uma abordagem interativa

não só de ideias, como também teórica, que permite alocar contribuições de diferentes paradigmas dentro de um construtivismo processual, como apontado por Qin (2009).

Acredita-se que as vantagens em examinar a diplomacia chinesa de parcerias estratégicas através da abordagem do ‘papel’ se apresentam em três frentes: a) agrega expectativas externas com relação à China, de forma a reconhecer possíveis atalhos causais para adaptação e aprendizagem; b) abre para a dimensão nacional ao incorporar as expectativas da composição doméstica; e c) permite que ideias, noções históricas tradicionais, e interesses sejam integrados através da autopercepção da liderança chinesa com relação ao seu papel em política externa. Tal abordagem dá luz, portanto, ao processo de adaptação parcial de papel internacional através de política externa num ambiente internacional crescentemente influenciado pelos meios de interação da China.

Sendo assim, as bases teóricas constituintes desta pesquisa – mas não limitadas a elas – são o debate sobre conceitos e exercício de poder, a teoria dos papéis (*role theory*), a teoria da pressão lateral (*lateral pressure*), e os estudos sobre equandramento (*framing*).

À medida que análises de política externa e das relações internacionais procuram cada vez mais compreender as diretrizes políticas de uma ampla gama de Estados – incluindo Estados menores que enfrentam restrições significativas sobre suas capacidades de atuar na arena internacional –, a abordagem interativa e relacional fornece uma disposição teórica atraente. O foco nas concepções de formuladores políticos sobre o papel de seus Estados na política internacional aumenta a capacidade de dar sentido às ações políticas de uma ampla gama de Estados na arena global. De acordo com Holsti (1970, p. 239), “percepções, valores e atitudes” dos tomadores de decisões políticas são relevantes para se explicar o comportamento internacional dos atores. Quando Holsti (1970) publicou seu artigo sobre o tema, ele defendeu que o comportamento de política internacional deriva “*primariamente* das concepções de papel dos formuladores políticos, de demandas e necessidades domésticas e de eventos críticos ou tendências no ambiente externo” (HOLSTI, 1970, p. 243, Tradução nossa, Grifo original). Neste momento, poucos estudantes de relações internacionais consideravam os processos cognitivos dos tomadores de decisões políticas ou entendiam a racionalidade enquanto “interrelacionadas” (SIMON, 1985). Em outras palavras, antes mesmo que o construtivismo fosse parte do horizonte intelectual das

Relações Internacionais, Holsti (1970) adotava uma posição enraizada na psicologia política e consistente com o construtivismo.

Talvez como resultado, grande parte das pesquisas relacionadas à teoria dos papéis seguiram mantendo íntima relação com teorias estruturais das Relações Internacionais (SINGER, 1961; WALTZ, 1959). Teóricos desta área tendiam a investigar a influência do sistema internacional no papel – ou papéis – que os Estados adotavam, mais do que ponderar as fontes domésticas das concepções destes papéis (HOLSTI, 1970; SHIH, 1988; WALKER, 1979; WISH, 1980, 1987). Em sua pesquisa, Wish (1980, p. 547) concluiu que as concepções do papel nacional “provêm diretrizes contínuas ou padrões para comportamento. Suas longevidade e estabilidade são recursos na tentativa de explicar padrões comportamentais de longo-prazo e não decisões singulares”.

No que se refere à **Metodologia**, a pesquisa segue as diretrizes de Qin (2009), Walker (2011), Thies (2012, 2013), van Dijk (1980, 1985, 1987) e Donati (1992, 1994). Conforme exposto previamente nesta introdução, a metodologia de Qin (2009) pretende seguir uma abordagem interativa das análises de relações internacionais, de forma a não restringi-las às perspectivas obversas – considerar somente abordagens autóctones chinesas - ou reversas – considerar apenas abordagens ocidentais convencionais, e de forma a dar ênfase a processos e relações (*construtivismo processual*).

A teoria binária dos papéis de Walker (2011, p. 245) dispõe sobre a relação entre o “mundo mental das crenças” e o “mundo social do comportamento”. Ele identifica concepções de papel (*role conception*) como pertencentes ao mundo mental, e o exercício do papel (*role enactment*) como parte do mundo social. O objetivo da metodologia binária é reduzir incertezas. Ela incorpora tanto elementos estruturais, como poder e interesses, como variáveis cognitivas, como concepção do papel e expectativas, e mostra como eles interagem. Assim sendo, o autor demonstra uma tendência em direção à convergência dos mundos mental e social, e provê uma perspectiva útil para que se compreenda a interação entre ideias e comportamento. É nesse sentido que sua diretriz metodológica ganha relevância nesta pesquisa que, entretanto, fará um esforço para introduzir não apenas elementos cognitivos, mas de interpretação histórica, na medida em que entendemos a concepção do papel também como um produto de saliência de auto-imagem pautada por uma narrativa histórica nacional.

É importante destacar que a hipótese desta análise se foca no “mundo mental das crenças” mais que no “mundo social do comportamento”. Por ter em mente que os frames não são atos estratégicos per se, mas precedem o ato estratégico e são recursos retóricos discursivos visando interação; e que as expectativas externas e domésticas com relação ao papel internacional chinês são provenientes mais de percepções e processos cognitivos que de base material, a pesquisa toma um caráter mais racionalista que empiricista. Especificamente por ser uma pesquisa de caráter qualitativo e de método dedutivo, optamos por analisar somente uma variável dependente.

Também utilizaremos das proposições metodológicas de Thies (2012, 2013) tangentes à socialização de Estados. O autor apresenta o processo na forma de uma árvore de decisões, com escolhas binárias em diversos pontos sucessivos de decisão. A interação acontece num contexto natural concebido como a estrutura do sistema internacional, e entre um Estado socializado e um Estado emergente, sendo que este último, por suposição, está localizado na esfera de influência do primeiro. Nesse sentido, a interação acontece no sistema (doravante aqui denominado *locus do papel – role location*), que não atua, mas influencia indiretamente no comportamento dos Estados.

Thies (2012) argumenta que escolhas equivocadas de papel podem ser corrigidas na interação entre Estados socializantes e emergentes, conforme este último procura reduzir dissonâncias entre sua própria concepção de papel e as expectativas (*role expectation*) dos demais Estados. Esta pesquisa, considerando a RPC como um desses Estados emergentes na socialização internacional e na formulação de seu papel, utiliza-se da metodologia de Thies (2012, 2013) para dotar as análises de uma abordagem mais interativa, não deixando de considerar que os *frames* das parcerias estratégicas, por exemplo, são frutos não somente de saliência de auto-conceitos de identidade histórica da China, como também frutos de um processo cognitivo e construtivo de percepção de expectativas domésticas e internacionais sobre o papel da China no cenário internacional.

As contribuições de Qin (2009), Walker (2011), Thies (2012, 2013), van Dijk (1980, 1985, 1987) e Donati (1992, 1994) proporcionam importantes avanços teóricos em análises interacionistas. Eles utilizam suas abordagens formais para construir estruturas teóricas lógicas que são apresentadas de forma transparente e inteligível. Independentemente se teorias subseqüentes adotem a linguagem formal usada em seus

trabalhos, a lógica e a elegância de suas teorias representam uma importante contribuição às análises de Relações Internacionais.

Por ter como base uma série de documentos oficiais, utiliza-se ainda, do ponto de vista metodológico, tanto do instrumento de contagem de palavras (*Word Count*), como do método de análise do discurso, particularmente por meio das contribuições de Fiorin (1989) e de Guilhon Albuquerque (1993). A análise pormenorizada por meio da contagem de frequência de palavras provê perspectiva quantitativa e de direcionamento documental, quando confrontada com as práticas aplicadas pela RPC, além de revelar categorizações de palavras que expressem diferentes (ou consensuais) políticas e preferências. Levando em conta a possibilidade de que a mesma palavra possa estar num contexto distinto e ser aplicada com significados diferentes, faz-se necessária a análise de discurso como suporte, de forma a considerar que o discurso não é apenas exposição neutra da palavra, e que se deve interrogar os nexos estabelecidos entre a linguagem e a ideia (interesse).

Realizar uma pesquisa que envolva a China apresenta certos problemas e desafios, muito embora o acesso a dados tenha melhorado significativamente nos últimos anos. Conforme argumenta Lieberthal (2011), pesquisas quantitativas têm frequentemente prevalecido em relação a pesquisas altamente contextualizadas na medida em que a disciplina de Relações Internacionais privilegia a metodologia aos custos da linguagem e de estudos culturais mais aprofundados. No entanto, esta pesquisa concorda com Lieberthal (2010, p. 275) no sentido de que “ideias, cultura, história, e construções sociais podem moldar os acontecimentos na China profundamente”, sendo necessária, portanto, uma abordagem qualitativa.

Faz-se relevante destacar que, para a investigação mais profunda da terminologia vernácula chinesa, já que muitos caracteres chineses (汉字 - *hànzì*) possuem mais de uma interpretação e são interpretados conforme o contexto – e por isso muitas vezes mal interpretados²⁹ –, foi utilizado o sistema pinyin (拼音-*pīnyīn*) de transcrição fonética do

²⁹ Existem cerca de 10.000 a 20.000 ideogramas chineses, mas isso não significa que existam apenas 20.000 palavras. De uma maneira geral, as palavras chinesas são constituídas de dois ou mais caracteres e o mesmo caracter pode aparecer em algumas palavras diferentes. Por isso, existem muitas palavras homófonas no mandarim. Estas palavras homófonas são diferenciadas através dos 5 tons (por exemplo: ā, á, ǎ, à, a - o primeiro tom é alto e contínuo; o segundo é crescente; o terceiro começa baixo, desce um pouco mais e volta a subir; o quarto começa alto e cai bruscamente) ou mesmo através do contexto linguístico em que se encontram inseridas. Consoantes como p e b são pronunciadas como p em “porta” (aspirado). As consoantes d e t são pronunciadas como t em “tampa” (aspirado). As letras g e k são pronunciadas como c em “cara” (aspirado). A letra j é pronunciada como “dj”. A letra q é pronunciada como “tchj”. A letra z é pronunciada como “tz” e a letra c como “ts”. A junção zh é pronunciada como “dzh”, a junção ch pronunciada como “tch”, e a junção sh é pronunciada como “ch”.

chinês mandarim mediante o alfabeto latino por acreditar-se ser o método mais próximo da pronúncia chinesa. Para este método de romanização, Mao Tsé Tung, por exemplo, fica *Máo Zédōng*.

No que tange à sua **estrutura**, através de levantamento bibliográfico referente ao debate teórico, o *primeiro capítulo* faz um resgate teórico no sentido de demonstrar que muitas abordagens dentro das teorias das Relações Internacionais (RI) – particularmente o realismo ofensivo e o defensivo, o liberal institucionalismo e o construtivismo – provêm poder explanatório sobre diversas dimensões e variáveis da re-emergência da China no cenário internacional. Também, procurou-se introduzir e esclarecer o surgimento de uma possível “Escola Chinesa” de RI ou os parâmetros do que seria uma abordagem de RI “com características chinesas”. Por último, estabelece-se o debate teórico e a relevância de teorias que levem em conta processos cognitivos e interativos nas análises de RI, particularmente a Teoria dos Papéis (*Role Theory*).

No *segundo capítulo*, discute-se a primeira variável independente da pesquisa. Primeiramente investiga-se o cenário internacional no qual a China passa a desempenhar um comportamento de poder. Através de levantamento bibliográfico sobre o tema, de documentos de fontes primárias como órgãos governamentais de governança internacional (CSNU, OMC, FMI, PIIE) e de estudos chineses (SIIS, CASC, CIIS, CNKI) e material jornalístico de agências internacionais (Xinhua, China Daily, Reuters, BBC, entre outros), debate-se, num primeiro momento, o conceito e as dimensões de poder nas relações internacionais, o poder na perspectiva chinesa e sua ênfase no poder brando. Doravante, analisam-se abordagens integradas de quantidade de poder, a transição de status de poder entre potências e, sequencialmente, a deflação da credibilidade norte-americana como elemento exógeno impulsionador para uma atuação mais assertiva da RPC no cenário internacional. O estudo da transição do cenário internacional possibilita a identificação das expectativas externas relacionadas ao papel internacional chinês.

O *terceiro capítulo* analisa como o comportamento de poder da China para gerar seus resultados preferidos – suprimento de recursos estratégicos energéticos e estabilidade internacional – influenciou na preferência pelo estabelecimento da diplomacia de parcerias estratégicas, e como estão dispostas estas parcerias, tendo em conta seus elementos constitutivos. Frisa-se que não é a intenção desta pesquisa detalhar cada uma das parcerias estratégicas estabelecidas em seus elementos pormenorizados,

ainda que seja de fundamental relevância o estudo e a análise dos documentos primários que as institucionalizam.

O *quarto capítulo*, pautado também em levantamento bibliográfico sobre o tema, em fontes históricas e fontes primárias, em discursos proferidos por líderes de governo da RPC, e materiais jornalísticos, investiga as características chinesas na ordem internacional e os elementos históricos que promovem a auto-imagem identitária nacional, analisa a influência do florescimento filosófico dos períodos de Primavera e Outono (722-481 a.C.) e dos Estados Combatentes (403-221 a.C.) na dinâmica histórico-política e de formação civilizacional chinesa, o porquê da preferência desta pesquisa em tratar de uma *re-emergência* internacional chinesa, as dialéticas distintas chinesas como base para os conceitos de “desenvolvimento pacífico” e “mundo harmonioso”, e a atuação *free-rider* da China na ordem internacional.

O *quinto capítulo* se concentra na identificação e clarificação, levando em consideração análises anteriores sobre o processo histórico de re-emergência da China no cenário internacional, de elementos selecionados da auto-imagem identitária nacional da China. Num segundo momento foca-se, ao estudar e analisar os conceitos discursivos utilizados com linguagem comunicativa no léxico político chinês, na identificação das expectativas domésticas com relação ao papel chinês e na relação que os elementos de auto-imagem identitária nacional guardam com relação a estas expectativas.

No *sexto* e último capítulo, após uma breve retomada teórica sobre os estudos envolvidos na seleção dos *frames*, os princípios e conceitos discursivos chineses levantados a partir dos documentos de Comunicados Conjuntos e pronunciamentos oficiais são analisados de forma a alocá-los dentro do estabelecimento das parcerias estratégicas e de forma a esclarecer e discutir se a disposição dual dos mesmos guarda relação com as expectativas externas e domésticas geradas pelo comportamento de poder chinês e sua relação com os elementos de auto-imagem identitária da China. Por fim, analisam-se os resultados de discutir a Tese de que *a lógica dual (assertiva e defensiva) dos frames dispostos na diplomacia de parcerias estratégicas é reflexo do esforço diplomático em compatibilizar tais expectativas internacionais e domésticas – por sua vez influenciada pela auto-imagem identitária - direcionadas ao papel internacional chinês no momento da definição estratégica do comportamento de poder.*

Nas conclusões finais retomam-se brevemente as proposições principais dos capítulos anteriores de forma a dispor os principais elementos do corpo de texto da Tese até a discussão da Tese.

O renovado interesse nas pesquisas de abordagem interativa – particularmente na Teoria dos papéis – nos estudos de relações internacionais não é surpreendente, dado que estas perspectivas estão especialmente posicionadas para lidar com a interação entre agentes motivados – formuladores das diretrizes de política internacional – e os constrangimentos impostos pelas instituições políticas domésticas e pelo sistema internacional. Estas perspectivas são especialmente úteis para pesquisadores que intencionam testar suas teorias sobre comportamento internacional considerando atores emergentes na ordem internacional.

É provável que a distinção entre a capacidade material para agir e o desejo normativo (ideacional) de participação mais ativa no ambiente internacional seja relevante nesses casos. Adicionalmente, elas provêm instrumentos para conceituar o escopo das políticas internacionais que os formuladores políticos percebem como passíveis de serem empreendidas por seus Estados. São baseadas numa análise das percepções, cognições, e ideias dos tomadores de decisão sobre a posição de seus Estados no mundo, e procuram entender como tais avaliações guiam o comportamento internacional. A Teoria dos papéis, por exemplo, oferece um veículo que não só permite aos pesquisadores diferenciar o campo material do ideacional, como também os permite teorizar sobre a interação entre ambos.

O diálogo entre a escola de Relações Internacionais e as análises de política externa ligadas ao interativismo poderiam permitir progresso na teorização sobre como e porque conceitos ideacionais e retóricos – como os *frames* – importam. Obviamente os estudos interativos e relacionais sobre política internacional e sobre o comportamento e o papel da China no cenário internacional não se encerram por aqui. Esta pesquisa procura fazer uma compreensão parcimoniosa, ainda que complexa, sobre a diplomacia de parcerias estratégicas e o comportamento de poder que a China exerce na arena internacional, de forma a desmistificar conceitos tidos como “de características chinesas” e dar luz a novos procedimentos de pesquisa teórica.

(***)

I. PARTE UM

1. Por uma abordagem teórica interativa, processual e relacional

A questão sobre como mensurar e explicar as implicações da crescente influência chinesa no cenário internacional, sobretudo sob o cunho de “ascensão” ou “desenvolvimento” pacífico, é imanente em três das teorias das relações internacionais: realismo, liberalismo e construtivismo. A lente pela qual este processo é analisado tem implicações não somente teóricas, como também políticas, na medida em que são norteadores das atividades mesmas colocadas em prática pelas lideranças políticas dos países.

1.1 Realismo ofensivo e realismo defensivo, poder e interesse e a teoria da “Ameaça Chinesa”

Em meados da década de 1990, o debate público das relações internacionais foi centrado na possibilidade de uma “ameaça chinesa” e no receio de que uma China mais poderosa pudesse romper com a ordem internacional vigente (GERTZ, 2000; MEARSHEIMER, 2006; MENGES, 2005). Intelectuais que examinaram as conseqüências de uma ascensão chinesa através tanto da Teoria da Transição de Poder como do realismo ofensivo (*offensive realism*) previram um futuro conflituoso entre esse país e os demais países do status quo. De acordo com seus argumentos centrais – que os Estados são atores idênticos e unitários agindo num sistema internacional anárquico, que os interesses nacionais são relativamente fixos, e que o poder relativo entre os atores determina os resultados do sistema internacional -, sobretudo com as variantes da teoria de transição de poder, conflitos são mais prováveis quando uma potência em ascensão, insatisfeita com o status quo, aproxima-se em termos de poder relativo e absoluto da potência dominante numa determinada região ou no sistema internacional, estando preparada e disposta a utilizar de força coativa para estabelecer e remodelar um sistema internacional de normas e instituições que responda aos seus interesses (ORGANSKI, 1958; GILPIN, 1981; THOMPSON, 2000; LEMKE, 2002).

Nesse sentido, a teoria que segue o realismo ofensivo argumenta que conforme os Estados crescem em capacidade ofensiva (militar), também passam a perseguir interesses expansionistas. Na medida em que o poder é considerado a fonte última de segurança num sistema anárquico, os países tendem a ser expansionistas com o fim de atingir um status hegemônico. Quando aplicado ao caso da China, o realismo ofensivo

profetiza que o país, ao acumular e ampliar capacidade material tornar-se-á mais beligerante e estará mais perto de um conflito armado com outras potências do sistema (MEARSHEIMER, 2006, 2010; KLUGER, 2006).

Por outro lado, certos estudos apontam para uma visão mais otimista do processo de re-emergência chinesa³⁰. Tais estudos reconhecem a relevância do caráter revisionista das transições de poder e notam que algumas transições de fato não incorreram em conflito bélico direto, a exemplo da transição hegemônica entre Reino Unido e Estados Unidos no século XIX (POWELL, 1999). Se assumimos que os interesses nacionais não são necessariamente conflituosos frente a comprometimentos e trocas de informações - e alto custo de um conflito bélico - é possível que uma potência em ascensão possa estrategicamente optar por uma política externa de cunho mais cooperativo (“*soft bandwagoning*”), na medida em que tanto a potência em ascensão vê tal acomodação como de seu interesse estratégico, como também os demais atores do sistema - incluindo organizações internacionais - tenderão a acomodá-la de acordo com seus próprios interesses (KUPCHAN, 1998).

Nessa perspectiva, até o momento a China tem perseguido políticas externas complacentes e consistentes com o status quo, renegando intenções revisionistas que a caracterizavam em fins da década de 1960 (JOHNSTON, 2003; KANG, 2008). A perspectiva de uma transição pacífica de poder tem sido mais amplamente estudada, e tem-se debatido que uma dinâmica “win-win”, como a proposta pela diretriz de política externa chinesa, começa a ganhar espaço no sistema internacional. Dinâmica esta onde, por razões econômicas e/ou de segurança, a maior parte dos atores internacionais tende a acomodar estrategicamente as demandas de política externa chinesa na medida em que podem ser beneficiados com a re-emergência da China (KANG, 2007).

Se introduzirmos ainda elementos da teoria da interdependência econômica, podem ser discutidos os altos custos para a China de uma política externa agressiva, especialmente no que se refere aos logros de anos de reforma econômica em termos de perda de fluxos comerciais e tecnológicos, de investimentos externos e, de maneira genérica, de participação na ordem internacional que tem possibilitado o crescimento econômico e político do próprio país. Um comportamento de poder agressivo não somente implicaria em altos custos, como também certamente abriria uma oportunidade

³⁰ Preferimos o uso do termo “reemergência” nesta pesquisa devido a uma abordagem histórica de mais longo prazo do processo de inserção internacional da China. Mais detalhes podem ser encontrados no corpo de texto adiante.

para a formação de uma coalizão de Estados no sentido de conter a China ao minar sua estratégia de re-emergência. (GOLDSTEIN, 2005; KANG, 2007; IKENBERRY, 2008; JOHNSTON, 2008; ZHU, 2008).

Ainda que ambas as teorias do realismo ofensivo e da teoria de transição de poder discorram sobre os benefícios sistêmicos de um comportamento agressivo, falham em detalhar o escopo dos mesmos. Para o realismo ofensivo, o escopo do comportamento de coerção é a segurança – amplamente definida como mais recentemente também tem feito a RPC -, empreendido através da maximização do poder em recursos. Para a teoria da transição de poder, o benefício de um comportamento agressivo que a potência desafiadora do status quo vislumbra é a posição privilegiada (*rule-maker*) para elaborar as normas do sistema internacional. Entretanto, sem maiores detalhes do porque uma potência emergente estaria insatisfeita com a ordem internacional vigente ou quais seriam os focos mais imediatos de ameaça à segurança, sobretudo quando se considera que as maiores ameaças à ordem internacional não sejam oriundas desta potência emergente, as previsões oferecidas por ambas as teorias perdem alcance teórico. Além disso, quando aplicadas tais teorias para o caso da re-emergência da China, raramente são comparados os benefícios a serem ganhos através de um comportamento agressivo e conflitos bélicos com os custos de oportunidade nos quais este comportamento agressivo incorreria.

Ainda que se possam ressaltar suas brechas argumentativas, faz-se necessário apontar qual é propriamente o principal foco potencial de conflito considerado por tais teorias no caso da China: controle territorial. Porque muitas das potências emergentes passadas como Estados Unidos, Alemanha, Japão e União Soviética perseguiram políticas de expansão territorial, e porque a RPC no momento do estabelecimento de suas parcerias estratégicas tem colocado como ponto de pauta não negociável a aceitação do princípio de “Uma só China” (“*One China*” Policy), a preocupação de elaboradores de política externa e intelectuais têm se voltado em torno do potencial uso de poder coercivo chinês em disputas territoriais (FRIEDBERG, 2005). A literatura sobre transição de poder dá ênfase às disputas territoriais como fonte de insatisfação da potência emergente com relação ao status quo, como aponta Gilpin (1981, p.106, tradução nossa): “[...] conforme o poder de um Estado aumenta, ele procura expandir seu controle territorial”.

Por conseguinte, aplicada a teoria para o país em questão, a intenção por uma hegemonia regional levaria a China a empreender conflitos territoriais para atingir ou demonstrar sua preponderância em termos de recursos de poder. Além disso, um comportamento agressivo por parte da China exerceria forte pressão nos Estados Unidos que, enquanto potência dominante vigente, deveria fortalecer as normas do sistema internacional contra uma potência revisionista e expansionista, mormente no caso de uma ameaça chinesa a um país aliado estadunidense ou a um Estado democrático liberal da região do Leste Asiático. Como discorre o mais proeminente autor do realismo ofensivo, John Mearsheimer (2001, p. 402, Tradução nossa): “Uma China próspera não seria um poder de status quo, mas um Estado agressivo determinado a alcançar a hegemonia regional”.

Pode-se argumentar, em contraposição, que análises sobre um potencial conflito territorial envolvendo a China é contraproducente dado o seu passado envolvendo este tipo de disputa. Seu comportamento histórico sugere que uma futura expansão territorial é improvável³¹ e que, embora a China tenha participado de conflitos territoriais mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, as disputas foram solucionadas em sua maioria através de acordos bilaterais – daí também a relevância das mais recentes parcerias estratégicas.

Entre estas disputas esteve o incidente ocorrido em 2013 em Aksai Chin, uma área de aproximadamente 38 mil Km² entre a China, que considera a região parte da província de Xinjiang, e a Índia, que considera a região parte da Caxemira. Devido a desentendimentos sobre onde estaria exatamente o marco divisório territorial (“*Line of Actual Control*” – LAC) da região acordado em entendimentos formais anteriores (nos anos de 1993 e 1996), as atividades de infraestrutura e acampamentos militares chineses alarmou a polícia de fronteira indo-tibetana, que enviou suas próprias tropas para o local. Ao longo do período de negociação diplomática, com o envio de representantes indianos à China, a presença militar chinesa na região aumentou. Na resolução bilateral do impasse territorial a Índia concordou em retirar seus postos de observação ao longo da ALC, e a China retirou suas tropas militares³².

³¹ Um maior detalhamento sobre este comportamento histórico pode ser encontrado no subcapítulo “O porquê de se falar em uma re-emergência chinesa”.

³² Ver: GOSWAMI, Namrata. “China’s incursions show strategic blindness”, *Asia Times*, 9 Maio, 2013. Disponível em: [http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/SOU-03-090513.html] Acesso em 18/06/2017

Ainda mais polêmica é a disputa de longa data pelas Ilhas Paracel e Ilhas Spratly entre China, Vietnã, Malásia e Filipinas, também clamadas pela França como parte da Indochina francesa em meados da década de 1930. Após a retirada francesa do Vietnã, já na década de 1950, o então governo do Vietnã do Sul tomou o controle das Ilhas, controle este condenado diplomaticamente tanto pela RPC quanto pela República da China (Taiwan). O impasse levou à batalha pelas Ilhas Paracel em 1974, envolvendo Vietnã do Sul e China, esta última mantendo o controle da região. Mais recentemente, em julho de 2016, um tribunal arbitral sob os auspícios da Corte de Haia e do Anexo VII da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar considerou legítimas as reivindicações das Filipinas tangentes às Ilhas. Tal decisão não foi reconhecida pela RPC, que tem preferência por resoluções de cunho bilateral com os países envolvidos na disputa.

A China ainda tem parte em outras disputas territoriais e conflitos por soberania marítima no Mar Amarelo, no Mar do Leste chinês e no Mar do Sul da China. Ainda que tenha utilizado de força coativa nestas disputas, seu padrão comportamental não era de expansão ou conquista de territórios que o país já não tivesse o controle ao menos parcial antes do início de hostilidades. Ademais, alguns autores apontam que ainda que a China amplie seu poder nacional, seu comportamento não será de uma potência expansionista visto que sua herança imperial visava mais bem uma hegemonia cultural que permeava os Estados regionais através de uma postura convidativa, e não propriamente o controle físico destas regiões (KANG, 2007).

Dentro dos estudos das relações internacionais, diferentes teorias identificam os altos custos que uma estratégia de expansão territorial traria à RPC. Estes altos custos são eles mesmos fortes incentivos para que a diretriz de política externa do país persiga seus interesses através de outros meios, numa contínua estratégia de reafirmação dentro de uma perspectiva ampliada do que é a “segurança nacional”. Tal disposição é chave para que se compreenda a participação do país na ordem internacional e ainda é preventiva no que tange à gênese de uma coalizão que contra-balanceie a re-emergência chinesa e que poderia refrear ou limitar seu contínuo desenvolvimento econômico (GOLDSTEIN, 2005).

Dadas as incertezas sobre a real intenção da China e sua cada vez mais assertiva postura no cenário internacional, um dos custos diplomáticos de mais fácil identificação seria a sinalização por parte da RPC como uma potência ascendente de caráter hostil, o

que acabaria por romper com o seu comportamento passado de caráter mais conciliador nas disputas territoriais. Sobretudo em disputas que levavam em conta áreas imediatas às bordas territoriais continentais do país, a RPC muitas vezes concordou em concessões territoriais inclusive abandonando intenções potenciais que a China poderia perseguir em áreas que já chegaram a pertencer à dinastia Qing no século XIX. Durante a década de 1990, por exemplo, a China se ajustou mais de dez vezes a conflitos territoriais com seus vizinhos, incluindo o acordo de fronteira estabelecido em 1994 com o Cazaquistão (FRAVEL, 2005). Assim, ressegurou seus vizinhos da impossibilidade de futuras ambições territoriais através de acordos e tratados bilaterais que explicitamente tratam de territórios que pertenciam à antiga dinastia Qing. Numa postura agressiva e na possibilidade de revogação desses acordos, uma imagem ambígua estaria sendo mandada ao sistema internacional.

Esta possível imagem agressiva seria custosa, primeiro porque levantaria incertezas ainda mais generalizadas sobre as intenções da RPC na região e sobre o futuro de um engajamento mais profundo com este país, seja nas esferas bi ou multilaterais. Se um elemento da estratégia chinesa de re-emergência ativa no cenário internacional é aprofundar seus laços político-econômicos com os países da Associação dos Países do Leste Asiático (ASEAN), então violar acordos prévios de fronteira e territórios ou apresentar novas requisições abriria uma oportunidade estratégica para que outros países não-regionais, mormente Estados Unidos, estreitem seus laços com os países asiáticos à custa do vácuo estratégico deixado pela China. Além disso, conforme aponta Fazal (2007), uma estratégia expansionista por parte da China poderia catalisar a solidificação de maior normatividade com respeito às leis contrárias à conquista territorial, que seria refletida na criação de coalizões que pudessem punir os Estados que violassem estas normas. Zacher (2001) identifica esta maior normatividade como “norma da integridade territorial”, de maneira que aumente a já alta probabilidade da comunidade internacional em punir Estados que violem tais regras (*rule-breakers*), especialmente grandes potências. Levando-se em conta que um dos objetivos da estratégia de política externa chinesa, como será apresentado mais adiante, é prevenir a formação de coalizões “anti-China”, a presença dessa ainda maior normatividade sistêmica aumentam os custos de uma estratégia expansionista, sobretudo quando a criação de uma coalizão neste sentido possa ameaçar o contínuo desenvolvimento econômico doméstico chinês.

Com efeito, num período de profundas interações econômico-comerciais, investigar sobre uma potencial expansão territorial por parte da China parece contraproducente, como dito anteriormente. Estudiosos têm enfatizado, por exemplo, o declínio da territorialidade como um componente fundamental do poder do Estado nacional, passando este a ser mais propriamente um “Estado comercial” do que um “Estado estratégico” (ROSECRANCE, 1986)³³. Qualquer intenção expansionista territorial, nessa perspectiva, reduziria os potenciais benefícios econômicos para qualquer país, incluindo China.

É interessante notar que a tendência em centralizar o debate nas esferas de poder duro (*hard power*) e coercitivo das relações internacionais é em parte um reflexo da cultura e das instituições norte-americanas. Em outras palavras, a maneira de analisar ameaças por parte de outro ator internacional e buscar resoluções bélicas para tal contexto é também reflexo de paradigmas tradicionais e históricos, e que não podem ser estendidos ou generalizados. Com efeito, a maior parte das teorias das relações internacionais é derivada indutivamente da experiência europeia dos últimos quatro séculos, durante os quais a Europa foi o lócus de guerra, inovação e riqueza (WALTZ, 1979).

Devido ao foco nas superpotências, ao tratar de entender as relações internacionais, os intelectuais têm muitas vezes empregado de maneira simplista conceitos, teorias e experiências derivados da experiência europeia – e mais contemporaneamente estadunidense -, para projetar e explicar a Ásia. Assim, a tendência prática belicosa estadunidense tem sido reforçada pelas teorias predominantes da política internacional vistas deste este ponto de vista. Para Arrighi (2008, p. 315), muitas das estratégias propostas para a determinação de política exterior direcionadas à re-emergência da China,

[...] ignoram por completo a história da China e se baseiam em uma leitura simplista da história oriental. Certamente, é necessária uma leitura seletiva do passado para dar um passo rumo à grande muralha de incógnitas sobre as possíveis consequências da ascensão da China.

Há argumentos no sentido de que as instituições internacionais desempenham um papel fundamental na promoção cooperativa internacional através de seu impacto

³³ Como veremos mais adiante, o próprio componente mesmo do poder passou a ser considerado não sob o foco dos recursos, mas do comportamento do Estado ao planejar o uso destes recursos com uma finalidade estratégica e com o fim de lograr resultados favoráveis no cenário internacional.

em como os Estados nacionais definem seus interesses. Em *After Hegemony*, um dos primeiros marcos desta literatura, Keohane (1984) argumenta que recorrer à decisão racional é um meio para demonstrar, contrariamente ao que a sabedoria convencional sugere, que a cooperação é possível, inclusive por parte de atores puramente racionais e egoístas.

A análise da escolha racional ajuda a criticar, em seus próprios termos, o sombrio panorama do Realismo como a inevitabilidade da hegemonia ou do conflito. Reexaminando o Realismo sob a luz da teoria da escolha racional, e atentando para a importância das instituições internacionais, podemos avaliar suas debilidades e seus pontos fortes. Podemos remover parte da aura de verossimilhança ao redor do Realismo e reconsiderar os fundamentos lógicos e empíricos de suas pretensões (KEOHANE, 1984, p.84)

Os realistas mais pessimistas tendem a inferir intenções de um ator internacional a partir de suas capacidades, e, no geral, assumem a existência de certos princípios universalmente aplicáveis de conduta internacional: China é uma potência emergente; as potências emergentes tendem a delinear interesses expansionistas e serem propensos à conduta assertiva ou agressiva; e, portanto, é muito provável que a China se comporte de maneira similar. Todavia, nem todas as análises estão dispostas a seguir tal cadeia de raciocínio até sua conclusão. Inclusive aqueles que aceitam o argumento de que o poder do Estado chinês em âmbito internacional está crescendo, e que crêem que as potências emergentes tendem a estar insatisfeitas com o status quo, não necessariamente crêem que a China se comporte de uma maneira especialmente agressiva. A ação agressiva não pode ser meramente uma função da capacidade potencial militar ou econômica da China, senão um reflexo de suas intenções subjacentes.

Como assinalou Randall Schweller (1993), as potências podem diferir na medida de sua insatisfação com o status quo, e por tanto no âmbito de suas ambições. Algumas potências emergentes têm objetivos verdadeiramente revolucionários: em outras palavras, buscam derrocar um sistema completo de normas internacionais e de instituições³⁴. Entretanto, outras potências podem não só ter objetivos mais modestos,

³⁴ Faz-se necessário lembrar neste ponto, ainda que não esteja inserida no debate proposto por Schweller (1993), a ação de atores não-estatais como ameaça mais imediata à ordem sistêmica das instituições internacionais. A atividade de grupos não-estatais de articulação transnacional faz com que a coordenação dos Estados nacionais para a resolução de conflitos no âmbito das instituições multilaterais seja muitas vezes comprometida, dado o caráter dispersivo destes grupos e das táticas conexas ao terrorismo. A desconfiança sobre a colaboração de alguns Estados nacionais para com tais grupos restringe uma articulação mais profunda dos países dentro destas instituições, a exemplo do Conselho de

como podem buscar ajustes marginais ao status quo ao invés de mudanças fundamentais. As mudanças concretas no status quo que os líderes chineses buscam são, poder-se-ia dizer, limitados: a reintegração de Taiwan com o continente, a retificação de algumas fronteiras em disputa, e a aceitação por parte da comunidade internacional de suas pretensões nas partes do Mar do Sul da China. Se esses problemas podem ser resolvidos pacificamente, a China poderia entrar na fileira de “potências satisfeitas” com o status quo (BIATO JR, 2010).

Uma das teorias surgidas do campo realista das relações internacionais que pode contribuir, guardadas proporções, para explicar o processo de crescimento e engajamento da RPC no sistema internacional é a teoria da pressão lateral. Em seus estudos sobre causas de longo-prazo da Primeira Guerra Mundial, Nazli Choucri e Robert North (1972, 1975, 1989) desenvolveram tal teoria no sentido de explicar dinâmicas de crescimento nacional e de competição e guerra internacionais. O argumento básico é de que o crescimento da densidade populacional de uma nação e o avanço tecnológico geram demandas por maiores e mais diversificados estoques de recursos, que geralmente os estoques domésticos não podem prover.

Esta deficiência doméstica, por sua vez, gera uma pressão lateral, que se refere à tendência entre potências emergentes a expandir suas atividades internacionais, seja na busca por matéria-prima, mercados, investimentos ou atividades militares. Na medida em que diferentes Estados adotam políticas externas expansionistas, a probabilidade de que seus interesses nacionais colidam entre si aumenta. Por fim, a colisão de distintos interesses nacionais leva a maior probabilidade de guerra. A análise dos autores sobre as políticas das grandes potências durante o período de 1870 e 1914 aponta que atividades expansionistas são mais prováveis de serem associadas com países relativamente de alta capacidade, e serem intimamente ligadas com o crescimento populacional e avanços tecnológicos. Além disso, o crescimento tende a ser associado à intensa competição entre países por recursos e mercados, poder militar, influência política, e prestígio.

Embora os recursos possam ser adquiridos através do comércio, os países tendem a concebê-los como algo cumulativo e concluem que o controle de suas fontes seja necessário. A teoria é baseada num retorno positivo, no qual o rápido crescimento requer expansão externa para que seja sustentado. Em outras palavras, a motivação

Segurança das Nações Unidas. Ver: ROSAND, Eric. The UN-Led Multilateral Institutional Response to Jihadist Terrorism: Is a Global Counterterrorism Body Needed?, *Journal of Conflict & Security Law*, Vol. 11, No. 3, Janeiro 2006, pp. 399-427.

doméstica é vista como positiva e justificativa para tal expansão. Portanto, tem-se que virtualmente que todo país industrializado tenha manifestado uma forte e extensa pressão lateral de alguma maneira. A depender do tipo, da extensão, e da intensidade, a pressão lateral comumente leva a um conflito entre grandes potências quando suas ações e interesses se chocam.

As nações que mais provavelmente se deparam com a pressão lateral e perseguem uma política externa expansionista são nomeados de Estados “alfa”, que estão experimentando um acelerado crescimento econômico e industrialização. A China parece caber aos critérios de uma nação “alfa”, e estudiosos já começam a utilizar a teoria da pressão lateral para debater seu desenvolvimento (SCHWELLER, 1999; BOEHMER; SOBEK, 2005; HATEMI; WEDEMAN, 2007). A economia chinesa tem se desenvolvido rapidamente nas últimas décadas, ainda que apresente atualmente uma “nova normalidade” onde as taxas de crescimento do PIB, que cresciam a uma média de 9% a.a., hoje crescem num nível de 6,7% a.a. Tal crescimento impulsionou sobremaneira a necessidade por recursos primários. Em 2005, a China se tornou o maior consumidor de grãos, carne, carvão e aço, e o segundo maior consumidor de petróleo do mundo (BROWN, 2005). O apetite chinês por commodities como um todo pode sugerir, de acordo com a teoria da pressão lateral, que a elite política do país possa considerar políticas expansionistas com o fim de assegurar acesso a matérias-primas estratégicas como petróleo e terra arável.

Entretanto, se bem a teoria colabora de fato para a compreensão do processo de mais ativo engajamento e articulação internacional da RPC e suas motivações ao priorizar determinantes internos enquanto geradores de influência internacional, ela parece desconsiderar articulações bi e/ou multilaterais no sistema internacional bem como focar exclusivamente na lógica do dilema de segurança proposto por Jervis (1978).

Nesta lógica, na medida em que há o crescimento econômico do país e, por conseguinte, maiores estoques de riqueza nacional, a relevância de proteger as fronteiras aumenta, pois há mais recursos a serem defendidos. De acordo com a lógica do dilema de segurança, os países, em busca de proteção e numa percepção de vulnerabilidade, tendem a buscar meios de assegurar suas fronteiras para proteger o território doméstico de possíveis ataques externos. Os meios pelos quais uma nação busca aumentar sua própria segurança – aumentando investimentos na esfera militar, por exemplo -, faz com que a segurança dos demais países seja diminuída proporcionalmente. Ademais, há a

preocupação de que um aumento na riqueza nacional de um país possa ativar um bloqueio ou contenção desse crescimento por parte de outras potências. Neste caso, é mais provável que os países busquem por influências em “zonas tampão” (*buffer zones*).

A elite política chinesa parece reconhecer as pressões trazidas pelo desenvolvimento econômico doméstico ao planejamento de sua política externa. O documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023* deixa bem claro o escopo principal da articulação chinesa nos âmbitos doméstico e internacional: “Auto-reforço e auto-desenvolvimento permanecerão prioridades para a China.” (SIIS, 2013, p. i). Quanto aos objetivos, fica então evidente que existem alguns requisitos básicos, persistentes, e fundamentais que a estratégia externa da China deve satisfazer. Estes incluem provisões para a defesa nacional e questões relacionadas com a soberania do Estado, mormente estabilidade.

A estratégia externa chinesa deve comportar os objetivos nacionais mais vitais e de longo prazo. Uma quantidade significativa de documentos oficiais do Politburo e de centros de pesquisa chineses é consistente em articular tais objetivos, que podem ser sintetizados em um único: a realização de uma forte, moderna, e próspera China. Expressões oficiais comuns deste objetivo incluem frases como “construir uma sociedade próspera em todos os sentidos” e buscar o estabelecimento de “um país moderadamente desenvolvido em 2020”³⁵. Zheng (2013, p. 18) ressalta que, se o governo central da RPC poderá ampliar oportunidades para transformar pressões – internas e externas – em ímpeto a fim de lograr o “grande objetivo” de construir uma sociedade próspera “em todos os sentidos”, dependerá da correta percepção de mudanças circunstanciais domésticas e internacionais, e do acerto nas ações que a China planeja tomar.

A ênfase nas mudanças circunstanciais deve ser ressaltada para que se possa avançar no debate acerca da pressão lateral e dos resultados conflituosos concluídos pelo dilema de segurança. Em que pese o fato de a teoria da pressão lateral oferecer uma discussão conveniente sobre as motivações de cunho econômico e doméstico chinesas em delinear uma política externa mais ativa, deve-se atentar para dois elementos *sine qua non* para uma compreensão contextual.

³⁵ Ver: *Full text of Resolution of the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China on the Revised Constitution of the Communist Party of China adopted at the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China*. Embassy of the People's Republic of China, 14 nov.2012. Disponível em: [<http://www.chinese-embassy.org.za/eng/zt/18thpartycongress/doc/t988976.htm>] Acesso em 12/04/2014.

Primeiro, deve-se ter cuidado com aplicações teóricas a-históricas que não levam em consideração especificidades conjunturais sistêmicas e/ou particularidades de cada país. Esta é uma dificuldade recorrente nas teorias “*problem-solving*” – termo cunhado por Wendt (1992) - que, se bem logram atomizar os atores internacionais e seus interesses nacionais e periodicizar eventos internacionais ao invés de analisá-los enquanto *processos* históricos, pecam por muitas vezes generalizar teorias esquemáticas e alocá-las sem a devida atenção a elementos identitários e processuais históricos específicos de cada ator.

Segundo, a própria teoria da pressão lateral deixa um *gap* explicativo ao apontar uma tendência que parece ser “natural” aos países “alfa” no sentido de uma expansão externa necessariamente territorial ou de controle direto de fontes de recursos estratégicos. Como os próprios autores argumentam, a expansão pode tomar diversas formas. Pode-se argumentar que a guerra acontece se, e somente se, a ação internacional das potências se delinearem de tal maneira que seus interesses nacionais sejam claramente conflitantes e não haja um meio passível de articulação de interesses. Ainda que a China apresente a pressão lateral como impulsionadora de uma política externa mais ativa e pragmática, a conclusão indutiva de que tal atividade leva a interesses necessariamente conflitantes entre as potências não pode ser medida como variável direta.

Apesar de as diretrizes do governo central do PCC estarem também mais expostas às pressões dos demais atores internacionais, a emergência chinesa como *global player*, mormente devido à sua tração econômica, a beneficia de novas opções de política externa e a provê novas capacidades para a persecução de sua agenda externa. A percepção do novo papel desempenhado pela China no cenário internacional e da relevância da interdependência econômica entre o país e o resto do mundo é revelada pela frase incluída tanto no relatório do 17º Congresso do PCC (2007), quanto no Livro Branco de Defesa da RPC (2008): “A China não pode desenvolver isolada do resto do mundo, nem o mundo pode desfrutar prosperidade ou estabilidade sem a China³⁶”.

³⁶ Ver: Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on October 15, 2007. In: PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (PRC). Documents of the 17th National Congress of the Communist Party of China. Beijing: Foreign Language Press, 2007, p. 62. Disponível em: [<http://english.people.com.cn/90002/92169/>] Acesso em 12/05/2017; PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (PRC). China’s National Defense in 2008. Information Office of the State Council of the People’s Republic of China. Beijing: State Council Information Office, jan. 2009. Disponível em: [http://english.gov.cn/official/2009-01/20/content_1210227.htm] Acesso em 12/05/2017.

1.2 Liberal institucionalismo, interdependência complexa e imperativo econômico

Dado o fato de que sua economia depende fundamentalmente das boas relações comerciais com países não só do leste asiático, mas também com países ocidentais, a China prioriza atitudes mais suaves e pragmáticas baseadas na “coexistência pacífica³⁷”. A interdependência econômica tem contribuído para criar uma espécie de interesse comum entre as potências do Pacífico – ainda que se mantenham conflitos focais-, de maneira que já se menciona uma “simbiose”, por exemplo, entre as economias dos Estados Unidos e da China.

Também, a globalização de cadeias produtivas incentiva uma maior interdependência entre as economias nacionais e reflete uma interação internacional em que capital humano e tecnológico, não territórios, são elementos determinantes para a prosperidade econômica nacional, e a internacionalização financeira colabora para criar barreiras para o financiamento de conflitos internacionais (BROOKS, 2005; KIRSHNER, 2007).

Uma vasta literatura, que não nos é conveniente detalhar em suas especificidades, tem sido produzida sobre interdependência econômica como otimizadora do custo de oportunidade que um caráter hostil e conflitivo de um país pode inferir (MCMILLAN, 1997; GARTZKE; LI, 2003). De acordo com Ikenberry (2008), por exemplo, a China tem crescido exatamente engajando-se mais fortemente com as instituições internacionais existentes, e não as desafiando.

O crescimento econômico chinês tem ocorrido através de uma estratégia que considera a relativa abertura da economia ao comércio e aos investimentos externos. Esta abertura sugere que os custos monetários de um provável caráter nacional expansionista e agressivo, em termos de desaceleração de crescimento econômico, seriam significantes (CHAMBERS, 2006; MOORE, 2008). O comércio, por exemplo, representou em 2015 mais de 40% do PIB chinês, sendo que 21,97% foram exportações e 18,49% importações³⁸. Ao mesmo tempo, o país tem aberto a investimentos estrangeiros diretos (IED) mais do que qualquer outra economia emergente. Em 2016 a China atraiu um recorde de US\$ 139 bilhões em IED – em sua maior parte concentrados nos setores de alta tecnologia e serviços industriais-, tornando-se o terceiro maior destino de IED no mundo. Apesar de ter decaído 0,1% a.a. no primeiro semestre de

³⁷ Conceito que será analisado com maiores detalhes em “A difusão do poder e a simbiótica relação sino-norte-americana”.

³⁸ Fonte: World Bank, World Integrated Trade Solution (WITS), 2017. Disponível em: <http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/LTST/> Acesso em 19/06/2017.

2017, os investimentos estrangeiros diretos no país somaram US\$ 65,1 bilhões (CNY 441,54 bilhões)³⁹, enquanto os fluxos globais de IED decaíram 13% a.a. (US\$ 1,52 trilhões).

Tais investimentos são um meio não apenas para a RPC alavancar sua própria economia, como também dar poder de barganha ao seu poder econômico para aumentar sua influência internacional. Os investimentos chineses mundiais, seguindo a estratégia “Going Global” de expansão das firmas chinesas através de oportunidades de investimento, excederam US\$ 1,6 trilhão no final de 2016. Desta quantia, Europa, Estados Unidos e Canadá tornaram-se os maiores destinos dos IED chineses, recebendo mais de 48% (US\$ 414,34 bilhões) do total global de fluxos externos de IED chinês. O oeste da África recebeu 27% (US\$ 21,28 bilhões) dos investimentos chineses, seguido pela África central com 25,2% (US\$ 19,82 bilhões). América Latina e Caribe representam apenas 10,93% do total de IED chineses na última década, que totalizou US\$ 93,79 bilhões entre 2005 e 2016, atingindo um pico de US\$ 24,48 bilhões em 2010. O investimento chinês na Ásia e na Oceania tem crescido substancialmente na última década de US\$ 5,68 bilhões em 2005 para US\$ 33,86 bilhões em 2016 – no mesmo período a Austrália tem sido o segundo maior destino dos IED chineses, atrás apenas dos Estados Unidos⁴⁰.

Nos últimos dez anos a China tem se integrado de maneira cada vez mais ativa nos fluxos de investimentos globais, que certamente poderiam ser reduzidos ou revogados se o país perseguisse políticas expansionistas ou um caráter agressivo no cenário internacional. Importante destacar também é o fato de que fontes primárias reconhecem o potencial custo de conflitos que a economia interdependente cria. No início da década de 2000, a elite política chinesa começou a enquadrar (*framing*) a política externa chinesa em torno do conceito de “ascensão pacífica”. Embora o termo subsequente tenha sido trocado por “desenvolvimento pacífico⁴¹”, o conceito em si mesmo contém o reconhecimento claro dos custos econômicos que a RPC arcaria na possibilidade de uma política externa confrontiva ou agressiva e os impactos negativos

³⁹ Fonte: Trading Economics, China Foreign Direct Investment 1997-2017 Data. Disponível em: [<https://tradingeconomics.com/china/foreign-direct-investment>] Acesso em 19/07/2017; e China Briefing, “FDI in China during 2017 Shows More Cautious Approach”, 30 maio 2017. Disponível em: [<http://www.china-briefing.com/news/2017/05/30/fdi-trends-show-cautious-foreign-investment-china.html>] Acesso em 19/07/2017.

⁴⁰ Fonte: Global Investment Tracker, China 2017 Data. Disponível em: [<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/?ncid=txtlnkusaolp00000618>] Acesso em 20/06/2017

⁴¹ Ambos os termos serão analisados com maior profundidade em “Dialética chinesa complementar do ‘desenvolvimento pacífico’ e do ‘mundo harmonioso’”.

ao desenvolvimento doméstico chinês bem como na legitimidade política do PCC. O conceito abarca o grau com que a China tem se beneficiado com o engajamento na ordem internacional existente, além de ser estratégico e designado para transmitir uma imagem benigna e não ameaçadora aos outros Estados, assegurando-os sobre a crescente capacidade econômica e militar chinesa.

Até mesmo publicações militares chinesas reconhecem que uma economia interdependente traz altos custos no caso de um conflito ou de uma política externa agressiva. Em 2001, a Academia de Ciência Militar – um importante centro de pesquisa sob a Comissão Central Militar do PCC-, publicou o primeiro livro de uma série intitulada *A Ciência da Estratégia Militar* (*zhànlüè xué* - 战略学⁴²). Nestes livros, os estrategistas militares notam dois importantes efeitos da interdependência econômica. O primeiro é a necessidade de empreender apenas objetivos limitados numa possível guerra, não objetivos amplos que possam ser associados à expansão territorial. O segundo é a diretriz, se necessário, de somente combater em breves conflitos com o fim de limitar os custos econômicos descritos em parágrafos prévios⁴³.

Tais constatações são meramente sugestivas, mas de fato indicam preocupação com os custos que uma política expansionista traria dentro das forças armadas chinesas. As dificuldades contínuas do PCC no que tange à governabilidade de áreas de suas próprias minorias étnicas, como Xinjiang e Tibete, podem exemplificar os custos que uma expansão territorial para áreas fora do atual controle da RPC pode acarretar (FRAVEL, 2008). Além disso, a primeira publicação desta referida série foi distribuída internamente às forças armadas, sendo improvável que estas constatações reflitam meramente uma retórica estratégica delineada para dissipar preocupações estrangeiras sobre a crescente capacidade militar do país (PENG; YAO, 2001).

A preferência, em geral, dos setores militares por estratégias ofensivas oferece uma potencial lógica de conflito segundo o realismo ofensivo. Nesta linha argumentativa, muitas são as razões pelas quais os militares preferem doutrinas ofensivas, mas primordialmente pelos seus interesses organizacionais em avançar em termos de autonomia, recursos, e status social (SNYDER, 1984). Nesse sentido, há que

⁴² 军事科学院军事战略研究部编著 (Military Academy of Military Sciences, Department of Military Strategy). 战略学 (*Military Science Strategy*). —北京: 军事科学出版社 (Beijing: Military Science Press), 2013.

⁴³ Tais diretrizes refletem posicionamentos estratégicos de tradição milenar Sunziana (referente à Sunzi ou Sun Tzu), que prefere o uso do método de conflito direto apenas em última instância e da maneira mais breve e menos custosa possível.

se considerar um importante princípio doutrinário maoísta: o conceito de “defesa ativa” (*jījī fángyù* 积极防御), às vezes descrito como “defesa ofensiva” (*gōngshì fángyù* 攻势防御), onde a ofensiva é necessária para atingir a vitória ainda que o conflito seja por um escopo defensivo (GODWIN, 2003). Na seqüência, muito embora a economia chinesa e seus fluxos comerciais internacionais tenham crescido de maneira significativa, a aspiração do Exército de Libertação Popular (ELP) chinês em alavancar um setor militar moderno, com um maior foco logístico, capaz de se engajar em guerras de alta tecnologia gera uma demanda orçamentária crescente⁴⁴. Além disso, alguns oficiais militares consideram que o aumento dos investimentos no setor militar é requerido como meio compensatório do declínio dos gastos militares durante a reforma e abertura empreendidas por Deng Xiaoping na década de 1980, momento em que os recursos foram concentrados nas reformas econômicas (HUANG; ZHANG, 2008).

Por outro lado, apesar dos crescentes fluxos de recursos direcionados para a capacidade militar, as fontes de estratégia militar chinesa provêm pouca evidência de uma preferência dominante por estratégias ofensivas. Tais fontes, como *A Ciência da Estratégia Militar* supracitada, não apresentam ênfase derogatória de estratégias ofensivas que possam se sobrepor as operações defensivas⁴⁵. Há, adicionalmente, pouca evidência pela preferência a estratégias ofensivas onde a China mais facilmente empregaria seu poder militar, nominalmente potenciais conflitos ao longo de sua fronteira. De maneira contrária, os escritos doutrinários das academias líderes em estudos em defesa como a Universidade de Defesa Nacional e a Academia de Ciência Militar, bem como manuais de treinamento de defesa de fronteira da Polícia da RPC, demonstram clara aceitação da demarcação fronteiriça atual do país e guardam respeito com relação aos acordos de fronteira que o governo central concluiu desde 1949 para solucionar disputas fronteiriças com os países vizinhos (MAO, 1996; LI, 2004), refletindo até mesmo uma preferência a estratégias conservativas e não-expansionistas entre o ELP (LI, 2004)⁴⁶.

⁴⁴ Ver: “Xi calls for strong, modern military logistics”, *Xinhua News*, 10.nov.2016. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/2016-11/10/c_135820550.htm] Acesso em 14/06/2017.

⁴⁵ Scobell (2003) assinala, ao contrário, que a China é mais bem caracterizada por um “culto ao defensivo”. Mais informações sobre fontes de estratégia militar chinesa e sua tradição “defensiva” serão discutidas na sequência desta pesquisa.

⁴⁶ Ao descrever a dinastia Qing, alguns destes estudos referem-se a territórios “perdidos” que foram cedidos para outros países, mas não argumentam em favor da recuperação destas áreas seja por meios coativos ou diplomáticos. Ao contrário, enfatizam a segurança das fronteiras atuais chinesas, incluindo áreas onde a China se comprometeu com a soberania após disputas territoriais na década de 1960 e 1990 (MAO, 1996; LI, 2004).

Com efeito, as estratégias militares do país debatem o papel de ambas as operações defensivas e ofensivas na consecução de objetivos estratégicos como a segurança fronteiriça do país ou a proteção de canais marítimos de comunicação próximos aos portos chineses. Ademais, a discussão sobre operações preemptivas e/ou preventivas não é elencada como um princípio geral de guerra, mas como tendo um papel limitado a efeitos discretos em certos tipos de campanhas (WANG, 1999; PENG; YAO, 2001; XUE, 2002; ZHANG, 2006).

A habilidade chinesa em sustentar incrementos anuais significativos nos gastos com defesa pode vir a ser um constrangimento adicional. Embora o país tenha experimentado rápido crescimento econômico nas últimas três décadas, não se pode ter por garantidos os mesmos níveis de crescimento no futuro. Sobretudo porque este crescimento tem sido sustentado proporcionalmente por aumento nos gastos governamentais. Não obstante, tal como nações mais industrializadas, a população chinesa está envelhecendo, o que terá importantes repercussões na capacidade do Estado em sustentar altas taxas de crescimento econômico – pelas implicações na população economicamente ativa (PEA) –, e ao mesmo tempo investir nas forças armadas aos custos de gastos com políticas públicas de saúde e outras prioridades domésticas sociais (HAAS, 2007)⁴⁷.

Quando passamos para a perspectiva de análise internacional, a assimilação da China às instituições globais que promovem maior interdependência e cooperação econômica na consecução de interesses comuns pode ser explicada através do paradigma Liberal Institucionalista. Uma estável e cooperativa região asiática é de fundamental importância para o contínuo crescimento econômico chinês. Não é de se indagar o fato que a China tem impulsionado fortemente seu crescimento através do comércio internacional, tornando-se o principal parceiro comercial de outras grandes potências econômicas como Japão e Estados Unidos (ZHAO, 2001). A expansão de suas relações comerciais impulsionou-a na direção de perseguir associação à Organização Mundial do Comércio (OMC), concluída em 2001, e implicou no reconhecimento por parte dos EUA da China enquanto status de “Relações Comerciais Regulares Permanente” (*Permanent Normal Trade Relations*) que, segundo Zhao (2001), teve enormes implicações para o comércio internacional chinês. Em 2017 o valor total de exportações chinesas foi de US\$ 2.281.856 milhões.

⁴⁷ Informações mais detalhadas sobre a mudança da estrutura econômica doméstica da China em “Prioridade e imperativo do desenvolvimento chinês”.

Sequencialmente à crise financeira asiática de 1997, a “ASEAN + 3” foi formada para incluir China, Japão e Coreia do Sul (YAQING; LING, 2008). A Associação de Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations - ASEAN*) foi estabelecida com o fim de promover a cooperação e desencorajar conflitos entre os países do sudeste asiático, ampliada para os países do Leste asiático através do cunho “mais três” e ampliando, assim, o escopo inicial da associação. O papel estrutural chinês nas relações com a ASEAN foi transformada para um de “cooperação e parceria estratégica baseado em equidade, boa vizinhança e confiança mútua”, na tentativa de também demonstrar uma pró-atividade e comprometimento com a paz regional, além de ilustrar limites à sua própria conduta externa conforme especificado nos tratados e declarações dos quais são signatários (YAQING; LING, 2008).

Vale notar que desde o fim da Guerra Fria há uma proliferação de instituições regionais no Leste asiático. Para além da ASEAN+3, incluem-se a APEC (Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), a ARF (Foro Regional da ASEAN), a Conferência da Ásia Oriental (*East Asia Summit*), a Organização de Cooperação de Shanghai, assim como uma gama ainda mais ampla de diálogos de segurança que envolve acadêmicos, analistas e funcionários dos países da região. Não só o papel chinês na região tem mais ativo, como também o país tem buscado uma atuação mais proeminente nas Nações Unidas. A adesão da RPC em organizações internacionais formais mais que duplicou entre 1977 e 1997 (de 21 para 52) - hoje já participa em 75 organizações, seja como membro pleno ou observador⁴⁸.

O crescimento do número de instituições internacionais na Ásia e a expansão da atuação da China nas mesmas e nas organizações internacionais globais abre um espaço de oportunidade para promover maior compreensão mútua ou, ao menos, uma menor probabilidade de percepção errônea sobre as intencionalidades dos países membros. Também deve dar-lhe uma crescente, ainda que de maneira mais difusa, participação na estabilidade e continuidade da ordem mundial existente.

Prova de que a elite política da RPC está mais propensa a fazer parte e desfrutar do sistema internacional globalizado que revolucioná-lo é o fato de que os dirigentes chineses – Presidente Xi Jinping e Premiê Li Keqiang – apresentaram na Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista, em novembro de 2012,

⁴⁸ A lista das organizações internacionais nas quais a RPC participa pode ser encontrada em: “China International Organization Participation”, *Index Mundi 2007 Data*. Disponível em: [http://www.indexmundi.com/china/international_organization_participation.html] Acesso em 29/06/2017.

instruções para aprofundar as reformas político-econômicas iniciadas em 1978, ou seja, uma nova rodada de reestruturações pró-mercado. Tal fato ganha destaque e relevância já que as Terceiras Plenárias têm sido, na estrutura burocrática política decisória do PCC, as reuniões fundamentais no que tange ao direcionamento político e sobretudo econômico do país, e têm sido, por conseguinte, também um ponto de inflexão no debate sobre o caráter internacional que a China irá delinear.

Ainda em fevereiro de 2012, o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento do Conselho de Estado produziu, junto ao Banco Mundial, um informe intitulado “*China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society*”⁴⁹, com o fim de descrever o projeto desenvolvimentista pró-mercado. Em novembro de 2013, o mesmo *think tank* que contribuiu para a redação do “China 2030” (Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado – *Development Research Center*)⁵⁰ publicou planos mais concretos sob o nome de “Projeto 383”. Este plano, publicado semanas antes da Terceira Sessão Plenária, é uma clara indicação de que a China não considera falhas em sua reforma econômica. Propõe reduzir o papel estatal na indústria, nas políticas agrárias e que as atividades econômicas sejam formuladas mediante políticas monetárias e impositivas. O plano reconhece que as reformas devem ser integrais, coerentes com objetivos claros e concretos, programas executáveis e de capacidade para a aplicação efetiva. Ao mesmo tempo, e deixando claro o caráter de longo prazo das reformas, explica o fato de que as relações e as percepções não podem ser mudadas de um dia para o outro e que a transformação rápida e extensa é pouco realista em um país de 1,3 milhões de pessoas⁵¹.

Neste contexto, a nova zona de livre comércio em Shanghai (*Shanghai Free Trade Zone*) – a cidade mais internacional da China – é uma experiência avançada na reforma administrativa e na liberalização. Uma zona de livre comércio regula o

⁴⁹ WORLD BANK. *China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society*. Washington, DC: World Bank, 2012. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/China-2030-complete.pdf>. Acesso em 12/05/2017

⁵⁰ Este Centro é visto por muitos analistas como o *think tank* afiliado ao governo mais influente em termos de definição de políticas econômicas e sociais. Suas sugestões políticas tendem a ser mormente liberais e orientadas para o mercado, também muito próxima as organizações internacionais. Como líder deste Centro Xi Jiping indicou Liu He, que estudou economia e finanças na Universidade de Harvard e é o diretor da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma do Escritório Central para Assuntos Econômicos e Financeiros da China. Em 1993, Liu esteve na equipe de Jiang Zemin que preparou a criação do sistema de “economia de mercado socialista” aprovado pelo Comitê Central – relatado como o segundo grande momento reformador na história da China moderna.

⁵¹ ANDERLINI, Jamil. “China’s grandees ready for crucial political event”, *Financial Times*, 3 novembro, 2013. Disponível em: [<http://ft.com/intl/cms/s/0/133eed50-44ab-11e3-8926-00144feabdc0.html#axzz2jiAzB7D>] Acesso em 12/03/2017

investimento estrangeiro através do uso de uma “lista negativa” que identifica os âmbitos nos quais estão proibidos ou restringidos os investimentos estrangeiros e, portanto, sujeitos a medidas administrativas especiais. O esquema ilhado é estratégico, já que permitirá aos atores estrangeiros ajudar a dar forma à relação entre o Estado chinês e o mercado internacional, ao mesmo tempo em que o governo do PCC logra controlar o processo de reforma num modelo experimental. Em resumo, a Terceira Sessão Plenária intenciona digerir as experiências econômicas históricas da China e também as melhores práticas internacionais, com o fim de forjar um consenso para uma estratégia de reforma coerente que fomente uma ordem de crescimento inclusivo, inovador e sustentável em longo prazo.

Embora a China apresente reclamos sobre o sistema internacional que possam elencá-la como um poder revisionista ou uma potência insatisfeita⁵², qualquer visão coerente de um sistema alternativo seria apenas uma aposta nebulosa, alocando-a mais como uma potência *system-reforming* ou *system-maintaining* do que propriamente *system-transforming*.

Em termos comerciais, por exemplo, a OMC tem saído ainda mais fortalecida com a re-emergência chinesa e sua diretriz ocidental tem permanecido virtualmente intacta e invariável (PEARSON, 2006). Com efeito, tal organização, bem como outras esferas multilaterais de coordenação econômica, tem acomodado em grande medida a inclusão chinesa e expectativas de conflitos de tipo Norte-Sul têm sido desacreditadas. Ademais, o regionalismo do leste asiático em assuntos econômicos e comerciais tende a complementar ao invés de desafiar o regime liberalizante da OMC (LINCOLN, 2004; ROSEN, 2008), e em que pese o deslocamento sofrido por esta organização no leste asiático, isto tem sido resultado mais das políticas perseguidas pela liderança central da ASEAN e não pode ser atribuído unicamente à re-emergência chinesa.

No que tange aos direitos humanos, o receio de um impacto corrosivo de um “Consenso de Pequim” que pudesse encorajar a repressão de direitos civis e políticos para atingir crescimento econômico e estabilidade também tem se provado infundado. A contínua orientação em direção ao resguardo dos direitos humanos nas Nações Unidas tem sido reforçada tanto em reformas institucionais – como a formação do Conselho de

⁵² Algumas dessas reivindicações de mudança incluiriam a mudança de certas regras no âmbito da ONU a fim de maior representatividade da RPC, a consolidação de um sistema multipolar entre iguais baseado nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, o reconhecimento internacional da união de Taiwan à China continental, a incorporação das ilhas contestadas Spratly, Diaoyu, Senkaku e Paracels, a maximização dos benefícios econômicos para a China, e redefinir o debate sobre direitos humanos no sentido de entendê-los como bem estar econômico e aceitando “valores chineses”, entre outros.

Direitos Humanos em 2006 – como numa série de resoluções – a exemplo da resolução de 2004 sobre promoção da democracia que teve o suporte de 172 dos 187 membros. Adicionalmente, o receio de que a China usasse o poder de veto com o fim de paralisar o Conselho de Segurança da ONU foi dissipado, já que o país raramente tem se utilizado de seu poder de veto e mais comumente tem cooperado com os demais membros permanentes do Conselho.

Ao escrever sobre o padrão comportamental chinês no sistema internacional Samuel Kim (1992) aponta que desde que a RPC foi admitida como membro deste órgão em 1971, a liderança do PCC esteve mais interessada no que o sistema internacional sob os auspícios da ONU poderia fazer pelo desenvolvimento da China do que em elaborar diretrizes no sentido de uma reforma profunda deste. Com variações relativas, esta caracterização igualmente poderia descrever o relacionamento chinês com o sistema econômico internacional no período pós-Mao, no que se refere aos laços com instituições formais e suas interações com atores não-estatais como corporações multinacionais.

Utilizando-nos da definição tríade de Kim (1992) como ponto de referência, o *approach* chinês aos organismos internacionais na atual conjuntura certamente não pode ser caracterizada como transformadora do sistema (*system-transforming*), já que não mostra intenções de reformulação completa e profunda deste. A elite política chinesa tem se utilizado das instituições internacionais para avançar resultados favoráveis para o próprio país. Na retórica de política externa o país apresenta um caráter relativamente reformador (*system-reforming*), dando suporte a modificações marginais e pontuais do sistema. Já o *approach* comportamental pode ser caracterizado como mantenedor (*system-maintaining*), dada a relativa falta de efetividade no que tange às modificações que o país defende nas alocações públicas. Embora os líderes chineses tendam a preferir uma distribuição mais equitativa dos recursos econômicos mundiais, não tem sido feito deste escopo uma prioridade na política externa do país.

Não obstante, a contínua modernização do país requer um ambiente internacional estável e pacífico, o que indica que o país tem interesse em manter uma ordem internacional previsível e normativa (“*rule-based*”). A crítica do governo chinês ao sistema econômico internacional como “injusto” e “irracional” permite ao PCC transmitir suas inquietações anti-hegemônicas sem, contudo, desafiar diretamente os interesses estadunidenses. Com efeito, a grande reserva chinesa tangente ao processo

globalizante envolve não propriamente a política econômica liberalizante, mas a inadequação do que se considera uma “consulta democrática” nos processos decisórios internacionais.

Ainda que a retórica solidária para com os países em desenvolvimento não tenha sido equalizada com ações efetivas, ela tem permitido à China vocalizar intencionalidades enquanto líder dos países emergentes. Além disso, representa um esforço diplomático mais amplo de refutar a teoria da “Ameaça Chinesa”, de acordo com a qual o crescente poder econômico chinês é visto como um desafio regional e global aos interesses não só de organizações internacionais – como a ASEAN -, mas também de países em particular que tenderiam a sofrer processos de deslocamento de produção industrial frente à competitividade chinesa.

Se no início da década de 1990 Beijing ainda argüia sobre o combate ao hegemonismo (*fǎnduì bàquán zhùyì* - 反对霸权注意) – uma sentença chave do PCC para se referir ao domínio estadunidense nos assuntos internacionais -, a partir da segunda metade da mesma década a liderança chinesa tem apresentado uma perspectiva mais benigna do cenário internacional. Desde Deng Xiaoping (邓小平) até Xi Jinping (习近平)⁵³, a liderança do Partido tem continuamente enfatizado a importância de tirar vantagem de um cenário internacional relativamente pacífico pós Guerra-Fria para a modernização econômica doméstica. O final da administração Deng ditava que China deveria manter enquanto papel (*role*) nos assuntos internacionais um perfil baixo (*low profile*) e concentrar-se no desenvolvimento econômico, aproveitando-se do que o PCC chamou de “era de paz e desenvolvimento” (*héping yǔ fāzhǎn* - 和平与发展).

Em grande parte, a retórica e o comportamento de Beijing sugerem que o processo globalizante e de interação de mercados seja mais relevante à prosperidade e à segurança do país em longo-prazo do que propriamente a distribuição de poder. Em outras palavras, o desenvolvimento contínuo chinês tem sido visto como dependente menos do número de pólos de poder no sistema internacional do que da habilidade da liderança política do país em tirar proveito das oportunidades associadas com o crescente fluxo transnacional de capitais, de informação, e de tecnologia. As decisões políticas do PCC direcionadas a evitar a tradicional estratégia de balanço de poder (*balancing*) através de alianças militares externas devem muito à crença na globalização, na qual os formuladores de decisão se pautam para elaborar a política externa do país. O

⁵³ Metaforicamente em ambos os nomes está um dos caracteres da palavra “paz” (*píng* - 平).

processo globalizante é pensado como um inibidor da estratégia de balanço, tornando-a menos provável e menos prática. Em discurso para as Nações Unidas em Gênova, em janeiro de 2017, o Presidente Xi Jinping frisou, de maneira a reforçar a tradicional visão histórica progressista chinesa, a necessidade de se aproveitar de um momentum relativamente pacífico e de progressos científicos para construir uma “comunidade de destino comum”:

Conforme o ano novo começa, tudo se reveste com uma nova perspectiva, e me é prazeroso visitar o escritório das Nações Unidas em Gênova e discutir convosco a construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade, que é o chamado no nosso tempo [...] A humanidade está numa era de grande desenvolvimento bem como de profunda transformação e mudança. A tendência em direção à multipolaridade e à globalização econômica está surgindo. A aplicação de informação tecnológica no desenvolvimento social e na diversidade cultural tem apresentado contínuo progresso. Uma nova rodada de revolução científica e tecnológica está em construção. A interconexão e a interdependência entre os países são cruciais para a sobrevivência humana. As forças pela paz ultrapassam em muito os fatores que causam a guerra, e a tendência de nossos tempos em direção à paz, ao desenvolvimento, à cooperação e aos resultados ganha-ganha [win-win] têm ganhado um ímpeto mais forte⁵⁴.

O foco doméstico chinês na construção econômica, com uma ênfase adjacente no desenvolvimento e na manutenção de relações cooperativas com o maior número de países possível, reflete a crença da liderança política chinesa de que o determinante primordial do poder e da segurança nacionais em longo prazo é a capacidade do PCC em gerar riqueza nacional. Por conseguinte, o significado da globalização econômica abarca o objetivo de transformar a China num país opulento e forte, o que somente pode ser atingido por meio de uma maior interdependência com outros países.

Michael Pillsbury (2000), numa rigorosa revisão de diversas perspectivas de analistas procedentes de institutos de pesquisa chineses sobre o futuro cenário relacionado aos temas de segurança, apontou que é consensual a crença de que o futuro sistema internacional será um de característica multipolar, onde o poder das grandes potências será relativamente equilibrado, o sistema terá como linha de governança os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, e o mundo não mais será dominado por políticas de poder e superpotência hegemônica. O conceito e as análises deste sistema

⁵⁴ “Speech By President Xi Jinping At the United Nations Office at Geneva”, *Embassy of the People's Republic of China*, 23 Jan, 2017. Disponível em: [<http://iq.chineseembassy.org/eng/zygx/t1432869.htm>] Acesso em 13/06/2017.

futuro são pautados na ideologia Marxista-Leninista-Maoista defendendo um sistema igualitário e amistoso, juntamente a fontes históricas tradicionais chinesas - em especial provindas do período dos Estados Combatentes -, na medida em que se tornam úteis no momento de vislumbrar riscos relacionados a um período de transição.

Conforme esse sistema tomar uma forma mais consolidada, o poder e o prestígio dos Estados Unidos irá inevitavelmente declinar: se declinará em termos absolutos ou relativos é ainda um tema discutível, e quanto tempo este processo levará ou até mesmo se tal processo já teve início é igualmente um tema controverso. No mesmo sentido, quantos e quais serão os países pólo nesse sistema multipolar, e exatamente como será comparada a quantidade de poder entre eles são questões que chegam às mais variadas conclusões entre os analistas.

Muitas questões carecem de uma resposta satisfatória, especialmente para a tradição teórica ocidental das relações internacionais. Em particular no âmbito do realismo ofensivo, é intrigante indagar como seria possível um sistema multipolar sem a tradicional política de poder ou as disputas pela transição hegemônica. A maior parte dos analistas ocidentais concebe um sistema multipolar como o epítome do duro jogo de poder e das constantemente mutáveis alianças e lealdades, uma multipolaridade aparentemente distante do “sistema harmonioso” vislumbrado pelas análises e pelos discursos chineses.

1.3 Construtivismo e a importância da construção das ideias e das expectativas

É relevante destacar que muitas das considerações não só acadêmicas como também governamentais chinesas sobre este futuro sistema refletem uma concepção teleológica (direcionada por um propósito ou “*purpose-based*”) das relações internacionais: elas podem evoluir para formas de relações mais sofisticadas, racionais e justas⁵⁵. O século passado testemunhou, por exemplo, uma inaudita proliferação de

⁵⁵ É interessante notar que não é óbvia esta inclinação a explicações teleológicas como se estas fossem uma espécie de propensão cognitiva universal, sobretudo quando se trata de uma sociedade distante da tradição teleológica judaico-cristã ocidental. Um estudo conjunto realizado por Departamentos de Psicologia dos EUA e da China procurou investigar se há um padrão de posicionamento teleológico em chineses adultos, já que a China é oficialmente um Estado ateu e é virtualmente a sociedade menos explicitamente teísta do mundo, com uma consistente narrativa cultural anti-religiosa. A intenção foi indagar se a base cultural contribui substancialmente para a abordagem teleológica. Se a abordagem teleológica é culturalmente construída através do discurso religioso sobre a criação divina dos fenômenos naturais, logo tal abordagem deveria ser drasticamente reduzida nos indivíduos chineses. O estudo concluiu que o approach *relacional*, herança filosófico-intelectual trazida pelos Confucionismo, Taoísmo, Moísmo, Legalismo e Budismo, é relevante para compreender as teorizações sobre as origens conceituais da perspectiva teleológica. Os autores citam que estudos recentes sobre a perspectiva

instituições internacionais corroboradas por relações internacionais regularizadas que restringem os excessos da política de poder (KRASNER, 1983; RUGGIE, 1993), além do declínio das guerras entre superpotências. Comércio internacional e fluxos de investimentos continuam a crescer, tornando conflitos contínuos simplesmente muito custosos para serem contemplados pelos Estados (ROSECRANCE, 1986).

Com efeito, na base desta concepção teleológica está a profunda crença de que o poder da racionalidade humana (agência) possa alterar as decorrências irracionais das relações internacionais (estrutura). Em última instância, as relações internacionais se tratam das interações entre os seres humanos, e como resultado disto o restrito sistema de Estados inevitavelmente tende a evoluir para uma sociedade de Estados mais previsível e estável baseada no compartilhamento normativo, em objetivos e *expectativas* (BULL, 1977). Para certos estudiosos desta tradição, racionalidade e progresso são introduzidos na agenda e nas relações internacionais de forma a subordinar os ardores irracionais das relações entre sociedades à razão dos interesses humanos (HASS, 1964). Outros argüem que as relações internacionais são dirigidas por construções intelectuais e, por conseguinte, o progresso é provido através da mudança do conteúdo e das *expectativas* dessas construções (ASHLEY, 1984; WALKER, 1992).

Quando o PCC iniciou as reformas no final da década de 1970, enfatizou elementos da economia de mercado num Estado socialista. Seu subsequente crescimento econômico criou uma demanda urgente por energia, matéria-prima e acesso a mercados e capitais externos. Com a variação imperativa do planejamento econômico central, desvios ideológicos do Marxismo-Leninismo levantaram a questão da legitimação do regime de partido único. No sentido de “retomar” e reforçar sua legitimidade após a morte de Mao Zedong, o PCC passou a promover mais fortemente o nacionalismo, doravante transformando expectativas sociais quanto ao status da China na política mundial. Essa transformação nas expectativas sociais, no entanto, foi mesclada com a identidade própria do PCC, com a identidade nacional chinesa em termos gerais baseada em sua história milenar, e com o sucesso econômico do país. O

teleológica (chamada hipótese *deictica-relacional*) constata que o amplo apelo de explicações teleológicas provém da ênfase de que tais explicações são alocadas na interconectividade inerente das várias entidades no mundo. Por exemplo, no sentido de explicar o porquê de as minhocas escavarem o subsolo, o entendimento *teleológico* (“para aerar o solo”) apela inerentemente para a relação interdependente entre as minhocas e o nicho que elas habitam, enquanto explicações *causais* (“porque elas procuram umidade e nutrição”) tendem a ser associadas e individualísticas. Ver: ROTTMAN, Joshua et. al. Cultural influences on the teleological stance: evidence from China, *Religion, Brain & Behavior*, Routledge Group, Nov. 2015. Disponível em: [https://www.bu.edu/cdl/files/2015/12/Pages-from-China_TE_Proofs.pdf] Acesso em 13/05/2017.

Socialismo foi, então, redefinido (“com características chinesas”) para significar o avanço na qualidade de vida do povo chinês e o retorno do país ao status de grande potência internacional.

A variante crítica da perspectiva teleológica afirma que a compreensão intelectual e a prática nas relações internacionais são mutuamente reforçadas. Quaisquer que sejam as perspectivas daquele que elabora sobre os assuntos globais deriva de sua própria preferência por e interesses no modo como o sistema mundial opera (COX, 1981). Usualmente, esta linha crítica utiliza como exemplos pressupostos fundamentais das concepções conservadoras ou liberais das relações internacionais, de forma a revelar que tais paradigmas provêm justificação teórica a particulares estruturas econômicas e/ou de poder que, por sua vez, fazem jus aos seus defensores intelectuais.

Na perspectiva teleológica das relações internacionais, a mudança é progressiva e unidirecional. Ela pode alternar entre períodos de lento e acelerado progresso, mas desconsidera a reversibilidade nos assuntos internacionais: as relações na esfera internacional se transformaram de preocupações de internacionalistas no período entre guerras para preocupações com novos desafios globais, muitos dos quais são produtos de um inédito e relativo período de paz seguido ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A retomada de investigações levando em conta uma perspectiva teleológica – em oposição a perspectivas cíclicas preferentes ao paradigma do realismo ofensivo das relações internacionais - guarda sentido com a densidade com a qual a China vem lançando novos termos e conceitos para tratar os temas de relações internacionais pensados através do ineditismo, seja por meio de elaborações práticas de política externa seja por análises acadêmicas. No que tange às práticas de política externa a liderança política do PCC tem-se utilizado de uma plethora de novos conceitos cuidadosamente construídos para direcionar suas ações e relacionamentos bi e multilaterais através de uma nova estratégia diplomática, a exemplo dos conceitos de “Mundo Harmonioso” (*héxié shìjiè* - 和谐世界), “Desenvolvimento Pacífico” (*héping fāzhǎn* - 和平发展), “Comunidade de Destino Comum (*mìngyùn gòngtóngtǐ*- 命运共同体)”, “Novo Tipo de Relacionamento entre Grandes Potências” (*xīnxíng dàguó guānxi*- 新型大国关系) e, tangentes ao âmbito doméstico, “Socialismo com Características Chinesas” (*zhōngguó tèsè shèhuì zhǔyì*- 中国特色社会主义), “Rejuvenescimento Nacional” (*mínzú fùxīng* - 民族复兴) e “Sonho Chinês” (*zhōngguó mèng* – 中国梦).

Se nos últimos trinta anos a re-emergência da China e seus termos ligados à política externa têm se tornado tópicos cada vez mais populares nas discussões em círculos políticos, menos notado, entretanto, é o desenvolvimento paralelo de uma crescente disciplina de Relações Internacionais (RI) na China que corrobora com a construção desta nova terminologia. Diversas universidades e *think tanks* chineses têm proativamente convidado contribuições de proeminentes estudiosos de RI de todo o mundo, no sentido de investigar novas tendências no campo.

Muitos estudiosos têm-se empenhado na tradução de obras clássicas de RI para o idioma mandarim, a exemplo do *Social Theory of International Politics* de Alexander Wendt que, primeiramente publicado em 1999, foi traduzido para o mandarim um ano depois. Além disso, faz-se notar o crescente número de instituições e universidades que oferecem a disciplina - bem como o aumento no número de estudantes que a procuram como carreira -, o crescente número de publicações de jornais e livros ligados ao tema, o aumento qualitativo do teor das pesquisas, e, talvez mais importante, a crescente interação entre órgãos acadêmicos e esferas decisórias políticas (SHAMBAUGH, 2011).

Embora a disciplina de RI não reflita simplesmente as preferências políticas de um Estado, nota-se que as escolhas e preferências de política externa das elites políticas ao mesmo tempo moldam e são moldadas pelas ideias acadêmicas predominantes. A circunstância sob a qual a disciplina tomou forma nos Estados Unidos, por exemplo, coincidiu com a ascensão deste ao status de potência mundial (HOFFMANN, 1977). Aparentemente, a mesma tendência tem sido notada na China. Desde o início da década de 2000, alguns temas dominantes na área de RI, sobretudo associados à teoria liberal como poder brando, transição pacífica, e multilateralismo, têm se tornado populares no país (WANG, 2009). Em certa medida, esta aproximação inicial teórica reflete a preocupação de setores da política externa em projetar internacionalmente um papel (*role*) de grande potência responsável empenhada numa alocação pacífica no status de poder mundial⁵⁶. Em contrapartida, a relação entre a re-emergência chinesa e a crescente disciplina de RI na China não pode ser assumida como uma na qual ambas convergem totalmente, nem como sendo inteiramente independente uma da outra.

⁵⁶ Voltaremos ao tema da projeção de papel internacional posteriormente.

1.4 A emergente disciplina de Relações Internacionais “com características chinesas”: interpretação analógica *géyì* e o *construtivismo processual*

Na esfera intelectual, tem-se um quadro em que a narrativa histórica particular que analistas chineses vêm construindo, de forma a enfatizar as deficiências de uma “disciplina Chinesa de relações internacionais”, gera um imperativo para a inovação – que pode ser refletido por e/ou refletir em planejamento político prático - e para o desenvolvimento científico (*kēxué fāzhǎn* - 科学发展). Intelectuais dentro e fora da China têm criticado as linhas de pesquisa chinesas por uma falta de inovação teórica e excesso de credibilidade em teorias e perspectivas importadas do Ocidente. Este tem sido um argumento subjacente às tentativas de criar uma “escola chinesa” de teoria das relações internacionais que não pretende rivalizar com as teorias tradicionais ocidentais, mas questioná-las e complementá-las.

A revisão dos estudiosos chineses sobre a história da disciplina no país é generalizada e desempenha um papel crucial na definição discursiva dos limites possíveis de pesquisas passadas, recentes e futuras. Além disso, a questão sobre teorias de RI “com características nacionais” alocam o escopo central da disciplina: etnocentrismo. Muitos estudiosos da área têm argumentado em favor de uma diversidade regional na produção teórica (WAEVER, 1998; SCHMIDT, 2002). Acharya (2000) aponta que a grande falha da disciplina está no etnocentrismo. RI enquanto disciplina tem uma origem anglo-saxônica, muito devido à fundação, imediatamente após a I Guerra Mundial, da primeira cadeira para estudos de políticas internacionais no Departamento de Política Internacional da Universidade de Wales (SCHMIDT, 2002).

Com o primeiro grande debate entre as décadas de 1950 e 1970 entre tradicionalistas – enfatizavam uma abordagem histórica e interpretativa -, e behavioristas – advogavam métodos inspirados pelas ciências naturais -, um duplo conceito sobre as RI surgiu: o primeiro via as IR como uma Ciência Social norte-americana, e o segundo como uma Escola Inglesa. Schmidt (2002, p. 4), após fazer uma revisão da disciplina de RI, reafirmou que há uma “esmagadora e contínua dominância da comunidade acadêmica norte-americana” na área. Doravante, esforços de uma introdução de política externa particular que refletisse os problemas enfrentados pela Grã-Bretanha nas suas relações internacionais formaram a “Escola Inglesa”, particularmente crítica do tipo de método científico aplicado por positivistas, mas de uma disposição ontológica comum.

No que se refere à região do leste asiático, o poder explanatório universal da teoria e dos métodos de RI não foram questionados por muito tempo. Ikenberry e Mastanduno (2003, p. 19) afirmaram que “os quadros teóricos ocidentais têm muito a dizer sobre as relações internacionais na Ásia – mas [...] variáveis como distribuição de poder, hegemonia, regimes internacionais [...] devem ser suficientemente sensíveis ao contexto para capturar a complexidade daquelas relações”. Embora pareçam reconhecer a existência de uma cultura política e histórica particular na região, não suportam o desenvolvimento de um novo quadro teórico sobre as RI.

Pesquisas recentes sobre política externa chinesa não levam necessariamente a estas mesmas conclusões. Para que se compreenda o comportamento de política externa chinesa e o papel da RPC nas relações internacionais, não somente os quadros teóricos atuais das RI devem ser modificados, Johnston e Ross (2006) enfatizam a necessidade de novos conceitos teóricos, com foco na cultura política chinesa e em estruturas particulares. “IR como uma Ciência Social norte-americana” é frequentemente referida quando intelectuais avaliam o atual status das RI e criticam certa dependência intelectual com relação a esta tradição; enquanto a “Escola Inglesa” é considerada como um possível modelo inicial para uma “Escola de RI com características chinesas”. Ren (2008, p. 297) indaga que “o trabalho da Escola Inglesa foi em prol de seu próprio interesse, e como uma alternativa à teoria norte-americana de RI... Se pôde existir uma Escola Inglesa, por que não uma Escola Chinesa?”.

A narrativa dos estudiosos chineses sobre a história da disciplina de Relações Internacionais (*guójì guānxì* - 国际关系⁵⁷) no país aponta para a sua infância. Alguns intelectuais identificam-na como uma disciplina emergente da década de 1950 ou 1960 (LIANG, 2004), enquanto outros afirmam que a pesquisa de relações internacionais somente apareceu na China nos últimos dez ou vinte anos (WANG, 2005), e que a pesquisa verdadeiramente teórica na área teve início ainda mais tarde (NI, 2001). Apesar dos desacordos com relação à exatidão das datas, há um consenso entre os estudiosos de RI é uma “disciplina nova e em desenvolvimento”.

Durante a década de 1950, somente a Universidade Renmin tinha um “Departamento de Assuntos Exteriores”, e foi com o conflito sino-soviético que houve

⁵⁷ Muitas vezes o termo “Política Internacional” (*guójì zhèngzhì*- 国际政治) é empregado ao invés de “Relações Internacionais”. Embora os dois termos não sejam completamente intercambiáveis, e muitos dos escritos aqui considerados levarem um tempo para definir as diferenças entre ambos, no contexto do desenvolvimento disciplinar, o que se é dito sobre a disciplina tem o mesmo teor. Portanto, análises sobre “relações internacionais” e história da “política internacional” podem ser consideradas juntas.

uma maior institucionalização do campo de pesquisa das RI (SONG; CHAN, 2000). Devido a esforços de Zhou Enlai e a decisão do Comitê Central do PCC de fortalecer os estudos em assuntos exteriores, novos departamentos de “Política Internacional” foram fundados na Universidade Renmin, na Universidade Peking e na Universidade Fudan em 1964, cada qual com um programa de pesquisa claramente definido e orientado pela divisão em países e tópicos. Os pesquisadores da Renmin focavam em movimentos comunistas internacionais e sistemas de Estado socialistas, enquanto que pesquisadores da Peking focavam no estudo de movimentos de libertação nacional nos continentes africano, asiático e latino-americano, e pesquisadores da Fudan – em Shanghai - eram os únicos a analisar e refletir sobre os Estados capitalistas ocidentais. Teoria e metodologia ainda não desempenhavam um papel relevante, já que o sistema de pesquisas seguia um padrão de “histórico:processo:prospecção” e somente refletiam ideias básicas sobre imperialismo, colonialismo ou estudos marxistas-leninistas sobre guerra e paz. No final da década de 1960, novos institutos foram instalados sob o controle de diferentes ministérios e universidades de língua estrangeira (ZHAO; NI, 2007).

Percepções e interpretações internacionais baseadas em teorias foram pioneiramente avançadas pela “Teoria dos Três Mundos⁵⁸” de Mao Zedong que, apesar de elaborada no início da década de 1960, somente foi popularizada e oficialmente apresentada em 1974. A partir daí, a agenda de pesquisas em assuntos internacionais de distanciou dos paradigmas unicamente soviéticos de RI e seguiu em direção a uma estrutura de pesquisa chinesa mais independente, definida como uma percepção “chinesa” da ordem mundial e da estrutura do sistema internacional.

A irrupção da Revolução Cultural (1966-1976) impôs um fim abrupto nas pesquisas políticas dentro da RPC. Grande parte dos institutos teve suas atividades encerradas e muitos dos cientistas políticos chineses, tidos como contra-revolucionários, foram perseguidos ou mandados para o interior do país para “reeducação”. Após esta interrupção pontual, a pesquisa em RI foi restaurada e desenvolvida em novas direções. Com a reforma e abertura empreendida por Deng Xiaoping em 1978 e a decisão do PCC de reformar o sistema de ensino superior no início da década de 1980, os estudos

⁵⁸ De acordo com esta teoria, do “Primeiro Mundo” fazem parte Estados Unidos e União Soviética; o “Segundo Mundo” era representado por Japão, Europa, Austrália e Canadá; enquanto que o Terceiro Mundo abarcava as ex-colônias socialistas e Estados menos desenvolvidos. A China, neste modelo, era – e ainda considera-se – classificada como um Estado socialista e parte do Terceiro Mundo, oposta à estruturas hegemônicas.

chineses em RI inauguraram um novo estágio. Dentre os primeiros estudos na área traduzidos estão “Contending Theories of International Relations” de Dougherty e Pfaltzgraff, e “The Theory and Practice of International Relations” de William Olson. O impulso de se desenvolver uma teoria de RI independente “com características chinesas” surgiu durante a primeira Conferência chinesa sobre teorias de RI em 1987, principalmente porque se acreditava que as teorias convencionais serviam apenas para avançar interesses imperialistas ocidentais (NI; XU, 1997).

Em meados da década de 1990, baseada em análises normativas do sistema internacional, a liderança política da RPC começou a estabelecer “relações de parceria”, delineadas para a persecução dos interesses de desenvolvimento econômico doméstico chinês, e seguindo uma abordagem mais próxima do poder brando, de maneira a evitar conflitos – especialmente militares - diretos. De acordo com as linhas da “diplomacia de parcerias”, as relações bilaterais chinesas deveriam beneficiar ambos os lados da parceria, e se basearem na cooperação ao invés da confrontação. Após 1992, grande parte dos estudos chineses de RI era orientada politicamente, na medida em que a China diversificava suas relações externas e requeria um conhecimento mais detalhado do sistema internacional e a redefinição de estratégias de política externa (WANG, 2007).

Para além de traduções e análises críticas das teorias de RI ocidentais, o corpo intelectual chinês começou a publicar seus próprios estudos no que se refere à política mundial, e se viram confrontados com o dilema sobre como combinar aspectos centrais do socialismo chinês com assunções científicas para formar uma nova estrutura analítica. O materialismo histórico ainda deveria servir como guia teórico, embora fosse comumente aceito que sem haver o distanciamento das ideias marxistas, novos instrumentos para análise de RI teriam de ser definidas. Embora alguns pesquisadores aceitassem tal precondição normativa para a construção de um novo corpo teórico, não havia conceitos e definições comuns que pautassem hipóteses centrais, unidades de análise e metodologia propriamente chinesas até então. Além disso, visões divergentes dentro deste corpo intelectual expressavam distintas concepções sobre o que significava propriamente o termo “com características chinesas” (NI; XU, 1997).

Ainda assim, esforços chineses direcionados à disciplina de RI merecem destaque por algumas razões. Primeiro, as elaborações recentes sobre teoria chinesa de Relações Internacionais estão intimamente relacionadas ao contexto (prático) global de maior engajamento da China. Segundo, o uso de uma perspectiva relativamente mais

histórica e atenta à tradição nas RI com características chinesas pode contribuir para uma maior compreensão da relação entre teoria de RI e história. Por fim, o desenvolvimento de uma possível “Escola Chinesa” de RI não está somente relacionado à re-emergência da China no cenário internacional, mas também conectado a uma crescente auto-reflexão dentro da disciplina de RI, sobretudo no que se refere às teorias “*value-free*” e ao positivismo dentro desta área de pesquisa.

Estes três aspectos dão luz a um importante nexos entre o sistema internacional prático (esfera do exercício do poder) e a disciplina (esfera da construção do conhecimento), resultando numa interação mútua – chamada por Schmidt (1998) de “explicação contextual” -, onde os contextos passados e atuais impactam na construção teórica da disciplina acadêmica, e vice-versa. O autor também analisa a questão sobre “o que a conexão *real* entre o contexto externo e a mudança interna conceitual poderia ser” (SCHMIDT, 1998, p. 36). Isto porque, segundo ele, há um atraso temporal entre um acontecimento externo e a reação da academia (reação teórica) a ele, além de estas respostas acadêmicas a eventos contextuais internacionais serem variadas e multifacetadas. Mais importante, neste sentido, é como este contexto de eventos externos é *percebido* pelos acadêmicos, na medida em que o discurso das RI tem continuamente construído sua própria imagem da política internacional. O contexto internacional pode apontar ou dissolver análises, bem como facções intelectuais e debates paradigmáticos podem moldar as ações políticas práticas. Conforme a já conhecida máxima de Robert Cox, “teoria é sempre *para* alguém e *por* algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. Perspectivas derivam de uma posição no tempo e espaço, um tempo e espaço especificamente social e político” (COX, 1981, p. 128, tradução nossa).

A influência de cultura e identidade é usualmente negligenciada nos estudos convencionais de RI, a exemplo da máxima do realismo de que os Estados são unidades similares sem diferenciação funcional. Além disso, as abordagens tradicionais neorealistas e neoliberais focam primariamente nos incentivos materiais e no interesse nacional para explicar o comportamento de política externa dos países, enquanto estudos sobre a política externa contemporânea da China revelam que aspectos cognitivos e construções nacionais de auto-imagem sobressaem nos contextos chineses de tomada de decisão (JOHNSTON; ROSS, 2006).

Após sumarizar e delinear as diferenças referentes aos pressupostos centrais dos conceitos de RI estadunidenses e britânicos, Qin (2005) discutiu suas colocações sobre os pressupostos centrais no contexto chinês. Ele começa definindo a China e seu papel e status no sistema internacional ao constatar que “a China é um país socialista ascendente, transformando-se de um Estado fora do sistema internacional para um [Estado] dentro dele” (QIN, 2005, p. 68, Tradução nossa). Desta assunção central deriva a questão sobre como este ascendente Estado socialista pode se integrar a estruturas existentes do sistema internacional. O autor então argumenta que nenhuma abordagem teórica convencional se aplica ao conceito chinês de “ascensão pacífica”, já que se tratando da reestruturação da estrutura de poder a nível internacional, o realismo prediria uma guerra sistêmica. Embora o liberalismo e o construtivismo abram um espaço teórico para a solução não violenta, Qin (2005) enfatiza que seus pressupostos são baseados na história diplomática estadunidense e, portanto, dificilmente poderiam prever o futuro desenvolvimento da China e seu *processo* de integração internacional.

Nesse sentido, estudos sobre política externa chinesa e o papel da China nos assuntos internacionais têm usualmente evitado a utilização de macro-teorias de RI, já que estas falham em explicar mudanças inesperadas ou aparentemente irracionais do comportamento de política externa da RPC. Análises iniciais nessa direção partiram do nível de tomada de decisão como o nível básico de análise. Assumindo relação direta entre os estudos chineses de RI e as tomadas de decisões em política externa, tentou-se compreender as percepções chinesas das relações internacionais e da ordem mundial para explicar as suas relações externas (ROZMAN, 1987; SHAMBAUGH, 1991)

Em seu estudo sobre as relações sino-estadunidenses, Friedrich (2000 *apud* SHAMBAUGH et. al, 2008) avançou na modificação de teorias básicas de percepção e imagem através da introdução de uma nova categoria de “percepção articulada”. O autor aponta que as percepções formuladas pelas publicações acadêmicas chinesas nem sempre refletiam uma realidade política. Ao invés de explicar este fenômeno como indício de falta de conhecimento sobre as estruturas e os processos da política internacional, Friedrich (2000 *apud* SHAMBAUGH et. al, 2008) interpretou as constatações chinesas como uma forma de “percepção articulada”, que não representa uma realidade política, mas uma visão chinesa do sistema e das relações internacionais.

Adicionalmente, embora intelectuais chineses baseiem suas pesquisas numa terminologia que aparentemente deriva das traduções das teorias “ocidentais” de RI, isto

não significa automaticamente que as percepções e as estratégias que permeiam as decisões de política externa contemporânea chinesa são inteiramente baseadas nas assunções convencionais de RI e, portanto, podem ser entendidas como giros neorealistas, neoliberais ou construtivistas nas relações externas da RPC. Apesar de muitos estudos sobre política chinesa enfatizarem o caráter neorrealista da estratégia de política externa do país, uma perspectiva desde dentro, baseada em publicações acadêmicas autóctones, podem levar a conclusões distintas. A depender do contexto textual e da intenção do autor, conceitos e terminologias centrais teóricos podem sofrer uma redefinição ou uma “sinicização”. A expressão em mandarim para “interesse nacional” (*guójiā lìyì* – 国家利益), por exemplo, pode ser re-traduzida para “interesse nacional” ou “interesse/assunto de Estado” (XUETONG, 2005, p. 12), sendo que a re-tradução de *lìyì* (利益) abarca não só “interesse” como também “benefício” e “lucro/vantagem”. Deng (1998) analisa ainda que a definição de “interesse nacional” não é um atributo fixo e imutável, mas contestado e passível de transformação.

Grande parte dos esforços chineses para edificar uma teoria de RI diferenciada tem como base inicial a experiência histórica. Na medida em que muitos acadêmicos chineses pautam suas teorias em história antiga e moderna da China, o estudo mais próximo de elementos teóricos e práticos da milenar história chinesa pode iluminar não apenas o modo de construção teórica como também dar maior entendimento sobre os novos conceitos utilizados no vocabulário de política externa e das relações internacionais do país. Yan Xuotong, por exemplo, lidera um grupo de intelectuais na Tsinghua University direcionado para buscar, analisar e utilizar o potencial do pensamento antigo chinês e da história da China para construir teorias de RI e derivar lições políticas (ZHANG, 2012). Hui (2012) recentemente explorou o potencial de influência dos estudos de história chinesa nas teorias de RI – em especial estudos históricos provindos das escolas de “pensamentos” antigos chineses -, possivelmente corrigindo a tendência etnocêntrica da disciplina.

A tensão entre história e teoria esteve há muito presente nos estudos teóricos de RI, e o debate está ainda em continuação. Um dos pontos críticos principais do uso da história ou de pensadores historicistas é que isto pode configurar certo tipo de presentismo, onde há a tendência de escrever sobre a história da área em termos de sua participação numa tradição de pensamento clássica ou antiga que, usualmente, serve para conferir legitimidade a uma linha de pesquisa recente. O ponto crítico do

presentismo é que os fatos históricos – e a perspectiva histórica mesma – podem ser distorcidos para caberem numa suposição teórica ou num argumento elaborado (SCHMIDT, 2002).

Nesse sentido, estudiosos têm igualmente se questionado se e em que medida uma teoria das RI com características chinesas tem sido um projeto político destinado aos propósitos políticos da liderança do PCC (SONG, 2001; CALLAHAN, 2001, 2008). Estudiosos que têm analisado mais detalhadamente a disciplina de RI na China concordam com o fato de que há uma íntima conexão entre o setor acadêmico do país e seus círculos políticos (HE, 2011; SHAMBAUGH, 2013). Tal nexos poderia vincular-se ainda mais conforme o círculo intelectual chinês se torne mais consciente e convencido de seu crescente status de formuladores iniciais da política externa de uma grande potência. Na medida em que a China se move ativa e rapidamente para o centro da política e da economia internacionais, o questionamento acerca de seus propósitos e seus posicionamentos no que tange à política externa se torna cada vez mais relevante (ZHANG, 2013). Qual é o papel internacional da China e como ela pretende realizar sua agenda? Há uma orientação para suas ações? Se sim, esta orientação é pautada por uma identidade internacional “com características chinesas”? Porque o poder intelectual dessas emergentes conceituações e terminologias irá, em diferentes graus, influenciar as escolhas políticas chinesas no futuro, é primordial que se atente para tais debates de construção conceitual. Uma análise mais próxima dos usos da história na construção de conceitos e termos recentes de política internacional chinesa pode prover um importante veículo pelo qual explorar um caminho de entendimento das escolhas estratégicas deste país.

Na visão histórica tradicional chinesa, a China representava um centro cultural e político, que era rodeado por bárbaros não civilizados. A obediência simbólica para com a autoridade do imperador chinês era condição necessária para que a China estabelecesse contatos e relações com regiões periféricas. As relações de comércio externo tradicionais chinesas com os Estados vassallos periféricos eram baseadas no Sistema Tributário. Tal sistema, delineado após o relacionamento império-vassallos, foi concebida como uma instituição altamente ritualizada com claras definições de direitos e deveres para com o imperador chinês e seus Estados vassallos (FAIRBANK, 1968). A ideia tradicional chinesa de relações exteriores, portanto, enfatizava a “hierarquia formal

entre nações, ao mesmo tempo em que permitia considerável igualdade informal” (KANG, 2003, p. 164).

Emissários comerciais ocidentais eram vistos pela China praticamente da mesma maneira que os Estados vassallos periféricos, e deveriam exercer as mesmas submissões simbólicas para com o imperador chinês. A primeira tentativa oficial de uma delegação ocidental de transpassar as restrições do sistema tributário chinês – a missão Macartney, em 1793 -, culminou com a rejeição por parte do imperador chinês em intensificar os contatos comerciais seguindo a idéia ocidental de relações comerciais internacionais baseadas na igualdade soberana. Somente após a Guerra do Ópio o sistema tributário chinês foi passado para a forma moderna de tradição ocidental westphaliana das relações internacionais. Os impactos da mudança no sistema tributário chinês e as novas definições de filosofia de Estado relacionadas possivelmente foram mais relevantes do que as perdas materiais nesse período. A autopercepção da China enquanto um sistema “Tudo-sob-o-Céu” (*Tiānxià* – 天下) foi substituído pela referência moderna ocidental de “Nação” (*Guójia* – 国家) (LEVENSON, 1968). Em certa medida, uma forçada integração chinesa – com a Guerra do Ópio e o processo de colonização – ao sistema internacional foi acompanhada pela perda do posicionamento auto-definido chinês como centro político-econômico civilizatório. Em outras palavras, o status chinês foi “reduzido” a um de um Estado entre tantos outros.

Doravante à humilhação nacional da Guerra do Ópio os elaboradores políticos chineses passaram a tentar redefinir o papel internacional da China no sistema internacional baseando-se num movimento de “auto fortalecimento”, no sentido de superar o controle imposto pelas potências estrangeiras. Tal esforço por superar as relações desiguais com as potências ocidentais e resgatar o status perdido de centro político-econômico tem sido usualmente aplicado para explicar determinadas orientações psicológicas e de tomada de decisões na política externa contemporânea da China.

Ao contrário das assunções realistas que preconizam conflitos e rivalidade entre as potências emergentes no leste asiático, Kang (2003) prefere considerar que as referências a esta cultura antiga política Chinesa do sistema tributário ligado a uma relativa “estabilidade hierárquica” prevê equilíbrio na região contanto que a China exerça este papel de estabilizador, como exercia no sistema *Tianxia*.

É importante atentar para o fato de que, atualmente, o uso do termo “hierarquia” é sensível aos debates sobre política externa chinesa. Após a fundação da RPC em 1949, a retórica de política externa do PCC tem sido especificamente evitar relações externas assimétricas, numa referência àquelas definidas pelos regulamentos impostos pelos tratados da Guerra do Ópio. A rejeição a tendências hegemônicas tem sido uma orientação normativa chave na política externa contemporânea do país, inclusive sendo refletida na construção do processo de enquadramento (*framing*) de suas relações bi e multilaterais pautadas nas parcerias estratégicas.

Além disso, ainda que haja a perspectiva de que o sistema tributário *Tianxia* sirva como modelo para a política externa chinesa contemporânea – propriamente depois da reforma e abertura de 1978 -, há que se considerar a mutabilidade das referências de pensamento político chinesas e do sistema internacional em si. De todo, tem-se uma concepção chinesa de *Estado* que pode ser baseada em duas tradições filosóficas: a auto-imagem do centro político-econômico civilizatório de *Tianxia*, e/ou noções inspiradas na idéia moderna de origem européia do Estado-nação. Mais relevante é notar que ambas não concebem o sistema internacional como anárquico, mas valorizam um sistema internacional pautado por normas e alicerce moral. É difícil prever qual auto-imagem conceitual de Estado permeará as futuras escolhas de política externa da China, isto porque a preferência por uma ou outra visão pode oscilar devido a mudanças tanto no âmbito doméstico quanto no sistema internacional.

Qin Yaqing (2009) considera o desenvolvimento, nesta última década, de três maneiras de se pensar as relações internacionais sob o ponto de vista chinês, sendo que todas elas consideram a tradição, a cultura, a filosofia, e as práticas propriamente chinesas para sua nutrição teórica. Em outras palavras, todas reconhecem a importância da cultura e de uma identidade de narrativa histórica para tentar remodelar ou incorporar ideias filosóficas às teorias contemporâneas das RI. Elas são elaboradas tendo em conta o conceito de “interpretação analógica” (*gé yì* - 格义), ou seja, utilizar um esquema conceitual autóctone para explicar e interpretar a realidade, ainda que se utilize de terminologia estrangeira⁵⁹. De acordo com o autor, são três as abordagens de interpretação analógica: 1) a *obversa*, que se refere à interpretação da realidade através

⁵⁹ *Géyì* também pode ser traduzido como “correspondência conceitual”, ou “correspondência de significados”. O termo tem origem num método chinês para sistematizar termos técnicos em sânscrito das escrituras budistas para termos comparáveis e compreensíveis em chinês clássico. Mais tarde, o mesmo método foi aplicado na historiografia para correspondência de significados e conceitos em textos acadêmicos, livros traduzidos e dicionários.

do próprio sistema conceitual chinês; 2) a *reversa*, que, ao contrário, emprega sistemas conceituais estrangeiros para interpretar a realidade; e 3) a *interativa*, que constrói um diálogo intercultural de uma maneira reflexiva e crítica, coempregando esquemas autóctones – como o relacionismo confuciano e a teoria *Tianxia*⁶⁰ - e alheios – como o racionalismo – para analisar uma realidade social. Estas abordagens procuram levar em conta que há disparidades de entendimento sobre política mundial entre estudiosos de RI ocidentais e chineses, especialmente se considerados conceitos-chave da área como “poder”, que na perspectiva chinesa guarda espaço para uma conotação menos materialista e inclui elementos morais de textos e pensamentos antigos chineses (QIN, 2009).

Dentre as abordagens interpretativas, Qin (2009) defende a preferência pela perspectiva interativa, no âmbito da qual elaborou sua teoria relacional (*relationality*) para compreender a dinâmica das relações internacionais. Através desta nova abordagem, critica-se a estrutura estática das teorias convencionais, usualmente baseadas na racionalidade – individualidade enquanto elemento basilar - e buscando certezas, mas negligenciando complexidades relacionais na sociedade internacional. Na visão do autor, a interatividade é necessária já que as teorias convencionais falham em explicar *processos* - definidos como relações em movimento – e mudança, que é, na tradição filosófica chinesa, a única constante de tudo no universo e desempenham importante função nas relações humanas em geral, e relações internacionais em particular (QIN, 2009).

Tal teoria argumenta que uma rede de contatos relacional contribui para que os Estados edifiquem suas identidades e atinjam poder internacional. Por ser uma “teoria evolutiva” – teleológica – que foca nas práticas interativas e intersubjetivas entre atores internacionais e enfatiza a independência ontológica dos processos sociais, afirma que as *relações* desempenham significativo papel na construção das normas internacionais e nas identidades dos atores envolvidos. Muito embora a terminologia utilizada – como “identidade” – remonte à influência dos estudos teóricos do construtivismo estrutural, Qin (2009) argumenta a favor da necessidade da abordagem interativa para incorporar dois elementos-chave do pensamento chinês: processos e relações, culminando numa teoria próxima de um *construtivismo processual*.

⁶⁰ Ambos os conceitos são explorados de maneira mais detalhada posteriormente.

O construtivismo e as teorias sobre “identidade nacional” também têm colaborado como paradigma proeminente para compreender a re-emergência da China no cenário internacional. Teoricamente, argumenta que a estrutura das relações internacionais não é propriamente material, baseada na distribuição de capacidades entre Estados, mas social em sua natureza (LAPID; KRATOCHWIL, 1996; LINKLATER, 1994; GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993). Em outras palavras, tal estrutura é construída através de um processo intersubjetivo entre nações produzindo e reproduzindo estruturas de conhecimento compartilhado ao longo do tempo. Herz (1997, p. única) explica que

A premência de estudos sobre os fenômenos de fragmentação e integração de comunidades, conflitos étnicos e nacionais, possibilidades de cooperação internacional e a necessidade de uma maior reflexão sobre o papel dos analistas de política internacional leva-nos de volta ao tema da cultura, ao papel de idéias e identidades, às análises de dentro para fora. Faz-se necessário voltar ao conceito de cultura internacional para entender os processos de cooperação internacional. O tratamento dado pode enfatizar a gestação de uma sociedade internacional integrada, ou problematizar o fenômeno, assinalando a contradição entre o processo de universalização de um conjunto de idéias e as particularidades de diferentes grupos sociais.

Os contornos e as trajetórias das relações internacionais são também determinados pelas *ideias e interações* a definir as relações dos Estados uns com os outros e não simplesmente por comparação de poder. Quando comparado ao neorealismo, o social construtivismo argumenta que não há um mundo objetivo no qual os fenômenos regulatórios possam deterministicamente conduzir as ações dos Estados. Ao contrário, estes Estados serão engajados e contribuirão com um processo sociológico contínuo no qual mudanças transformativas em suas *identidades e relacionamentos*, não apenas seu comportamento ou interesses, influenciam a estrutura do sistema internacional. Constatar que estruturas são socialmente construídas, entretanto, não implica que sejam flexíveis, especialmente se narrativas conflituosas são o contexto dominante de influência nas visões de líderes e elaboradores políticos⁶¹.

⁶¹ É relevante notar também que ideias nacionais sobre o sistema internacional são difíceis de mudar por algumas razões. Primeiro porque normalmente há setores do círculo político que se beneficiam deste sistema de status quo, mobilizando recursos e energia para promovê-lo. Segundo, tais ideias dominantes se tornam arraigadas na retórica pública e nos procedimentos burocráticos que as tornam resilientes. Terceiro, por causa disto tais ideias se tornam normalizadas não apenas como meios para atingir determinados fins, mas também como um parâmetro do que a nação *deveria* fazer, ou até mesmo como um parâmetro do que ela *é* (identidade).

A fim de demonstrar como comparações de poder não determinam a natureza das relações entre Estados, Wendt (1995) argumenta que se ambos Coreia do Norte e Reino Unido anunciassem intenções em construir adicional armamento nuclear, a reação por parte dos Estados Unidos e outras potências mundiais seria notavelmente distinta. Havia a tendência a perceber as intenções de Pyongyang como uma ameaça devido à existência de um padrão contínuo de relações antagônicas para com a Coreia do Norte, enquanto que as intenções do Reino Unido instigariam curiosidade e investigação, mas não apreensão e receio. Como o autor aponta:

500 armas nucleares britânicas são menos ameaçadoras para os Estados Unidos do que [cinco] armas nucleares norte-coreanas, pois os britânicos são amigos dos Estados Unidos, e os coreanos não, e amizade ou inimizade é uma função de *entendimentos compartilhados* (WENDT, 1995, p. 73, Tradução nossa, grifo nosso).

O contexto social no qual as mudanças estão imbricadas influencia grandemente as perspectivas sobre e as percepções de ameaça relacionada à variação em poder material, especialmente militar. Ideias e poder, por conseguinte, não podem ser desvinculados em dois aspectos distintos da política internacional, já que o primeiro influencia as racionalidades que são subjacentes e justificam o desenvolvimento do segundo.

Os construtivistas admitem a persistência e o domínio da guerra, do conflito e da *realpolitik* – preocupações com o balanço de poder militar – em certos regimes e épocas históricas. No entanto, ao invés de provar o poder explicativo do neorealismo, isto revela simplesmente a prevalência de tais elementos entre os formuladores políticos que, por sua vez, concordam com a maneira que a teoria retrata o mundo. A construção do neorealismo, por exemplo, cuja narrativa superou as concorrentes, deu-se num contexto doméstico estadunidense no âmbito da Guerra Fria, o que acabou por influenciar fortemente sucessivas administrações presidenciais e comunidades políticas do país.

É de suma importância compreender como as considerações de intelectuais da área de RI influenciam normas, identidades, e perspectivas de elites políticas, especialmente no que tange à segurança nacional. A prevalência do pensamento neorealista na maior parte das grandes potências no período da Guerra Fria fez com que tal teoria se tornasse uma profecia auto-realizável. Na medida em que líderes nacionais

acreditavam em suas explicações e previsões, eles contribuíam para a construção de um mundo à imagem do que estava sendo descrito.

A “ascensão” da China é interpretada por alguns setores intelectuais de RI como o mais recente estudo de caso para testar a objetividade destas teorias ocidentais convencionais de RI, cuja aplicabilidade universal nega particularidades contextuais e históricas. Johnston (2003, 2006) e Christensen (1996) acreditam que as ações externas da RPC têm sido uma função de uma cultura estratégica dominada pela *realpolitik*. O que tem ocorrido, segundo os autores, é uma mudança de paradigma de uma mentalidade próxima do realismo ofensivo durante o período maoísta, para uma orientação realista defensiva que almeja ampliar liberdade e autonomia estratégicas, sobretudo em seu entorno regional imediato, fora da hegemonia estadunidense. Outros (ROY, 1994) discordam argumentando que tal cultura estratégica chinesa é inerentemente revisionista e tem sido um persistente elemento do estadismo chinês.

Ao seguir teorias convencionais, a comunidade ocidental dos estudos de RI tem relutado a apreciar ou interagir com uma emergente disciplina de RI chinesa. Disciplina esta que guarda diferenças com relação às convencionais na medida em que seus estudos são avaliados não em função do poder explicativo per se – geralmente uma avaliação auto-aplicável –, mas sim pela sua *influência ideológica e habilidade em guiar uma ação política*. A negligência em estudar e interagir com este corpo teórico inibe análises mais profundas para que se compreendam as forças e os fatores que influenciam a elite política e a liderança da China contemporânea.

1.5 Formulações axiológicas e a influência das ideias no comportamento

A narrativa ocidental de uma China emergente e assertiva argumenta que o país está abandonando sua orientação tradicional passiva e movendo-se em direção a uma crescente aspiração em remodelar dinâmicas regionais e internacionais. No entanto, muitas destas narrativas sofrem de falhas teóricas e metodológicas, incluindo a ausência de definições e a escolha seletiva de marcos históricos com o fim de produzir uma narrativa minimamente consistente e coerente. Criticar tais narrativas não significa necessariamente que a China seja um ator puramente benigno ao sistema internacional no que tange à sua ordem, mas há o risco de que os estudos com relação à China se tornem radicalmente politizados, especialmente quando o país é retratado como o “outro desestabilizador” do sistema internacional, narrativa similar à da teoria sobre a “ameaça

chinesa” na década de 1990. A relação estratégica aparentemente confrontiva entre Estados Unidos e China, por exemplo, não é apenas baseada nas mudanças relativas de poder ou forças domésticas nacionalistas, mas também por má interpretação e desentendimentos sobre os interesses e as ações um do outro.

Assim como admitem seus principais teóricos, o construtivismo é um paradigma que foca prioritariamente em explicações, e não em previsões com relação ao cenário internacional. Por este motivo, a teoria é criticada por ser normativa em seus propósitos: ao tentar promover a paz e a estabilidade mundiais, uma habilidade acurada em entender a realidade mundial é comprometida. Embora a maior parte dos teóricos em RI admita que o campo ideacional é relevante, muitos críticos neorealistas argumentam que o construtivismo não oferece explicações concretas acerca do porquê certos panoramas internacionais e tipos de relações estatais ocorrem mais frequentemente que outros. Nesta perspectiva, é a polaridade do sistema e o balanço de poder que, em última instância, constrange o leque de identidades possíveis e configurações de relacionamentos.

Em contrapartida, há que se compreender que ideias não significam um contrapeso à influência de poder material nas relações internacionais, mas sim estas ideias são subjacentes e dão significado e propósito ao desenvolvimento e ao emprego do poder em si mesmo. A relevância de ideias e percepções nas elaborações de política internacional tem sido reconhecida pela liderança da PRC, tendo o Presidente Xi Jinping alarmado, ao comentar sobre as relações sino-estadunidenses na reunião feita pelos dois presidentes em Mar-a-Lago em abril de 2017, sobre o risco de que uma “armadilha de Tucídides⁶²” possa se tornar o paradigma dominante norteador dessas relações⁶³. Ainda que não se possa afirmar se as relações da China não só com os Estados Unidos, como também com países com os quais estabelece relações de parceria estratégica ou outro tipo, sejam inevitavelmente conflituosas ou não, o construtivismo pode contribuir para análises na medida em que considera que a inclinação para um ou

⁶² O termo “armadilha de Tucídides” (*Thucydides trap*) foi popularizado pelo cientista e político norte-americano Graham Allison, é baseado na referência histórica dos escritos de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, e tenta explicar a probabilidade de conflito entre Estados. Ver: ALLISON, Graham T. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’ Trap?* New York: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 2017.

⁶³ ALLISON, Graham. “How Trump and China’s Xi could stumble into war”, *The Washington Post*, mar.2017. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2017/03/31/how-trump-and-chinas-xi-could-stumble-into-war/?utm_term=.b4b16bb87817] Acesso em 20/05/2017

outro germinará da natureza de suas relações sociais, e não puramente da alteração nas capacidades relativas de poder entre os Estados.

Há uma extensa e perspicaz literatura sobre como as ideias coletivas – crenças, normas, discursos, cultura, etc. – têm relevância em política externa (BERMAN, 2001; ADLER, 2002). O que usualmente não é focado nestes argumentos é a maneira como tais ideias participam na sua própria transformação. Sugerir que as ideias desempenham um papel em sua própria transformação não significa argumentar que os resultados são unicamente causados por ideias. É igualmente útil distinguir o impacto das ideias de outros fatores, como circunstâncias estratégicas e pressões econômicas, e compreender como eles podem, conjuntamente, causar resultados. Por exemplo, como poder e interdependência interagem com as ideias através de mecanismos previsíveis para causar resultados. Estados tendem a formular amplos conceitos – praticamente filosofias operacionais – que orientam seu comportamento internacional. Eles necessitam de ideias para significar para seus membros o que representam, e para orientá-los em suas interações na arena internacional.

As considerações acerca de ideias e de suas próprias mutações são relevantes porque ideias são guia para a ação nacional e podem moldar o que os Estados pretendem alcançar ao longo do tempo. Naturalmente, as lideranças políticas nacionais planejam *estrategicamente* suas ações, mas raramente as fazem sem que haja um pano de fundo de ideias nacionais dominantes sobre quais comportamentos gerais são mais apropriados (*appropriateness/suitability*). Essas ideias podem ser contestadas por alguns grupos dentro das sociedades, mas ainda servem de guia para a “nação coletiva”. Promovidas por aqueles que se beneficiam delas, e nutrida por hábito, as ideias são enraizadas. Particularmente quando têm objetivos intangíveis, como “segurança” e “riqueza”, os Estados concentrarão esforços em torno de doutrinas de ação ao invés de metas reais. Em outras palavras, *ideias se tornam intenções*. Nos estudos de política externa, estas ideias são o que Ernest May (1962) chamou de formulações “axiomáticas⁶⁴” derivadas da história que se transformam em premissas políticas aceitas.

No entanto, se pensadas em termos de modificação processual, mesmo quando as ideias dominantes são deslegitimadas, a mudança não é automática. A consolidação axiomática de ideias, bem como seu colapso, enfrenta obstáculos que alimentam a

⁶⁴ O termo “axioma” deriva da expressão grega *axios* (“digno” ou “válido”), e se refere a uma premissa considerada evidente, ou uma verdade inquestionável válida, usualmente empregada como princípio de uma elaboração teórica ou como base para uma argumentação.

inércia. Indivíduos podem concordar que uma perspectiva deva deixar de ser dominante, sem, contudo, ser capaz de concordar ou coordenar sobre qual nova ortodoxia deva servir como guia. Tal dinâmica tem sido aplicada nos estudos sobre revolução (GOLDSTONE, 1991), mas também pode contribuir nos estudos e nos debates de política externa. A consolidação de uma nova abordagem de política externa depende não apenas do colapso de ideias anteriores, mas também da distribuição de ideias que possam as substituir, especialmente da existência de uma alternativa mais proeminente. Quando não há alternativas desenvolvidas, ou, ao contrário, quando há muitas alternativas competindo entre si, o resultado poderia ser o retorno a ideias e elaborações antigas devido a um vácuo, no primeiro caso, e a um impasse entre facções, no segundo. Como ilustração, tem-se que na China sob dinastia Qing, no século XIX, a ideia sinocêntrica de separação com relação às potências invasoras era tão dominante que virtualmente não havia nenhum grupo com ideias que pudessem substituí-la como guia para a política externa chinesa naquele momento⁶⁵.

Nesse sentido, as ideias figuram como engrenagens, que interagem com outros fatores e, ao fazê-lo, aplicam sua própria influência. Estratégias nacionais são, portanto, um produto de influência multicausal. Ideias e concepções prévias desempenham um importante papel, porém, não determinam unilateralmente todos os aspectos de novos planejamentos e direcionamentos. Em suma, a consideração elaborada aqui sobre mudanças (e continuidades) das elaborações de política externa é contingencial. É dependente da interação das ideias dominantes de política externa dos Estados com os resultados (preferidos) encontrados, bem como da distribuição de ideias que possam substituí-las e seus sucessos iniciais, se houver. Entretanto, há que se esclarecer que enfatizar a contingência, não é renunciar a explicações e análises⁶⁶.

Pode-se postular que intenções futuras dependerão do grau em que as expectativas de ideias dominantes específicas são desafiadas por eventos, resultados

⁶⁵ Sun Yatsen, que viria a ser revolucionário, escreveu a um Oficial em 1893: “a razão porque nós não alcançamos muito [relativamente a outros países que adentraram o sistema internacional]: opinião pública e ideias arraigadas simplesmente não a permitirão” (*apud* MITTER, 2004, p. 32)

⁶⁶ Friedberg (2005) aponta para a dificuldade em se prever o futuro quando isto depende de eventos que não podemos antever. No entanto, é possível explicar condições e mecanismos através dos quais os eventos produzirão diferentes futuros. Uma maneira de se pensar sobre a evolução das intenções é como um produto das mudanças e das continuidades nas ideias dominantes de política externa. Situações que envolvem a combinação de expectativas não atingidas e conseqüências não desejadas são prováveis elementos catalisadores do colapso de ideias dominantes; enquanto situações onde as expectativas conceituais são cumpridas ou as conseqüências são favoráveis propiciam a continuidade de uma determinada ortodoxia. A consolidação de uma nova abordagem de política internacional – e por conseguinte, um conjunto de intenções – só é reforçada pela existência de uma proeminente ideia substitutiva que se alinhe com resultados preferidos/desejáveis.

consequências negativas, e existência de ideias substitutivas socialmente viáveis. De maneira particular, a longevidade da ortodoxia integracionista chinesa com relação ao sistema internacional dependerá das expectativas que gerar no âmbito doméstico e dos resultados experimentados, bem como da natureza das ideias que possam sucedê-la. Em outras palavras, dependerá de como os resultados preferidos combinam com as expectativas sociais relacionadas, sobretudo, ao crescimento econômico e à soberania nacionais. Eventos relacionados com a integração da RPC ao sistema internacional que representem contratempos significativos a qualquer um destes pontos seriam pontos de inflexão para que a liderança política do PCC repense o processo de integração.

Se esta linha de raciocínio estiver correta, isto significa que compreender o processo de re-emergência da China e suas relações estratégicas com outros países significa *olhar além de, e não exceto, os estudos de poder e interdependência*. Os efeitos de poder e interdependência certamente são importantes para que se entendam as atitudes chinesas tangentes à ordem internacional. As considerações sobre poder relativo têm moldado ideias sobre normas e regras dominantes do sistema internacional. O penetrante alcance geopolítico do poder ocidental guarda estreita relação com o porquê a China Qing teve de mudar seu duradouro sistema tributário baseado no sinocentrismo. Da mesma maneira, a abordagem da interdependência aponta, com razão, como a abertura e reforma da China e o crescimento do comércio e do contato internacional tem contribuído para o desenvolvimento de forças liberais na China que, de outra forma, seriam menos possíveis de existir. Mas essas duas forças estruturais não podem, por elas mesmas, explicar profundamente a variação ao longo do tempo das ideias chinesas e formulações sobre como se relacionar com a sociedade internacional. Pra isso, devemos também atentar-nos às formas contingentes com as quais as ideias se relacionam com os eventos internacionais, bem como investigar como ideias e conceitos transformam e são transformados pela elaboração de um papel internacional chinês.

No que tange à ordem e à estrutura do sistema mundial, os pesquisadores chineses apontam que os pressupostos realistas da anarquia no sistema internacional não necessariamente descrevem uma realidade política. Nessa perspectiva, esclarecem que as tendências à unipolaridade e à hegemonia são ideias dominantes no sistema, mas que uma futura ordem internacional mais estável e pacífica seria possível se fossem permitidas estruturas de poder multilaterais. A ideia de “mundo harmonioso” define

regras normativas para as *interações* globais e enfatiza a importância das *relações* – cooperativas - entre os Estados.

Em contraste com discussões consideradas utópicas, esta perspectiva se mantém a um nível mais pragmático, e o “Estado” permanece como o ator principal na elaboração da política internacional. Entretanto, é de se considerar que as teorias baseadas no modelo chinês de “Tudo-sob-o-Céu” e a ideia da harmonia global podem influenciar a autodefinição e a auto-imagem da China acerca de seu papel nos assuntos internacionais.

Embora o construtivismo tenha a contribuir nos debates tangentes a “identidades nacionais”, faz-se importante destacar que “identidades” são autodescrições, e não são formadas por expectativas de atores externos ou têm conotação funcional específica dentro de um grupo social. Sendo assim, um “papel internacional” não faz parte da mesma base epistemológica que uma “identidade nacional”. Em sua crítica aos escritos de Alexander Wendt, Yan Xuetong (2012) aponta uma falha teórica que é relevante no momento de se considerar a atuação dos Estados – sobretudo a chinesa - no cenário internacional: Wendt não logra explicar claramente o mecanismo de *interação mútua*, um conceito-chave nesta teoria. Em outras palavras, Wendt argumenta que mudanças nas normas internacionais são baseadas em interações mútuas entre os Estados, porém não esclarece quais são estas mudanças ou, ao menos, qual o direcionamento das mesmas: se conceitos provocam mudanças comportamentais, ou comportamentos modificam conceitos construídos (XUETONG, 2012).

1.6 Teoria dos papéis e suas contribuições no processo interativo

Um corpo teórico – mais próximo dos estudos em política externa do que propriamente em relações internacionais – que tem a contribuir para uma abordagem mais processual, contingencial, e relacional, é a teoria dos papéis internacionais (*Role Theory*), desenvolvido por Kalev Holsti na década de 1970 com a publicação do artigo intitulado *National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy*, na *International Studies Quarterly*.

De acordo com a Teoria, os papéis são tipicamente definidos como posições sociais constituídas pelo ego e por (alter) expectativas tangentes ao propósito de um ator num grupo organizado (THIES, 2010, p. 3-4; ANDREWS, 1975, p. 529). A função da posição no grupo é limitada no tempo e em seu escopo, e é dependente da estrutura e do

propósito do grupo em si mesmo. Enquanto certos papéis são constitutivos do grupo em si como, por exemplo, um membro reconhecido pela comunidade internacional; outros são funcionalmente especificados, como ser um ator “balanceador”, “iniciador”, ou “desestabilizador”, etc.

Uma questão que tem tomado crescentemente espaço em estudos acadêmicos e em círculos políticos é: qual o papel que a China desempenhará na política mundial nos próximos anos? O interesse neste tópico não é de surpreender dada a importância do acelerado crescimento econômico, político e militar da China contemporânea. Todavia, esta questão ainda é focada em termos de quais são as intenções estratégicas do país na medida em que sua capacidade material se expande a ponto de capacitá-lo a escolher mais livremente a estratégia internacional que deseja.

As investigações direcionadas a responder tal questão comumente caem em uma dentre duas visões opostas: a que considera a China como persecutora de relações de soma zero, procurando desafiar a hegemonia estadunidense não só na Ásia, mas globalmente; ou a que considera que é possível atingir ganhos positivos através do crescimento regional e global chinês, ainda que o sistema tenha de se ajustar ao papel acrescido da China. No geral, a questão limita-se a investigar se a China permanecerá um país de status quo ou se tornará um poder revisionista no sistema internacional de forma a alocar seu interesse nacional primeiro.

Considerando, por exemplo, a definição tríade de Kim (1992) como ponto de referência, o approach chinês aos organismos internacionais na atual conjuntura certamente não pode ser caracterizada como transformadora do sistema (*system-transforming*), já que não mostra intenções de reformulação completa e profunda deste. A elite política chinesa tem se utilizado das instituições internacionais para avançar resultados favoráveis para o próprio país. Na retórica de política externa o país apresenta um caráter relativamente reformador (*system-reforming*), dando suporte a modificações marginais e pontuais do sistema. Já o approach comportamental pode ser caracterizado como mantenedor (*system-maintaining*), dada a relativa falta de efetividade no que tange às modificações que o país defende nas alocações públicas. As considerações de Kim (1992) sobre o papel internacional chinês guarda certas similaridades com a abordagem da Escola Inglesa, que tem sido usada com sucesso como base para a interdependência mútua entre as políticas chinesas direcionadas à ordem internacional e o impacto desta ordem nas políticas chinesas (BUZAN, 2010).

No entanto, como apontado na introdução desta pesquisa, o papel internacional da China e seu posicionamento na ordem social internacional não podem ser explicados somente ou até mesmo primordialmente por expectativas externo-sistêmicas no processo de socialização. Ao contrário, a teoria do papel deveria levar em conta auto-identificação, bem como outros distintos modos de interação, mais relevantes como mecanismos causais para um comportamento de engajamento tomado pelos atores. Um exemplo de modo de interação é entre atores emergentes e estabelecidos no sistema internacional. Thies (1999) argumenta que atores emergentes são passíveis de terem mais papéis atribuídos do que exatamente papéis concretizados em seus estágios iniciais de desenvolvimento. Já que os membros centrais do sistema internacional largamente definem uma realidade social, eles são capazes de elegir papéis para si mesmos e engajar na seleção de papéis (*altercasting*) para atores novos. Ao considerar estes elementos mais detalhados sobre o estudo dos papéis estaríamos pautando-nos por uma relação congruente entre a concepção do papel (retórica) e o exercício do papel (comportamento).

Rosenau (1987) esclarece que um indivíduo responsável pelo processo de decisão de política externa experiencia um alto nível de pressão - como um resultado do conflito de expectativas com relação ao papel - que lhe é aplicado pelo sistema social privado, pelas instituições governamentais, pela sociedade doméstica, e pela sua interação com a unidade decisória de escolhas políticas no qual está alocado. Ele argumenta que os atores desenvolvem roteiros de cenários ou ações que os ajudem a determinar qual papel a ser desempenhado dentre tantos. Estes cenários se adaptam e mudam ao longo do tempo e podem se tornar complexamente elaborados, tornando difícil prever como estes atores solucionarão futuros conflitos de papéis.

Organizacionalmente, a teoria dos papéis permite que a análise foque em qualquer dos níveis de análise comumente usados nos estudos de política externa, inclusive perspectivando estes níveis através de uma orientação processual que agrega agente e estrutura. O exercício de um grande número de papéis é vantajoso, ainda que possa abrir margem mais ampla para conflitos interpapéis (*interrole conflict*⁶⁷), pois

⁶⁷ Barnett (1993) exemplifica o conflito interpapéis argumentando que o conflito no subsistema do Oriente Médio prévio a 1967 foi frequentemente devido à incompatibilidade entre dois papéis dominantes (Estado soberano e Pan-Arabismo) desempenhados por aqueles Estados. Ele argumenta que ao longo do tempo Estados como o Egito foram capazes de reinterpretar o significado do papel derivado do Pan-Arabismo de 'cooperação interestatal' (Faisal) para 'unificação política' (Nassar), e em seguida para 'razão de Estado' (Sadat). Cronin (2001) focou no conflito interpapéis entre 'hegemonia' e 'grande potência' dos Estados Unidos.

significa que um ator é relacionado com muitos outros papéis complementares em diversas áreas da sociedade internacional e é, portanto, mais intimamente integrado com as normas internacionais.

Holsti (1970) foi o pioneiro em motivar demais estudiosos a ir além da visão tradicional de que Estados somente desempenham um só papel no sistema internacional. Walker (1987) também contribuiu no sentido de enfatizar o valor dos papéis na expansão dimensional de análises para além do continuum simplista entre conflito e cooperação, uma abordagem que somente é viável uma vez que se considera múltiplos papéis identificados para um só ator. Estes papéis variam em grau de assertividade e especificidade, bem como em frequência em diversos contextos regionais. O foco em um ou mais papéis é geralmente escolhido para prover explicação de uma escolha de política externa específica. É neste sentido que esta pesquisa relaciona o seu objeto de estudo (diplomacia de parcerias estratégicas da China), que é em si mesmo uma diretriz de política externa, com o aporte teórico da Teoria dos Papéis.

Uma das principais variáveis independentes no estudo dos papéis são as expectativas com relação ao papel internacional. As expectativas (role expectations) consistem em normas, crenças e preferências tangentes ao desempenho de qualquer ator numa posição social em relação a atores ocupando outras posições (SARBIN; ALLEN, 1968). O comportamento de um ator em acordo com o seu papel (ou seus papéis) deve levar em conta o comportamento dos demais atores e seus posicionamentos, sendo o conceito de papel essencialmente intercomportamental e relacional. Tais expectativas com relação aos papéis provêm a ponte conceitual entre o ator individual e a estrutura social, e podem variar a depender se elas são expostas pelo ocupante do papel – neste caso utiliza-se o termo “concepção do papel” (*role conception*) – ou pelos ocupantes de papéis complementares. Bem como os estudos de Wish (1990) e Chafetz et al. (1996), esta pesquisa procura focar na esfera da concepção de papel internacional como forma de explicar uma escolha estratégica de política externa sem, contudo, ignorar o processo relacional envolvido nesta concepção através do delineamento dos *frames* no processo interativo com os países parceiros da China.

O *locus* onde o papel será exercido também é uma variável independente que afeta o desempenho do mesmo. Ele se refere ao processo interacional no qual o ator aloca-se no âmbito de uma estrutura social. O ator deve selecionar o papel (ou os papéis) que são apropriados à situação. Isto só pode ser conseguido através da alocação da

posição tanto do “eu” (ator nacional) quanto do “outro” (demais atores). Alocar-se num sistema de papéis é, portanto, um processo cognitivo (SARBIN; ALLEN, 1968). Thies (1999) equaliza “locus do papel” com o processo de “socialização”, já que novos membros do sistema internacional apreendem seus papéis em resposta a pistas ou demandas de outros Estados. Além disso, deve-se levar em conta no momento do elenco dos papéis a identidade social que, por sua vez, contém três dimensões: status, valor, e envolvimento (SARBIN; ALLEN, 1968). O status refere-se à posição numa estrutura social e seus deveres e direitos associados, bem como a legitimação de poder e autoridade. Este poder, ou status, implica certas expectativas normativas tangentes ao papel *per se* e ao seu exercício pelo ator. A dimensão do valor refere-se à quão relevante é o desempenho do papel de um determinado ator para outros atores. Quanto à dimensão do envolvimento, dois aspectos são relevantes para o ator: o conceito de pertencer a um grupo mais amplo de atores, e o esforço empreendido no desempenho de um determinado papel neste grupo.

O impacto da Teoria dos papéis tem sido subvalorizado devido à confusão sobre o nível apropriado de análise para o conceito de “papel”. A Teoria tem sido vista somente como apropriada para o estudo a nível individual, como com os líderes de Estados. Entretanto, a Teoria dos papéis tem se desenvolvido no campo interdisciplinar da psicologia social e pode ser apropriadamente aplicada a ambos os níveis individuais e entidades coletivas (WALKER, 1979). Com efeito, uma das vantagens desta Teoria é precisamente o fato de que ela pode ser aplicada em distintos níveis de análise: individual, nacional e sistêmico (HOLSTI, 1970; WALKER, 1979).

Em diversos estudos dentro da literatura de política externa, as análises a nível individual e nacional são unidas através do foco no líder de Estado. Já que a concepção do papel nacional é supostamente e relativamente estável apesar das trocas de líderes individuais, equacionar o líder individual com o Estado não deve ser especialmente problemático. Barnett (1993) justifica a aplicação da teoria desenvolvida para o nível individual para o nível nacional através de três argumentos: a) o Estado pode ser equacionado com seus líderes governamentais; b) o Estado pode ser referido como um ator institucional, cujos líderes expressam a continuidade de sua instituição; c) o Estado pode ser considerado como uma entidade coletiva com uma identidade estável. Parte das contribuições recentes do construtivismo para a literatura da Teoria dos papéis considera a terceira justificação com o sentido de unificar as análises de política externa

com as teorias tradicionais do campo das Relações Internacionais. Os estudos de Wendt (1999, p. 215, Tradução nossa), por exemplo, sobre o projeto sistêmico de Estados partem da terceira justificação ao argumentar que o Estado é um ator coletivo dotado de um “eu”, de uma identidade, de interesses e intencionalidades, sugerindo, em última instância, que “Estados são pessoas também”.

A maior parte da contribuição da literatura sobre a Teoria dos papéis começa por codificar pronunciamentos dos indivíduos relevantes no processo de tomada de decisão tangentes à concepção do papel nacional, que são, por conseguinte, assumidos como a representação da concepção do papel nacional no sistema internacional. Tecnicamente, o nível de análise é individual⁶⁸, já que as crenças e expectativas individuais usualmente são tomadas como a causa de determinada escolha estratégica e comportamento de política externa nestas análises. Wish (1987), por exemplo, examinou o impacto de atributos de nível estatal na concepção do papel nacional a nível individual. Ela argumenta que o tamanho (poder), o nível de desenvolvimento econômico, e a orientação política (grau de democracia) afetam uma variedade de dez diferentes concepções de papel nacional identificados no conteúdo dos pronunciamentos de 29 membros de elites políticas de 17 países entre 1959 e 1968 utilizando-se do sistema de dados CREON (*Comparative Research on the Events of Nations*⁶⁹).

No entanto, se podemos de alguma maneira equacionar o indivíduo com o Estado, então o nível de análise passa a ser nacional. Neste caso, a análise, ao invés de focar-se somente na decodificação de pronunciamentos individuais, permite-se analisar a concepção do papel nacional/internacional de um Estado através de uma mais ampla variedade de fontes materiais históricas. Grossman (2005) identifica 11 concepções de papel nacional expressados pelos líderes russos na esteira do colapso da União Soviética. Estes papéis foram então codificados como ‘pró-Occidente/pró-EUA’ (ou *cooperativo*), e ‘anti-Occidente/anti-EUA’ (ou *não-cooperativo*). A expressividade dos papéis

⁶⁸ O nível individual de análise significa dizer que os estudos alocam a variação da concepção dos papéis nos indivíduos como forma de explicar mudanças no comportamento de política externa dos países.

⁶⁹ Este estudo provê dados do comportamento de 36 países referentes ao engajamento destes atores internacionais e de processos governamentais internos associados a estes comportamentos no período entre 1959 e 1968. As variáveis que identificam os atores incluem líderes de Estado, grupos menores ad hoc, grupos formais, colaboradores multinacionais, assembleias deliberativas e tomadores de decisão não governamentais, bem como burocracias de assuntos externos, economia, inteligência e assuntos domésticos. As variáveis de ação são divididas entre ações verbais e não-verbais, sendo que ambas são doravante divididas entre ações cooperativas ou conflitivas. Ver: HERMANN, Charles, et al. *Comparative Research on the Events of Nations (CREON) Project: Foreign Policy Events, 1959-1968*. ICPSR05205-v1. ARBOR, Ann, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [distribuidor], 1999. Disponível em: [<https://doi.org/10.3886/ICPSR05205.v1>]. Acesso em 20/04/2017.

cooperativos atingiram um máximo em 1995, quando então os papéis não-cooperativos passaram a ser dominantes. Tal mudança na concepção de papéis foi igualmente refletida no padrão de votos da Rússia nas Nações Unidas. O autor conclui que tal mudança na expressividade da concepção do papel nacional pelos líderes russos produziu conseguintes mudanças no comportamento da Rússia no cenário internacional através da votação em órgãos intergovernamentais tal como a ONU.

Shih (1988), particularmente, analisa as fontes da concepção dos papéis nacionais da China e comportamentos associados. De acordo com o autor, ter conhecimento de qual concepção de papel está sendo desempenhado ajuda a entender como os líderes chineses agirão, que tipo de reação é esperada de outros atores, e como a liderança chinesa agirá se não lograrem a resposta esperada destes atores. De acordo com o Shih (1988), o modo como a China concebe seu papel no contexto internacional é significativamente determinado pela sua identidade nacional. Esta concepção de seu papel se baseia no “centro de um grande mapa causal que líderes de Estado empregam par fazer sentido do mundo” (SHIH, 1988, p. 600, Tradução nossa). Neste processo, múltiplas identidades podem ser comportadas ao mesmo tempo e identidades conflituosas podem ser sustentadas por “diferentes grupos competindo pelo acesso ao processo de tomada de decisão política” (SHIH, 1988, p. 600, Tradução nossa)⁷⁰.

O autor apresenta três agrupamentos de tipologia que são paralelos entre si. O primeiro é o complexo “moral” (*auto-imagem de Estado moral socialista*), que abarca conceitos como tradicionalismo, economia centralizada e socialismo no momento da concepção do papel, dando ênfase a uma visão de mundo hierárquico e pautado por disciplina e princípios. O segundo cluster é o que considera a “reciprocidade” (*Estado de coexistência recíproca*), e envolve termos como modernidade, socialismo de mercado, ganhos materiais e coexistência pacífica. Tal reciprocidade se pauta pelo manutenção do status quo, de forma a enfatizar escolhas racionais e instituições internacionais. O terceiro e último complexo é o “revolucionário” (*auto-imagem de Estado revolucionário anti-hegemônico*), que envolve conceitos tangentes a autarquia e anti-hegemonia (SHIH, 1988, p. 604)

⁷⁰ Há, normalmente, forças dentro do Estado que não são relacionadas diretamente com o processo de tomada de decisão de política externa, mas que entram em cena em “tempos de dificuldades quando a concepção de imagem dominante não pode efetivamente ser sustentada ou falha em seu sentido num mundo em mudança” (SHIH, 1988, p. 603) e, portanto, um reposicionamento da concepção do papel do país é necessário.

No entanto, o autor também pondera que tal divisão não é suficiente para abarcar a riqueza da cultura chinesa. Como exemplo ele cita a presença de uma visão próxima do realismo – que foca primariamente na busca por poder – durante o Período dos Estados Combatentes e a Dinastia Qin, durando até meados de 205 a.C. Além disso, uma perspectiva simpática ao Taoísmo ocorreu no período inicial da Dinastia Han, a qual considerava que a melhor política era aquela pautada pela “não ação” (無為 – *wúwéi*). Um comportamento passivo similar, que também compreendia elementos do budismo, ocorreu brevemente na Dinastia Liang. Durante, em finais da Dinastia Qing, a Rebelião dos Boxers impulsionou uma percepção de que os estrangeiros deveriam deixar a China. Mao Zedong, posteriormente, tentou empregar uma política isolacionista similar em meados da década de 1950. Para o autor, a cultura chinesa tem somente num período recente retomado o contato com culturas externas, possibilitando a emergência de novos conceitos e, por conseguinte, novas definições de auto-imagem nacional e de papéis internacionais.

O mais recente papel dominante expresso pela liderança política da RPC, de acordo com Richardson (2011), num contexto multilateral, é o de uma *potência responsável* (*responsible stakeholder*). Para o autor, isto é construído internacionalmente e sustentado através do discurso doméstico. Com o fim de manter a noção legitimadora de *responsabilidade*⁷¹, requer-se da elite política chinesa um esforço constante em direção a uma imagem internacional positiva. A construção de uma imagem nacional é um processo complexo, e é altamente dependente da percepção do lócus onde é aplicada. É possível distinguir entre imagens objetivas (tais como ‘país em desenvolvimento’ e ‘grande potência’), e imagens subjetivas (tais como ‘país pacifista’ e ‘cooperativo’). As primeiras são mais facilmente apreendidas e mensuradas

⁷¹ Concepções tradicionais da identidade chinesa podem ser identificadas em seu comportamento recente nas Nações Unidas. Em sua função de membro permanente com poder de veto do Conselho de Segurança, a China se encontra numa relação hierárquica com outros países numa clara posição mais elevada. Partindo-se de uma lógica Confuciana, esta posição necessita de uma *liderança benigna* (王权), que possa ressoar com o conceito de *potência responsável*. Outro elemento tradicional também pode ser encontrado na retórica chinesa direcionada aos países em desenvolvimento. Neste caso, a China desempenha uma equidade de cunho fraternal que, no entanto, também pressupõe uma referência ao irmão mais velho, que requer um comportamento respeitoso vindo do irmão mais novo ‘menos experiente’ e dá em troca uma atitude gentil e solícita. De acordo com Shih (1988), cinco papéis básicos podem ser derivados do passado cultural chinês e de suas fundações normativas: 1) hierárquico (relações imperador-indivíduo ou professor-estudante); 2) relações simétricas descritas pelas normas Confucionistas (irmãos ou membros de uma mesma escola de pensamento); 3) noções legalistas de relacionamento caracterizadas pela busca de poder; 4) conceitos taoístas de inatividade e isolamento; e 5) tendências revolucionárias. No âmbito da ordem normativa Confucionista, o líder governa de acordo com a noção de *ren* 仁 (que envolve sabedoria, gentileza e ponderação). Em outras palavras, o líder deve ser um governante benigno.

através de elementos materiais (como PIB e gastos militares), enquanto que a mensuração das segundas se baseia em interpretações e percepções. Na esfera objetiva, há pouca margem de manobra para uma construção falsificada da imagem nacional. Já no campo subjetivo, a liderança política chinesa se utiliza de diversas formas de diplomacia pública no intento de edificar uma imagem positiva não só no âmbito doméstico, como também no internacional (WANG, 2003, p. 61).

De acordo com Wang (2003), é difícil atingir mudanças positivas na imagem internacional da China, pois imagens que desafiam esterótipos tradicionais sobre um país são mais difíceis de serem aceitas pela comunidade internacional. Ainda que a China haja de maneira cooperativa no cenário internacional, ela pode ser confrontada com percepções negativas, que atribuem ao comportamento positivo uma conotação puramente estratégica. Sendo assim, atingir uma imagem positiva internacionalmente requer mais do que uma retórica cooperativa e a aderência às instituições normativas internacionais. Requer-se consistência e objetividade a longo-prazo, já que mudanças repentinas de percepção não podem ser previstas.

Pode-se argumentar que a concepção do papel internacional da China é crescentemente determinada pelo seu apelo internacional, e “problemas de legitimação estrutural concernentes ao consenso público a nível nacional podem [...] ser parcialmente compensados através do reconhecimento internacional” (HOLBIG, 2011, p. 179). A concepção da imagem chinesa no cenário internacional alterna-se entre a de uma grande potência e a de um país em desenvolvimento com significantes desafios internos a serem resolvidos. A liderança do PCC emprega tais imagens conforme lhes é conveniente para sustentar seus posicionamentos nas Nações Unidas e em direção à audiência doméstica. Enquanto que a emergência e a dominância de uma imagem (um papel) particular dependem de fatores políticos domésticos, “a estrutura sistêmica internacional é essencial em determinar o sucesso de uma imagem concebida” (SHIH, 1988, p. 626).

Com efeito, a construção de uma identidade nacional somente ganha sentido quando em relação com outros atores do sistema. Pode-se argumentar que uma identidade nacional é um indicador turvo da legitimidade de um regime, já que o conceito próprio de ‘identidade’ nas ciências sociais é contestado e carece de uma padronização de definição. Para propósitos de análise, esta pesquisa entende identidade nacional enquanto concepções coletivas de uma narrativa histórica do “eu” nacional em

relação a um respectivo “outro”. De acordo com Shih (2003, p. 21), a busca permanente por “um ‘Outro’ para provar, através da contradição, o que se é ou não é, compõe um típico drama político chinês moderno”. Com efeito, a identidade nacional chinesa não é estática⁷².

As análises no âmbito da Teoria dos papéis a nível de Estado é facilitada pelo regime político chinês, que enfatiza a maximização do papel indutor do Estado no planejamento estratégico e a complexidade de sua formação social. Como bem aponta Jabbour (2011, p. 21), “o projeto nacional, o desenvolvimentismo e o socialismo com características chinesas têm na essência a milenaridade do Império chinês”. Um estudo que leve em conta a íntima vinculação do planejamento estratégico de política externa com a estabilidade e legitimidade do PCC no regime político chinês é oportuno na medida em que começam a surgir análises que consideram a possibilidade da inclinação da China a agir militarmente no cenário internacional como forma de derivar a atenção de desconfortos sociais domésticos provenientes do crescente nacionalismo e do descontentamento com a desigualdade econômica associada às reformas⁷³.

Neste caso particularmente, a ideologia desempenha um relevante papel no momento da concepção do papel chinês ao permear a identidade nacional. Os líderes chineses tendem a mobilizar a sociedade como resposta a desafios externos que questionem sua credibilidade doméstica enquanto líderes, mais do que como resposta a descontentamento doméstico do qual a atenção tenha de ser desviada (BRITTINGHAM, 2007). Assim, a ideologia

[...] provê a fundação normativa da base legítima da autoridade política [...] e define o critério de desempenho de um governo, particularmente o ‘interesse comum’ da sociedade e como este objetivo deve ser buscado; e [...] serve como um estímulo para mobilizar o consenso popular ou, ao menos, o consentimento de grupos sociais relevantes para a legitimação do poder estatal (HOLBIG, 2009, p. 16).

A comunicação contínua do regime com a sociedade para legitimar seus logros e descartar políticas alternativas é necessária para a estabilidade do sistema político tanto doméstico quanto internacional. Os processos recentes na China revelam que as regras normativas (*Rule of Law*) têm sido enfatizadas e novas formas de participação

⁷² Voltaremos à análise mais detalhada de uma identidade chinesa enquanto uma narrativa histórica do “eu” nacional no Quarto Capítulo desta Tese.

⁷³ Entretanto, pesquisas quantitativas não mostram nenhuma relação sistemática entre episódios passados de insatisfação doméstica e envolvimento em disputas militares interestatais, seja por territórios ou qualquer outra querela (JOHNSTON, 1998).

pública estão sendo introduzidas como forma de substanciar a legitimidade da liderança do PCC. Ao presidir a 4ª sessão de estudo coletivo do Birô Político do 18º Comitê Central do PCC, em fevereiro de 2013, Xi Jinping referiu-se à necessidade de melhorar o planejamento legislativo de forma a tornar as leis mais direcionadas, oportunas e sistemáticas:

A construção de uma sociedade modestamente confortável em todos os aspectos requer uma governança mais qualificada do país nos termos das leis. Devemos [...] promover a legislação científica, a execução rigorosa da lei, a prática imparcial da justiça e o respeito à lei por todos, e promover conjuntamente o sistema legal e a governança do Estado e a administração com base na lei. É preciso persistir na construção integral do Estado, governo e sociedade conforme a lei [...] (XI, 2014, p. 176)

Tal legitimidade deve ser constantemente renovada. O processo de modernização sob o qual a China passou desde a reforma e abertura na década de 1980 e o pragmatismo econômico aplicado em suas diretrizes nacionais desde então possivelmente a direcionou para um “vácuo ideológico”, que tem sido mais recentemente – em particular após o início do governo Xi Jinping – substituído por uma retórica nacionalista e um retorno às ideias socialistas, mas com uma nova “caracterização” de princípios⁷⁴.

No contexto de política externa o quadro ideológico atual é constituído pelo conceito de “mundo harmonioso”, que encontra seu correspondente doméstico no conceito de “sociedade harmoniosa” ou em “desenvolvimento científico”. No campo da política externa, tais conceitos marcam a mudança no entendimento da elite política da RPC sobre a posição da China no mundo e, correspondentemente, sobre uma mais ampla estratégia internacional. Sob o conceito de “mundo harmonioso” ou “desenvolvimento pacífico” a liderança política da RPC, desde as diretrizes do ex-presidente Hu Jintao, procura edificar uma renovada legitimação ideológica para suas políticas e normas. Tais conceitos seguem as pegadas de discursos políticos prévios com o fim de mapear o direcionamento do desenvolvimento sócio-econômico do país, bem como estabelecer o tom das políticas nacionais.

O novo discurso em pauta serve a três propósitos. Primeiro, oferece uma plataforma ideacional que articula a visão política dos líderes do Birô do PCC. Depois, “sociedade harmoniosa” apresenta-se como um discurso padrão que efetivamente tem

⁷⁴ Ver: XI, Jinping. *A Governança da China*. 1. Ed. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras Co.Ltd, 2014.

como base discursos políticos alternativos e prévios (como o discurso neoliberal desenvolvimentista sob o governo de Jiang Zemin), o que contribui para o ajuste do maquinário burocrático chinês a passos com a nova liderança e mobilizar capital social para os novos líderes. E por último, é parte de um processo de construção de legados ainda inconcluso, tanto para os líderes quanto para o próprio PCC. Logo, ‘construir uma ‘sociedade harmoniosa’ tornou-se ‘construir um mundo harmonioso’ na linha de frente da elaboração de política externa da China.

Sustentar o crescimento econômico chinês continua a ser a mais alta prioridade política e nacional da China. Arguamente, isto não seria possível na ausência do ambiente internacional benigno que tem pautado o sucesso econômico chinês nas décadas recentes. O discurso do “mundo harmonioso” parece ter como um apropriado ponto de partida a retórica da “ascensão pacífica” e/ou “desenvolvimento pacífico”. Ao combinar estes argumentos prévios com aqueles da “sociedade harmoniosa”, *Beijing intenciona sincronizar seus panoramas internos e externos de forma que seu comportamento internacional seja praticamente uma extensão de sua auto-imagem e sua identidade nacional*. De acordo com a Teoria dos papéis, aqueles atores que apresentam uma identidade nacional congruente com os papéis internacionais elencados têm maiores chances de influenciarem o sistema internacional de maneira a ser benigno à alocação de seus interesses nacionais (SHIH, 1988).

Para tal, a elite política leva em consideração as expectativas domésticas e externas com relação ao papel chinês e elabora instrumentos discursivos através de *frames* com o fim de legitimar suas escolhas estratégicas de política externa. Esses *frames* são relevantes, pois a “nova diplomacia” chinesa não é mais simplesmente o produto de uma limitada elite doméstica. A nova diplomacia crescentemente reflete as expectativas sobre como a comunidade internacional responde ao crescimento chinês e à sua retórica. E porque a elaboração diplomática envolve ações comunicativas e interações com os demais atores, concordamos com Kerr (2008) no sentido de direcionar a análise de acordo com uma perspectiva processual, de forma a enfatizar os *meios* diplomáticos mais que os *fins* da diplomacia. Segundo a autora:

[...] a maior parte dos analistas preferem focar nas políticas chinesas de maneira que os fins políticos sejam indicadores mais relevantes do papel da China e os meios diplomáticos tenham limitado impacto conclusivo. Enquanto que a importância em examinar as políticas chinesas não está em disputa, o pressuposto de que os fins nos dizem mais que os meios e os processos é [...] problemático (KERR et al., 2008, p. 5)

A perspectiva de Kerr (2008) está em consonância com as considerações de Qin (2011) sobre a elaboração da estratégia de política externa da China. De acordo com o autor,

Não se pode evitar o uso de normas, mas ao mesmo tempo, em qualquer cultura e qualquer sociedade, relações são pivotais também. A diferença é que nas sociedades orientais isto é mais evidente, ou mais aceito. A China tem praticado o que eu chamo de ‘diplomacia de parcerias’, que pode ser rastreada por uma subjacente ênfase cultural em relações. (QIN, 2011, p. única)

A diplomacia de parcerias é uma direção estratégica de política externa chinesa que leva em consideração as expectativas (*role expectations*) internacionais e domésticas com relação ao papel internacional da China. Os papéis internacionais pertencem, enquanto fenômeno social emergente, a um grupo de construções sociais imateriais, que dão significado às interações e estruturas internacionais. Na literatura do interacionismo simbólico e dos estudos cognitivos, o “papel” é referido como um “repertório de *comportamento*, guiado pelas expectativas de outros e por próprias concepções, selecionado ao menos parcialmente em resposta a interpretações e demandas” (WALKER, 1992, p. 23, Tradução nossa, Grifo nosso). Este comportamento deriva “*primariamente* das concepções de papel dos formuladores políticos, de demandas e necessidades domésticas e de eventos críticos ou tendências no ambiente externo” (HOLSTI, 1970, p. 243, Tradução nossa, Grifo original).

Nesse sentido, faz-se necessária a análise detalhada das variáveis independentes desta pesquisa, a saber: 1) os fatores estratégicos internacionais (cenário no qual a China exerce maior comportamento de poder), que geram as *expectativas externas* com relação ao papel internacional da China; e 2) as *expectativas domésticas*, que são reflexo da construção da auto-imagem e da identidade nacional (expectativas geradas pelo crescimento econômico e pelo foco na narrativa histórica nacional). Com a clarificação de ambas as variáveis é possível elencar, dentro de uma tipologia dedutiva, quais são as expectativas externas e domésticas com relação ao papel internacional chinês e, posteriormente, como os *frames* e sua lógica dual (variável dependente) da diplomacia de parcerias estratégicas respondem a estas expectativas e servem como anteparo para a interação com os demais atores.

2. (Variável independente 1) Reinserção chinesa no sistema internacional: moldando preferências através do *comportamento* de poder

Acredita-se que, a fim de estudar objetivamente o status de poder da China e seu poder para influenciar outros atores através do enquadramento de suas parcerias estratégicas, devemos primeiro entender algumas percepções e considerações de poder internacional de forma a favorecer uma abordagem comportamental e/ou relacional, já que muitas expressões usadas nos debates sobre o cenário internacional - como “poder militar” e “poder econômico” - são híbridas, e abarcam tanto *recursos* como *comportamentos* tangentes aos atores envolvidos. Comportamentos estes que são, no caso da diretriz de política externa da RPC, acionados de uma maneira pragmática e refletidos de acordo com a necessidade por parte do Partido Comunista Chinês de resguardar uma singular identidade de Estado.

Vale lembrar que a complexidade em estabelecer padrões e medidas neste aspecto – poder relativo - vem aumentando significativamente, o que faz seu valor pragmático diminuir na mesma proporção. Portanto, os resultados de uma avaliação de poder beneficiarão apenas a compreensão parcial do estado de interpretação e motivação internacional. Faz-se ainda necessária, ainda que breve, uma interpretação mais próxima do que entende a própria diretriz política do Estado chinês sobre as considerações conceituais de poder, influência e identidade nacional.

Este capítulo tem por objetivo debater, dentro dos marcos teóricos das relações internacionais tanto de tradição ocidental quanto dos recentes estudos chineses na área, a condição da China enquanto um *player* de forte influência gravitacional. Influência esta que é pautada pela utilização de recursos estratégicos, mas também caracterizada e motivada por uma estruturação de identidade nacional e internacional. Nesse sentido, é imperativo que a discussão teórica do tema seja amplificada da atomização e exclusividade teórica vinda da tradição estadunidense das relações internacionais para uma abordagem “inter teórica”, mais próxima do entendimento de estudos teóricos mais recentes chineses.

O propósito deste capítulo é discutir o tema de uma maneira conscientemente teórica, de maneira a levar em conta diferentes paradigmas e abordagens do sistema internacional em si e como ele opera, mas não se limitando às explicações generalizantes e menos aprofundadas sobre o processo de crescimento chinês. O que

pode parecer num primeiro momento uma ambigüidade paradigmática do ponto de vista tradicional teórico das relações internacionais, pode ser o fator contribuinte para que se possa compreender o que seriam as relações internacionais “com características chinesas”.

2.1 Dimensões do poder: o poder como comportamento para alcançar resultados preferidos no século XXI

Durante os últimos três milênios, inúmeros teóricos, políticos e estadistas pensaram sobre o poder. Perguntaram-se como o poder é distribuído dentro e entre as sociedades; como o poder deve ser distribuído; quais são as consequências práticas da distribuição de poder; como mudanças nas posições de poder relativo impulsionam conflitos; qual a natureza e os usos variados de diferentes formas de poder; e como se adquire e utiliza poder. Confúcio, Platão e Aristóteles indagaram como o poder "deve" ser distribuído e institucionalizado. Em “A Arte da Guerra”, de Sun Zi (Sun Tzu) (2003), e na obra de Maquiavel (1998), encontra-se exposições sofisticadas sobre como usar o poder dentro dos e entre os Estados. Figuras relevantes e analistas tão variados como o presidente Mao Zedong (1940), o sociólogo Amitai Etzioni (1975), e o cientista político Joseph Nye(2012, p. 15), para quem “o poder sempre depende do contexto”, têm se preocupado com vários tipos de poder e seus respectivos usos. Na obra de Robert Dahl(1957) encontra-se teorizações sobre resultados políticos como consequências de dispersão de poder⁷⁵, enquanto que nos escritos de Edward Banfield (1961) o político é retratado como um capitalista de risco cuja moeda, ou cujo poder, é a influência política acumulada e gasta no decorrer de tomadas de decisão.

Embora o poder tenha sido um conceito teórico onipresente e preocupação prática, a sua definição tem sido difícil e imprecisa. Guzzini (1993, p. 446) chega a declarar que a dependência do poder em teoria significa que “não há um conceito único de poder aplicável a todo tipo de explicação”. Para realizar uma aproximada definição para a esfera de relações internacionais é preciso, portanto, compreender melhor o que

⁷⁵ Nye (2012) aponta que a conceituação proposta por Dahl (1957) refere-se a dimensão de “primeira face” do poder relacional, que se concentra na capacidade de conseguir que outros ajam de maneiras contrárias às suas preferências e estratégias iniciais, mas carece na conceituação tangente à “segunda face” do poder, ou seja, a dimensão do ajuste e da regulação de agenda. O termo “face” do poder é usado por Bachrach e Baratz (1963).

quer dizer “poder”, e como ele está mudando sob as condições de revolução da informação e de globalização no século XXI. Deve-se atentar para não confundir poder com os recursos que possuem as nações, já que ter tais recursos não reflete diretamente o exercício de um poder sem o devido planejamento e manipulação dos mesmos. No século XVI, por exemplo, a Espanha tinha vantagens no cenário internacional pois possuía o controle de colônias e barras de ouro; a Holanda lucrou com o comércio e as finanças no século XVII; doravante vieram a França com sua população e exército maiores no século XVIII e a Grã-Bretanha no século XIX, com o poder baseado na supremacia favorecida pela Revolução Industrial e pela forte Marinha.

Para Max Weber (1967), "Poder é a probabilidade de que um ator dentro de uma relação social esteja em uma posição para realizar sua vontade apesar de resistência, independentemente da base na qual esta probabilidade repousa⁷⁶". Para Hans Morgenthau (1968, p. 26-27)

Quando falamos de poder, fazemos referência ao controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens... Em política internacional, em particular, a força bélica como uma ameaça ou uma potencialidade é o fator material mais importante para fazer a política de poder de uma nação.

Notavelmente, enquanto Morgenthau (1968) dá ênfase ao poder militar duro, ele não ignora que o poder também se manifesta na capacidade de influenciar a mentalidade alheia. Em contraste, John Mearsheimer (2001, p. 55) chega perto de equiparar poder com força: "O poder é baseado nos recursos materiais particulares que um Estado possui. O equilíbrio de poder, portanto, é uma função de ativos tangíveis - como divisões militares e armas nucleares - que cada grande potência controla". Em ambas as definições, no entanto, pressupõe-se a manipulação, presumidamente eficaz, de recursos, mas não o seu planejamento *ex ante* ou considerações *ex post*. Logo, definir o poder como sinônimo de recursos que produzem ou podem produzir resultados encontra um paradoxo no momento em que aquelas nações mais bem dotadas de poder nem sempre conseguem os resultados que querem.

Nye (1990, p. 177) avança em uma definição parcimoniosa e mais ampla, portanto mais compatível com o uso do termo no restante desta pesquisa: "O poder é a capacidade de se atingir certos fins ou objetivos". Para esclarecer sua teoria sobre poder

⁷⁶ In: SILLS, David L. (Ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. 12. New York: Macmillan, 1968, p. 406.

de forma mais sistemática, Nye (2012) propõe uma diferenciação entre "poder definido como recursos" (*power resources*) e "poder definido como resultados comportamentais" (*power behavior*). Em termos de recursos de poder, os poderes militares e econômicos são definidos como recursos tangíveis, enquanto cultura, instituições e política externa são recursos intangíveis. No que diz respeito aos resultados comportamentais, Nye (2012) argumenta que enquanto o poder duro "empurra", o poder brando "atrai".

Embora recursos tangíveis possam determinar um comportamento de poder duro, em determinadas circunstâncias podem também inferir comportamento de poder brando. Por exemplo, a ajuda da Marinha dos Estados Unidos na prestação de socorro à Indonésia depois do tsunami em 2005 aumentou a "atração" dos indonésios em relação aos Estados Unidos. Enquanto isso, os recursos intangíveis podem produzir um comportamento atraente de poder brando global, mas também podem vir acompanhados de poder duro. Para o autor,

Os recursos do poder são simplesmente as matérias-primas tangíveis e intangíveis ou os veículos que sustentam os relacionamentos de poder, e se determinado conjunto de recursos produz resultados preferidos ou não depende do comportamento no contexto [...] No fim, como é com os resultados, não com os recursos, que devemos nos importar; precisamos prestar mais atenção aos contextos e às estratégias. As estratégias de conversão de poder passam a ser uma variável fundamental que não recebe atenção suficiente (Nye, 2012, p. 30-31)

Nesse sentido, à sua definição se pode acrescentar mais um aspecto: O poder é a capacidade para *definir* e alcançar certos fins ou objetivos. Nas sociedades de massa e complexas, e no sistema internacional, simplesmente decidir o que fazer muitas vezes é extremamente difícil. E uma vez que a decisão é tomada, grande esforço é necessário para manter o consenso - nacional e internacionalmente - e alcançar a congruência entre a intenção política e os resultados preferidos. A congruência entre a intenção eo resultado é continuamente degradada conforme a política se move através de burocracias nacionais e organizações cívicas, através de fronteiras nacionais, e através de organizações internacionais⁷⁷.

Essas dificuldades criam o conceito de eficiência, ou o que Nye (2004) chama de "poder inteligente". Poder inteligente, como também empregado nesta pesquisa, é a capacidade de definir metas e implementar políticas com o uso mais eficiente dos

⁷⁷ Sobre intenções e poder ver: MORRISS, Peter. *Power: a philosophical analysis*. 2ª Ed. Manchester, UK: Manchester University Press, 2002.

recursos, o que significa a melhor combinação de tipos de poder, e transformá-los em estratégias efetivas em vários contextos. Para que tais estratégias sejam bem sucedidas, além de uma nação ter de definir e planejar o uso de seus recursos, deve possuir a habilidade e inteligência contextual para entender um ambiente em contínua metamorfose e capitalizar tendências (NYE, 2012).

Portanto, o exercício do poder deve ser distinguido de uma ação que apenas tenha impacto. Uma ação não calculada e pontual é o impacto, já o exercício do poder envolve o uso intencional de recursos para atingir objetivos de forma eficiente. O poder é demonstrado quando um líder ou liderança nacional de forma eficiente delinea os objetivos ao longo de todo o ciclo de elaboração de políticas, desde a definição da agenda até sua formulação, implementação e posterior adaptação. Uma nação poderosa é aquela que define sua própria agenda, bem como a agenda internacional sobre uma ampla gama de questões, ganha sustentáculo - ou anuência – para suas políticas interna e externamente, influencia o processo de implementação para que haja um alto grau de correspondência entre as intenções iniciais e os resultados reais, e desiste de perseguir políticas que se revelarem ineficazes ou contraproducentes.

Esta perspectiva de processo político do poder enfatiza os pontos de uma miríade de recursos potenciais de poder que podem ser manobrados afim de alcançar os resultados pretendidos. A abordagem de poder inteligente (*smart power*) também aponta para a necessidade por parte de uma nação eficaz de usar todas as formas de poder disponíveis em uma combinação ideal para lidar com um problema.

Em seu clássico *A Comparative Analysis of Complex Organizations*, Amitai Etzioni (1975, p. 5) observa que "o poder difere de acordo com os *meios* empregados para tornar o escopo cumprido. Estes meios podem ser físicos, materiais ou simbólicos", ou o que o autor respectivamente chama por poder coercitivo, remunerativo e normativo. O poder coercitivo depende de infligir dor física ou psicológica ou privação. Poder remunerativo é a esfera da inferência material; no caso de sanções econômicas, no entanto, coerção e poder remunerativo separam. Poder normativo é relativo à capacidade de motivar através da força das ideias e ganhar concordância através da criação de grupos de normas com as quais indivíduos desejam se identificar; se um grupo de normas é direcionado para banir, entretanto, a esfera do poder normativo também se funde ao poder coercitivo. Com esta tipologia de poder,

Organizações [bem como regimes e nações] podem ser ordenadas de acordo com a sua estrutura de poder, tendo em conta qual poder é predominante, quão fortemente tal poder se sobressai em comparação com outras organizações em que o mesmo poder é predominante, e qual poder constitui a fonte secundária de controle (ETZIONI, 1975, p. 6, tradução nossa).

Um esforço mais recente para criar um índice de poder incluía os recursos de um país (tecnológicos, empresariais, humanos, de capital, físicos), o desempenho nacional (restrições externas, infraestrutura, ideias) e como eles determinavam a capacidade militar e a competência no combate (TELLIS, 2000). No entanto, tal formulação faz referência sobre o poder militar relativo – a força militar efetiva continua sendo um dos recursos principais de poder - mas deixa de lado outros tipos de poder relevantes.

Nesta perspectiva de formulação, ao comparar as estratégias nacionais e política externa de Mao Zedong e seus sucessores Deng Xiaoping, Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping, por exemplo, pode-se notar uma mudança drástica de estratégias fortemente baseadas no poder coercitivo e normativo – estratégia “revolucionária” – para incentivos remunerativos e estratégias baseadas em dimensões específicas do poder brando (*soft power*), notadamente através de reafirmação. Maior ênfase é dada na atração de suporte para a China do que na busca de usar poder coativo para a consecução de suas metas, aproveitando-se do fato de que “sedução é sempre mais efetiva do que coerção” (NYE, 2004, p. x). De fato, a primeira geração da RPC (Mao Zedong) focara-se no poder militar; a segunda geração (Deng Xiaoping) foi mais enfática na ampliação de força nacional – *comprehensive national strenght*. A terceira geração (Jiang Zemin), já no final os anos 1990, começou a dar mais atenção aos aspectos do poder brando, sendo que a partir da quarta e quinta geração (Hu Jintao e Xi Jinping respectivamente), tal poder brando é norteado pelo poder remunerativo e normativo como forma de maior reinserção internacional, além de planejar e estabelecer linhas de comportamento e ações para alcançar seus resultados preferidos.

Ainda que possa figurar num modelo ocidental de tipos de poder, a China tem suas próprias continuidades e descontinuidades no entendimento do termo.

2.1.1 O Poder na perspectiva chinesa e a ênfase do poder brando

Johnston (1996) classifica as raízes do pensamento de uso de poder chinês em dois paradigmas: “Parabellum” e “Confúcio-Mencio”. Enquanto o primeiro enfatiza estratégias ofensivas absoluta flexibilidade e sensibilidade às mudanças nas

capacidades relativas (*quánbiàn* – 权变); o segundo modelo enfatiza estratégias de não violência para lidar com conflitos, dá importância à manipulação do oponente e à adaptação, e aplica diversos instrumentos de poder, ou seja, a força coercitiva não é o instrumento mais estimado de poder nessa linha de pensamento. Jonhston (1996) argumenta que o comportamento conflituoso chinês sob o governo de Mao – ao analisar os escritos de Mao sobre natureza de conflito (soma zero), natureza do inimigo (concebida em termos de classe), bem como o papel do conflito (luta não só é necessária, mas desejável) - exibiu as características ofensivas da cultura *Parabellum*, originária no período da dinastia Ming através dos Sete Clássicos Militares (*wǔjīngqīshū* - 武经七书)⁷⁸, e aponta que praticamente todas as instâncias do uso externo de força da China na era comunista tinham relação com questões de fronteira e soberania.

O pensamento chinês sobre poder foi incorporado em discussões sobre "guerra" por cerca de dois milênios e meio - guerras com inimigos internos e externos. Um pensamento mais sistemático sobre o assunto remonta ao Período dos Estados Guerreiros da China (453-221 a.C.), época em que Sun Zi escreveu. Ele se referiu à guerra como “de vital importância para o Estado; é o domínio da vida ou da morte, o caminho para a sobrevivência ou a perda do Império: é preciso manejá-la bem.” (SUN TZU, 1971, p. 63). Sua proposição central é de que a guerra refere-se à produzir submissão, não simplesmente ao uso da força armada. Apesar de a força coativa ser um meio de produção de submissão, não é o meio mais estimado. O debate sobre a guerra centra-se, então, na utilização combinada de força, incentivos materiais e ideias, e não há distinção clara entre o conflito de âmbitos interno e externo.

Os meios para produzir submissão incluem o uso integrado de diplomacia, conhecimento superior da força do oponente e suas fraquezas, pressão psicológica e isolamento, destruição da base de suporte doméstico do oponente, e a omissão das próprias fraquezas – bem como forças - materiais, psicológicas e sociais. Na postura apontada por Sun Zi, guerra e política envolvem o uso calculado de estratégia para produzir submissão usando recursos normativos, econômicos e coercitivos, sendo que a real habilidade é demonstrada quando o uso da força coercitiva é minimizado (SUN

⁷⁸ Sete obras clássicas escritas sobre estratégias militares e técnicas de guerra. De acordo com Ralph D. Sawyer e Mei-chun Sawyer (1993) os sete clássicos militares incluem os seguintes textos: Jiang Ziya (Taigong)'s Six Secret Teachings; The Methods of the Ssu-ma (também conhecido como Sima Rangu Art of War); Sun Tzu's The Art of War; Wu Qi's Wuzi; Wei Liaozi; Three Strategies of Huang Shigong; Questions and Replies between Tang Taizong and Li Weigong.

TZU, 1971). Seu pensamento tem sido central na discussão dos usos de poder através dos séculos, sendo que sua influência mais visível foi justamente nos Sete Clássicos Militares no século XI, no clássico contemporâneo *One Hundred Unorthodox Strategies*⁷⁹, e nos escritos militares de Mao Zedong na década de 1930.

No que tange à contínua definição de poder, muitos pesquisadores chineses diferenciam da definição feita por Nye (1990) sobre “indução” e “coerção”, de forma a retirar o termo indução como integrante do poder de comando – ou “primeira face do poder” -, e aplicá-lo como um tipo de instrumento material de atração. De acordo com sua definição original, poder duro é um poder de comando baseado em ameaças e indução, e relacionado a recursos tangíveis militares e/ou econômicos, enquanto o poder brando é um poder cooptativo baseado na atração e no estabelecimento de preferências através do uso de recursos intangíveis como cultura, ideologia e instituições. No entanto, tal definição somente conclui que recursos intangíveis proporcionam poder brando atrativo, enquanto recursos tangíveis proporcionam poder duro de comando, omitindo, portanto, o relacionamento mais complexo entre recursos de poder e a aplicação desses recursos. Além disso, Nye (1990) aplica “coerção” e “indução” na mesma categoria de poder de comando, o que acaba por mascarar diferenças significantes entre os termos⁸⁰.

Li Shaojun (2009), por exemplo, argumenta que poder duro obriga forçosamente outros países a aceitar determinada liderança pelo uso de coerção ou violência, como ataques militares, sanções econômicas, ou ambos. Em contrapartida, a indução refere-se à mudar as preferências e estratégias de outros países, e para provocá-la é necessário o envolvimento de outras esferas que não os recursos de poder duro.

Nessa perspectiva, aqueles países induzidos a mudar suas posturas decidirão tal mudança baseados nos ganhos potenciais dessas outras esferas, ou seja, a indução é atribuída à atração de interesses. Tanto recursos materiais quanto não-materiais⁸¹

⁷⁹Tal obra foi compilada no século XV, durante a Dinastia Ming, como um manual de táticas baseado em clássicos militares chineses, e originalmente elaborado como um texto para estudantes que aspiravam a altos cargos políticos na China confucionista. Baseia-se em mais de dois mil anos de experiência militar e apresenta um detalhamento de cem princípios estratégicos fundamentais de guerra. Ver: CHI, Liu. *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Tradução para inglês de Ralph D. Sawyer. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998.

⁸⁰ Há de fato diferença significativa entre os termos já no que tange às suas definições. De acordo com o Dicionário Michaelis, o verbo “induzir” está definido como “Persuadir à prática de alguma coisa; aconselhar, instigar”; ao passo que “coagir” significa “Constranger, forçar”. Fonte: _____MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

⁸¹Os recursos, se considerados enquanto natureza do poder, podem ser categorizadas em dois tipos: materiais e não materiais. Os recursos materiais incluem a capacidade militar e econômica e os recursos

podem produzir atração, embora os mecanismos para produzi-la sejam distintos: enquanto os primeiros resultam na mudança de preferências e estratégias de um país em troca de benefícios considerados mais valiosos, os segundos são baseados na aceitação e reconhecimento por parte de um país da cultura, das instituições e das políticas de outro, ou seja, moldar as preferências de um país afetando suas expectativas do que é legítimo ou factível (LI, 2009).

Destarte, enquanto o método de aplicação da coerção implica sanções e antagonismo⁸², o método de atração inclui reciprocidade – benefícios mútuos - e provisão de benefícios, afim de criar interdependências que assegurem o uso mínimo de poder duro. Afinal, como bem aponta Nye (2012, p. 119): “O poder brando é uma dança que requer parceiros”. Se a política externa de um país tem a capacidade e a destreza de levar em consideração os interesses da maior parte possível dos demais atores internacionais, uma atração internacional mais influente será necessariamente concedida a este país pela legitimidade de sua política externa⁸³.

Assim, ao considerar a atração enquanto benefícios mútuos – um dos principais pilares de discurso de inserção internacional chinês atualmente - e incluir o comportamento de indução, a China ganha ampla margem para caracterizar suas próprias definições do que é o poder brando e de como aplicá-lo.

O poder brando já não é um conceito estranho aos principais líderes políticos chineses. O chefe do Partido Comunista Chinês (PCC) e Presidente Hu Jintao deixou isso claro na Reunião Central do Grupo de Liderança em Assuntos Externos, em janeiro de 2006: “O aumento do status internacional de nosso país e de nossa influência terá de

não-materiais incluem a política externa, instituições e cultura. Estudiosos em grande parte chegaram a um consenso sobre a classificação de recursos materiais enquanto capacidades militares e econômicas, mas ainda mantêm diferentes pontos de vista sobre os componentes do poder não-material.

⁸² Sanções são instrumentos que um ator internacional utiliza para privar outros de determinado valor material ou não-material, com a intenção de forçá-los a aceitar sua própria postura e preferência; antagonismo refere-se a ações que um ator internacional recorre afim de privar completamente ou negar aos governos de outros países a persecução de seus interesses nacionais ou a consecução de seus objetivos.

⁸³ A ajuda chinesa, por exemplo, é com frequência usada para obter acesso a matérias-primas. Uma concessão de matéria-prima é geralmente acompanhada por uma oferta chinesa de investimento, sobretudo para a construção de infraestruturas que facilitem o escoamento desta matéria-prima, como portos, terminais de aeroportos e rodovias. Em artigo publicado pelo *New York Times*, LaFranieri e Grobler (2009, p. 1) argumentam que “líderes das nações em desenvolvimento têm aceitado o arremesso de vendas chinês de crédito fácil, sem as exigências do estilo ocidental por reforma política ou econômica, para uma série de necessidades ainda não alcançadas [...] a China, que não é um membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), está operando sob regras que o Ocidente em grande parte já abandonou. Ela mistura ajuda e negócios em acordos secretos entre governos.” Este aspecto do poder chinês para alcançar resultados preferidos será tratado mais adiante nesta pesquisa.

ser demonstrado no poder duro como economia, ciência e tecnologia, e defesa, bem como no poder brando, como cultura⁸⁴”. Outros líderes também frequentemente se referiram ao poder brando. Jia Qinglin, Cônsul e membro do Comitê Permanente do Politburo do PCC, discursou em março de 2007 na quinta sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês do 10º Comitê Nacional do Partido, no qual elaborou proposições sobre o poder brando chinês. O Comitê Nacional reservou uma sessão especial em julho de 2007 sobre “construção cultural como perspectiva para construção do poder brando nacional”, no qual Jia Qinglin clamou aos oficiais chineses para que: “entendam profundamente a importância do poder brando nacional com construção cultural como uma tarefa importante⁸⁵”, a fim de atender às demandas domésticas e aumentar a competitividade da China no cenário internacional.

Doravante, diversos governos locais e comunidades acadêmicas realizaram debates sobre o tema, e concepções de “poder brando e cultura” começaram a aparecer com maior frequência nas diretrizes das publicações após o 17º Congresso Nacional. Institutos de pesquisa também contribuíram para a popularização do conceito de poder brando através da organização de conferências sobre o tópico. O Escritório de Línguas Estrangeiras Chinês, em Pequim em agosto de 2006, presidiu um fórum sobre “comunicações transculturais e construção de poder brando”; no ano seguinte, o Centro de Pesquisa de Relações Públicas Internacionais, da Universidade de Fudan, organizou um fórum para oficiais do governo sobre “construção do poder brando nacional e desenvolvimento das relações públicas da China”; o Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas e o Instituto de Estudos Estratégicos da Escola Central do Partido também conduziram estudos especiais abrangentes sobre o poder brando⁸⁶.

O conceito de poder brando e sua relevância para a China tem sido um importante tópico de discussão nos círculos estratégicos chineses. Fato comprovado pela quantidade de artigos e escritos sobre o tema nos veículos de mídia e meios acadêmicos chineses. De acordo com dados do *China National Knowledge Infrastructure* (CNKI) - banco de dados de artigos de revistas, periódicos, teses de

⁸⁴ MA, Lisi. Preliminary Thoughts on Accelerating China’s Soft Power Building, *Literature of Chinese Communist Party*, No. 7, 2007, pp. 35–38. Disponível em: [<http://www.cppcc.gov.cn>]. Acesso em 12/09/2013

⁸⁵ PAN, Yue. CPPCC National Committee Convenes a Special Consultation Meeting, *People’s Daily*, Nº 9, 25 jul.2007, p. 6.

⁸⁶ STUDY GROUP ON SOFT POWER AT CICIR. International Lessons about Soft Power. *Outlook News Weekly*, No. 11, 12 mar.2007. Disponível em: [www.cicir.ac.cn/english/ArticleView.aspx?nid=774] Acesso em 15/12/2013.

doutorado e mestrado, e documentos oficiais chineses - no período entre 1990 e 2011, nas categorias política, militar e direito, o número de documentos com títulos que continham as palavras "poder brando" foi de 1022 – sendo que 509 documentos foram publicados somente no período entre 2000 e 2008-, enquanto o número de artigos cujos títulos continham as palavras "poder duro" foi de apenas 30⁸⁷. Nem todos os documentos são especificamente e diretamente relevantes para as diretrizes da política externa da China ou suas relações internacionais, todavia esse fenômeno indica que, não só o termo tem se tornado popular entre interlocutores chineses, como também revela o fato de que a pesquisa chinesa no poder se concentra muito mais fortemente em poder brando⁸⁸.

Uma explicação plausível para tal popularização é que essa teoria ressoa com conceitos tradicionais chineses; por exemplo, o confucionismo exalta um rei que confia na força moral mais que na força física, acreditando que o real caminho, ou governança benevolente (*wángdào* – 王道) triunfará sobre a maneira de governança do hegemon (*bàdào* - 霸道). A tradição milenar chinesa é focada no caminho (*dào* - 道) pelo qual suas políticas são feitas, com uma perspectiva de longo prazo para a consecução de seus resultados preferidos, afim de que sejam atingidos da melhor maneira possível. A aplicação de poder brando pressupõe, na maior parte das vezes, resultados preferidos que tardam a aparecer, deixando muitos governos impacientes pelo retorno de seus investimentos, o que não é problema para a China. Além disso, a teoria de Nye (1990) foi introduzida na China enquanto o país realizava uma investigação aprofundada sobre a ascensão e queda de grandes nações, buscando não só escapar do destino que teve a União Soviética no início dos anos 1990, como também transformar a China numa grande potência econômica.

A popularidade do termo ainda é crescente também porque, em primeiro lugar, apesar de o poder brando tal como exposto por analistas chineses ser ainda um componente frágil na busca pelo poder nacional abrangente (*comprehensive national power*), formadores de opinião e líderes chineses estão abonando cada vez mais atenção

⁸⁷CHINA NATIONAL KNOWLEDGE INFRASTRUCTURE (CNKI). *CNKI Database 2011*. Disponível em: [http://en.cnki.com.cn/]. Acesso em 14/12/2013

⁸⁸ A tradução chinesa do poder brando tem quatro versões: *Ruǎn shíli* (阮十里), *Ruǎn lìliáng* (阮利良), *Ruǎn guó lì* (阮国力), *Ruǎn quán lì* (阮全立), sendo que *Ruǎn shíli* (阮十里) está se tornando mais popular do que os outros três. Para a pesquisa no China National Knowledge Infrastructure (CNKI), foram utilizados os quatro termos e usada a função 'ou'.

à formação e ao progresso de poder brando nacional; em segundo lugar, embora o discurso chinês obedeça em grande medida a estrutural conceitual de Nye (1990, 2004), ele não se limita ao seu escopo específico; e terceiro, o discurso chinês, diferentemente do foco exclusivo de Nye (1990, 2004) na eficácia do poder brando afim de atingir objetivos de política externa, frequentemente se refere ao contexto doméstico, evidenciando uma espécie de missão para fins domésticos, ainda que o âmbito doméstico não seja o foco principal dos interlocutores chineses (YOUNG; JUNG, 2008). Nota-se, portanto, uma crescente investigação do que poderia ser um “poder brando com características chinesas”, a qual considera notavelmente os aspectos domésticos e de política externa de desenvolvimento do poder brando como um todo orgânico.

Enquanto em suas primeiras obras, Nye (1990) postulava que o poder brando vinha de três recursos: cultura, ideologia e instituições internacionais, em *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (Nye, 2004), ele mudou os recursos para cultura, valores políticos e políticas externas. Em contrapartida, o estudioso chinês Men Honghua (2007) mencionou que o poder brando inclui cinco principais componentes: cultura, normas, modelo de desenvolvimento, instituições internacionais e imagem internacional, no contexto da construção do poder brando na China. A inclusão do termo “modelo de desenvolvimento” enquanto componente de poder brando comprova a existência da esfera de contexto doméstico na consideração chinesa tangente ao tema.

Men Honghua (2007) conclui que a abordagem gradualista da China para a reforma e abertura do país fornece uma alternativa para a teoria e modernização clássica aplicada através do chamado “Consenso de Washington”. A experiência chinesa de desenvolvimento é ocasionalmente levantada em vários fóruns, o que revela que é realmente parte da consideração da elite chinesa no que se refere ao poder brando da China. Não há consenso entre os analistas, no entanto, quanto à eficácia do chamado “Consenso de Pequim” ou do “Modelo Chinês” em prover à China maior nível de poder brando.

Adicionalmente, o poder brando é ainda largamente entendido como uma ferramenta para propósitos defensivos, como cultivar uma imagem melhor da China no mundo exterior, corrigindo percepções externas equivocadas com relação aos propósitos chineses e defendendo-se de incursões culturais e políticas ocidentais indesejáveis para a China. Assim sendo, apesar de intenso interesse das mais altas esferas de governo chinês, a China ainda tem de desenvolver uma mais abrangente e

coerente estratégia de poder brando nacional, embora já existam políticas diferentes para este fim (YOUNG; JUNG, 2008). A política chinesa de poder brando permanece em grande parte ad hoc e principalmente reativa, com o objetivo de combater a teoria da “Ameaça Chinesa” e melhorar a imagem da China no exterior, o que revela que a própria China ainda sobrevém uma profunda transição política, econômica e social.

Entretanto, setores de liderança do governo chinês impulsionam acertos estratégicos tangentes ao poder brando como componente de maior inserção internacional. Wang Huning (1993), membro do Secretariado do Comitê Central do PCC, publicou o primeiro artigo na China que versava sobre o poder brando em 1993. Muitos documentos posteriores seguiram sua tese central de que a cultura era a maior fonte de poder brando da China, argumento este discernível em diversos pronunciamentos de líderes chineses e escritos acadêmicos. Para o autor, a tradicional cultura chinesa é singularizada como a fonte mais valorosa do poder brando chinês, tendo como premissa sua longa história, uma alta gama de tradições, símbolos e legados teóricos.

Muitos teóricos chineses (WANG, 1993; YANG, 2001; MEN, 2007) se baseiam em valores inerentes à cultura chinesa contidos no Confucionismo, no Taoísmo, no Budismo, e nas demais escolas de pensamento filosófico, como: ganhar respeito através da virtude (*měidé* – 美德), governança benevolente (*wáng dǎo* – 王道), harmonia (*hé* – 和), e harmonia sem supressão de diferenças (*hé ér bùtóng* – 和而不同). Wang (1993) também argumenta que os valores culturais tradicionais chineses, cujo epicentro é o conceito de “harmonia”, são a base da atração cultural chinesa na era da diversificação cultural e da globalização. De fato, a China utiliza de seus valores e conceitos tradicionais – harmonia e reciprocidade -, somados aos seus recursos econômicos de poder duro, para refletir, reajustar e direcionar sua reinserção mais ativa no sistema internacional, além de produzir atração em relação aos seus países parceiros estratégicos, a partir do século XXI. Condição revelada pelos novos conceitos de “desenvolvimento pacífico chinês” e “mundo harmonioso”, tão presentes nos discursos oficiais chineses tangentes às suas relações internacionais⁸⁹.

Com um enfoque um tanto distinto, e de forma a amplificar os conceitos cunhados por Nye (2004), Yan Xuetong (2001) acredita que o poder brando encontra-se

⁸⁹ Conceitos que serão abordados posteriormente nesta pesquisa.

no poder político das instituições políticas, das normas e na *credibilidade*, e não foca o poder brando enquanto cultura. Zhu Feng (2007) também argumenta que o poder brando tem pouco a ver com as fontes de poder, mas sim se a comunidade internacional aceita políticas e escolhas estratégicas de um ator internacional, e em que medida essas escolhas coadunam com os interesses de outras nações.

Certos analistas chineses tendem a endossar a ênfase dada por Nye (2004) na política externa e nas instituições. Su Changhe (2007) argumenta que o poder brando é evidente na construção de instituições internacionais, estabelecimento de agenda, mobilização de coalizões e habilidade para cumprir com compromissos de um Estado. Definição da agenda internacional e estabelecimento de normas são importantes componentes no conceito de poder brando de Nye (2004), mas ainda não estão elaborados no conceito de características chinesas. Isso pode estar relacionado com o fato de que o debate interno acerca de a China manter ou não a uma política de perfil baixo (*keeping a low profile* – *tāoguāngyǎnghuì* - 韬光养晦) ou assumir maior responsabilidade no sistema internacional (*getting something accomplished* - *yǒu suǒ zuòwéi* – 有所作为) ainda não atingiu um consenso⁹⁰; também relaciona-se com a preocupação de que uma postura mais assertiva no estabelecimento da agenda internacional possa contribuir para uma imagem revisionista da China no Ocidente. Outros estudos ainda sugerem que o poder brando chinês inclui a diplomacia cultural e a diplomacia multilateral, de forma a enfatizar a flexibilidade da política externa chinesa como fonte de poder brando chinês (ZHAO, 2007).

Li Shaojun (2009) argumenta que apesar de haver abundantes artigos que discutam o poder brando nos últimos anos, há falta de artigos que abordem diretamente o conceito de “poder”; sendo, portanto, necessário discutir o poder como um conceito integrado.

⁹⁰ Wu (2001) esclarece que tal percepção dúbia influencia na atuação chinesa no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na medida em que há a mistura contraditória de auto percepção de grande potência e de condição de país pobre. O que o autor chamou de “síndrome de dupla-identidade” reside no fato de a China ainda considera-se como um país em desenvolvimento, e demanda que a resolução de impasses domésticos seja colocada como prioridade para o governo central da RPC. Concomitantemente, sua política externa opera em um contexto amplo, resultado da internacionalização da economia chinesa. Assim, a China encontra-se no impasse *high profile versus low profile*.

2.1.2 Abordagem integrada do poder: cálculos do Poder Nacional Abrangente (*zònghé guóli* - 综合国力)

Quanto à relação entre o poder duro e poder brando, certos analistas chineses parecem mais dispostos a enfatizar a inseparabilidade de ambos os conceitos (ZHENG; ZHANG, 2007). A abordagem integrada do poder é evidente no discurso chinês sobre poder nacional abrangente (*comprehensive national power* – *zònghé guóli* - 综合国力), que engloba todas as fontes de poder materiais e ideacionais. Tais analistas argumentam que poder brando e poder duro são mutuamente complementares. O poder brando pode facilitar o crescimento do poder duro, enquanto o poder duro pode demonstrar e apoiar o crescimento do poder brando.

Metodologicamente bem estruturada ou não, a ideia de poder nacional abrangente (PNA) delinea o modo como a China entende suas circunstâncias e estratégia nacionais⁹¹. Embora grande parte das conclusões de estudiosos chineses acerca do PNA seja consideravelmente sobreposta, há importantes divergências e debates entre tais analistas, sendo que alguns enfatizam a rapidez com que a participação relativa do poder global da China está aumentando, enquanto outros enfatizam os desafios que confrontam a trajetória de crescimento chinês.

Pillsbury (2000, p. 204) enfatiza o grau em que muitas análises chinesas aplicam metodologias “únicas à China”, somados à métodos quantitativos normalmente utilizados internacionalmente. Dois relevantes professores do Centro de Estudos Chineses da Tsinghua University, Hu Angang e Men Honghua (2002) publicaram uma pesquisa sobre o PNA chinês, no qual o definiram sumariamente:

PNA geralmente significa a soma total dos poderes ou forças de um país em economia, assuntos militares, ciência e tecnologia, educação e recursos, e suas influências. De uma maneira mais abstrata, referir-se à combinação de todos os poderes possuídos por um país para a sobrevivência e o desenvolvimento de um Estado soberano, incluindo o material e ideacional, bem como influência internacional (HU; MEN, 2002, p. 2, tradução nossa)

Em obra publicada mais recentemente, o professor de ciência política da School of International Studies da Peking University, Ye Zicheng (2010), aponta que uma potência mundial deve ser balizada por um poder nacional abrangente (PNA), não em poucos indicadores separadamente. Para ele, PNA

⁹¹ O conceito de *zònghé guóli* ressoa o pensamento estratégico tradicional chinês, a exemplo de Sun Zi (SUN TZU, 1971), que intitulou o primeiro capítulo de *The Art of War* como “Estimativas”.

É o poder de país soberano, incluindo tanto poder duro, como poder econômico e militar, quanto poder brando, como cultura espiritual, tradição histórica nacional, e coesão nacional. Poder nacional também inclui ambos poderes presente e potencial [...] minha visão é de que é mais produtivo entender o chamado poder nacional abrangente enquanto compreensão da capacidade de sobrevivência de uma nação, sua capacidade de desenvolvimento, e influência internacional.” (YE, 2010, p. 17, 19, tradução nossa)

Em suma, PNA refere-se à soma total do poder coercivo, econômico e ideacional de um país⁹². O conceito, entretanto, encontra dificuldade para ser operacionalizado sem contextualização. É possível medir os recursos, estimar suas importâncias relativas, combinar indicadores econômicos, coercivos, e intelectuais, unificá-los numa mesma medida, e distinguir entre a força potencial e a força que realmente pode ser mobilizada para atingir os interesses nacionais? Hu e Men (2002, p. 2) adicionam ainda outras duas importantes questões: “Quais são os recursos estratégicos mais importantes no século XXI?” e “Quais as vantagens e desvantagens que a China tem em recursos estratégicos vis-à-vis outras grandes potências?”.

Hu e Men (2002) focam sobretudo em recursos de poder duro para seus apontamentos quantitativos, ainda que considerem que, de forma menos tangível, o poder brando não pode ser ignorado e parte de seus indicadores são também tangentes a esta esfera. Partindo de um trabalho realizado por Michael Porter (1990), os autores mensuram como componentes principais do PNA os recursos físicos, recursos humanos, infraestrutura, recursos de conhecimento, e capital. Doravante, esses recursos são divididos em oito categorias com 23 indicadores, sendo que cada indicador é formulado

⁹² A conceituação de PNA, segundo Ye (2010) envolve, mas não é restrito a, os seguintes indicadores: território, localização geográfica, recursos naturais, clima, topografia, território estratégico, população, coesão nacional, estrutura de nacionalidade, sistema político-econômico maduro, de bom funcionamento e estável, capacidade militar para proteger o desenvolvimento nacional, capacidade de realizar e manter o comércio exterior, capacidade de manter uma satisfatória taxa de crescimento, uma madura e estável classe média desempenhando um papel estabilizador e balanceado na sociedade, um sistema educacional nacional relativamente desenvolvido, alta porcentagem de cidadãos com qualificação escolar – que inclua ciência e tecnologia, PIB per capita anual de ou acima de US\$ 6000 de acordo com Paridade de Poder de Compra (PPC), nível mundial nos campos básicos da Ciência e Tecnologia ou liderança, capacidade para minimizar degradação ambiental, promover equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável, capacidade para resolução de carências em termos de recursos naturais através de aumento de produtividade, pesquisa de substitutos, e importação ou produção de materiais sintéticos, participação nas organizações internacionais e participação em encontros nos campos políticos, econômicos, culturais, educacionais, esportivos, militares, de segurança e de meio ambiente, participação da construção da agenda internacional nas mais diversas questões, participação na elaboração das normas internacionais, participação construtiva na resolução de litígios internacionais, participação ativa em questões de ordem regional e cooperação com demais atores regionais, aceitação de valores da civilização mundial, e prover inspiração ética.

pelo cálculo dos recursos chineses como porcentagem do recurso total global. A posição chinesa é então comparada com a posição de Índia, Japão, Rússia e Estados Unidos – nações com as quais a elite da RPC e os formadores de opinião chineses preferem equiparar-se por também obterem vastos recursos – em cada um dos 23 indicadores.

Tais indicadores, entretanto, são muitas vezes comprometidos por questões de precisão de dados e de comparabilidade entre as nações durante períodos – PNA tem, por imperativo, diferentes requisitos em períodos temporais diferentes-, além de problema sobre o que cada indicador realmente mensura ou como se deve classificar sua importância relativa para, em seguida, agrega-los a uma mensuração significativa de PNA. Como propriamente Hu e Men (2002) admitem, muitos dos indicadores ignoram a questão da qualidade dos recursos. Certos indicadores, como gastos do governo central e gastos militares, ignoram o fato de que significantes despesas na China ocorrem inteiramente por fora do orçamento oficial - transações não transparentes -, ou por organizações não categorizadas como “militares”.

A confiabilidade dos dados tem mudado ao longo dos anos; o que também é reflexo do problema em se enfatizar dados per capita ou indicadores agregados conforme conveniência, por exemplo. Quando há a intenção chinesa em identificar a China como nação emergente de agenda terceiro-mundista e enfatizar sua fraqueza, utilizam-se de dados em termos per capita – PIB ou renda-; contrariamente, quando enfatizam seus pontos fortes e intencionam identificar-se com grandes potências, utilizam-se de dados em termos agregados.

Diferenças na avaliação do status de PNA chinês derivam de muitos fatores. Primeiramente, há razões políticas para a superestimação ou subestimação deste. A superestima do status de poder chinês envolve a consideração política – e intenção - de que a China assuma as maiores responsabilidades, admitindo cada vez mais uma postura de *stakeholder* responsável no sistema internacional. Na medida em que a China atinge maiores ganhos com sua reforma econômica doméstica, a comunidade internacional, sobretudo muitos países periféricos de agenda terceiro-mundista, compartilha **expectativas** tangentes ao papel e às responsabilidades que assumirá a China no tocante à economia e à segurança internacionais, esperando que ela exerça um **papel de ator responsável no sistema internacional**. De acordo com a referência Paridade de Poder de Compra (*Purchasing Power Parity* – PPP) do Banco Mundial, o PIB chinês em 2003 era de US\$ 6,4 trilhões, ou seja, 58,7% do PIB norte-americano de US\$ 10,9 trilhões e

1,7 vezes o PIB japonês de US\$ 3,6 trilhões⁹³. Baseado m tais dados, em discurso proferido em 2004 na *Tsinghua University*, o então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, sucintamente apontou que:

Países ricos assumem grandes responsabilidades. Nesse sentido, a China também é obrigada. Eu sei que vocês estão acostumados a considerar seu país como um país em desenvolvimento. Sim, a China é, de fato, um país em desenvolvimento. Talvez o mais rápido país em desenvolvimento. Entretanto, na medida em que a China logra mais sucesso, maiores são as expectativas das pessoas com relação à China para ela ajude países pequenos e pobres, e lide conjuntamente com dificuldades. Da mesma maneira, conforme a China ganha maior status geopoliticamente, *sua parcela de responsabilidade na segurança mundial também deve crescer*⁹⁴.

Outra forte motivação política para superestimar status e projeções do PNA chinês tem como objetivo tentar provar que a China já está se apresenta como ameaça para a presente ordem internacional e para outras nações. No sentido de encorajar governos a adotar políticas de prevenção contra a China, tais análises afirmam não apenas que o PNA chinês ultrapassou o japonês, como também que a China representa um desafio ao status de poder de que gozam atualmente os Estados Unidos. Essas **expectativas** levam em consideração que a China possa vir a ser um **ator geopolítico desestabilizador do sistema internacional**.

As estimativas de despesas militares no orçamento, sob tal viés, são geralmente maiores do que as apresentadas por fontes oficiais chinesas (GRIECO, 2002). Pode-se notar a diferença de constatação de dados no que tange às despesas militares: de acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), os gastos militares chineses em 2013 foram de US\$ 188 bilhões⁹⁵; já segundo a agência oficial chinesa Xinhua, os gastos militares nem sequer ainda chegaram a tal patamar, e a projeção para 2014 é de aproximadamente US\$ 132 bilhões em despesas militares, que representaria

⁹³ BANCO MUNDIAL. *Dados e Estatísticas*, Database 2003. Disponível em: [http://www.worldbank.org/data/datatopic/GDP_PPP.pdf]. Acesso em 05/02/2013.

⁹⁴ “Speech by UN Secretary-General, Kofi Annan, at Tsinghua University”, *Tsinghua University News*, 19 out.2004. (Tradução nossa, grifo nosso) Disponível em: [http://news.tsinghua.edu.cn/publish/news/index.html]. Acesso em 05/02/2014.

⁹⁵ STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *SIPRI Military Expenditure Database*, abr.2014. Disponível em: [http://books.sipri.org/product_info?c_product_id=476]. Acesso em 06/05/2014.

um crescimento de 10,7% em relação a 2013, ano que em a despesa militar foi de US\$ 117 bilhões⁹⁶.

Contrariamente, a subestimação do PNA chinês tem por escopo dissipar a percepção da “ameaça chinesa”, e/ou prevenir a China de repetir erros característicos do colapso soviético, como se engajar numa corrida armamentista contra os Estados Unidos. Muitos analistas chineses preocupam-se com o fato de que o reconhecimento do status de poder atual da China possa instigar a superpotência mundial – os Estados Unidos -, a tratá-la como sua maior rival. Tais análises consideram que o PNA chinês, no início do século XXI, representa apenas de 1/8 a 1/7 do PNA norte-americano, e 1/4 do japonês (FENG, 2011).

Adicionalmente às razões políticas supracitadas, desacordos sobre a mensuração do PNA chinês também influenciam nas divergentes estimações. Não há padrões comuns de mensuração ou continuidade no desenvolvimento de metodologias. Os pesquisadores da *Tsinghua University*, em Pequim, por exemplo, classificam os fatores do PNA em oito categorias e 23 índices, enquanto seus pares na Academia Chinesa de Ciências Sociais (*Chinese Academy of Social Sciences - CASS*) usam oito categorias e 64 índices; e pesquisadores da Academia de Ciências Militares do Exército de Libertação Popular desenvolveram um sistema de sete categorias, 29 índices secundários e mais de 100 índices terciários (HU; MEN, 2002). Pillsbury (2000) atribui parte das diferenças em resultados de status de PNA à natureza “militar” da perspectiva da Academia do Exército de Libertação Popular e a natureza “civil” da perspectiva da CASS.

Como se pode perceber, há grande dificuldade em organizar uma padronização para mensurar o PNA chinês até mesmo por pesquisadores chineses, e esta falta de uma base comum de indicadores resulta numa vasta gama de diferentes conclusões a respeito do status de poder chinês.

Não obstante, Hu e Men (2002) chegaram a conclusões sobre o posicionamento do poder relativo chinês, que derivam de uma cobertura temporal entre os anos de 1980 e 2000. A primeira é que, ainda que permaneçam como número um, a participação global dos Estados Unidos em termos de PNA decaiu. A participação norte-americana do poder global é 2,2 vezes a da China, embora a RPC esteja se esforçando para reduzir este gap: “[O] PNA da China era apenas 1/5 (21%) do dos Estados Unidos em 1980, ¼

⁹⁶ “China defense budget to increase 12.2 pct in 2014”, *Xinhua News*, 05 mar.2014. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/special/2014-03/05/c_133162589.htm]. Acesso em 13/05/2014.

(25,5%) em 1990. Mas em 2000, era mais de 1/3 (39%) do dos Estados Unidos.” (HU; MEN, 2002, p. 17, tradução nossa).

Segundo, a China aumentou sua distância em termos de liderança sobre Índia e URSS/Rússia consideravelmente entre 1980 e 2000, e ultrapassou o Japão, subindo para a segunda potência mundial. A terceira conclusão, e de grande relevância para os estudos do PNA chinês, é que o rápido crescimento em recursos estratégicos econômicos foi a base mais importante para o crescimento do PNA da China. Durante os vinte anos imediatos após a reforma e abertura, a porcentagem crescente do PIB chinês em relação ao total mundial foi protagonista em impulsionar os crescentes níveis de seu PNA, com uma contribuição de 46,4% (HU; MEN, 2002).

Na base da análise comparativa, os autores ofereceram o seguinte exemplo de ranking de PNA (Tabela 1).

Tabela 1 - Índice de Poder Nacional Abrangente dos cinco maiores países (% do total mundial) 1980-2003

País	1980	1985	1990	1995	2000*	2003*	Variação 1980-2003
EUA	22.485	22.022	22.138	21.903	22.518	22.274	-0.221
China	4.736	5.306	5.646	7.163	8.770	9.911	5.255
Índia	3.376	3.615	3.735	4.008	4.543	4.868	1.492
Japão	6.037	6.337	7.317	8.535	7.729	6.998	0.961
Rússia	-	-	3.271	2.808	2.925	2.934	-
Total cinco países	-	-	42.107	44.417	46.485	47.065	-

* Dados atualizados por Hu Angang e Men Honghua da versão originalmente publicada em: LAMPTON, David M. *Three faces of Chinese power: might, Money, and minds*. Londres: University of California Press, 2008.

Fonte: HU, Angang; MEN, Honghua. The rise of modern China (1980-2000): Comprehensive National Power and Grand Strategy. *Strategy & Management*, Nº 3, 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/session+1.3.AngangHu_TheRising_of_Modern_China_final_.pdf]. Acesso em 15/12/2013.

Para os anos iniciais da década de 2000, há também índice referente ao *National Strength Index* (NSI), elaborado pelo secretariado do Conselho de Segurança Nacional

da Índia a partir de 2002, no qual a China figura, entre os períodos de 2003 e 2007, como segunda colocada no ranking, atrás de Estados Unidos e seguida por Japão em 2003 e 2004, e Noruega em 2005 e 2006 (KUMAR, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008)⁹⁷, conforme sumarizado na seguinte tabela (Tabela 2)

Tabela 2 - Colocação National Strength Index (NSI) 2002-2007

Colocação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1	EUA	EUA	EUA	-	EUA	EUA
2	Japão	China	China	-	China	China
3	China	Japão	Japão	-	Noruega	Noruega
4	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Suécia	-	Índia	Rússia
5	Alemanha	Suíça	Finlândia	-	Japão	Índia

Fonte: KUMAR, Satish (Ed.). *India's National Security: Annual Review 2007*. Nova Delhi: India Research Press, 2008.

Publicado pelo *think tank* chinês *Chinese Academy of Social Sciences*(CASS),o Reporte Anual de Política Internacional e Segurança (*Annual Report on International Politics and Security*) aponta as dez maiores potências em termos de PNA para o ano de 2006 (Tabela 3). Entretanto, ainda que mantenha o consenso sobre a superioridade dos Estados Unidos enquanto maior índice, sua análise aponta a China apenas na sexta posição em termos de PNA, possivelmente revelando certa subestimação quanto aos componentes de poder chinês já discutidos.

Tabela 3 - Dez maiores potências em PNA 2006 - CASS

Colocação	País	Pontuação
1	Estados Unidos	90.52
2	Reino Unido	65.04
3	Rússia	63.03
4	França	62.00
5	Alemanha	61.93

⁹⁷ É importante destacar que o índice NSI tem por intenção dar maior relevância à dimensão social e de seguridade humana na formulação do status de poder, adicionando o componente “Índice de Desenvolvimento Humano” aos seus cálculos.

6	China	59.10
7	Japão	57.84
8	Canadá	57.09
9	Coréia do Sul	53.20
10	Índia	50.43

Fonte: Chinese Academy of Social Sciences. Annual Report on International Politics and Security. In: Chinese Academy of Social Sciences (CASS). *The Yellow Book of International Politics*. Beijing: CASS, 2007. Disponível em: [<http://en.iwep.org.cn/cate/1401.htm>]. Acesso em 15/12/2013.

Hwang (2008) propõe o Poder Estatal Integrado (*Integrated State Power – ISP*), através do qual o autor intenta aplicar uma sinergia ao assumir que um país balanceado em termos de componentes poder é mais forte do que qualquer outro que não o seja. Em suas conclusões, os Estados Unidos e a China são as únicas potências dominantes e, de acordo com os cálculos propostos, qualquer aumento no índice de poder dos Estados Unidos ou da China, resultaria num decréscimo de multipolaridade; contrariamente, o aumento no índice de poder de qualquer outra nação, aumentaria a multipolaridade. As cinco maiores potências de acordo com Hwang (2008) está na tabela a seguir (Tabela 4), na qual o termo “concentração” refere-se ao grau em que o ISP está concentrado em termos dos componentes considerados; zero representando o equilíbrio perfeito, e um representando o poder concentrado em um único componente.

Tabela 4 - Cinco maiores potências em Poder Estatal Integrado (Integrated State Power - ISP) 2008

Colocação	Poder Estatal Integrado (ISP)	País	Concentração
1	15 560 391 352 857	Estados Unidos	0.33
2	7 274 136 279 455	China	0.55
3	3 705 139 438 227	Rússia	0.64
4	2 644 074 492 416	Reino Unido	0.41
5	2 267 323 575 136	França	0.40

Fonte: HWANG, Karl. *New Thinking in Measuring National Power*. Pesquisa elaborada para apresentação no WISC Second Global International Studies Conference, Universidade de Ljubljana, Eslovênia, 23-26 jul.2008. Disponível em: [http://www.wiscnetwork.org/ljubljana2008/papers/WISC_2008-137.pdf]. Acesso em 18/02/2014.

Embora as análises sobre os componentes fundamentais de PNA guardem muitas divergências de opiniões e grandes obstáculos (políticas e metodológicas) de mensuração, seus teóricos atingiram certo consenso em dividi-los em duas esferas de poder: duro e brando. Mahan (1890 *apud* KNIGHT, 2000) já concebia que o poder estatal consistia em seis componentes; Morgenthau (1968) classificou nove componentes em seus estudos; Cox (1987) e Cline (1993) enfatizaram cinco indicadores. Todavia, em todas estas análises seus autores dividiram os componentes do poder nacional nas categorias “branda” e “dura”. Após o fim da Guerra Fria, teóricos chineses iniciaram também a aplicação dos conceitos de poder brando e duro em seus estudos.

Para além das diferenciações nos conceitos, tanto Nye (2012) quanto analistas chineses e líderes do PCC estão convencidos de que, para atingir – ou recuperar – o status de grande potência global, a China necessita construir tanto o poder duro quanto o poder brando, tornando-os um poder inteligente; e como apenas ter recursos de poder nem sempre se traduz em resultados de poder, igualmente faz-se necessário o planejamento de ação de conversão desse poder em resultados preferidos. Além disso, consentem no fato de que o valor do poder duro coercitivo, particularmente a força militar, como um meio efetivo de assegurar os interesses nacionais está em declínio, enquanto que o valor do poder brando atrativo está em ascensão. No que tange ao poder brando como um importante meio para aumentar o poder nacional abrangente, Lu Shiwei (2013, p. 49, tradução nossa) afirma que

[...] todas as grandes potências estão buscando novas saídas e buscando renovado desenvolvimento através de reformas, de modo a adotarem uma posição favorável nos intercâmbios e nas competições entre as diversas ideologias e culturas mundiais.

Para muitos intelectuais chineses a questão adicional é se o poder brando chinês deve permanecer reativo – baseado na melhora da imagem da China no âmbito internacional – ou se deve ser direcionado para uma maior pró-atividade; para Nye (2012, p. 47) a questão fica clara ao apontar que

[...] a China, um poder crescente em recursos econômicos e militares, decidiu deliberadamente investir em recursos de poder brando para

fazer seu poder duro parecer menos ameaçador a seus vizinhos e, desse modo, desenvolver uma estratégia inteligente.

A partir de tais perspectivas, assume-se nesta pesquisa que uma estratégia de poder inteligente aplicada por um ator internacional é baseada na combinação específica de recursos de poder (tangíveis/intangíveis) e adoção específica da aplicação dos recursos de poder (método de coerção/atração e indução), para propósitos específicos (defesa/formulação).

De forma geral, os atores que os detém, procuram empregar a combinação mais eficiente dos tipos de poder para alcançar seus objetivos, algo que não é simples de se aplicar. Nações preferentes pelo poder coercitivo tendem a alienar os objetivos do exercício do poder, tornando assim apelos normativos menos eficazes. De forma similar, nações que empregam liberalmente incentivos remuneratórios podem considerar a persuasão normativa menos eficaz. No entanto, ressalta-se que no cenário internacional as nações costumam empregar todos os tipos de poder, mesmo quando se usa um tipo em preferência a outros. Dessa forma, elas podem ser comparadas e diferenciadas pelo poder que possuem sob várias formas, pelos escopo e escala dos objetivos que perseguem e resultados que realmente logram alcançar.

2.1.3 Transição de Status de Poder: percepção relacional de fluxo mais que estoque de recursos

Nas relações internacionais, status de poder conota relatividade. Refere-se a classificar a colocação de status de poder de um Estado com relação a de outros Estados em uma esfera internacional. O status de poder de um Estado só pode ser compreendido através de uma simultânea avaliação comparativa do status de poder de outras nações. Se houver apenas uma nação no mundo, então não há nenhum quadro de referência com o qual se possa decidir se o status de poder de um país é alto ou baixo. Isto significa que somente quando há dois ou mais países do mundo, que o estudo de um estado de status de poder e seu poder nacional abrangente tem um significado.

O termo “status de poder” contém tanto uma conotação de “ranking de poder” quanto “diferenças de poder”. Enquanto a diferença de status de poder define o ranking de poder, tal ranking nem sempre reflete a natureza e classificação real do poder. Durante o período da Guerra Fria, por exemplo, os Estados Unidos e a União Soviética figuravam em primeiro e segundo, respectivamente, no seu status de poder. No entanto, a diferença de poder entre eles permaneceram a um nível hierárquico de

superpotências. Mas na década de 1990, enquanto os Estados Unidos ainda se manteve no topo do ranking - independentemente de qual grande potência ficou em segundo: Rússia, Japão ou China -, a natureza do *gap* de classificação entre a primeira e a segunda potência poderosa foi alterada substancialmente, pois tornou-se uma diferença de status de poder entre uma superpotência e uma grande potência.

Nesse sentido, se bem a colocação no ranking de status de poder de uma nação é decidida pela diferença entre o seu próprio status em relação às outras nações, essa diferença absoluta não indica nem a natureza nem a extensão das diferenças de poder entre ambos. O status de poder de um Estado é baseado em - mas não decidido por - seu poder nacional. O crescimento desse PNA, e possivelmente de seu status de poder no ranking global, é significativo somente na medida em que novas conquistas se revelam tangíveis e preferidas, provocando reações do sistema internacional (expectativas) referente ao acúmulo de poder de uma nação e a mudança de seu papel como ator desse sistema.

Foram criados vários índices destinados à mensuração do poder. O Índice Composto de Capacidades Nacionais (*Composite Index of National Capability*- CINC) é uma medida estatística do poder nacional criada por David Singer, em 1963, para o projeto *Correlates of War* (COW)⁹⁸. O CINC utiliza a média da percentagem que um determinado país possui em relação ao total mundial em seis componentes, divididos em três dimensões, conforme a capacidade do recurso em influenciar outros estados a curto, médio e longo prazo. As capacidades de curto prazo refletem o poder militar do estado (gastos e pessoal militar), as capacidades de médio prazo estão relacionadas à atividade industrial (produção de ferro e aço e consumo de energia) e as capacidades de longo prazo são referentes a fatores demográficos (população total, população urbana). Já de acordo com o CINC, o poder chinês manteve-se relativamente estável de 1971 a 1990, quando se inicia uma tendência de aumentos marginais no seu poder nacional.

Muitos estudiosos como Charles Doran (2003, 2012), Ronald Tammen (2000), e John Mearsheimer (2001) debruçaram-se no estudo de reações às mudanças de status de poder, que podem ser caracterizadas por cooperação ou conflito. De acordo com Doran (2003, p. 31, Tradução nossa, Grifo nosso)

⁹⁸ Para mais informações ver: SINGER, J. David; MELVIN, Small. *Correlates of War Project: International and Civil War Data, 1816-1992*. Michigan: Inter-university Consortium for Political and Social Research, 1994. Disponível em: [<http://www.correlatesofwar.org/>]. Acesso em 24/02/2017.

As *expectativas* de política externa de um Estado estão vinculadas à mudança em seu ciclo de poder, mas poder e função ficam fora de sincronia porque os atores e o sistema não se ajustam facilmente às mudanças no poder relativo. No lado positivo da curva de poder, o aumento deste poder tende a exceder a aquisição de função. O sistema é relutante em alocar uma função para o ator ascendente, ou tal ator ascendente pode preferir adiar a gratificação e a responsabilidade vindas como função até que ele possa fazê-lo mais facilmente (com confiança) e em seus próprios termos (com menor concorrência). No lado negativo da curva, há uma tendência de a função ultrapassar o poder, levando a uma sobrecarga. Aliados e Estados clientes dependentes não querem que o Estado outrora ascendente se afaste, e elites acostumadas aos benefícios concedidos pelo outorgado poder não querem alocar um novo papel e enfrentar um diferente e mais constricto cenário de política externa. Há muito latente na diplomacia, essas lacunas poder-função foram postas de lado das prioridades e preocupações diplomáticas em intervalos críticos de repentina alteração em circunstâncias de segurança, aumentando a tensão. Para então abruptamente demandar ajustes.

Seguindo esta perspectiva, o aumento de participação do poder relativo de uma nação no cenário de poder internacional implica o declínio de participação do poder relativo detido por outros atores, que procurarão resistir. Adicionalmente, nações desenvolvem funções, papéis ou padrões de comportamento que refletem suas capacidades, direcionam o uso de poder e criam preferências para misturas particulares desse poder. Quando o poder relativo de uma nação declina – sobretudo quando acontece precipitadamente – a sua capacidade para exercer sua função preexistente diminui, mas suas *expectativas* acerca de seu papel no cenário internacional tem uma mudança mais lenta. Esse fato pode causar insatisfação entre a(s) potência(s) previamente dominante(s) e outra(s) potência(s) em ascensão. A nação em declínio relativo se ressentir pela diminuição de influência – muitas vezes equalizada à diminuição de segurança -, enquanto a potência ascendente tem a percepção da defasagem entre seus crescentes recursos e o papel que lhe é concedido no sistema internacional⁹⁹. Também de acordo com Lampton (2008), alterações nas capacidades de poder tendem a produzir mudanças nos interesses do país. As *expectativas* de política externa de um Estado estão intimamente ligadas com mudanças em seu ciclo de poder, mas o aumento de poder e o aumento do papel internacional efetivamente exercido por

⁹⁹ Para outros índices de poder ver: CLIFFORD, German. A Tentative Evaluation of World Power. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 4, 1960, pp. 138–144; e ACADEMY OF MILITARY SCIENCE (AMS). *Index Framework by Colonel Huang Shuofeng*. Disponível em: [http://www.fas.org/nuke/guide/china/doctrine/pills2/part08.htm]. Acesso em 02/03/2017.

um país não são simultâneos, uma vez que o sistema e os demais atores não se ajustam imediatamente a mudanças relativas de poder.

Teorias sobre potências em ascensão e transição de poder têm recebido considerável atenção de muitos estudiosos (ORGANSKI, 1958; WALLERSTEIN, 1974; KENNEDY, 1987; ARRIGHI, 1994; BRAUDEL, 1996; MEARSHEIMER 2003; TAMMEN, 2000)¹⁰⁰. Os primeiros apontamentos sobre a questão da transitoriedade do poder foram feitos por Organski (1958), cujos argumentos para uma teorização da transição de poder são baseados na metáfora da pirâmide para descrever a hierarquia dos Estados no sistema internacional: no topo da pirâmide está o hegemón, ou potência dominante, cuja supremacia é definida não só pela sua preponderância de recursos materiais como também por sua estabilidade política. Essa hegemonia, todavia, não é permanente, uma vez que abaixo do hegemón estão agitadas grandes potências, ou Estados que representam potenciais rivais ao hegemón e que desempenham suas próprias posturas na definição e formação do sistema internacional. Abaixo do hegemón e das grandes potências, estão as potências médias, com alguma influência regional, seguidas pelas pequenas potências.

De acordo com a teoria da transição de poder, a maior probabilidade de estabilidade e paz é maior quando o hegemón estabelece um claro e acreditável domínio sobre o sistema internacional. Mais precisamente, segundo Organski (1958), os poderes hegemônicos mantêm a ordem global utilizando de suas forças militares e econômicas para estabelecer regimes regionais e globais que aumentem sua segurança política enquanto promovem estabilidade sistêmica. Tais regimes, os quais tipicamente envolvem um leque de instituições políticas e econômicas, são delineados para beneficiar tanto o poder dominante quanto outros Estados concordantes com o papel exercido da ordem hegemônica – considerados *potências de status quo* -, contrariamente a Estados insatisfeitos com seu papel desempenhado e que desejam mudar a configuração do sistema internacional – *potências revisionistas*.

¹⁰⁰ Para uma leitura das principais obras sobre as teorias de transição de poder no sistema internacional ver: ORGANSKI, Abramo F. K., e KUGLER, Jacek. *The War Ledger*. Chicago: University of Chicago Press, 1980; GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Nova York: Cambridge University Press, 1981; MODELSKI, George; THOMPSON, William. *Leading Sector and World Powers: The Co-evolution of Global Economics and Politics*. Columbia: University of South Carolina Press, 1996; TAMMEN, Ronald. *Power Transitions: Strategies for the 21st Century*. Nova York: Chatham House, 2000; IKENBERRY, John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Há estabilidade enquanto a nação dominante e seus aliados poderosos mantiverem o controle firme da ordem internacional nesse sistema - instituições políticas, econômicas e de segurança e regras de conduta (KINDLEBERGER, 1996; KEOHANE, 1980). Entretanto, as relações internacionais estão sempre em fluxo, e o status de grande potência muda conforme mudanças no poder nacional. A partir desses novos recursos e comportamentos de poder, nações emergentes tipicamente perpetram esforços no sentido de alterar a ordem internacional para que ela sirva melhor aos seus interesses.

Robert Gilpin (1981) argumenta que tais esforços realizados pelas nações emergentes necessariamente os levam a confrontar a nação dominante e seus aliados acerca das regras de governança do sistema internacional existente, da divisão das esferas de influência, e até mesmo fronteiras territoriais. A guerra – Gilpin (1981) a chama de “guerra hegemônica” - germinaria entre o poder dominante e as nações desafiadoras na medida em que não fosse possível alocar as diferenças em termos pacíficos. O autor assinala que todo sistema internacional que o mundo conheceu tem sido consequência de realinhamentos territoriais, econômicos e diplomáticos que se seguiram a lutas hegemônicas. Organski e Kugler (1981) argumentam que mudanças na distribuição de poder cria condições para o conflito entre grandes potências, e a guerra é tecida quando o aumento do poder nacional do candidato a nova hegemonia se aproxima do – e ao mesmo tempo é restringido pelo – poder nacional da nação dominante.

Um clássico caso de transição de poder e guerra hegemônica se revela no contencioso dos estados gregos de Atenas e Esparta em 431 a.C. Atenas era um estado em expansão, que logrou seu poder hegemônico através da consolidação de numerosas pequenas cidades-estados gregas pela Liga de Delos sob liderança ateniense para lutar contra invasões persas e, após a vitória sobre os mesmos, coletar a riqueza de cada cidade-estado a fim de construir um império ateniense. O expansivo império ateniense acabou por desafiar a Liga do Peloponeso liderada por Esparta. Atenas e Esparta subsequentemente ingressaram na Guerra do Peloponeso para estabelecer o controle hegemônico do mundo grego antigo. Tucídides (1999, I, p. 11) apontou sucintamente a razão desta guerra – que posteriormente foi relacionada ao Dilema de Segurança: “a causa real desta guerra foi o crescimento do poder de ateniense e o medo gerado nas mentes dos espartanos que tornaram a guerra inevitável”.

A Organski (1958) se seguiram outros teóricos que versam sobre transições de poder (TAMMEN, 2000). Contemporaneamente, os estudiosos Giovanni Arrighi (1994, 2001, 2002), Immanuel Wallerstein (1974) e José Luis Fiori (2004, 2007), partem de uma matriz braudeliana de história e de um prisma de influência, ainda que em diferentes graus, neomarxista das relações internacionais. Dotados de espírito crítico, os autores analisam os desdobramentos da formação do sistema de poder mundial para os acontecimentos do mundo contemporâneo, o que lhes confere um olhar sistêmico sobre os fatos, revelando o caráter competitivo da relação entre Estados.

Para Arrighi (1994), a guerra permanente entre os Estados não degenerou em caos político e econômico devido ao comando do agente hegemônico, capaz de organizar o funcionamento hierárquico do sistema. Essa supremacia seria cíclica, alternando momentos de auge e de decadência, a qual seria marcada eminentemente pela desmedida expansão financeira e pela conseqüente crise de superprodução. Essas crises são identificadas ao longo da história por três sintomas distintos, embora relacionados: “a intensificação da competição interestatal e interempresarial; a escalada global dos conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder”, as quais seriam capazes de desafiar e vencer o antigo Estado hegemônico, que já estaria fragilizado (ARRIGHI, 2001, p. 38).

Já Wallerstein (1974), particulariza sua visão ao organizar seu pensamento sobre o sistema mundo moderno como uma estrutura que admite uma hierarquia, dividida entre centro, semiperiferia e periferia, e que abrange duas esferas intimamente conectadas, a economia-mundo capitalista, constituída em torno da divisão internacional do trabalho, e o sistema interestatal, amalgamado peloimperativo da guerra. Após mudanças globais iniciadas na década de 1970, o sociólogo enxerga-as como evidências da bancarrota no futuro desse sistema mundo anglo-saxão. Sua teoria foi amplamente utilizada por teóricos modernos na explicação dos países emergentes, sob a qual ele identifica a divisão internacional do trabalho, que unifica de alguma forma a economia-mundo, e a balança de poder, que norteia a competição interestatal (WALLERSTEIN, 1974).

A pesquisa de Fiori (2004, 2007, 2009), iniciada com a investigação conjuntural comparada da história política e econômica de Brasil e Chile dos anos 1970, migrou do debate do desenvolvimento na periferia para a discussão da hegemonia dentro do pensamento estruturalista latino-americano, em virtude da reestruturação liberal-

conservadora dos anos 1980, e seguiu com o acompanhamento das transformações econômicas e geopolíticas das décadas posteriores. Para entender o que ele chama de “compulsão expansiva” do acúmulo de poder, é preciso adentrar na própria fenomenologia do poder, para o qual não há nenhuma relação social anterior, como aponta Fiori (2009, p. 334, grifo nosso):

O conceito de poder político tem mais a ver com a ideia de fluxo do que com a de estoque. O exercício do poder requer instrumentos materiais e ideológicos, mas o essencial é que o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir e acumular constantemente. A conquista, como disse Maquiavel, é o ato fundador que instaura e acumula o poder, e ninguém pode conquistar nada sem ter poder, e sem ter mais poder do que o conquistado. Num mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria poder.

A partir desta perspectiva, o elemento do poder seria a mola propulsora das relações internacionais. Os Estados criam, ao mesmo tempo, ordem e desordem, guerra e paz. Esse movimento de constante fortalecimento de uns e retração de outros embasa a teoria do universo em expansão do autor.

Ainda que Fiori (2008) pressuponha, diferentemente de Arrighi (2001) e Wallerstein (1974), que o poder norte-americano não está em declínio, os fundamentos teóricos abordados revelam que os três partem de premissas semelhantes, no tocante à pressão competitiva interestatal e à dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado do sistema de produção capitalista. O fim da bipolaridade da Guerra Fria permitiu a retirada de qualquer ordenação exógena do sistema. A multipolaridade possibilitaria a expansão acelerada, contínua e desordenada dos Estados, em meio ao acirramento da competição interestatal.

Apesar de a transição de poder ter apresentado diversas guerras hegemônicas ao longo da história, a guerra entre um Estado com recursos preponderantes e um poder em ascensão não é inevitável. A ascensão dos Estados Unidos no século XIX não resultou em ameaça real de guerra com a Grã-Bretanha, poder então dominante. Alguns autores argumentam que a acomodação dos Estados Unidos pela Grã-Bretanha deveu-se à proximidade cultural e histórica entre ambos (FERGUSON, 2002). Outros argumentam que a Grã-Bretanha tinha maior preocupação com a Alemanha, uma nação mais próxima e por isso mais ameaçadora; ou simplesmente por uma superexpansão imperial da Grã-Bretanha (BRENDON, 2008; FERGUSON, 2002). Outros ainda apontam que a

Grã-Bretanha e os Estados Unidos desenvolveram um relacionamento amistoso devido à construção conjunta de medidas e à vontade espontânea da potência então dominante em deixar esferas de influência para os Estados Unidos (ROCK, 2000; HERRING, 2008).

Como se pode perceber, uma teoria de transição de poder mais robusta e explicativa é necessária para alocar fatores de transição de poder relativamente pacífica e esclarecer quais fatores determinariam satisfação em uma potência ascendente e como a potência dominante pode engendrar satisfação em um desafiante emergente a fim de evitar a guerra. As relações entre grandes potências na era da globalização são definidas por novos elementos de status de poder, bem como são *distintas as dinâmicas de interação* entre elas e com demais potências emergentes. Diferentemente da era da tradicional conquista por colonização através de meios militares, o efeito combinado de interdependência econômica e de segurança, níveis maiores de fluxos informacionais, e novos desafios globais geraram um efeito vinculante múltiplo e sem precedentes entre os países. Como bem apontam Yang, Shao e Wu (2013, p. 6, tradução nossa),

Por um lado, com o contínuo boom tecnológico e crescentes fluxos de investimento, de comércio, de finanças, migratórios, culturais, etc., a maior parte dos membros da comunidade internacional estão intimamente conectados num mundo globalizado. Enquanto os Estados Unidos ainda é considerado a única superpotência do mundo, outras grandes potências – China, União Européia (UE), Índia, Rússia, e até mesmo Brasil e África do Sul – procuram fortalecer o papel que desempenham no cenário internacional. Eles têm trabalhado ampla e vigorosamente através de instituições internacionais para torna-las mais alinhadas com seus interesses e visões, começando com as instituições econômicas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Ao mesmo tempo, um leque de novos e compartilhados desafios globais tornaram os Estados Unidos incapazes de agirem sozinhos, e trabalhar com outras grandes potências para encontrar soluções. Embora isso não necessariamente signifique que o poder absoluto dos Estados Unidos esteja declinando, ilustra que a transição e a distribuição de poder têm ocorrido de maneira sem precedentes.

Assim sendo, teorias que esclareçam a transitoriedade de poder são ainda relevantes no início de século XXI, dado o fato de que o sistema internacional está passando por profundas transformações e de que o poder medido em recursos não significa mais poder medido em resultados preferidos, ou seja, o contexto, o escopo e o

domínio do poder devem ser especificados. Como aponta Nye (2012), além de o termo “hegemonia” ser utilizado de maneira diversa e confusa,

[...] a palavra ‘declínio’ mistura duas dimensões diferentes: o declínio absoluto no sentido da decadência ou da perda da capacidade de usar os próprios recursos efetivamente, e o declínio relativo, em que os recursos de poder de outros estados crescem mais ou *são usados de maneira mais eficiente* (NYE Jr, 2012, p. 199, grifo nosso).

Apesar de os Estados Unidos ainda serem preponderantes no que tange à distribuição de recursos de poder – são responsáveis por cerca de um quarto do produto mundial, quase metade dos gastos militares globais, e seus recursos de poder brando são os mais extensivos do mundo -, encontram dificuldades em aplicar seus recursos na forma de resultados preferidos, e provavelmente continuarão a encontrar. Considerando-se uma visão de longo prazo, a projeção do *National Intelligence Council* para 2025 foi: “os Estados Unidos permanecerão o poder preeminente, mas a dominância americana será muito diminuída¹⁰¹”. Como apontou Kissinger (1994, p. 805), os Estados Unidos tiveram três oportunidades ao longe de cem anos para “reinar sobre o cenário internacional” e “reconstruir o mundo à sua imagem”, mas encontraram frustração nas três ocasiões.

A primeira oportunidade veio com o final da Primeira Guerra Mundial, quando o Presidente Woodrow Wilson discursou sobre a visão norte-americana sobre uma nova ordem mundial para os estados em guerra da “velha ordem” (Europa): “Os Estados Unidos possuem o melhor sistema de governo do mundo, e o resto da humanidade poderia atingir paz e prosperidade ao abandonar a tradicional diplomacia e adotar a referência americana de lei internacional e democracia” (KISSINGER, 1994, p. 18). Wilson foi confrontado com ceticismo na Europa e constrangido ao isolacionismo.

A segunda oportunidade veio com o fim da Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos desta vez mais poderosos. Praticamente sozinhos, os EUA estabeleceram uma nova ordem mundial que incluiu a Organização das Nações Unidas (ONU), o sistema de gestão monetária internacional de Bretton Woods, e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT). Enquanto esta nova ordem internacional estava ainda em seu período inicial, a União Soviética logrou desafiar o delineio internacional norte-americano ao esculpir sua

¹⁰¹ NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Global Trends 2025: a transformed world*. Washington, DC: GPO, 2008, p. iv. (tradução nossa)

própria esfera de influência, alocar o comunismo como forma de governo, e instaurar a Guerra Fria contra os Estados Unidos, que colocou o sonho norte-americano em espera durante quase quatro décadas.

Com o fim da Guerra Fria e a bancarrota da União Soviética, os Estados Unidos pela terceira vez viu uma oportunidade de reformar o mundo baseado em seus valores. Todavia, como apontou Kissinger (1994), enquanto os Estados Unidos surgiam como a nação mais poderosa do mundo, não poderiam prevenir a titânica mudança de eixo de poder econômico do Atlântico para a Ásia-Pacífico e a difusão de poder para um grande grupo de potências emergentes. Os Estados Unidos viram-se num cenário internacional em que deveriam negociar ao invés de generalizar seus padrões.

Huntington (1999) recorda que, mesmo existindo atualmente uma superpotência – os Estados Unidos, não significa que o cenário internacional seja unipolar. O autor sustenta que o sistema atual não corresponde a nenhum dos anteriores: a unipolaridade e singularidade da superpotência do Império Romano e/ou do Império antigo Chinês no Leste Asiático; a bipolaridade construída sobre a rivalidade de duas superpotências que lideravam suas respectivas coalizões e áreas de influências; e o sistema multipolar baseado em várias grandes potências de força comparável que concorreram e colaboraram entre si, como foi o caso da Europa durante séculos. O sistema atual, para Huntington (1999, p. 36, tradução nossa), ao contrário,

É um estranho, híbrido, sistema unimultipolar com uma superpotência e várias grandes potências [...] Os Estados Unidos, certamente, é o único estado com proeminência em todos os domínios do poder – econômico, militar, diplomático, ideológico, tecnológico, e cultural – com o alcance e as capacidades para promover seus interesses em praticamente todas as partes do mundo.

Num primeiro nível está a superpotência, e num segundo nível, estão grandes potências regionais, que são proeminentes em determinadas áreas do globo, mas não são capazes de projetar seus interesses e capacidades a um nível tão global quanto os Estados Unidos. Tais potências incluem a Alemanha e a França na Europa, a Rússia na Eurásia, a China na Ásia Oriental, a Índia no Sul Asiático, o Irã no Sudoeste Asiático, o Brasil na América Latina, e a África do Sul e a Nigéria na África (HUNTINGTON, 1999).

A superpotência ou hegemón em um sistema unipolar, na falta de quaisquer potências que os a desafie, é geralmente capaz de manter seu domínio sobre Estados

menores por um longo tempo, até que seja enfraquecida por uma decadência interna ou por forças externas ao sistema internacional. Para o autor, as grandes potências atuais aplicam esforços rumo à multipolaridade, uma vez que seus interesses estão muitas vezes em desacordo com os interesses norte-americanos.

A política global, assim, mudou-se do sistema bipolar da Guerra Fria para um momento unipolar – ilustrado pela Guerra do Golfo – e está passando agora por uma ou duas décadas de unimultipolaridade antes de entrar numa verdadeira multipolaridade no século XXI (HUNTINGTON, 1999, p. 37, tradução nossa).

Condizente com a intenção em manter o status de única superpotência, a estratégia dos EUA jaz, segundo o autor, em apoiar potências regionais secundárias contra a potências regionais primárias. Na Europa, isso significa suporte para a Grã-Bretanha; no leste da Ásia, para o Japão (contra a China); na Eurásia, apoio para a Ucrânia, contra a Rússia; na América Latina, para a Argentina; no Oriente Médio, para a Arábia Saudita; no Sul da Ásia, para o Paquistão.

O conceito de unimultipolaridade de Huntington (1999), para além de sua aposta num modelo evolutivo linear de polaridades e na futura inexistência de outra superpotência de modelo unipolar¹⁰², contribui para o entendimento de um momentum do cenário internacional atual, qual seja: a transição e a distribuição de recursos de poder, sobretudo econômicos, de uma única superpotência para grandes potências, somada à diversificação de comportamentos de poder entre as grandes potências a fim de gerar resultados preferidos. Em termos gerais, um cenário de difusão de poder.

O sistema de relações internacionais, finda a confrontação bipolar da Guerra Fria, abriu um novo período histórico marcado por uma cadeia de transformações que reestruturaram o cenário internacional. Esta crise tangente ao centro mundial de poder do começo dos anos 90 trouxe perplexidade quanto ao direcionamento da ordem internacional. A primeira consequência decorrente desse novo quadro colocou os Estados Unidos, com sua pretendida superioridade global, como líder capaz de prover uma nova ordem de caráter ocidental identificada em bases do pluralismo democrático e na concepção unificadora do modelo anglo-americano.

¹⁰² Para Huntington (1999), há uma relação estrutural evolutiva no que tange à polaridade: a bipolaridade, que durou cerca de 40 anos, é seguida pela unipolaridade, que dura por volta de 20 anos; que é, por sua vez, seguida pela multipolaridade, sistema dominante no século XXI.

A segunda consequência foi a reordenação da economia mundial sob a égide de um mercado “globalizado”, o que reafirmou mudanças nos padrões internacionais de atividades econômicas¹⁰³. A relação produtiva capitalista se expandiu, propiciando com ela a expansão do mercado mundial. Ao facilitar a introdução e difusão de recursos tecnológicos na economia mundial, a globalização também acelerou o movimento de capital. Devido ao grande fluxo de recursos financeiros e de capitais especulativos internacionais, pode ser creditado ao sistema financeiro um papel relevante no deslocamento do processo de industrialização, o que viria a determinar a emergência de novos polos econômicos e de novos centros de poder internacional que rediscutissem o balanço de poder, nomeadamente a China.

Depois de mais de uma década de julgo da estrutura internacional de poder caracterizada como “uma superpotência, muitas grandes potências¹⁰⁴” (一超多强- *yī chāo duō qiáng*) - com uma diferença substancial entre os Estados Unidos e outras potências -, estudiosos chineses debatem sobre se o poder dos EUA está agora em declínio relativo e se a multipolaridade (多极化-*duō jí huà*) está tornando-se uma realidade. Um fator-chave é a crise financeira global iniciada em 2007-2008, que semeou dúvidas nas mentes de alguns especialistas chineses sobre o poder de permanência da hegemonia dos EUA no sistema internacional¹⁰⁵. A avaliação de que os Estados Unidos foi sobrecarregado com as guerras no Iraque e no Afeganistão, juntamente com sua fraqueza percebida na esteira da crise financeira mundial, pode ter influenciado políticos chineses, agora mais confiantes, a serem mais assertivos no

¹⁰³ Para Held e McCrew (2011, p. 11, tradução nossa): “Não existe uma definição única e universalmente aceita para a globalização. Como acontece com todos os conceitos nucleares das ciências, seu sentido exato é contestável. A globalização tem sido quando os altos dos agentes sociais de um lugar podem ter consequências significativas para ‘terceiros distantes’; como compreensão espaço temporal (numa referência ao modo como a comunicação instantânea vem desgastando as limitações da distância e do tempo na organização e na interação social); como interdependência acelerada entendida como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm impacto direto em outros; como um mundo em processo de acolhimento (erosão das fronteiras e das barreiras geográficas a atividade socioeconômica); e, entre outros conceitos, como integração global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional.” Assim sendo, dita grosso modo, a globalização denota a escala crescente, a magnitude progressiva, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões inter-regionais de interação no cenário internacional, ampliando também a disputa pelo mercado internacional.

¹⁰⁴ LIAO, Yonghe. The Right and Wrong of the ‘America in Decline’ Theory, *Dangdai Shijie*, Vol. 3, 1995. Disponível em: [http://caod.oriprobe.com/index.htm] Acesso em 20/12/2017. Ver também: PILLSBURY, Michael. China Debates the Future Security Environment. *National Defense University Press*, jan.2000.

¹⁰⁵ Ver: WANG, Yiwei. How can we prevent the USA from declining too quickly? *Global Times Online*, 12 ago.2006. Disponível em: [http://search.globaltimes.cn/QuickSearchCtrl?search_txt=wang+yiwei] Acesso em 12/12/2017.

cenário internacional, ainda que a aplicação de poder brando chinês não signifique necessariamente um jogo de soma zero com relação aos Estados Unidos.

Adicionalmente, problemas sistêmicos como mudanças climáticas, pandemias, crises financeiras, subsídios agrícolas, desequilíbrios nos fluxos de comércio, conflitos localizados inter e intraestatais, difusão de recursos de poder para atores não estatais, entre outros, além de constatarem a necessidade de uma ideia multidimensional do sistema internacional, apresentam-se como elementos fundamentais a serem equacionados no entendimento dos rumos futuros da Ordem Internacional. Certos teóricos, como Väyrynen (2003, p. 127)¹⁰⁶, chegam a discorrer inclusive sobre “formas híbridas de governança”, em vista da multiplicidade de atores e de temas que interagem no sistema internacional, por sua vez matizado, sobretudo, pelo impacto das chamadas polaridades indefinidas para a ordem mundial (LAFER; FONSECA JR., 1997, p.74).

A título de compêndio, pode-se constatar que em vista de tais polaridades indefinidas (LAFER, 2000), ou na melhor das hipóteses inconsistentemente definidas, o maior poder econômico alcançado por novos *system-affecting states* poderia alterar de forma substancial também o equilíbrio de poder político nos principais órgãos de governança global, e por estes ser continuamente alterado. Ações direcionadas e implementadas de forma coordenada devem ser discutidas com um número maior de países, com o objetivo de obter propostas e políticas que satisfaçam também o interesse emergente dos países em franco crescimento no que tange aos recursos de poder, ou seja, a ascensão do “resto” (AMSDEN, 2009).

Em outras palavras, futuros acordos sobre questões internacionais e multilaterais relevantes exigirão alcance mais amplo para atingir um consenso internacional verdadeiro. Logo, nações que tradicionalmente lideravam as decisões sistêmicas de cenário internacional, sobretudo os Estados Unidos, poderão ver suas prioridades e seus resultados preferidos contrabalançadas pelos novos *global players*. Zakaria (2008, p. 13) contribui neste aspecto sugerindo o fato de que “estamos nos dirigindo para um mundo pós-americano, definido e dirigido a partir de muitos lugares e por muita gente”.

O debate na China – hoje o mais relevante novo *system-affecting state* - sobre um possível declínio do status de poder dos EUA não é novo. Após o fim da Guerra Fria, especialistas chineses realizaram um exame rigoroso do novo cenário mundial que surgiria após o colapso da União Soviética e do comunismo na Europa Oriental.

¹⁰⁶ VÄYRYNEN, R. Regionalism: Old and New. *International Studies Review*, Vol. 5, Nº 1, pp. 25-51, mar. 2003. Disponível em: [<http://www.jstor.org/pss/3186488>]. Acesso em: 2/06/2017.

Naquela época, outras economias em rápida expansão, nomeadamente o Japão e a Alemanha, foram percebidos como tendo-se tornado concorrentes poderosos dos EUA na esfera de alta tecnologia. Alguns especialistas chineses começaram a prever o surgimento de uma ordem mundial multipolar pós-Guerra Fria, um maior equilíbrio entre as grandes potências, e a crescente ênfase em abordagens econômicas e diplomáticas, em oposição às militares, das questões de agenda global (LI, 2009).

No que tange aos Estados Unidos, a resistência a um papel potencialmente reduzido na esfera internacional fica aparente nos documentos *The National Security Strategy of the United States of America (NSS) 2002* e *The National Security Strategy of the United States of America (NSS) 2006*, nos quais a administração de George W. Bush declarou: “Nossas forças serão fortes o suficiente para dissuadir potenciais adversários de perseguirem um acúmulo militar na esperança de superar, ou equalizar, o poder dos Estados Unidos.¹⁰⁷” As NSSs, posteriormente consideradas o coração da “Doutrina Bush” ou “Doutrina da Guerra Justa”, foram visivelmente captadas por um teor ideológico, quando não por um conteúdo ideológico identificável, e conseqüentemente, levado a política externa dos EUA a um paradigma aparentemente novo. Conforme aponta Li (2009, p. 1, tradução nossa)

Os EUA costumavam reunir o apoio internacional ao lançar uma repressão severa sobre terror e agindo como o salvador global no sentido de manter o mundo livre da destruição terrorista. Mas, brevemente, esta nobre campanha contra o terrorismo, iniciada pelas elites neoconservadoras norte-americanas, foi interpretada pela comunidade internacional como uma camuflagem usada pelos EUA para ocultar a sua intenção de retomar o monopólio sobre todo o globo. Em 2008, no entanto, a hegemonia dos EUA foi empurrada para a beira do colapso, como resultado de suas contradições estruturais inerentes, que se mostraram enraizadas na sociedade americana e longe de serem conciliadas. Um sinal visível do declínio da força dos EUA acabou por ser o declínio de sua influência econômica monolítica por todo o globo.

Doravante, o governo norte-americano deixou claro seu novo direcionamento de estratégia político-militar do governo Barack Obama ao clamar por um “Século da América no Pacífico”. Em discurso precedente à cúpula dos países da Ásia-Pacífico, em 2011, a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton declarou que

¹⁰⁷ US NATIONAL SECURITY COUNCIL. *The National Security Strategy of the United States of America*, 17 set.2002. Disponível em: [<http://whitehouse.gov/nsc/nss.html>] Acesso em 20/11/2013.

O futuro da política será decidido na Ásia, não no Afeganistão ou no Iraque, e os Estados Unidos estará bem no centro da ação [...] Aproveitar o crescimento e o dinamismo asiático é fundamental para os interesses econômicos e estratégicos norte-americanos e uma prioridade para o presidente Obama [...] Estrategicamente, a manutenção de paz e segurança em toda a região da Ásia-Pacífico é cada vez mais crucial para o progresso global, seja através da defesa de liberdade de navegação no Mar do Sul da China, contrariando os esforços de proliferação nuclear da Coreia do Norte, ou garantindo a transparência nas atividades militares de atores-chave da região [...] A região está ansiosa com relação a nossa liderança e nossos negócios – talvez mais do que em qualquer outro momento da história moderna. Somos a única potência com uma forte rede de alianças na região, sem ambições territoriais, e com um longo histórico de contribuições para o bem comum [...] O Presidente Obama tem realizado esforços multifacetados e persistentes para abarcar plenamente o nosso papel insubstituível no Pacífico¹⁰⁸.

Para reforçar tal estratégia, os Estados Unidos endossam a Aliança do Pacífico (*Alianza Del Pacífico* - AP), como forma de abarcar a esfera econômica e legitimar sua influência na região. O bloco, que reúne 212 milhões de habitantes e têm um Produto Interno Bruto (PIB) que representa 36% do total da América Latina, foi criado formalmente em junho de 2012, e tem como membros Chile, Colômbia, México e Peru, países que já haviam firmado individualmente acordos de livre-comércio com os Estados Unidos, e pretendem uma aproximação e integração maior também com a dinâmica região asiática. Sua criação partiu do princípio de que o centro das atenções havia se voltado para os temas comerciais e econômicos, distanciando-se em certa medida do viés político que envolve a criação da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) e, posteriormente, a Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), igualmente apresentando-se como contraponto de integração regional ao MERCOSUL.

Embora a AP se encaixe na estratégia norte-americana de se aproximar de governos de direita e de centro na América Latina, já na reunião de cúpula do grupo em maio de 2013 na cidade de Cali, verificou-se a ausência de representantes dos EUA na condição de observadores – status ocupado por países como Espanha, Austrália, Japão, Canadá, Nova Zelândia e Uruguai, além de Estados postulantes a adesão como Costa Rica, Panamá e Guatemala. Na análise crítica de Sader (2014, p. 1), “a Aliança do Pacífico é a versão para o século XXI de outros projetos fracassados dos EUA para estender a todo o continente uma área de livre comércio.” Em sua perspectiva, os

¹⁰⁸ Fonte: CLINTON, Hillary. *America's Pacific Century*. *Foreign Affairs*, 11 out.2011. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century]. Acesso em 20/01/2017.

Estados Unidos já haviam falhado na tentativa de estabelecer acordos de livre-comércio como Nafta (Área de Livre Comércio da América do Norte) e Alca (Área de Livre Comércio das Américas), uma vez que os países membros convidados ingressaram em crises neoliberais e optaram por políticas antineoliberais e eleição de líderes populares. Doravante, os Estados Unidos estrategicamente iniciaram parcerias bilaterais, e novamente têm a possibilidade de impulsionar propostas de livre comércio na região, “com a promessa de relações privilegiadas com mercados do Pacífico com os quais os EUA têm estreitas relações” (SADER, 2014, p. 1).

Ainda que os Estados Unidos tenham relativa proeminência no cenário internacional, suas práticas políticas unilaterais têm desgastado a retórica de liderança benévola global, seja no âmbito político, seja no econômico. Como mencionado no documento *Sustaining US Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*, publicado em janeiro de 2012 pelo Departamento de Defesa norte-americano, os Estados Unidos encontram-se num “ponto de inflexão¹⁰⁹”, e mesmo que termos como “declínio relativo” e “overstretch” não sejam mencionados, o “momento unipolar”, como definido por Krauthammer (1991), está em profunda transformação.

2.2 A deflação da credibilidade Norte-Americana e o impulso econômico do dissenso de Washington

Dado o fim da confrontação bipolar, mas ainda sob o espectro residual de uma ameaça comunista, consolidou-se a crença das políticas norte-americanas de que “a nova ordem mundial era a única garantia contra o caos seguido de revolução” e que “a segurança do mundo tinha de se basear no poder norte-americano, exercido por meio de sistemas internacionais¹¹⁰”, além da crença de que o *New Deal* deveria ser levado a cabo nas esferas internacionais, de forma a disseminar e garantir o bem-estar do mundo. Acerca da estrutura que propiciou aos Estados Unidos condições de se aplicarem como vencedores do conflito bipolar, Saraiva (2007, p. 200) aponta:

[...] a formulação de doutrinas políticas para a contenção dos soviéticos na esfera global, os planos econômicos de reconstrução das áreas atingidas pela guerra mundial e considerados vulneráveis à

¹⁰⁹ U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *Sustaining US Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. Washington, DC: U.S. Department of Defense, jan.2012, p.1.

¹¹⁰ SCHURMANN, F. The Logic of World Power: Na Inquiry into the Origins, Currents, and Contradictions of World Politics, p.44-68. In: ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

influência soviética, assim como a constituição de uma grande aliança militar ocidental, foram, assim, partes de um único objetivo dos Estados Unidos. Liderando um dos lados do condomínio, a superpotência ocidental procurava assenhorar-se de mais espaços econômicos, políticos e ideológicos no cenário internacional pós-Guerra.

Beneficiados por um arcabouço sistêmico organizado no que Samuel P. Guimarães (1999, p. 25-28) chama de “estruturas hegemônicas de poder político e econômico¹¹¹”, estas constituídas ao longo do século XX – maiormente por meio dos acordos de Bretton Woods e pela implementação do keynesianismo militar-, os Estados Unidos puderam-se elencar no sistema internacional sob a rubrica de “hegemonia”. Tal termo, de referencial gramsciano¹¹², revela basicamente a capacidade de um grupo, durante um determinado período, de afirmar-se como portador do interesse geral de um sistema interestatal, vide importância crescente dos órgãos de governança mundiais desproporcionalmente influenciados pelos Estados Unidos e por seus aliados mais próximos. Neste momento, as políticas norte-americanas preocupavam-se em manter o mundo seguro para a livre empresa de caráter ocidental identificada em bases do pluralismo democrático e na concepção unificadora do modelo anglo-americano, e buscavam o sucesso econômico de tais aliados e concorrentes como base para a consolidação política da ordem capitalista do pós-Guerra (BRENNER, 2003).

No entanto, esta configuração de ajuda em escala maciça a diversos países – principalmente Japão e Europa Ocidental-, propiciada pela extrema centralização da liquidez mundial nos Estados Unidos após as guerras mundiais, precipitou uma crise no sistema monetário norte-americano no início da década de 1970. Isto devido a três

¹¹¹ Para Guimarães (1999, p. 113) “o conceito de estruturas hegemônicas é preferível ao de Estado hegemônico. Por Estado hegemônico se pode entender aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus interesses de toda ordem, de modo que sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem potência ou coalizão de potências que possa impedi-lo de agir [...] o conceito de estruturas hegemônicas de poder é o mais apropriado para abarcar os complexos mecanismos de dominação. É o mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta.” Ainda que Guimarães dê preferência ao conceito de estruturas, o presente trabalho parte do pressuposto de que a incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta não são ainda consolidados, e que, ainda que a potência utilize das estruturas hegemônicas, ela não deixa de ter como características elementos de uma hegemonia nos termos de Arrighi (2008).

¹¹² Arrighi (2008, p. 159) utiliza-se da definição de Gramsci de forma diversa do puro domínio, colocando que “[...] hegemonia é o poder adicional que advém a um grupo dominante em virtude de sua capacidade de guiar a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupo subordinados como a serviço de interesses mais gerais.”

motivos essenciais: o acirramento do que Brenner (1998) chama de “desenvolvimento desigual”, a intensificação da concorrência, e a empreitada militar no Vietnã. Ambos os primeiros denotam que a expansão da oferta mundial de dólares e crédito não foi acompanhada pela possibilidade de reciclar com segurança e lucratividade tal liquidez. Gilpin (1981, p. 29-32, tradução nossa) aponta que o primeiro feito se dá

[...] quando um Estado dominante torna-se o “modelo” a ser imitado por outros e, com isso, os atrai para sua própria via de desenvolvimento [...] Mas, na medida em que essa imitação obtém algum sucesso, ela tende a contrabalançar – e, portanto, a deflacionar em vez de inflacionar – o poder da nação hegemônica, fazendo surgir concorrentes e reduzindo o “caráter especial” que ela tem.

Deste cenário, e diante da perda de competitividade dos industriais norte-americanos, sobretudo diante dos japoneses e alemães, a drástica desvalorização do dólar foi usada como resposta à deterioração da balança de pagamentos dos Estados Unidos. Além disso, faz-se mister destacar que as políticas monetária e fiscal norte-americanas neste período de crise tendiam a repelir capitais que buscavam se acumular através de canais financeiros, o que criou condições de acumulação em escala mundial, primordialmente nos mercados financeiros de eurodólares. O crescimento destes mercados proveu aos especuladores cambiais um meio de manobra para “jogar contra” o sistema de câmbio fixo controlado pelos Estados Unidos¹¹³. Portanto, o que se pode denotar é o caráter paradoxal da política estadunidense, sobre o qual Arrighi (2008, p. 163-164) diz que

[...] o sucesso na equiparação cria novos concorrentes e a concorrência intensificada exerce pressão de baixa sobre o lucro das principais empresas. Na medida em que foi um resultado imprevisto do projeto da Guerra Fria, isso não constituiu apenas uma limitação, mas também uma contradição da política norte-americana.

¹¹³ Além do crescimento do mercado de eurodólares, com a crise de lucratividade houve também uma crise das empresas com integração vertical e administração burocrática, propiciando o surgimento de formas híbridas de negócios empresariais, ou seja, descentralizou-se a produção fora do domínio organizacional de forma que as empresas “[...] deixaram em nível mínimo os empregos permanentes (“centrais”) e deslocaram o máximo possível dos contingente (“periféricos”) para os extremos da rede, muitas vezes em localização geográficas diferentes” (ARRIGHI, 2008, p. 181). Tal transbordamento se deu principalmente para países do Leste Asiático, onde os custos de produção e de mão-de-obra eram mais baratos.

Não obstante, à crise de lucratividade somaram-se os efeitos da Guerra do Vietnã (1959-1975) no balanço de pagamentos dos Estados Unidos. O custo da guerra com a mobilização de equipamento militar e as despesas públicas a fim de superar a oposição interna à guerra – por meio do programa Grande Sociedade - contribuiu fundamentalmente para o arrocho do lucro e a pressão inflacionária do país. Em termos da geopolítica, a Guerra do Vietnã representou relativa rejeição, por parte das populações do que na época era rotulado de Terceiro Mundo, do *status quo* decretado por Yalta. E, sumariamente, o Vietnã tornou-se um símbolo tão importante não só por ter representado um golpe econômico contra a capacidade dos Estados Unidos em se estabelecerem como um poder economicamente dominante¹¹⁴, como também representou fundamental impacto sobre o prestígio norte-americano de peso político-militar, sendo que “o resultado foi que os Estados Unidos perderam boa parte de sua credibilidade política como polícia do mundo [...]” (ARRIGHI, 2008, p. 165), ou seja, já um fato que marca a dificuldade norte-americana em, utilizando-se de seus abastados recursos de poder, convertê-los em resultados preferidos.

O declínio do prestígio norte-americano atingiu ponto crítico no fim da década de 1970, com a Revolução Iraniana, o aumento do preço do petróleo, a invasão soviética do Afeganistão e a séria crise de confiança em relação ao dólar americano¹¹⁵. O primeiro ponto desgastou de forma significativa o governo Carter, devido à ação de fundamentalistas xiitas em Teerã, inclusive com a invasão da embaixada americana e a falha de tropas americanas em resgatar funcionários tomados como reféns. Quanto ao segundo, pode-se dizer que a continuidade intensificada da concorrência entre capitalistas e do esforço dos países de baixa e média renda no sentido da industrialização já haviam provocado aumento considerável no preço das matérias-primas antes de 1973. No entanto, diante da derrota dos Estados Unidos no Vietnã e da Guerra do Yom Kippur, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) impuseram um aumento, em poucos meses quadruplicado, no preço do petróleo bruto,

¹¹⁴ De acordo com Hobsbawn (1996), quando a Guerra Fria terminou, restava tão pouco da hegemonia econômica americana que mesmo a hegemonia militar não podia mais ser financiada com os recursos do próprio país.

¹¹⁵ Tais empreendimentos provocaram um ataque especulativo devastador à moeda americana, que ameaçou a posição do dólar como moeda de reserva internacional. Entretanto, acrescenta-se que no fim da década de 1970, o euro ainda não havia sido estabelecido, o marco alemão e o iene japonês estavam em rápida valorização e não tinham peso econômico suficiente, portanto, havia pouca alternativa viável ao dólar como moeda internacional. Arrighi (2008, p. 211) aponta que “a situação, hoje, é bem diferente. Os governos importantes ainda podem se dispor, em grande medida, a cooperar com o governo dos Estados Unidos para preservar o padrão-dólar. Mas essa boa vontade tem bases diferentes – e menos favoráveis aos Estados Unidos – das da década de 1980.”

objetivando proteger seus membros contra a depreciação do dólar. Obviamente, este primeiro “choque do petróleo” aprofundou a crise de lucratividade estadunidense, ajudada pelos gastos com a invasão do Afeganistão¹¹⁶.

Diante da crise de superprodução - que para Chesnais (1996) e Brenner (2003) se tornou crônica - e do que foi chamada de “estagflação” estadunidense, em 1973¹¹⁷ houve a reestruturação do sistema com a chamada contrarrevolução monetarista (de 1979 a 1982), ou seja, a reversão súbita da política monetária norte-americana, dada pelo abandono do sistema de taxas de câmbio fixas estabelecidas em Bretton Woods a favor do padrão dólar-flexível. Tal troca deu novo ímpeto à financeirização do capital, na medida em que parou de suprir o sistema com liquidez e passou a competir de forma mais agressiva pelo capital através de políticas de altas taxas de juros somadas a incentivos fiscais. Assim, a valorização forçada do dólar provocou o redirecionamento maciço do fluxo de capital para os Estados Unidos, o que fez com que os Estados Unidos “passassem de maior fonte de liquidez mundial e de investimentos externos diretos, como nas décadas de 1950 e 1960, para a maior nação credora e absorvedora de liquidez do mundo, desde a década de 1980.” (ARRIGHI, 2008, p. 155).

Era senso comum nos Estados Unidos a interpretação de que o ciclo de crescimento dos anos 1990, comparado ao desequilíbrio da União Européia e à estagnação do Japão, constituía-se prova irrefutável da reversão do processo de decadência e da recomposição da hegemonia econômica dos Estados Unidos. Em verdade, apesar de tal justificativa ter servido aos propósitos expansionistas da Casa Branca e em que pese o desenvolvimento desigual aparentemente ter beneficiado os Estados Unidos, dada a falsa exuberância, o declínio da liderança econômica continuou em curso e as causas deste processo, em vez de suavizadas ou removidas, foram aprofundadas¹¹⁸. Arrighi e Sylver (2001, p. 285) apontam:

[...] a vitória na Segunda Guerra Fria transformou os Estados Unidos na maior nação devedora. Desde então, a liberdade de ação dos Estados Unidos como principal protagonista da política mundial ficou sujeita a atemorizantes restrições financeiras, que a pretensa

¹¹⁶ O governo elevou os gastos militares vinculados à guerra no Afeganistão e no Iraque em 6% em 2001 e 10% em 2002 (BRENNER, 2006).

¹¹⁷ Política iniciada no último ano do governo Carter e implantada com vigor no governo Reagan.

¹¹⁸ A retomada econômica norte-americana da década de 1990, e a constante dependência da economia mundial em relação ao crescimento econômico dos Estados Unidos, basearam-se num aumento do endividamento externo norte-americano sem precedentes na história do mundo (ARRIGHI, 2008).

“retomada” econômica financeira norte-americana da década de 1990 pouco contribuiu para aliviar.

Alia-se a isto o fato de que “a prosperidade recém-descoberta baseava-se na transferência da crise de um conjunto de relações para outro. Era apenas questão de tempo até que a crise ressurgisse de forma mais problemática”, portanto, “o pior ainda estava por vir” (ARRIGHI, 2008, p. 171). De fato, os Estados Unidos reduziram os juros e ampliaram os créditos. Devido à baixa remuneração no centro do sistema, os capitais ávidos por valorização a sustentaram - boa parte por meio de especulação com ações, títulos e moedas das próprias economias periféricas - em certos mercados periféricos que passavam por um processo de reestruturação de dívidas externas e de abertura das economias nacionais ao encontro do receituário do Consenso de Washington¹¹⁹. Em curto prazo, expansões como estas tendem a estabilizar a ordem existente porque permite o “repasso” do fardo da intensificação da concorrência. Entretanto, em longo prazo, as expansões tendem a desviar o poder de compra do investimento para a acumulação e especulação, desestabilizando a ordem em vigor.

Destarte, tal quadro de dominância do capital financeiro delineou paulatinamente uma dinâmica econômica instável pautada em bolhas especulativas, cujas origens já haviam sido evidenciadas no âmbito da crise nas bolsas de valores em 1989 e do estouro da bolha imobiliária e financeira no Japão, que conduziram a recessão de 1990-1991 (CORSI, 2009). A valorização fictícia do dólar não resistiu por muito tempo, e a bolha especulativa da Nasdaq estourou em fins de 2000. A desvalorização do dólar que se seguiu entre 2001 e 2004, em vez de reduzir o déficit comercial norte-americano¹²⁰, fez com que batesse novo recorde de 617,7 bilhões de dólares. Nesse sentido pode-se referir que o déficit estadunidense em transações correntes aumentou desde 1990, quer em seus momentos de valorização, quer quando de desvalorização (ARRIGHI, 2008).

Ainda assim, houve recuperação de certo dinamismo a partir de 2003 da economia norte-americana, que se deu graças à formação de uma nova bolha especulativa imobiliária a partir da atuação do FED em reduzir também os juros norte-americanos de longo prazo. Já entre 2000 e 2003, as taxas de juros de longo prazo

¹¹⁹ Vale lembrar o tipo de política dos anos 1930 de *beggar-thy-neighbor* ("empobrece teu vizinho"), que tinha por instrumento usar tarifas alfandegárias a fim de aumentar a competitividade de produtos nacionais de exportação e, assim, reduzir os déficits da balança de pagamentos.

¹²⁰ Em 2002, o déficit era de US\$158 bilhões (GREENSPAN, 2008, p. 226).

vinham despencando – os juros dos títulos do Tesouro de dez anos caíram de 7% para menos de 3,5% (GREENSPAN, 2008, p. 221). Com a queda dos juros cobrados sobre as hipotecas, a demanda por imóveis se elevou principalmente pelo segmento *subprime*¹²¹. Como bem aponta Greenspan (2008, p. 223) “booms atraem bolhas”, e mesmo que o incremento do consumo tenha alavancado o crescimento da economia, deu-se a crise de liquidez (retração do crédito) no sistema financeiro em 2007, devido à alta taxa de inadimplência e às aversões ao risco, que levam investidores em ações a sair das Bolsas. Para Chesnais (2007), a crise aberta em agosto de 2007 foi uma crise anunciada. Em vista de não ter havido uma crise de proporções mais profundas, boa parte devido ao fato de processos, até então pouco visíveis, estarem tornando a dinâmica da economia mundial mais complexa - a emergência da China como um dos pólos de crescimento da economia mundial - Arrighi (2008, p. 212) disserta corretamente sobre a questão ao dizer que

Na verdade, a queda do dólar na década de 2000 é a manifestação de uma crise muito mais grave da hegemonia norte-americana do que a queda do dólar na década de 1970. Seja ela gradual ou violenta, é a manifestação (e o fator) da perda relativa e absoluta da capacidade dos EUA de manter a centralidade no interior da economia política global.

Para aquém das dificuldades monetárias, na tentativa de manter sua posição em relação à acumulação de capital, os Estados Unidos também expandiram e intensificaram militar e politicamente seu poder desde o decorrer da retração e da pretendida *belle époque*, quando a capacidade militar global concentrou-se de forma consolidada nas mãos do país. A partir de tal concentração como cenário internacional, os Estados Unidos promoveram longa série de confrontos militares depois da derrota no Vietnã, como a fuga do Líbano, depois do bombardeio da base de Fuzileiros Navais em Beirute. Também travaram guerras por procuração (Nicarágua, Camboja, Angola, Afeganistão e apoio ao Iraque na guerra contra o Irã) contra inimigos insignificantes (Granada e Panamá) ou em área em que a alta tecnologia do aparato norte-americano tinha vantagem absoluta (Líbia) (ARRIGHI, 2008).

Ainda, o país liderou a invasão militar a partir de tropas e aviões na Arábia Saudita na Guerra do Golfo (1990-1991) e, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), envolveu-se no Conflito do Kosovo (1996-1999). Além de a

¹²¹ Também chamado de crédito de segunda linha, o *subprime* refere-se ao segmento que engloba pessoas com histórico de inadimplência e que, por consequência, podem oferecer menos garantia de pagamento.

invasão do Kuwait por Saddam Hussein, na Guerra do Golfo¹²², ter criado a oportunidade para a mobilização dos Estados Unidos a fim de testar seu poder de fogo, Arrighi (2008, p. 190) denota que o Conflito do Kosovo pretendeu mostrar que “[...] o endosso prévio da ONU às ações policiais que os Estados Unidos resolvessem realizar era bem-vindo, mas dispensável. Bastava o endosso mais confiável da Otan”.

Tais características militares unilaterais estadunidenses foram reforçadas com a reação do governo George W. Bush (2001-2009) aos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, estes fortuitamente oferecidos como *casus belli* para o público norte-americano. Era a oportunidade esperada para que fosse implementada uma nova estratégia imperial, a qual Cheney, Rumsfeld e Wolfowitz¹²³ vinham elaborando e apoiando havia muito tempo: o Projeto para o Novo Século Norte-Americano¹²⁴. Tal projeto abriu caminho para promoção de uma política externa de “equilíbrio do terror”, na qual as invasões do Afeganistão e do Iraque (2003-2011) pretendiam ser os primeiros movimentos táticos dentro de uma estratégia de longo prazo que visava utilizar o poderio militar para impor o controle norte-americano sobre os principais centros de petróleo e, posteriormente, sobre a economia global durante outros cinquenta anos ou mais. Sendo assim, Osama Bin Laden lhes deu “o poder de mobilização popular e os alvos” (MANN, 2003, p. 9). Sobre o aspecto da política para o Novo Século Norte-Americano, Vigevani e Oliveira (2001, p. 71) assinalam que

[...] este novo perfil unilateral, agressivo e ofensivo na condução da política externa americana tem transformado a forma de os Estados Unidos exercerem sua liderança, tem gerado cada vez mais dificuldades para a manutenção de seu *soft power* e elevado a necessidade de intervenção através do *hard power*.

Mesmo com a afirmação cada vez maior do poderio militar dos Estados Unidos, já em 2005, não só o exército do país parecia incapaz de finalizar a empreitada no Iraque, como também passou a enfrentar uma falência de qualidade moral semelhante

¹²² A Guerra do Golfo, em 1991 - que resgatou um pouco da autoconfiança que os EUA haviam perdido na Indochina, no Irã e no Líbano -, foi inteiramente custeada por outros países “[...] demonstrou que os EUA já não dispunham dos recursos para financiar uma guerra que terminou em alguns dias.” (HOBSBAWM, 1994, p. 242).

¹²³ “Dick” Cheney era *running mate* de George W. Bush nas eleições de 2000, e foi eleito como 46º vice-presidente dos Estados Unidos. Donald Rumsfeld foi Secretário da Defesa dos Estados Unidos da América durante o primeiro mandato de George W. Bush. Paul Wolfowitz foi presidente do Banco Mundial entre 2005 e 2007, e é considerado, junto aos políticos supracitados, arquiteto da política externa dos Estados Unidos no governo Bush.

¹²⁴ Para detalhes sobre o Projeto para o Novo Século Norte-Americano, ver o site: [www.newamericancentury.org]. Acesso em 15/01/2014

ao ocorrido no Vietnã. Arrighi (2008) fala numa persistência da “Síndrome do Vietnã”, na medida em que, mesmo com a enorme força coativa estadunidense, pouca credibilidade internacional foi dada aos empreendimentos unilaterais norte-americanos – novamente, a dificuldade em converter seus recursos de poder em resultados preferidos. Em discurso, George W. Bush (2007) proferiu palavras que corroboraram com a sensação de “síndrome” em ter dificuldades de superar a resistência de um adversário militar comparativamente insignificante:

Ao contrário do que aconteceu no Vietnã, se retirássemos antes de o trabalho estar feito, o inimigo seguir-nos-ia até casa. E isso é porque, para a segurança dos Estados Unidos da América, temos de derrotá-los lá fora, para que não os tenhamos de enfrentar nos Estados Unidos da América¹²⁵.

Tal pronunciamento se deu num momento em que a deflação de credibilidade das políticas norte-americanas atingia seu clímax devido não só às investidas militares – que para Arrighi (2008, p. 199) “longe de ser o primeiro ato de um novo século norte-americano, muito provavelmente será o último ato do primeiro e único século norte-americano, o ‘longo’ século XX” –, mas também à escalada do déficit nas transações correntes do seu balanço de pagamentos. Este reflete a deterioração da posição competitiva das empresas norte-americanas em termos internacionais, as diversas recessões financeiras com repercussões globais¹²⁶ e a queda de credibilidade do dólar enquanto moeda de reserva internacional.

Adicionalmente, as políticas econômicas ditadas pelo “fundamentalismo de mercado” neoliberal da década de 1980 - estabelecidas na cartilha do Consenso de Washington¹²⁷ - falharam no Sul global, uma vez que o redirecionamento maciço do fluxo de capital para os Estados Unidos, provocado pela contrarrevolução monetária, reverteu o fluxo de capital que estava sendo recebido pelo Sul global, projetando-os

¹²⁵ “President Bush Attends Veterans of Foreign Wars National Convention, Discusses War on Terror”. *Kansas City Convention and Entertainment Center*, 22 ago. 2007. Disponível em: [<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/08/20070822-3.html>]. Acesso em 02/02/2014.

¹²⁶ Somam-se no mínimo seis crises: recessão de 1990-1991, México-1994, Sudeste Asiático-1997, Rússia/Brasil/Argentina-1998 e 1999, recessão 2001-2002 e crise da bolha imobiliária em 2007.

¹²⁷ O que se convencionou chamar de *Consenso de Washington* resultou de conclusões de uma reunião na capital dos Estados Unidos, em novembro de 1989, com a presença de funcionários do governo americano e dos organismos internacionais ali sediados: FMI, BID e Banco Mundial, todos especializados em assuntos latino-americanos. O encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, contou, também, com a presença de economistas da região, e tinha como objetivo avaliar os resultados das reformas econômicas já sendo executadas em alguns dos países representados.

num cenário de empréstimos, renegociações de altas dívidas e insolvência. Tal fato também colocou em xeque as políticas “desenvolvimentistas”, sobretudo na América do Sul, e implicou uma dependência crescente destes países em relação a instituições financeiras internacionais.

No sentido da percepção das contradições do que então se tornou um “Dissenso de Washington”, houve ascensão paulatina de governos considerados de esquerda na América Latina¹²⁸ – o chamado *giro a la izquierda* -, dotados de discursos progressistas, pró-integração latino-americana e de certa contraposição aos interesses dos Estados Unidos. Segundo Russel e Tokatlian (2008, p. 8, tradução nossa):

No final dos anos 1990, mudanças profundas na política venezuelana mostraram a vontade de um novo líder, Hugo Chávez, de ressuscitar uma estratégia de oposição aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, sem tanta estridência, outros países ampliaram seus espaços de resistência no que diz respeito às preferências norte-americanas, combinando diferentes formas de acomodamento e de oposição que colocaram em evidência uma diversidade regional em grande parte oculta nos anos 90.

Em contrapartida, certas regiões – Ásia, particularmente a China - puderam se beneficiar do redirecionamento do fluxo de capital, na medida em que apresentavam boa vantagem na concorrência pela participação na expansão da demanda norte-americana por produtos industriais de baixo preço. Isto se deu porque a melhora do balanço de pagamentos destas regiões reduziu a necessidade de competir com os Estados Unidos no mercado financeiro mundial e chegou a transformar algumas delas, inclusive, em credoras dos mesmos¹²⁹. De acordo com Arrighi (2008, p. 213), tal fato “talvez pareça em retrospecto, o maior fracasso do projeto imperial neoconservador: permitir que a China se torne o possível novo centro da economia política global”.

Nesse sentido, pode-se apontar que o sucesso dos Estados Unidos como potência hegemônica criou as condições para seu próprio declínio paulatino. Ao pressupor a liderança associada à “hegemonia”, repousada sobre a capacidade do grupo dominante de apresentar-se como portador de um interesse geral e de ser percebido assim, visualiza-se um cenário internacional no qual falta ao pretendido *hegemón* norte-

¹²⁸ Fazem parte deste hall países como Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Paraguai e Uruguai.

¹²⁹ Os financiadores mais importantes do déficit norte-americano em transações correntes foram os governos da Ásia oriental, que se dedicaram a compras maciças de títulos do Tesouro norte-americano e a acumular reservas em dólar.

americano a credibilidade de se fazer percebido pela comunidade internacional como um bom condutor do *sistema* de Estados. Arrighi (2008, p. 160) utiliza-se do termo “crise de hegemonia” para

[...] designar a situação em que falta ao Estado hegemônico dominante os meios ou a vontade de continuar conduzindo o sistema de Estados numa direção em geral considerada capaz de expandir não só seu poder, como também o poder coletivo dos grupos dominantes do sistema.

Para o autor, a crise de lucratividade, a “estagflação”, e os resultados da investida falha no Vietnã na década de 1970 figuraram como uma “crise sinalizadora” do declínio da hegemonia norte-americana. Dado que tais crises não foram de todo solucionadas, mas “remediadas” e até mesmo aprofundadas, pode-se ver atualmente os desdobramentos do que ele denota como “crise terminal” (2001-2008) de sua hegemonia.

2.2.1 A difusão do poder e a simbiótica relação sino-norte-americana

Ainda assim, os Estados Unidos permanecem dominantes no que tange ao poder político-militar do sistema internacional, configurando seu papel na arena internacional de “dominação sem hegemonia” (GUHA, 1992a, p. 231-232 *apud* ARRIGHI, 2008, p. 160). Tal situação é possível devido a uma originalidade geopolítica conjuntural: a descentralização de capacidades sistêmicas, ou seja, houve a bifurcação das capacidades político-militares e financeiro-econômicas concentradas em diferentes atores do cenário mundial. Assim, o controle dos meios coativos globalmente eficazes concentrou-se no ventre da hegemonia em declínio, e os meios econômicos e de trocas comerciais está cada vez mais concentrado em agentes de menor relevância militar e distantes dos centros tradicionais de poder do sistema mundial moderno. Como bem aponta Arrighi (2001, p. 287):

[...] diversamente das crises hegemônicas anteriores, a atual crise da hegemonia norte-americana concentrou ainda mais os recursos militares globais nas mãos do líder hegemônico em declínio e de seus aliados mais próximos. Tal como as crises anteriores, no entanto, ela deslocou os recursos financeiros globais para novos centros, dotados de uma vantagem competitiva decisiva nos processos de acumulação de capital em escala mundial. O centro hegemônico em declínio, portanto, fica na situação anômala de não enfrentar nenhum desafio

militar digno de crédito, mas de não dispor dos meios financeiros necessários pra resolver problemas de nível sistêmico que exigem soluções de nível sistêmico.

Wallerstein (2011) também está de acordo com tal preposição quando aponta que “[...] os Estados Unidos são hoje uma das menos estáveis entidades políticas no sistema-mundo [...] O declínio dos Estados Unidos não é o resultado de más decisões do seu presidente, mas de realidades estruturais no sistema-mundo¹³⁰”. De fato, quando se aponta para o modelo de Wallerstein (2011) quanto aos processos estruturais distintos que caracterizam as crises hegemônicas, a saber: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada dos conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder, percebe-se que estes estão sendo completados devido às transformações na política econômica do sistema mundial.

A intensificação da concorrência interestatal e interempresarial se dá através do desenvolvimento desigual dos novos *system-affecting states* e sua maior voz nas mesas de barganha internacional, e através da ação crescente e cada vez mais relevante de novos atores transnacionais no direcionamento da economia-mundo, sobretudo após a fragmentação da forma organizacional tradicional de empresas multinacionais. A escalada de conflitos sociais é ilustrada basicamente pelas empreitadas unilaterais norte-americanas na Ásia Ocidental, e suas interferências internacionais em prol da “Guerra ao Terror” e da disseminação de bases democráticas. Já a emergência de regiões da Ásia oriental, maiormente da China como essencial *global player* nas esferas da economia política internacional, e de países do Sul global – a exemplo dos BRICS-, consagra o surgimento de novas configurações de poder, o que vem a reforçar as **expectativas externas** de que a China venha a desempenhar não somente um papel de grande potência no cenário internacional, mas também de um **ator regional de status quo**, uma vez que se consolidem suas articulações de governança multilateral. No que tange a esta possível nova configuração, Arrighi (2001, p. 298) declara que:

Se o sistema vier a entrar em colapso será, sobretudo, pela resistência norte-americana à adaptação e à conciliação. E, inversamente, a adaptação e a conciliação norte-americana ao crescente poder

¹³⁰ WALLERSTEIN, I. As consequências para o mundo do declínio dos Estados Unidos. *Diário Liberdade*, 13 set. 2011. Disponível em: [http://diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=19499:as-consequencias-para-o-mundo-do-declinio-dos-estados-unidos&catid=100:outras-vozes&Itemid=21]..Acesso em 12/12/2017.

econômico da região do Leste da Ásia é condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial.

Nesse sentido, Kissinger (2005) também concorda que é do interesse dos norte-americanos cooperarem com a China na busca de um sistema internacional estável, e que “os Estados Unidos precisam entender que o tom intimidador evoca na China lembranças de uma arrogância imperialista e isso não é apropriado [...]”¹³¹, além do fato de os Estados Unidos poderem confiar nos mecanismos político-econômicos de caráter ocidental fundados por eles no pós-Segunda Guerra Mundial.

Num outro extremo, e partindo do pressuposto de que a emergência da China como grande potência se chocará com os interesses norte-americanos, Kaplan (2005) elabora uma estratégia para conter o poder chinês através de uma “coalizão de equilíbrio” sob o codinome Comando Norte-Americano do Pacífico (PACON), estabelecida entre os Estados Unidos e diversos países interessados em neutralizar a emergência chinesa, de forma a arremeter à série de impasses no estilo da Guerra Fria¹³².

Um estudo elaborado pelo *The Atlantic Council of United States* e pelo *China Institute of International Studies*¹³³, com o escopo de investigar as potencialidades do relacionamento sino-estadunidense, delineou três possíveis cenários futuros: a) “Deriva global e Erosão”, no qual se prevê a incapacidade de Estados Unidos e China em termos de cooperação e resolução dos temas de agenda internacional, e suas disposições em perseguir interesses estritamente nacionais e manter um status quo insustentável; b) “Mundo Soma-Zero”, no qual se sugere o aprofundamento ainda maior da crise econômica mundial iniciada em 2008 e conflitos militares diretos entre ambas as potências, numa conjuntura de forte contração de recursos; e c) “Revitalização Global e Cooperação”, cenário no qual se prevê o gerenciamento conjunto sino-estadunidense de questões de ordem global numa conjuntura de maior integração político-econômica, desenvolvimento de novas tecnologias, e estabilidade estratégica de prevenção de conflitos.

¹³¹ KISSINGER, Henry. China: Containment Won't Work. *The Washington Post*, 13 jun. 2005. Disponível em: [<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/06/12/AR2005061201533.html>] Acesso em 12/01/2017.

¹³² KAPLAN, Robert. D. How We Would Fight China, *The Atlantic Monthly*, jun. 2005. Disponível em: [<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2005/06/how-we-would-fight-china/303959/>] Acesso em 03/01/2014

¹³³ LI, Xiaoyu (Ed.). *China-US Cooperation: Key to the Global Future*. Beijing: China Institute of International Studies CIIS, 13 jan.2014. Disponível em: [http://www.ciis.org.cn/english/2014-01/13/content_6606656.htm]. Acesso em 20/01/2014.

É válido destacar que, nos Estados Unidos, a tendência a centrar-se na esfera de poder duro e coercitivo das relações internacionais é em parte um reflexo da cultura e das instituições políticas do país. Significa dizer que a maneira de analisar ameaças por parte de outro ator internacional e buscar resoluções bélicas para tal contexto é também reflexo de paradigmas tradicionais e históricos, e que não podem ser estendidos ou generalizados. Com efeito, a maior parte das teorias das relações internacionais se deriva indutivamente da experiência europeia dos últimos quatro séculos, período durante o qual a Europa era o lugar e o gerador de guerra, inovação, e riqueza (WALTZ, 2010). Devido ao foco nas super potências, ao tratar de entender as relações internacionais, estudiosos tem empregado usualmente conceitos, teorias e práticas derivadas da experiência europeia, e mais contemporaneamente experiências estadunidenses, para projetar e explicar a Ásia.

Estudiosos realistas mais pessimistas, como Kaplan (2005) e Mearsheimer(2010), tendem a inferir intenções de um ator internacional a partir de capacidades, e geralmente assumem a existência de certos princípios universalmente aplicáveis de conduta internacional: a China é uma potencia emergente; as potencias emergentes tendem a obter interesses em expansão e serem propensos à conduta assertiva ou agressiva; e, portanto, é muito provável que a China se comporte de maneira similar. Nesta perspectiva, potências emergentes tendem a perturbar frágeis equilíbrios e desestabilizar a ordem global, figurando como **atores geopolíticos desestabilizadores**. Como cada uma das teorias realistas enfatiza, em diferentes graus, a centralidade do equilíbrio de poder em suas posições sobre o conflito e guerra, a perspectiva de uma grande potência em ascensão é improvável que seja bem-vinda (LEVY; THOMPSON, 2011).

Todavia, nem todas as análises estão dispostas a seguir tal cadeia de racionalização até sua conclusão. Até mesmo aqueles que aceitem que o poder chinês está crescendo, e que creem que as potências emergentes tendem a estar insatisfeitas, não necessariamente creem que a China se comporte de uma maneira especialmente agressiva (XIAOXIONG, 2005; ZHENG, 2005, 2013, LARSON; SHEVCHENKO, 2010; BRESLIN, 2010). A ação agressiva não pode ser simplesmente uma função da capacidade potencial militar ou econômica da China, senão um reflexo das intenções subjacentes. Freeman (2010) argumenta que é importante considerar a China como ela é, não como os demais atores internacionais desejam ou temam que ela seja.

Como assinala Schweller (1993), as potências podem diferir na medida de sua insatisfação com o *status quo*, e, portanto, no âmbito de suas ambições. Algumas potências emergentes têm objetivos verdadeiramente revolucionários: em outras palavras, buscam sobrepor um sistema completo de normas internacionais e de instituições. Entretanto, outras podem ter objetivos mais modestos, que busquem ajustes marginais no *status quo* no lugar de mudanças fundamentais.

Diferentemente dos anos 1950 e 1960, a China de hoje não parece ser um poder revisionista fundamental. O governo central do PCC abandonou seu objetivo anterior de difundir o comunismo e, com efeito, já não é em si inerente à ideologia marxista-leninista-maoísta. As mudanças concretas no *status quo* que os líderes do Politburo chinês buscam são relativamente limitados: a integração de Taiwan com a China continental, a retificação de algumas fronteiras em disputa (Tibete, Xingjiang), e a aceitação por parte da comunidade internacional de suas pretensões nas partes do Mar do Sul da China. Se tais impasses puderem ser resolvidos pacificamente, a China poderia ingressar na fila de **“potencias satisfeitas” com o *status quo*** (BIATO JR., 2010).

Ademais, porta vozes chineses e muitos observadores estadunidenses da política chinesa afirmam que a China não tem uma história moderna de extensa conquista territorial e, com as poucas exceções assinaladas acima – que não são senão maneiras de manter sua tradicional e histórica influência e soberania-, não há nenhum desejo visível a expandir-se. Destarte, dado o fato de que sua economia depende fundamentalmente das boas relações comerciais com o Ocidente, a China prioriza atitudes mais suaves e pragmáticas baseadas na "coexistência pacífica", evitando conflitos com as potências ocidentais, especialmente Estados Unidos (YANG, 2013). Zhang (2009) destaca o aspecto de cultura “he-he” chinesa considerados como contexto filosófico desde Confúcio. São dois diferentes caracteres com a mesma pronúncia, enquanto o primeiro *hé* (和) refere-se a paz, benevolência, união e harmonia; o segundo *hé* (吓) significa combinação, união, inclusão¹³⁴. Na perspectiva do autor,

¹³⁴ É válido destacar a teoria de uma “ameaça chinesa” pode estar levando em conta um contraposto de cultura chinesa “he-he”, focando-se em outros dois ideogramas com a mesma pronúncia: *hè* (吓), referente ao ato de intimidar, ameaçar, amedrontar; e *hè* (嚇), que também significa amedrontar. Portanto, há duas perspectivas diferentes da cultura “he-he” chinesa: o sentido de cultura ameaçadora (吓嚇), e o sentido de cultura pacífica (和和).

Com doutrinação duradoura como tal, a inclinação a evitar conflito e realizar comprometimentos tem se tornado uma característica nacional da nação chinesa quando confrontada por outras nações. Julgando a partir da história e da cultura chinesas, e da história das relações internacionais da China em particular, é difícil imaginar que a China seria aquela [nação] que causaria hostilidade nas relações futuras sino-estadunidenses, ao menos que deliberadamente provocada. Portanto, somente se os Estados Unidos puderem tratar a China com mais respeito à sua soberania nacional, e na base da igualdade ao invés da tutela, as relações sino-estadunidenses melhorarão ao longo do tempo. E quanto melhor a relação que os Estados Unidos tiver com a China, *menos ameaça sentirão com relação ao status de grande potência que a China está prevista para atingir*, assim como não se sentem ameaçados pelos aliados europeus ocidentais (ZHANG, 2009, p. 231, grifo nosso)

Com efeito, a China lançou, em fevereiro de 2012, durante a visita do então Presidente Hu Jintao aos Estados Unidos para a quarta rodada do Diálogo Econômico e Estratégico China-EUA, o Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências (*New Model of Major Power Relations – NMMPR*), no qual reflete o intento chinês de transcender aos tradicionais modelos conflituais ocidentais de relacionamento entre grandes potências. Este novo conceito envolve tanto um processo de construção teórica como inclui considerações práticas, e não fica restrito ao relacionamento com os EUA, mas abrange demais potências tradicionais e potências emergentes. De acordo com o documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023*

Na década vindoura, a China não poupará esforços para estimular o desenvolvimento do NMMPR baseado na cooperação ganha-ganha com diferentes ênfases de acordo com as condições reais. Guiada por este princípio, a China tentará encontrar novos campos de cooperação com tais potências, lidar com litígios de maneira apropriada, e assegurar o desenvolvimento estável e a longo prazo de seus relacionamentos (SIIS, 2013, p. 4)

Perspectivas céticas em relação ao novo conceito de NMMPR consideram que a trajetória das relações bilaterais sino-estadunidenses continuarão a ser constringidas pelo arquétipo “nem amigo, nem inimigo”, dadas as enormes diferenças entre os dois países de sistema político, cultura e valores, enquanto mantém expressivos laços de interdependência econômica, trocas inter-sociais, bem como diversos desafios globais em comum (SHAMGBOUGH, 2013). Nesse sentido, a “competição” ou a “coexistência competitiva” moldariam o padrão temático acerca do futuro das relações China-EUA.

Para além da retórica diplomática chinesa e das considerações mais cétricas, a interdependência econômica já tem contribuído para criar um forte interesse comum entre as duas potências do Pacífico, de maneira que se pode mencionar uma “simbiose” das economias de Estados Unidos e China. Yang (2013) considera que simbioses internacionais não são novidade nas relações internacionais, entretanto a globalização em voga torna tais simbioses mais emergenciais e prováveis. Salvo alguma interrupção importante, as forças econômicas provavelmente seguirão limitando e amortizando qualquer tendência direcionada ao conflito direto.

Ironicamente, uma leitura profunda das relações entre Estados Unidos e China sugere que, ainda que a RPC não siga com os mesmos índices de crescimento, sua expansão econômica já estabeleceu uma interdependência mútua com os EUA, na qual a China recicla seu enorme superávit comercial para comprar a dívida estadunidense (GOODMAN, 2003). Nenhuma das partes pode facilmente desenredar-se destenexo de benefício mútuo interdependente. Diferentemente da Grã Bretanha no século XIX, a posição dos Estados Unidos como um importador líquido de capitais limita severamente seu potencial de influência política exterior (FERGUSON, 2002). Além disso, fatores não econômicos, tais como deficiências na organização, a educação, a formação, e o desenvolvimento doutrinal no aparelho militar chinês, também podem impedir a aparição da China como uma potência militar de primeira classe, mesmo com a proposta de modernização a partir do Terceiro Plenário do 18º Congresso Nacional do PCC.

Ademais, os custos potenciais de um conflito entre as duas potências, sobretudo tendo em conta que ambos possuem armas nucleares, devem igualmente ajudar a manter os impulsos competitivos dentro de limites e deixar ambos os lados cuidadosos em empreender qualquer curso que pudesse transcorrer em risco de um conflito direto. A nova composição do Partido Comunista chinês também pode contribuir para que as relações bilaterais não sejam direcionadas ao jogo de soma zero e ao enfoque *realpolitik* das relações com os Estados Unidos¹³⁵. Tal qual o caso da União Soviética

¹³⁵ A liderança e a composição de membros do Partido Comunista chinês tem refletido a evolução e os processos de mudança da China como um todo desde 1949. O PCC e seus quadros “estão se modificando de maneira a criar soluções criativas para problemas de governança política mais factíveis do que a reação violenta às mudanças sociais, como em 1989 [...] experiências locais de reforma política limitada estão criando um regime misto baseado na primazia no partido único, tradições mandarins, e eleições intra-partido, que serão democráticas em seus próprios termos, mesmo que não pelos padrões ocidentais.” (SMITH, 2003, p. 43). Além disso, o PCC evoluiu de um Partido baseado em atuação extra-institucional e em liderança carismática, para um Partido engajado na sucessão planejada e no processo ordenado de política. Isso significa afirmar que o mecanismo do PCC atual permite que seus próximos líderes e políticas planejadas prospectivas sejam mais facilmente visualizados e previsíveis (FORDE, 2011).

durante a época da perestroika, também neste caso as mudanças no pensamento e nas concepções de alto nível poderia ter um efeito estabilizante nas relações bilaterais sino-estadunidenses, ainda que não sejam acompanhadas de imediato por reformas políticas internas mais profundas e de longo alcance.

Também nesse sentido, Nye (2012) atenta para o fato de que projeções acerca das capacidades de recursos de poder de Estados Unidos e China devam ser ponderadas:

A China tem recursos de poder impressionantes, mas devemos ser céticos com respeito a projeções baseadas principalmente nos índices de crescimento atuais e na retórica política. Tanto na China quanto nos Estados Unidos, as percepções do outro país são pesadamente coloridas pelas lutas políticas internas, e há pessoas nos dois países que querem ver o outro como inimigo (NYE, 2012, p. 227)

De fato, o tema operante do relacionamento sino-americano tem sido a ênfase nas diferenças, com foco na competição estratégica, compartilhamento de desconfiança estratégica, e ocasionalmente, antagonismos sintetizados num “dilema de segurança” (FRIEDBERG, 2006). Para a China, tal versão de relacionamento arremete-se a raízes históricas do chamado de século da “Grande Humilhação” (巨大耻辱 – *jùdà chǐrǔ*) (1840-1949) sob as potências ocidentais. Nos Estados Unidos, a antipatia direcionada ao comunismo e ao autoritarismo chinês continua a motivar pesquisadores e subgrupos políticos norte-americanos, não obstante suas falhas em refletir as realidades do moderno Estado chinês.

Em resumo, quatro áreas devem ser consideradas quando se trata do relacionamento sino-estadunidense:

- i) Ainda que a economia chinesa por si mesma não determine sua força militar, assim mesmo limita suas opções. É prudente ter em conta que o PIB per capita da China é muito inferior ao dos Estados Unidos, e que o Partido Comunista tem de amparar, alimentar, vestir, e servir quatro vezes mais pessoas que os Estados Unidos – e ainda fazer frente às principais externalidades ambientais, ao envelhecimento da população, ao alto nível de corrupção e às crescentes demandas sociais (ETZIONI, 2013);
- ii) A modernização militar chinesa usualmente provoca a preocupação de que China esteja "atualizando-se". Ainda que seja certo que a China

tem aumentado o gasto militar, os pressupostos do EPL estão ainda muito atrás dos logros militares dos EUA e os gastos de defesa da China ainda são eclipsados pelos gastos dos Estados Unidos.

- iii) Existe um amplo consenso de que Estados Unidos já não podem dar-se ao luxo de firmar grandes guerras. Ademais, há que se notar que as ameaças mais urgentes à segurança dos Estados Unidos e as maiores exigências a este país no que tange à ordem internacional ainda concentram-se no Oriente Médio.
- iv) Por último, há que se considerar que qualquer que seja sua capacidade, as intenções da China são relevantes. A RPC mostra pouco interesse em impor sua ideologia a outras nações. Contrariamente, tem mostrado um grande interesse no fluxo de matérias primas e energia das quais sua economia depende, setor no qual poderia assegurar acordos com os EUA.

Na perspectiva de Arrighi (2008, p. 315) muitas das estratégias alarmistas propostas para determinar uma política externa estadunidense tangente à emergência da China,

[...] ignoram completamente a história chinesa e baseiam-se numa leitura bastante simplista da História ocidental. É claro que é necessário fazer uma leitura seletiva do passado para abrir caminho na grande muralha de incógnitas que cerca as possíveis consequências da ascensão da China.

Claramente, o renascimento da China é tanto produto de seu esforço particular em direção ao crescimento econômico – aproveitando as contradições da liderança hegemônica-, quanto da herança geohistórica do Leste da Ásia. Considerando o comportamento de poder chinês crescente no cenário internacional, passamos a seguir a ponderar sobre o que a liderança política chinesa tem lançado como seus objetivos primordiais no cenário internacional e como tem agido no sentido de resguardá-los.

3. Gerando resultados preferidos: o imperativo do desenvolvimento como pressão lateral

O documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023* deixa bem claro o escopo principal da articulação chinesa nos âmbitos doméstico e internacional: “Auto-reforço e autodesenvolvimento permanecerão prioridades para a China.” (SIIS, 2013, p. i). Quanto aos objetivos, fica então evidente que existem alguns requisitos básicos, persistentes, e fundamentais que a estratégia externa da China deve satisfazer. Estes incluem provisões para a defesa nacional e questões relacionadas com a soberania do Estado, mormente *estabilidade*.

A estratégia externa chinesa deve comportar os objetivos nacionais mais vitais e de longo prazo. Uma quantidade significativa de documentos oficiais do Politburo e de centros de pesquisa chineses é consistente em articular tais objetivos, que podem ser sintetizados em um único: a realização de uma forte, moderna, e próspera China. Expressões oficiais comuns deste objetivo incluem frases como “construir uma sociedade próspera em todos os sentidos” e buscar o estabelecimento de “um país moderadamente desenvolvido em 2020”¹³⁶. Zheng (2013, p. 18) ressalta que, se o governo central da RPC poderá ampliar oportunidades para transformar pressões – internas e externas – em ímpeto a fim de lograr o “grande objetivo” de construir uma sociedade próspera “em todos os sentidos”, dependerá da correta percepção de mudanças circunstanciais domésticas e internacionais, e do acerto nas ações que a China planeja tomar.

Esses objetivos de longo prazo têm sido mais ou menos consistentes ao longo de todo o processo de reforma e abertura inaugurado no Terceiro Plenário do 11º Comitê Central do PCC por Deng Xiaoping. Um claro exemplo desta percepção do cenário internacional foi a prioridade dada por Deng à esfera econômica, exatamente num momento em que se firmava o processo de globalização e que paulatinamente permitiria a ascensão da Ásia Pacífico – a China, sobretudo - como a mais dinâmica região do globo em termos de crescimento de fluxo comercial. O contexto internacional mudou drasticamente desde o início da era Deng, seja na geopolítica, seja pela

¹³⁶ Ver: *Full text of Resolution of the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China on the Revised Constitution of the Communist Party of China adopted at the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China*. Embassy of the People's Republic of China, 14 nov.2012. Disponível em: [<http://www.chinese-embassy.org.za/eng/zt/18thpartycongress/doc/t988976.htm>] Acesso em 12/04/2017.

internacionalização da economia chinesa; mas as estratégias externas ainda devem criar um ambiente internacional que suporte o continuado desenvolvimento chinês. Uma vez que a RPC apresenta interesses econômicos globais, também suas articulações políticas serão globais. Em outras palavras, a habilidade chinesa para atingir seus objetivos nacionais está agora irremediavelmente interligada com o sistema mais amplo internacional. Tal fato se reflete, por exemplo, no intento chinês em revelar aos demais atores no cenário internacional, conceitos tradicionalmente desenvolvidos, e atualizados, tangentes à percepção e à concepção das relações internacionais chinesas – o caso do “mundo harmonioso”.

Apesar de as diretrizes do governo central do PCC estarem também mais expostas às pressões dos demais atores internacionais, a emergência chinesa como *global player*, mormente devido à sua tração econômica, a beneficia de novas opções de política externa e a provê novas capacidades para a persecução de sua agenda externa e de seus resultados preferidos. A percepção do novo papel desempenhado pela China no cenário internacional é revelada pela frase incluída tanto no relatório do 17º Congresso do PCC (2007), quanto no Livro Branco de Defesa da RPC (2008): “A China não pode desenvolver isolada do resto do mundo, nem o mundo pode desfrutar prosperidade ou estabilidade sem a China¹³⁷”. É neste novo contexto que Beijing está empregando diversos elementos de poder nacional – comportamento de poder – na busca por seus objetivos nacionais.

3.1 Prioridade e imperativo do desenvolvimento chinês

Como já exposto anteriormente, a noção de componente “segurança” na concepção do governo central da RPC ampliou-se para além da esfera política e militar, e passou a abranger os mais variados temas econômicos e sociais que garantam a estabilidade interna do país. Na perspectiva de Swaine e Tellis (2000), o componente de segurança chinês se foca no delineamento de condições internacionais sob as quais o desenvolvimento doméstico possa proceder com a mínima interferência externa – daí os conceitos de respeito à soberania nacional e a não-ingerência no âmbito das

¹³⁷ Ver: Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on October 15, 2007. In: PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (PRC). Documents of the 17th National Congress of the Communist Party of China. Beijing: Foreign Language Press, 2007, p. 62. Disponível em: [<http://english.people.com.cn/90002/92169/>] Acesso em 12/05/2017; PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (PRC). China’s National Defense in 2008. Information Office of the State Council of the People’s Republic of China. Beijing: State Council Information Office, jan. 2009. Disponível em: [http://english.gov.cn/official/2009-01/20/content_1210227.htm] Acessado em 12/05/2017.

organizações de governança global -, e o máximo suporte externo – daí o conceito de “desenvolvimento pacífico”, “mundo harmonioso”, e a busca por parcerias de “benefício mútuo”. Para os autores,

A noção de estratégia “calculista” [...] é uma perspectiva pragmática que enfatiza a primazia do crescimento interno e estabilidade, o estímulo a relações internacionais amistosas, a relativa retração no uso de força combinada com esforços crescentes para criar um moderno [aparato] militar, e a contínua procura por ganhos assimétricos internacionalmente. (SWAINE; TELLIS, 2000, p. 97-98, tradução nossa)

Porque a RPC tem, tradicional e reveladamente, profunda consideração no que tange à soberania nacional, e pretende manter a integralidade do que o governo central do PCC considera como seu território – incluindo Taiwan, Tibet, Xinjiang e Ilhas Diaoyu – através do princípio de “uma só China” (*yīgè zhōngguó yuánzé*-一个中国原则), o aumento do aparato militar chinês de fato tem aumentado. Os gastos com a defesa têm crescido, desde o início da década de 2010, a taxas de 12% ao ano. A China elevou os gastos militares em mais de 10% a cada ano durante a maior parte da década passada, sob a alegação de que sua tecnologia tem entre 20 e 30 anos de atraso em comparação com a dos Estados Unidos. O governo central da RPC anunciou, em março de 2014, que para tal ano há a intenção de aumentar o orçamento de defesa em 12,2%, chegando a CN¥808,2 bilhões (US\$ 131,6 bilhões)¹³⁸. Os números indicam que o Politburo chinês está atento não só às disputas territoriais com o Japão e países do Sudeste Asiático e à maior presença dos EUA na região da Ásia Pacífico, mas também à possibilidade de inquietação popular.

O documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023* afirma que “a força nacional abrangente da China continuará a crescer, e sua interação com a comunidade internacional atingirá nível recorde” (SIIS, 2013, p. i). Pode-se intimamente relacionar a “força nacional abrangente” com o conceito de “poder nacional abrangente” (PNA) já exposto nesta pesquisa. Ambos os termos encapsulam elementos de poder estatal, incluindo capacidade econômica, força militar, e diplomacia. Os líderes do Politburo antecipam que a expansão bem sucedida do PNA chinês servirá aos **objetivos estratégicos chineses**: *garantir a perpetuação do Partido Comunista Chinês (PCC), sustentar o crescimento e o desenvolvimento econômico, manter*

¹³⁸ MARTINA, Michael; TORODE, Greg. China ampliará gasto militar em meio a tensão na região. *Reuters*, 05 mar.2014. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPEA2402M20140305> Acesso em 15/04/2017.

estabilidade política doméstica, e defender a soberania nacional e a integridade territorial.

Ainda que o tema tangente a Taiwan continue a ser pontual na agenda de modernização militar chinesa, o governo central investe também em programas militares delineados para a projeção de poder e operações em novos domínios de segurança, como espaço cibernético e eletrônico. Adicionalmente, a necessidade de assegurar o comércio, particularmente o suprimento energético proveniente do Oriente Médio, e proteger os investimentos em recursos estratégicos energéticos na Ásia Central, providenciam igual incentivo para o investimento na esfera militar.

Entretanto, apesar do aumento nos gastos militares chineses de US\$ 85 bilhões em 2008 para expressivos US\$ 188 bilhões em 2013, e das proposições alarmantes quanto a uma possível “ameaça chinesa” (KAPLAN, 2005), os gastos norte-americanos ainda estão muito à frente dos chineses. Os EUA depreendem US\$640 bilhões em despesas militares, valor que significa 37% dos gastos militares em todo o mundo – a China representa 11% apenas. Dados do *Stockholm International Peace Research Institute*(SIPRI) revelam que os gastos militares dos EUA somam, sozinhos, quase tudo quanto os demais países aplicam no setor. O que também representat três vezes mais do que a China gasta, seu mais próximo seguidor (SIPRI, 2013).

Tabela 5- Participação dos países permanentes do CSNU nas despesas militares mundiais 2008/2013 (US\$ bilhões e %)

	País	US\$ bilhões	Participação nas despesas mundiais	Porcentagem no PIB doméstico
2008	Estados Unidos	607	41%	4%
	China	85	6%	2%
	França	65	4,5%	2,3%
	Reino Unido	65	4,5%	2,4%
	Rússia	58	4%	3,5%
	Total (5 países)	875	60%	-
2013	Estados Unidos	640	37%	3,8%

China	188	11%	2%
França	61	3,5%	2,2%
Reino Unido	57	3,3%	2,3%
Rússia	87	5%	4,1%
Total (5 países)	1033	59,8%	-

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *SIPRI Military Expendure Database 2008/ 2013*. Disponível em: [http://www.sipri.org/googlemaps/milex_top_15_2013_exp_map.html] Acesso em 15/05/2017. Elaboração própria.

A Tabela mostra que a China tem empenhado esforços com despesas militares maiores que os demais países membros permanentes do CSNU, apesar de constar como segundo no ranking da SIPRI (2013). Se em 2008 a RPC participava com 6% dos gastos totais mundiais no setor, em 2013 essa participação aumentou para 11%. Considerando um período mais amplo, entre 2004 e 2013 a China apresentou aumento de 170% nos gastos militares. Contrariamente, os Estados Unidos, além de diminuir os gastos com defesa como porcentagem do PIB doméstico (4% para 3,8% entre 2008 e 2013), diminuiram seus gastos militares como porcentagem dos gastos mundiais no setor (de 41% em 2008 para 37% em 2013). Vale destacar que, para a parte chinesa, o crescimento exponencial do PIB neste período (passou de US\$ 4,3 trilhões em 2008 para US\$ 9,3 trilhões em 2013) permitiu que os gastos em defesa fossem aumentados significativamente sem que a porcentagem de gastos em relação ao PIB doméstico chinês fosse alterada (2% em 2008 e em 2013). Isto significa dizer que os logros econômicos empreendidos pela RPC, mormente a partir de suas exportações, possibilitaram o incentivo à modernização militar chinesa.

Da Tabela depreende-se, além do aumento dos gastos chineses no setor militar mesmo que os Estados Unidos permaneçam na liderança do ranking, também a forte concentração do poder militar em poucos países, dado que apenas os cinco países membros permanentes do CSNU representam 60% do gasto mundial em defesa, sendo que só os Estados Unidos representam 37% deste número.

De maneira contrária, a tendência para a participação dos países na produção mundial (PIB mundial) é de desconcentração e de aumento da participação de países

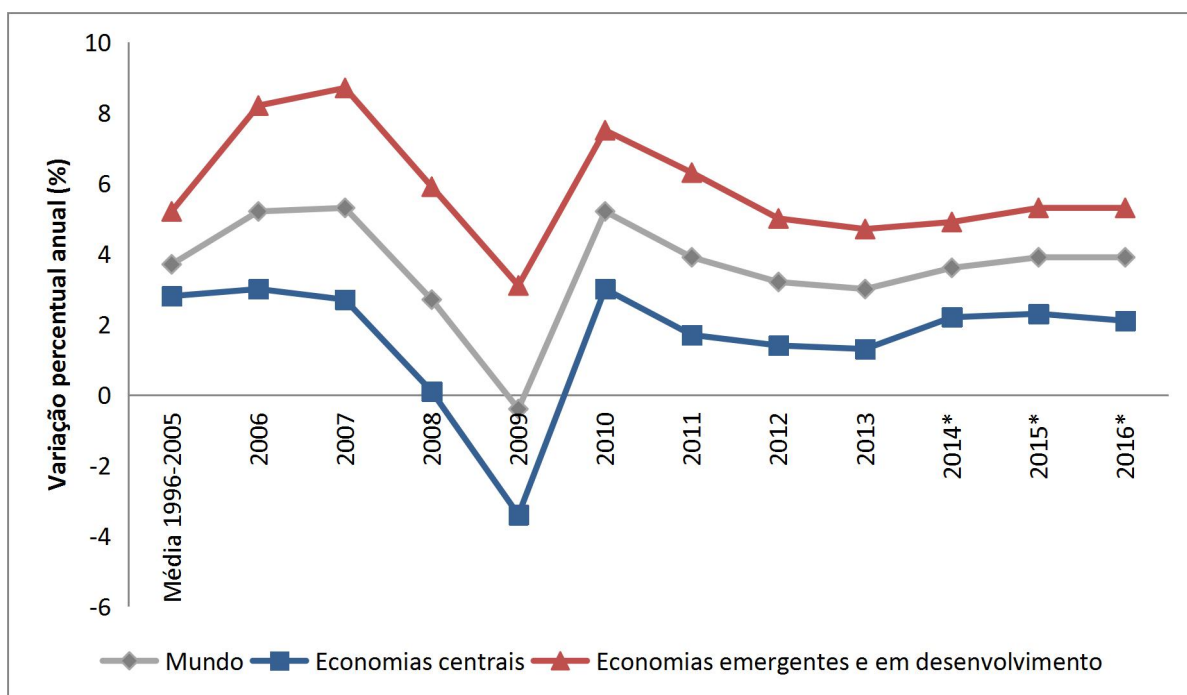
emergentes¹³⁹. Segundo o Novo Relatório da CIA para 2025, “os EUA estarão na posição de ser um entre vários atores importantes no palco mundial, apesar de continuar a ser o mais poderoso individualmente.¹⁴⁰” A atuação mais significativa de países emergentes na produção mundial, tendência percebida desde o início do século XXI, foi acentuada após a crise financeira internacional de 2008, que atingiu de maneira mais profunda os Estados Unidos e os países da Eurozona, levando-os ao refreamento econômico.

Os países emergentes já provêm mais de 50% do crescimento econômico global, 40% dos investimentos globais e exportações de bens para tais mercados representam, em média, 3% do PIB nas economias centrais – entre 1992 e 2002 esta taxa era de apenas 1,6% (NIC, 2012; IMF, 2014). As economias emergentes são agora muito maiores e mais integradas aos mercados comerciais e financeiros mundiais, fato que aumentou a exposição das economias avançadas para estas economias. Logo, o crescimento sustentado da economia global estará cada vez mais anexo ao padrão de crescimento e os *modi operandi* das economias emergentes vis-à-vis as economias centrais tradicionais. Dado o fato de que a China é – e faz questão de enfatizar tal fato como uma auto-imagem identitária - o maior país em desenvolvimento, o cenário internacional passa a apresentar **expectativas** com relação a um papel de **ator econômico-financeiro estabilizador** do sistema.

¹³⁹ Consideram-se como economias emergentes a partir de comparação de lista de IMF (2012): Brasil, Argentina, Chile, China, Colômbia, República Checa, Israel, Egito, Paquistão, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, México, Peru, Filipinas, Vietnã, Rússia, África do Sul, Taiwan, Tailândia, Turquia e Emirados Árabes Unidos.

¹⁴⁰ NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (NIC). *O Novo Relatório da CIA: como será o mundo amanhã*. Trad. Claudia Blanc. 1.Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

Gráfico 1- Taxa de Crescimento de Economias Centrais e Emergentes na Produção Mundial 1996-2016

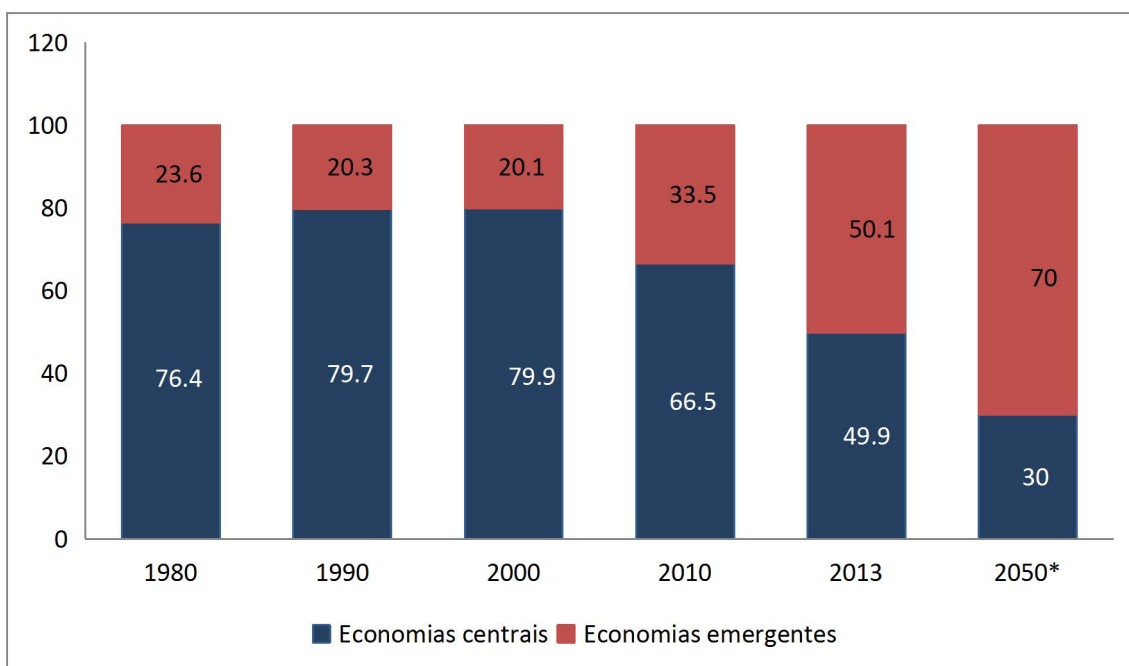


(*) Estimativa

Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World Economic Outlook: Recovery Strengthens, Remains Uneven*. IMF, abr.2014. Disponível em: [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/pdf/text.pdf] Acesso em 15/06/2017. Elaboração própria.

O Gráfico (1) destaca o crescimento do PIB das economias emergentes e em desenvolvimento maior que a média de crescimento mundial e que as economias centrais entre os anos de 1996 e 2013, e – dada a época das pesquisas - projeções para o crescimentos das mesmas nos três anos seguintes. Vale destacar a disparidade entre as taxas de crescimento de tais economias no ano imediatamente posterior (2009) à deflagração da crise financeira internacional. Enquanto as economias centrais experimentaram crescimento negativo de -3,4%, as economias emergentes cresceram 3,1% em relação ao ano anterior, mesmo apresentando queda em relação ao crescimento de 5,9% apresentado em 2008. Este crescimento foi impulsionado pela expansão das exportações e dos fluxos comerciais entre as próprias economias emergentes e em desenvolvimento (comércio Sul-Sul). O comércio entre tais países cresceu de US\$ 300 milhões em 1990 para US\$ 1,3 trilhão em 2013. Assim, a participação percentual desses países na produção global tem crescido exponencialmente, futuramente ultrapassando o percentual das economias centrais (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Participação de Economias Centrais e Emergentes na Produção Global 1980-2050 (%)



(*) Estimativa de DADUSH, Uri B.; SHAW, William. *Juggernaut: How Emerging Markets are Reshaping Globalization*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2011.

Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World Economic Outlook: Recovery Strengthens, Remains Uneven*. IMF, abr.2014. Disponível em: [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/pdf/text.pdf] Acesso em 15/05/2017. Elaboração própria.

Tal crescimento verificado, sobretudo no pós-crise, pode ser dedicado a quatro relevantes elementos que o impulsionam: i) o fator de produtividade das economias emergentes tendem a avançar de 1% a 4% mais rápido em comparação às economias avançadas, na medida em que absorvem tecnologias mais avançadas; ii) investem uma parte maior de suas rendas – 27% em comparação com 20% nas economias avançadas na última década; iii) a força de trabalho nas economias emergentes crescem entre 1% e 2% mais rápido que nas economias centrais; iv) a taxa de câmbio de tais países tendem a apreciar em termos reais (ao refletir o rápido crescimento da produtividade), aumentando o poder de compra nos mercados globais (DADUSH; SHAW, 2011).

No que tange à distribuição de poder, o documento *Global Trends 2030*, publicado pelo *National Intelligence Council* (NIC), infere a sua maior difusão num mundo multipolar como cenário:

Em 2030, nenhum país – seja EUA, China, ou qualquer outra grande nação – será uma potência hegemônica. O empoderamento de individuais e a difusão de poder entre estados e de estados para redes

informais terão um impacto dramático, largamente revertendo a ascensão histórica do Ocidente desde 1750, restaurando a força da Ásia na economia global, e inaugurando uma nova era de “democratização” a nível internacional e doméstico(NIC, 2012, p. iii).

Para a atual análise da concentração de poder econômico o informe anual do Banco Mundial utiliza-se da regra de Pareto conhecida como regra 20/80¹⁴¹. Tal critério estatístico, aplicado a uma estrutura internacional, permite sustentar que uma minoria de países ostenta a maior quantidade de poder econômico, enquanto que a grande maioria somente possui parte menor deste poder. Assim, diferenciam-se as grandes, médias e pequenas potências¹⁴². Segundo o princípio de Pareto, 20% das unidades mensuradas pelo Banco Mundial deveriam representar 80% da produção mundial, e, se repetido o critério, obtém-se a distinção entre grandes e médias potências. Com efeito, a soma do PIB das grandes e das médias potências alcança os 80% da produção mundial, mas essas potências não representam 20% das unidades contabilizadas, como se propõe o princípio de Pareto.

Disto se depreende que a concentração do poder econômico foi acentuada desde a metade da década passada, dado o fato de que mais países foram incorporados ao oligopólio das grandes potências econômicas. A Tabela 7 mostra que, se entre 1989 e 2004, 14 unidades (países), entre potências grandes e médias, alcançaram 80% da produção mundial, de 2005 a 2009 foram necessárias 16 economias para somar esse montante, e atualmente são necessárias 23 economias para alcançar tal porcentagem de produção mundial (Tabela 7).

Tabela 6- Posição de Grandes e Médias Potências, segundo PIB a preço corrente 1989-2013

Grandes	1989	1999	2005	2009	2013
----------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

¹⁴¹ O italiano Vilfredo Pareto, em 1906, desenvolveu tal princípio a partir de sua observação de que 80% das terras italianas eram possuídas por 20% da população. Matematicamente, quando algo é compartilhado entre um número suficientemente grande de participantes, deve haver um número k entre 50 (no caso de distribuição igualitária) e 100 (o menor número de participantes possui a totalidade dos recursos), tal que: k% é possuído por (100-k%) dos participantes (REED, 2001).

¹⁴² O “critério de Pareto” foi utilizado em diversos estudos relativos à estratificação internacional ao longo da última década. Ver: OVIEDO, Eduardo. China + el G-7. *Centro de Estudios Internacionales para el Desarrollo*, Vol. 4, N° 15, 2004.

Potências	1.EUA	1.EUA	1.EUA	1.EUA	1.EUA
	2.Japão	2.Japão	2.Japão	2.Japão	2.China
	3.Alemanha	3.Alemanha	3.Alemanha	3.China	3.Índia
	4.França	4.Reino Unido	4.China	4.Alemanha	4.Japão
	5.Itália	5.França	5.Reino Unido	5.França	5.Alemanha
	6.Reino Unido	6.Itália	6.França	6.Reino Unidos	6. Rússia
	7.Canadá	7.China	7.Itália	7.Itália	7.Brasil
				8. Brasil	8.Reino Unidos
				9. Espanha	9.França
					10.México
					11.Itália
	Total Grandes Potências 66%	Total Grandes Potências 68%	Total Grandes Potências 63%	Total Grandes Potências 64,3%	Total Grandes Potências 64,9%
Potências Médias	8.Rússia	8.Canadá	8.Espanha	10.Canadá	12.Coréia do Sul
	9.Brasil	9.Brasil	9.Canadá	11.Índia	13.Canadá
	10.Espanha	10.Espanha	10.Índia	12.Rússia	14.Espanha
	11.China	11.Coreia do Sul	11.Brasil	13.Austrália	15.Indonésia
	12.Austrália	12.México	12.Coreia do Sul	14.México	16.Turquia
	13.Índia	13.Rússia	13.México	15.Coreia do Sul	17.Austrália
	14.Holanda	14.Holanda	14.Rússia	16.Holanda	18.Arábia Saudita
			15.Austrália		19.Irã
			16.Holanda		20.Taiwan
					21.Polônia
					22.Argentina
					23.Holanda
	Total Médias Potências 14%	Total Médias Potências 15%	Total Médias Potências 17%	Total Médias Potências 15,7%	Total Médias Potências 15,1%
Oligopólio grandes economias	80%	83%	80%	80%	80%

Quantidade total de unidades	165 unidades listadas (20% = 33 unidades)	182 unidades listadas (20% = 36 unidades)	184 unidades listadas (20% = 37 unidades)	192 unidades listadas (20% = 38 unidades)	186 unidades listadas (20% = 37 unidades)
-------------------------------------	---	---	---	---	---

Fonte: WORLD BANK (WB). World Development Indicators, *World Databank* 1990/2014. Disponível em: [<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx?isshared=true>] Acesso em 16/05/2017. Elaboração própria.

A China passou da décima primeira colocação em 1989 para a sétima em 1999, momento em que passou a integrar as grandes potências. Posteriormente, ascendeu à quarta posição do ranking do Bando Mundial em 2005, e à terceira posição em 2009, superando economias como Reino Unido, França, Itália, e Alemanha. Finalmente, em 2013, a China figura como a segunda economia mundial, passando o Japão, e atrás somente dos Estados Unidos. É de suma relevância destacar que a tendência de desconcentração de poder econômico, impulsionada grandemente pela crise internacional de 2008, é também resultado da maior multipolarização econômica no cenário internacional, situação não verificada no setor militar anteriormente analisado. Revela-se, a partir daí, a *capacidade de percepção e de capitalizar tendências* – elementos cruciais para a conversão de recursos de poder em estratégias efetivas segundo Nye (2012) - do contexto mundial do governo central da RPC de que seus recursos econômicos ganham ainda mais destaque estratégico para a consecução de suas prioridades domésticas, já que a possibilidade de aumento de seu PNA através da via econômica esta mais facilitada e viabilizada do que a militar.

Além disso, na visão chinesa, ainda que os Estados Unidos tenham grandes recursos de poder, sua política externa apresenta três grandes déficits trazidos pelo crescente fosso entre seus interesses estratégicos e sua atual capacidade – ou incapacidade - e habilidade para a persecução dos mesmos. O primeiro é o déficit estratégico: falta aos Estados Unidos uma perspectiva sistemática e integrada que possa comandar suas políticas. Em outras palavras, há falta de planejamento agregado e claro na busca dos interesses estadunidenses. O segundo é o déficit de liderança: quanto mais os Estados Unidos intentam assegurar sua influência internacional, mais sua liderança é questionada, sobretudo no que tange aos temas de segurança com vistas aos resultados no Oriente Médio. O terceiro déficit é o de confiança: potências regionais estão hoje mais relutantes em estabelecer seus interesses da agenda internacional de acordo com os Estados Unidos, procurando diversificar parcerias internacionais, assim, a base de

credibilidade política norte-americana se esvai (YE, 2013), abrindo espaço para a credibilidade econômica chinesa.

Tal percepção assimila a consideração de que, mesmo que uma análise de poder se concentre em agentes ou atores particulares, pode-se inferir que um ator “tem poder” sem especificar “para fazer o quê” (NAGEL, 1975), ou seja, pode-se deter os recursos de poder, sem saber aplicá-los num comportamento de poder eficaz. Além disso, num sistema internacional interdependente, a primeira face do poder, que se constitui em usar ameaças ou recompensas para mudar o comportamento de outros atores contra suas preferências e estratégias iniciais (NYE, 2012), não se mostra de todo eficaz, sobretudo diante do fato de que há mudanças fundamentais na distribuição de poderes nacionais, como também mudanças na natureza desse poder, sendo ele hoje muito mais multifacetado e amorfo. Destarte, a eficiência de um comportamento de poder tem sido uma função de posicionamento e percepção, enredamento, habilidade diplomática, e comportamento construtivo no cenário internacional. Aspectos tais que o governo central da RPC tem elencado como parte integrante de política externa para gerar resultados preferidos.

Os Estados Unidos, que para Nye (2012, p. 41) “a tendência para se concentrar na primeira face do poder é em parte um reflexo da cultura política e das instituições do país”, continuam com a primazia em recursos de poder, mas não logram converter seus recursos em resultados preferidos, mesmo que o poder militar continue sendo um componente crucial de poder na política mundial. O descrédito do Estado de bem-estar social teve início na guerra do Vietnã, na qual os Estados Unidos não lograram prevalecer mesmo com a enorme mobilização de seu aparato militar e o comparativamente insignificante aparato militar adversário, além de neste período terem perdido relativamente o controle do sistema monetário mundial a partir de sua crise fiscal. Posteriormente, verifica-se tal ineficiência na desastrosa experiência no Iraque, no descrédito das políticas de “guerra ao terror” e das iniciativas unilaterais estadunidenses, e claramente na queda econômica ilustrada pela crise financeira iniciada com os *subprimes* em 2008. Arrighi (2008) apresenta um exemplo pontual do ineficaz comportamento de poder dos Estados Unidos:

A incompetência e a irracionalidade motivada pela ideologia são explicações comuns e às vezes plausíveis para os muitos casos de comportamento incompreensível do governo Bush. No entanto, travar a Guerra do Afeganistão “bem baratinho”, sem correr o risco de haver

baixas na caçada a Bin Laden, foi uma opção perfeitamente racional se o objetivo da Guerra ao Terror era não apenas capturar terroristas, mas também refazer a geografia política da Ásia ocidental na busca de um novo século norte-americano (ARRIGHI, 2008, p. 191)

Para este caso, não só os Estados Unidos não lograram uma iniciativa bem sucedida de um “novo século norte-americano” na Ásia¹⁴³, como também abriram espaço para que a China, com um poder de atração econômica maior, realizasse seu comportamento de poder para gerar resultados preferidos na região: garantir suprimentos de recursos energéticos estratégicos a partir do Afeganistão, inclusive investindo na infra-estrutura local para que tal fluxo comercial seja facilitado, como já exposto posteriormente nesta pesquisa¹⁴⁴.

Isso significa que, se determinado conjunto de recursos produz ou não resultados preferidos, depende do comportamento do ator em determinada contextualidade. O ressurgimento da China como um ator global dominante destaca ambigüidades de longa data no pensamento norte-americano sobre o que constitui a segurança nacional.

O próprio Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos declarou que a utilidade da força militar está declinando no século XXI (NIC, 2008). Isto principalmente porque a capacidade de destruição dos arsenais nucleares tornou a guerra demasiadamente onerosa, tanto no que tange às despesas quanto aos valores morais, e inviável. Assim, embora o poder coativo ainda permaneça como instrumento de influência e de política internacional, não é o único nem o mais eficaz para gerar resultados preferidos num contexto internacional de distribuição de poder, de prioridade para temas de cunho econômico, e de interdependência complexa no sistema internacional. Nesse sentido, Arrighi (2008) faz um questionamento reflexivo acerca da estratégia chinesa em utilizar-se de sua força econômica para buscar seus interesses nacionais:

Não seria do máximo interesse da China, em primeiro lugar, deixar os Estados Unidos se exaurirem em termos militares e financeiros numa guerra interminável ao terror; em segundo lugar, enriquecer com o

¹⁴³ Harvey (2005) considera a adoção do Projeto para o Novo Século Norte-Americano, no governo Bush, como abordagem de alto risco para manter a hegemonia norte-americana nas atuais condições globais de integração criadas a partir da acumulação de capital no fim do século XX.

¹⁴⁴ Ver: PETERSEN, Alexandros. China's Strategy in Afghanistan. *The Atlantic*, 21.mai.2013. Disponível em: [<http://www.theatlantic.com/china/archive/2013/05/chinas-strategy-in-afghanistan/276052/>] Acesso em 12/05/2014; HAROONI, Mirwais. Top official says Chinese security depends on Afghan stability. *Reuters*, Kabul, 22.fev.2014. Disponível em: [<http://www.reuters.com/article/2014/02/22/us-afghanistan-china-idUSBREA1L0D720140222>] Acesso em 30/04/2017.

fornecimento de bens e de crédito a uma superpotência norte-americana cada vez mais incoerente; e, em terceiro lugar, usar a expansão de seu mercado nacional e de sua riqueza para conquistar aliados (inclusive algumas grandes empresas norte-americanas) na criação de uma nova ordem mundial centrada na China, mas não necessariamente militarmente dominada por ela? (ARRIGHI, 2008, p. 320)

Para a RPC, a manutenção do crescimento de sua economia é, simultaneamente, uma prioridade e um imperativo. Do sucesso de suas políticas depende o equilíbrio das forças dentro do Partido Comunista Chinês (PCC) e da nova liderança do Politburo, que ascendeu ao governo em novembro de 2012, bem como a estabilidade social e a continuidade do regime. Afinal, o acelerado crescimento econômico chinês dos últimos 35 anos, com média de 9% ao ano, causou transformações profundas, especialmente, no plano social e econômico¹⁴⁵.

No que tange ao plano social, desde o início das reformas no final da década de 1970, mais de 700 milhões de chineses foram retirados do estado de miséria e integrados ao mercado consumidor chinês com um razoável poder de consumo. A abundante população do oeste do país, ano após ano abandona suas atividades agrícolas e se incorpora como força de trabalho assalariada na indústria da região costeira. O resultado das reformas, sobretudo após a criação das Empresas de Aldeias e Municípios (EAMs), foi o crescimento explosivo da força de trabalho rural envolvida em atividades não agrícolas: de 28 milhões de pessoas em 1978 para 200 milhões em 2009 (aproximadamente a metade da população rural), somado à diminuição da população rural chinesa como um todo (Tabela 8).

Tabela 7- Composição da população chinesa por residência 1978-2013 (%)

Ano	1978	1982	1990	2000	2001	2011	2012	2013
Residentes urbanos	17,90%	21,10%	26,40%	36,20%	49,90%	51,27%	52,57%	53,73%
Residentes rurais	82,10%	78,90%	73,60%	63,80%	50,10%	48,73%	47,43%	46,27%

Fonte: National Bureau Statistics of China (NBSC). *Statistical Communiqué of the People's Republic of*

¹⁴⁵ Agarwala (2002) recorda que o sucesso das reformas chinesas pode ser, em parte, atribuído ao não abandono do gradualismo no que se refere à aceitação de referências ocidentais: “Talvez a China seja o melhor exemplo de país que deu ouvidos aos conselhos estrangeiros, mas tomou decisões em função de suas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas. [...] Seja qual for a base do sucesso da China, com certeza não foi a adoção cega das políticas de Washington. A reforma com ‘características chinesas’ foi o traço que definiu o processo reformador da China” (AGARWALA, 2002, p. 86-89).

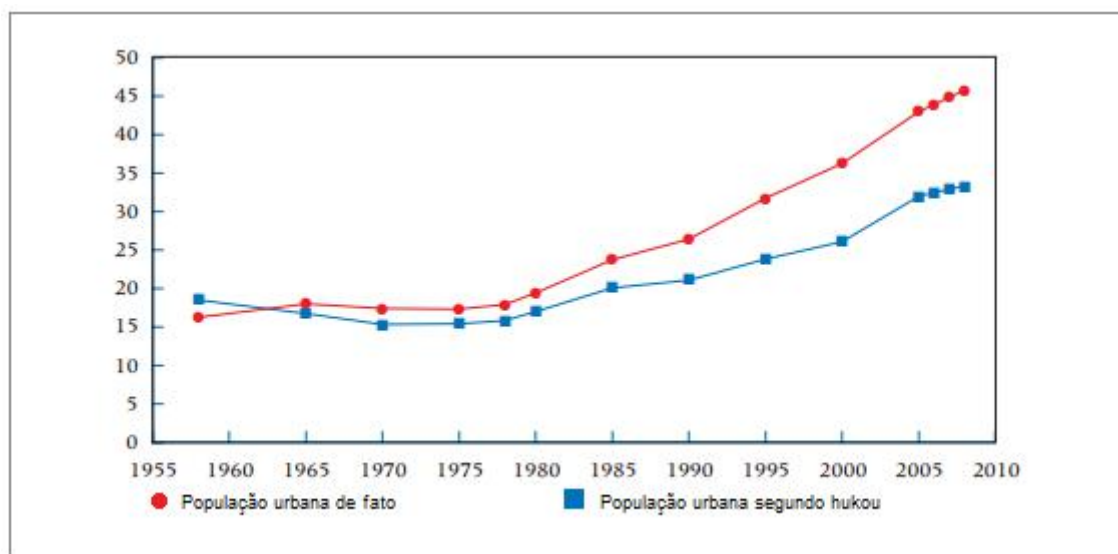
Destaca-se da Tabela (7), que a conversão de composição da sociedade chinesa entre residência rural e urbana foi firmada em 2001, justamente ano do acesso da China à OMC. Vale destacar ainda que parte da população rural é reconhecida como tal pelo sistema *hukou*¹⁴⁶, mas em realidade são trabalhadores rurais migrantes das áreas rurais, para as áreas urbanas¹⁴⁷. Muitos trabalhadores rurais migram de cidade em cidade, na época em que não há colheitas ou trabalhos nas áreas rurais, como mão-de-obra sazonal para as crescentes indústrias no leste chinês¹⁴⁸, dificultando a exatidão na contagem da população de fato rural e urbana. Outra complexidade aderente é que nem todas as pessoas que se encontram em áreas urbanas são consideradas residentes urbanas, na medida em que algumas cidades também apresentam áreas rurais. Em 2010, cerca de 31% da população urbana total chinesa era de trabalhadores migrantes vivendo em cidades e municípios não registrados como residentes urbanos pelo sistema de registro de residência (NSBC, 2013). O Gráfico (3) revela a disparidade entre a população que de fato estão nas áreas urbanas, e a população urbana registrada pelo sistema *hukou*.

¹⁴⁶ Sistema de Registro de Residência aplicado a partir de 1958, como codificação formal para o controle da mobilidade populacional chinesa, mais especificamente, para o controle e a inibição de migrações de pessoas da zona rural para a urbana. Cada cidadão apresenta um *hukou* (status de registro), classificado como “rural” ou “urbano” em unidades administrativas específicas, e cada tipo de registro (rural e urbano) é embutido de direitos sociais específicos para cada qual.

¹⁴⁷ Tais trabalhadores são atraídos tanto por perspectivas de emprego maiores nos setores industriais e de construção – deixam de cultivar a terra na agricultura de subsistência, portanto -, como por melhor qualidade de vida – acesso a educação, saúde, saneamento, e bens. De acordo com pesquisas do *Mckinsey Global Institute*, as cidades oferecerão de 450 a 500 milhões de empregos em 2025, comparados a 290 milhões oferecidos em 2005. Isto ajuda a explicar o porquê as cidades continuarão a atrair milhares de migrantes das zonas rurais (MGI, 2013).

¹⁴⁸ Dentre 481 milhões de novos residentes urbanos de 1984 a 2011, cerca de 49% alocaram-se em cidades do leste da China, 24% nas cidades centrais, 22% nas ocidentais, e 5% no nordeste da China. (CN, 2014)

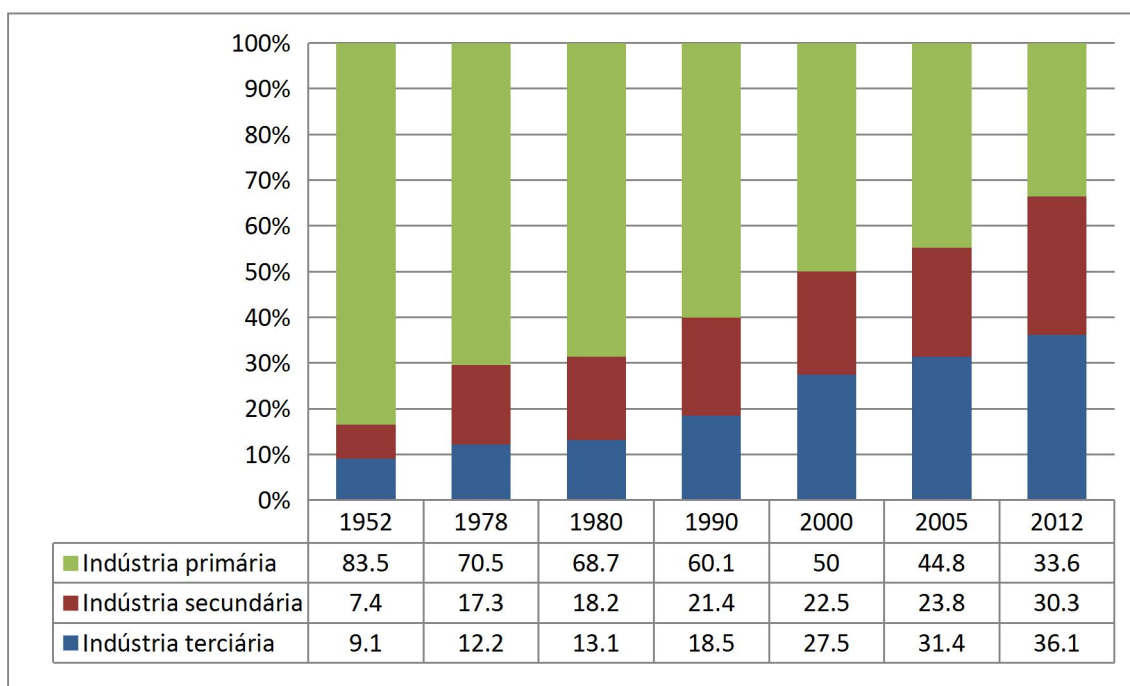
Gráfico 3 - Porcentagens de população "urbana" na China 1958-2008 (%)



Fonte: CHAN, Kam Wing. The Household Registration System and Migrant Labor in China: Notes on a Debate. *Population and Development Review*, Vol. 36, Nº 2, jun.2010, pp. 357-364. Modificado pela autora.

Como consequência deste processo de migração, a porção de trabalhadores empregados nas indústrias primárias, na agricultura, na mineração, etc., tem decaído sequencialmente nas últimas duas décadas, enquanto que a proporção de trabalhadores empregados nas indústrias secundária e terciária aumentou. Em 1978, 70,5% dos trabalhadores alocavam-se nas indústrias primárias, 17,3% nas secundárias, e somente 12,2% nas terciárias. No ano de 2012 essa configuração apresentou-se bem mais balanceada, com 33,6% da população economicamente ativa (PEA) empregada trabalhando na indústria primária, 30,3% na indústria secundária, e 36,1% na indústria terciária (Gráfico 4).

Gráfico 4- Pessoas empregadas por setor industrial 1952-2012 (%)



Fonte: NATIONAL STATISTICAL BUREAU OF CHINA (NSBC). *China Statistical Yearbook 2013* [publicação online]. Disponível em: [<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2013/indexeh.htm>] Acesso em 15/05/2017. Elaboração própria.

A jornada do desenvolvimento e da modernização chinesa a partir da reforma e abertura desde meados da década de 1970, é igualmente a jornada da maior urbanização do país. Tem-se que a porção populacional chinesa vivendo em cidades subiu de 13% para 40,4% entre 1950 e 2005, e para 54% em 2013. É esperado ainda que tal índice suba para 60% até 2018¹⁴⁹, e para 70% até 2030, na medida em que são esperadas cerca de 15,5 milhões de pessoas por ano migrando para as cidades (CASS, 2013).

Não obstante as modificações substanciais nas áreas rurais como, por exemplo, a diminuição de áreas cultivadas em cerca de um milhão de hectares por ano¹⁵⁰, a

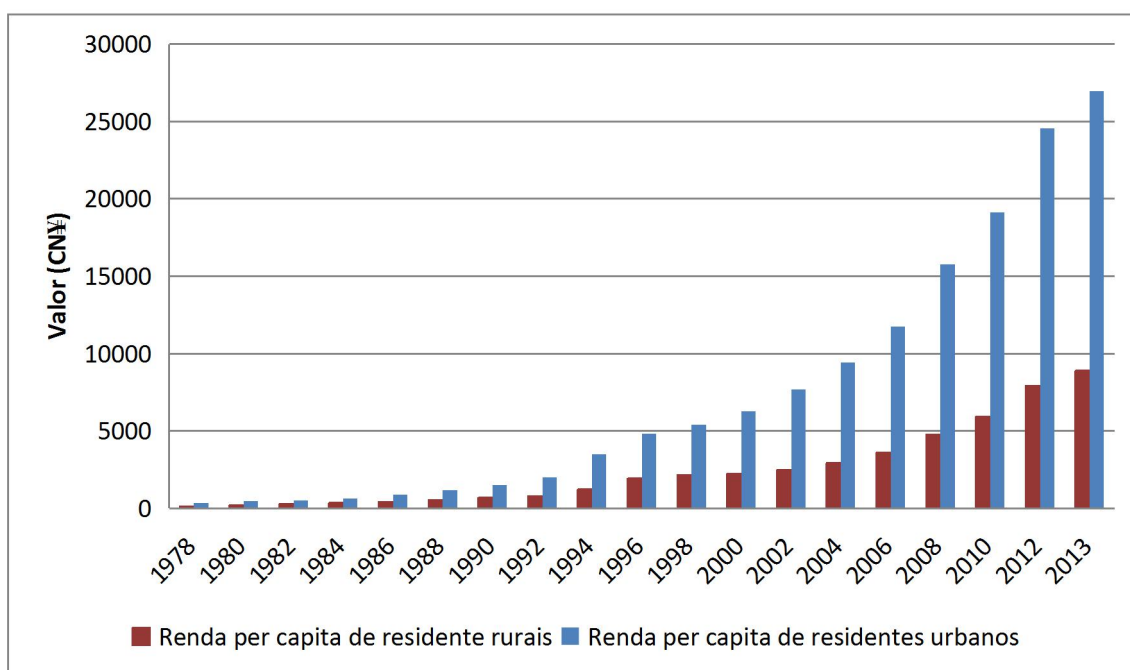
¹⁴⁹ “China’s urbanization rate to hit 60 pct by 2018”. *Reuters*, Shanghai, 26.dez.2013. Disponível em: [<http://www.reuters.com/article/2013/12/27/china-urbanization-idUSL3N0K607G20131227>] Acesso em 12/05/2017.

¹⁵⁰ A perda de terras aráveis é, grande parte, atribuída ao próprio crescimento de centros urbanos. A China obtém 7% da terra arável do planeta. Com relação ao território do país, apenas 11,8% das terras são aráveis. Além de parte dessas terras estar sujeita à poluição por metais pesados e erosão, as terras aráveis estão localizadas justamente onde os grandes centros urbanos mais crescem: o leste chinês. Assim, o uso da terra para plantio compete diretamente com seu uso habitacional. Se, por um lado, tal contexto incentivou o desenvolvimento de tecnologias ligadas à produtividade da terra, por outro, com menos terras disponíveis para plantio, e conseqüente menor produção doméstica de alimentos, a pressão da demanda alimentar cresce substancialmente, já que o governo da RPC tem de alimentar 25% da população mundial. Na hipótese em que a China seja auto-suficiente em alimentos para sua população, seriam necessários, no mínimo, 120 milhões de hectares de terras para a agricultura. A China apresenta pouco mais que 111 milhões, sendo que apenas 48% da terra potencialmente arável estão em uso (FAO, 2013).

urbanização traz modificações substanciais na estrutura de consumo urbano como um todo.

Apesar de o PIB nominal per capita chinês não ser muito expressivo – cerca de US\$ 6.747 em 2013 (para efeito de comparação, o Brasil apresentou US\$ 11.310 e os Estados Unidos US\$ 53.101 em PIB per capita no mesmo ano) (IMF, 2014)-, a renda per capita disponível chinesa tem acompanhado o crescimento do PIB chinês como um todo¹⁵¹. A renda per capita disponível como um todo cresceu em 10,9% com relação ao ano de 2012 e somou US\$ 2.993 em 2013, ou cerca de CN¥ 18.311. A renda dos residentes urbanos cresceu 9,7% para CN¥ 26.955, enquanto que a renda – mais baixa – dos residentes rurais subiu 12,4%, somando CN¥ 8.896 em 2013 (Gráfico 5). Vale ressaltar que os residentes urbanos gastam mais que o dobro do que gastam os residentes rurais. Em 2012, os residentes urbanos, per capita, gastaram CN¥ 22.341 por ano, enquanto que os residentes rurais gastaram CN¥ 9.605 (NBSC, 2014).

Gráfico 5- Evolução da renda per capita para residentes rurais e urbanos 1978-2013 (yuan - CN¥)



Fonte: National Bureau of Statistics of China (NBSC). China Statistical Yearbook 2013. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2013/indexeh.htm] Acesso em 13/05/2017. Elaboração própria.

¹⁵¹ É válido destacar que o índice de desemprego na China em 2013 foi de apenas 4,05% (NBSC, 2014).

O aumento expressivo da renda da população chinesa abriu grande margem para que cada vez mais pessoas passassem para a “classe média” urbana chinesa¹⁵². Uma característica estrutural em mudança a partir do exposto acima, é a rápida proletarização da sociedade chinesa, com aumento da demanda por melhores condições sociais e possíveis contraposições ao regime (LI, 2008)¹⁵³. Incentivados pelas mudanças percebidas durante o crescimento da economia chinesa, nomeadamente a acelerada urbanização e o crescimento da renda, e pela modificação na estratificação social chinesa, estudiosos da Academia Chinesa de Ciências Sociais (*Chinese Academy of Social Sciences* - CASS), desde estudo preparado em 2001 intitulado “A Evolução da Estrutura Social Contemporânea”, tendem a abandonar cada vez mais a concepção marxista de classe (阶级 - *jiējí*) em favor de uma concepção de estrutura social mais “moderna”.

Esta concepção tem por base não a divisão de grupos de acordo com a posse dos meios de produção e no antagonismo entre eles, mas na divisão baseada no diferente acesso a recursos organizacionais, econômicos e culturais. Assim, a estrutura moderna de estratos sociais não teria a forma de uma pirâmide, mas a forma de azeitona, onde a maior parte da sociedade pertence à posição média e média-alta, enquanto que grupos minoritários pertencem às posições mais altas e mais baixas (CASS, 2001, p. 124). Não coincidentemente, esta tem sido a porção que mais cresce na sociedade chinesa, na medida em que nela estão inclusos grupos ligados tanto ao setor empresarial e de serviços, quanto comerciantes autônomos e trabalhadores industriais (proletariado).

As conquistas de melhoria nos padrões de vida dos cidadãos e os incrementos maciços de riqueza e poder econômico acarretam aumentos na demanda. É o caso, por exemplo, de bens de consumo, de aparelhos e serviços urbanos como abastecimento de água, transporte coletivo, iluminação pública e privada, atendimento de saúde, redes de escolas etc., bem como de bens industriais que antes eram produtos de auto-consumo, como alimentação e produtos têxteis. Para ilustrar, entre 1990 e 2010, a quantidade de usuários de internet e de celular foi de zero para 30% e posteriormente para 60% da população chinesa (WORLD BANK, 2011). A continuidade da ampliação do consumo

¹⁵² Estima-se que 51% da população de vive nas cidades será parte da classe média em 2020 (UNDP, 2013).

¹⁵³ Há uma expectativa geral de que uma classe média crescente cria pressões para mudanças políticas numa direção democrática. A tendência da análise ocidental a ver a classe média como um agente de mudança política contrasta, em alguma medida, com a expectativa prevalecente da elite chinesa de que a emergente classe média seria uma força de estabilidade, ao menos em curto e médio prazo.

do mercado interno de 35% em 2010 para 55% do PIB foi, inclusive, uma determinação do 12º Plano Quinquenal (2011-2015)¹⁵⁴.

Para o governo chinês, estabelecer um mecanismo de longo prazo de expansão da demanda doméstica ainda perpassa pelo desafio de criar um propício ambiente de consumo através da crescente urbanização, da implementação de estratégias de empregabilidade, do aprofundamento da distribuição de renda e diminuição de disparidades sociais, e a melhora do sistema de seguridade social¹⁵⁵. Para Chang (2012, p. única), economista da Barclays Capital em Hong Kong, “a urbanização tem sido um fator fundamental por trás do crescimento econômico da China. [E] tem ainda um longo caminho a percorrer, talvez por mais 20 anos”.

É de suma importância destacar a urgência de medidas empreendidas pelo governo da RPC no que tange ao acesso a recursos por parte da população chinesa: deve-se levar em conta a especificidade da mudança demográfica do país. Se, no momento da instauração da República Popular em 1949, o crescimento demográfico era espetacular, após desastrosas políticas de Mao Zedong e a fome que afligiu a população chinesa na época, o regime estabeleceu nos anos 1970 a política do filho único, proibindo às mulheres ter mais de um filho sob pena de pesadas sanções. A fecundidade, que era de 5,75 filhos por mulher em 1970, caiu para metade no fim da década. Atualmente, é de 1,8 filhos por mulher, abaixo, portanto, do limiar de renovação das gerações. Conseqüentemente, a população chinesa deverá começar a diminuir por volta de 2035, sobretudo a população economicamente ativa (PEA) entre os 15 e os 64 anos, que já deverá diminuir a partir de 2015. Isso aponta para a possibilidade de um cenário em que há, além de queda de produtividade como um todo devido à diminuição da PEA, aumento de gastos governamentais com previdência social impulsionados pelo rápido envelhecimento da população.

Ao relacionar o envelhecimento populacional com o processo de migração de trabalhadores rurais e com a urbanização como um todo, o cenário para o suprimento de recursos primários revela-se preocupante para o Politburo chinês. De 2004 a 2012, a

¹⁵⁴ PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. *Key Targets of China's 12th Five- Year Plan 2011*. Disponível em [http://www.gov.cn/english/2011-03/05/content_1816822.htm]. Acesso em 15/05/2017.

¹⁵⁵ Com efeito, os programas sociais tenderão a liberar parte da elevada poupança para o consumo – na medida em que os chineses não precisarão mais poupar para garantir previdência, saúde e educação–, o que, juntamente com a meta de implantação de um sistema de salário mínimo e de ampliação de seu poder de compra, poderão fortalecer a economia chinesa num “esforço de sincronização entre renda e crescimento econômico, remuneração e produtividade” (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2011, p. única).

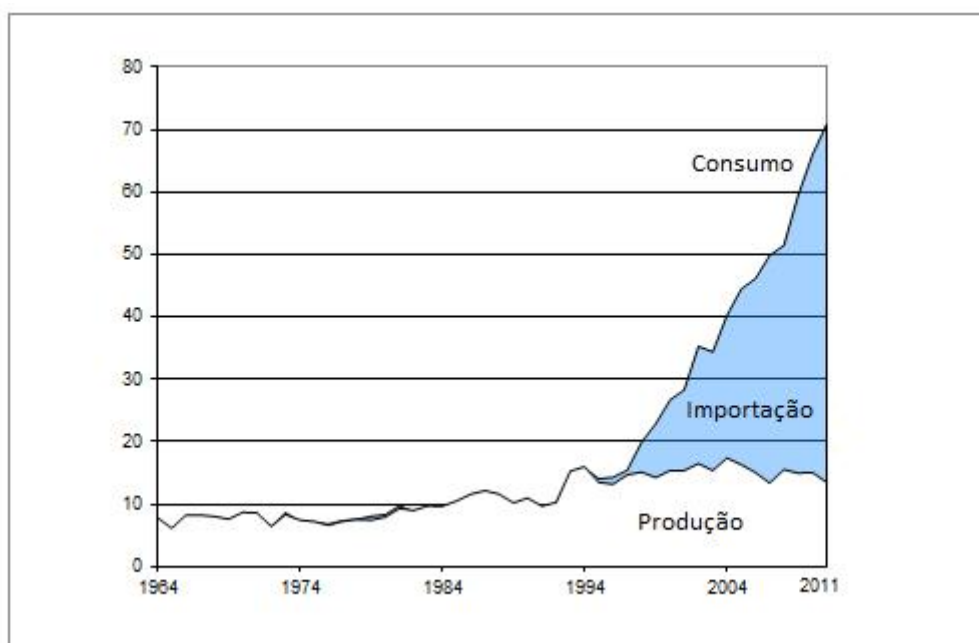
China teve nove anos sucessivos de crescimento na produção total de grãos. No entanto, deve notar-se que os principais agricultores que cultivam, e que são responsáveis, em parte, para esse crescimento, nasceram entre o final dos anos 1940 ao início dos anos 1970 (ZHU; YANG, 2011). Nos próximos 10 anos, muitos desses agricultores se aposentarão. Adicionalmente, com o grande número de agricultores – mais jovens - que migram para as cidades, muitas aldeias tornaram-se desertas. De acordo com uma pesquisa conjunta realizada pelo Ministério da Cultura, o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano e Rural, Administração Estatal do Patrimônio Cultural, e do Ministério das Finanças da China, durante a primeira década deste século, o número de aldeias chinesas foi reduzida de 3,6 a 2,7 milhões, o que significou uma perda líquida de 900 mil aldeias. Com esta tendência, todos os dias na China de 80 a 100 aldeias estão sendo abandonadas, gerando um efeito adverso sobre o desenvolvimento rural sustentável. Portanto, sem número suficiente de jovens agricultores que integrem a ocupação das aldeias para a produção agrícola, surge a questão: quem poderá assumir o suprimento? (*apud* ZHU; YANG, 2011).

Tal cenário contrasta com o crescimento da demanda por alimentos. À medida que a renda da população chinesa cresce – de acordo com o 12º Plano Quinquenal continuará crescendo em 13% -, também cresce a demanda por alimentos baseados em proteína, como carne e frango, vis-à-vis alimentos à base de trigo e raízes, como batata. O consumo per capita de carne de porco, por exemplo, cresceu de 18,46 kg anuais em 1990, para 21,23 kg anuais em 2012 – há projeções para o aumento de consumo em 6,6 kg per capita anualmente até 2023/2024 (HANSEN; GALE, 2014); o consumo de carne bovina cresceu de 3,28 kg por pessoa por ano em 1990, para 3,73 kg em 2012. Destaca-se também o crescimento do consumo per capita de óleos vegetais de 6,40 kg para 9,14 kg no mesmo período (NBSC, 2014), bem como o crescimento do consumo de grão de soja, na medida em que é usada para formar a ração para alimentação bovina e suína no período de criação antes do abate. Segundo os economistas da *United States Department of Agriculture*, Tuan, Fang e Cao (2004, p. 1),

O consumo de soja da China ultrapassou o aumento da produção nacional durante os últimos 25 anos, principalmente por causa do aumento do consumo de óleo de soja e farelo induzida pela renda e crescimento da população, particularmente em grandes áreas urbanas.

Com efeito, a China é atualmente o principal consumidor do grão de soja¹⁵⁶, mas sua produção não acompanhou tal crescimento. Em 1995, a China consumia 14 milhões de toneladas de grão de soja, e produzia também 14 milhões de toneladas. Em 2011, a China continuou a produzir 14 milhões de toneladas, mas o consumo já era de 70 milhões de toneladas. Isso significa que 56 milhões de toneladas tiveram de ser importadas (Gráfico 6).

Gráfico 6- Produção, Importação e Consumo de Grão de Soja na China 1964-2011 (Milhões de toneladas)



Fonte: UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Production, Supply, and Distribution. *USDA Electronic Database*, 10.mai.2013. Disponível em: [www.fas.usda.gov/psdonline] Acesso em 16/05/2017. Modificado pela autora.

As estimativas são de que as importações da China de grão de soja alcancem os 70% da importação global do grão em 2023/2024. Vale destacar que a importação de soja permitiu que os agricultores chineses se especializassem na produção de milho, que obtém rendimentos mais elevados e retornos líquidos maiores do que a produção da soja – a produção de milho tornou-se a maior produção única da China em 2013 (HANSEN; GALE, 2014).

¹⁵⁶ Dá-se especial atenção à soja, pois é o primeiro produto das exportações do agronegócio brasileiro. As vendas externas de soja em grão e derivados (farelo e óleo) somaram 30,96 bilhões de dólares, liderando a pauta do setor com 31% das exportações, em 2013. Neste mesmo ano, a China, maior importadora global da oleaginosa, ultrapassou pela primeira vez a União Européia como principal comprador de produtos do agronegócio brasileiro. Fonte: BRASIL. Soja em grão é destaque das exportações agropecuárias em abril. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 09 mai.2014. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/05/soja-em-grao-e-destaque-das-exportacoes-agropecuarias-em-abril] Acesso em 12/05/2017.

Esta trilha do progresso econômico continuamente empreendida pelo Politburo chinês é fundamentalmente influente para o avanço da demanda também por produtos e serviços. O consumo elétrico aumentou de 549,3 bilhões kW/h em 1990, para 4,2 trilhões kW/h em 2011, crescimento que colocou a China como o primeiro país em consumo de eletricidade; em 2013 o consumo atingiu 5,3 trilhões kW/h¹⁵⁷. Projeções da *U.S. Energy Information Administration* (EIA, 2013) apontam que para o ano de 2040, o consumo energético como um todo da China será o dobro do dos Estados Unidos. O consumo per capita energético aumentou de 139,2 kg de SCE (*Standard Coal Equivalent*—padrão equivalente ao carvão¹⁵⁸) em 1990 para 278,3 kg em 2011; lembrando que não só o consumo per capita aumentou, como também o número total de população requerendo tal consumo em centros urbanos e em novas fronteiras de urbanização. Além disso, em 2012, para cada 100 residências urbanas, contabilizam-se em números: 98,02 máquinas de lavar; 98,48 refrigeradores; 136,07 televisores; 126,81 aparelhos de ar-condicionado; 87,03 computadores; 62,24 aparelhos microondas; 212,64 celulares; e 21,54 automóveis (NBSC, 2014).

Ao lado do consumo industrial, o grande aumento do consumo de energia resulta da rapidez da difusão de automóvel, catalisada pela urbanização e pela expansão da renda per capita. O consumo elétrico do setor automobilístico, por exemplo, cresceu em 18,4% em 2013, crescimento quase três vezes mais rápido que no ano anterior (NEA, 2014). No que tange à velocidade de crescimento do setor automobilístico, aliás, destaca-se o fato de que a China levou 48 anos para adquirir seu primeiro milhão de veículos motores (de 1949 a 1997). O segundo milhão foi adquirido em seis anos e meio. De dois para três milhões, a China levou dois anos e sete meses. Em janeiro de 2012, o número de veículo motores tinha ultrapassado os cinco milhões¹⁵⁹. Projeções estimam que o crescimento de densidade de veículos para cada 1000 chineses crescerá de 80 para 360 entre 2012 e 2035 (crescimento de 6,9% ao ano).

Destaca-se que a maior dinâmica da indústria automobilística é acompanhada pelo maior consumo dos componentes que fazem parte dos automóveis: plásticos,

¹⁵⁷ O setor industrial impulsionou sobremaneira a demanda elétrica, já que consumiu sozinho 3,9 trilhões kW/h em 2013, crescimento de 7% em relação a 2012. Já o setor de serviços consumiu 627,3 bilhões kW/h (NEA, 2014).

¹⁵⁸ De acordo com tal medida, 1 kW/h é igual a 0.1229 kg de SCE. Utiliza-se esta medida pois o carvão é a principal fonte energética da China. Para o equivalente ao petróleo, o consumo per capita chinês foi de 767 kg em 1990, e de 2029 kg em 2011 (UNDATA, 2014)

¹⁵⁹ “Beijing car ownership exceeds 5 million”. *China Daily*, Beijing, 17 fev.2012. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2012-02/17/content_14628019.htm] Acesso em 15/05/2017.

vidros, borrachas, e metais e minerais (alumínio, cobre, platina, paládio, chumbo, estanho, cobalto, zinco, entre outros). A China já é a maior produtora e consumidora de aço do mundo, tendo sua demanda acrescida em 6,6% em 2013 (somou 720 milhões de toneladas) com relação ao ano anterior. Para efeito de comparação, os Estados Unidos consumiram, no mesmo ano, 103 milhões de toneladas, a Índia consumiu 79 milhões de toneladas e o Japão 70 milhões de toneladas (ERNEST & YOUNG, 2014).

Também será crescente a demanda por combustíveis líquidos de 8 Mb/d¹⁶⁰ em 2013 para 19 Mb/d em 2035, ultrapassando os Estados Unidos em 2029 – demanda dos EUA será de 15,8 Mb/d -, sendo que 75% dessa demanda seria suprida por importações¹⁶¹. Com 51% do consumo global, a China ainda provavelmente será o maior consumidor de carvão em 2035, mesmo que com a demanda desacelerada de 902 Mtoe¹⁶² em 2005-2015 (crescimento de 6,1% ao ano) para 13 Mtoe em 2025-2035 (crescimento de 0,1% ao ano).

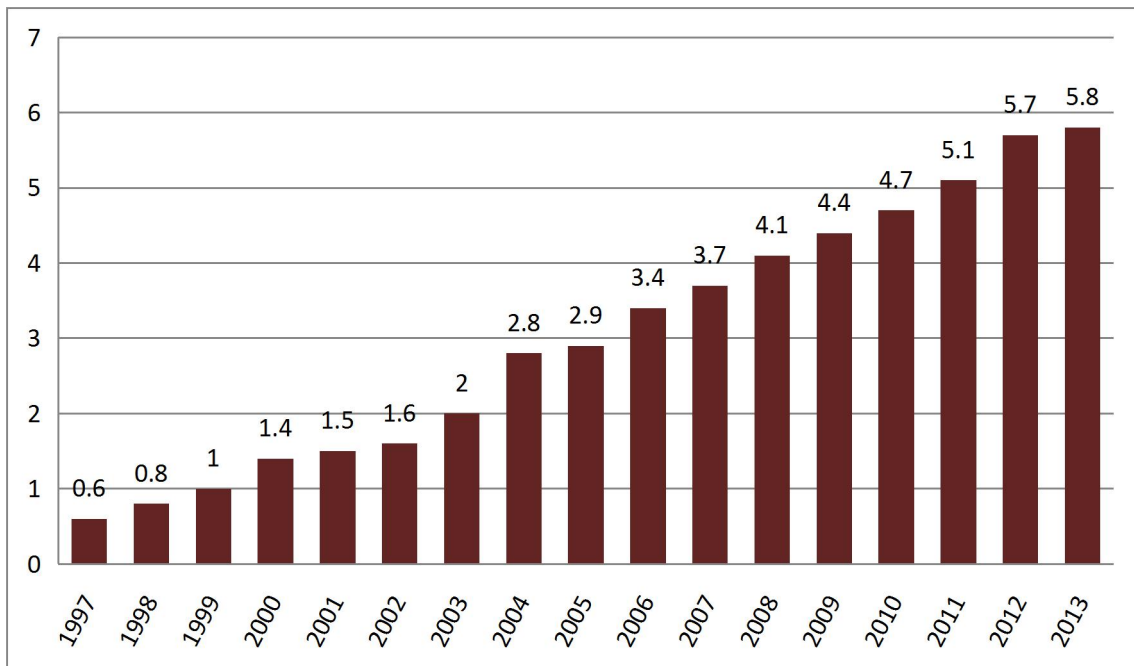
Como resultado do alto crescimento dos investimentos na indústria da transformação e da construção civil, a China, que antes apresentava uma auto-suficiência no consumo do petróleo, passou a ser grande importador. O consumo do petróleo, como um todo, também variou significativamente de 114,85 milhões de toneladas em 1990 para 453,78 milhões de toneladas em 2013 (NEA, 2014). Em setembro de 2013, as importações líquidas de petróleo e outros combustíveis líquidos da China superaram as dos Estados Unidos em uma base mensal, tornando-se a maior importadora líquida de petróleo e outros combustíveis líquidos do mundo (USEIA, 2014). A importação líquida (importações menos exportações) de petróleo chinesa subiu de 1,4 milhões de barris diários em 2000 para 5,8 barris diários em 2013 (Gráfico 7), e projeções assumem o crescimento do consumo chinês para 16,9 milhões de barris diários em 2035 (USEIA, 2011).

¹⁶⁰ *Million barrel per day* - Milhões de barris por dia.

¹⁶¹ BP. *BP Energy Outlook 2035*, Londres, 2014. Disponível em: [http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Energy-economics/Energy-Outlook/BP_World_Energy_Outlook_booklet_2035.pdf] Acesso em 17/05/2017.

¹⁶² *Million tonnes of oil equivalent* – Milhões de toneladas de equivalente a petróleo (1 toe = 11.63 megawatt por hora).

Gráfico 7- Importação líquida de Petróleo da China 1997-2013 (milhões de barris por dia)



Fonte: MORRISON, Wayne M. *China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States*. Congressional Research Service Report (CRS Report), 03 fev.2014. Disponível em: [<http://fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>] Acesso em 18/05/2017. Elaboração própria.

Também em termos de importação expressiva destaca-se o setor de minério de ferro. Espera-se o consumo expressivo de minério de ferro de 1.172 bilhões de toneladas em 2014, sendo que mais de 70% dessa quantia será importada.

Em suma, a estrutura da produção econômica chinesa é particularmente intensiva em metais devido a taxas muito rápidas de crescimento econômico como um todo e crescimento nos setores da indústria pesada, e de infra-estrutura e construção.

É no sentido de prosseguir com a urbanização, diminuir a desigualdade de renda que há entre população urbana e rural - o que significa dizer desigualdade entre leste e oeste do país -, e aumentar o nível de emprego e de renda per capita, que o governo da RPC não logra satisfatoriamente se desvincular das altas taxas de investimento, sobretudo em infra-estrutura, como porcentagem do PIB. Esses investimentos estão sendo responsáveis não só pela geração de emprego alocando mão-de-obra (ao menos em curto prazo), como também pela crescente urbanização em direção ao oeste chinês, tradicionalmente de economia rural e de precária infra-estrutura produtiva.

Nos últimos anos, através de fortes incentivos governamentais¹⁶³, diversas unidades produtivas foram realocadas de províncias costeiras para províncias centrais e do oeste chinês, com o intuito de impulsionar a vitalidade econômica das mesmas. O aumento de gastos com infra-estrutura rodoviária e ferroviária¹⁶⁴, aviação civil, transporte de água e de energia (petróleo e gás) para tais regiões têm concretizado tais intenções. Além disso, os estímulos têm mantido o crescimento significativo dos salários.

Apona-se a probabilidade de que, se os níveis atuais de investimento chinês¹⁶⁵ forem sustentados continuamente (cerca de 40% do PIB), a China ficaria com um excesso de capacidade produtiva, já que seus níveis de investimento e exportações líquidas têm aumentado mais rapidamente que a da própria economia mundial. Li (2008), atentando para o essencial papel dos investimentos numa situação de superprodução, aponta que num nível dito “sustentável”, o investimento deverá ser apenas suficiente para cobrir a depreciação do capital fixo, bem como um investimento líquido que permita ao estoque de capital crescer no mesmo ritmo da produção econômica. Se o investimento é superior a este nível, o estoque de capital tende a crescer mais rapidamente que a produção econômica, levando à queda da produtividade do capital e da taxa de lucro, situação que não poderia continuar indefinidamente.

Não obstante tal preocupação, o governo da RPC pretende, ao contrário, reimpulsionar a economia com uma política fiscal expansionista e aumento dos investimentos¹⁶⁶: “A urbanização da China é um meio para o país acelerar a modernização, e também é o foco estratégico para mudar o modo de desenvolvimento, ajustando a estrutura econômica, e expandindo a demanda doméstica” (CASS, 2013, p. 1).

¹⁶³ Preocupado com a carga tributária do setor privado, o governo pretende redução de impostos para compra de máquina e equipamentos e ampliar a política de concessão de crédito. Os incentivos são direcionados, sobretudo, às pequenas e médias empresas, que além de gerarem empregos ao aumentar o quadro de trabalhadores, oferecem produtos e serviços com preços menores aos mercados locais, facilitando o acesso ao consumo (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2011).

¹⁶⁴ Os gastos com ferrovias e rodovias têm crescido 82% a cada ano desde o início da década de 2000. Fonte: “Growth: Economy is on track but reform remains in the sidings”. *Financial Times*, 11 dez.2012. Disponível em: [http://www.ft.com/intl/cms/s/2/4a3f5484-3afc-11e2-bb32-00144feabdc0.html#axzz2LV5dVhLz]. Acesso em 16/05/2017.

¹⁶⁵ A China investe crescentemente em capital fixo, sobretudo em infra-estrutura. Tais investimentos seguem em direção, em grande parte a: construção popular, saneamento, eletricidade, transporte, recuperação do meio ambiente, apoio às pequenas e médias empresas, racionalização das indústrias e reconstrução de áreas destruídas por desastres naturais.

¹⁶⁶ “China quer acelerar investimentos em infra-estrutura”. *Revista Veja*, 16 jan.2013. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/noticia/economia/china-quer-acelerar-aprovacao-de-gastos-para-projetos]. Acesso em 18/05/2017.

Nesse sentido, sumariamente, a dinâmica populacional – tamanho absoluto da população, perspectivas de crescimento populacional, e aumento de população urbana -, e os aumentos da riqueza desta população, são dois elementos que influenciam sobremaneira a demanda tanto por commodities agrícolas quanto por commodities pesadas (Tabela 8).

Tabela 8- Commodities mais importadas pela China em volume e valor e taxas de crescimento em 2013

Item	Volume (10.000 toneladas)	Aumento em relação a 2012 (%)	Valor (100 milhões US\$)	Aumento em relação a 2012 (%)
Carvão (incluindo lignina)	32.708	13,4	290	1,1
Minério de ferro	81.931	10,2	1.059	10,4
Grão de soja	6.338	8,6	380	8,6
Cereais e farinha de cereais	1.458	4,3	51	6,6
Petróleo cru	28.192	4,0	2.196	-0,5
Plástico em formas primárias	2.462	3,9	491	6,3
Laminados de aço	1.408	3,1	170	-4,3
Pasta de papel	1.685	2,4	114	3,7
Produtos refinados de petróleo	3.959	-0,6	320	-3,2
Cobre e ligas de cobre	453	-2,5	353	-8,5
Óleo vegetal comestível	810	-4,2	81	-16,7
Óxido de alumínio	383	-23,7	14	-22,7

Fonte: NATIONAL BUREAU STATISTICAL OF CHINA (NBSC). Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2013 National Economic and Social Development. National Bureau of Statistics of China, 24 fev. 2014. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201402/t20140224_515103.html] Acesso em 18/05/2017.

A importante expansão da indústria de manufatura da China¹⁶⁷, em adição a graduais aumentos nos salários reais e no consumo, tem como consequência que, desde o início do século XXI, a demanda por parte da China de produtos básicos como minerais, alimentos e hidrocarbonetos fosse incrementada a ritmos exponenciais (CEPAL, 2010; JENKINS, 2011). A China também experimenta processos de migrações internas do oeste para o leste do país, bem como aumento da esperança de vida, o que implica uma acelerada urbanização.

Ainda assim, o padrão de crescimento dos últimos 35 anos da China provocou uma elevada concentração de renda (regional, funcional e pessoal) que, para algumas correntes do PCC, estaria deteriorando a construção da tão prezada sociedade harmoniosa, e que poderia, futuramente, colocar em risco a legitimidade do direcionamento político e econômico do Partido. Wen Jiabao, então Premier do Conselho de Estado, em relatório apresentado na 4ª Sessão do 11º Congresso Nacional do PCC, em 5 de março de 2011, deixou claro que o padrão de crescimento chinês, a despeito do extraordinário avanço do país, precisa tornar-se mais equilibrado, coordenado e sustentável sobretudo no que diz respeito à necessidade de recursos naturais crescente, num contexto de restrição ambiental; ao desequilíbrio entre as porcentagens de investimento e consumo no PIB; à disparidade de renda; ao desenvolvimento desigual entre áreas urbanas e rurais e entre regiões; à dificuldade do desenvolvimento da capacidade de inovação científica e tecnologia, entre outros desafios (JIABAO, 2011).

Por estes motivos, o asseguro estratégico dos recursos energéticos e outras matérias primas é considerado na China como uma questão de Estado, dada a necessidade de estabilidade e contínuo crescimento econômico chinês. Infere-se que o crescimento econômico retroalimenta a legitimidade política do PCC como sujeito condutor do processo político chinês e, ao mesmo tempo, a condução do PPC Chinês garante a integração da China na economia mundial, sob o processo modernizador.

¹⁶⁷ O acesso da China à OMC impulsionou diversas reformas de economia política doméstica, e possibilitou o crescimento vertiginoso não só do fluxo comercial chinês no cenário internacional, como também a expansão de sua atividade exportadora – a representação da atividade exportadora como porcentagem do PIB chinês subiu de 20% em 2000 para 27,3% em 2012, com um pico de 36% em 2005. Enquanto que na década de 1990, a China encontrava-se como exportadora de insumos básicos e produtos intensivos em mão-de-obra (como petróleo, produtos têxteis e calçados), ao longo da década de 2000 sua pauta exportadora foi diversificada e direcionada para produtos mais sofisticados de tecnologia de ponta (como maquinários e químicos). Uma participação ativa do Estado direcionando investimentos e recursos para setores estratégicos, resultou chave para que, desde o início do século XXI, a China pudesse converter sua indústria e consolidar-se como exportador de manufaturas com alto conteúdo tecnológico e intensivas em conhecimento.

Neste marco, continuar com políticas de planejamento econômico do crescimento requer que este país se certifique do abastecimento de determinados recursos energéticos. Como bem aponta MOYO (2013, p. 32, grifo nosso)

A busca global chinesa por commodities é estimulada por sua demanda aparentemente insaciável pelo conjunto de recursos necessário para impulsionar o crescimento econômico e reduzir a pobreza. [...] Embora seja verdadeiro que dinâmica populacional e aumentos na riqueza sem precedentes não são domínio exclusivo da China (outras economias na América do Sul, na África e na Ásia estão contribuindo significativamente para a classe média mundial e, assim, para a pressão na demanda por commodities), a China é um caso à parte pela escala de sua demanda e seu *plano* muito deliberado de sair em busca dos recursos globais.

À luz da estratégia chinesa remodelada em 1978, pode-se expor que, trinta e seis anos após a inauguração da Reforma e Abertura, o país encontra-se em outro patamar, para enfrentar tanto seus desafios externos, quanto - principalmente - os internos. Não se trata de uma repetição atualizada de conjunturas como a de 1949, em que a necessidade de industrialização rápida e acelerada contava com poucos recursos, nem como a de 1978, quando os requerimentos da modernização, em larga medida, assentavam-se numa grande inflexão externa do regime, dada sua não autonomia financeira e tecnológica. O que a China e seus projetos a partir dos Planos Quinquenais têm a favor na atual conjuntura é o fato de as suas soluções estarem ao alcance de uma economia já calcada em bases industriais sólidas, com uma política ativa em ciência e tecnologia e, mormente, nos marcos de uma solidez financeira jamais experimentada pelas antigas gerações do PCC.

As diversas formas de interação com o mercado externo possibilitaram extraordinária atração de investimentos para a China. Ao privilegiar o investimento direto externo (IED), a China pôde estabelecer controles de capitais e operar com baixo nível de endividamento externo, alcançando altos níveis de superávit em sua balança comercial. O acúmulo de reservas de divisas – incluindo as reservas estrangeiras, grande parte na forma de Títulos do Tesouro norte-americano - alavancou uma política monetária favorável à expansão do crédito interno, garantindo assim também altas taxas de investimentos internos, possibilitando a crescente onda urbanizadora e o crescimento econômico como um todo. Igual e concomitantemente, possibilitou à RPC lançar-se em

uma busca global de garantir suprimento estratégico para seu contínuo desenvolvimento econômico.

Essa conjunção de fatores é condição objetiva para o lançamento de novas e superiores formas de planejamento, com expressão prática e em correspondência aos objetivos e desafios colocados pela conjuntura à atual geração dirigente. Em outras palavras, um planejamento de nível superior que signifique a utilização do acúmulo financeiro chinês e que seja capaz de aproveitar a oportunidade dada pela conjuntura histórica internacional. Tais abordagens planejadoras podem ser registradas inclusive no atual aproveitamento da oportunidade ampliada pela crise financeira dos EUA para a compra, por parte dos chineses, de ativos bancários tanto norte-americanos quanto europeus.

No plano da política, isso se expressa em novas conceituações e ideias-chave, entre elas o objetivo de construção da "sociedade harmoniosa" e do "desenvolvimento pacífico", transmutadas em forma de política de Estado. A grande pré-condição de todo esse complexo político-econômico reside no controle estatal sobre os setores estratégicos da economia e o controle dos instrumentos fundamentais do processo de acumulação (crédito, juros, câmbio e sistema financeiro). Combinado a este controle seletivo, está o planejamento, possibilitando à China anteparo diante de crises externas, conforme a resposta chinesa à crise asiática de 1997 e da atual crise: em ambos os casos, os chineses voltaram-se para o entorno de seu mercado interno, combinando incremento de obras públicas e financiamento ao consumo e produção internos, a partir de uma política de juros atraente ao crédito.

O desenvolvimento da economia continental na China e o fortalecimento de sua projeção internacional têm se firmado de maneira articulada¹⁶⁸. Com efeito, a capacidade econômica tem sido um instrumento fundamental à universalização da política externa chinesa (PAUTASSO, 2009). Da mesma forma, "é esse grande mercado interno o centro de gravidade da dinâmica econômica asiática" (MEDEIROS, 2006, p. 77). Logo, é pertinente sugerir que a capacidade econômica da China cria uma espécie de efeito gravitacional que, por sua vez, permite à diplomacia chinesa explorar essas vantagens sem ter de contrapor-se a ordem mundial.

¹⁶⁸ Deve-se ter em mente que "desenvolvimento", para o caso do Estado chinês, deve ser a síntese de uma relação entre desenvolvimento e nação, ou seja, deve ser visto como o meio por onde a nação busca afirmar-se, equacionando seus problemas internos, unificando seu território, criando as bases para a divisão social do trabalho e promovendo assim condições objetivas para se fazer ouvir - de forma soberana - na comunidade internacional das nações. Assim sendo, o desenvolvimento configura-se como o melhor meio para se conquistar a autonomia necessária à reprodução nacional.

Tendo por pressuposto de que riqueza não é apenas dinheiro ou ativos financeiros, mas sim, acesso imediato – e garantia do acesso futuro - a bens e serviços reais (MOYO, 2013), faz-se necessário que a China reverta seus recursos de poder em comportamento eficaz e eficiente de poder. Desde o princípio do século, então, o país segue uma política comercial e de fortes expansões de IED em diversas regiões do globo na busca por seu resultado preferido: garantir o suprimento de recursos estratégicos para seu crescimento econômico doméstico contínuo e estabilidade política, com a menor interferência obstrutiva possível de outros países. Tal expansão em busca de recursos e tecnologias – já que também são necessárias inovações que moldem a produtividade e efetividade econômica, de forma a distanciar a China de uma “armadilha de renda média¹⁶⁹” - denomina-se estratégia *going global* ou na sua versão mais recente *Comunidade de Destino Comum*. Tal estratégia é parte de um quadro mais abrangente de comportamento de poder chinês.

3.2 Elementos do comportamento de poder chinês

Como já especificado nesta pesquisa, a partir das conceituações de Nye (2012), o poder é a capacidade para definir e alcançar certos fins ou objetivos. E uma vez que a decisão é tomada (definição), grande esforço é necessário para manter o consenso - nacional e internacionalmente - e alcançar a congruência entre a intenção política e os resultados preferidos. Para o autor, “uma economia robusta e crescente proporciona a base para todos os instrumentos de poder” (NYE, 2012, p. 113). A economia robusta da China tem lhe proporcionado não só instrumentos, mas configura boa parte dos elementos que delinham o comportamento de poder chinês, bem como as estratégias empreendidas para alcançar seus objetivos.

De maneira distinta das perspectivas de que a reputação da China para o poder se beneficia das projeções para o futuro, caracterizando-a como uma “superpotência prematura” (WOLF, 2011), a pesquisa assume que as projeções baseadas no futuro são referentes apenas aos recursos de poder, já que é justamente neste contexto atual que a China assume seu comportamento de poder mais efetivo, e já começa a ser percebida

¹⁶⁹ Tal fenômeno ocorre, em termos gerais, quando um país de renda média não consegue reestruturar sua economia e avançar em direção à uma renda mais elevada. A partir da compreensão de que o crescimento econômico chinês provavelmente irá desacelerar nos próximos anos, o governo central da RPC pretende uma transição para uma economia mais baseada no consumo doméstico, e, a partir da incorporação de novas tecnologias e de investimento em C&T, agregar valor às cadeias produtivas industriais chinesas.

como tal. Para efeito ilustrativo, em uma pesquisa feita em 2010, 44% das pessoas entrevistadas acreditavam, equivocadamente, que a China já era a maior economia do mundo, e 27% optaram, corretamente, pelos Estados Unidos (DEMICK, 2010). Em pesquisa realizada pelo *Pew Research* em 2013¹⁷⁰, questionando sobre o contexto de liderança de poder no cenário internacional, 58% dos entrevistados acreditam que a China eventualmente ultrapassará os Estados Unidos como superpotência – o restante optou por “China já ultrapassou os Estados Unidos como superpotência” e “China nunca ultrapassará os Estados Unidos como superpotência”. Esse percentual, para a mesma pesquisa, em 2008 foi de 53%, o que reflete um aumento de percepção do poder chinês e da crescente **expectativa internacional** de que a China venha – ou já esteja - a desempenhar um **papel de grande potência**.

Outra pesquisa realizada pela mesma instituição questionava os entrevistados sobre a visão favorável ou desfavorável em relação à China¹⁷¹. Dentre os países considerados, aqueles cuja população respondeu com maior margem percentual favoravelmente, encontram-se na órbita de influência econômico-comercial chinesa, mormente países vizinhos à China, africanos, e sul-americanos. Dentre eles estão: Paquistão (81%), Malásia (81%), Quênia (78%), Senegal (77%), Nigéria (76%), Venezuela (71%), Indonésia (70%), Gana (67%), Brasil (65%), Tunísia (63%), Rússia (62%) e Chile (62%). Dentre os países cuja população entrevistada optou pela visão desfavorável, estão, sobretudo, países europeus e países que, em certa medida, estão sob influência norte-americana: Japão (5% da população optou pela visão favorável), Turquia (27%), Alemanha (28%), Itália (28%), República Checa (34%), Estados Unidos (37%), Israel (38%), Jordânia (40%), França (42%), e Coreia do Sul (46%). Tais pesquisas apontam, em geral, para o fato de que a China já permeia de forma consistente, em menor ou maior medida, as crenças quanto à influência no poder global e gera *expectativas* quanto ao futuro papel que exercerá.

Em outras palavras, pode ser que a China se torne o primeiro país futuramente em termos de recursos de poder, ultrapassando os Estados Unidos, mas o planejamento basilar para tal aumento de recursos - que só será proporcionado caso a China logre continuamente seu crescimento econômico - está sendo implantado no momento presente, mesclando comportamentos de segunda e terceira face do poder.

¹⁷⁰ PEW RESEARCH. World's Leading Superpower, *Global Indicators Database 2013*. Disponível em: [http://www.pewglobal.org/database/indicator/33/country/45/] Acesso em 16/05/2017.

¹⁷¹ *Idem*. Opinion of China, *Global Indicator Database 2013*. Disponível em: [http://www.pewglobal.org/database/indicator/33/country/45/] Acesso em 16/05/2017.

A China conta com instrumentos endógenos e exógenos que, de maneira coordenada e concomitante, configuram e possibilitam seu comportamento de poder. Entre os principais instrumentos endógenos, estão:

3.2.1 Planejamento:

O país possui centralidade de uma superestrutura de poder diferente das existentes, capaz de concentrar, pelo menos, duas ferramentas vitais à estratégia de gerar resultados preferidos: a propriedade sobre os setores estratégicos e com alto grau de monopólio da economia nacional, e o próprio processo de definição e elaboração de suas políticas econômicas, principalmente através dos Planos Quinquenais e das reuniões dos Terceiros Plenários dos Congressos Nacionais do PCC. A congruência entre a intenção inicial e o resultado conseguido é continuamente degradada conforme a política se move através de burocracias nacionais, por tal motivo o planejamento chinês tem expressiva importância enquanto um comportamento de poder.

Novas abordagens em matéria de planejamento estão inseridas em projetos como os relacionados ao desenvolvimento do oeste chinês e a reforma financeira iniciada em meados do ano de 2000, que possibilitou reduzir a zero os impostos sobre os camponeses- que teve como resultado colheitas recordes de grãos desde então. Em 2013, a produção de grãos chinesa atingiu 602 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 40% em relação aos dois anos iniciais da implementação desta reforma nas taxas rurais (*Tax-for-Fee - fèi gǎi shuì - 费改税*) (YEP, 2004)¹⁷². Controle e planejamento inteligente têm sido vistos desde o modo como a China possibilitou a entrada de empresas estrangeiras no país: por meio de *dejoint ventures*.

Através de tal estratégia, a China estabeleceu um processo consciente de usar o recurso de poder (tamanho de seu mercado de consumo) para atrair tais empresas, e absorver e mudar padrões de tecnológicos dentro do país, já que havia a exigência do compartilhamento de tecnologia das empresas estrangeiras aos sócios chineses. A institucionalização das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), por exemplo, que impunha, desde suas primeiras experiências (1982), tal condição de associação às empresas estrangeiras para com empresas estatais, entabula para si grande diferença de inserção

¹⁷² Ressalta-se que, ainda que a China tenha aumentado seu nível de produção, esta não alcançou a também crescente demanda pelos produtos. Entre 2000 e 2012, a importação chinesa de cereais cresceu de 3 milhões para 14 milhões de toneladas, sendo que a importação de grão de soja, particularmente, aumentou de 13 milhões para 59 milhões de toneladas (XU et. al., 2014). Além disso, a China terá de lidar com constrangimentos de recursos hídricos, diminuição de terra arável e degradação ambiental, o que poderá diminuir ainda mais seu nível de produção, alavancando ainda mais a importação de grãos.

externa chinesa *via-à-vis* países que adotaram o Consenso de Washington: utilizar-se de Investimento Externo Direto (IED) como janela de investimentos com vistas ao adensamento produtivo e à aquisição de novas tecnologias, e não indutor de fundos para processos de privatizações¹⁷³. Na China em 1998 somente 1,8% dos IEDs foram direcionados a fusões e aquisições, enquanto que no Brasil da década de 1990, por exemplo, em média mais de 70% desse tipo de investimento foi direcionado para privatizações e fusões e aquisições (JABBOUR, 2006). Câmbio administrado somado ao controle sobre o fluxo externo de capitais também tiveram influência direta na forma de comportamento desses IEDs.

Como apontado anteriormente, a grande pré-condição de todo esse complexo político-econômico reside no controle estatal sobre os setores estratégicos da economia e principalmente o controle dos instrumentos cruciais do processo de acumulação. O controle destes instrumentos possibilita à China dar, também, maior impulso ao processo urbanizador através dos investimentos; subsidiar e direcionar a ação das empresas de propriedade estatal (SOEs) – e, em certa medida, das empresas privadas – de forma que os interesses empresariais dos setores estratégicos, tão cruciais à continuidade do crescimento econômico doméstico e à indigenização de novas e novíssimas tecnologias, sejam identificados como os interesses nacionais e do governo central do PPC Chinês; e monitorar o câmbio. Neste último aspecto, ao limitar a convertibilidade do Yuan, a China logra evitar pressões sobre as decisões e os direcionamentos da política econômica doméstica que poderiam vir dos mercados de

¹⁷³ É de suma importância destacar que diversas redes de investimentos, pautadas na percepção de “setores sensíveis” e “setores de segurança nacional” como forma de proteger a economia nacional de monopólio de capital estrangeiro, determinam e direcionam o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China. Como resultado da política consciente de planejamento governamental aliada às práticas do *guanxi* chinês, os investimentos da região *overseas* da China são a principal fonte de influxos de IED no país desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. As redes de financiamento foram, desde esta época, promovidas inicialmente pelos investidores chineses de ultramar (*overseas chinese – hǎiwài huárén* -海外华人) – pessoas de nascimento ou descendência chinesa que vivem fora da República Popular da China (RPC)-, que começaram a organizar negócios no continente auxiliados por suas redes de relacionamentos (*guanxi*) e sua disponibilidade de capital e acesso ao financiamento externo. Estima-se que os chineses de ultramar – mais de 50 milhões de pessoas – possuam US\$ 2 trilhões em ativos líquidos, excluindo os títulos, e desde meados de 1980 três quartos das 28 mil empresas chinesas com capital estrangeiro significativo são financiadas por chineses que não vivem na RPC, e que suas contas de financiamento atingem até quatro quintos do IED no país. Precisamente, de 1979 a 1997, 68.34% do capital estrangeiro na China era originário de chineses de ultramar. Mesmo no final de 1998, o IED atingiu o pico de US\$ 45.5 bilhões, sendo que mais de 60% vieram de Taiwan e Hong Kong. Em janeiro de 2014, Hong Kong, Taiwan e Macau somaram juntas US\$ 8.4 trilhões em IED na China continental, representando 82,7% do total de investimento das dez principais nações e/ou regiões com fluxos de IED para a China (CUNHA, 2014).

câmbio internacionais e, concomitantemente, logra criar vantagens comerciais competitivas para seus produtos.

Outrossim, vislumbra-se, conforme orientação estatal, o comércio exterior planejado enquanto via para minimizar a relativa anarquia da produção nas relações comerciais internacionais, tal qual o faz a manipulação do câmbio, de forma que as relações externas de produção passem a ser favoráveis ao desenvolvimento da nação. Significa dizer que a China encontra-se no marco de um planejamento do comércio exterior, como parte de um todo, que envolve o desenvolvimento nacional como um fim. A questão do câmbio administrado, ao lado de um conjunto de fatores que formam um ambiente de aceleração da massa salarial, sem comprometer a competitividade externa chinesa, guarda papel relevante na elevação dos salários no país, conforme já mencionado. Conforme aponta Medeiros (2008)

Desde a crise asiática de 1997, a manutenção da estabilidade nominal do Yuan levou a elevação relativa dos salários chineses vis-à-vis os competidores asiáticos que desvalorizaram suas moedas (Medeiros, 2006) e, nos anos mais recentes, uma moderada valorização do Yuan frente ao dólar (uma direção que possivelmente se afirmará nos próximos anos) tem provocado uma elevação dos salários industriais chineses em moeda internacional (MEDEIROS, 2008, p. 93)

Além disso, a China, através de seu sistema planejado, tem revigorado o papel do setor militar conforme os interesses preferidos do PPC Chinês. Ainda em 2004, o então Presidente Hu Jintao articulou, no *White Paper* de Defesa chinês, um estatuto de missões para as forças armadas intitulado “Missões Históricas das Forças Armadas no Novo Período do Novo Século” (*Historic Missions of the Armed Forces in the New Period of the New Century*). O termo “novas missões históricas” focava-se prioritariamente nos ajustes a partir das novas concepções tangente ao ambiente de segurança internacional da liderança do PCC e na expansão da definição do que o Politburo considera como segurança nacional.

Conforme codificadas através de uma Ementa na Constituição do PPC Chinês em 2007, as “missões” incluem: prover garantia de força ao Partido para consolidar seu posicionamento no sistema político chinês; prover garantia de segurança para a salvaguarda do período de “oportunidades estratégicas” para o desenvolvimento nacional; prover suporte estratégico para a salvaguarda dos interesses nacionais; e, por último, cumprir papel na salvaguarda da paz mundial e na promoção do

desenvolvimento comum (MULVENON, 2009). Infere-se, a partir do novo direcionamento das forças armadas, a mudança – ampliação para a esfera econômica e social - na concepção de segurança do Politburo chinês e em seus desafios e prioridades tangentes ao desenvolvimento doméstico, bem como o intento de realinhar as pautas do ELP aos objetivos do PCC. Em resumo, Nye (2012) aponta para a eficiência do planejamento chinês:

O sistema político autoritário da China tem mostrado até agora uma grande *capacidade de conversão de poder* em relação a alvos específicos – por exemplo, a capacidade para sediar com sucesso os Jogos Olímpicos, construir projetos ferroviários de alta velocidade, ou mesmo estimular a economia para se recuperar da crise financeira global (NYE, 2012, p. 231, grifo nosso)

As fontes de planejamento chinesas são instrumentais que servem, de maneira genérica, à proteção geral de uma economia em expansão e de um projeto nacional com vistas a obter legitimidade interna (pela expansão da renda e do emprego, e pela melhora na qualidade de vida) e externa (pelo aumento de reconhecimento internacional e excelência científica e tecnológica).

3.2.2 Captar tendências

A ampliação do foco das forças armadas exemplificada acima, também é efeito da percepção de mudanças fundamentais no cenário internacional. Durante a Guerra Fria, os desafios externos para a China eram primariamente de cunho internacional, ou seja, o governo da RPC considerava como reais ameaças outros países, mormente as superpotências. Em contraste, os interesses atuais relacionados à segurança têm mudado (amplificado) de preocupações estratégicas tradicionais (nomeadamente Estados versus Estado e guerras por divergências ideológicas), para preocupações com problemas globais – e domésticos – mais complexos de identificar e, conseqüentemente, mais difíceis para tomar medidas preventivas e resolver.

Dentre tais preocupações, cabe prioridade à segurança da esfera e do processo econômico. Essa preocupação é reveladora da captação da tendência de menor eficiência da primeira face do poder¹⁷⁴ da esfera militar (poder duro) para buscar resultados preferidos, bem como da difusão do poder global de Estados para atores não-

¹⁷⁴ Usar de ameaças ou recompensas para mudar o comportamento dos demais atores do sistema internacional contra as preferências destes (NYE, 2012).

estatais, e difusão do poder entre os próprios atores nacionais. A tendência do aumento cada vez mais expressivo das economias emergentes num cenário internacional em que a esfera econômica assume protagonismo nas relações internacionais é capitalizada e já revelada no documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023*:

Nos anos vindouros até 2023, veremos o aprofundamento constante da multipolarização, da globalização econômica, da diversificação cultural, e da informatização social [...] O equilíbrio dos poderes e influências está crescendo de forma mais equalizada e pluralista, a multipolarização da política internacional está se tornando mais óbvia, a questão do desenvolvimento econômico está ganhando proeminência na agenda global, e a ascensão comparativa das potências emergentes e o declínio comparativo das potências ocidentais estão se tornando mais notáveis (SIIS, 2013, p. i-1).

Para o governo da RPC, é não só plausível, como desejável, a multipolarização do sistema internacional, na medida em que poderá mais facilmente atuar de forma mais pró-ativa, conforme seu próprio padrão de inserção global, e aumentar seu poder nacional num âmbito de ordenamento internacional liderado pelas potências emergentes e de maior dispersão de poder econômico. Destarte, a multipolarização é causa e consequência, concomitantemente, da identificação escolhida da China como líder dos países em desenvolvimento nas diversas esferas de governança global. Ao estabelecer-se como a segunda maior economia mundial – fato que, juntamente à ocupação do assento permanente no CSNU, poderia aproximá-la mais de um caráter de potência central - e defender a maior democratização das instituições internacionais, a China ajuda a criar e moldar crenças, percepções e preferências básicas de demais atores, sobretudo as próprias economias emergentes e em desenvolvimento, assumindo um comportamento de terceira face do poder. A captação das tendências advém, mormente, do intento em maximizar as oportunidades estratégicas de atuação da China no cenário internacional. É de suma relevância destacar que a maximização de tais oportunidades perpassa pela captação da tendência de escassez de recursos estratégicos energéticos e da importância cada vez maior que assume o avanço tecnológico nas mais variadas esferas de desenvolvimento nacional.

Fica evidente que uma política externa pautada, de um lado, para a acumulação de capital e, de outro, para o aumento de sua influência e capacidade de manobra na arena geopolítica demanda a análise apurada dos processos de movimentação da ordenação internacional como um todo, desde a distribuição de poder até novos eixos e

modos produtivos. A metamorfose política chinesa – rupturas dentro de uma continuidade – faz-se necessária na mesma medida em que cada vez mais as diferenças de concepções de mundo e de políticas ficam evidentes e onde a própria reprodução econômica chinesa depende, em alto grau, de sua capacidade financeira e política. A própria segurança energética chinesa e sua mais ativa inserção internacional por conta da busca da mesma dependem, nos marcos de execução de novas e mais inteligentes formas de planejamento, de uma crescente capacidade política, comercial e financeira que se revelam no atual cenário de crescente aumento de seus investimentos produtivos para fora de seus marcos territoriais.

3.2.3 Atuação *free-rider* no sistema político internacional

A atuação *free-rider* chinesa é não só reflexo de concepções e vieses tradicionais de política chinesa, como também uma opção estratégica para maximizar o leque de possibilidades de ação na ordem internacional. A RPC, através de sua atitude *free-rider*, logrou instrumentalizar a tendência globalizante e implementou, através da iniciação da reforma e abertura em meados da década de 1970, o “socialismo com características chinesas”, aliando planejamento estatal à economia de mercado, e selecionando instituições de cunho comportamental nas quais ingressar para legitimar sua inserção internacional e maximizar ainda mais suas opções estratégicas.

As políticas chinesas podem parecer, à primeira vista, “contraditórias” se analisadas deslocada e separadamente de uma noção maior de planejamento e de referências conceituais tradicionais chinesas. Logo, se bem compreendido o cerne estatal da atitude *free-rider* chinesa no cenário internacional, torna-se visivelmente estratégica a necessidade contínua, num mesmo espectro de tempo e espaço, da maximização do mercado e sua capacidade de alocar recursos; bem como a maximização do planejamento, que ocupa o espaço reservado a pensar o estratégico, os grandes empreendimentos, a gestão macroeconômica capaz de gestar movimentos imediatos e futuros da grande economia chinesa.

Tal atuação, ainda que não livre de críticas, confere ao governo da RPC respaldo para que suas políticas diplomáticas e econômicas sejam definidas e planejadas sem a total interferência das instituições de governança internacional. E, mesmo no âmbito de tais instituições, a RPC tem se mostrado disposta a encarar o ônus e o bônus de uma atuação desvinculada dos padrões internacionais. Como afirma Lanteigne (2005),

O status chinês de grande potência e poder em desenvolvimento global tem-lhe permitido interagir com tais instituições mais seletivamente, sem o mesmo nível de preocupação que outros estados em desenvolvimento têm acerca dos custos ou conseqüências do cumprimento parcial ou de “mau comportamento” (LANTEIGNE, 2005, p. 31).

Com efeito, relativamente a períodos anteriores, as atividades diplomáticas chinesas nos anos recentes configuram-se cada vez mais por pró-atividade e flexibilidade. Isto no sentido de que a China não está mais disposta a meramente reagir às mudanças na arena internacional; contrariamente, quando possível, intenta moldar o ambiente externo – especialmente o entorno regional – sem, contudo, contestá-lo. Pode-se citar como exemplo o papel de liderança exercido pela China em arranjos regionais, como o Fórum Bo’ao para a Ásia desde fevereiro de 2001, e a transformação do “Shanghai 5”, fundado em 1996, no organismo internacional de cooperação para segurança: Organização para Cooperação de Shanghai¹⁷⁵, no mesmo ano. Beijing procura agora maior atividade nas mesas decisórias regionais e internacionais onde as regras são elaboradas, de maneira a moldar resultados favoráveis aos seus interesses nacionais (resultados preferidos).

É de ímpar importância destacar que a China encontra-se igualmente preparada para re-interpretar unilateralmente ou seletivamente recusar regras e padrões internacionais pela mesma razão. Exemplo disto parte das acusações que a RPC vem recebendo – mormente por parte do Japão, das Filipinas e do Vietnã - diante de supostas transgressões às normas colocadas pelo acordo internacional sobre direitos e responsabilidades das nações referentes ao uso dos oceanos, o *United Nations Convention on the Law of the Sea* (UNCLOS), a partir de 2012, e assuntos tangentes à livre navegação nas Zonas Econômicas Exclusivas da China que, de acordo com a liderança do Partido Comunista Chinês, abrangem o leste e o mar do sul da China, envolvendo as ilhas de disputas entre a China e seus vizinhos: Ilhas Senkaku (Ilhas Daiyu, em chinês, disputa com Japão), Ilhas Paracel (Ilhas Xisha em chinês, disputa com Vietnã), Ilhas Spratly (Ilhas Nansha em chinês, disputa com Taiwan, Vietnã, Brunei, Malásia e Filipinas), e o banco de areia/recife Scarborough Shoal (Minzhu Jiao em chinês, disputa com Taiwan e Filipinas) (JUNMING, 2014; O’ROURKE, 2014).

¹⁷⁵ São membros fundadores: China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Já Irã, Índia, Mongólia, Paquistão e Afeganistão são membros observadores.

De forma sucinta, a “contradição” tem sido o motor do processo de desenvolvimento chinês. Em que pese os interesses da RPC no mar meridional chinês e a postura de “diplomacia coerciva” (NYE, 2012, p. 72) com relação ao controle incontestado dos espaços comuns descritos acima, o país logra, ainda assim, firmar-se em outras esferas do poder que não a primeira face - propriamente a face coativa. Através de seu discurso de não-ingerência nos assuntos internos de outros países, como exemplo, a China pode ter expressivo fluxo comercial e de investimentos com países de governo autoritário e com histórico de violações de direito humanos. Nesse espectro, a RPC distancia-se da primeira face do poder, por exemplo, ao não considerar o uso de sanções como ação eficaz dentro das esferas de governança global, como explicitado anteriormente no padrão comportamental chinês no CSNU.

3.2.4 Expansão de poder brando

Deng Xiaoping já delineava, em 1980, embriões do que viriam a ser os elementos do comportamento de poder chinês através do lema de sua “estratégia de 24 caracteres”: 冷静观察, 站稳脚跟, 沉着应战, 韬光养晦, 善于守拙, 绝不当头 (*lěngjìng guānchá, zhàn wěn jiǎogēn, chénzhuó yìngzhàn, tāoguāngyǎnghuì, shànyú shǒuzhuō, jué bù dāngtóu*) (SWAINE, 2011). Tais caracteres são traduzidos da seguinte maneira: “observar com calma, garantir nosso posicionamento, agir calmamente diante das adversidades, esconder nossas capacidades e esperar nossa vez, ser hábil em manter um baixo perfil (*low profile*), nunca reivindicar a liderança.” Desde então, o PCC tem seguido de maneira coerente tais apontamentos, apresentando linearidade na esfera de formulação política e econômica do país. Ao “observar com calma” as potencialidades e os desafios domésticos, bem como as possibilidades de inserção no cenário internacional, a China pôde capitalizar as tendências de tal cenário e, por conseguinte, optar por sua atuação *free rider* e seletiva.

Nesse sentido, a RPC coloca-se preferencialmente como um espectador e, ao mesmo tempo e de forma paulatina, ator do processo de ordenamento global. Tal posicionamento lhe permite elencar as mais eficientes formas de identificação com tal cenário: opção pela identidade enquanto país de “Terceiro Mundo”, tendo em vista que seu comportamento de poder é potencializado no âmbito do hall de países de agenda terceiromundista, e que há a tendência cada vez mais revelada à multipolarização das relações internacionais, sobretudo na esfera econômica; opção pelo “socialismo de

mercado”, tendo em vista as tendências de crescimento econômico a partir da globalização (não só captar, mas também *capitalizar* tendências), mas sem abandonar o controle de tal processo (planejamento). “Garantir o posicionamento” chinês, seja no que se refere à legitimidade do PCC, ao contínuo processo de crescimento econômico, ou ao status de poder atingido pela China no cenário internacional, perpassa pela garantia de que nenhum outro Estado interferirá em seu planejamento de forma obstrutiva.

Destarte, agir calmamente diante das adversidades, esconder capacidades, ser hábil em manter um baixo perfil, e nunca reivindicar a liderança, são escolhas estratégicas que tendem a amenizar perspectivas negativas do crescimento chinês na esfera internacional e possíveis reações contra a sua busca por resultados preferidos. É nesse sentido que a RPC deu singular ênfase ao poder brando. Desde a publicação disponibilizada de *White Papers* sobre tópicos que o governo central da RPC julga necessários ao conhecimento internacional – e doméstico, vale dizer -, a disponibilização de conteúdos jornalísticos e midiáticos em geral chineses em língua estrangeira (como *Global Times*, *China Daily*, e *Liberation Army Daily*), fortalecimento de laços comerciais por todo o globo, inauguração de mais de 300 Institutos Confúcio para ensino da cultura e da língua chinesa em diversos países, até a disseminação cada vez maior de uma miríade de novas, e tradicionais, conceituações e teorizações autóctones sobre política, economia, e relações internacionais, a China procura estruturar uma “comunidade de interesses” (ZHENG, 2013a, 2013b) que absorva seus interesses nacionais. Conforme exposto no Livro Branco de Desenvolvimento Pacífico da China:

No mundo em constante mudança de hoje, todas as doutrinas, sistemas, modelos e caminhos estão sujeitos ao teste dos tempos e da prática. Como as condições nacionais variam de país para país, não há tal coisa como um modo fixo de desenvolvimento, que afirma ser o único eficaz e aplicável a todos. O caminho de desenvolvimento só é viável quando se adequa às condições nacionais de um país (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2011, p. 6)

Vale lembrar que, ao contrário de diversas instituições valorativas ocidentais – como democracia - que buscam o bem comum da sociedade internacional através da identificação de valores e interesses também comuns, a concepção chinesa, mais complexa de ser concebida, prefere a “convergência de interesses”, ou seja, a alocação

dos interesses particulares numa estrutura em que há a “harmonia sem uniformidade”¹⁷⁶(PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2011). Configura-se, assim, como uma estrutura de relações que ajusta configurações de desenvolvimento de acordo com as especificidades e os interesses de cada país.

Ao advogar a “justiça” e a “racionalidade” na diplomacia de relações entre os países, mais enfaticamente do que a “equidade” (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2012), essa estrutura de comunidade de interesses também gera atração nas potências emergentes e nos países em desenvolvimento, na medida em que pauta-se pela condição específica de cada país, sobretudo no que tange aos assuntos econômico-comerciais. O *Shanghai Institute for International Studies* (2013) esclarece que os objetivos da estratégia geral chinesa para os países em desenvolvimento é a “orientação do desenvolvimento do sistema internacional e da ordem internacional para o caminho da maior justiça e racionalidade” (SIIS, 2013, p.13).

Estudiosos chineses enfatizam que os princípios multilaterais não-discriminatórios foram, em certa medida, utilizados pelos Estados Unidos para assegurar sua primazia econômica no longo prazo(HUANG; ZHEN, 1996; WANG, 2008).Corroboram com tal afirmação o fato de que uma estrutura assimétrica de poder comercial foi exacerbada, por exemplo, pelas negociações da Rodada Uruguaí e da Rodada Doha da OMC, ao incluir acordos sobre novos temas como propriedade intelectual e investimentos, e falhar na concertação de temas como subsídios agrícolas.

A disposição de tal conceituação de comunidades de interesses reflete claramente a dialética complementar inter-teses – que será discutida nesta pesquisa -, na medida em que a abrangência da heterogeneidade e diversidade de configurações políticas, econômicas e sociais dos atores globais é pressuposto básico (estrutura harmoniza relações entre países), contrariamente ao pensamento taxonômico em que os países somente podem lograr a busca de seus interesses nacionais se estiverem em

¹⁷⁶ Como Chen e Starosta (2003) esclarecem, harmonia representa, no processo de comunicação asiático, “uma espécie de apelo ético que possa induzir um senso de compromisso de cooperação para com a outra parte, não pelas estratégicas palavras do comunicador, mas pela sincera demonstração da mais profunda preocupação com o outro” (CHEN, STAROSTA, 2003, p. 6). Nos ensinamentos de Confúcio, um cidadão global é aquele capaz de reconhecer totalmente a diversidade enquanto base para a harmonia, e toma a responsabilidade moral para retirar disto o melhor possível. Nesse sentido, a comunicação intercultural é um meio de integrar diferenças sem criar uniformidade. Nos Analetos de Confúcio está descrito que “uma pessoa exemplar procura a harmonia, não a uniformidade” (LEGGE, XIII, p. 23), ou também “o junzi [jūnzǐ -君子] atua em harmonia com outros, mas não procura ser como eles; o homem pequeno [xiǎorén - 小人] procura ser como outros, e não age em harmonia” (THE ANALECTS OF CONFUCIUS, 2012, p. 71). O ideograma jūnzǐ é utilizado para denotar um indivíduo ideal cujo caráter contém a virtude da benevolência e cujos atos estão em acordo com retidão.

congruência com a base de interesses e valores comuns dos demais (estrutura ordenação dos países).

A partir desta perspectiva, fica mais claro o porquê de a China enfatizar a não-ingerência nos assuntos internos de outros países nas instituições de governança global. Tal conceituação figura enquanto um aspecto de poder brando, na medida em que preza pela não exclusão de relações com quaisquer países, sejam eles de sistema democrático, antidemocrático, centrais ou em desenvolvimento, distantes ou próximos, e acaba por gerar certa persuasão e atração gravitacional em torno da disponibilidade chinesa em comercializar e manter relacionamentos diplomáticos sem exigências valorativas mais fundamentais.

Outro importante aspecto dentro do elemento poder brando de comportamento de poder é a intenção em configurar o desenvolvimento e a reinserção internacional da China – e fazê-los serem percebidos - e seu aumento de PNA enquanto *quebra* com relação aos fluxos de poder e troca de status de poder anteriores protagonizados pelas potências ocidentais, numa clara percepção (captação de tendências) das mudanças ocorridas também nos “sub-conjuntos” do sistema internacional: estruturas e/ou padrões internacionais (*guójì géjú* - 国际格局). Para isso a liderança do Politburo chinês investe no discurso de benefício mútuo com os demais países, e em “manter habilmente” uma postura discreta para que a busca por suas preferências não sejam percebidas como agressivas pelos países com os quais mantém relações, além da negação declarada da busca por hegemonia.

Exemplo claro de percepção e sensibilidade de abrangência de poder brando, pontualmente nas esferas de publicidade externa (*xuānchuán* - 宣传), foi a modificação, após debates dentro do próprio Politburo chinês entre os anos de 2003 e 2004, representada pelo abandonado uso discursivo do termo “ascensão pacífica” chinesa, cunhada em novembro de 2003 pelo Premiê chinês Zheng Bijian, em prol do termo “desenvolvimento pacífico” chinês, utilizado pela primeira vez no Fórum Bo’ao para a Ásia pelo então Presidente Hu Jintao, em abril de 2004. O ideograma empregado para considerar “ascensão” (*juéqǐ* - 崛起) na cultura chinesa tem significado mais abrangente do que a maneira como o termo é empregado nas vias ocidentais, e incita uma ascensão “abrupta”, “repentina”, “ascender de forma proeminente”, o que inferia certa agressividade nos círculos de percepção internacionais, sobretudo para as

potências centrais, que passaram a considerar a possibilidade de uma “ameaça chinesa” e de que a China viesse a ser um **ator geopolítico desestabilizador** no sistema.

Doravante, o discurso chinês optou estrategicamente pelo uso do termo “desenvolvimento pacífico”, o que transfere tal percepção de “crescimento” para o âmbito doméstico chinês, de forma a enfatizar não a ascensão do país em termos de poder internacional, mas o contínuo progresso nacional chinês. Isto significa que o termo foi direcionado para que acoplasse apenas o que a RPC revela como seu interesse nacional prioritário: desenvolvimento econômico doméstico. Ademais, ao modificar a utilização do termo, a liderança da RPC buscou distanciar qualquer cunho paradoxal que “ascensão pacífica” pudesse sugerir em vista de seu comportamento com relação às ilhas reivindicadas e as questões sensíveis tangentes a Taiwan, Tibete, Xingjiang e as ilhas do Mar do Sul da China.

Faz-se mister destacar que a liderança chinesa desde Deng Xiaoping, passando por Jiang Zemin, Hu Jintao, até Xi Jinping, têm adotado e adaptado estratégias que enfatizam a segurança das condições externas conducentes ao crescimento econômico doméstico e as transformações sociais. Para esse fim, a preponderante parte da elite chinesa tem assumido conceitos de segurança cooperativa e multilateral como forma mais eficiente e eficaz de relações internacionais. Entretanto, ao mesmo tempo e ainda que com foco na esfera de poder brando, há seriedade na proposta de modernização militar da China, com a possibilidade de utilização deste setor, se necessário, no estreito de Taiwan e, num futuro mais distante, com o fim de proteção de suas cadeias de suprimento energético estratégico. Do todo, tem-se um cenário em que, embora a China venha se tornando mais forte em termos de poder coercivo, o governo chinês tem igualmente mostrado poder inteligente (NYE, 2012) em termos de habilidade para usar dessa força coativa, de poder econômico-financeiro e de poder brando em suas diversas variações, em combinação para reassegurar seus interesses em longo prazo, e, adicionalmente, reduzir ansiedades e reações adversas que sua capacidade coativa crescente possa gerar. Conforme Lampton (2008),

A estratégia geral da RPC enfatiza poder econômico e intelectual. Portanto, se outras nações concentrarem suas reações à RPC ao campo coercivo, perderão os desafios centrais impostos, e enfraquecerão suas próprias capacidades nacionais para competir nos campos escolhidos por Beijing – econômico e [das] ideias (LAMPTON, 2008, p. 38).

Doravante, a partir das teorizações usadas como base para a política externa chinesa, a China intenciona não só amenizar as perspectivas mais céticas quanto às suas intenções diante da mais ativa inserção internacional, como também gerar atração com relação às potências emergentes e aos países em desenvolvimento a partir de uma identificação de interesses – e clamor por um tipo de relacionamento de tipo ganha-ganha (*win-win*) -, seja no âmbito político como, principalmente, no econômico. Tal intento é motivado pelo fato de que são justamente tais países as fontes diversificadas de suprimento energético estratégico e demais commodities para o desenvolvimento chinês. De acordo com Moyo (2013),

[...] a China está executando sua estratégia por recursos com considerável confiança, fazendo aparentemente tudo ao seu alcance para assegurar que os acordos por commodities beneficiem ambas as partes signatárias [...] mesmo que a China não consiga fisicamente possuir cada grama de cobre, obter cada barril de petróleo, reclamar cada fonte de água e terreno cultivável do planeta, o país jogou bem com suas cartas: criou laços amistosos com seus países anfitriões (MOYO, 2013, p. 93-216)

Com efeito, conceitos autóctones chineses já estão permeando suas esferas de influências no âmbito multilateral, sobretudo no que se refere às relações da China com demais países emergentes.

O BRICS¹⁷⁷ advoga um bloco periférico, “engajado numa integração estratégica trans-regional, com visão global para além do pensamento tradicional geo-estratégico” (YANG, 2013, p. 31), em condições de transformar representatividade econômica em força política e assim transformar a correlação de forças em âmbito mundial em prol do direito à autonomia dos países periféricos em escolher caminhos ao desenvolvimento. Em certa medida, o cerne do acrônimo pauta-se, mormente, nos crescentes recursos de poder da China. No que tange ao seu poder brando, a China igualmente permeia os discursos conjuntos do bloco com conceitos próprios. Desde a primeira reunião do grupo, em junho de 2009 na Rússia, ainda em vias de discussão sobre as reais potencialidades dos países enquanto foro internacional, na declaração conjunta de Yekaterinburg, os países do então BRIC (sem a África do Sul) declaravam que

¹⁷⁷O anagrama conceitual que virou um grupo de articulação política e econômica foi criado pelo economista Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs, em um estudo de 2001 (“*Dreaming with the BRICs*”) em que previa que as quatro economias emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China), e, posteriormente, a África do Sul, teriam um PIB superior ao do G7 até 2050.

Estamos de acordo sobre os passos para promover diálogo e cooperação entre nossos países de uma forma incremental, pró-ativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação dos países do BRIC são conducentes não só para servir aos interesses comuns das economias emergentes e dos países em desenvolvimento, como também para construir um *mundo harmonioso* de paz duradoura e prosperidade mútua. (BRIC SUMMIT, 2009, p. única, grifo nosso)

O termo “mundo harmonioso”, como já investigado anteriormente nesta pesquisa, não se trata somente de um jargão político, mas um elemento primordial e básico da diplomacia moderna chinesa proveniente do conceito tradicionalmente filosófico confuciano (Confúcio: 551 a.C. – 479 a.C.) ampliado de “sociedade harmoniosa”. Pode-se inferir que o discurso chinês tem se tornado linguagem comum dos países dos BRICS, já que as demais declarações também apresentam o conceito de “mundo harmonioso”, calcado sob noções de coordenação, combinação e integração entre elementos distintos, como persecução mútua dos países membros. E, portanto, tem sua significância acrescida paulatinamente.

Tal influência é de extrema relevância, na medida em que o bloco dos BRICS tem sido cada vez mais ativo na arena internacional. Se na primeira reunião do grupo a declaração de Yekaterinburg, pouco ousada, foi composta de 16 pontos que versavam basicamente sobre desafios econômicos a serem transpassados; a última reunião até o presente texto, realizada na África do Sul em 2013, teve a declaração de eThekweni composta por 47 pontos que versavam não só sobre a reforma das esferas de governança financeira mundial – inclusive com a proposta de um fundo de investimentos em infraestrutura e projetos de desenvolvimento (*BRICS-Led New Development Bank*) e segurança monetária multilateral (*Contingent Reserve Arrangement - CRA*) com capital inicial de US\$ 50 bilhões e US\$ 100 bilhões, respectivamente-, mas também os países se posicionaram frente a temas latentes conjunturais de segurança e política internacionais, como o caso de violações de direitos humanos na Síria (ponto 26) e na República Democrática do Congo (ponto 32), o programa nuclear do Irã (ponto 28), o terrorismo e o extremismo no Afeganistão (ponto 29) e até mesmo congratularam a Palestina como membro observador das Nações Unidas (ponto 27) (BRICS SUMMIT, 2013).

Não obstante a influência chinesa no discurso diplomático multilateral, vista não só no uso do termo acima citado, mas também ainda na proposta de criação de um setor

único para diplomacia pública dos BRICS¹⁷⁸; a influência na esfera econômico-comercial do grupo tem sido sentida de forma mais assertiva. Na declaração de eThekweni, como parte da seção “novas áreas de cooperação a serem exploradas”, foi proposta uma maior concertação entre as empresas de propriedade estatal dos países membros. O ponto 18 coloca que “reconhecemos a importância do papel desempenhado pelas empresas de propriedade estatal (SOEs) e encorajamos nossas SOEs a explorarem meios de cooperação, trocas de informação e melhores práticas” (BRICS SUMMIT, 2013, p. única).

Como anteriormente discutido, o conglomerado de empresas de propriedade estatal (*stated owned enterprises* – SOEs) desempenha fundamental papel como instrumento na consecução do planejamento estratégico chinês referente às políticas econômicas implementadas e ao interesse nacional de progresso econômico chinês, já que estão ligadas sobretudo aos setores também estratégicos como de finanças, energia, mineração, transportes, comunicação e tecnologia. Se bem foi uma proposta acordada entre todas as partes, é do maior interesse da China que suas SOEs estejam em compasso com as estatais dos demais membros do grupo, grande parte também em setores estratégicos, como a Gazprom (*Gazovaya Promyshlennost*), o Sberbank Rossii, a JSC Russian Railways, e o Rosnanotekh, da Rússia; o State Bank of India, o Agricultural Finance Corporation Ltd., o Bharat Heavy Electricals Limited (BEHL), e o Indian Oil Corporation Limited (IOC), da Índia; o Development Bank of Southern Africa, a Alexkor SOC Ltd (mineração), o Land Bank, o National Energy Regulator (NERSA), e a PetroSA (*South Africa's National Oil Company*), da África do Sul; a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.), a Eletrobrás, e o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), do Brasil. Isto porque esses países fazem parte do hall de diversificação de fonte de suprimento energético estratégico para a China. Assim, pelo exemplo da influência chinesa no grupo dos BRICS, pode-se perceber o comportamento de poder inteligente utilizado pelo Politburo chinês no que se refere à expansão de seu poder brando somado à conversão de recurso de poder econômico em influência gravitacional irradiada.

¹⁷⁸ A ênfase dos líderes do Partido Comunista Chinês na diplomacia pública foi primeiramente vista no relatório do 18º Congresso Nacional do PCC, ao clamarem pela promoção da diplomacia pública enquanto trocas e compartilhamento “culturais” e de “pessoa para pessoa” (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2012), de maneira a aumentar ainda mais seu poder brando entre a opinião pública internacional, além de conduzir a manutenção da estabilidade nos arredores da China e consolidar a fundação da diplomacia chinesa (LU, 2013, p. 43)

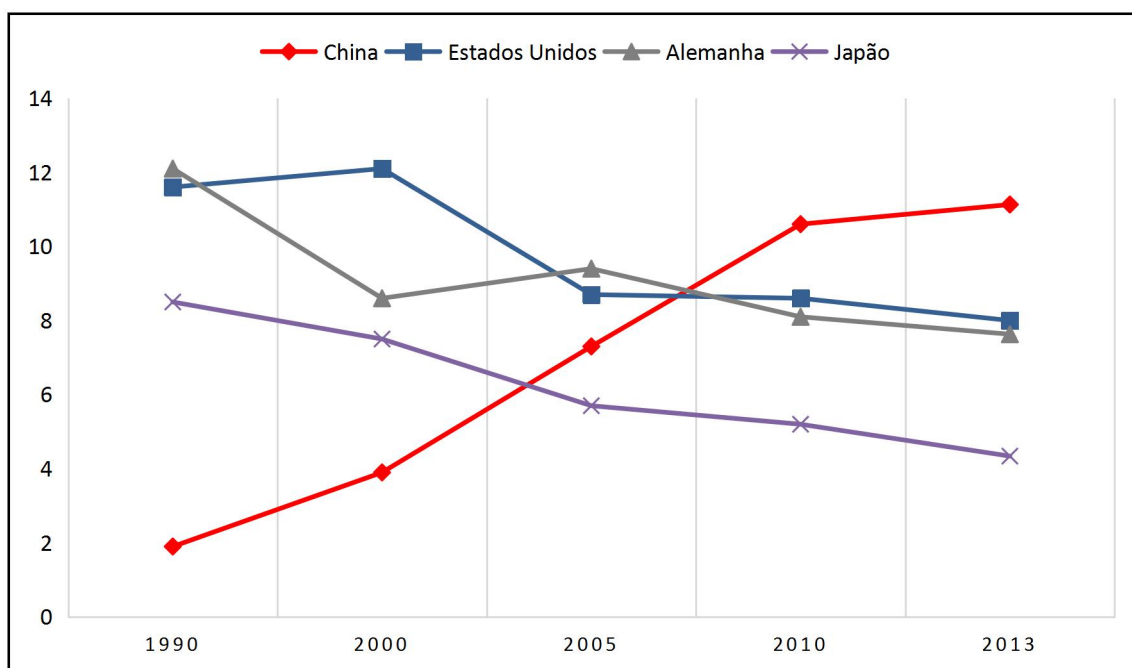
3.2.5 Recursos econômicos

A questão sobre o futuro do comportamento chinês diante do mundo está, e muito, pautada tanto por sua formação social quanto por suas necessidades materiais. No caso chinês, como expõe Nye (2012, p. 93), “mesmo quando os recursos naturais são escassos nas fronteiras de uma nação, sua ausência não é um indício de baixo poder econômico”. De forma contrária, a RPC exerce seu comportamento de poder, partindo de um planejamento também para o âmbito doméstico, justamente pela busca dos recursos estratégicos que tanto necessita ao seu processo de desenvolvimento. Tal comportamento é categorizado em, basicamente, três vias: poder de ser vendedor, poder de ser comprador, e poder de ser investidor (LAMPTON, 2008). Estes “níveis” de exercício de influência chinesa e o grau de envolvimento e penetração de seu comportamento de poder econômico nas economias de seus parceiros estratégicos geram **expectativas** quanto ao necessário papel de **ator econômico-financeiro estabilizador** do sistema que a China deva desempenhar.

O poder do vendedor pode ser resumido, de maneira geral, em apenas uma informação: a China é, desde 2009, o país que mais exporta no mundo, e é a primeira potência comercial (soma de exportações e importações) desde 2012. Tradicionalmente um exportador de produtos primários, o país logrou, com sua forma de produção nacional, capitalizar a tendência da globalização das cadeias de produção traduzida na nova Divisão Internacional do Trabalho e na mudança das regiões de intensificação de trocas comerciais pela mobilidade também dos fatores de produção (produção fragmentada). No início do processo de reforma e abertura, a China capitalizava com os processos finais de baixo valor agregado de produtos cujos componentes vinham de outros países, e apenas eram montados neste país, que contribuía apenas com pequena porcentagem deste valor – fato que conferiu à China o rótulo de “fábrica do mundo”. Tal fato, somado à grande piscina de mão-de-obra relativamente qualificada e barata disponível, ao câmbio administrado, aos subsídios dados às empresas e ao baixo custo de infra-estrutura, foi elemento que impulsionou uma invasão no mercado internacional por produtos “Made *in* China” – deve-se diferenciar de “Made *by* China” -, mas que cuja tecnologia ainda pertencia às transnacionais originárias das potências centrais. Desde meados da década de 1990, mais de 50% das exportações chinesas foram alcançados na forma de “aperfeiçoamento passivo” em nome de empresas estrangeiras: 50% em 1995 e 55% em 2000, enquanto as compras necessárias para a montagem dos produtos foi superior a 50% das importações da China (ZHAN, 2009).

O tipo de produção industrial caracterizado pelo caráter intensivo de grande aporte de capital e trabalho só poderia ser superado pela incorporação de novos paradigmas tecnológicos capazes de acelerar a produtividade do trabalho e melhorar a contribuição de valor agregado nas cadeias produtivas do país. Nesse sentido, o contínuo processo de reforma chinesa foi planejado de maneira a diversificar seu comércio, a permitir a maior competitividade interna através de empresas privadas, a captar *know-how* tecnológico (conforme a exigência feita pelas *joint-ventures*), e a atrair investimentos externos diretos (a exemplo das Zonas Econômicas Especiais), cujo valor de US\$ 800 bilhões nos trinta anos subseqüentes à reforma e abertura contribuiu para alavancar o acesso de produtos chineses no mercado mundial. Em suma, a China vem não só aumentando suas exportações no mercado mundial (Gráfico 11), como também agregando valor a tais exportações, seja por meio ainda de re-exportação de produtos tecnológicos de transnacionais estrangeiras, como pela exportação de produtos de marcas propriamente chinesas.

Gráfico 8- Participação das exportações de países selecionados nas exportações mundiais 1990-2013 (%)

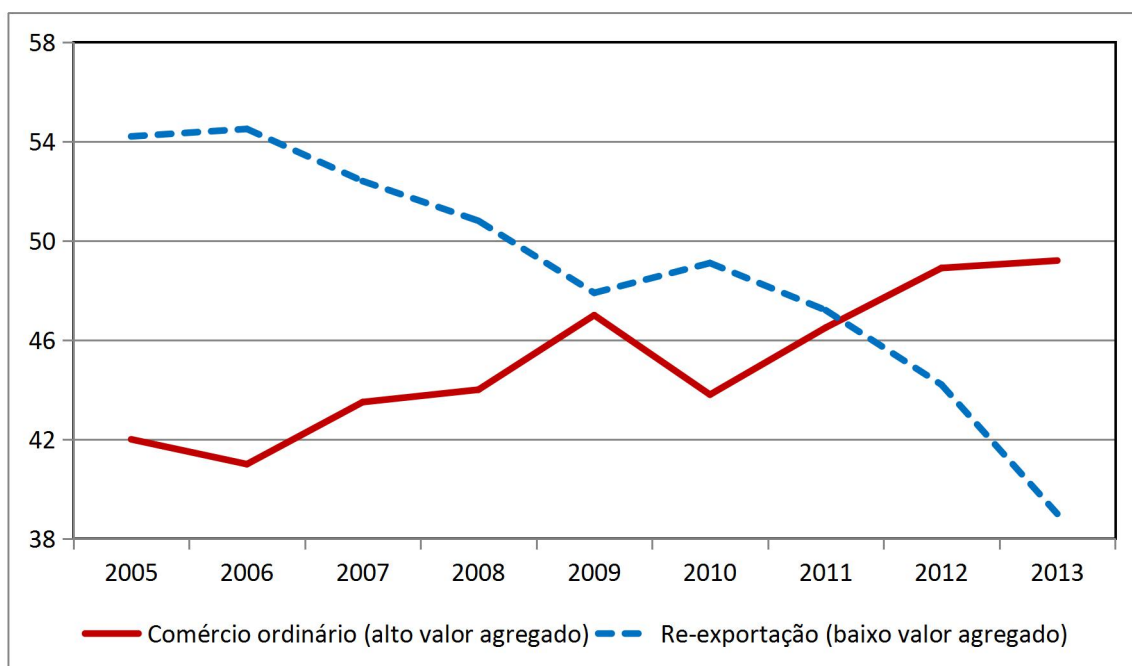


Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *IMF Direction of Trade Statistics Database*. Disponível em: [<http://imf.org/external/data.htm>] Acesso em: 15/05/2014; WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *Statistics Database*, mar.2014. Disponível em: [<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=S&Country=JP>] Acesso em: 15/05/2017. Elaborado pela autora.

O Gráfico (8) deixa claro o exponencial crescimento das exportações chinesas nas exportações mundiais, ultrapassando, em apenas duas décadas após o início da reforma e abertura, os tradicionais líderes: os Estados Unidos, Alemanha e Japão. Apesar dos percalços sofridos nos anos posteriores à crise financeira internacional e a conseqüente desaceleração das importações por parte das economias centrais, a China continuou com o crescimento de suas exportações, sendo que projeções do Fundo Monetário Internacional apontam para a contribuição de 12% das exportações chinesas nas exportações mundiais ao final de 2014 (IMF, 2014).

Ademais, nos últimos anos, a China tem acelerado a reestruturação econômica – sobretudo após sua inserção na OMC -, promovendo a transformação de seu padrão de crescimento do comércio exterior, desenvolvendo marcas internacionalmente competitivas, e melhorando a qualidade e a eficiência da produção de bens de exportação. O nível tecnológico geral e o poder de barganha dos exportadores chineses aumentaram, e os preços de exportação de produtos intensivos em trabalho da China, como processados, vestuário e têxteis também aumentaram, ainda que tal aumento não tenha implicado na perda de *market share* global – a China obtém 41%, 38% e 33%, respectivamente, da quota de mercado global de tais produtos (KKR, 2014). O comércio exterior da China está testemunhando o crescimento coordenado na quantidade e no preço das exportações, e o padrão de crescimento das exportações tem mudado a partir de um padrão de crescimento orientado para a quantidade, em um direcionado para qualidade.

Gráfico 9- Produtos de baixo e alto valor agregado no total de exportações da China 2005-2013 (%)



Fonte: KKR GLOBAL INSTITUTE. China: Repositioning Now Required. *KKR Insights Global Macro Trends*, v. 4, n. 2, fev.2014. Disponível em: [http://www.kkr.com/_files/pdf/KKR_Insights_140220.pdf] Acesso em: 13/05/2014. Elaborado pela autora.

O Gráfico (9) mostra o direcionamento das exportações chinesas para manufaturas de mais alto valor agregado. Tais exportações atingiram 49,2% do total de exportações em dezembro de 2013, uma elevação de 820 pontos base desde 2006. Do valor total de exportações (US\$ 2,21 trilhões) em 2013, uma soma de US\$ 945 bilhões foram de produtos mecânicos e eletrônicos exportados (CEBC, 2014). Vale lembrar que mesmo com esses ganhos substanciais, a contribuição das exportações de maior valor agregado agora é apenas grande o suficiente para compensar a queda nas exportações de menor valor agregado. Assim, a liderança do Politburo chinês pretende aprofundar a transição do caráter exportador do país a aplicar cada vez mais recursos em setores de alto valor agregado da economia como automóveis e partes componentes, químicos e produtos farmacêuticos. Como recentemente frisou o Premiê Li Keqiang, em janeiro de 2014 na ocasião de entrega do grande prêmio de ciências da China (*China's Top Science Award*), “a China entrou numa nova fase em que o país tem que confiar mais em inovação científico-tecnológica para orientar e apoiar o seu desenvolvimento econômico e seu progresso social¹⁷⁹”. Lampton (2008) acredita que esse direcionamento

¹⁷⁹ “China confers top science award”. *China Daily*, 10 jan.2014. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-01/10/content_17229574.htm] Acesso em: 14/06/2014.

para o aumento de valor nas cadeias de produção chinesas tende não só a continuar, como também acelerar, na medida em que

[...] mais setores da economia da RPC tenham atores não-estatais dinâmicos e invistam no exterior, e acelerará se Beijing puder continuar a reforma do sistema financeiro de forma a alocar capital mais eficientemente para empresas não-estatais (LAMPTON, 2008, p. 98-99)

Com efeito, são empresas privadas as maiores responsáveis pelo aumento das exportações de produtos de maior valor agregado, e a expansão de marcas propriamente chinesas, mormente nos setores automobilístico e de computação. A China exportou, como exemplo, mais de 286 mil unidades de automóveis para a América do Sul em 2013 – do total de 977 mil unidades exportadas¹⁸⁰ -, o que representou um crescimento de 18,9% em relação ao ano anterior. Essa região, aliás, representou cerca de 30% do total de exportações de automóveis chineses, sendo que Chile, Peru, Colômbia e Uruguai figuram entre os dez mercados que mais importam automóveis da China (CAAM, 2014).

A empresa chinesa de computadores e telefonia Lenovo – formada pela aquisição da antiga IBM *Personal Computing Division* pelo *Lenovo Group*-, primeira em vendas na China, segunda maior fabricante a nível mundial - *market share* de 13,5% -, pretende igualmente sobressair no mercado de computadores nos países emergentes. Na Índia e na Rússia, a empresa ocupa, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugar. No Brasil, país que já ocupa a posição de terceiro maior mercado de computadores atrás de Estados Unidos e China, a Lenovo comprou a empresa CCE por cerca de US\$ 300 milhões e busca firmar-se como a principal vendedora de computadores no país. Tal histórico de compras não se restringe aos países emergentes, já que em 2010 a Lenovo também adquiriu a NEC, empresa japonesa de computadores, e em 2011 adquiriu a Medion, empresa de origem europeia; compras que abriram possibilidade de acesso dos produtos de alta tecnologia chineses aos mercados de consumo e varejo nestas regiões (CEBC, 2012). Outras áreas de alta tecnologia em que

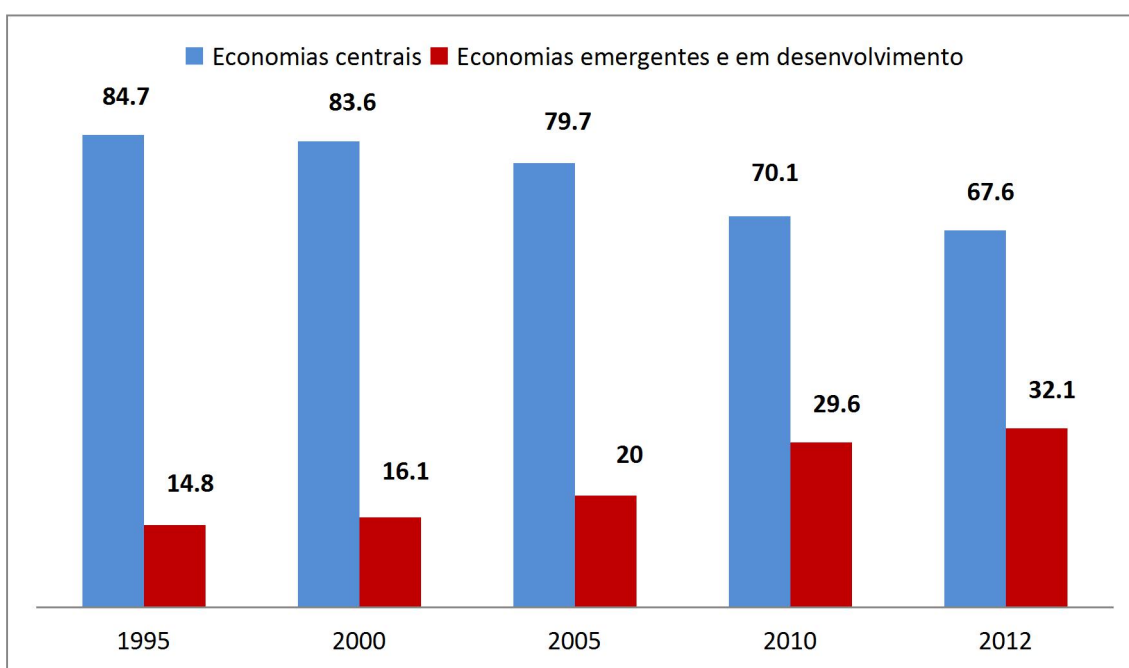
¹⁸⁰ As grandes empresas chinesas de veículos automotivos são *Chery*, *Jac Motors* (cujas exportações aumentaram incríveis 419% para a América do Sul de 2010 para 2011), *Great Wall*, *Gelly* e *Chang'an*, que pretendem exportar, em somatória conjunta, cerca de 2,5 milhões de unidades em 2015. Fonte: “Chinese Carmakers Go Global”. *Forbes*, 23 jul.2013. Disponível em: [http://www.forbes.com/sites/jackperkowsky/2013/07/23/chinese-carmakers-go-global/] Acesso em: 15/05/2014; “Great success to a promising future”. *JAC News*, 01 fev.2012. Disponível em: [http://jacen.jac.com.cn/article/20120201/75143440.html] Acesso em: 15/05/2014.

a China está ganhando espaço é a exportação de painéis solares, turbinas de vento e dispositivos semicondutores.

Ainda assim, os mercados emergentes são, por enquanto até que a China ainda não atinja novas fronteiras tecnológicas, o foco principal das vendas externas de produtos chineses de maior valor agregado. No caso dos automóveis, tais mercados apresentam requerimentos tangentes a emissões, segurança e qualidade mais flexíveis que os países desenvolvidos, apresentando-se como audiências receptivas aos produtos chineses que ainda não atingiram os melhores padrões de exportadores de veículos tradicionais. Igualmente, os mercados emergentes representam um grande e disponível mercado: 4,9 bilhões de pessoas, cujos padrões gerais de consumo se assemelham mais ao consumo de massa chinês. Além disso, a competição para os produtos de maior valor agregado genuinamente chineses é menor nessas economias do que nas economias centrais. Novamente para o caso dos automóveis, com a exceção da Rússia, virtualmente nenhuma das economias emergentes possui fábrica de automóveis nativa.

As exportações gerais chinesas para os países em desenvolvimento, incluindo principalmente as próprias economias asiáticas, aumentaram sobremaneira desde 1995, e variaram de 15% do total de exportações para 32% em 2012 (Gráfico 10).

Gráfico 10- Participação de economias centrais e emergentes e em desenvolvimento no total de exportações da China 1995-2012 (%)



Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World Economic Outlook: Recovery Strengthens, Remains Uneven*. IMF, abr.2014, pp. 113-151. Disponível em:

A China apresenta sua maior quota de mercado (*market share*) entre os próprios países asiáticos, somando 18,9% ao final de 2010 – exportou cerca de US\$ 204 bilhões só para os países da ASEAN em 2012, sendo que deste montante 94,82% (US\$ 193,7 bilhões) foi exportado apenas para Singapura, Malásia, Indonésia, Vietnã, Tailândia e Filipinas (CAI; JIANG, 2013). A segunda maior média de quota de mercado chinesa está na América do Norte, representando, inclusive, 19,7% de todas as importações dos Estados Unidos em 2013, numa somatória de mais de US\$ 460 bilhões (USCBC, 2013). Na União Européia a China participou com 16,6% do total das importações do bloco em 2013 (EUROPEAN COMMISSION, 2014). Sua penetração em países africanos e sul-americanos também apresenta crescimento significativo: o *market share* chinês aumentou de 8,3% para 14,11% no continente africano somente entre 2005 e 2012 (ano em que o fluxo comercial somou US\$ 198 bilhões); e de 6,6% para 17% nos países sul-americanos no mesmo período (XINHUA, 2013; BRASIL GLOBALNET, 2013). Vale destacar que na primeira década do século XXI a China se tornou o maior exportador de diversos países em específico de tais regiões: Coreia do Norte (63% do total de importações deste país), Gâmbia (57,1%), República Democrática do Congo (54,3%), Mali (52,9%), Angola (46,3%), Zâmbia (43,4%), Coreia do Sul (24,5%), Chile (23,3%), Peru (19,9%), Brasil (17%), e África do Sul (11,8%) – dados do ano de 2012 (CIA, 2013).

Os dados acima explicitam que, novamente, o comportamento de poder chinês é mais realizável dentro da esfera de influência gravitacional nas economias emergentes – ainda que seja igualmente o principal país de exportador de muitas economias centrais -, dado o fato de que são justamente tais economias as mais sensíveis no que tange à variação do crescimento e à penetração das exportações chinesas. Com efeito, os crescimentos mais rápidos de importações provenientes da China continuam sendo nos países emergentes e em desenvolvimento, como mostra a Tabela 10.

Tabela 9- Países com mais rápido crescimento de importações provenientes da China 2009-2013

<i>Países</i>	<i>Valor importado (US\$) em</i>	<i>Taxa de crescimento desde</i>
---------------	----------------------------------	----------------------------------

	<i>2013</i>	<i>2009 (%)</i>
<i>Iraque</i>	<i>6.895.185.000</i>	<i>275,1</i>
<i>Mianmar (Burma)</i>	<i>7.349.194.000</i>	<i>225</i>
<i>Vietnã</i>	<i>48.594.333.000</i>	<i>198,1</i>
<i>Peru</i>	<i>6.829.561.000</i>	<i>194,7</i>
<i>Colômbia</i>	<i>6.829.561.000</i>	<i>185</i>
<i>Rússia</i>	<i>49.601.249.000</i>	<i>183,2</i>
<i>Chile</i>	<i>13.109.071.000</i>	<i>166</i>
<i>Brasil</i>	<i>36.192.015.000</i>	<i>156,3</i>
<i>Argentina</i>	<i>8.750.546.000</i>	<i>151,2</i>
<i>Indonésia</i>	<i>36.948.166.000</i>	<i>151</i>
<i>Tailândia</i>	<i>32.739.436.000</i>	<i>146</i>
<i>México</i>	<i>28.971.171.000</i>	<i>135,6</i>
<i>Malásia</i>	<i>45.931.114.000</i>	<i>134</i>
<i>Hong Kong</i>	<i>384.854.022.000</i>	<i>131,5</i>
<i>Filipinas</i>	<i>19.835.685.000</i>	<i>131,1</i>

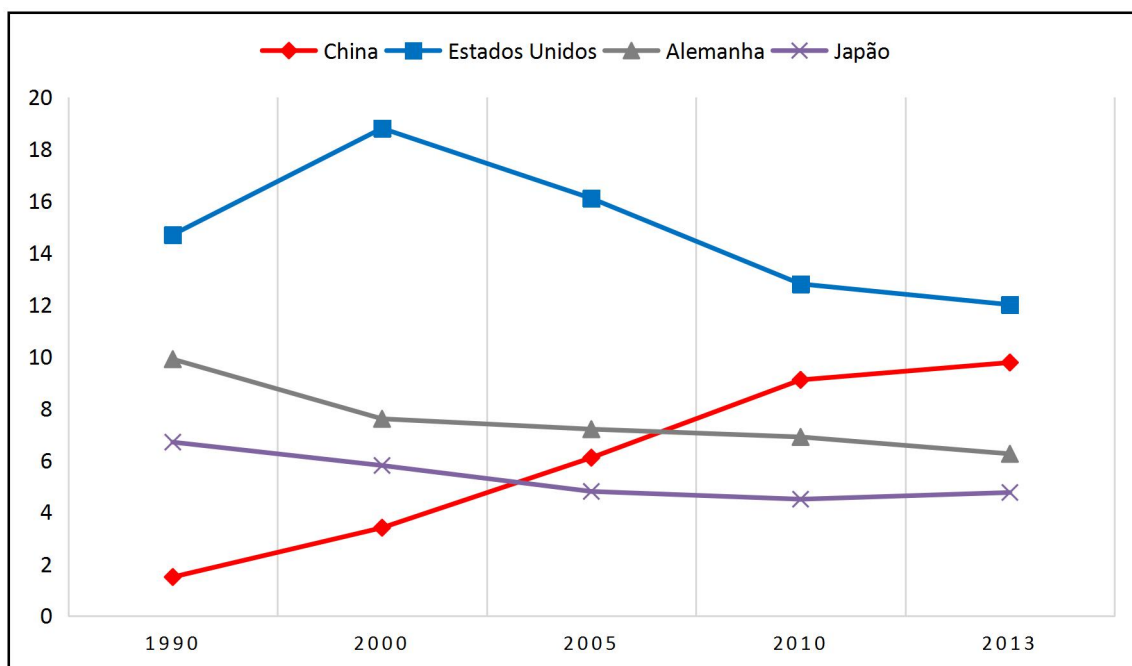
Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook 2014*. Export Partners Database 2014. Disponível em: [<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2050.html>] Acesso em: 03/06/2017. Elaborado pela autora.

Esta ascensão chinesa à condição do principal exportador mundial contribuiu grande parte para a melhoria do padrão de vida de milhões de chineses, seja pelo aumento de PIB e renda disponível per capita, seja pela urbanização a nível geral no país. Também reforçou as **expectativas** externas com relação ao seu papel de **ator econômico estabilizador** nos mercados globais. Conforme o avanço de sua transição econômica, a necessidade de fatores externos de produção tornou-se imperativo à reprodução do processo chinês. A demanda crescente de uma classe média em expansão num país de alto nível percentual de investimentos como parte do PIB nacional (47%) exacerba e pressiona sobremaneira a demanda crescente por bens de consumo e

commodities diversas interligadas ao seu processo de desenvolvimento econômico, como alimentos, metais, energia, e minerais brutos.

O surgimento de um mercado de massa chinês de tamanha proporção e sua aparente pré-disposição a comprar em mercados externos deu à China o empoderamento de impulsionar as economias de outros países, tornando-os cada vez mais sensíveis não só às exportações chinesas, mas também às suas importações. Representando 25% do PIB, as importações chinesas aumentaram, desde 1980, a uma taxa média de 15% ao ano e somou US\$ 1,95 trilhões de produtos importados em 2013. Com tamanho crescimento, a China avançou à posição de segundo maior importador mundial, atrás apenas dos Estados Unidos (IMF, 2014) (Gráfico 11).

Gráfico 11- Participação das importações de países selecionados nas importações mundiais 1990-2013 (%)



Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FOUNDT (IMF). *IMF Direction of Trade Statistics Database 2014*. Disponível em: [<http://imf.org/external/data.htm>] Acesso em: 15/05/2014; WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *Statistics Database*, mar.2014. Disponível em: [<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=S&Country=JP>] Acesso em: 15/05/2017. Elaborado pela autora.

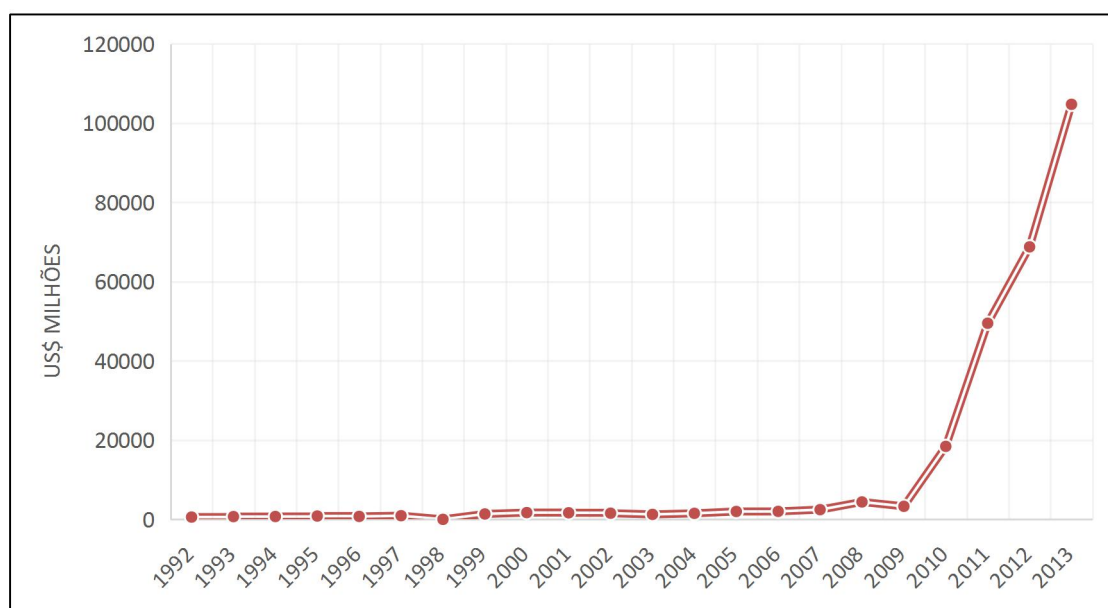
O Gráfico (11) explicita que, enquanto os tradicionais maiores importadores mundiais perdiam participação nas importações mundiais, a China alavancou seu consumo internacional, importando um total de US\$ 1,95 trilhões ao final de 2013.

A demanda interna chinesa alavancou a China como o principal país importador de diversos países como Coréia do Norte (63%), Gâmbia (57,1%), República

Democrática do Congo (54,3%), Angola (46,3%), Austrália (29,5%), Coréia do Sul (24,5%), Chile (23,3%), Irã (22,1%), Peru (19,9%), Cazaquistão (19,3%), Japão (18,1%), Brasil (17%), Camarões (15,2%), Etiópia (13%), África do Sul (11,8%), e diversos outros países. Faz-se necessário destacar dois elementos relevantes do padrão de parceiros de exportação e importação chineses: a) os países que apresentam caráter de maior penetração para produtos exportados pela China, são também, virtualmente, os mesmos países que têm a China como principal importador, o que corrobora o alto grau de sensibilidade de tais países com relação à conjuntura econômica chinesa; b) estes países que são mais sensíveis às exportações e importações chinesas, em sua grande maioria economias emergentes ou em desenvolvimento, são fontes de suprimento energético estratégico para a RPC.

Neste ínterim, apesar de a maior parte das importações chinesas serem de equipamentos eletrônicos (22,5% do total em 2013), o país figura como um dos principais importadores de commodities do mundo dada sua crescente demanda já verificada anteriormente nesta pesquisa – níveis de crescimento de importações de commodities é maior que o nível de crescimento de importações de equipamentos eletrônicos e bens de capital em geral. O valor das importações de commodities em geral pelo China cresceu exponencialmente de cerca de US\$ 712 milhões em 1993 para mais de US\$ 104 bilhões em 2013, ou seja, um aumento de valor em 146 vezes em vinte anos (Gráfico 12).

Gráfico 12- Importação chinesa de commodities 1992-2013 (US\$)



A importação de petróleo, por exemplo, representou 16,1% do total das importações chinesas em 2013, ainda eu não seja a principal fonte energética do país. O consumo doméstico chinês desta commodity tem crescido a 6,8% anualmente, o que representa cerca de um quinto do consumo global de petróleo. Ainda que grande produtora de petróleo, a rápida transformação e consolidação do padrão de demanda interna fez com que a China passasse de exportador líquido para importador líquido, e, subsequentemente, o maior importador de petróleo mundial desde 2008. Estima-se que o país gastará US\$ 500 bilhões anuais com importações de petróleo até 2020, importando cerca de 66% do produto em 2020, e cerca de 72% em 2040, conforme a demanda cresça mais do que a produção interna possa suprir (EIA, 2014).

O consumo doméstico chinês de carvão, sua principal fonte energética (cerca de 70% de todas as fontes), ainda que tenha apresentado desaceleração a partir do pico de crescimento em 2003 (19,52%) – cresceu apenas 1,2% em 2013 em relação ao ano anterior -, representa quase a metade de todo o consumo mundial, sendo que no início da década de 2000 tal consumo representava 29% do total de consumo de carvão mundial (EIA, 2011).

O consumo de gás natural, apesar de representar apenas 3% da fonte energética chinesa – é usado mormente no setor de fertilização química -, tem crescido anualmente cerca de 15% na última década, numa expectativa e impulso de que esta fonte de energia também seja usada como fonte geradora de eletricidade e de uso doméstico de energia, já que é do interesse do governo central da RPC acelerar a transição de uso de combustíveis fósseis para fontes mais limpas de energia (IEA, 2011).

Apesar da probabilidade dos preços de energia se mantenham altos e das pressões tangentes aos impasses ambientais aumentarem, as prospecções para a continuidade do crescimento da demanda energética chinesa se mantêm plausíveis, dado que o consumo per capita chinês de energia representar ainda apenas um terço da média de consumo per capita dos países membros da OECD. A *International Energy Agency* (IEA, 2011) estima que a demanda primária de energia chinesa cresça aproximadamente 2% por ano até 2035, momento em que a China representará 23% do consumo mundial energético, consumindo 70% mais energia que os Estados Unidos.

Adicionalmente, a ascensão da China enquanto potência industrial e manufatureira significou grande crescimento da demanda por metais. A construção de infraestrutura urbana como residências, rodovias, sistema de esgoto, geração e distribuição de eletricidade, impulsionou a demanda por cobre, alumínio, minério de ferro e aço nas últimas duas décadas. O setor manufatureiro representa 45% do PIB chinês, e ao menos um quarto do consumo de aço, que é diretamente utilizado nas indústrias de manufaturamento como maquinário, automóveis, e aplicações residenciais (HOLLOWEY et. al, 2010). Setores tais que também contribuem para alavancar a demanda de alumínio.

Roberts e Rush (2010) estimam que 10% do suprimento doméstico chinês de metais é diretamente alocado nas esferas de exportação de manufaturados. Logo, se há a transição gradual de suas cadeias de valor do padrão de produtos exportados chineses de baixo valor agregado, para produtos de maior sofisticação e alto valor agregado (produtos manufaturados), como já verificado anteriormente, a tendência é de que haja crescimento proporcional de tais commodities. O consumo chinês de cobre e alumínio, por exemplo, apresentou crescimento médio anual de 16% na última década, em linha com o crescimento da população urbana no país, e consistente com anteriores processos urbanizadores entre as economias centrais (LIU; McDONALD, 2010). A partir do rápido crescimento, uso intensivo e em larga escala, a China se tornou o maior consumidor de aço, alumínio e cobre do mundo, participando com aproximadamente 40% do consumo global de cada uma dessas commodities – percentual de duas a três vezes maiores que o percentual do Japão ou da Coreia do Sul no momento de seus respectivos ápices dos ciclos de demanda de metais (WBMS, 2013).

Da mesma forma e pelas mesmas razões, o consumo de minério de ferro ultrapassou a capacidade de produção doméstica chinesa. A participação da China no consumo global desta commodity mais que duplicou desde o início da década de 2000, e atingiu 52% em 2011 (WORLDSTEEL, 2013), sendo que mais da metade de seu consumo é suprido com importações, que cresceram 10% ao ano no início da década de 2010, para atingir 820 milhões de toneladas métricas em 2013¹⁸¹. Projeções estimam que o consumo de minério de ferro chinês atingirá 941 milhões de toneladas métricas em 2015, e 999 milhões em 2017 (STATISTA, 2014). Crescimentos são esperados, de

¹⁸¹ HORNBY, L. China iron ore imports grow 10% in 2013. *Financial Times*, Beijing, 10 jan.2014. Disponível em: [\[http://www.ft.com/intl/cms/s/0/9914dac0-79b7-11e3-8211-00144feabdc0.html#axzz371BfIVim\]](http://www.ft.com/intl/cms/s/0/9914dac0-79b7-11e3-8211-00144feabdc0.html#axzz371BfIVim) Acesso em: 10/02/2017.

fato, para o consumo de metais como um todo, na medida em que a estrutura da economia chinesa mude em direção a produção manufatureira intensiva em metais e à indústria pesada (McKAY, 2008).

Apesar de o impacto da demanda chinesa nos mercados globais de produtos agrícolas serem menos expressivos que a influência causada nos mercados globais de energia e de metais, a demanda de uma classe média crescente tem pressionado também no sentido da maior demanda por essas commodities. Com a maior população do mundo, a China figura como o maior consumidor de trigo, grão de soja e arroz, e o segundo maior consumidor de milho. Também tem sido significativo impulsionador da demanda global por grãos de soja, carne e produtos lácteos. Inclusive, entre as importações chinesas de commodities que apresentam mais altas taxas de crescimento estão cereais (aumentou em 476,8% entre 2012 e 2013), laticínios, ovos e mel (401,2%), preparados de frutos do mar (278,3%) e carnes em geral (248,3%) (IMF, 2014).

As commodities agrícolas são importantes para a China não apenas para o consumo humano – exerce pressão na demanda conforme a dieta chinesa direciona-se para maior consumo proteico -, mas também como alimento para o gado e como insumo para produção energética. O aumento do preço de energia também tem contribuído para impulsionar a demanda por este tipo de matéria-prima em vistas a auxiliar a produção de biocombustíveis, embora a participação das indústrias de biocombustíveis no consumo agrícola chinês seja comparativamente pequeno (USDA, 2014).

Como o aumento da demanda agrícola e a desaceleração da produção agrícola doméstica chinesa, e a partir da inserção da China na OMC em 2011 – representou redução de tarifas nas importações e exportações agrícolas -, o comércio da China neste setor cresceu rapidamente. Desde a metade da década passada, as importações agrícolas chinesas tem crescido a 23% anualmente. A importação chinesa de grãos de soja representou, por exemplo, quase 60% do total global de importações dessa commodity em 2011, e projeções estimam que essa representatividade atinja os 70% em 2023/24 (USDA, 2014).

Em suma, o intenso e rápido crescimento econômico chinês teve – e tem - significativo impacto nos mercados globais, sobretudo nos mercados globais de commodities, e será um elemento-chave de influência no desenvolvimento futuro desses mercados. O comportamento de poder chinês baseado no elemento de recursos econômicos é configurado pela maneira como a China influencia o crescimento para

além de suas fronteiras, o que depende, claramente, da extensão de sua redes de relacionamento comercial.

Um proeminente canal para tal influência é a cadeia global de suprimentos, através do qual a RPC importa commodities e insumos intermediários, mormente de economias emergentes e em desenvolvimento, para produzir bens finais direcionados aos mercados das economias centrais. Outro canal insurge do crescimento da própria demanda chinesa. Os altos níveis de investimento como parte do PIB chinês têm alavancado a exportação de commodities dos mercados emergentes através da alta demanda e do conseqüente aumento no preço que esta demanda provoca. O impulso do governo central em aumentar o consumo doméstico privado como parte do PIB a partir do 12º Plano Quinquenal e das decisões do Terceiro Plenário do Congresso Nacional do PCC também contribuirá para o aumento das exportações de bens finais de outros países para a China. Por último, a China influencia o crescimento dos países em sua rede de relacionamentos através dos altos fluxos de investimento externo direto (IED) empreendidos de maneira mais consolidado a partir de 2009.

Portanto, sumariamente, o comportamento de poder chinês revela-se na influência sistêmica confirmada que a China infere. Se comportamento de poder é definido como a habilidade em converter recursos de poder, brando ou duro, no sentido de planejar e atingir resultados preferidos; e se os resultados preferidos do Politburo chinês referem-se ao crescimento econômico doméstico a partir da garantia de suprimento de recursos estratégicos e da moldagem de um ambiente externo relativamente estável e receptivo aos interesses chineses; é justamente nos mercados emergentes e em desenvolvimento, fontes de tal suprimento, que a China logra maior influência econômico-comercial – no sentido de penetração de mercado e sensibilidade – e onde busca estabilidade política de relacionamento através dos discursos diplomáticos de benefício recíproco e identificação enquanto países em desenvolvimento ou, de acordo com o novo termo no léxico político do PCC, enquanto uma *Comunidade de Destino Comum*.

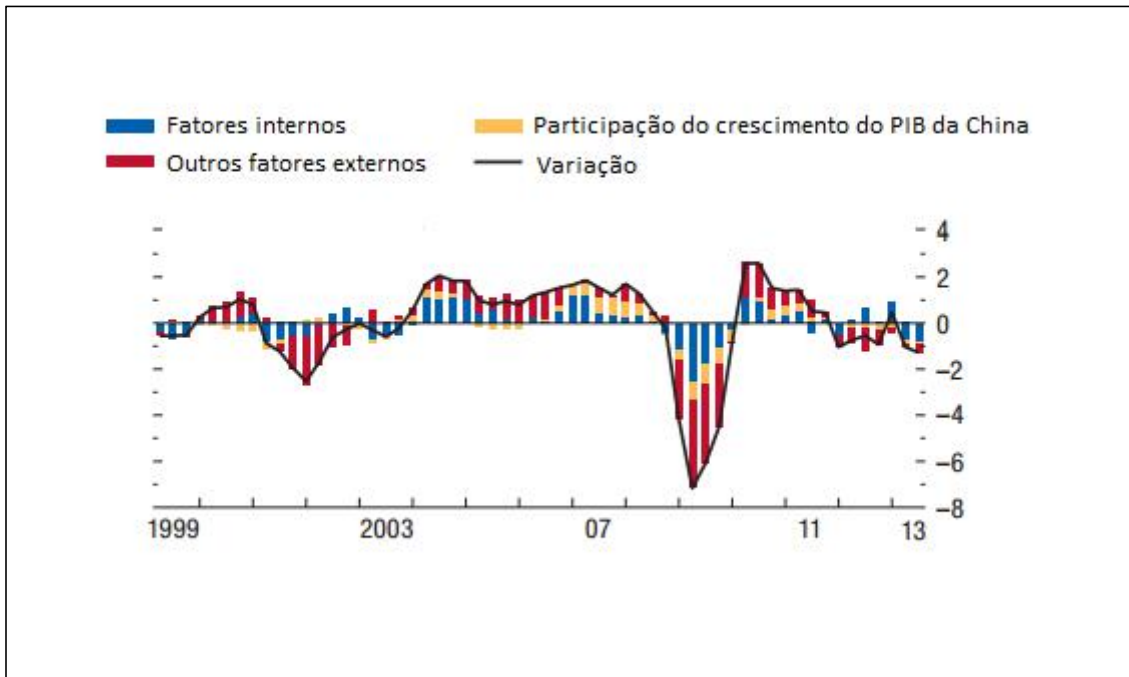
A fim de identificar tal influência chinesa, o Fundo Monetário Internacional (*International Monetary Found* – IMF) realizou pesquisa que alocava a China como um fator externo de impacto no crescimento de 15 principais mercados de economias

emergentes¹⁸². Os resultados mostraram que um crescimento de 1% no crescimento chinês – que não seja explicado pelo crescimento dos Estados Unidos -, incrementa cerca de 0,1% como elasticidade impacto no crescimento destas economias, e que o crescimento sustentado ao longo dos anos tende a impulsionar ainda mais os efeitos positivos para os termos de troca das mesmas.

O crescimento chinês já havia contribuído positivamente para amenizar os efeitos negativos de uma recessão internacional entre os anos de 2011 e 2002. Novamente, após a deflagração da crise financeira internacional, o contínuo crescimento chinês – impulsionado pela aplicação de extenso pacote fiscal –contribuiu significativamente para o crescimento destas economias a partir do terceiro trimestre de 2009. Do crescimento de 3,75% nas economias emergentes em 2010-2011 referente a 2008-2009, a China contribuiu com 0,5%, enquanto que outros fatores externos contribuíram com 2,25%, e fatores internos com 1% (IMF, 2014). Da mesma maneira, o refreamento na economia chinesa foi refletida no crescimento dessas economias. Da queda de 2% em 2012-2013 referente a 2010-2011 nas economias emergentes, a China contribuiu com 0,5%, enquanto que outros fatores externos contribuíram com 1,25%, e fatores internos com 0,25% (IMF, 2014).

¹⁸² Turquia, Chile, Filipinas, Indonésia, Malásia, Índia, Polônia, Brasil, México, Colômbia, Tailândia, África do Sul, Rússia, Venezuela, e Argentina.

Figura 2- Decomposição do crescimento real do PIB de economias emergentes com China como Fator Externo Explícito 1999-2013 (%)



Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FOUNDT (IMF). *World Economic Outlook: Recovery Strengthens, Remains Uneven*. IMF, abr.2014, p.127. Disponível em: [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/pdf/c4.pdf] Acesso em: 02/05/2017. Modificado pela autora.

A Figura mostra a decomposição dos fatores influentes (internos, externos, e crescimento do PIB chinês em específico) no crescimento ou refreamento dos mercados das economias emergentes. A participação da China aumenta sobremaneira a partir de 2000, e de maneira positiva nos primeiros anos de seu ingresso na OMC em 2001 e do crescimento exponencial de suas necessidades de suprimento de commodities. Verifica-se que, nos anos de 2007 e 2008, a contribuição do crescimento do PIB chinês no crescimento das economias emergentes foi superior até mesmo que demais fatores externos e fatores internos, ainda que a variação não tenha sido tão expressiva. De acordo com o estudo, para Argentina, Brasil, Colômbia, Índia, Indonésia, Tailândia e Venezuela, a correlação de crescimento econômico nacional com o crescimento econômico chinês é mais intensa que a correlação com a zona do Euro ou com os Estados Unidos¹⁸³, e a própria China tem mostrado maior resiliência às mudanças

¹⁸³ O ANEXO I, alocado ao final desta pesquisa, traz o quadro elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (IMF, 2014, p. 136) intitulado “Crescimento real do PIB doméstico entre mercados emergentes versus Estados Unidos e China” para complementar o entendimento destas respostas das economias emergentes ao fator crescimento do PIB de outras economias. Tal quadro, que mostra separadamente gráficos da evolução do PIB das 15 economias emergentes estudadas em relação ao PIB dos Estados Unidos e da China, revela quais países estão em maior congruência com o crescimento

econômicas das economias centrais¹⁸⁴.

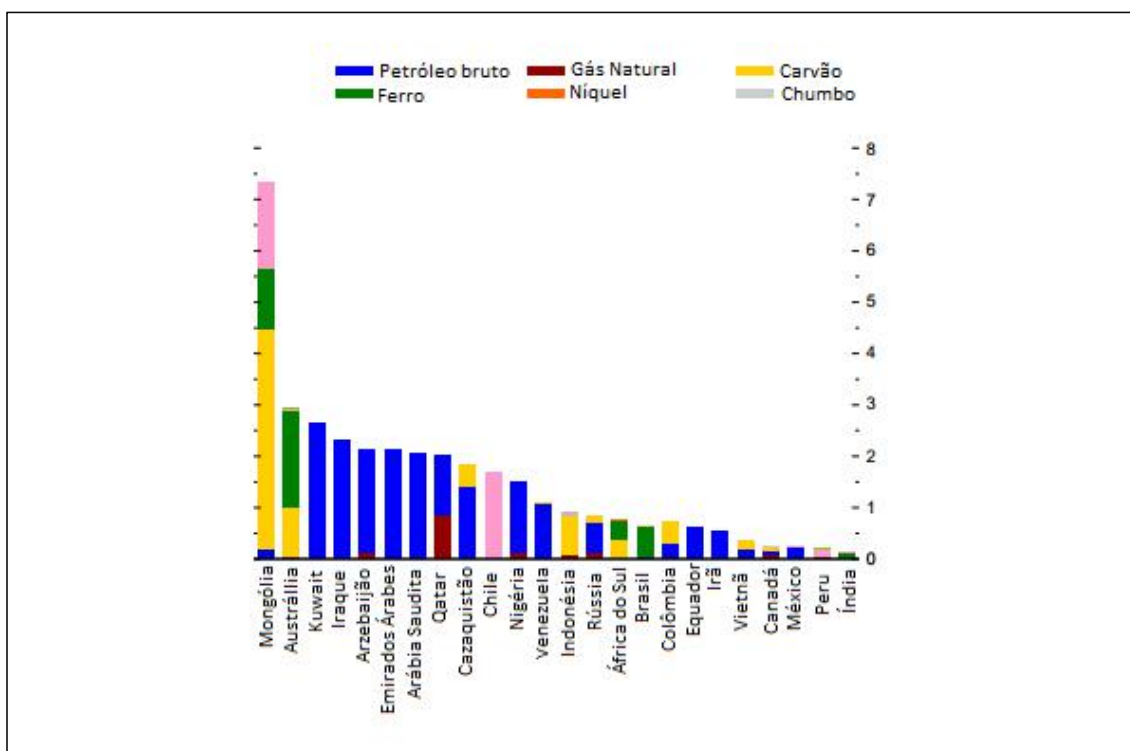
Tal fato e influência têm por potencial frisar a segunda e a terceira face do comportamento de poder chinês, já que, dada tal correlação, torna-se igualmente do interesse nacional destes países o crescimento econômico nacional chinês. Em outras palavras, o crescimento chinês se torna resultado preferido destas economias emergentes, na medida em que o crescimento chinês pode impulsionar o crescimento de suas próprias economias, e isto configura-se como *segunda face do comportamento de poder*, por configurar-se uma atração para que os países emergentes encarem a agenda de exportação de commodities legítima; e *terceira face do comportamento de poder*, na medida em que a China ajuda a criar e moldar as crenças, percepções e preferências básicas destes países, mais que limitar as escolhas estratégicas, e/ou usar de ameaças ou recompensas para mudar o comportamento destes contra suas preferências iniciais (NYE, 2012).

Essa crescente influência revela, igualmente, a proeminência chinesa nos mercados globais de commodities, já que as economias emergentes levadas em consideração pela pesquisa da IMF são, com exceção de Índia, Filipinas, Polônia, Tailândia e Turquia, exportadoras líquidas de commodities (IMF, 2014). Como apontado em pesquisa de 2013 também do Fundo Monetário Internacional, a desaceleração do crescimento chinês tem significativos impactos nas economias emergentes exportadoras de commodities.

chinês e com o crescimento estadunidense por meio da comparação da resposta do PIB doméstico destes países.

¹⁸⁴ Vale destacar que, ainda que relativamente menor em comparação com as economias emergentes, a exposição das economias desenvolvidas ao mercado doméstico chinês aumentou, com suas exportações como participação do PIB mais que duplicando em relação à década anterior. Os Estados Unidos, por exemplo, dominam o mercado importador chinês de químicos, maquinários e equipamentos de transporte. As exportações estadunidenses para a China como porcentagem do PIB era de 0,3% em 2003, e passou para 0,8% em 2013. Este mesmo dado para o Japão foi de 1,7% para 3,1% no mesmo período, e de 0,4% para 1,1% no caso da União Europeia (WANG, 2014).

Figura 3- Impacto ilustrativo da queda na demanda chinesa em países exportadores de commodities 2013 (% do PIB)



Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Special Feature: Commodity Market Review. In: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World Economic Outlook*, p. 05, out.2013. Disponível em: [http://www.imf.org/external/np/res/commod/pdf/cmr/cmr1013.pdf] Acesso em: 07/06/2017. Modificado pela autora.

A Figura 3 demonstra o impacto estimado da desaceleração no crescimento chinês (PIB) de uma média de 10% ao ano durante a década passada, para uma média de 7,5% nesta década, nas economias emergentes exportadoras de commodities, num caso de ausência de respostas de política econômica ou de choques favoráveis compensatórios. Revela-se a vulnerabilidade dessas economias exportadoras de commodities a partir dos declínios em suas rendas líquidas (como porcentagem do PIB, ajustado por Paridade de Poder de Compra) como resultado da diminuição da demanda chinesa. O PIB da Mongólia em 2025, por exemplo, é estimado para estar cerca de 7% abaixo do que estaria se a demanda chinesa por carvão, minério de ferro e cobre não diminuísse. Estes fatos contribuem para reforçar **expectativas** de que a China empreenda políticas econômicas que sustentem uma estabilidade econômica mundial, agindo como um **ator econômico-financeiro estabilizador** do sistema.

Os dados acima ilustram a relevância do consumo chinês que, ao final de 2010, como porcentagem da produção global, atingiu 20% de recursos energéticos não

renováveis, 23% das maiores culturas agrícolas, e 40% de metais (IMF, 2014). Nesse contexto, ao longo da década de 2000, a China estabeleceu fortes laços econômicos-comerciais com diversos países produtores de commodities em todo o mundo, refletindo seu rápido crescimento econômico sob forte contribuição do setor exportador, de consumo, e de investimentos fixos nacionais em larga escala¹⁸⁵, e sua disposição em aumentar a rede de relacionamentos influentes para suprir os recursos necessários ao contínuo desenvolvimento. Isto porque, ainda que a China atinja um crescimento mais balanceado e sustentável no médio e longo prazo, sua demanda por commodities será menos volátil, mas ainda robusta (IMF, 2012).

Em esforço de assegurar o acesso a matérias-primas e commodities estratégicas, o governo central do PCC e as empresas de propriedade estatal (SOEs) estão aumentando presença na política externa, diplomacia, política econômica, e assuntos comerciais em uma série de países estrangeiros. Nesse contexto, o governo chinês implementou sua política *going global* (*zōu chū qū zhàn lüè* - 邹出驱战略), referendado no 16º Congresso Nacional do PCC, para promover o investimento externo direto (IED), com um interesse particular na aquisição de matérias-primas¹⁸⁶. De acordo com a Unctad (2006, p. 209), “a estratégia chinesa ‘going global’ delineada em 2000 está entre as mais explícitas iniciativas políticas tomadas por um país em desenvolvimento para impulsionar o IED no exterior”.

É de suma importância enfatizar que o grande fluxo de IED apresentado pela China sobretudo a partir da estratégia *going global*, e mais fortemente no final da década de 2000 - momento pós-crise financeira internacional -, foi possível graças ao acúmulo de reservas logrado pelo país¹⁸⁷. O aumento expressivo de suas reservas cambiais, a criação dos conglomerados estatais, e a formação de um fundo soberano que

¹⁸⁵ A título de exemplo, Ye (2008) estima que cerca de metade do uso de cobre da China é empregado em investimentos de infraestrutura e construção, e um terço usado para consumo e em bens industriais.

¹⁸⁶ Além da revelada busca por commodities, a estratégia *going global* também foi incentivada como resposta estratégica para o aumento da competição de empresas estrangeiras dentro do mercado doméstico chinês – a partir da internacionalização as empresas chinesas ganham competitividade -, para o excesso de capacidade de produção doméstica, para amenizar os riscos de pouca diversificação de parceiros comerciais e de produtos exportados, para a busca por aquisição de marcas reconhecidas, e para a procura por melhoramento tecnológico em geral.

¹⁸⁷ Destaca-se que tal acúmulo foi possível dentro de um cenário mais amplo de acúmulo nas economias emergentes e em desenvolvimento: “O crescente significado dos países em desenvolvimento como supridores e demandantes de poupança global levará a uma redistribuição do estoque global de capital e riqueza. No cenário gradual convergente, em 2030, metade do estoque global de capital - US\$ 158 trilhões (em dólares de 2010) - residirão no mundo em desenvolvimento [...] O forte crescimento econômico sustentará a liderança chinesa na formação bruta de capital nas próximas décadas [...] [e] a China contará com 30 por cento dos investimentos globais em 2030” (WORLD BANK, 2014, p. 03)

se direciona à aquisição de ativos nos exterior possibilitaram a implementação de tal estratégia. Como aponta Moyo (2013)

Num mundo onde o dinheiro é rei, a tão notada abastança chinesa – mais de 3 trilhões de dólares em reservas de moeda estrangeira em 2012 – lhe propicia a capacidade de fazer o que outros países não podem e ir onde outros países não vão. Em palavras simples, os chineses foram à farra das compras global. E seu apetite voraz por commodities tem pouca probabilidade de diminuir significativamente, mesmo que as taxas de crescimento econômico da China desacelerem [...] A fartura de capital chinesa significa que o país é capaz de financiar insumos, infraestrutura e logística (equipamentos e transporte), desse modo explorando os recursos naturais e conquistando para a nação acesso a commodities que não estão disponíveis para países que não possuem seu poder de fogo. (MOYO, 2013, p. 13,86)

Os fundos soberanos chineses estão entre os cinco maiores do mundo, ao lado de Dubai, Noruega, Catar e Cingapura. Assim, os fluxos de IED chineses no mundo multiplicaram-se. Em 1979, quando a China iniciou seu processo de abertura, o estoque de investimento chinês saiu de um valor próximo a zero para atingir US\$25 bilhões em 1999, e, posteriormente, para expressivos US\$ 298 bilhões em 2010 – 5,1% do total mundial, não computando os dados de Hong Kong-, sendo que os fluxos de saída de investimento chinês alcançaram US\$ 68 bilhões, cerca de vinte vezes a média do período entre 1990 e 2000 (NBSC, 2013) – em 2012 o fluxo foi de US\$ 84 bilhões (UNCTAD, 2013). Se, num primeiro momento, a entrada de IED no país foi uma via para a modernização e garantiu acesso a novas tecnologias, práticas gerenciais e mercados externos, agora a China aponta, cada vez com maior intensidade, como importante fonte de investimentos – é o terceiro maior investidor atrás de Estados Unidos e Japão -, num nível superior à média mundial (UNCTAD, 2014).

Assim, desde a implementação da estratégia, o governo central do PCC oferece condições facilitadas de crédito – através do *Export-Import Bank* -, e incentivos como monitoramento de riscos, a cargo da Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reformas, abolição de quotas para compra de moeda estrangeira quando se trata de IED, empréstimos de bancos comerciais chineses para operações de fusão e aquisição no exterior, entre outros incentivos, a fim de estimular a presença de capitais chineses no exterior.

Os conglomerados estatais representam a articulação entre política externa e estratégia de crescimento de longo prazo, ou seja, a própria internacionalização das empresas chinesas está diretamente associada à estratégia de desenvolvimento de longo prazo conduzida a partir do Estado (SZAMOSSEGI; KYLE, 2011), e revelam ainda a articulação entre os elementos “planejamento” e “recursos econômicos” do comportamento de poder chinês. As três grandes SOEs do setor petrolífero, *China National Petrochemical Corporation* (Sinopec), *China National Petroleum Corporation* (CNPC/PetroChina), e a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), tem investido em pelo menos quatorze países, com o objetivo de assegurar o suprimento energético e de recursos minerais para a China. Nos demais setores, SOEs como a *China Minmetals, Aluminum Corporation of China* (Chalco), e *Baoshan Iron and Steel Co.* (Baosteel) são centrais para a estratégia governamental de aquisição de recursos não energéticos e salvaguardar seu suprimento. Além da propriedade direta de muitas corporações multinacionais com base na China, o governo chinês ainda dá suporte para os investimentos além-mar para outras firmas chinesas através do já mencionado *Export-Import Bank*, que direciona mais de um terço de seus recursos para tais projetos de investimentos.

A China chegou à maturidade dos investimentos estrangeiros na metade da década passada. Em 2004, o país realizou estoque de investimentos na América Latina totalizando US\$ 448,5 milhões, com as maiores quantias dos investimentos no México, seguido por Brasil (MOFCOM, 2005). Em discurso ao Congresso brasileiro em novembro deste ano, o então Presidente Hu Jintao afirmou que a China investiria cerca de US\$ 100 bilhões na América Latina ao longo da década de 2010, incluindo US\$ 20 bilhões na Argentina¹⁸⁸. Neste mesmo ano, a China realizou estoque de investimento na África totalizando US\$ 899,6 milhões, com o Sudão representando a maior parte dos investimentos, seguido da Zâmbia (MOFCOM, 2005). Críticas internacionais são dirigidas à crescente presença chinesa na África em busca de recursos naturais, em regiões remotas e politicamente instáveis que anteriormente recebiam pouco ou nenhum IED de outros países, como Gabão e República Democrática do Congo, configurando seu comportamento *free-rider* já especificado nesta pesquisa. Além disso, os investimentos somaram, ainda em 2004, US\$ 5,3 milhões no Quirquístão, US\$ 5

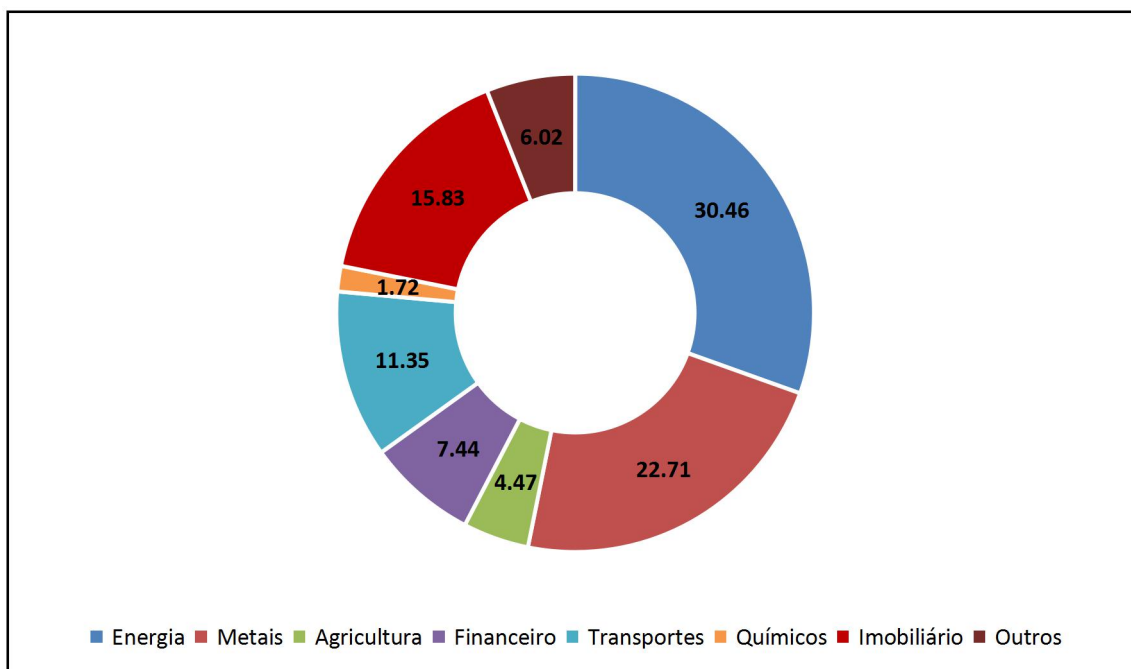
¹⁸⁸ Congressional Research Service (CRS). China's Growing Interest in Latin America. *Report for Congress*, abr.2005. Disponível em: [<http://fpc.state.gov/documents/organization/45464.pdf>] Acesso em: 03/06/2017.

milhões no Tadjiquistão, US\$ 2,3 milhões no Cazaquistão, US\$ 1,1 milhão no Uzbequistão, e US\$ 200 mil no Azerbaijão (MOFCOM, 2005).

O fluxo total do IED chinês no exterior passou de US\$ 5,5 bilhões em 2004 – com estoque de US\$ 44,8 bilhões –, para US\$ 68,8 bilhões ao final de 2010 – estoque de US\$ 317,2 bilhões (MOFCOM, 2011). Destaca-se que, em 2009, a despeito de crise financeira global e mesmo que o fluxo mundial de IED tivesse contraído, o IED chinês havia sido de US\$ 55,6 bilhões, o que representa expansão exponencial diante dos fluxos apresentados no início da década de 2000. O fluxo de IED em termos de distribuição é variado: abrange 178 países, sendo que, entre 2005 e 2012, a Austrália atraiu a maior quantia de estoque de investimentos não ligados a títulos (US\$ 42,5 bilhões), seguida dos Estados Unidos (US\$ 28 bilhões). Do ponto de vista regional, os investimentos chineses, ainda que bem distribuídos em termos de diversificação, têm sido particularmente mais intensos em países e regiões periféricas e/ou ricas em recursos naturais, notadamente na África (cerca de 4% do total de estoques em 2012), na América Latina (13%), e em *hubs* financeiros, como Ilhas Virgens Britânicas (7,3% do estoque em 2010), Ilhas Cayman (5,4%) e Luxemburgo (1,8%). Os investimentos assumem a forma de compras diretas, assumindo a propriedade de ativos subjacentes como terras ou minas; transações de permuta, garantindo para o país produções futuras de um ativo (adquire a produção sem adquirir propriedade do ativo); e compras de participações acionárias. De acordo com dados disponibilizados pelo *The Heritage Foundation* (2014), no que tange à distribuição setorial no período entre janeiro de 2005 e junho de 2014 dos investimentos chineses no exterior, os setores de destaque são energia e mineração/metalurgia/siderurgia, transporte e imobiliário (*real estate*)¹⁸⁹ (Gráfico 13).

¹⁸⁹ Uma verificação mais específica dos investimentos realizados no exterior por empresas Chinesas por razão social, montante e país direcionado, pode ser encontrada no ANEXO II, ao final desta pesquisa.

Gráfico 13- Distribuição setorial do IED chinês no exterior entre jan./2005 - jun./2014 (%)



Fonte: THE HERITAGE FOUNDATION. *China Global Investment Tracker 2014*. Disponível em: [http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map] Acesso em: 04/06/2017. Elaboração própria.

A influência dos recursos econômicos como comportamento de poder da China não parte somente de seu “poder de vendedor”, pela competitividade de suas exportações, e de seu “poder de comprador”, por sua forte e crescente demanda por recursos estratégicos, mas igualmente pela maneira como a China tem empregado o seu “poder de investidor”. Se bem há significativa busca por obter a gama de commodities necessárias ao seu contínuo crescimento econômico, o governo central da RPC persegue a infraestrutura subjacente para assegurar o suprimento e o escoamento destes recursos até o país. O padrão de investimento externo chinês na busca por commodities se dirige, assim, não só para a extração destes recursos naturais, mas também para a infraestrutura necessária para abrir novos espaços de exploração e para tornar o transporte até o seu mercado consumidor o menos custoso e o mais confiável possível. Expressão clara desta estratégia foi o lançamento – e a contínua expansão – da Iniciativa da Nova Rota da Seda¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Tema que será retomado ao final desta pesquisa.

Para tanto, a RPC participa de financiamentos de projetos de infraestrutura, mormente relacionadas à logística, nos territórios dos países emergentes e em desenvolvimento parceiros. No geral, estes países carecem de recurso próprio para investir em infraestrutura, configurando cenários de tradicionais subinvestimentos, e veem com bons olhos a forma pela qual o investimento chinês pode vir a suprir as carências nesta área. Isto porque tais investimentos não só maximizam o aproveitamento dos territórios nacionais nestes países, mas também contribuem na competitividade da comercialização do produto extraído e escoado, o que acaba por gerar garantias de uma continuidade no comércio com a contraparte chinesa.

Moyo (2013, p. 131) classifica esse caráter de trocas como um “equilíbrio simbiótico”, termo emprestado das áreas biológicas, pautada numa espécie de graduação de dependência em relação aos parceiros, que vai do benefício mútuo ao parasitismo. Entretanto, em que pese o relativo consenso tangente aos benefícios advindos desse tipo de relacionamento – investimento em troca de suprimento futuro de recursos estratégicos -, o fato de muitas dessas economias emergentes e em desenvolvimento exportadoras de commodities terem a China como representante mais expressiva no hall de parceiros importadores e apresentarem, na maior parte das vezes, concentração de pauta nas exportações; ao passo que a China, contrariamente, apresenta hall de parceiros supridores mais diversificado, o que a torna menos vulnerável a interrupções de suprimento, configura uma relação simbiótica – já que não se desvincula de uma relação de dependência - muitas vezes desequilibrada.

Nesse sentido, os fluxos de investimentos externos da China são muitas vezes acompanhados por preocupações do país receptor, bem como da sociedade internacional, com temas como externalidades ambientais, padrões trabalhistas e normas sociais, e padrões de fluxo comercial de tipo centro-periferia. Preocupações estas surgidas do caráter *free-rider* da atuação econômico-comercial chinesa no cenário internacional e de seu discurso diplomático da não-ingerência e da inclusividade referente aos acordos econômico-comerciais.

A melhora do equilíbrio nestas relações requerem planejamento por parte dos países receptores dos investimentos, e envolve a remodelação de padrões de negócios que concentre benefícios para o desenvolvimento a longo prazo¹⁹¹. Da mesma maneira,

¹⁹¹ O debate tangente às especificidades do tipo de relacionamento que a China vem construindo com seus parceiros de economias emergentes e em desenvolvimento – nomeadamente se este relacionamento se configura como uma relação de tipo “centro-periferia” - excedem o escopo deste capítulo na medida em

a RPC deve atentar para o perigo de desconstrução de seu poder de atração econômica em direção ao exercício de poder econômico coercitivo a partir de ações decididas unilateralmente, como o corte repentino de compras externas, compras de recursos ou aplicação de investimentos que negligenciem o interesse nacional do país exportador/receptor vis-à-vis interesses particulares ou setoriais.

A particularidade da abordagem estatal chinesa a partir das SOEs lhe dá vantagem no acesso aos recursos e no montante substancial de dinheiro aplicado nesses investimentos, já que tais empresas se beneficiam de linhas de crédito concessionais governamentais e empréstimos dos próprios bancos estatais, enquanto que empresas estrangeiras obtêm empréstimos mais caros junto ao mercado internacional. Uma vez que regras de investimento, regulamentações de licenças e diretrizes de operações financeiras sob as quais os atores investidores devem atuar sejam estabelecidos pelo governo central da RPC, a íntima relação entre os resultados preferidos chineses e os meios para alcançá-los se potencializa.

Em pleno ano posterior à deflagração da crise financeira internacional, em 2009, a *Wuhan Iron and Steel*, com o objetivo de implementar infraestrutura de minas de ferro e siderúrgicas no exterior para que produzam tal commodity, recebeu empréstimo de cerca de US\$ 12 bilhões do banco estatal *China Development Bank*¹⁹².

Operações desse caráter se tornaram comuns a partir deste ano para estimular a economia chinesa através dos empréstimos de bancos estatais, não obstante a implementação, em 2008, do pacote de estímulo de US\$ 586 bilhões injetado para refrear os efeitos nocivos da crise. Ao final de 2010, o fluxo de investimento no exterior da China atingiu US\$ 60 bilhões, não obstante os níveis declinante de IED global, o que alocou a China como um dos dez principais países investidores do mundo nos anos pós-crise (ROSEN; HANEMANN, 2012).

Ainda em 2004, o governo da RPC assinou três acordos com o governo do Gabão – país exportador de recursos energéticos e minerais para a China - que envolviam investimentos no setor petrolífero, concessões no setor agrícola, e

que consideramos ser este um debate que merece maior atenção e aprofundamento, também devido às particularidades que cada país estabelece suas relações com a contraparte chinesa. Assim, esta pesquisa ater-se-á ao estudo deste debate, no capítulo seguinte, apenas a nível do relacionamento estratégico proposto: Brasil e China.

¹⁹² “Wuhan Iron and Steel gets RMB 80-bln credit line from CDB”, China Knowledge, 07 dez.2009. Disponível em: [http://www.chinaknowledge.com/newswires/News_Detail.aspx?type=1&NewsID=29455] Acesso em: 03/06/2017.

empréstimos sem taxas de juros para o setor de construção (ALVES, 2009). Maior parceiro comercial africano desde 2009, o fluxo de investimentos provenientes da China na África foi de US\$ 500 milhões em 2003 para US\$ quase US\$ 15 bilhões em 2012. Em 2013, o governo da RPC investiu US\$ 20 bilhões em empréstimos para o desenvolvimento de infraestrutura africana. Além disso, o *People's Bank of China* e o *African Development Bank* assinaram, no início de 2014, o estabelecimento de um fundo de co-financiamento estabelecido em US\$ 2 bilhões, com o objetivo de impulsionar projetos de infraestrutura (CHALAMISH, 2014).

Em 2005, quando da visita do então Presidente Hu Jintao às Filipinas, foram anunciados empréstimos e investimentos de uma somatória de US\$ 1,62 bilhões, que incluíam o investimento de US\$ 950 milhões pela *Baosteel* e o *China Development Bank* para revigorar uma companhia de níquel; o empréstimo de US\$ 500 milhões para a expansão do sistema ferroviário; o acordo que previa o fornecimento de US\$ 27 milhões em produtos da *Huawei Technology* para a *Philippine Telecommunications*; e o acordo quadro de cerca de US\$ 10 milhões em investimentos de exploração de petróleo e gás natural. Além disso, há interesses chineses em instalar plantas de etanol e bioetanol neste país, a partir do investimento de US\$ 3,83 bilhões da *Fuhua Group* com o objetivo de desenvolver um milhão de hectares destinados ao cultivo de alta produtividade de arroz, sorgo e milho para a produção de etanol (CRUZ, 2008).

No mesmo ano, a Sinopec adquiriu ativos de petróleo russos dos Montes Urais, a partir da compra de participação acionária na Udmurtneft, maior empresa produtora de petróleo na República de Udmurt, localizada na região central da Rússia (BELTON, 2006). Mais recentemente, em 2013, a *Gazprom* e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) assinaram acordo para o suprimento de gás natural da Rússia para a China¹⁹³.

Na América Latina o governo da RPC investiu, entre 2005 e 2013, o montante de US\$ 102,2 bilhões – em 2013 a região representou 13% do investimento total global da China –, dirigidos em sua maior parte para os setores de energia e mineração, justamente os setores que recebem o maior montante dos IED chineses globais (NBSC, 2013). É importante destacar que nesta região, a presença chinesa tem se caracterizado pelo deslocamento ou aquisição de empresas ocidentais através de grandes

¹⁹³ “Gazprom and CNPC sign Agreement on major terms and conditions of pipeline gas supply from Russia to China via eastern route”. *Gazprom Release*, 05 set.2013. Disponível em: [http://www.gazprom.com/press/news/2013/september/article170593/] Acesso em: 06/06/2014.

investimentos de empresas ou consórcios estatais. O consórcio chinês MMG LTD, direcionado pela estatal *Minmetals Corp*, adquiriu a mina de cobre Las Bambas, no Peru, da suíça *Glencore Xstrata PLC*, num acordo de US\$ 5,8 bilhões. No Brasil o consórcio composto pela Petrobrás, pela francesa *Total*, pela anglo-holandesa *Shell*, e pelas chinesas CNPC e CNOOC ganhou os direitos de exploração da bacia de Libra, a maior reserva petrolífera brasileira. Também no Brasil, não obstante o empréstimo concedido à Petrobras de US\$ 10 bilhões para o desenvolvimento da produção petrolífera *offshore*, em 2010, a maior refinaria chinesa, Sinopec, adquiriu 40% da espanhola Repsol no Brasil por US\$ 1,7 bilhões. Pouco tempo depois, a mesma Sinopec adquiriu a americana *Occidental Petroleum* na Argentina por US\$ 2,4 bilhões. A Venezuela anunciou, em setembro de 2013, um acordo com a CNPC para obtenção de investimentos somados em US\$ 28 bilhões direcionados a projetos na Faixa Petrolífera de Orinoco. Neste país, a China chegou a investir mais de US\$ 8 bilhões em transporte, enquanto na Argentina a soma foi de aproximadamente US\$ 3 bilhões (THE HERITAGE FOUNDATION, 2014).

Os dados sobre os investimentos corroboram o fato de que a China obtém suficiente recursos econômicos e financeiros não apenas para importar grandes quantias das matérias-primas necessárias, como também tem sido hábil em responder aos pedidos de financiamento necessários à participação das esferas de exploração, produtivas e de comercialização de commodities, cujos custos são onerosos – por isso a expressividade do acúmulo econômico chinês lhe dá tantas vantagens -, e devem ser seguidos de custos de manutenção e de infraestrutura subjacentes. Ainda assim, como aponta Krugman (2005), o investimento é ainda mais conveniente que opções coativas, como realizadas muitas vezes pelos Estados Unidos.

Comprar uma empresa é bem mais barato, em vidas e dinheiro, do que invadir um país produtor de petróleo [...] a China, ao contrário do Japão, parece mesmo estar surgindo como rival estratégico dos Estados Unidos e concorrente no acesso a recursos escassos [...] (KRUGMAN, 2005, p. única)

Ao parcialmente arcar também com o entorno de custos da comercialização de commodities nos países parceiros exportadores – o que se soma à alta dos preços das commodities devido à crescente demanda chinesa -, a China molda um cenário em que tal exportação de produtos de baixo valor agregado (commodities) pareça vantajosa e

seja preferível por tais países, não obstante a tradicional avaliação da deterioração dos termos de troca. Novamente, através do seu “poder de investidor”, a China ajuda a moldar as crenças, percepções e preferências básicas dos seus países parceiros, sem a necessidade de ameaças, sanções, ou limitações da agenda destes países contra suas preferências básicas. Conforme Moyo (2013)

A China tem consistentemente utilizado o soft power e sua vasta poupança para cortejar governos pelo mundo afora e acessar os recursos globais – fazendo o comércio de commodities valer a pena para os países hospedeiros da China sem a necessidade de utilização militar (MOYO, 2013, p. 180)

Configura-se, portanto, seu comportamento de poder pautado na terceira face do poder, na medida em que logra converter recursos de poder (no caso os recursos econômicos) em resultados preferenciais (suprimento de recursos estratégicos) através da atração gravitacional. A partir do esquema elaborado por Nye (2012, p. 31), pode-se estabelecer esquematicamente o afirmado acima.

Figura 4- O poder chinês como resultados comportamentais a partir da definição de Nye (2012)

O poder (chinês) definido como resultados comportamentais			
Poder = afeta outros→	com referência a algo→	por meio de→	para resultados preferidos
[âmbito]	[escopo]	[coerção, recompensa, atração]	
Economias emergentes e em desenvolvimento	Suprimento de recursos estratégicos energéticos	Atração a partir de demanda e investimentos	

Fonte: Elaboração própria a partir de Nye (2012).

As motivações sugerem que há dominância de aspectos comerciais nas considerações decisórias sobre o IED chinês no exterior, mas a esfera político-diplomática é significativa no que se refere à busca pela democratização e reforma relativa das instituições da ordem internacional. Assim, a influência e atração gravitacional chinesa geradas em seus países parceiros pela terceira face de um

comportamento de poder perpassa não só pela atração através do fluxo comercial e de investimentos em si e pelos discursos clamados acerca do “benefício recíproco” e das relações de caráter *win-win*; como também pela identificação enquanto condição de posicionamento na ordem mundial, firmados pelos discursos políticos da não-ingerência em assuntos internos de outros países, da livre escolha de modelos de desenvolvimento econômico a serem seguidos, e de convergência de interesses. É nesse sentido que o estudo dos *frames* estabelecidos por esse processo de interação ganha relevância.

Deve-se destacar que, no longo prazo, a atuação chinesa a partir deste comportamento de poder pode, de alguma forma e em alguma medida, entrar em contradição com o intento chinês em manter uma atuação de *low profile* nas relações internacionais. Isto porque a China tem-se tornado, ao longo dos anos, uma verdadeira potência financeira que, com sua maleabilidade política, aos poucos, vai prescrevendo instituições criadas no âmbito do Acordo de Bretton Woods; e mais do que isso, tem-se mostrado o único país-instituição com margem de manobra financeira suficiente para manter a liquidez internacional em tempo de crise financeira, demarcando assim território e prestígio internacionais.

Em outras palavras, a capacidade econômica chinesa permitiu ao país tornar-se uma alternativa de comércio, investimento e crédito para os países emergentes e periféricos - conforme a política africana e latino-americana da China vem demonstrando nos últimos anos. Mesmo que a economia norte-americana preserve a primazia, incluindo a condição do dólar como moeda de reserva e ativo internacionais, os países emergentes romperam com o exclusivismo do Ocidente e de seu sistema de ajuda econômica caracterizado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, e passaram a ver a RPC como um financiador de primeira instância.

Em resumo, o fortalecimento da posição internacional da RPC tem dependido do seu planejamento das relações econômicas internacionais. Primeiro, o controle do câmbio em patamares competitivos explicam parte do desempenho exportador do país, o que lhe confere o “poder de vendedor”. Mais do que a oferta de mão de obra a baixo custo, as condições macroeconômicas como moeda desvalorizada, crédito estatal abundante e taxas de juros baixas são, combinadas a um conjunto de políticas industriais, comerciais e tecnológicas, estímulos governamentais à conquista de mercados externos. Some-se a isso a opção comercial agressiva voltada para

transformar nichos em mercados de massa, obtendo ganhos de escala com margens de lucro menores.

Adicionalmente, o Estado chinês preservou a prerrogativa política sobre o planejamento econômico e pôde criar mecanismos de internalização e difusão do desenvolvimento, reduzindo as vulnerabilidades e criando uma estratégia de integração do país à economia mundial. Contrariamente à perspectiva de que a China desenvolvia-se como economia de enclave, baseada na exportação de bens a partir da absorção de investimentos estrangeiros (GILPIN, 2000), a dinâmica deste país permaneceu assentada no investimento público, na exportação de empresas estatais e na expansão doméstica do consumo (MEDEIROS, 2006), o que lhe conferiu o “poder do comprador”.

Além disso, o governo chinês tem sabido explorar os investimentos estrangeiros e o mercado mundial para dotar suas empresas de capacidade de competição global, o que explica como a China está a ampliar o grau de agregação de valor das exportações, a presença internacional de suas empresas estatais e o volume de investimentos no exterior a fim de gerar seu resultado preferencial (suprimento de recursos para seu contínuo desenvolvimento doméstico), o que lhe confere o “poder do investidor”. Somados, esses poderes configuram o elemento de poder chinês pautado em seus recursos econômicos.

O relatório “Modernização da China 2008¹⁹⁴”, feito pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), sublinha que a RPC só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China. Os recursos naturais e a população do Sul global são, assim, fatores explicativos da consolidação progressiva da presença chinesa na África e na América Latina. Muitos elementos do comportamento de poder chinês têm engajado fortemente os países em desenvolvimento através de “diálogos estratégicos”, sobretudo nos âmbitos comercial e financeiro. Esta força de atração da economia chinesa impõe aos países que pensem em meios para aproveitar as vantagens e afastarem-se dos pontos negativos a fim de engendrar um bom momento para seu próprio desenvolvimento e salvaguarda de sua economia.

¹⁹⁴ Chinese Academy of Social Sciences. *China's modernization Report 2008*, jan. 2008. Disponível em: [<http://www.modernization.com.cn/cmr2008%20overview.htm>.] Acesso em: 06/06/2017.

O crescente comportamento proativo da China – através da retórica, da influência econômica e do poder de veto nas esferas de governança, por exemplo – sugere que a concepção do papel chinês por Pequim tem se tornado mais consistente ao longo do tempo e irá provavelmente se estabilizar, se e na medida em que os contra papéis dos outros atores significantes (*significant others* = parceiros estratégicos) evoluírem de acordo. É nesse sentido que a liderança política da RPC, no momento de elaboração de sua estratégia de política externa – mais propriamente na elaboração da diplomacia de parcerias estratégicas – passa a levar crescentemente em consideração as expectativas externas com relação ao papel que ela poderá assumir no cenário internacional. Com fins de facilitar metodologicamente a disposição destas expectativas, resumizamos aqui as **expectativas externas** identificadas ao longo da discussão acima:

- 1) *China como grande potência responsável*
- 2) *China como um ator geopolítico desestabilizador*
- 3) *China como ator regional de status quo*
- 4) *China como ator econômico-financeiro estabilizador*

Conforme os interesses político-econômicos da China crescem, sua interação com seus parceiros estratégicos se torna mais complexa. É provável que a pressão para que a RPC se torne um membro mais proativo na comunidade internacional e também uma potência responsável na promoção de normas e éticas globais seja mais influente que a expectativa de que Pequim exerça um comportamento como um ator anti-sistema. Adicionalmente, o Birô do PCC está mudando o comportamento internacional com o fim de responder às expectativas da audiência doméstica e proteger os interesses chineses internacionalmente. De acordo com (SHIH, 1988, p. 600)

Comportamento compõe um drama [...] A função da auto-imagem nacional no caso do comportamento de política externa tem paralelo com a função da auto-imagem no caso do comportamento individual. A concepção de uma auto-imagem nacional pressupõe uma visão de mundo na qual aos Estados são designados papéis, uns mais bem definidos que outros. A política externa então pode ser avaliada sob a luz dos objetivos do Estado, que são, por sua vez, derivados também da auto-imagem nacional.

Enquanto o impacto cultural na elaboração diplomática da China é amplamente reconhecido (HUNT, 1984), a maior parte dos estudos se foca em torno da noção e dos paradigmas do Império do Meio. Inúmeras fontes de concepção de papel nacional que podem ser utilizadas para descrever as relações da China com os demais Estados do

sistema internacional, e que têm permanecido ao longo do tempo, não entram como partícipes destes estudos. O próximo capítulo, considerando que a “auto-imagem é a fonte última de motivação” (ALEXANDER; WILLEY, 1981) para o processo interativo com outros atores, objetiva clarificar alguns elementos destas fontes disponíveis para caracterizar a identidade nacional da China e suas possíveis influências numa ‘visão de mundo’ propriamente chinesa.

Esta análise ganha relevância na medida em que os discursos e os posicionamentos oficiais da liderança do PCC apresentam de forma crescentemente mais clara um senso de “missão histórica”. Desde Mao Zedong há a tendência em compreender a política chinesa como puramente uma manifestação do poder político individual de um só líder, ou o “culto à personalidade”. Mais recentemente, podem-se encontrar debates nos círculos investigativos sobre China acerca da proximidade simbólica do novo líder do Partido, Xi Jinping, com Mao Zedong. A percepção que se segue através da mídia tangente ao discurso de mais de três horas proferido pelo Presidente na ocasião do 19º Congresso Nacional, em 2017, é de um “coroamento” (*crowning* – *Guànmíng* - 冠名) de Xi no momento da introdução de seu “slogan político” ou “legado”: “Pensamento de Xi Jinping sobre a Nova Era do Socialismo com Características Chinesas” (*Xìjìnpíng xīn shídài zhōngguó tèsè shèhuì zhǔyì sīxiǎng*- 习近平新時代中國特色社會主義思想). Tal acepção não significa que Xi foi apenas “coroadado”, já que seu nome aparece na formulação própria do planejamento político, mas a introdução do termo “Pensamento” – em oposição à “Teoria” (como de Deng Xiaoping) ou “estratégia” e “conceito” – marcam uma mais elevada intensidade retórica, arguamente colocando-o em paridade com Mao Zedong.

Ao mesmo tempo em que há uma tendência de descontinuidade na terminologia relacionada às reformas, há uma clara argumentação sobre o status “central” de Xi Jinping enquanto líder político. O desenvolvimento econômico doméstico continua a ser o eixo central e a ênfase no discurso político. A “contradição primordial” (*Zhǔyào máodùn* - 主要矛盾) – que em discursos prévios fazia referência ao impulso às reformas – foi redefinida no relatório oficial do 19º Congresso como “aquela [contradição] entre o desenvolvimento desequilibrado e inadequado e a crescente necessidade do povo por uma vida melhor” (*Rénmín rìyì zēngzhǎng dì měi hào shēnghuó xūyào hé bù pínghéng bù chōngfèn de fǎ zhǎn zhī jiān de máodùn* - 人民日益增長的美好生活需要和不平衡不充分的發展之間的矛盾). O PCC ainda deliberou

uma “decisão” delineando três frases para fazer referência ao status de Xi Jinping: a) amado por todo o Partido (*Quándǎng yǒnghù* – 全党拥护); b) amado e respeitado pelo povo (*Rénmín àidài* – 人民爱戴); e c) completamente confiável e merecedor (de seu status central no Partido) (*Dāngzhī wúkuì* – 当之无愧).

Entretanto, e em que pese a aparente retomada de uma aproximação do líder com o Estado em si, há atualmente um contexto onde há uma força maior na lógica teórica do PCC. Segundo Liu Yunshan, membro do Comitê Permanente do Birô Político do PCC, a elevação do Pensamento de Xi Jinping enquanto guia político do Partido tem uma grande significância política, teórica e prática, e todos os membros do PCC deveriam estudar o pensamento de Xi para a “Nova era” em termos de seus antecedentes históricos, sistematização científica e requerimentos práticos¹⁹⁵.

O Marxismo tem suprido a liderança política do país de um entendimento progressivo da história, que vê o Partido Comunista mesmo como o único meio pelo qual a nação chinesa cumpriria sua missão histórica. Esta retórica pela fundacional legitimação do PCC foi proferida por Xi Jinping no Relatório do 19º Congresso do PCC, por Hu Jintao no 18º Congresso, e antes por Jiang Zemin no 16º Congresso¹⁹⁶. No Relatório do 18º Congresso, Hu Jintao clamou que

Para fazer juz à confiança e às expectativas do povo com relação a nós e enfrentar novos testes sob novas condições históricas, todo o Partido deve estar atentamente ciente dos perigos potenciais, ser honesto e prudente, proteger-se contra arrogância e impetuosidade, e permanecer de mente aberta. Devemos ser inovadores em nossos pensamentos, sustentar a verdade e corrigir os erros, e sempre manter a energia e a direção. Devemos sustentar o propósito fundamental do Partido, confiar e crer no povo, e sempre colocá-los acima de tudo. Devemos elevar o nosso *senso de missão*, ser realistas e pragmáticos, transpassar dificuldades e trabalhar duro, e preservar a integridade política dos Comunistas¹⁹⁷.

¹⁹⁵ “CPC creates Xi Jinping Thought on Socialism with Chinese Characteristics for a New Era”, *Xinhua Net*, 19/10/2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/19/c_136689808.htm] Acesso em 23/10/2017.

¹⁹⁶ “Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era”, Delivered at the 19th National Congress of the Communist Party of China, October 18, 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf] Acesso em 27/11/2017; “Full text of Hu Jintao’s Report at 18th Party Congress”, 27/11/2012. Disponível em: [http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm] Acesso em 02/01/2018; “Full text of Jiang Zemin’s Report at 16th Party Congress on Nov 8, 2002”. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/3698_665962/t18872.shtml] Acesso em 02/01/2018.

¹⁹⁷ Full text of Hu Jintao’s Report at 18th Party Congress”, 27/11/2012. Disponível em: [http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm] Acesso em 02/01/2018, p. única, tradução nossa, grifo nosso.

Xi Jinping, no último Congresso do Partido, também apontou que ainda que a “missão histórica” e o “objetivo último” do Partido permaneçam, o país alcança agora uma “conjuntura histórica no desenvolvimento chinês” – tida como “Nova era” - representada pela evolução da contradição que impulsionou a era das reformas¹⁹⁸. Como se pode notar, a esfera de desenvolvimento histórico é saliente não apenas nos discursos discursivos da liderança política da China, como também enquanto guia de elaboração prática e legitimação política. Logo, a seção seguinte destina-se a investigar elementos de construção histórica que contribuem para o delineio da auto-imagem identitária nacional chinesa que, por sua vez, irá influenciar na projeção de sua política externa.

II. PARTE DOIS

4. O processo e a construção do “eu” histórico chinês e o pensamento estratégico

Em diversos discursos o governo da China mostra-se orgulhoso de seu suntuoso patrimônio cultural. Assim, é compreensível que haja uma continuidade entre as esferas de pensamento e ética pré-modernas e contemporâneas. A imprensa do Exército de Libertação Popular (ELP) publicou uma miríade de estudos sobre o pensamento militar pré-moderno chinês para a leitura por seus pares e estudantes, a exemplo de *Uma História Abrangente do Pensamento Militar Chinês*¹⁹⁹. Dado o fato de que o atual pensamento estratégico da China repousa sobre suas tradições estrategistas²⁰⁰, uma compreensão parcial desta ética nos é disponível através do estudo de escritos antigos, filosoficamente relevante por conter a essência idiossincrática de muitos elementos civilizacionais chineses.

Por séculos o acesso a tais textos, que eram escritos em tiras de bambu, vinha de exemplares preservados da dinastia Song (960-1126), careciam de contexto histórico e eram muitas vezes descartados como falsificações. Descobertas arqueológicas a partir da década de 1970 na tumba de Yinqueshan, em Shandong, revelaram mais de quatro

¹⁹⁸ “Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era”, Delivered at the 19th National Congress of the Communist Party of China, October 18, 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf] Acesso em 27/11/2017

¹⁹⁹ JIANG, Guozhu. (2006). *A Comprehensive History of Chinese Military Thought* (中國軍事思想歷史). 5 vol. Beijing: Chinese Social Sciences Press.

²⁰⁰ SCOBELL, Andrew. (2003). *China's Use of Military Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. New York: Cambridge University Press.

mil tiras de bambu e cinco tábuas de madeira listando títulos dos “capítulos” de alguns dos trabalhos que datam de 130 a.C..

A descoberta desses textos permitiu a reconsideração completa da datação dos antigos textos, sua evolução, e a relação desses com demais trabalhos filosóficos do período, de forma a colocá-los num cenário histórico determinado. Assim, este sequenciamento permite criar um modelo de desenvolvimento do pensamento militar e filosófico antigo e relacionar este desenvolvimento com seu papel social no panorama de alternância política e de guerras da China, sobretudo nos períodos Primavera e Outono (722-481 a.C.) e Estados Combatentes (403-221 a.C.).

Os *Sete Clássicos Militares* (*Wujingqishu* 武经七书) são os escritos representativos da tradição do pensamento filosófico militar chinês, e formam o cânone da China imperial²⁰¹. Quando tomados como um todo, nota-se que a diversidade dos textos, ao invés de contraditória, é harmonizada e complementar, bem como cumulativa e consistente²⁰². Alcança tamanha notabilidade por ser um corpus de escritos cujos autores ponderaram e incorporaram crenças definidas pelo confucionismo e pelo taoísmo para ofertar medidas estratégicas e soluções táticas para uma ampla gama de problemas e situações²⁰³. Eles fornecem, concomitantemente, uma psicologia do comportamento humano, motivação e avaliação, formulam teorias e procedimentos para comando e controle, e discutem princípios para ações políticas.

O objetivo deste capítulo não é descrever e discutir detalhadamente os princípios táticos do pensamento estratégico militar chinês contidos nos clássicos militares, mas alocar a influência do florescimento filosófico do qual esses clássicos fazem parte na dinâmica histórica-política e de formação civilizacional chinesa, de forma a investigar

²⁰¹ São eles: A Arte da Guerra de Sun-Tzu (*Sunzi Binfa* 孫子兵法 / 770-476 a.C.), A Arte da Guerra de Wu-Tzu (*Wuzi Binfa* 吳子兵法 / 475-221 a.C.), A Arte da Guerra de Sima (*Sima Fa* 司馬法 / 475-221 a.C.), Wei Liao-Tzu (*Weiliaozi* 尉繚子 / 475-221 a.C.), Seis Ensinaamentos Secretos de Taigong (*Taigong Liutao* 太公六韜 / 475-221 a.C.), Três Estratégias de Huang Shigong (*Huang Shigong Sanlue* 黃石公三略 / 100-220 d.C.), e Questões e Respostas entre Tang Taizong e Li Weigong (*Tang Taizong Li Weigong Wendui* 唐太宗李衛公問對 / 618-906 d.C.).

²⁰² SAWYER, Ralph D. (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview.

²⁰³ Faz-se necessário destacar que, se bem a escrita dos textos pode ter-se iniciado durante as supostas vidas de seus hipônimos, datações mais rígidas apontam geralmente para gerações posteriores. Isso indica que os tratados militares, bem como demais textos filosóficos da China deste período, provavelmente foram escritos não pelos homens para os quais eles foram nomeados, mas por grupos de intelectuais que ambicionavam uma posição política imperial, que emprestavam um nome de prestígio para dotar de autoridade certa doutrina. No capítulo “Avaliando o inimigo” d’A Arte da Guerra de Wu-tzu, o lorde do Estado de Wei pede a Wu Qi, autor putativo de tal tratado militar, para que discuta a situação estratégica de seu Estado. Wu Qi responde com fatos que sugerem um evento que data pelo menos quatro décadas depois de sua morte (381 A.C.). Ver: SAWYER (1993), op.cit, loc.sit.

elementos que contribuam para entender a construção de uma narrativa de “eu” histórico.

4.1 A era multiestatal chinesa: sistema *zhongguo* e a diferenciação entre “chinês” e “estrangeiro”

Sob a perspectiva histórica predominante, a continuidade do que chamamos “China” tem sido antes cultural que política. O território circunscrito hoje como pertencente à China conheceu inúmeras expansões e contrações conforme as mudanças dinásticas até a unificação sob a Dinastia Qing (1644-1911). No entanto, para além da hipótese nuclear de uma origem da civilização de cultura chinesa (*xia* 夏) que teria início na planície do Rio Amarelo e teria se desenvolvido linearmente por estágios sucessivos culturais, a perspectiva de uma “identidade” própria chinesa não pode negar a relevância de identificações múltiplas ou a natureza mutável da cultura dialética. Nesse sentido, o que consideramos como a “civilização chinesa” acomodou uma diversidade regional significativa em suas práticas sociais, econômicas e bélicas desde seus primórdios²⁰⁴.

A extensão dos impérios sofreram variações, e por longos períodos houve Estados que combatiam entre si, e cuja ascendência de seus governantes sequer estava ligada a uma origem “chinesa”. Mas a partir de que momento passou-se a considerar a existência de uma “China” (*Zhongguo* 中国)²⁰⁵? O que determinava ser “chinês” (*zhongguo ren* 中国人) na era multiestatal daquela região e como a distinção entre “chinês” e “estrangeiro” (*yidi* 夷狄) influenciava na natureza da guerra?

²⁰⁴ A arqueologia moderna chinesa aponta para diferentes práticas de domesticação animal, plantio e uso de cerâmica que denotam diferentes culturas desde o período chamado de “Revolução Neolítica”: cultura Yangshao 仰韶 (5000-3000 a.C.) no planalto do Rio Amarelo, as culturas Majiabao 馬家浜 e Hemudu 河姆渡 (5000-3500 a.C.) no baixo Yangtze, as culturas Daxi 大溪 e Qujialing 屈家岭 (5000-3000 a.C.) no meio Yangtze, as culturas Xinglongwa 興隆洼 (8500-7000 a.C.), Xinle 新樂 (7000-5000 a.C.) e Hongshan 紅山 (3000-2500 a.C.) nas bases dos rio Liao, no norte da China, entre outras. A influência entre estas diferentes culturas do período neolítico era antes mútua que unidirecional.

²⁰⁵ O termo “China”, que designa uma unidade espaciotemporal, tem sua origem no sânscrito *cīna*, e somente foi latinizado em meados do século XVI, a partir do topônimo persa *Chīnī*. Eh, portanto, o termo ocidental equivalente para o que os chineses chamam de *Zhongguo* (中国). O próprio termo *Zhongguo* somente passou a ser comumente utilizado pelos próprios chineses como uma entidade histórica e espacial a partir do século XIX e do contexto de estabelecimento da equidade soberana dos Estados-Nações ao estilo ocidental. A entidade física que antes a população chinesa chamava de O Grande Estado de Qing (*Da Qing Guo* 大清国), em referência a dinastia dominante naquele período, passou a ser dotada de um cunho nacionalista como forma de também identifica-la com uma cultura e uma continuidade histórica, privilegiando não somente uma dinastia, mas a região considerada como o local do florescimento cultural e de modelo civilizacional: os Estados centrais (*Zhongguo*).

A divisão da era multinacional chinesa em “Estados” (*guo* 国)²⁰⁶, arremete ao período do que foi considerada a primeira dinastia da China. De acordo com a historiografia tradicional, a dinastia Xia foi fundada pelo Grande Yu, intitulado como Visconde de Xia pelo imperador mítico Shun. A ele são creditados feitos como grandes canais que impediam as frequentes inundações da Planície Central do Rio Yangtzé²⁰⁷ e aperfeiçoavam o plantio. Durante seu serviço como Visconde, Yu teria dividido seus domínios em nove províncias ou Estados - Ji (冀), Yan (兗), Qing (青), Xu (徐), Yang (揚), Jing (荊), Yu (豫), Liang (梁), and Yong (雍) - de acordo com seus sistemas de rios e qualidade do solo, estabelecendo, ao mesmo tempo, os “Tributos de Yu²⁰⁸”, que demarcavam qual natureza de tributo cada região seria capaz de entregar ao “Estado central” de Xia.

Estudos da historiografia e da arqueologia moderna permitem aferir que, diferentemente do que se acreditava ser uma sequência linear temporal de sucessões dinásticas, as dinastias Xia (2205-1766 a.C.), Shang (1766-1045 a.C.) e Zhou Ocidental (1045-770 a.C.) e Oriental (770-256 a.C.) foram Estados (*guo*) preponderantes em capacidades e influências político-econômicas e culturais em diferentes períodos, num sistema multiestatal que perdurou até a primeira centralização burocrática sob a dinastia Qin (221-207 a.C.). O sistema tributário tinha então a função de assegurar os fluxos comerciais e as fontes de recursos entre os diversos Estados e entre estes e o Estado dominante na ocasião.

A centralização desse sistema burocrático e do núcleo político e cultural localizava-se nos Estados ao norte, da planície norte da China ao vale do rio Wei, e encontravam-se imediatamente próximos da casa real de Xia (2205-1766 a.C.), Shang (1766-1045 a.C.), e Zhou (1045-256 a.C.) em seus respectivos períodos de preeminência. Era considerado o local central onde a vida civilizada havia “florescido” (*hua* 花). O termo *zhongguo* (中国) então se originou da distinção dicotômica entre os

²⁰⁶ O termo “Estado” é utilizado como tradução para o termo chinês “*guo*” para conveniência e melhor compreensão do texto, mas não assume as mesmas caracterizações do tipo Estado-Nação soberano delineadas no Tratado de Westfalia (1648).

²⁰⁷ Notar diferença mítica de origem da civilização entre ocidente e oriente.

²⁰⁸ Os “Tributos de Yu” (*Yu Gong* 禹贡) estão apontados como forma de capítulo no “Livro de Xia” (*Xia Shu* 夏书), uma seção do Livro dos Documentos (*Shujing* 书经). Este é um dos cinco clássicos (*wujing* 五經) do cânone confuciano datado do século V a.C., uma coleção de discursos feitos por governantes e políticos imperiais desde tempos míticos até meados do período Zhou Ocidental (1045-770 a.C.). Nele estão contidas informações relatadas do período dos Imperadores Sábios (antes de 2255 a.C.) e das três primeiras dinastias chinesas: Xia (2205-1766 a.C.), Shang (1766-1045 a.C.) e Zhou Ocidental (1045-770 a.C.).

Estados (*guo* 国) centralizados (*zhong* 中)²⁰⁹, que compartilhavam de um sistema de costumes comuns de povos sedentários e de onde se dissipava a influência cultural burocrática, e as populações nômades tribais e pastorais periféricas, chamados de “bárbaros” (*yidi* 夷狄). Entre estes Estados “selvagens” (*ye* 野) estavam os Di (狄) ao norte, os Xu Yi (徐夷) e Huai Yi (淮夷) ao sudeste, ao oeste estavam os Quang Rong (犬戎), os Qiang (羌), e os Qin (秦), e ao sul as tribos de Pu (濮), Yue (越), Man (蠻), e a tribo mais forte de Chu (楚), cujo governante se autointitulava como “o rei de Chu²¹⁰”.

O uso do termo *yidi* para os povos considerados bárbaros, ou como orientação para diferenciar o “Outro beligerante²¹¹”, guarda relação primordial com a sua diferenciação geográfica, pois é uma metonímia²¹² do morfema *manyi-rongdi* (蠻夷戎狄), que indicam quatro direções geográficas para além das fronteiras dos Estados Centrais: “As tribos do leste são chamadas Yi [...] Aquelas do sul são chamadas Man [...] Aquelas do oeste chamadas Rong [...] Aquelas do norte chamadas Di [...]”²¹³. Adicionalmente, numa passagem escrita por Ye Shi (1150-1223), filósofo neo-Confucionista que escrevia sobre o período dos Estados Combatentes, há a discussão sobre quais características distinguem de fato os Estados Centrais (*zhongguo*) dos povos tribais (*yidi*):

Deve-se manter um Estado [*guo*] com princípios, com regras apropriadas, e com a habilidade para mudar de acordo com as circunstâncias. Os Estados Centrais [*zhongguo*] não governarem os bárbaros [*yidi*] é o princípio. Estados Centrais serem Estados Centrais e bárbaros serem bárbaros é a regra apropriada. Nós estamos no controle de ambos. Portanto, se eles [*yidi*] vierem saquear, então guerreamos com eles; se vierem se submeter, então os receberemos; dispô-los de acordo com a intenção com a qual vieram é a habilidade de mudar de acordo com as circunstâncias [...] A razão pela qual os Estados Centrais são os Estados Centrais é simplesmente por estas três

²⁰⁹ O termo *zhong* 中 não tem apenas a conotação geográfica de “centro” ou “meio”, mas considera algo valorado como “adequadamente localizado”. Eram eles: Zheng (鄭), Chen (陳), Cai (蔡), Song (宋), Lu (魯), Qi (齊), Jin (晉), Wei (衛), Cao (曹) e Yan (燕).

²¹⁰ Também se autointitulava rei o governante da tribo Xu, o que revela que uma ideia conceitual de um “rei universal” (*wang* 王) sob o Mandato do Céu (*Tianming* 天命) ainda não havia surgido no início do período Zhou.

²¹¹ BERGETON, Uffe. (2006). The evolving vocabulary of otherness in pre-imperial China: From “belligerent others” to “cultural others”. Thesis presented to the Faculty of the Graduate School University of Southern California. California: ProQuest Publisher, 61 p.

²¹² Referente a comunidades políticas, povos e tribos quando entendidas num sentido étnico.

²¹³ Liji Wangzhi 3.13 *apud* LEGGE, James. (1960). *The Chinese Classics, volume III: the Shoo King or the Book of Historical Documents*. 1st published in 1865. London: Trubner.; rpt. Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 229-230.

características. Se ignorarmos as ferramentas pelas quais seremos necessariamente vitoriosos e meramente invocarmos a fraude e a força então teremos nos transformado em bárbaros [...] Entretanto, embora os bárbaros não tenham princípios, eles sempre esperam boas intenções e princípios dos Estados Centrais. Os Estados Centrais consideram os bárbaros como sem princípios e, portanto, respondem a eles sem empregar seus princípios e sem boas intenções. Não entendem que esta é a razão pela qual são os Estados Centrais. Basicamente não podem abandonar algo [princípios], pois falta aos bárbaros²¹⁴.

É importante destacar da passagem acima que Ye Shi não apenas discorre sobre a distinção entre *zhongguo* e *yidi* em termos de ação política, como também traz a assunção de que, juntamente com a cultura e a civilidade dos Estados Centrais, surgem princípios *morais*. Por isso, ainda que o termo tenha sido empregado de distintas maneiras variando entre “primitivos”, “bárbaros”, ou “estrangeiros”, era geralmente embutido de conotação pejorativa, e não aceito por aqueles povos aos quais se referia.

Assim, o termo é empregado para fazer tanto uma definição *espacial*, já que *zhongguo* referia-se a planície central de Estados feudais leais a casa Zhou relativa aos demais *guo*, assumindo-os, conseqüentemente, como periféricos; quanto uma diferenciação por pertencimento *cultural* entre aqueles que compartilhavam dos rituais Zhou e aqueles que não compartilhavam, e que viviam numa organização sociopolítica menos ordenada, como mostra esta passagem do filósofo Xunzi (314-217 a.C.):

Desta maneira, todos os Estados de Xia têm obrigações servis idênticas para/com o rei e têm padrões idênticos de conduta. Os Estados bárbaros de Man, Yi, Rang e Di realizam os mesmos serviços obrigatórios para/com o rei, mas as regulações que os governam não são as mesmas²¹⁵.

A partir do princípio de mutabilidade de acordo com as circunstâncias nas quais os *yidi* aproximavam-se dos Estados Centrais, igualmente estabeleceu-se quando estes deveriam exercer a guerra contra aqueles: “Quando qualquer das tribos bárbaras do sul, leste, oeste ou norte [*mang-yi-rong-di*] não obedecer ao comando do rei, e por sua

²¹⁴ “為國以義,以名,以權。中國不治夷狄,義也。中國為中國,夷狄為夷。名也。二者為我用。故其來寇也。斯與之戰。其來服也。斯與之接。視其所以來而治之者。權也...中國之所以為中國。以其有是三者而已。苟捨其所以必勝之具。而獨以詐力為用。是既已化為夷狄矣。...然則夷狄雖不義。常以信義望中國。中國以夷狄為不義。是以不用信義答之。不知此其所以為中國者。本不以夷狄之無而廢也”(tradução livre). YE, Shi. (1961). *Ye Shi Ji* 葉適集. Beijing: Zhonghua shuju, Beiji 4.684-6.

²¹⁵ Xunzi 18, Zhenglun 4 *apud* KNOBLOCK, John. (1994). *Xunzi: A Translation and Study of the Complete Works*. Vol. III. Stanford, CA: Stanford University Press, p. 38.

devassidão e embriaguez violarem todos os deveres da sociedade, o rei dá o comando para atacá-los²¹⁶”.

Ao tomar por princípio moral que ao utilizar de brutalidade e coerção para conquistar povos bárbaros, os Estados Centrais estariam eles próprios tornando-se bárbaros, o sistema multiestatal *zhongguo* manteve, em seu início, uma cultura estratégica defensiva, uma vez que primava pela não interferência no sistema sociopolítico dos povos *yidi*. É relevante destacar que tal preferência estratégica não era oriunda de um pressuposto de equidade entre os *guo*, mas sim de uma base organizacional hierárquica, na qual os *zhongguo* ofereciam um comportamento moral e social mais virtuoso daqueles exercidos pelos *yidi*, e, por conseguinte, deveriam assegurar a ordem interestatal. Os termos são, portanto, pares assimétricos.

Doravante, com o fim de melhor organizar seus domínios e assegurar a defesa contra ataques bárbaros dos *yidi*, a nobreza de Zhou designou duques (*gong* 公), marqueses (*hou* 侯), condes (*bo* 伯) e barões (*nan* 男) em diferentes Estados vassalos do sistema *zhongguo*. Gradualmente, estes senhores aristocratas feudais (*zhuhou* 諸侯) tornaram-se independentes do suserano Zhou, e passaram a competir por expansão de suas terras e por influência político-econômica. As mudanças políticas no interior dos Estados feudais levaram a uma substituição dos antigos postos feudais por novas configurações políticas. No Estado de Jin (晉), as casas de Zhao (趙), Han (韓) e Wei (魏) sobrepuseram a antiga casa dinástica. No Estado de Qi (齊), a nobreza de Tian (田) substituiu a dinastia antiga, e no Estado de Lu (魯), a casa ducal assumiu o poder real, dentre outras alterações. Tais mudanças tornaram-se eminentes no século V a.C., quando a administração dos Estados por nobres relacionados à casa reinante foi substituída por um funcionalismo burocrático, e marcaram o início do período dos Estados Combatentes (*Zhanguo* 战国) (403-221 a.C.).

A maior autonomia dos Estados frente ao Estado preponderante de Zhou impulsionou uma perspectiva de diferenciação de capacidades político-econômicas entre eles, e paulatinamente cada governante adotou para si o título de “rei” (*wang* 王), antes reservado a dinastia Zhou. A partir daí, o poder político da casa Zhou entrou em declínio e os Estados passaram a empreender estratégias de autofortalecimento²¹⁷ para

²¹⁶ Zuo, Cheng 3 *apud* LEGGE (1960), op.cit., p. 349

²¹⁷ Tais reformas envolviam esforços no sentido de aumentar as capacidades militares e econômicas ao melhorar também a capacidade administrativa do Estado. O Estado com uma capacidade administrativa

competição interestatal sob reformas que empreendessem “Estado rico, exército forte” (*fuguo qiangbing* 富国强兵). Ademais, realizavam estratégias de alianças horizontais (*heng* 横), seguindo uma *rationale* de balanço de poder ao clamar pela unidade de Estados mais fracos para resistir ao mais forte; e verticais (*zhong* 縱), quando o Estado mais forte intencionava quebrar as alianças *heng* colocando-os uns contra os outros através de subornos e ameaças aos Estados mais fracos²¹⁸.

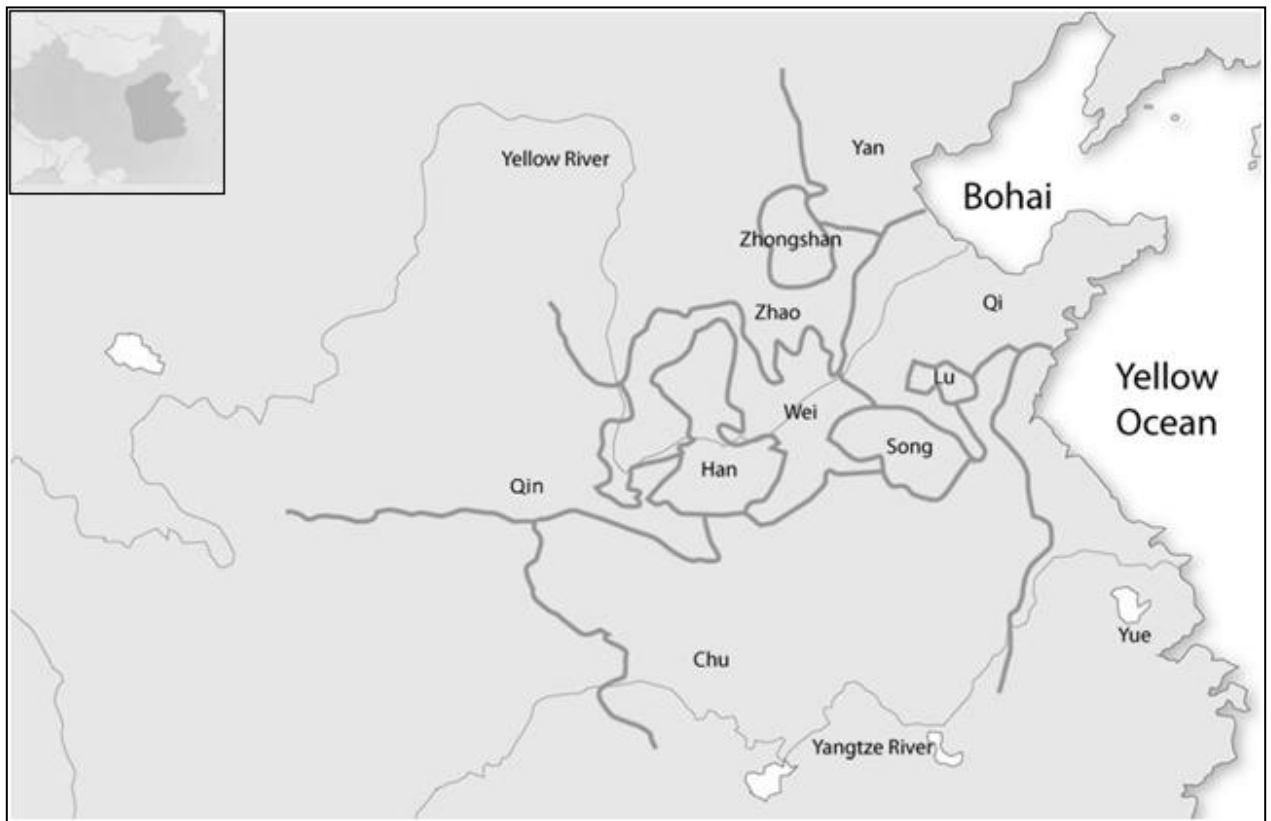
A natureza anárquica do sistema *zhongguo* era caracterizada pela prevalência da diplomacia e da guerra. Os exércitos consistiam enormes contingentes de recrutas, comandados por generais profissionais. A guerra era empregada não somente para derrotar um inimigo bárbaro em campanhas punitivas, mas para derrotar *guo* inteiros. Novas armas como alabardas (*ji* 戟) e bestas (*nu* 弩) surgiram; carroças (*zhanche* 戰車), cavalarias (*qibing* 騎兵) e arquearia apoiavam a infantaria, por sua vez protegida por armaduras e escudos de ferro. Os Estados de Han (韓) e Chu (楚) foram os primeiros a produzir armas de ferro e aço de alta qualidade. Os Estados Combatentes edificaram muralhas e fortificações (*changcheng* 長城) ao longo de suas fronteiras. O custo da guerra era alto, e só poderia ser logrado em concordância com a prosperidade econômica dos *guo*. Assim, Estados menores, como os de Zhongshan (中山), Lu (魯), Song (宋) e Yue (越), que não possuíam os meios necessários para manter um exército forte foram gradualmente anexados pelos Estados maiores.

Ao final do período, sete *guo* (os "sete fortes" *qixiong* 七雄) dominavam o império Zhou: Qin (秦 – considerado *yidi*), Qi (齊), Yan (燕), Chu (楚 – considerado *yidi*), Zhao (趙), Wei (魏) e Han (韓 – considerado *yidi*), envolvidos entre eles em contenções de poder e guerras de anexação freqüentes.

superior mobilizaria melhor os recursos, resolveria problemas logísticos com facilidade, desenvolveria estratégias militares mais eficientes, consolidaria territórios conquistados, e extrairia da melhor maneira recursos adicionais das populações subjugadas. Um exemplo bem sucedido da reforma administrativa foi a divisão feita pelo Primeiro Ministro Shang Yang do *guo* Qin entre prefeituras (*jun* 軍), condados (*xian* 县), municípios (*xiang* 乡) e vilas (*li* 理). A partir desta divisão administrativa, o governo de Qin pode sistematizar o recrutamento militar através do agrupamento das vilas em unidades de cinco, facilitando a mobilização militar. Ver: SAWYER (1994), op.cit.

²¹⁸ LEWIS, Mark E. (1999). Warring States Political History. In: SHAUGHNESSY, Edward L.; LOEWE, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Ancient China: From the Origins of Civilization to 221 BC*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, pp. 587-650.

Figura 5- *Guo* no período dos Estados Combatentes (475-221 a.C.)



Fonte: Modificado de Chinese Civilisation Centre, City University of Hong Kong. Disponível em: [http://www.english.civ.cityu.edu.hk/China_5000/?chapter=dicts/Warring_States_Period] Acesso em 05/02/2017.

O Estado de Qin, em razão da massiva reforma empreendida pelo Primeiro Ministro Shang Yang (390-338 a.C.), tornou-se abastado e com uma força militar inigualável. Shang Yang advogou a completa militarização do Estado, introduzindo pioneiramente um sistema de punições e recompensas nas expedições militares. Eventualmente, Qin se tornou o Estado mais poderoso dentre os sete, e saiu vitorioso graças ao emprego de estratégias consideradas “bárbaras” pelos demais Estados. Ralph Sawyer aponta que o Estado de Qin logrou a unificação “em parte, por subverter agressivamente governos através do estímulo da desavença e por fomentar disputas políticas entre os Estados remanescentes²¹⁹”.

A partir da unificação sob a dinastia Qin (221-207 a.C.), a questão sobre a diferenciação entre chineses/estrangeiros foi retomada e ganhou saliência, uma vez que um *guo yidi* passou a ser o centro dinástico do território outrora reconhecido como *zhongguo*. Ainda que as unidades analíticas (“espaço” e “cultura”) do que consistia

²¹⁹ SAWYER, Ralph D. (1998). *The Tao of Spycraft: Intelligence Theory and Practice in Traditional China*. Oxford, UK: Westview Press, p. 116

zhongguo fossem interdependentes, uma poderia ser conquistada sem a outra. Se os Estados Centrais fossem definidos apenas pela cultura, qualquer localidade onde essa cultura existisse contemplaria seu espaço de pertencimento – não sendo, portanto, necessário estar na planície central para ser *zhongguo*. Se, contrariamente, os Estados Centrais fossem definidos por uma localidade histórica dada, como a planície central, então os conquistadores daquele espaço definiriam a cultura *zhongguo*.

Isso aponta para o fato de que, embora não tenham sido os Estados dinásticos – a iniciar pela dinastia Qin - os definidores do que consistiam os “Estados Centrais” (*zhongguo*), eles reivindicavam a legitimidade de sê-los. Dong Zhongshu²²⁰ (179-104 a.C.) argumenta, em seus escritos interpretativos dos *Anais de Primavera e Outono* de Confúcio (551-479 a.C.), que com a unificação Qin e a posterior expansão da dinastia Han Ocidental, os juízos sobre geografia usados durante o período Zhou para marcar a distinção entre interior/exterior (*nei* 內/ *wai* 外) e chinês/estrangeiro (*zhongguoren/yidi*) não mais poderiam ser aplicados no que passou a ser um império unificado; aqueles que outrora eram identificados geograficamente como estrangeiros passaram também a ser chineses.

Com o fim de eliminar a diferenciação étnica e promover a relativização entre interior e exterior, o discurso dinástico passou também a redefinir o significado do conceito *zhongguo*, vinculando-o somente ao compartilhamento de costumes e valores a partir de então: se o ritual se tornasse o fator mais importante para distinguir estrangeiros de chineses, isso implicaria a possibilidade de transformação – se um estrangeiro se submetesse aos rituais, logo ele teria a possibilidade de tornar-se um “chinês”, ao passo que um “chinês”, ao não submeter-se aos rituais dinásticos, deixaria de ser um “chinês”. Tal argumento revela que, a partir daí, e ao menos a um plano normativo, não era afiliação étnica, localização geográfica, ou poder político, mas sim afinidades ritualísticas que serviram de medida de julgamento e comparação de identidade política²²¹.

Através da discussão centrada nas conexões ritualísticas, a elite nobre dinástica relativizou as noções de estrangeiro/chinês e interior/exterior para criticar relações

²²⁰ Dong Zhongshu (董仲舒 195 a.C.-115 a.C.) foi um filósofo da dinastia Han (208 a.C.-220 d.C), tradicionalmente associado ao estabelecimento do confucionismo como ideologia oficial do império em 136 a.C.

²²¹ ARBUCKLE, Gary. (1995). Inevitable Treason: Dong Zhongshu's theory of historical cycles and the devaluation of the Han mandate. *Journal of the American Oriental Society*. Vol. 115, no. 04, pp. 585-597.

étnicas dentro do próprio império, e doravante trouxeram a tona questões de legitimação do poder. Esta relativização expandiu o sentido de *zhongguo* ao prover uma estrutura identitária chinesa para além da filiação étnica, e guarda fundamental relação com o florescimento filosófico dos períodos de Primavera e Outono (722-481 a.C.) e dos Estados Combatentes (403-221 a.C.), já que a partir de tais produções textuais foram pensadas e definidas as bases morais, ritualísticas, e estratégicas que deveriam ser seguidas.

4.2 Estabelecimento de valores comuns e a restauração da “ordem”: gênese filosófica

Durante o período caótico de batalhas e de rupturas sociais da Primavera e Outono e dos Estados Combatentes, um vital movimento intelectual emergiu como uma maneira diagnóstica e prescritiva de reestabelecer uma pressuposta ordem de “Tudo sob o Céu” (*Tianxia* 天下²²²). Diante do contexto de guerra entre todos os *guo* e da necessidade de administrar o emprego de recursos, os manuais e métodos de implementação de estratégias e táticas de guerra, bem como a atenção a intelectuais estrategistas, tornaram-se indispensáveis. Consequentemente, um extenso corpo de teoria estratégica e pensamento militar floresceu estimulado não apenas pelas exigências do campo de batalha, mas também pelas novas teorias político-filosóficas.

Tal período da era de ouro da filosofia chinesa ficou conhecido como “As Cem de Escolas de Pensamento” (*baixue* 百家), na medida em que diversas ideias e conceituações eram debatidas e refinadas por filósofos itinerantes, muitas vezes elaboradas para e empregadas pelos governantes dos *guo*. Eram ideias combatentes – e mutuamente influentes – num período de Estados Combatentes. Em outras palavras, a gênese filosófica chinesa obtinha como propósito estabelecer enquanto “princípios celestiais” (*Tianli* 天理) um conjunto de valores para uma comunidade política, que seriam conceitos chave para a práxis ético-moral, a identidade cultural, e a legitimidade política da mesma.

²²² Para uma noção mais pormenorizada do conceito de *Tianxia*, ver: QIN, Yaqing. (2007). Why there is no Chinese International Relations Theory? *International Relations of the Asia-Pacific*, Vol. 7, no. 3, pp. 313-340.

Comumente alocavam o tema da continuidade e da descontinuidade – ou seja, a problemática da “ordem das coisas” e seus desdobramentos naturais²²³. Dentro desta perspectiva, as problemáticas políticas e sociais eram consideradas como formas históricas desta ordem, que deveria ser ciclicamente reestabelecida. Exemplo desta elaboração filosófica, que é ao mesmo tempo uma pretensa narrativa histórica e uma diretriz política do período em que foi escrita, é a seguinte passagem do primeiro capítulo da obra “Livro dos Documentos” (*Shujing* 书经) chamado “Cânone de Yao” (*Yaodian* 堯典):

Averiguando na antiguidade, descobrimos que o Imperador Yao era chamado Fangxun. Ele era respeitoso, sábio, polido, franco, e brando. Ele era atenciosamente cortês e apto à modéstia. Seu brilho envolveu as quatro extremidades do Império e se estendeu da Terra aos Céus. Ele foi capaz de radiar sua grande virtude e simpatizar os nove territórios. Quando os nove territórios se tornaram harmoniosos, ele afamou e honrou os [nobres oficiais] dos cem clãs. Quando os [nobres oficiais dos] cem clãs se tornaram renomados, ele harmonizou todas as nações. Os povos foram acalentados e prosperaram e se tornaram harmoniosos. Então ele respeitosa e encarregou [os clãs] Xi e He a seguir o Augusto Céu e calcular e delinear o sol, a lua, as estrelas e as constelações, e diferentemente dispor as atividades humanas de acordo com as estações adequadas... O Imperador disse: ‘Ah, Xi e He, o ano tem trezentos e sessenta e seis dias, e por meio do intercalar dos meses vocês devem ajustar as quatro estações e completar o ano. Se vocês seriamente regularem todos os trabalhos, as realizações serão todas gloriosas.’²²⁴

²²³ A fonte seminal de diversos conceitos cosmológicos e da filosofia natural é o “Livro das Mutações” (易經 *Yijing* ou I Ching na tradução Wide-Gilles), que considera a realidade como um fluxo constante de mudanças, ou continuidade e descontinuidades. Embora incorporado como um “clássico” confuciano durante a dinastia Han (208-220 a.C.), seus escritos expressam uma visão de mundo prévia as Cem Escolas de Pensamento do período dos Estados Combates, representando, portanto, algo como uma perspectiva cosmológica pan-chinesa. Tanto os textos taoistas quanto confucianos compartilham a filosofia do *Yijing* como uma espécie de fundamento cosmológico. Zhang Xianglong refere-se ao *Yijing* como o “‘gene’ da cultura chinesa [que] a moldou em todos os aspectos, desde calendário, medicina, artes militares, arquitetura, literatura, e artes gráficas, até moralidade e pensamento político-social.” Ver: ZHANG, Xianglong. (1999). *The Time of Heaven in Chinese Ancient Philosophy. Contemporary Chinese Thought*, Vol. 30, no. 4, p. 55; Para uma das melhores traduções do *Yijing* ver: THE I CHING OR BOOK OF CHANGES (1950). Tradução de Richard Wilhelm e Cary F. Baynes. New Jersey: Princeton University Press.

²²⁴ “曰若稽古：帝堯曰放勳。欽、明、文、思、安安，允恭克讓，光被四表，格於上下。克明俊德，以親九族；九族既睦，平章百姓；百姓昭明，協和萬邦。黎民於變時雍。乃命羲和：欽若昊天；麻象日月星辰，敬授人時。……帝曰：咨！汝羲暨和。（替）（期）三百有六旬有六日，以閏月定四時，成歲。允釐百工，庶績咸熙。” (tradução livre). A tradução livre da autora acopla diferentes interpretações sobre os termos utilizados neste trecho do “Cânone de Yao”, já que a sua interpretação é debatida por diversos estudiosos. Ver: LEGGE, James (1960). *The Chinese Classics*, volume III: the Shoo King or the Book of Historical Documents. 1st published in 1865. London: Trubner.; rpt. Hong Kong: Hong Kong University Press, p. 242. Disponível em: [https://archive.org/stream/chineseclasics07leggoog#page/n8/mode/2up]. Acesso em 20/01/2016; e KERN, Martin (Ed.). (2009). *Text and Ritual in Early China. Religious Studies Review*, Vol. 35, no. 01.

Parte da vertente historiográfica exegética tradicional²²⁵ considera este capítulo como um relato idealizado dos governantes da China antiga, sendo um deles o Imperador Yao, altamente valorizados na ampla gama de textos imperiais do período dos Estados Combatentes. O “Livro dos Documentos”, do qual o capítulo faz parte, não possui cronologia ou sequenciamento de datas, e, ainda assim, foi somente a partir de sua compilação que a civilização do sistema *zhongguo* passou a organizar sua história antiga com referencia a uma “era comum”, iniciada com tais imperadores.

O trecho supracitado assenta uma narrativa poética histórica de uma remota antiguidade acessível através somente de uma “averiguação” (*ji 稽*). Como David Schaberg²²⁶ argumenta, *ji 稽* “[...] denota especificamente uma citação de precedentes históricos e linguagem na construção de argumentos deliberativos e filosóficos.” Destarte, há mais nesta passagem do que somente a reconstrução de um discurso poético examinado atribuído a Yao. Conforme o discurso define o cenário do restante do capítulo, ele também cria uma estrutura ideológica: o clamor pela tradição²²⁷.

O termo ocidental “tradição” é derivado do substantivo em latim *tradere*: “transmitir”. Refere-se ao contínuo ato de passar para uma posteridade o que se acreditam ser as características intrínsecas de uma cultura em particular e, por conseguinte, essa cultura é mantida. A etimologia do termo moderno chinês para “tradição”, *chuantong* (传统), é similar. *Chuang 传* (傳 no mandarim tradicional) originalmente significa “transmitir” ou “entregar/passar”, e é consistentemente usado com este significado na literatura clássica. *Tong 统* se refere ao principal fio de coser na tecelagem de seda, interpretado posteriormente como substantivo “essencial”, e como verbo “unir”, “unificar”, e “juntar”. Portanto, *chuantong* pode ser entendido como a “transmissão do que é essencial (em uma cultura) para a posteridade”. Na perspectiva filosófica chinesa antiga, o “essencial” da tradição que deve ser “transmitido” consiste nas práticas.

A narrativa poética do trecho acima – e também de outros trechos do “Livro dos Documentos” – é uma reflexão direta, exposta numa estrutura linguística específica²²⁸,

²²⁵ CHEN, Mengjia. (1985). *Shang Shu Tong Lun* (尚書通論). Beijing: Zhonghua Shu Ju.; JIANG, Shanguo. (1988). *Shangshu zongshu* (尚書綜叅). Shanghai: Shanghai guji chubanshe; LIU, Qiyu. (2007). *Shangshu yanjiu yao lun* (尚書研究要論). Jinan: Qi Lu shushe.

²²⁶ SCHABERG, David. (1996). *Foundations of Chinese Historiography: Literary Representation in Zuo zhuan and Guoyu*. Phd diss., Harvard University, p. 197.

²²⁷ KERN (2009), op.cit.

²²⁸ Uma estrutura de mimetismo (imitação). Ver: SCHABERG (1996), op. cit.

de um referencial de “boa governança” que deve ser reproduzido: o Imperador Yao é uma representação ritualística de perpetuação e reprodução. Em outras palavras, as próprias realizações delegadas a Yao são referentes a períodos ainda mais remotos, sendo ele próprio, concomitantemente, um referencial idealizado do passado para as vindouras dinastias.

Tal representação de um herói cultural antigo como um sucessor de uma *ordem*²²⁹ existente – como atribuída a Yao que, por sua vez, também atribui as mesmas realizações a seus antepassados – é, em si mesma, tradicional. Pode-se notar que não há uma busca através dessa narrativa poética de uma verdade inteligível ou de um princípio civilizacional, mas sim a compreensão de uma totalidade cíclica. Como pondera Giorgio Sinedino em seus comentários sobre os *Analectos*:

[...] esse hábito mental condiciona as pessoas a considerar o novo a partir de seu significado mais óbvio, isto é, a ruptura. Portanto, há uma tendência a ver as inovações como violações do “todo” ou da “Ordem” herdada do passado. Nesse sentido, aquilo que surge aqui e agora somente pode fazer parte do bem absoluto (tradição) se for capaz de se legitimar, provando que não viola a tradição²³⁰.

Por conseguinte, na perspectiva confuciana, contanto que não haja uma ruptura drástica da tradição, é possível saber como será o futuro dos Estados do sistema *zhongguo* e de “Tudo sob o Céu”, já que a transmissão dos ritos serviria como o fio condutor da essência cultural nas sucessões dinásticas:

Zizhang perguntou: “É possível saber como estará [Tudo sob o Céu] daqui a dez dinastias?”. O Mestre disse: “A dinastia Yin herdou os Ritos da dinastia Xia; o que se perdeu e o que se acrescentou, é possível saber. A dinastia Zhou herdou os Ritos da dinastia Yin; o que se perdeu e o que se acrescentou, é possível saber. [Portanto,] se alguma dinastia receber o legado da Casa de Zhou, mesmo que se passem cem dinastias, [ainda] será possível saber”.²³¹

O que a tradição filosófica faz - particularmente a confucionista – é utilizar, a partir da compilação e de comentários como o “Livro das Poesias”, o “Livro dos

²²⁹ É interessante notar que o ideograma para o termo “política” (*zhengzhi* 政治) significa “ordem justificada” ou “assuntos governamentais ordenados”, indicando uma ordem civilizada que determine a sorte comum de todos os povos. Tal ideograma define um conceito político não oposto, mas alternativo ao termo “política” enquanto a vida pública da *polis* grega.

²³⁰ CONFUCIO. (2012). *Os Analectos*. Tradução, comentários e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, p. 83.

²³¹ *Ibidem*, p. 62.

Documentos” e os “Analectos”, de um recurso retórico para atingir o objetivo ideológico de sustentar uma *identidade nacional*²³² “chinesa” e uma *tradição cultural*. Essas narrativas como as do Imperador Yao, que “relatam” paradigmas concretos de governança, funcionam como um recurso-modelo de ajuizamento²³³. Os governantes deveriam buscar nas fontes históricas passadas referenciais de valores e práticas que, a depender das similaridades conjunturais, poderiam ser novamente aplicados. Os escritos filosóficos deste período correspondem a um “fazer filosófico” que busca dizer algo sobre os valores na vida comum que possam ser auxiliados por uma experiência prévia²³⁴.

A ideia de uma civilização contínua era apenas um plano conceutivo, e a narrativa histórica era um esforço no sentido de criar e sustentar uma proposição de que havia uma continuidade cultural entre os *zhongguo*, ainda que não houvesse consenso sobre o que isso seria. No entanto, o compartilhamento desta ideia implicou em consequências reais para o sistema anárquico daquele período.

Contrastada com as incertezas sobre a preponderância política do período Primavera e Outono, que se agravaram para o combate militar no período dos Estados Combatentes, a exegese do pensamento filosófico foi vinculada à necessidade de elaborar novos modelos de organização político-social que, de forma desejável, levassem os diferentes Estados do sistema *zhongguo* à paz duradoura²³⁵, e alocá-los no espaço-tempo. Como afirmou o sinólogo escocês James Legge, “a cronologia de uma nação vem a ser cultivada como uma ciência somente depois de muito tempo de sua

²³² Destaca-se que a utilização do termo “nacional” não se vincula ao conceito europeu ocidental posterior de Estado-Nação, mais bem o termo se refere a uma identidade vernácula daquela respectiva região.

²³³ Os filósofos Næss e Hannay caracterizam a filosofia chinesa como “convitativa” em seu método de persuasão, isto é, ela retrata um modo de vida de uma forma vívida a fim de predispor o público-alvo – os governantes dos *guo* -, a considerar sua adoção. Ver: NÆSS, Arne; HANNAY, Alastair. (1972). *Invitation to Chinese Philosophy: Eight Studies*. Oslo: Universitetsforlaget.

²³⁴ KUPPERMAN, Joel J. (1999). *Learning from Asian Philosophy*. New York: Oxford University Press.

²³⁵ O pensamento confuciano prevê uma fase final do desenvolvimento humano chamado de “Grande União” (*Datong* 大同), como disposto no capítulo intitulado “A condução dos Rituais” (*LiYun* 禮運), no “Livro dos Rituais” (*Liji* 禮記). Na obra “Anais de Primavera e Outono” (*Chunqiu* 春秋), Confúcio também utiliza o termo “Estado de Eterna Paz” (*Taiping* 太平) como um estágio final desejável da sociedade ideal pensada por ele e por seus seguidores. Esta união se daria por meio da humanidade (*ren* 仁) universal e da harmonia (*hexie* 和諧) entre os povos. Ver: The Li Ki, Books I-X, pp. 365-367. In: LEGGE, James. (1967). *Sacred Books of the East*. Vol. 28. Oxford: Clarendon Press. Disponível em: [http://ctext.org/liji] Acesso em 02/12/2015.

existência, e quando a necessidade de dispor os eventos históricos numa série regular no curso de tempo é sentida.²³⁶”

A paz é considerada nesta perspectiva como um subproduto da harmonização dos povos. As designações do Imperador Yao no trecho supracitado, por exemplo, são baseadas numa tradição de cosmologia correlativa, mapeando as atividades humanas de acordo com a movimentação celestial que determinaria uma ordem hemerológica, e que ajudaria a administrar as atividades humanas de uma determinada região. Em fundamental, Yao designa autoridade aos clãs Xi (羲) e He (和) para que estes o ajudem a administrar o território e, a partir da organização das atividades humanas, os povos são *harmonizados*²³⁷.

A partir da perspectiva holística – essência do pensamento dialético *naïve* chinês -, nada está isolado ou é independente, mas está interconectado, e cada “parte” individual só é significativa em sua relação com o todo. Portanto, tal harmonização só poderia ser iniciada nas esferas mais particulares da vida humana e seriam posteriormente alastradas para as esferas públicas, numa concepção de círculos concêntricos. Para Confúcio, a harmonização necessita ser iniciada no autocultivo do “eu²³⁸”, depois se estenderia para as relações familiares (filialidade²³⁹), para as relações

²³⁶ LEGGE, James. (1960). *The Chinese Classics*, volume III: the Shoo King or the Book of Historical Documents. First published in 1865. London: Trubner.; rpt. Hong Kong: Hong Kong University Press, p. 802. Disponível em: [https://archive.org/stream/chineseclassics07leggoog#page/n8/mode/2up] Acesso em 02/02/2016.

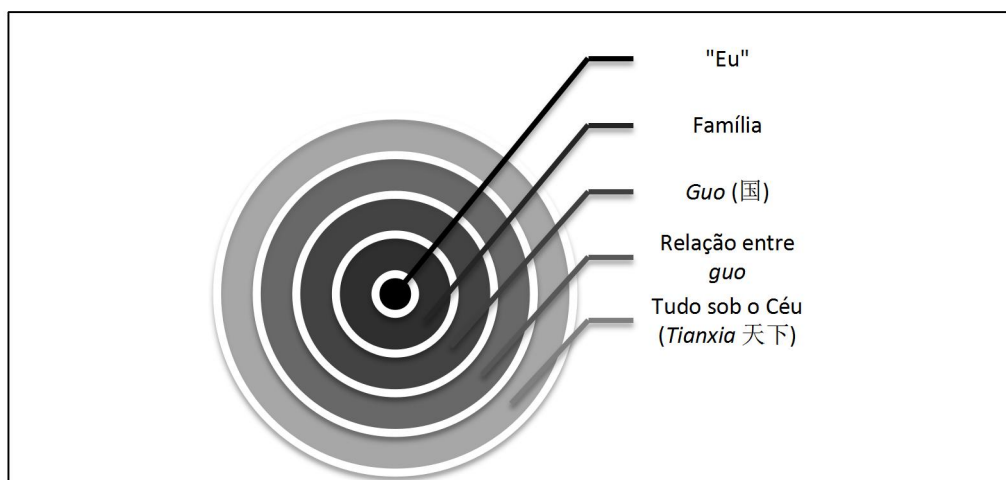
²³⁷ É interessante destacar que o conceito de harmonia essencial (*he* 和) leva a uma matriz filosófica também presente nas elaborações taoistas da obra *Dao De Jing* (道德经) – ou Tao Te Ching como na romanização Wade-Giles -, de autoria designada ao hipônimo de Laozi (老子): a suposição do não conflito. Elaborados num período coetâneo datados aproximadamente do século V a.C., tanto os escritos confucionistas quanto os taoistas surgem de bases sedimentadas sob uma rústica dialética de dois opostos fundamentalmente complementares e interdependentes (Yin/Yang 陰陽). O conceito de harmonização tem sido utilizado como orientação valorativa e corpo teórico a partir da quarta geração de líderes do Partido Comunista Chinês, no sentido de criar uma “sociedade harmoniosa” (*hexie shehui* 和谐社会), embora os termos atuais para “harmonizar” sejam distintos dos tradicionais usos nos textos clássicos (*mu* 睦, *xiéhe* 协和 e *shiyong* 時雍). Ver: GUO, Sujian; GUO, Baogang (Ed.). (2008). *China in Search of a Harmonious Society*. Lanham, MD: Lexington Books, 258 p.

²³⁸ A concepção de “pessoa” para Confúcio não apela a categorias como “alma” ou “vontade”, mas aloca o “eu” como a encarnação das atividades sociais do pensar e do sentir dentro do leque de relações que constituem família, comunidade e ambiente. O “eu” é, portanto, um evento complexo, um “processo de ser” mais que um “ser essencial” – um “ser” em constante transformação -, uma configuração de relações constituintes concretas e dinâmicas. Para Confúcio, o “eu” como ser humano não pode ser analisado, descrito ou valorado moralmente (e politicamente) como sendo a parte de outros seres humanos com os quais ele interage. Por conseguinte, isso implica que a liberdade do indivíduo de moldar sua própria vida não é autônoma: o indivíduo se torna completamente humano somente quando relacionado a seu contexto social. Ver: FINGARETTE, Herbert. (1972). *Confucius: The Secular as Sacred*. New York: Harper.

²³⁹ No pensamento confuciano, a virtude da Filialidade pode ser entendida tanto como a obediência a vontade dos pais quanto o respeito aos que determinam os Ritos (*li* 禮), ou seja, o governante. Neste

entre pessoas do mesmo grupo social (povo), em seguida entre os *guo*, e em última instância seria estabelecida a harmonização de “Tudo sob o Céu” (Figura 6).

Figura 6 - Harmonização por círculos concêntricos



Fonte: Elaboração própria.

É relevante destacar que o pivô das elaborações confucianas é a estrutura e a organização interna do sistema político chinês, que incorporaria a autoridade última do imperador. Se o imperador possui o “Mandato do Céu” (*Tianming* 天命), então sua autoridade se estende para todos os povos que estão sob o Céu (*Tianxia*). Por este motivo ele era chamado de “Filho do Céu” (*Tianzi* 天子). Assim, apesar de os *zhongguo* não pretenderem expandir até os territórios *yidi*, estes territórios ainda assim estariam sob a autoridade do imperador.

Confúcio enfatiza a organização interna governamental, pois a condição externa automaticamente já estaria vinculada a esta organização. O imperador que estabelecesse a ordem confuciana idealmente governaria “Tudo sob o Céu” (*Tianxia*). Segue-se que, a partir daí, as políticas doméstica e externa não eram separadas. As guerras internas (levantes civis) e externas não eram distinguidas: ambas coincidiam com tal entendimento de autoridade. Dada a ilimitada reivindicação de autoridade, faltava à tradição chinesa uma distinção mais clara entre os conflitos domésticos e internacionais; ambos eram primariamente considerados como distúrbios da sociedade harmoniosa. A

sentido, somente alguém que saiba obedecer aos pais poderá ser um bom governante. Ao mesmo tempo, a obediência aos pais deve igualmente ser estendida ao governante, distinguido do restante do povo por ser mais virtuoso. Para Confúcio, é no núcleo familiar que a legitimidade da autoridade é aprendida. Conforme nota Giorgio Sinedino, “dessa perspectiva, toda a sociedade se beneficia do prolongamento da hierarquia existente na estrutura familiar, de modo que os que estão acima são como pais ou irmãos mais velhos.” In: CONFUCIO. (2012). *Os Analectos*. Tradução, comentários e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, p. 5

paz é, por conseguinte, a ausência de distúrbio. Nesse sentido, não era um conceito político²⁴⁰, pois não poderia ser fundada ativamente pelo governante. Entretanto, se esta harmonia fosse desafiada, o governante tinha o dever de restaurar a ordem política - um ato que poderia incluir o emprego da força coercitiva.

Ainda assim, poder e autoridade não eram inculcados através de violência, mas baseados na percepção moral de poder. O bom governante confuciano ampliaria seu poder sem necessitar do uso da força, bem como suas “relações externas” e guerras seriam vencidas sem a necessidade da batalha direta. A partir desta perspectiva, o “bom governo” seria aquele em que o governante, virtuoso e benevolente, não precisaria empreender nenhum esforço para tal, já que a “ordem das coisas” estaria preestabelecida e intrínseca a cada ser humano – a ideia do Dever (*yi* 義) é interiorizada²⁴¹.

Essa é uma leitura confuciana do conceito de não-ação (*wuwei* 無為) taoista, que aconselhava ao governante “repousar com o povo” (*yumin xiuxi* 與民休息), numa aceção passiva do que era o ato de governar. É necessário frisar, portanto, que a “não-ação”, apesar do que sua tradução literal pode indicar, não é entendida como o não-ato, mas agir a partir da não-ação, ou agir sem esforços. A mútua influência entre os pensamentos confucionista e taoista²⁴² no que diz respeito ao ato de governar pode ser notada nos trechos seguintes:

[...] graças a esse não fazer nada,
Tudo é feito através dele.
Destarte também um reino se constrói
Pelo não fazer nada,
Mas é destruído pelo fazer muito²⁴³.

²⁴⁰ A paz como um conceito político foi desenvolvida, por exemplo, por Thomas Hobbes, no *Leviatã*. Ver: HOBBS, Thomas. (1984). *Leviatã ou Matéria: Forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Editora Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, 419 p.

²⁴¹ De acordo com a perspectiva confuciana, o dever é entendido como uma resposta a um tipo de autoridade que não é baseada na força coativa, mas no respeito e na prudência.

²⁴² Alguns filósofos e historiadores sugerem que enquanto o confucionismo preside a vida *social* e pública da sociedade chinesa, o taoísmo desempenha o mesmo papel em sua vida *mental* e particular. Ver: ZHANG, D. ; CHEN, Z. (1991). *A Orientação do Pensamento Chinês (Zhongguo Siwei Pianxiang 中国思维偏向)*. Beijing: Social Science Press. ; ZHOU, G. X. (1990). *Filosofia Tradicional Chinesa (Zhongguo zhexue 中国哲学)*. Beijing: Beijing Normal University Press.

²⁴³ Poema 48, “Passividade dinâmica”, p. 99. In: LAO-TSE. (2013). *Tao Te Ching: O livro que revela Deus*. 5 ed. Tradução e notas Huberto Rohden. São Paulo: Martin Claret.

O Mestre disse: “Usar a virtude para governar um país pode ser comparado com a Estrela do Norte, que ocupa seu lugar enquanto as outras estrelas giram ao seu redor.”²⁴⁴

Em ambos, nota-se a aceitação da “passividade dinâmica” como o caminho, ou o meio (*Dao* 道), para a boa governança. É a resolução dialética para a contradição social: ao lidar com esta contradição social, não é suficiente que uma proposta seja “logicamente correta” ou “verdadeira”, é mais importante que seja “razoável”. Quanto mais virtuoso o governante, menor a necessidade de intervenção na vida social do *guo*. Confúcio ainda utiliza da metáfora da Estrela do Norte (Estrela Polar) para indicar o princípio da centralidade da ordem política e cultural: tudo o que ocorre no céu é perspectivado em relação à Estrela Polar que, por estar próxima ao eixo terrestre, praticamente não muda de lugar, enquanto que as demais estrelas seguem seu curso. Através dessa metáfora o pensamento confuciano também presume a centralidade política e cultural dos *zhongguo* diante dos *yidi*. Um dos elementos mais comuns para ilustrar a selvageria do “Outro” era propriamente a incompreensão das virtudes confucianas e dos conceitos que incorporavam rituais formais, comportamentais e uma compreensão geral de como interagir numa sociedade hierarquicamente ordenada.

Nesse sentido, ao compreender que um sistema político também concebe um sistema social, a vertente filosófica confucionista elabora não somente uma diretriz administrativa, como também delinea um corpo moral²⁴⁵ e de valores que deveriam ser seguidos por esta sociedade. O uso da força coerciva enquanto autoridade e meio de governar resulta ineficaz, sendo plausível o reconhecimento de um “panteão ético²⁴⁶” para tal. Logo, o pensamento filosófico também se torna um instrumento pragmático para guiar comportamentos sociais²⁴⁷ e de diferenciação cultural (chinês/estrangeiro), já

²⁴⁴ Capítulo 2, “A Arte do Governo” (*Weizheng* 為政), 2.1, p. 28. In: CONFUCIO. (2012), op.cit.

²⁴⁵ Apesar de, neste texto, expressões como “moral” e “ética” serem utilizadas de uma maneira neutra, há um debate emergente nas análises filosóficas comparativas sobre se a noção de “moral” confuciana tem contraparte nas considerações ocidentais sobre o termo. Há uma tendência a confinar a “moral” a um conjunto relativamente restrito de características associadas à filosofia da moral kantiana – crença nas leis universais validadas pela razão pura e crença que a responsabilidade pelas ações individuais requerem a liberdade de determinações de causas externas. A partir desta perspectiva, a noção da “ética das virtudes” confuciana contrastada com a moralidade kantiana, na medida em que tal ética abrange questões sobre valores e modos “adequados” de vida não referentes a princípios gerais, mas de acordo com o julgo contextual e o que “deve ser feito” em determinadas situações. Ver: WONG, David. (2002). *Reasons and Analogical Reasoning in Mengzi*. In: LIU, Xiusheng; IVANHOE, Philip J. *Essays on the Moral Philosophy of Mengzi*. Indianapolis: Hackett Publishing Company.

²⁴⁶ CONFUCIO. (2012), op.cit.

²⁴⁷ HANSEN, Chad. (1992). *A Daoist Theory of Chinese Thought: A Philosophical Interpretation*. New York: Oxford University Press.

que na visão confuciana não há distinção entre o que está dentro e o que está fora dos limites territoriais do “Mandato do Céu” do imperador.

Eram consideradas “Cinco Virtudes Constantes” (*wuchang* 五常) - Humanidade (*ren* 仁), Retidão ou Dever (*yi* 義), Sabedoria (*zhi* 智), Confiabilidade (*xin* 信) e principalmente Adequação aos ritos (*li* 理) – como o cerne da harmonização social. Os Ritos, sobretudo, não eram somente uma esfera de formalidades, mas tinham uma dimensão axiológica. Constituíam um conjunto de normas comportamentais sancionadas ética e socialmente²⁴⁸. Destarte, através de tais bases éticas, os *zhongguo* desempenhavam, segundo a visão confuciana, um papel de fonte de um modelo civilizado de organização social, e distinguiam-se moral e culturalmente dos *yidi*, como se nota na seguinte passagem dos Analectos: “O Mestre disse: ‘[Mesmo que] os bárbaros possuam um governante, não [podem] se comparar [conosco], os Xia, sem nenhum.’²⁴⁹”

Han Yu (768–824), precursor do neo-Confucionismo na dinastia Tang (618-907), em “Sobre a Origem do Caminho” (*Yuandao* 原道) argumenta que Confúcio resignificou a distinção *zhongguo/yidi* de uma perspectiva étnica, racial e/ou geográfica para uma acepção cultural. Embora alguns Estados feudais (*guo*) do período Zhou fossem consideradas como sendo *yidi* e fora da localização dos Estados Centrais, a abordagem confuciana era a de que se deveria “tratar lordes feudais que utilizassem rituais *Yi* como *Yi*, mas se progredissem em direção [ao uso dos rituais] *zhongguo*, então deveriam ser considerados *zhongguo*²⁵⁰”.

Esta relevante mudança na interpretação da dicotomia chinês/estrangeiro teve seus reflexos em todas as dinastias subsequentes. A partir daí os *yidi* passaram a ser

²⁴⁸ O termo *li* é comumente traduzido como “rito” ou “ritual”, mas não há uma noção sucinta ocidental que expresse tudo o que o termo abrange. James Legge utiliza-se das palavras do intelectual do século XIX J.M. Callery para tentar apreender a abrangência semântica de *li*: “[...] é necessário convir que, a depender da circunstância em que é empregado, [o termo] pode significar – cerimonial, cerimônias, práticas cerimoniais, etiqueta, polidez, cortesia, integridade, boas maneiras, deferência, boa educação, decência, as formas, as conveniências, saber-viver, decoro, pudor, dignidade pessoal, moral de conduta, categoria social, dever de sociedade, leis sociais, deveres, direitos, moral, leis hierárquicas, dádiva, usos, costumes.” *Apud* LEGGE, James. (1967). *Li Chi: Book of Rites*. New York: University Books Inc., Vol. 1, p. 11.

²⁴⁹ Capítulo 3, “Ritos e Música” (*Bayi* 八佾), 3.5, p. 70. In: CONFUCIO. (2012), op.cit.

²⁵⁰“孔子之作春秋也諸侯用夷禮則夷之進於中國則中國之” (Tradução livre). In: YANG, Shao-yun. (2014). *Before We All Become Barbarians: Han Yu’s rhetoric of barbarization and the (accidental) invention of “culturalism”*. *Paper for the Conference on Middle Period China, 800-1400*, University of California. Disponível em: [\[https://www.academia.edu/7983105/_Before_We_All_Become_Barbarians_Han_Yu_s_Rhetoric_of_Barbarization_and_the_Accidental_Invention_of_Culturalism_\]](https://www.academia.edu/7983105/_Before_We_All_Become_Barbarians_Han_Yu_s_Rhetoric_of_Barbarization_and_the_Accidental_Invention_of_Culturalism_) Acesso em 02/02/2015.

intencionalmente considerados e estereotipados como transgressores de delimitações normativas sociais e culturais, ou seja, faltava-os a noção de limites, mais do que entendidos como definidores de seus próprios limites comportamentais. Por conseguinte, havia nesse viés de compreensão uma sinização conceitual: o comportamento dos povos estrangeiros era perspectivado com relação ao padrão político, social e cultural dos *zhongguo*.

Durante a dinastia Tang (618-907), por exemplo, a relação entre povos *yidi* e extravagâncias comportamentais era dada por sua suposta posição como provedores de luxúrias (materiais) e futilidades estrangeiras. Essas luxúrias eram usualmente objetos de condenação confuciana pelo prejuízo que alegadamente traziam ao meio de vida da população e pela influência corruptiva sobre ela e, particularmente, sobre o imperador. A corrupção vinculava-se a uma falta de autocontrole e moderação, e distanciava os povos das “Cinco Virtudes Constantes” propostas pelo panteão ético confuciano. Ademais, as elites consideradas “chinesas” utilizavam do discurso retórico da ameaça existencial de sua cultura e de sua identidade representada pela figura dos estrangeiros/bárbaros/*yidi* que, segundo consideravam, careciam de distinções apropriadas sobre ordem político-social e categorias sociais.

Bem como em dinastias anteriores, a dinastia Tang esperava e, muitas vezes, demandava a aquiescência dos *yidi* na observância das formas adequadas dos Ritos com o fim de afirmar as relações hierárquicas presentes na cosmologia sinocêntrica que alocavam o imperador como o centro. O não cumprimento de tais expectativas, ou a falta de Adequação (*li*) a elas, poderia levar ao conflito. Ao mesmo tempo, as supostas provocações ou incursões bárbaras eram explicadas valendo-se de estereótipos de selvageria e ignorância, reduzindo de forma simplista questões complexas e prováveis motivações dos *yidi*. O oficialato da dinastia Tang regularmente debatia se seria benéfico ou não para o império amortizar a alegada ignorância *yidi*. A intenção em atrair e “transformar através do ensinamento” (*jiaohua* 教化) – ou Doutrinação - era conflitado com o receio de que os bárbaros pudessem se tornar ainda mais hostis e ameaçadores ao deixarem seu estado de ignorância.

Essas mesmas elaborações dicotômicas demarcaram sobremaneira os primeiros contatos entre chineses e europeus na dinastia Qing (1644-1911). Naquele período, o comércio e as relações diplomáticas da dinastia eram concebidos como um “sistema de tributos” (*chaogong tixi* 朝貢體系) a serem oferecidos ao imperador, como

reconhecimento da superioridade política e sociocultural daquele povo. Logo, tanto comércio quanto relações diplomáticas – entendidas como a habilidade do governante virtuoso de manter a “ordem das coisas” dentro de seus domínios –, refletiam uma concepção hierárquica de organização.

A primazia militar e comercial chinesa (reconhecida pela Rota da Seda) atraiu a atenção das potências ocidentais e das companhias comerciais, até então virtualmente desconsideradas ou vistas com indiferença pelos chineses como “bárbaros longínquos” ou “bárbaros do Mar Ocidental”. Seria a primeira vez em que a dinastia chinesa se defrontaria com “bárbaros” que não tinham o interesse em usurpar o mandato dinástico de “Tudo sob o Céu” (*Tianxia*) para si, mas pretendiam substituir o sistema sinocêntrico hierárquico por uma nova ordem internacional baseada na igualdade soberana dos Estados-Nações e no livre-comércio²⁵¹ – conceitos até então incógnitos para o pensamento político chinês.

Os primeiros contatos e trocas comerciais foram vistos pelos Qing como um envio de tributo, e foi apenas pela benevolência e virtude de seu imperador que os “mercadores bárbaros” puderam participar no comércio chinês de chá e seda, por exemplo. Os produtos manufaturados dados como presente para o imperador como exemplares do desenvolvimento industrial ocidental foram considerados, tal como acontecia na dinastia Tang, corruptores do meio de vida da sociedade chinesa e inferiores aos próprios produtos chineses. A primeira missão diplomática inglesa à China em 1793, liderada pelo Lord George Macartney, e que tinha a intenção de instalar a representação diplomática inglesa e promover o livre-comércio, recebeu o seguinte decreto como resposta:

Vós, ó Rei, viveis além dos confins de muitos oceanos, entretanto, impelido por vosso humilde desejo de compartilhar dos benefícios de nossa civilização, despachastes uma missão respeitosamente portando vosso memorial [...] Quanto a vossa solicitação de enviar um de seus conterrâneos para ser acolhido em minha Corte Celestial e ficar no controle do comércio de vosso país com a China, esse pedido é contrário a todos os costumes de minha dinastia e não pode de modo algum ser cogitado²⁵².

²⁵¹ O comércio com os países ocidentais até então era sazonal e feito pela cidade portuária de Guangzhou (Cantão), estritamente regulamentado, e requeria o pagamento de uma “taxa” aos mercadores chineses licenciados.

²⁵² *apud* KISSINGER, Henry. (2011). *Sobre a China*. Tradução de Cassio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 56-57.

Fazia parte da acepção chinesa da época que, ainda que povos *yidi* estabelecessem regimes políticos estáveis (governos), as nações bárbaras não possuíam os Ritos²⁵³ dos *zhongguo*, que eram, por sua vez, reflexo da superioridade da civilização chinesa e de sua perpetuidade. Destarte, aceitar as imposições britânicas de costumes tão alheios à civilização chinesa representava, para estes últimos, a aceitação de uma cultura *yidi* como sua própria, o que representaria o declínio absoluto daquela dinastia - como já havia ocorrido com dinastias anteriores - e a ruptura e violação do “todo” e da “ordem” celestial.

A perspectiva chinesa era considerada particularmente ofensiva para os britânicos, pois, como já destacado anteriormente, o uso do termo *yidi* continha conotação pejorativa. Além disso, a Inglaterra despontava como potência naval e comercial, e não aceitava ser designada como “inferior” hierarquicamente de acordo com a cosmologia chinesa e devendo-se prestar reverência ao Imperador Qing. Após diversas tentativas diplomáticas inglesas, os choques de perspectivas e intenções culminaram na tensão das relações entre os dois países refletida em sua última instância na Guerra do Ópio (1839-1842).

As passagens acima ajudam a refletir sobre a decisiva - ainda que não suficiente - influência que o florescimento filosófico e seus postulados, maiormente os confucianos, tiveram não só na estruturação político-social chinesa e em sua base moral e de valores, como também na natureza dos conflitos empreendidos pelos chineses no período pré-moderno - como uma necessidade de manter a ordem sinocêntrica. O foco tradicional na manutenção da ordem política é central na compreensão chinesa sobre a natureza da guerra, já que, nesta perspectiva, considera-se a contínua desordem - provocada por *yidi* ou não -, mais crítica que o uso da violência militar. Um *guo* desintegrado internamente é vulnerável a ataques externos, pois está indefensável pela falta de unidade. Segue-se que o uso do expediente militar e a guerra são justificáveis quando o imperador pretende eliminar a desordem interna.

Termos utilizados no léxico político atual do PCC como “mundo harmonioso” e “desenvolvimento pacífico” certamente refletem, em parte, acepções históricas ligadas a uma retomada destes conceitos confucianos de “harmonia” e “paz” enquanto equivalente da “ordem”. Além disso, refletem a noção histórica - ainda que não

²⁵³ Vale destacar que neste período os postulados confucianos eram interpretados e repassados pela escola Neo-Confucionista, representada por filósofos discípulos como Huang Zongxi (1610-1695), Gu Yanwu (1613—1682), Wang Fuzhi (1619-1692), Yan Yuan (1635-1704), entre outros.

reservada apenas à China – de que um Estado unificado e estável é a base para o resguardo não somente da ordem política interna, como também de uma paralela ordem externa (mundial).

Virtualmente todos os teóricos militares da China pré-moderna – Tai Gong (1212-1073 a.C.), Sunzi (541—482 a.C.), Wuzi (440-381 a.C.), Wei Liaozi (? - 318 a.C.), entre outros - advogam a necessidade de um governante benevolente e enfatizam o bem-estar da população, já que somente uma população bem ordenada, próspera e satisfeita poderia dar suporte físico e emocional ao seu governo. Para que então “Tudo sob o Céu” pudesse seguir de forma harmoniosa, também o governante virtuoso deveria criar e empregar certos princípios de guerra a serviço da população.

Por este motivo, filósofos e estrategistas como conselheiros do imperador eram valorizados e seus escritos analisados como métodos de governança e manutenção da ordem, pois administrar força humana e recursos num período turbulento de combates exigia certa *expertise* e o florescer da profissionalização do exército. Com a exceção de *A Arte da Guerra*²⁵⁴ de Sunzi, os estrategistas militares primeiramente discutem em seus escritos a organização interna da ordem política para então enfatizar a necessidade das forças armadas como forma de garantir estabilidade dentro do *guo*.

As considerações confucianas sobre o poder imperial eram intimamente vinculadas à “sabedoria” (*zhi*)²⁵⁵ e à benevolência (ou “humanidade” *ren*)²⁵⁶. Alternativamente, a figura do general sábio emerge na literatura d’*A Arte da Guerra* de Sunzi como a contraparte marcial do governante confuciano benevolente²⁵⁷. Assim, a

²⁵⁴ O título *Arte da Guerra* (*Bingfa* 兵法) é uma tradução imprecisa. *Bing* 兵 significa “exército”, “força armada” ou “o que se refere à guerra”. *Fa* 法 significa “método”, “caminho”, “maneira” e “lei”. Portanto, numa tradução mais estrita, *binfa* seria “o método de guerra”. Além de Sunzi, outros escritos do mesmo período foram designados com tal título, como exemplo *Sun Bin Binfa* 孫臏兵法 e *Wuzi Binfa* 吳子兵法. Este texto continuará utilizando a tradução *A Arte da Guerra* para a conveniência do leitor.

²⁵⁵ Na interpretação confuciana, a sabedoria *zhi* é tipicamente discutida em complementar subordinação com *ren*, ou humanidade benevolente, considerada a mais relevante virtude do soberano confuciano. A sabedoria é, portanto, um importante aspecto no debate sobre o “bom governo”.

²⁵⁶ A noção de *ren* é central para o papel da ética confuciana e não embute a dicotomia entre o agente da conduta, e a conduta em si. E *ren* é cultivada correlacionando esta conduta (que é o agente em si) com modelos circunstanciais e cotidianos, e não baseada em conjunto de princípios morais abstratos.

²⁵⁷ A compreensão do valor da sabedoria *zhi* na filosofia militar, iniciada pelos escritos d’*A Arte da Guerra*, identifica diversas dimensões nas quais ter o “conhecimento” mais aprofundado pode levar à vitória. Esta sabedoria é considerada antes como uma característica, uma propensão a agir de determinada maneira, do que enquanto informações acumuladas. Nesse sentido, a sabedoria aproxima-se mais de *phronesis* (sabedoria prática) do que de *sophia* (conhecimento especulativo) na contraparte filosófica grega. O sábio, neste contexto, possui a habilidade cognitiva de, a partir de análises do presente, prognosticar o futuro, sem passar por uma acepção mística ou divinatória. O sábio tem a habilidade de entender o futuro a partir de pequenos elementos do momento presente.

divisão do campo político chinês em duas esferas complementares de civilidade (*wen*) e marcialidade (*wu*) refletem em duas diferentes, mas mutuamente influentes, interpretações sobre “sabedoria” (*zhi*) e seus cognatos.

Epitomar a concepção da guerra como essencialmente uma questão de sabedoria, mais que uma questão de recursos bélicos, é o principal destaque do capítulo de abertura d’*A Arte da Guerra* de Sunzi: “O meio [*dao* - 道] da guerra é a destreza [*gui* - 詭²⁵⁸]”. Embora esta não tenha sido a única compilação de escritos filosóficos e estratégicos do pensamento militar chinês, ela se destaca pela singularidade com que enfatiza o conhecimento e a sabedoria como recursos para uma estratégia militar nos seus treze capítulos com mais de seis mil caracteres. Esta concepção foi inovadora na tradição militar chinesa, e posteriormente ficou conhecida no contexto mundial do pensamento estratégico, o que a levou a ser considerada mais avançada em relação aos escritos de Antoine-Henri Jomini (1779-1869) e Carl von Clausewitz (1780-1831), apesar de sua formulação anterior a tais obras e do fato de que os combates, naquele período, serem tecnicamente mais primitivos em termos de tecnologia, equipamentos e capacidades do que os combates contemporâneos²⁵⁹.

Na perspectiva de Sunzi, a destreza não é meramente um dos muitos instrumentos da guerra, mas o verdadeiro caminho (*dao*) para a vitória. Ao contemplar mais do que apenas truques e artifícios, a destreza deveria ser entendida de maneira ampla, de forma a incluir aspectos contrários às expectativas comuns. Assim, a astúcia depende da efetividade do “agir pelo não agir” num contexto de combate: realizar algo eficaz, sem, entretanto, ser notado em seu processo de realização.

²⁵⁸ Há diversas traduções literais em português para o termo *gui*, como “engano”, “fraude” e “astúcia”. No entanto, neste texto utiliza-se a tradução “destreza” pela proximidade conceitual com o termo em mandarim. Em inglês foi traduzido para *deception*. Para efeito de pesquisa foram utilizadas quatro versões de *Sunzi Binfa*: SUN TZU. *Master Sun’s Art of War*. Traduzido em inglês por Philip J. Ivanhoe. Indianapolis: Hackett, 2011; MAIR, Victor. *The Art of War: Sun Zi’s Military Methods*. Tradução em inglês por Victor H. Mair. New York: Columbia University Press, 2007; SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Traduzido por Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006; 孙子兵法; 孙臆兵法 (*Sūnzi bīngfǎ; Sūnbīn bīngfǎ*). Traduzido para chinês simplificado por Wu Rusong e Wu Xianlin. Traduzido para inglês por Lin Wusun. Beijing: Foreign Languages Press, 2005.

²⁵⁹ Embora os três pensadores considerem a guerra dentro de um enquadramento político, e por isso a veem tanto como uma arte quanto uma ciência, enquanto Jomini e Clausewitz focaram no *objetivo político* como o centro da conduta das operações militares e na guerra como uma nova fase dessa política, Sunzi considerou a guerra como uma parte integral de uma *ordem política* cíclica. Para Sunzi, o dirigente exerce um governo compassivo, cuja população é vinculada através de uma ritualística e quase obrigatória devoção filial (filialidade) – sob influência dos escritos confucianos. Para os autores ocidentais, a guerra é uma atividade própria, distinta e separada das demais atividades humanas, e, portanto, com características particulares. Assim, não se pode considerar o militar como um cidadão comum, já que possuem o “espírito de corpo” (*esprit de corps*) que os diferenciam. Parte da virtude do exército provém, logo, da prática da própria guerra e do caráter que ela forja no exército.

A não-violência e o antimilitarismo configuram-se, nesse sentido, não como uma finalidade virtuosa, mas sim um instrumento de uma estratégia sagaz: a batalha ganha da melhor maneira é aquela que nem sequer chega a ser disputada. E, no caso da inevitabilidade do conflito, o ataque deve ser direcionado em aspectos vulneráveis do inimigo, de forma a evitar o confronto direto de forças. Sunzi, neste aspecto, também recebe influência dos aforismos contemporâneos de Laozi²⁶⁰, ao se utilizar da metáfora da água como estratégia tática: assim como a água fluida e sem forma procura o caminho mais fácil para chegar ao mar, evitando os obstáculos, também assim deve ser a forma de combate: “As tropas devem ser comparadas à água corrente. Da mesma forma que a água que corre evita as alturas e se precipita nas planícies, assim um exército evita a força e ataca a fraqueza²⁶¹”. Reciprocamente, Laozi, em *Daodejing* (道德經), faz alusão em vários de seus capítulos sobre o caráter do homem sábio e sua relação com o pensamento militar, como nestas passagens:

[...] ao sábio não interessa a força,
Ele não se arvora em dominador,
Não usa de violência. ²⁶²

[...] Prefira sempre recuar um metro
A avançar um centímetro.
Assim ele progride sem marchar.
Assim pode reprimir sem ameaçar.
Assim pode avançar sem lutar.
Assim pode tomar posse
Sem usar armas [...]
Se dois exércitos forem iguais,
Quem vence é o mais sensato. ²⁶³

Assim, “ver o grande no pequeno” (*jian xiao yue ming* 見小曰明)²⁶⁴ também influenciou na escrita dos aforismos de Sunzi. Esta concepção de “ver” significa saber como se utilizar das oportunidades que o que é “pequeno” pode oferecer. Este tipo de

²⁶⁰ Laozi (老子), assim como Sunzi, era o título de honra dado a Li Er, possível autor de *Daodejing* (ou *Tao Te Ching*, no formato de escrita Wade-Giles), em que pese dúvidas sobre se tais escritos foram formulados por diversos autores e posteriormente compilados na forma de livro. *Lao* significa idoso, maduro, sábio. Desta maneira, pode-se transliterar Laozi como “grande sábio”.

²⁶¹ SUN TZU. (2006). *A Arte da Guerra*. Traduzido do chinês para o Frances pelo Padre Amiot em 1772. Traduzido do Frances por Sueli Barros Cassal. Vol 207. Porto Alegre: L&PM, p. 35.

²⁶² LAO-TSE. (2013), p. 67, op.cit.

²⁶³ Ibidem, p. 133.

²⁶⁴ Ibidem, p. 122.

sabedoria era valorizada, pois permitia a consagração cognitiva do homem sábio através da efetividade do “agir pelo não agir” (*wu wei* 無為).

O pensamento militar de Sunzi convergiu a cultura estratégica em torno do *Dao*. Ainda na perspectiva do “ver o grande no pequeno”, sua estratégia valorizava não a destruição do inimigo, mas sua subjugação sem a necessidade de batalha. Se bem o defender-se da movimentação política ou da força inimiga era legítimo e valorizado, o objetivo da guerra não poderia ser a absoluta segurança, pois isso implicaria na destruição total da sociedade que o inimigo governa. Contrariamente, a sociedade vitoriosa deveria conviver com a outrora inimiga numa *estável e controlada insegurança*, resultando numa espécie de vitória relativa²⁶⁵.

Grande parte dos escritos filosóficos, seja no gênero da guerra ou político-social, enfatiza o declínio moral dentro de uma comunidade política como a razão justa para deflagrar uma guerra. Assim, um crime que potencialmente afete o sistema político de outro *guo* é um motivo legitimado para enviar uma “expedição punitiva”. Este argumento alude a dois elementos importantes no exame da natureza da guerra da China imperial: 1) há um papel primordial da política doméstica na conexão com a justificação da guerra, isso significa que uma ofensa moral ou a violação das tradições confucionistas poderiam legitimar um ataque a outro *guo*; 2) a guerra é possível mesmo sem um ato prévio de agressão.

Tal entendimento sobre “guerra” revela uma complexidade básica que contribui para a compreensão do porque o modelo confuciano de governo, apesar de “passivo” e “convidativo”, também foi diversas vezes belicoso. Se um determinado *guo* X era governado pelo modelo confuciano e outro *guo* Y não o era, então o *guo* X teria a possibilidade legítima de enviar uma “expedição punitiva” ao *guo* Y. Embora esta

²⁶⁵ É interessante notar uma distinção entre as visões ocidentais e chinesas acerca do pensamento filosófico da guerra se refletiu inclusive em demais aspectos culturais, como em jogos de intelecto. Uma profícua contraposição pode ser feita entre o jogo de xadrez e o *weiqi* 圍棋 (mais conhecido por seu nome em japonês, *go*). Seu significado literal é “jogo de peças circundantes”, e implica um conceito de cerco estratégico. Apesar de ambos serem jogos de tabuleiro, enquanto no xadrez as peças são distribuídas em um espaço definido, para as peças do *weiqi* o espaço está por ser ocupado. Neste jogo, o movimento não vai de um lado a outro do tabuleiro, mas as peças movimentam-se sem destino certo, e várias “batalhas” são travadas em diferentes pontos do tabuleiro. O xadrez é um jogo codificado, de Estado, no qual as peças tem seu valor particularizado e de um poder relativo; no *weiqi*, as peças não são definidas ou subjetivadas, todas possuem um mesmo valor, e sua diferenciação é apenas pela cor das peças de um e de outro jogador – o que reforça a perspectiva chinesa de tropas “sem rosto”. Se a finalidade do jogo de xadrez é a vitória absoluta (xeque-mate), o *weiqi* é um jogo onde há vantagens relativas. Enquanto o xadrez reflete os conceitos clausewitzianos de “centro de gravidade” e “ponto decisivo”, o *weiqi* exemplifica a arte do cerco estratégico e da análise minuciosa e sábia das condições de mobilização das peças.

particular “punição” fosse entendida diferentemente do que era uma “guerra”, ela ainda implicava o uso da força coercitiva. Nesse sentido, o conceito de “punição²⁶⁶” – intrinsecamente relacionada à Adequação aos ritos (*li*) – é ampliado para além da compreensão de “guerra”. A autoridade absoluta do imperador de “Tudo sob o Céu” (*Tianxia*) é a razão da subjugação do termo “guerra” para o pensamento político filosófico daquele período, e que se manteve nas dinastias posteriores.

Nesse sentido, o entendimento sobre guerra “defensiva” na filosofia militar deste período permite ampla interpretação, tornando-se invariavelmente complexa. Isso porque a defesa, como razão legítima para deflagrar uma guerra, não é consistentemente entendida apenas como uma reação a uma agressão prévia. De acordo com os clássicos militares, a defesa impede possíveis confrontações diretas, e permite ao *guo* lograr vitória antes que o próprio combate direto de forças ocorra. O que parece num primeiro momento ser uma contradição tornou-se o núcleo do pensamento militar chinês. Vencer sem confrontar diretamente requer que medidas defensivas sejam empregadas antes mesmo do primeiro ataque do inimigo. Nesse sentido, a defesa também implica a ação direta. Como apontado em Sunzi: “[...] alcançar cem vitórias em cem batalhas não é o ápice da excelência. Subjugar o exército inimigo sem lutar é o verdadeiro ápice da excelência.²⁶⁷”

Wuzi (440-381 a.C.), que era confucionista, mas acreditava que as forças marciais (*wu*) é que deviam assegurar os Ritos (*li*), em *A Arte da Guerra de Wuzi* (Wuzi Binfa), por sua vez, especifica cinco razões gerais para a guerra: proteger a reputação do imperador, ganhar benefícios, por ódio ou aversão, insatisfação civil, e guerras como resultado de escassez. Destarte, aponta cinco tipos de guerra: a que resgata a humanidade do caos – distúrbio da “ordem das coisas” -, agressões exercidas com o consentimento do povo, guerras que mobilizam o exército fora de alcance, guerras que visam apenas o benefício e a vantagem própria, e guerras deflagradas por *guo* em estado de emergência em vista da escassez.

²⁶⁶ O conceito de “punição” recebeu fundamental influência da escola de pensamento Legalista, ainda que os confucionistas discordassem de suas proposições. O objetivo da lei positivista, de acordo com os Legalistas, era assegurar a manutenção de “Tudo sob o Céu” através de um sistema de punições e recompensas. Com a ajuda das leis sociais, cada indivíduo seria um ser moral autônomo, por isso essas leis teriam efeito equitativo entre a população.

²⁶⁷ SUN TZU SUN PIN (2012). *A Arte da Guerra*. Tradução para o inglês, introdução e comentário de Ralph D. Sawyer. Tradução para o português de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: WWF Martins Fontes, p. 64.

Em suma, para além da caracterização da guerra, sua natureza perpassava pelos seguintes elementos na China pré-moderna: 1) a legitimidade do governante, que tinha a autoridade para decidir quando usar da força coercitiva; 2) a distinção entre aqueles que compartilhavam do sistema de valores e costumes (*zhongguoren*) daqueles que não compartilhavam e que eram fonte de distúrbios (*yidi*); 3) a guerra teria de ser aproveitável, ao menos retoricamente, à população, já que ela era a fonte de garantia da autoridade do governante; 4) o uso da força coercitiva e do embate direto como último recurso; 5) somente deveria ser deflagrada se a vitória fosse certa – por isso a questão da previsibilidade e do conhecimento na filosofia militar. Afinal, o propósito da guerra era – e continua sendo – a manutenção ou a restauração da paz ou, em sentido mais específico, da *harmonia* e da “ordem” em “Tudo sob o Céu”.

É interessante notar nesta sequência que a ênfase dada ao *modus operandi* do conflito, mais que na posse de recursos materiais absolutos revela uma preocupação histórica com o método político e de interação com demais atores significantes do sistema com o fim de atingir um resultado específico – no caso dos escritos de Sunzi, a vitória sem batalha direta. Se estendida a discussão para os procedimentos de interação da China contemporânea, tem-se que o *comportamento* de poder empreendido pelo país, mais que a posse de recursos materiais - assunto já abordado previamente nesta pesquisa -, faz jus a uma tradição de narrativa histórica e, até mesmo, de um elemento identitário do pensamento estratégico político chinês para alcançar um resultado favorável no sistema (atual) internacional. Ainda que o “fim” ou o “objetivo” chinês, neste caso, tenha de ser transmutado de “vitória sem batalha direta”, no período dos Estados Combatentes, para “contínuo desenvolvimento econômico doméstico” na recente conjuntura global, o “meio” para se chegar a estes objetivos permanece enfatizando a perspicácia, o pragmatismo e a conduta conveniente com o contexto onde a ação política é aplicada.

A tradição cultural chinesa tem moldado suas escolhas estratégicas e profundamente influenciado a maneira pela qual a China interage com os demais países no cenário internacional. Como visto, *o próprio conceito “China” não pode ser concebido como uma essencialidade invariável, mas como um conceito que esta constantemente sendo construído*. Por trás de categorias como “chinês” e “estrangeiro” e “interior” e “exterior” estão significados e forças históricas diversos, que estão intimamente relacionados com o florescimento filosófico da China pré-moderna.

Os clássicos filosóficos foram relevantes não só para estabelecer padrões idiossincráticos de valores e comportamentos, de formação social e de Estado, como também estabelecer modelos pelos quais as estratégias de guerra deveriam seguir – e contra quem. Em outras palavras, os escritos filosóficos serviram não só para delinear o porquê da guerra, como delinear como ela deveria ser conduzida, tendo por base que a *ordem* política e a *harmonia* de “Tudo sob o Céu” são a variável independente que determina o uso da força coativa.

Após o “séculos de humilhações” e do prolongado distúrbio da “ordem das coisas”, Mao Zedong logrou reabilitar a ordem política a partir da instauração da República Popular da China e, desde então, a integridade nacional passou a ser o primordial dever da política chinesa. Enquanto que na China imperial o poder do imperador era ampliado regionalmente e à “harmonia” não eram impostos limites, a ênfase nas delimitações territoriais e na soberania passou a distingui-la da China moderna. No entanto, a relevância de uma ordem política estável ainda determina seu pensamento político e as determinações com relação ao uso da força coercitiva, seja no âmbito doméstico ou internacional. A noção de harmonia foi estendida para o espectro internacional em bases de soberania Estatal, e o conceito de “mundo harmonioso” - e mais recentemente de “Comunidade de destino comum” - passou a sublinhar os esforços chineses de influenciar ativamente a ordem regional e internacional.

Em adesão ao princípio de soberania, o Politburo chinês frisa a consideração pela não intervenção nos assuntos domésticos de outros países. O posicionamento chinês no Relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal – Responsabilidade em Proteger (*Responsability to Protect – R2P*) -, deixa clara a orientação primordial da política do país pela estabilidade: “É inadmissível fazer julgamentos precipitados de que o Estado concernente é incapaz de proteger seus próprios cidadãos e apressar a intervenção. Os princípios básicos da equidade soberana e não intervenção nos assuntos internos de outros Estados como dispostos na Carta devem ser estritamente respeitados²⁶⁸”. É possível argumentar, assim, que a primazia da *estabilidade* e da “ordem das coisas” da China tradicional converge atualmente com o paradigma clássico da *soberania* a nível internacional.

²⁶⁸ *Statement by Ambassador Wang Guangya On the Report of the High-level Panel*, 27 January 2005. Permanent Mission of the People’s Republic of China to the UN. Disponível em: [<http://www.china-un.org/eng/hyyfy/t181639.htm>] Acesso em 03/02/2016.

A investigação de pináculos filosóficos e da natureza da guerra tradicionais contribui para desmistificar a ambiguidade de diretrizes políticas da China atual. Esclarece porque as noções de “desenvolvimento pacífico” e/ou de “sociedade harmoniosa/mundo harmonioso”, usualmente empregadas nos discursos do Partido Comunista Chinês, são difíceis de classificar, e fomentam a generalizada separação analítica dicotômica da política externa chinesa como essencialmente maléfica ou benéfica para o cenário internacional. A importância do tradicional entendimento social e filosófico sobre o que determina categorias como “interior” e “exterior” e sobre “ordem” – e o distúrbio dela como a justificação para a natureza da guerra – foi brevemente abordada neste texto, e merece ser pesquisada em detalhes para uma compreensão mais ampla das intencionalidades políticas e militares da República Popular da China.

4.2 O porquê de se falar em uma re-emergência chinesa

Porque a República Popular da China (RPC) comemorou seu sexagésimo aniversário apenas em outubro de 2009 - e porque a RPC não foi admitida nas Nações Unidas até 1971, já que antes o assento era ocupado pela República da China (Taiwan), e não se tornou um membro da Organização Mundial do Comércio até 2001 - tem sido tentador rotular a China como um dos membros mais jovens da comunidade internacional.

Todavia, o intento em medir a idade da China desta forma pode ser enganoso, pois esta não é a primeira vez na história em que a China “ascende”. Antes ainda da primazia ocidental - “ascensão do Ocidente” (GOLDSTONE, 2009) -, a China tinha uma longa história de destaque mundial. Na verdade, a China produzia uma parcela maior do PIB mundial total do que qualquer sociedade ocidental em dezoito dos últimos vinte séculos. Ainda em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial – mais que o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados (MADDISON, 2007).

O historiador Toynbee (1966, p. 158) maravilhou-se com o histórico da China como uma força de estabilidade, e comenta que ela trouxe ao cenário asiático “uma unidade de longa duração e paz”, enquanto Borthwick (1992, p. 4) aponta para o fato de que a enormidade da China foi significativa para o próprio caminho do Império do

Meio²⁶⁹ enquanto o centro de gravidade das relações internacionais: “A maior unidade política da Ásia tem sido e continua a ser a China [...] A combinação entre população e domínio físico não foi igualado por qualquer outra nação”.

Também de acordo com Li (2004, p. 23-33), a crescente significância da China na geopolítica mundial não pode ser categorizada como um “surgimento”, mas sim como uma re-emergência que, inclusive, seria “o desenvolvimento de maior importância no mundo pós Guerra Fria”, atentando para o fato de que muitos estudiosos e os próprios governos nacionais verão esse ressurgimento como “um enorme desafio para a sociedade internacional.”

Li (2004) se junta, nesse sentido, a demais estudiosos como André Gunder Frank (1998), Robert Kaplan (2005), Niall Fergusson (2010), Giovanni Arrighi (2008), Kaoru Sugihara (2003), Gilbert Rozman (1991), Michael Webber (2010), Charles Glaser (2011), entre outros, que reconhecem o status evolutivo chinês não tanto como uma ascensão, mas como um renascimento e re-engajamento de uma civilização outrora predominante.

Roy Bin Wong (1997) já apontava para esta longa memória histórica no livro *China Transformed*, onde argumenta que a China continua a ressoar com imagens do passado. Ele observa que o Partido Comunista Chinês tira sua força real a partir de sua capacidade de atingir uma memória histórico-cultural muito mais profunda, onde as referências culturais permanecem as mesmas, pouco importando se a ideologia é socialista ou dinástica (WONG, 1997, p. 192-3). Pode-se advertir que o desconhecimento da grandeza histórica da qual a moderna RPC surgiu pode desorientar os possíveis entendimentos bilaterais entre demais atores internacionais e a China, privando-os de compreender a motivação por trás do ressurgimento chinês na atual

²⁶⁹ Aquilo que chamamos "China" é, em seu idioma original, Zhōngguó (中国) - País ou Reino do Centro. A própria definição da China como “Império do Meio” pelos chineses aponta para o reconhecimento da China enquanto centro do mundo, dada a amplitude do domínio territorial chinês e a forte influência da chamada Dinastia Celestial (ou Mandato Celeste - 天命 - Tian Ming), onde o imperador ditava os procedimentos governamentais, leis e rituais diplomáticos acerca do estabelecimento de contato com demais nações. A noção de ser o centro do universo - o mundo do meio - apenas reforçou a peculiaridade dos regimes e das formas chinesas de governar-se, bem como o entendimento do assunto.

conjuntura internacional e o direcionamento das políticas desse colosso asiático²⁷⁰. Li (2009, p. 3) aponta que “grande parte do debate atual concentra-se em percepções externas das consequências do crescente poder da China, sem levar em consideração sua auto-identificação e como isto está relacionado com suas percepções de outros atores significantes.”

Faz-se, assim, de grande importância ressaltar que a diferenciação entre os termos “emergência” e “re-emergência” se revela muito mais do que mera contenda semântica, especialmente quando os discursos oficiais da liderança política do país são crescentemente permeados pelo termo “socialismo com características chinesas”. Isso porque para que se cumpra o efeito dessa diferenciação, a análise deve tomar uma perspectiva de longo prazo, de forma a ampliar e dar nova luz ao debate histórico-sociológico e das relações internacionais e melhor compreender de que maneira a China se integra à estrutura sistêmica na qual está inserida.

O ressurgimento econômico da China deu origem, em certa medida, a um novo entendimento de que há uma diferença histórica mundial fundamental entre os processos de formação do mercado e os processos de desenvolvimento capitalista. Faz parte dessa nova consciência a descoberta de que, durante o século XVIII, o comércio e o mercado eram mais desenvolvidos na Ásia oriental, particularmente na China, do que na Europa. Wong (1997) chegou a afirmar que as trajetórias europeia e chinesa tinham características importantes em comum que “faziam parte da dinâmica smithiana de crescimento baseado no mercado e sustentado pela intensificação do trabalho nas regiões avançadas da China e da Europa nos séculos que precederam a Revolução Industrial” (WONG, 1997, p. 30-1).

De fato, nos anos entre 1368 e 1800 a economia da China expandiu imensamente. Como bem aponta Kissinger (2011, p. 29)

A escala chinesa não era muito superior à dos Estados europeus apenas em população e território; até a Revolução Industrial, a China era muito mais rica. Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, a China foi por

²⁷⁰ Rana Mitter (2011, p. 13) afirma que “Os líderes chineses, que têm uma consciência aguda da história (consciência cada vez menos encontrada nas classes governantes americanas e britânicas), perceberam que a dinastia Qing, aparentemente moribunda, tinha começado a se modernizar em um ritmo bastante rápido nos primeiros anos do século XX. Ainda assim, entrou em colapso, tal como a maioria dos regimes posteriores nas quatro décadas seguintes. É uma intenção sincera dos governantes da República Popular da China que esse destino jamais lhes aconteça. Para entender os seus medos e preocupações, e para entender o país em seus próprios termos, a China atual só pode ser compreendida no seu contexto histórico e global.”

séculos a economia mais produtiva do mundo e a região de comércio mais populosa.

A composição de crescimento constante da população da China foi um dos principais propulsores desse crescimento. As estimativas de aumento populacional da China entre 1368 e 1800 variam, mas não há dúvida de que o crescimento foi vertiginoso, embora lento. O ex-Presidente da Associação para Estudos Asiáticos Ho Ping-ti (1959), em *Studies on the Population of China 1368–1953*, calculou a população da China em 1398 em torno de 65 milhões de pessoas, que cresceu para 430 milhões em 1850. Já Perkins (1975) estima que a população da China em 1400 estava entre 65 e 80 milhões de pessoas, e aumentou para 410 milhões até 1850. Ambas as estimativas indicam um aumento de cinco vezes na população aproximada da China para o período 1368-1800, e foi esse aumento que alimentou o crescimento quantitativo da economia chinesa²⁷¹.

Tal economia, como a maioria das economias pré-modernas, era baseada na agricultura, com todos os demais setores ligados a este. Especificamente durante a Dinastia Song (1127-1276), os chineses desenvolveram o sistema de agricultura mais produtivo do mundo, sendo que a introdução de novas culturas e novas variedades de plantio foi a grande mudança qualitativa na agricultura imperial chinesa – inclusive desenvolvendo culturas de arroz de mais rápido amadurecimento, as “culturas de emergência”. De acordo com Arrighi (2008, p. 329), “a eficiência do cultivo de arroz para assegurar excedentes de alimentos acima do nível da subsistência permitiu aos agricultores aumentar a quantidade e a variedade de produtos cultivados e comercializados e dedicar-se a atividades não agrícolas.”

Contudo, a disseminação dessas variedades e sua adoção por parte de camponeses em áreas marginais chinesas – topos de morros ou mangues - começaram a dar indícios de que tal tipo de agricultura estava chegando ao ponto de saturação. Isso porque o declínio na alimentação per capita só seria evitado conforme novas terras fossem disponibilizadas para plantio, o que não ocorreu. Isso devido ao fato também de que a China apreendeu expansões territoriais nesse período com o objetivo mais de defender suas fronteiras contra conquistadores da Ásia Central, do que impulsionada pela competição com outros Estados para extrair recursos de periferias ultramarinas. De

²⁷¹ Sugihara (2003, p. 79, 89-90) argumenta que o estrondoso aumento populacional “foi claramente um marco demográfico mundial [...] e seu impacto no PIB mundial foi muito maior que o da Grã-Bretanha pós-Revolução Industrial, cuja participação no PIB mundial era de menos de 6%”.

acordo com Wong (1997, p. 148, tradução nossa), “Em vez de extrair recursos da periferia, o mais provável era que o Estado chinês investisse nela. A expansão política para incorporar novas fronteiras comprometeu o governo com a remessa de recursos para a periferia, não com sua extração”.

O estudo de tal inflexão fez com que Elvin (1973) sugerisse que a China esteve nesse período numa “armadilha de equilíbrio de alto nível”. Essa armadilha seria resultado do próprio sucesso no desenvolvimento da economia de mercado chinesa, na medida em que o rápido crescimento da produção e da população tornou escassos os recursos – exceto a mão-de-obra –, impossibilitando quaisquer inovações lucrativas. Assim sendo, embora a China lograsse um desenvolvimento quantitativo de sua economia, era “estacionária²⁷²” com relação ao processo qualitativo, sobretudo com relação à renda per capita chinesa.

Ainda no período Song, as elevadas despesas militares para defesa de fronteiras, juntamente com a perda de controle da antiga rota da seda e o enfraquecimento de certos monopólios governamentais chineses de tarifas comerciais – como produção de sal e ferro –, motivaram a Dinastia a privilegiar o comércio marítimo como fonte de renda, que por sua vez possibilitou uma grande retomada econômica chinesa baseada em avanços da tecnologia de navegação. Este apoio estatal ao comércio marítimo privado junto à migração para o sudeste da Ásia na Dinastia Yuan (1277-1368), segundo Arrighi (2008, p. 329)

[...] levaram à formação de redes comerciais ultramarinas chinesas nos mares do sul e no oceano Índico tão extensas quanto a rede européia da mesma época. Nos períodos Song e Yuan, a tendência que mais tarde se tornaria típica do caminho europeu de desenvolvimento já estava presente na Ásia oriental.

Destarte, ainda que tenham se desenvolvido grandes organizações comerciais com redes extensas de fornecedores, e “apesar da disseminação das trocas de mercado

²⁷² O termo “estacionário” foi emprestado da noção smithiana de estado estacionário, que também é representado pelo mesmo equilíbrio de alto nível do qual fala Elvin (1973). Ao contrário na noção malthusiana – o qual diz que o aumento acentuado da taxa de crescimento populacional inibe que a renda per capita suba acima da armadilha de equilíbrio de baixo nível –, a noção smithiana afirma que o que impede a renda per capita de subir acima da armadilha de equilíbrio de alto nível é o declínio acentuado da taxa de crescimento da renda (KERSCHNER, 2008). Também se deve destacar o fato de que a Europa se desvencilhou desta armadilha por meio da Revolução Industrial (com as conseqüentes inovações tecnológicas). A “fuga” européia da aludida armadilha foi precedida por “fugas” anteriores, realizadas com grandes reorganizações dos centros e das redes do capitalismo europeu. Este espécie de “escape” foi observado tanto por Smith como por Marx, que destacaram a principal diferença do caminho europeu: sua extroversão, seu investimento no comércio exterior (ARRIGHI, 2008)

na busca do lucro, a natureza do desenvolvimento da China não é necessariamente capitalista”, tal qual o caminho europeu (ARRIGHI, 2008, p. 39). Isso porque a caracterização do desenvolvimento com base no mercado enquanto “capitalista” é determinado mais pela relação entre o poder do Estado e o capital, do que pela presença de instituições e aptidões capitalistas. Assim sendo, destaca-se o fato de que os capitalistas chineses continuaram a ser um grupo social subordinado, incapaz de subjugar o interesse geral aos interesses particulares de classe (ARRIGHI, 2008).

É nesse sentido que a China imperial é o exemplo que mais bem sustenta a separação de Fernand Braudel entre economia de mercado e capitalismo. Em “Civilização material, economia e capitalismo”, Braudel (1996, p. 153) afirma que a China “[tinha] uma economia de mercado solidamente estabelecida [...] com cadeias de mercados locais, população numerosíssima de pequenos artesãos e mercadores itinerantes, movimentadas ruas comerciais e centros urbanos”, além do fato de que seus mercadores e banqueiros e os chineses ultramarinos (*overseas chinese*) originários do litoral sul do país assemelhavam-se muito com as comunidades empresariais das principais organizações capitalistas da Europa no século XVI. Braudel (1987, p. 49), em “A Dinâmica do Capitalismo”, já apontava que

O Estado chinês, apesar das cumplicidades locais de mercadores e de mandarins corruptos, foi permanentemente hostil ao florescimento de um capitalismo que, toda vez que cresce ao sabor das circunstâncias, é, em última instância, devolvido à ordem por um Estado de certo modo totalitário (estando a palavra despida de seu atual sentido pejorativo). Só existe capitalismo chinês fora da China – na Insulíndia, por exemplo, onde o mercador chinês age e reina com toda a liberdade.

As seguintes Dinastias Ming (1368-1643) e Qing (1644-1911) delimitaram o comércio marítimo e restringiram o número de missões tributárias, chegando até a proibir a construção de navios mercantes. Também focaram a governança no estímulo ao mercado interno e nas atividades militares com o objetivo de garantir as fronteiras chinesas, direcionamento este acentuado com a derrota do Japão ao tentar desafiar militarmente a centralidade chinesa entre 1592 e 1598 e com a institucionalização do equilíbrio de poder europeu pelo Tratado de Westfália, em 1648 (WANG, 1998).

A partir de então, a expansão territorial cessou e as atividades militares transformaram-se em atividades policiais que visavam consolidar o monopólio do uso do poder coercitivo pelo Estado chinês dentro das fronteiras recém-criadas. Arrighi

(2008) fala sobre uma “paz de quinhentos anos” da China, já que em pelo menos duzentos anos anteriores a essa invasão japonesa da Coreia (1952), o país só entrou em guerra contra outros Estados da Ásia oriental durante a invasão do Vietnã, entre 1406 e 1428, com o objetivo de restaurar o poder dinástico; e também aponta para a assimetria observada na busca de riqueza e poder entre os contextos europeu e asiático-oriental:

Os Estados europeus travaram guerras intermináveis para estabelecer o controle exclusivo das rotas marítimas que ligavam o Ocidente ao Oriente, porque o controle do comércio com o Oriente era recurso fundamental de sua busca de riqueza e poder. Para os governantes da China, ao contrário, o controle dessas rotas comerciais era muito menos importante do que as relações pacíficas com os Estados vizinhos e a integração de domínios populosos numa economia nacional de base agrícola. (ARRIGHI, 2008, p. 331)

As leis e instituições da China impuseram limites desnecessários à expansão econômica. Mas muito embora o arcabouço institucional deixasse pouco espaço para significativas inovações e para o investimento em capital fixo ou no comércio exterior, disponibilizava boas oportunidades para o desenvolvimento das tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra, o que contribuía para manter o pleno emprego. Logo, diferença fundamental entre o tipo de desenvolvimento asiático-oriental e o desenvolvimento pelo caminho ocidental é de que aquele mobilizava recursos humanos, e este, mobilizava recursos não humanos (SUGIHARA, 2003).

O resultado conjunto das políticas prioritárias desenvolvimentistas que o governo atribuiu ao melhoramento agrícola, à redistribuição e à recuperação de terras e à consolidação e expansão do mercado interno, fizeram da China, no século XVIII, o exemplo de caminho “natural²⁷³” para a opulência da Riqueza das Nações de Adam Smith, com a restrição de que não havia completado a última etapa: justamente o maior fluxo de comércio exterior (ARRIGHI, 2008).

²⁷³ O desenvolvimento de uma economia tem uma ordem natural em Adam Smith (que só é alterada quando o governo passa a interrompê-la) para a organização das manufaturas, do comércio exterior e da agricultura. As terras precisam ser cultivadas antes que alguma cidade tenha se estabelecido, e algum tipo de indústria ou manufatura precisa existir na cidade antes que se desenvolva o comércio exterior. O desenvolvimento econômico segue esta ordem “natural” para Smith e um constante aumento da produtividade nestes três setores, propiciaria um crescimento econômico. Uma alta produtividade conciliaria também altos salários devido aos baixos custos de manufatura.

4.3 Revolução Industrial e a Grande Divergência

Sugihara (2003) utilizou o conceito de “Revolução Industrial²⁷⁴” em relação à China – originalmente apresentado por Hayami Akira em referência ao Japão no período Tokugawa (1603-1868) -, de forma a caracterizar o desenvolvimento baseado no mercado, poupador de energia, e focado na absorção de mão-de-obra e na unidade doméstica, sem tendência intrínseca em seguir o caminho desenvolvimentista de uso intensivo de capital e energia seguido pela Grã-Bretanha e exacerbado posteriormente pelos Estados Unidos.

Não obstante o sucesso na promoção da Revolução Industrial da Ásia oriental e na relevância da participação da Ásia oriental na produção mundial, as políticas introvertidas da China no período Ming, e aprofundadas no período Qing, resultaram em forte contração do comércio entre os próprios países asiáticos e entre estes e demais nações a partir do início do século XVIII. Destarte, a falta de envolvimento na expansão ultramarina e na corrida armamentista à moda europeia tornou a China e todo o sistema asiático-oriental vulneráveis à pressão e às conquistas das potências europeias em expansão. Kissinger (2011, p. 28) diz que a história naval da China foi uma “dobradiça que emperrou”, na medida em que “tecnicamente capaz de dominação, a China se retirou voluntariamente do campo da exploração naval exatamente quando o interesse ocidental começava a surgir.”

Pomeranz (2000), em *The Great Divergence: Europe, China, and the making of the modern world*, analisa o que, segundo ele, foi o grande ponto de divergência entre China e Ásia e Inglaterra e Europa: a Revolução Industrial. De acordo com o autor, foi somente com a industrialização ao longo do século XIX, através do caminho “antinatural” smithiano, que a Europa ocidental ganhou espaço antes ocupado pela China e pelos “tigres asiáticos” da época.

Às vésperas da Revolução Industrial não havia nenhuma vantagem inquestionável das partes mais avançadas da Europa sobre as da Ásia que demonstrasse que a industrialização aconteceria naquele continente e não neste. Ele lembra ainda que as economias dos dois continentes eram agrárias, e as manufaturas urbanas europeias não eram mais avançadas que as asiáticas – ao contrário, havia superioridade oriental em áreas como tecelagem, fabricação de porcelana e tintas, mesmo com as restrições ao

²⁷⁴ Certos elementos conjunturais e essenciais contribuíram juntos para o surgimento de um modo de produção investidor em mão-de-obra humana, quais sejam: fim da servidão do campesinato no século XVII, fortalecimento da agricultura familiar, aumento populacional e escassez crescente de terra arável.

comércio implantadas nas dinastias Ming e Qing. Porque, então, teria ocorrido a Revolução Industrial na Inglaterra, e não na China?

Segundo a teoria de Pomeranz (2000), a tecnologia básica que transformou o mundo na Revolução Industrial foi a máquina a vapor. A China estava próxima de desenvolver seu próprio modelo – as partes essenciais de uma máquina a vapor foram descritas por chineses no século XIV, faltando apenas alguns detalhes práticos finais. Estes estavam, em grande parte, relacionados com questões de bombeamento. Nas minas de carvão da Inglaterra, a principal ameaça era de inundação, ao contrário das chinesas, em que a aridez levava a problemas de autocombustão. Assim, os ingleses tiveram incentivo maior para desenvolver máquinas de bombeamento, enquanto os chineses se dedicavam mais aos problemas de ventilação das minas. Para o historiador, isso acabou levando a Inglaterra a obter a máquina a vapor antes de todos e a largar na frente da corrida da Revolução Industrial (POMERANZ, 2000).

Além do fato de que o suprimento doméstico de combustível fóssil ter sido essencial para a decolagem da Revolução Industrial na Inglaterra, Pomeranz (2000) atenta para o fato de que esta grande divergência se dava também nas relações centro-periferia, ou seja, as Américas recém-conquistadas abasteciam as regiões europeias com um volume muito maior de produtos primários e de demanda de manufaturados do que regiões asiáticas periféricas pudessem abastecer a China.

Como Pomeranz (2000, p. 20) bem coloca, o desenvolvimento europeu

[...] baseava-se não apenas na abundância natural do Novo Mundo, mas também no modo como o comércio de escravos e outras características dos sistemas coloniais europeus criou um novo tipo de periferia, que permitiu à Europa trocar um volume sempre maior de exportação de manufaturados por um volume sempre maior de produtos que exigiam uso intensivo de terra.

Assim sendo, não fosse o suprimento americano de produtos primários, possivelmente a tecnologia e o desenvolvimento europeu não se desenvolveriam no sentido de poupar mão-de-obra e consumir energia, no momento em que a pressão por recursos constringia a China, ao contrário, a se desenvolver na direção de poupar tais recursos e absorver mão-de-obra.

Com uma concepção menos ampla do que Pomeranz (2000), Wong (1997) desvincula em certa medida a Revolução Industrial de contingências históricas anteriores. Para ele, o principal elemento para a Grã-Bretanha foram os ganhos de

produtividade vindos do carvão como nova fonte de energia mecânica. Em contrapartida, Frank (1998) versa exatamente sobre os resultados opostos da dinâmica smithiana comum, ou seja, na China a expansão econômica criou excedente de mão-de-obra e escassez de capital – motivos da armadilha de equilíbrio de alto nível –, enquanto na Europa, a expansão econômica criou escassez de mão-de-obra e excedente de capital, posteriormente investidos em inovação tecnológica em diversos setores econômicos.

De todo modo, a Grande Divergência ocorrida no início do século XIX possibilitou que a Europa avançasse muito mais em termos econômicos, bélicos e até políticos, do que a Ásia oriental. Com a conquista britânica da Índia, com a Grã-Bretanha realizando a segunda Revolução Industrial, a economia global estava praticamente já centralizada na Europa ocidental. Ao explorar o trabalho e a riqueza da Ásia, a Grã-Bretanha finalmente estabeleceu vantagens militares decisivas sobre o império chinês, as quais foram confirmadas por duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860).

No fim do século XIX, a ordem mundial chinesa estava totalmente desarticulada, e a autoridade central chinesa estava fragmentada. A dinastia Qing, que prolongou sua existência por sete décadas, ruiu com a abdicação do último imperador Puyi em 1912 por uma série de insurreições lideradas pela burguesia nacional chinesa - desejosa em atuar politicamente e de libertar a China da tutela econômica estrangeira.

Seguiram-se as Revoluções Nacionalistas (ou Revolução de Xinhai) através do Partido Guomindang, de Sun Zhongshan (Sun Yat-sen) e, posteriormente, Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek). Durante ainda os conflitos da Primeira Guerra Mundial, o Movimento Quatro de Maio, antiimperialista e antifeudal, com o qual o proletariado chinês passa a aparecer no movimento político do país, possibilitou a propagação do marxismo-leninismo e sua combinação com a prática da revolução chinesa, preparando a ideologia e os dirigentes para a fundação do Partido Comunista da China. A era do timoneiro Mao Zedong (1949-1976), provida das manobras diplomáticas do virtuoso Ministro das Relações Exteriores Zhou Enlai, reorganizou a China nos moldes comunistas e unificou o país pela primeira vez na história da China moderna, com a nacionalização dos grandes meios de produção e a oficialização do Partido Comunista Chinês (PCC).

Destarte, já que a República Popular da China (RPC) não podia operar fora da economia-mundo capitalista, nem poderia no curto prazo alterar seu status periférico no

sistema mundial, o governo logrou minimizar a transferência do excedente de capital de si para os países centrais, cuja dinâmica resultaria em trocas desiguais e fluxos transfronteiriços de capital. Nesse sentido, o Politburo chinês optou pela propriedade estatal dos meios de produção e pelo planejamento econômico centralizado (Planos Quinquenais).

De forma contrária ao que usualmente se é apontado sobre o período Maoísta, e em que pese os fracassos sociais do “Grande Salto Adiante” (1958-1960) e da Revolução Cultural (1966) – período que Kissinger (2011) chamou de “uma década de crises” e os próprios líderes atuais chineses nomeam como “Era de Guerra e Revolução”-, a RPC progrediu de forma impressionante na indústria pesada (indústria produtiva) e na reforma agrária comunitária, iniciativas *sine qua non* para os próximos passos a partir da reforma e abertura na era Deng Xiaoping. Como aponta Li (2008, p. 29-30, tradução nossa)

No período Maoísta, o Estado e as comunas públicas fizeram enormes investimentos em irrigação, indústria pesada, transportes, e capacidades sociais. O sistema de planejamento central foi muito eficaz na difusão de tecnologias industriais e agrícolas, e a “auto-suficiência” econômica significava que em meados da década de 1970 a China era capaz de produzir uma ampla gama de produtos industrializados em diversos níveis de complexidade tecnológica [...] Mas mais importante que as taxas de crescimento, foi o sucesso do período Maoísta na construção de estoque de capital e capacidades técnicas que prepararam as condições para o “milagre” do crescimento da China depois da década de 1980.

4.4 改革开放 Gǎigé kāifàng – Reforma e Abertura: entendendo o “socialismo com características chinesas”.

Com a morte de Mao Zedong em setembro de 1976 e a posterior prisão dos seus principais apoiadores, deu-se um impacto inverso no destino dos dirigentes chineses que, de uma forma ou de outra, tinham sido atingidos pela turbulência da Revolução Cultural. Um dos mais proeminentes, Deng Xiaoping, assumiu as funções de Vice-Primeiro Ministro em 1977, enquanto o pouco conhecido sucessor de Mao, Hua Guofeng, dirigia o governo. A influência de Deng aumentou sobremaneira, já que àquelas funções juntou as de Vice-Presidente do Partido Comunista Chinês (PCC) e de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Este fato foi determinante para a sua chegada à suprema liderança, em 1978, na III Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista Chinês, e

conseqüente capacidade de implementação das reformas econômicas que transformaram a face da China desde então.

O líder, considerado como “o arquiteto da modernização”, caracterizou-se por assumir uma atitude pragmática e que se sintetizava na frase “Pouco importa se o gato é branco ou preto, contanto que cace ratos”, ou seja, qualquer medida que permitisse o crescimento econômico devia ser promovida pelo governo e ser rapidamente difundida, o contrário seria feito àquelas medidas que não conduzissem ao crescimento e gerassem instabilidade. Deng lançou as “Quatro Modernizações”, que foram direcionadas aos seguintes setores: indústria, agricultura, forças armadas e tecnologia; e se desdobraram em medidas, tais como a redução e controle do Estado sobre as províncias (descentralização), a privatização de algumas empresas estatais²⁷⁵, a desregulamentação da atividade econômica (revisão de impostos e do sistema fiscal), atração de investimento estrangeiro (através das Zonas Econômicas Especiais – ZEEs), e a reforma agrária. Na prática, sua política se definiu não por um caráter “capitalista” ou “socialista” das medidas, mas sim em termos do crescimento econômico e do incremento do nível de vida da população.

Com efeito, da primeira experiência reformista, retira-se que a nova estrutura econômica não alteraria a natureza política do sistema socialista, pois a essência das reformas seria a construção da base material através da abertura econômica, porém com a manutenção da ditadura democrática popular, centralizada pelas decisões do PCC.

Assim sendo, a construção do socialismo chinês pressupunha um mercado sujeito às regras e ao controle das atividades macroeconômicas pelo Estado socialista, cuja função principal seria a distribuição dos recursos através da conjugação dos interesses do povo. Nesse sentido, em uma economia onde se predominava o sistema de planejamento central, as regras do jogo institucional foram resultado das iniciativas pioneiras. Num período de transição, foi cauteloso que as antigas regras não fossem descartadas, e sim que continuassem representando um rol importante na medida em

²⁷⁵ Tal privatização foi feita a partir da estratégia de “reter as grandes, soltar as pequenas” (*zhuā dà fàng xiǎo* – 抓大放小). O governo abre mão de pequenas empresas, que são assumidas ou por unidades subnacionais da administração pública, ou por cooperativas de trabalhadores ou mesmo por proprietários individuais. Além disso, é estimulada a conglomeração de empresas estatais com o objetivo de formar grandes grupos econômicos, capazes de alcançar autonomia financeira e tecnológica. Trata-se assim de criar empresas holding com capacidade de realizar investimentos fora das fronteiras chinesas, o que começa a ser praticado com dimensões que garantam a capacidade de concorrer com as grandes multinacionais no mercado mundial. O impacto da estrutura em forma de conglomerado sobre a eficiência das empresas é a princípio favorável. As empresas organizadas dessa forma, muitas escolhidas como campeões nacionais, apresentaram maior crescimento em termos de vendas, ativos e gastos em P&D, além de maior propensão a possuírem centros de P&D (MEDEIROS, 2006, p. 386).

que as novas regras fossem ganhando espaço. Assim, mediante este processo gradual e sem fortes rupturas, as velhas estruturas foram sendo substituídas somente em alguns setores²⁷⁶.

Tal estratégia de transição é pré-condição para que se pense no sucesso e na manutenção das reformas de abertura. Enquanto outras economias, como Rússia e República Checa, centralmente planejadas, buscaram diretamente suas estratégias de desenvolvimento dentro de um contexto capitalista a partir de um quase “tratamento de choque”, a China utilizou-se - emprestando um termo de Teoria Econômica - de uma estratégia *learning-by-doing*, implementando a abertura econômica paulatina de forma a analisar seus retornos e falhas. Em 1992, Deng Xiaoping realizou o seu famoso “Tour pelo Sul” a fim de mobilizar suportes locais para estender as reformas. Um grande avanço ideológico se deu na publicação do documento “Decisões sobre Questões Relativas à Criação da Estrutura da Economia de Mercado Socialista”, no âmbito do Terceiro Plenário do XIV Congresso do PCC, realizado em setembro daquele ano, quando o Partido, pela primeira vez, endossou o termo “economia de mercado socialista” como meta de reforma da China, e propôs-se que fosse aberta, competitiva, unificada e integrada, baseada na competência. Em outubro de 1993, o Congresso Nacional do PCC homologou o termo “economia de mercado socialista”, logo referendado pela Assembléia Popular Nacional, através de emenda constitucional, conferindo-lhe força de lei.

O referido documento foi considerado divisor de águas na política econômica chinesa, na medida em que representou uma factível mudança estratégica no curso da reforma do país. Na concepção de Zemin (2002) a construção do socialismo chinês contemplaria a China reunificada através da idéia de “Um país, dois sistemas” (*yīguó liǎngzhì* - 一国两制), isto é, o princípio de uma só China, no sistema socialista, mantendo o regime de mercado existente em Hong Kong, Macau e Taiwan. Portanto, o conceito de economia de mercado socialista com características chinesas pressupõe um sistema econômico onde coexistem e interagem, num mesmo momento histórico, duas instituições fundamentais: o mercado e o Estado²⁷⁷. De acordo com Arrighi (2008, p.362)

²⁷⁶ Devido à característica de sequenciamento das políticas modificadas, a estas se estabeleceu o caráter de “reforma incremental” (*zěn liǎng gǎigé* 怎两改革) (QUIAN; WU, 2000, p. 5).

²⁷⁷ Ainda que fossem comuns queixas no sentido de que tal sistema torna difícil a identificação da distinção usual entre forças de mercado e políticas do governo, na prática, ele realizou dupla função na reforma chinesa: de um lado, representou um consenso entre as vertentes liberais e conservadoras dentro do PCC e, assim, ajudou a manter a legitimidade do Partido, o que conseqüentemente fez reduzir os

Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltada para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais.

Em suma, os eventos domésticos ocorreram e se vincularam simultaneamente às transformações que vinham ocorrendo a nível mundial, como o crescimento do papel das corporações no sistema de Estados e na economia-mundo, e a maior integração entre os países no mercado mundial, vide inserção da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) no final de 2001. Este processo de transição da economia chinesa é, resumidamente, embutido de quatro facetas: a mudança de uma economia centralizada para uma de mercado, de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de uma autarquia para a interdependência, de filiação rígida ao sistema comunista para a participação na sociedade global. Participação esta que deverá delinear a tessitura de diversas questões na arena internacional, particularmente no início do século XXI.

4.5 Dialética chinesa complementar do “desenvolvimento pacífico” e do “mundo harmonioso”

De acordo com Guthrie (2006), o projeto de transformação da China tem sido fundamentalmente um projeto global, ou seja, a orientação tem sido em direção ao envolvimento e ativismo maiores na economia global.

Com o maior crescimento do que qualquer outro país nos últimos 30 anos, o Produto Interno Bruto (PIB) da China atingiu US\$ 9,31 trilhões ou 56,88 trilhões de yuanes em 2013, fazendo deste país a segunda maior economia do mundo. Tais números representam crescimento de 7,7% em relação ao ano de 2012 e, ainda que confirme resfriamento da economia do país²⁷⁸ – taxa mais baixa desde 1999-, ainda foi um dos países que teve mais relevante nível de crescimento global. A balança comercial

riscos e custos das mudanças institucionais; por outro lado, também se engendrou as necessidades do mercado internacional através desta adaptação institucional, de forma a aliar e a servir-se das forças externas a fim de criar um melhor ambiente para a reforma interna. Keohane e Nye (2001) afirmam que a China obteve rápido crescimento econômico a partir de sua abertura, pois o país capitalizou os ganhos da globalização financeira das décadas de 1980 e 1990.

²⁷⁸ Projeções para o crescimento de 2014 é de 7,5%, para 2015 de 7,3%, e para 2016 de 6,9%. Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook, Washington, DC, jan.2014. Disponível em: [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/update/01/pdf/0114.pdf]. Acesso em 20/02/2017

chinesa foi positiva em US\$ 260 bilhões, com total exportado de US\$ 2,21 trilhões, enquanto as importações alcançaram US\$ 1,95 trilhões. De acordo com a CIA World Factbook, a participação da China no PIB nominal mundial foi de 15,12% em 2013²⁷⁹, e de acordo com o relatório *Looking to 2060: Long-term global growth prospects*, feito em 2012 pela OCDE²⁸⁰, prevê-se o crescimento da participação chinesa para 28% do PIB mundial em 2030. Adicionalmente, o Goldman Sachs continua com a previsão de que a China ultrapassará os Estados Unidos em termos de PIB em 2027²⁸¹.

Os crescimentos chineses superiores à elevação das taxas de exportações e importações mundiais, gerou uma mudança significativa na participação da China no comércio mundial. A China passou à condição de maior país exportador e à de segundo maior importador mundial. Em 2000, 3,9% e 3,4% das exportações e importações de bens, respectivamente, originavam-se da China, ao passo que em 2008 essa participação saltou para 8,9% e 6,9%. Cabe observar que, após a crise internacional de 2008, essa tendência se acelerou, pois a participação chinesa nas exportações e importações mundiais saltou de 9,7% em 2009 para 11,7% em 2013 e de 7,9% em 2009 para 10,6% em 2013, respectivamente²⁸².

Para além de previsões de cunho alarmista com relação à queda das taxas de crescimento do PIB chinês, tal refreamento ainda pode ser alocado como parte do rumo de mudanças estruturais mais abrangentes e manejado conforme planejamento do governo central, já que a tendência ao longo dos anos, com as mudanças sociais – envelhecimento da população somado às maiores exigências em termos de seguridade social - e de padrão tecnológico e de produtividade, é a de que as taxas de crescimento da China se aproximem das taxas das economias desenvolvidas pré-crise de 2008. Para o economista Luis Antônio Paulino,

Trata-se de mudanças compatíveis com aquilo que o governo chinês procura realizar no modelo econômico, saindo da fase inicial de desenvolvimento, que se baseia no uso intensivo de mão de obra

²⁷⁹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*, 22 abr.2014. Disponível em: [<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>]. Acesso em 02/05/2014

²⁸⁰ OCDE ECONOMIC PUBLICITY PAPERS. *Looking to 2060: Long-term global growth prospects*. OCDE Publishing, N° 3, nov.2012. Disponível em: [<http://www.oecd.org/eco/outlook/2060%20policy%20paper%20FINAL.pdf>]. Acesso em 18/02/2014

²⁸¹ PESEK, William. Goldman's 2027 call means China has to get busy. *Bloomberg*, 18 ago.2010. Disponível em: [<http://www.bloomberg.com/news/2010-08-18/goldman-s-2027-call-means-china-must-get-busy-commentary-by-william-pesek.html>]. Acesso em 14/03/2014

²⁸² CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*, 22 abr.2014. Disponível em: [<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>]. Acesso em 02/05/2014

barata, e se aproximando da fronteira tecnológica, passando a ser dependente de ganhos de produtividade²⁸³.

Para Hendrischke e Krug (2007), foi a política de abertura chinesa de 1978 que derrubou a barreira que separava a China do mundo ocidental²⁸⁴. A partir daquele momento, a RPC passou a interagir mais fortemente tanto nos fluxos comerciais globais – estabelecendo parcerias estratégicas e se estabelecendo como o principal parceiro comercial de diversos países e regiões -, quanto nos fóruns de governança global sendo que hoje é o único país considerado emergente e de agenda terceiomundista com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Kim (1990, p. 198) ilustra tal mudança: “O que a China maoísta teria rejeitado como penetração imperialista, a China pós-maoísta aceitou de bom grado²⁸⁵”.

Essa tendência à maior participação chinesa é refletida no número de organização internacionais às quais a China aderiu como membro durante diferentes períodos: entre 1971 e 1976, período antecessor a Deng Xiaoping, mas já de iniciais reformas, a adesão chinesa aumentou de uma para 21 organizações; em 1989, já participava em 37 organizações. Atualmente, a RPC participa como membro em mais de 100 organizações diferentes, que abrangem os campos econômico, social, político, científico e de segurança; e vão desde a Organização Internacional do Trabalho (*International Labor Organization* - ILO) à Interpol, da Cooperação Ásia-Pacífico (*Asia Pacific Economic Cooperation* - APEC) à Alta Comissão para Refugiados das Nações Unidas (*United Nations High Commission for Refugees* – UNHCR). Esta maior atuação da China como novo *global player* dá margem para as mais diversas indagações acerca do futuro do sistema internacional e de um possível pleito chinês ao próximo cargo hegemônico.

Não obstante, quaisquer proposições alarmistas de cunho negativo são notadamente incompatíveis com a doutrina chinesa de “ascender pacificamente” (*héping juéqǐ*– 和平崛起). Tal doutrina, apresentada no Fórum de Boao para a Ásia em 2003, pressupõe que a China evitará o expansionismo e as agressões promovidos pelas

²⁸³BULLA, Olívia. Mudanças estruturais na China são mais importantes que taxa de crescimento, avaliam analistas. *O Estado de S. Paulo*, 02 abr.2014. Disponível em: [http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-internacional,mudancas-estruturais-na-china-sao-mais-importantes-que-taxa-de-crescimento-avaliam-analistas,180981,0.htm] Acesso em 15/04/2014.

²⁸⁴ É importante destacar que, em termos de fatos influentes externos, a estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS teve como um dos seus elementos a aproximação do governo americano com o governo comunista chinês, patrocinada por Richard Nixon a partir de 1972.

²⁸⁵ “*What Maoist China would have rejected as imperialist penetration, post-Mao China has willingly accepted as a free lunch.*” (KIM, 1990, p. 198, tradução nossa)

potências anteriores no momento de sua ascensão ao utilizarem da violência para angariar recursos e buscar hegemonia mundial. Segundo Arrighi (2008, p. 299),

Com base em estudos históricos encomendados pelo Politburo sobre experiências passadas de ascensão de potências e as reações que provocaram, ela foi apresentada como refutação da idéia de “ameaça chinesa” e como ofensiva atraente para contrabalançar a estratégia norte-americana de cercar a China com um sistema de bases militares e relações de segurança.

A referência à “ascensão” – ainda que com a qualificação de pacífica - reforçou preocupação de setores de opinião alarmados a cerca das intenções chinesas quanto ao almejo da hegemonia mundial. Sendo assim, tal expressão foi sendo paulatinamente abandonada em favor de “desenvolvimento pacífico” ou “coexistência pacífica”, mesmo que a doutrina, em sua essência, tenha permanecido inalterada.

É de suma relevância ponderar a terminologia empregada pelo campo diplomático e de estudos da perspectiva chinesa, já que na maior parte das vezes tais termos estão carregados com conotações outras que a base conceitual ocidental desconhece ou desconsidera, o que pode conduzir a desentendimentos. Não por acaso o governo chinês procura, juntamente aos seus *think tanks*, elaborar publicações que esclareçam – ao menos em parte – termos teóricos e doutrinas a serem aplicados no âmbito de seu planejamento político, de maneira a também se distanciar de concepções tradicionais ocidentais. Por muito tempo, os estudos comparativos entre as culturas política e econômica da China e do Ocidente apresentam abordagem unilateral com base em padrões ocidentais. Em outras palavras, a terminologia chinesa têm sido a interpretada, não a intérprete.

Enquanto a estratégia internacional da China está passando por revisões e afirmações, no nível não oficial a elite intelectual da China avança em um conjunto diversificado de argumentos sobre o futuro papel internacional da China. Porque o poder intelectual dessas visões emergentes, em diferentes graus, podem influenciar as escolhas políticas no futuro, é essencial para os observadores da política externa chinesa prestar muita atenção para os debates intelectuais vivos que ocorrem dentro China.

Há que se levar em conta, por exemplo, o que considera a perspectiva chinesa sobre o termo “hegemonia”, e porque há a busca de distanciamento e certo rechaço ao termo. Em sua conotação inicial e distante de referenciais gramscinianos, os ideogramas em mandarim para a palavra “hegemonia” – *bàquán* 霸权 – fazem referência a um

determinado comportamento, qual seja: a condição de impor uma vontade sobre outros ou fazê-los seguir, geralmente pelo uso da força. Embora não contenha ideias sistêmicas ou teorias formais, os pensamentos do filósofo confuciano Xun Zi, há 2.000 anos, são relevantes nesse no sentido de oferecer racionalidades plausíveis e sensíveis ao fenômeno conceitual chinês. Xun Zi fundamentava o poder econômico de uma nação sobre bases de um forte poder político, que por sua vez, seria a fonte para o melhor desempenho do poder duro e do poder brando da nação. Além disso, a correção moral e ética da política nacional de Estado determina a força nuclear do poder, a prosperidade ou a fraqueza do Estado. Nesse sentido, considerada que relações exteriores moral e politicamente delineadas eram base para a segurança nacional. Em sua perspectiva, uma nação estar segura ou não depende de suas boas relações com outros Estados, e da manutenção de suas obrigações seja com outros Estados pequenos, grandes, fracos ou fortes.

Com efeito, Xun Zi considerava “hegemonia”, conseguida através do uso do poder duro e de uma ordem moral baixa, inferior a uma “verdadeira liderança”, sob a qual voluntariamente os demais Estados se submetem, de caráter mais orgânico e de alta ordem moral. Xun Zi descreve hegemonia da seguinte maneira:

Embora a força moral de seu poder ainda não tenha atingido a perfeição e embora os princípios morais ainda não tenham sido totalmente atingidos, de um modo geral, ele [a potência hegemônica] exhibe princípios racionais para o ordenamento do mundo (KNOBLOCH, 1990, Vol. II, p. 149).

Era a crença de Xun Zi que é a natureza interior das grandes potências que determina a estabilidade do sistema internacional, e não o sistema que modifica o comportamento de grandes países. A variável “natureza” para este caso tem três valores: *wáng* (王 verdadeira liderança), *bà* (霸 hegemonia), e *qiáng* (强 força ou poder). De maneira verbal, *wáng* pressupõe a liderança benevolente, *bà* dominar e ser hegemônico em certas esferas internacionais, e *qiáng* exercer poder pela força coativa. Assim, os três termos refletem comportamentos de nações e seus líderes, e a “natureza” de um Estado abarca sistematicamente manifestações consistentes e compatíveis entre tais esferas. Em outras palavras, a estabilidade do sistema internacional depende da natureza das nações. Estados de verdadeira liderança trazem estabilidade para a ordem internacional; Estados que detém apenas força e poder coativo trazem o caos (Tabela 5).

Tabela 10- Natureza das Nações e Ordem Internacional de Xun Zi

Ordem Internacional	Natureza das nações		
	Verdadeira liderança	Hegemonia	Força
Paz e Estabilidade			
Desordem e Caos			

Fonte: Elaboração própria.

No confucionismo, os conceitos de ordem e desordem são empregados na análise política, em termos de uma explicação holística que o mundo humano é, afinal, parte do mundo natural. Seguindo esta lógica, a maior ordem de um sistema internacional, a situação clamada como “tudo-sob-ordem” (*all-in-order* - *dàzhì* - 大治), é aquela na qual todas as nações estão bem posicionadas e adaptadas por suas correlações favoráveis, o que é considerado como a condição necessária para relações de cooperação. Ao passo que uma situação de “tudo-sob-desordem” (*all-in-desorder* - *dàluàn* - 大亂) traz todos os perigos e as instabilidades de um sistema anárquico. Todos os problemas da existência, como o conflito e cooperação, a guerra ea paz, a felicidade e a miséria, teriam de ser levados em conta em virtude da *coexistência*. Portanto, a convivência é anterior à existência unitária de cada nação; a coexistência pauta-se na maximização da cooperação e na minimização dos conflitos. Essa raiz filosófica é refletida no mais novo termo empregado pelo Birô chinês em sua retórica para a interação internacional: a visão de que os países do mundo pertencem a uma “comunidade de destino comum”.

Sumariamente, Xun Zi postulava que as eram ideias e princípios políticos dos dirigentes governamentais, como concepções de maximização de cooperação e busca de “tudo-sob-ordem”, mais que as capacidades – recursos de poder duro - do Estado, que podiam causar mudanças no status de poder das nações. Tais considerações não se distanciam sobremaneira, apesar da distância temporal, das conceituações mais modernas clamadas pelo governo central chinês, para quem princípios morais de ordem

e estabilidade contínua figuram entre a retórica política. Configuram assim, comportamentos de poder e ensejos para lograr resultados preferidos domesticamente e no cenário internacional, mais que superestimação de seus recursos de poder.

Ainda tangente à teorização conceitual, no período da Guerra Fria, o termo mais usual era “hegemonismo” - *bàquán zhǔyì* 霸权主义 –com inflexão ideológica que fortalecia o aspecto comportamental do termo e que conotava agressão contra países mais fracos – por parte das superpotências Estados Unidos e URSS-, principalmente países em desenvolvimento (WANG; PAULY, 2013). Tais perspectivas certamente ressoam percepções compartilhadas de experiências negativas históricas chinesas com relação às potências européias e ao Japão. Assim, de fato, a desvinculação do termo “hegemonia” e de um comportamento hegemônico tem sido elemento-chave nos debates políticos chineses em prol da liderança na construção de uma “sociedade harmoniosa” e de um “mundo harmonioso”.

O governo chinês em setembro de 2005 propôs a nova política externa de "um mundo harmonioso", cuja ênfase está na construção de relações de amizade como questão chave de sua política externa. Em outubro de 2006, no 6º Plenário do 17º Congresso do Partido Comunista Chinês, o governo central reafirmou a construção de uma sociedade harmoniosa como tarefa de longo prazo do socialismo chinês, através da elevação da igualdade social e da justiça, como condições básicas para a harmonia social.

É interessante ressaltar que o ideograma em mandarim para o termo “política” significa “ordem justificada” ou “assuntos governamentais ordenados” (*zhènzhi* - 政治), indicando uma ordem civilizada que determine a sorte comum de todos os povos (destino comum). Tal ideograma define um conceito político não oposto, mas alternativo ao termo “política” enquanto a vida pública da polis grega. Conceito ainda anterior aos postulados confucianos, o objetivo da política era então criar harmonia entre todas as nações e todas as pessoas, sendo que esta harmonia fazia mais referência a uma política *global* do que a política de nações ou internacionais (LIU, 2012).

Além dos conceitos de guerra e paz, "harmonia" procura resoluções razoáveis de conflitos e segurança estável através da construção de correlações realmente confiáveis de benefício mútuo, a longo prazo, bem como a aceitação recíproca de valores do outro. Nesse sentido, a harmonia é um objetivo maior do que a paz, pois a paz é um subproduto de harmonia. Partindo da perspectiva conceitual chinesa de uma

consciência de mudanças intermináveis , o mundo é entendido como uma história sempre aberta de mudanças imprevisíveis nas formas de ordem e desordem, uma história de progresso linear nem para o fim da história, nem para um ciclo de fatalismo determinado.

O termo *hé* (和), já apresentado anteriormente, é a harmonia essencial ou suposição do não-conflito. Assume-se por esta concepção que quaisquer dois opostos em um processo são fundamentalmente não-conflitantes e que a contradição pode ser resolvida por meio da interação complementar antes da elaboração de uma nova síntese, na busca pelo equilíbrio de ordem e desordem. É válido lembrar nesse sentido que tanto o confucionismo quanto o taoísmo surgem de bases sedimentadas sob um rústica dialética (*yin e yang*). De maneira geral, a dialética chinesa não vê a contradição tese-antítese, mas argumenta em favor de co-teses ou complementação de inter-teses (CHENSHAN, 2005). Como as co-teses são, por sua natureza, não conflituosas, a relação fundamental entre duas concepções é justamente a harmonia, e não o conflito. Assim, faz sentido a busca por um “mundo harmonioso”, no qual ordem e desordem entram em equilíbrio, há busca pela maximização de ações cooperativistas, e não há supressão de perspectivas e costumes singulares de cada nação, mas sim um ordenamento justificável (política - *zhènzhi* - 政治) e interação.

A retomada de postulados confucionistas para a harmonização social impulsionou uma relativa sinicização (*zhōngguó huà* - 中国化) de teorias de relações internacionais, cujo expoente mais debatido tem sido a teoria Sistema *Tianxia*, elaborado pelo filósofo do Instituto de Filosofia da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Zhao Tingyang. A publicação de seu livro *Tianxia Tixi* (天下体系 – literalmente Teoria Tudo-sob-o-Céu²⁸⁶), em abril de 2005, fez dele um referencial nos círculos intelectuais da China, ajudando a estender sua influência para além dos limites da filosofia e abranger a esfera das relações internacionais. Sua teoria filosófica das relações internacionais tem tido um enorme impacto na comunidade de estudiosos de relações internacionais da China, incitando dúvidas e curiosidades.

Zhao (2005) foi motivado, bem como demais intelectuais chineses, por uma intenção de "repensar a China", de modo a repensar o mundo e desenvolver

²⁸⁶ ZHAO, Tingyang. The Tianxia System: An Introduction to the Philosophy of a World Institution (*Tianxia Tixi: Shijie zhidu zhexue daolun* 天下体系：世界制度哲学导论). Nanjing: Jiangsu Jiaoyu Chubanshe, 2005, 160 p. Ver também: ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept of All-under-Heaven (Tian-xia). *Social Identities*, Vol.12, Nº 1, jan.2006, pp 29-41.

visualizações chinesas e teorias da política mundial, dentro do âmbito de “revitalização²⁸⁷” da sociedade chinesa. O escopo é fornecer uma perspectiva chinesa nativa sobre as relações internacionais com a funcionalidade prática de preparar a China intelectualmente para um papel maior, mais construtivo e distinto nos assuntos mundiais. Como Zhao (2005, p. 7, tradução nossa) aponta:

O significado histórico de 'repensar a China' está na recuperação da capacidade própria da China para pensar, reconstruindo suas visões de mundo, valores e metodologias, e pensando sobre o futuro da China, conceitos chineses sobre o futuro e o papel e as responsabilidades da China no mundo.

Zhao (2005) cria novos conceitos sobre as instituições mundiais ao promover a idéia de *Tianxia* como a unidade pivô para analisar a política mundial. O autor encontra muitas inadequações nas teorias ocidentais já existentes de relações internacionais, inclusive a ênfase empregada nos Estados-nação como unidade de análise, numa clara contraposição ao sistema de Estados de Westphália. Em sua perspectiva, o mundo atual é ainda um “não-mundo”, e o problema real a ser enfrentado não são os “Estados falidos”, mas sim um “Mundo falido”, de desordem e caos – notavelmente relacionado à ordem internacional de desordem e caos liderado por uma potência com força coativa (sem “liderança verdadeira”) do qual fala Xun Zi.

Adicionalmente, julga que justamente as teorias ocidentais contribuíram para este “mundo falido” através da ênfase nas ações dos Estados-nação, e que a teoria *Tianxia*, que empresta seus principais elementos da filosofia chinesa antiga e que difere-se muito de um imperialismo ocidental, pode remediar tal deficiência crítica. Zhao (2005) argumenta que sua teoria oferece uma alternativa, um melhor modelo para uma futura ordem mundial que leve em consideração os interesses do mundo todo, não importando quais sejam seus elementos constituintes, de forma a alocar a concepção coteses supracitada. Em outras palavras, uma teoria de nova ordem mundial universalmente válida.

Tal teoria ganha dimensões relevantes de estudo na medida em que, além de representar mais de dois milênios de pensamento sobre governança e entendimento próprio do império chinês na dinastia Zhou (1100-256 a.C.), tem se tornado popular

²⁸⁷ Termo empregado enquanto objetivo nacional por Xi Jinping na nova diretriz política do país a partir do 19º Congresso Nacional do PCC. Fonte: XI, Jinping. *A Governança da China*. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltd, 2014.

novamente no século XXI por aparentemente combinar discursos tão contraditórios: patriotismo e cosmopolitismo. Isso porque se refere a uma estratégia teórica de ordem mundial supostamente alternativa e superior às demais ocidentais já propostas – a própria *Tianxia* -, que deve ser seguida e que, da mesma maneira, não exclui quaisquer outros povos e/ou elementos culturais e interesses nacionais, na qual nenhum povo é estrangeiro, e todos pertencem a uma só unidade de ordem, o “mundo”.

O conceito denso de *Tianxia* referente a “um mundo” consiste em três esferas, geográficas e normativas: 1) a Terra, ou todas as regiões geográficas sob o céu; 2) uma escolha comum feita pela sociedade mundial, ou seja, todas as pessoas do mundo, como um acordo universal; 3) um sistema político mundial com uma instituição global que assegure a ordem mundial. Assim, no conceito de *Tianxia*, o mundo é compreendido como consistente de um mundo físico (terras), um mundo psicológico (o sentimento geral da população), e um mundo institucional (instituições mundiais). Zhao (2005) reivindica que tal conceitualização relaciona “o mundo” como a mais importante unidade política ao seguir a relação “família > Estado > *Tianxia*”, distanciando-se das concepções ocidentais que têm “Estado-nação” como unidade última de análise. A idéia central é reconstituir o mundo de acordo com uma concepção familiar, ou seja, transformar o mundo num “lar” para todas as pessoas. Adicionalmente, destacam-se como elementos da teoria *Tianxia*:

- 1) Tem como princípio a “exclusão de nada nem ninguém”, ou, colocado em outras palavras, “a inclusão de todas as pessoas e todos os lugares”. Significa dizer que nenhuma nação é excluída ou isolada, já que nenhuma nação é essencialmente incompatível com as demais. Logo, nenhum povo é considerado “estrangeiro”. *Tianxia* é de todos e para todos, e para nenhum em particular. Assim, o direito de governar ou a legitimidade da governança no sistema *Tianxia* é, em teoria, aberto a todos.
- 2) Insiste-se na importância de uma instituição mundial como a mais alta unidade política e/ou autoridade capaz de liderar (e não hegemonizar) globalmente. Para a teoria, uma ordem interna depende de uma ordem externa, ou seja, uma ordem de nível menor, como a ordem entre os Estados-nação, depende sempre de uma ordem mundial de maior nível, no qual os Estados-nação são apenas partes constituintes. Aliás, para Zhou (2005), “internacionalidade” é um conceito ocidental inadequado para se pensar

numa ordem mundial. Contrariamente, ele propõe que o termo seja substituído pelo que ele chama de “mundialidade” (*worldness*), cujo escopo é mais abrangente e subsume os “interesses nacionais”.

- 3) Visiona-se um sistema mundial caracterizado por harmonia e cooperação sem hegemonia. A coerência do sistema deve ser mantida através da harmonia interna da diversidade. O caminho para tal harmonia é explicado por Zhao (2005) de forma a lembrar Teoria dos Jogos, e é dado através da “estratégia da imitação comum” e do “ótimo confuciano”. Enquanto a primeira é a chave para a formação de uma instituição mundial estável, na medida em que a imitação comum de todos os *players* com relação à melhor estratégia leva a um equilíbrio estável; o segundo preconiza que a harmonia deva ser atingida enquanto condição de benefício mútuo conforme os interesses comuns logrados através da cooperação sejam mais relevantes e maiores do que a persecução de interesses particulares. Zhao (2005) argumenta que a “ótima confuciana” é um avanço do “ótimo de Pareto” discutido na literatura ocidental²⁸⁸. A própria teoria sistêmica, segundo Zhao (2005), é mais abrangente e melhor do que foi o ideal do Império Romano, baseado nas conquistas militares; do que o universalismo cristão, que tentou a resolução de problemas políticos através da religião; e melhor que a concepção de “Paz Perpétua” kantiana, que, para ele, está repleta de imperialismo cultural unilateral.

Claramente, as assertivas filosóficas e teóricas de Zhao (2005) convidam a um ceticismo. Sua narrativa é baseada em uma distinção fundamental e absoluta entre uma China moral e um Ocidente imoral cujo sistema de pensamento individualista e o sistema mundial de Westphalia precisam ser transcendidos. O autor desconsidera uma longa tradição liberal do pensamento político ocidental conforme justifica a superioridade da teoria *Tianxia* em frases como: “o pensamento ocidental consegue pensar sobre conflito, mas somente o pensamento chinês consegue pensar sobre harmonia” (ZHAO, 2005, p. 15, tradução nossa). Há uma tendência em superestimar a

²⁸⁸ Dentro da Teoria dos Jogos, uma combinação de estratégias é “ótimo de Pareto”, se não se puder passar para uma outra de modo que nenhum jogador fique prejudicado e pelo menos um fique beneficiado. Trata-se de um conceito que analisa a eficiência social, relevante para o grupo de jogadores como um coletivo. Ver: Straffin, Philip. *Game Theory and Strategy*. Washington: The Mathematical Association of America, 1993.

tradição Hobbesiana ocidental de maneira a criar analiticamente um contraste útil com o ideal *Tianxia* de tradição chinesa.

Além disso, Zhao (2005) falha em delinear especificamente o caminho que levaria à criação e à manutenção desta instituição de governo mundial, tão relevante em sua teoria. A “imitação comum” falha em não levar em consideração que pode não haver consenso comum sobre qual seria a melhor estratégia a ser seguida rumo à ordem estável. Quanto à “ótima confuciana”, deve-se lembrar que pode não ser atingido consenso conceitual tangente aos interesses comuns percebidos como maiores do que os interesses particulares, bem como podem os interesses particulares serem mais fortes que um interesse comum mundial. De maneira geral, a visão romancizada de uma *Pax Sinica* do autor cria uma sensação de utopia de aplicação prática com relação aos seus postulados, faltando-lhe força persuasiva, e, muitas vezes, acaba por levar observadores e leitores a relacionarem a tal superioridade teórica *Tianxia* a uma forma de imperialismo ou hegemonismo chinês, termos dos quais o governo central da RPC se esforça tanto para se distanciar.

Não obstante a teoria *Tianxia* ser ainda muito recente e apresentar diversas brechas, seu esforço teórico é de suma importância no campo intelectual entre estudiosos chineses, sobretudo no aspecto do “repensar” o papel da China na atual ordem mundial em delineio e na “revitalização” da sociedade chinesa. Wang Hui (2003, p. 146), por exemplo, argumenta que para que se entenda a China, é essencial que se questione em termos de distinções absolutas:

Quais são os problemas da China? Ou, quais métodos ou até mesmo linguagens deveriam ser utilizados para analisá-los? [...] os binários reformismo/conservadorismo, Ocidente/China, capitalismo/socialismo, e mercado/planejamento ainda são conceitos hegemônicos, e assim os problemas dificilmente serão resolvidos.

Zhu Feng (2009) vê esta sinicização das teorias de relações internacionais como parte integrante de processo mais abrangente de ascensão da China, cujo objetivo é "provar" a reemergência da China, mesmo que o processo não tenha sido concluído. Embora o sistema *Tianxia* tenha sérios problemas teóricos, o livro teve considerado êxito em gerar capital social para Zhao (2005), além de aumentar o poder brando chinês através da fonte de um modelo universalmente válido de política mundial. A relevância da teoria *Tianxia* vem, então, menos de um argumento sutil, e mais de um

posicionamento estratégico discursivo chinês em suas redes de poder. Mais que um guia para uma ordem mundial utópica, *Tianxia* configura-se comum exemplo de trabalho de esfera normativa, no sentido de que ela recentraliza entendimentos chineses tangentes à ordem mundial como uma atividade patriótica em sua política doméstica.

Com efeito, os escritos de Zhao (2005) estão incorporados nas redes discursivas dos mais importantes líderes políticos chineses; certos temas do sistema *Tianxia* ressoam com a mais recente narrativa de política externa do governo central: justamente o “mundo harmonioso”. Somente cinco meses após a publicação de *Tianxia Tixi*, em setembro de 2005 o ex-Presidente Hu Jintao delineou seu plano de quatro pontos para o “mundo harmonioso” em discurso na ONU²⁸⁹. Desde então, a formulação do “mundo harmonioso” tem dominado as explanações chinesas acerca de seu engajamento responsável no sistema mundial. Os líderes do governo central passaram a examinar a diplomacia chinesa de uma perspectiva estratégica diplomática, explicitamente propondo suas fundamentações teóricas sobre o estabelecimento de uma ordem mundial e ditando princípios concretos que guiassem as práticas diplomáticas da China. Tal fato também revela que uma rede social mais ampla, incluindo *think tanks* e professores universitários, tem um impacto considerável nos debates de política externa em Pequim (GLASER; MEDEIROS, 2007). As teorias chinesas de relações internacionais e o novo padrão de atuação de grande potência da China a partir de sua reinserção internacional são enfatizados no *China's Diplomacy: Global Strategy (2013-2023)* como uma maneira de transcender as teorias e práticas ocidentais tradicionalmente mais agressivas:

[...] a China precisa transcender o fatalismo histórico sobre a inevitabilidade de conflito entre as potências estabelecidas e as ascendentes através de esforços para verdadeiramente evitar confrontação e conflito com os Estados Unidos sobre assuntos relevantes e construir um relacionamento de respeito mútuo e cooperação ganha-ganha [...] A China precisa transcender a teoria de poder e o determinismo de grande potência advogados pelas potências ocidentais através de árduos esforços no desenvolvimento teórico e acadêmico, [através] do estabelecimento do princípio de inclusão mútua e aprendizagem, da ilustração da diplomacia chinesa baseada no relacionamento entre grandes potências e outros atores estatais, e da apresentação da teoria e da prática chinesas relacionadas à manutenção do desenvolvimento pacífico em cooperação com a comunidade internacional (SIIS, 2013, p. 22).

²⁸⁹ HU, Jintao. Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity. Speech at the Plenary Meeting of the United Nations' 60th Session, New York, 15 set. 2005. Disponível em: [<http://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf>] Acesso em 10/03/2014.

A ênfase chinesa em harmonia e desenvolvimento pacífico deve ser levada a sério, já que a semiótica desempenha um papel importante na estruturação de objetivos e meios, além da própria elaboração da auto-imagem identitária nacional. Para além de concepções utópicas sobre “paz”, “desenvolvimento pacífico”, e “cooperação”, a construção da terminologia chinesa revela em seu bojo uma opção estratégica prática de maior inserção internacional, cujo escopo é criar um campo gravitacional para aceitação da China como uma superpotência – que não se caracteriza por uma ascensão recente, mas por uma re-emergência na ordem internacional. Em outras palavras, o governo da RPC, através de uma *escolha estratégica*, busca atrair os demais países para que estes cooperem com o desenvolvimento – sobretudo econômico – chinês, ao invés de gerar focos de conflito e tensão.

4.6 Dialética co-teses basilar da atuação *free-rider* chinesa no sistema internacional

As teorias delineadas pelo governo central do PCC, juntamente aos seus *think tanks*, têm como finalidade primeira apresentar aos demais países características intencionais e planejamento de um *player* com cada vez maior interação e inserção na ordem internacional. A reinserção chinesa representa não só uma mudança em sua política doméstica, iniciada mais fortemente com a Reforma e Abertura de Deng Xiaoping na década de 1980, como também uma mudança de país reativo e/ou isolado para país pró-ativo e engajado no cenário internacional. Em outras palavras, também um mudança de leva em conta a identidade nacional.

Como ensinamento antigo, a metáfora da água ensinada por Lao Zi pode dar vestígios do comportamento dos líderes chineses com relação a este processo de mudança e de retórica persuasiva, já que Lao Zi consegue aplicar o significado primeiro de Tao (*dào* - 道 - caminho/meio) do nível metafísico para o nível social e comportamental²⁹⁰. A metáfora da água indica que a melhor estratégia possível para lidar com as mudanças de grande complexidade é deixar fluir tão naturalmente como a água faz, em conformidade imediata a situações de mudança rápida, consciente dos limites das esferas de poder - portanto, ao mesmo tempo conservador - deixando espaço para possibilidades desconhecidas ou aceitando que o processo seja manejado de uma

²⁹⁰ De acordo com Ge (1991) e Nagel (1994), o Taoísmo continua a ser uma chave para a compreensão de muitos aspectos da cultura contemporânea chinesa.

maneira não tão perfeita e fechada, de modo a estar pronto para mudanças inesperadas. Uma boa compreensão de constante mudança no pensamento chinês pressupõe flexibilidade, elasticidade e compatibilidade. E são estes pilares que norteiam a proatividade do governo da RPC em sua forma de reinserção internacional, seja com relação às instituições ou às suas relações comerciais e diplomáticas.

A identidade da China em relação à sociedade internacional tem sido o quebra-cabeça central para os chineses desde 1840. Sinais de uma solução parecem ter surgido após a política de reforma e abertura na década de 1980, que afirmou o fim do isolacionismo chinês. Entretanto, os limites dessa adesão são cruciais para se pensar sobre a convergência ou o confronto desta identidade com o sistema internacional.

Numa concepção tradicional ocidental, a ideia de conflito é ontologicamente significativa, objetivamente existente, e aparentemente irreconciliável através de esforços humanos. A chave para a dialética Hegeliana é a exclusividade, na medida em que ela recusa em reconhecer que A está incluso em não-A, e/ou que A é capaz de mover-se num processo para se tornar não-A (KONDER, 2004). Se examinadas as teorias das relações internacionais ocidentais tangentes ao poder (teoria clássica e neo-realismo), à civilização (choque das civilizações), às normas (liberal construtivismo), e à sociedade (escola inglesa), o conflito dialético parece ser onipresente. Adicionalmente, conceitos-chave na definição de sociedade internacional incluem termos como interesses, valores, normas, instituições e identidade, como deixa claro a definição de Bull (1995, p. 13):

Uma sociedade de Estados (ou sociedade internacional) existe quando um grupo de Estados, conscientes de certos interesses comuns e valores comuns, formam uma sociedade no sentido de que se concebem como comprometidos por um conjunto comum de regras nas suas relações com o outro, e compartilham no funcionamento de instituições comuns.

Assim, para que a sociedade internacional exista, é necessária uma homogeneização, ou ao menos um consenso, sobre quais são esses interesses e valores comuns, o que segue a estrutura categórica dualística. Uma vez que oposições na estrutura dualística são vistas como essencialmente conflituosas, uma síntese só pode ser atingida quando um lado da oposição é eliminado ou totalmente absorvido.

Nesse sentido, de acordo com a dialética conflituosa interpretada aplicada à busca de identidade chinesa em sua re-inserção no sistema internacional, pode-se inferir

que ou a China aceita totalmente as instituições primariamente estabelecidas da sociedade internacional ocidental – agindo com um *comportamento integracionista*-, ou ela deverá “ascender” violentamente através da transposição da ordem internacional sustentada pelas instituições primárias – agindo com um *comportamento revisionista*. Por definição, a dialética conflituosa não abarca um espaço para um curso alternativo. Bleiker (1998, p. 94) argumenta que

Teoria internacional e conceituação ocidental em geral têm sido tradicionalmente baseadas na justaposição de opostos antagônicos bipolares, como racional/não-racional, bom/mal, justo/injusto, guerra/paz e caos/ordem. Um lado do par é considerado como sendo analiticamente e conceitualmente separado do outro. O relacionamento entre os opostos bipolares geralmente expressam superioridade, dominância normativa de uma entidade (como paz) sobre a outra (como guerra).

Na perspectiva chinesa, diferentemente da noção de Bull (1995), sociedade internacional não é uma entidade auto-suficiente; contrariamente, ela é um processo aberto de relações sociais em movimento. Regras, regimes, e instituições não são estabelecidos para governar ou *restringir* o comportamento individual dos atores numa sociedade, mas para *harmonizar* suas relações enquanto membros. Tal compreensão da sociedade internacional é baseada num processo de pensamento relacional e na dialética complementar (co-teses ou inter-teses), ambos originados nas tradições filosóficas e intelectuais chinesas, e que têm por foco “relações em processo”, cujo pivô de análise é “atores-em-relações” num todo sistêmico e orgânico (NISBETT, 2003).

Uma concepção de orientação relacional como tal aplica maior ênfase no contexto do que na individualidade independente dos atores. Uma vez que o contexto é primariamente definido em termos de relações complexas, essa perspectiva vê a sociedade internacional como uma rede de relacionamentos complexos. As relações em constante movimento constituem processos que definem e transformam a forma (comportamento) e a natureza (identidade) de agentes individuais. Os processos, portanto, definem e redefinem o comportamento relacional de um ator, salientando constante movimento, mudança, e transformação através de relações interativas e práticas intersubjetivas.

Como a unidade “atores” deve ser levada em conta como “atores-em-relações”, eles agem em termos de seus relacionamentos, que se transmutam numa sociedade de processos complexos (NISBETT, 2003). Regras e instituições são então designadas para

governar não os atores individuais, mas as relações entre eles; conforme as relações mudam, as identidades mudam. Por esse motivo é que a mudança fundamental de relacionamento entre a China e a sociedade internacional desde a reforma e abertura é tão significativa. Para o pensamento chinês, as mudanças são sempre constantes e os ajustes, portanto, são sempre necessários porque as relações em processo são fluidas e sujeitas a mudarem igualmente; mas, diante da dialética de co-tese complementar, não necessariamente a mudança deva ser através da eliminação total de uma identidade em favor de outra – perspectiva chinesa favorece concepção “um-e-outro”, ao contrário de “um-ou-outro”.

Esta transformação focada no processo e na complementaridade é definida como “continuidade através da mudança” (*tóngbiàn* - 童便), sendo que “mudança” faz referência basicamente a “mudança através de contextualidade” (QIN; WEI, 2008). A continuidade através da mudança e a mudança com continuidade têm sido o entendimento e a prática chineses com relação não só a sua reforma estrutural doméstica, como também a sua reinserção na ordem internacional e a sua maneira de lidar com as instituições internacionais. Tal comportamento reflete grande concepção estratégica, na medida em que a escolha contextual dos fluxos relacionais ganham mais importância do que um papel imediato e imutável – a escolha de uma papel integracionista ou revisionista – abrindo espaço para percepções contextuais do que é melhor para a consecução de resultados preferidos. Como já apontou Nye (2012, p. 18):

A inteligência contextual, a capacidade para entender um ambiente em evolução e para capitalizar as tendências, vai se tornar uma habilidade crucial para que os líderes convertam recursos de poder em estratégias bem-sucedidas.

Em consonância com a perspectiva de Nye (2012), para a noção de capitalização de tendências, está o conceito de *shì* (勢), que versa sobre a direção/tendência dos processos de mudança no qual atores agem e interagem. A concepção chinesa põe ênfase na compreensão da orientação geral do processo social e relacional em curso, ou na direção do processo de mudança, que por sua vez é moldado por múltiplos fatores e pode ser, por exemplo, impulsionado por poder, induzido por interesse, ou guiado por moralidade. Logo, noções como “contextualidade” e “tendências” são bem alocadas no pensamento estratégico do governo central da RPC. É especificamente neste sentido que, no momento da seleção e ênfase dos *frames* a serem utilizados como anteparo no

processo de interação com os parceiros estratégicos, o governo chinês intenciona compatibilizar as expectativas externas e domésticas com relação ao papel (ou papéis) que pode ser desempenhado pelo país na ordem internacional, de forma a ressaltar elementos da auto-imagem identitária da China.

Para Buzan (2010), o sucesso do desenvolvimento pacífico chinês nos últimos trinta anos deve-se a tal prática nas suas relações internacionais e tal entendimento da sociedade internacional: na lógica da dialética complementar, pares opostos interagem numa maneira não conflituosa, de forma a dirigirem-se para uma nova inter-tese que combina ao invés de homogeneizar. Nesse sentido, o fato de a China se considerar como socialista, país em desenvolvimento, orientada para o mercado, e grande potência no sistema internacional, revela a complexidade e multiplicidade da identidade da RPC. E, se se pode argumentar que a identidade fundamental chinesa foi modificada desde a adoção estratégica da reforma e abertura, tal argumento deve fazer referência a um aspecto fundamental desse processo: o fato de a China passar de um país isolado para um país membro da sociedade internacional.

Buzan (2010) argumenta que é relativamente mais fácil para a China aceitar as instituições westphalianas de soberania, diplomacia, e balanço de poder; mas é difícil, se não impossível, que aceite novas instituições estabelecidas como direitos humanos e democracia na concepção ocidental. Pode-se inferir que, para a China, *são relativamente mais aceitáveis instituições de orientação comportamental, do que instituições de orientação valorativa*. Isto porque as primeiras podem ser concebidas por cálculo de interesses, enquanto as segundas abrangem questões mais fundamentais de identidade. Sendo assim, a chave para uma interpretação de como atua a China em sua reinserção internacional – tal como a de Buzan (2010) -, é perceber como a identidade chinesa determina que o governo seja capaz de realizar mudanças através de uma continuidade, agindo de forma seletiva com relação às instituições da ordem internacional atual.

Tomando-se uma breve consideração sobre o caso da instituição “mercado”, pode-se figurar como funcionou para a China o conceito de *biàn* (变 – “vir a ser”), constituinte no processo de pensamento de orientação relacional e na dialética complementar de co-tese. Uma retomada histórica mostra como a China aceitou a economia de mercado enquanto instituição de uma ordem internacional, e como, junto a ela, o país gradualmente alterou sua identidade de uma economia rigidamente planejada

para esta economia de mercado, que, por sua vez, tem sido por muito tempo uma instituição primária do sistema internacional ocidental. O governo central da RPC adotou, desde 1949, um modelo de economia planejada, exercendo-o ao extremo durante o período da Revolução Cultural, logo, a aceitação inicial da economia de mercado como uma instituição primária não foi simples.

Isto porque, até então, “mercado” não era uma questão puramente de escolha econômica para a China, e sim relacionada à identidade chinesa enquanto um Estado socialista e à identidade do Partido Comunista Chinês (PCC) enquanto um partido revolucionário. Assim, o primeiro grande desafio chinês à época da reforma e abertura era a questão da aceitação chinesa da economia de mercado como instituição primária. Utilizando-se da perspectiva processual chinesa, o elemento chave para o desafio foi conceber de maneira distinta e complementar os dois opostos: mercado e planejamento. Pela assunção não-conflituosa e direcionamento taxonômico, economia de mercado e planejamento central foram vistos como inclusivos um do outro (A como sendo parte inclusiva de não-A), e não fixados na lógica categórica dualística.

O arquiteto da modernização, Deng Xiaoping, argumentava que havia elementos de economia de mercado no socialismo e elementos de planejamento econômico no capitalismo, e que isso refletia exatamente a natureza mutuamente inclusiva dos opostos (GITTINGS, 2005). Tal consideração foi resumida em dois provérbios muito utilizados por Deng: “não importa se o gato é brando ou negro, contanto que cace ratos” (不管黄猫黑猫, 只要抓住老鼠就是好猫 - *bùguǎn huáng māo hēi māo, zhǐyào zhuā zhù lǎoshǔ jiùshì hǎo māo*), e “atravessar o rio ao tocar as pedras”(摸着石头过河 - *mōzhe shítouguò hé*). Aos poucos, a China foi praticando a economia de mercado, dentro de um hall maior de planejamento econômico: o “socialismo com características chinesas”.

No ano de 2012, o governo central optou por aprofundar ainda mais as reformas no plano econômico. Em fevereiro daquele ano, o Conselho de Estado para Investigação e Desenvolvimento²⁹¹, junto ao Banco Mundial, produziram um informe intitulado

²⁹¹ Na direção do grupo Xi Jinping apontou Liu He, que estudou economia e finanças na Universidade de Harvard e é o novo diretor da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma do Escritório Central para Assuntos Econômicos e Financeiros. Em 1993, Liu fazia parte da equipe de Jiang Zemin que preparou a criação do sistema chamado "economia de mercado socialista", aprovada pelo Comitê Central – e foi o segundo grande momento reformador na história moderna da China.

“China 2030²⁹²”, para descrever o projeto de desenvolvimento pró-mercado. Em novembro, o mesmo *think tank* que ajudou a escrever tal documento deu a conhecer planos mais concretos sob o nome de “Projeto 383”. Esse plano, publicado semanas antes do Terceiro Plenário do 18º Congresso Nacional do PCC, foi uma clara indicação de que a China não intenciona falhar em sua reforma econômica. Propõe-se, a partir de tal Projeto, reduzir o papel do Estado em áreas como finanças, indústria, e política agrária, e deixar que as atividades econômicas sejam formuladas mediante políticas monetárias e impositivas.

O plano reconhece que as reformas devam ser integrais, coerentes com objetivos claros e concretos, com programas executáveis e ter capacidade para a aplicação efetiva. Ao mesmo tempo, explica que tal processo não pode ser alcançado em curtíssimo prazo, e que transformações rápidas e extensas são pouco realistas em um país de 1,3 milhões de pessoas.

Neste contexto, a nova zona de livre comércio em Shanghai (*Shanghai Free Trade Zone*) – a cidade mais internacional da China – é uma experiência avançada na reforma administrativa e na liberalização. Uma zona de livre comércio regula os investimentos estrangeiros através do uso do enfoque de “lista negativa”, que identifica os âmbitos em que estão proibidos ou restringidos investimentos estrangeiros, e, portanto, sujeitos a medidas administrativas especiais. Tal esquema inédito é novidade, já que permitirá aos atores estrangeiros ajudar a dar forma à relação entre o Estado chinês e o mercado. Novamente é aplicada a política “atravessar o rio ao tocar as pedras”. Em resumo, a Terceira Plenária tenta direcionar e mesclar as experiências da China, assim como as melhores práticas internacionais, com o fim de forjar um consenso para uma estratégia de reforma coerente que fomente um crescimento inovador.

Contrariamente, em relação à instituição de orientação valorativa como é o sistema democrático de governo, a avaliação é distinta. O atual líder do PCC e Presidente Xi Jinping declarou, no início de 2014, que o modelo democrático multipartidário ao estilo ocidental não seria adequado ou aplicado em Beijing. Para tal depoimento e referindo-se à aplicabilidade do modelo democrático ocidental na China,

²⁹² WORLD BANK. *China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society*. Washington, DC: World Bank, 2012. Disponível em: [http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/China-2030-complete.pdf]. Acesso em 12/03/2014

o novo governante chinês proferiu também um provérbio, mas de sentido contrário aos provérbios que Deng Xiaoping utilizara na década de 1980: “a fruta pode parecer a mesma, mas o gosto é bem diferente²⁹³” (同样的水果，不同的味道 - *tóngyàng de shuǐguǒ, bùtóng de wèidào*)

Tais perspectivas divergentes comprovam não só a seletividade chinesa no momento da consideração de instituições de orientação comportamental e valorativa, como também revela que muitos dos postulados clamados pelo governo central chinês fazem parte de uma estratégia de reinserção internacional. A retórica discursiva do PCC faz relação ao cooperativismo e à promoção de relações de caráter de ganho mútuo e recíproco (*win-win partnership*) para gerar influência gravitacional e contribuir para um cenário internacional estável – sobretudo após seu ingresso oficial na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001-, que possa alocar o contínuo desenvolvimento econômico da China. Em outras palavras, a China reforça sua escolha pela economia de mercado através de terminologia própria e esforços diplomáticos.

Da mesma forma, elege como retórica discursiva os postulados de não-ingerência, que retificam sua negação a aceitar instituições de cunho valorativo já existentes no cenário internacional, como a estrutura democrática liberal²⁹⁴ - vide seu distanciamento e/ou ocultação de dados de órgãos como a Anistia Internacional, o Comitê das Nações Unidas para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e de demais órgãos ou relatórios avaliativos relacionados aos direitos humanos.

No que tange aos órgãos de governança global, uma potência considerada “de status quo”, aceita as normas e regras existentes no cenário internacional e não busca alterá-los, já que se beneficia e está confortável e satisfeita com a ordem internacional ora posta. A China tem se beneficiado a partir do sistema internacional existente e continua sua trajetória de desenvolvimento rumo ao status de primeira economia mundial. Pode-se inferir que não há a aspiração em se transpor ou desafiar um sistema no qual se está sendo beneficiado. Nesse sentido, então, a China pode ser considerada de fato uma potência satisfeita com o status quo. Entretanto, seria um equívoco não

²⁹³ KRISHNAN, Ananth. Democracy Will not suit China: Xi Jinping. *The Hindu*, Beijing, 02 abr.2014. Disponível em: [<http://www.thehindu.com/news/international/world/democracy-will-not-suit-china-xi-jinping/article5863606.ece>] Acesso em 13/04/2014.

²⁹⁴ É importante ressaltar que o governo central do PCC de fato reconhece a China como uma *democracia*, mas não nos termos da estrutura democrática multipartidária liberal ocidental. Tal discussão transcende ao escopo desta pesquisa. Ver: YU, Keping. Democracy in China: Challenge or Opportunity? In: WU, Jingzhuang *et al.* (Eds.). *China in 2030*. Beijing: Central Compilation & Translation Bureau, 2011. Disponível em: [<http://www.ash.harvard.edu/extension/ash/docs/democracyinchina.pdf>] Acesso em 07/04/2014

considerar que a China, concomitantemente, não aceita postulados rigidamente impostos do sistema internacional; ao contrário, o governo da RPC argumenta que a ordem internacional ora em voga é falha, na qual existem inúmeros componentes injustos e irracionais a serem modificados. Partindo-se dessa perspectiva, a China pode ser considerada uma potência revisionista do sistema.

Para Ikenberry (2011, p. única), a maior influência chinesa no cenário internacional somada à deflação da credibilidade norte-americana não pressupõe necessariamente a derrocada da ordem internacional:

Não há mais dúvidas: riqueza e poder estão movendo-se do Norte e Ocidente para o Oriente e Sul, e a velha ordem dominada por Estados Unidos e Europa está abrindo caminho para uma ordem cada vez mais compartilhada com Estados emergentes não-ocidentais [...] Todavia tal narrativa alarmante não abarca uma realidade mais profunda: embora a posição dos Estados Unidos no sistema global esteja mudando, a ordem internacional liberal está viva, e bem. Os esforços [de revisão] tangentes à ordem internacional atualmente não são sobre seus princípios fundamentais. A China e outras grandes potências emergentes não contestam os princípios e regras básicas da ordem internacional liberal; eles pretendem ganhar maior autoridade e liderança dentro dela.

Se bem não é verdade que a maior inserção e pró-atividade de potências emergentes na ordem internacional represente a ascendência da ordem internacional liberal, como acredita Ikenberry (2011), também não se pode inferir que a China, juntamente às outras potências emergentes, pretenda sobrepor-se aos órgãos de governança global da ordem internacional. Como argumenta o intelectual chinês Qin Yaqing (2011, p. única, tradução nossa, grifo nosso):

[...] Definitivamente não se pode derrubar o sistema atual, pois há muita coisa boa nele. A precondição para nós é que, ao mudar o sistema internacional, precisamos evitar mais *desordem*. Ainda assim é preciso adicionar e abandonar algumas coisas, já que o sistema internacional precisa de reforma. Nesse ínterim, muito pode ser feito, como incluir demandas e interesses legítimos das potências emergentes – um desafio central para a governança global e internacional. Assim, basicamente não se pode dizer “elimine isto”, mas podem-se mesclar coisas boas de nossas práticas, nossa cultura, de nossas narrativas e tradições, ao sistema internacional já existente.

Com efeito, a breve análise do comportamento chinês com relação aos votos e proposições no Conselho de Segurança das Nações Unidas revela a maior pró-atividade

do governo da RPC e o maior nível de engajamento e coordenação deste país com a ordem internacional.

4.6.1 *Free-rider político*

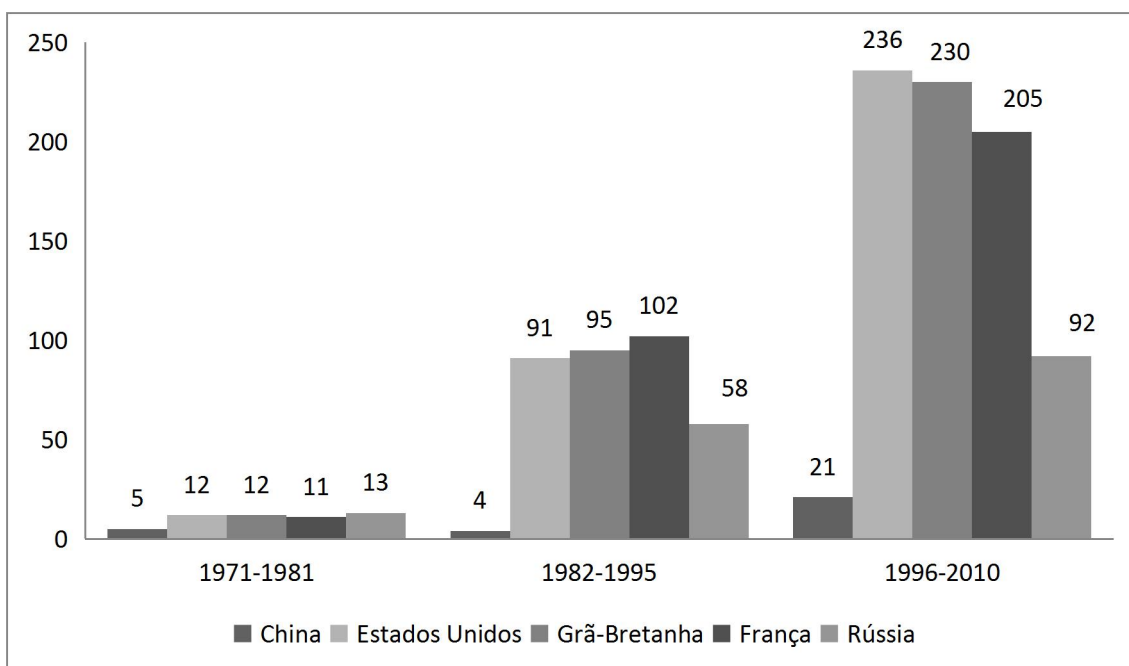
De acordo com Rai (1977), o montante de poder que um Estado possui na política mundial informa seu grau de atividade como patrocinador de resoluções no CSNU. A aparente indiferença de alguns países em relação à submissão de propostas seria um reflexo da consciência do país de que seu nível de influência sobre outros é baixo. Outros dois fatores determinantes seriam a importância geral que a país atribui a ONU e a importância do tema para a política externa do país. Para o autor, a análise do patrocínio de propostas não apenas revela o nível de atividade de diferentes membros, mas também clarifica suas posições sobre questões relevantes.

Nesse sentido, o comportamento da China por meio do exame dos padrões de votação e de proposições de resoluções do país no Conselho de Segurança da ONU de novembro de 1971, quando a delegação da RPC apresentou suas credenciais para o Secretário-Geral da ONU, até 2010, indica o maior engajamento chinês como forma expressiva de percepção de sua maior influência na ordem internacional.

De 1971 a 2010 foram apresentadas 1.772 propostas de resolução. O Gráfico a seguir apresenta a quantidade de propostas de resolução submetida por cada membro permanente em três diferentes períodos básicos de política externa chinesa²⁹⁵. Os países da tríade ocidental são os membros mais ativos no CSNU em termos de submissão de propostas como patrocinadores durante o período: os Estados Unidos patrocinaram 338 propostas, a Grã-Bretanha 336 e a França 317. A Rússia participou como patrocinador em 162 propostas de resoluções e a China em apenas 30.

²⁹⁵ Tal periodização é referente ao período de aproximação com os Estados Unidos (1971 a 1981), o da Política Externa Independente de Paz (1982-1995), e o período inaugurado pela estratégia do “desenvolvimento pacífico” (1994-2010) (CHENG; ZHANG, 2002). Cheng e Zhang (2002) defendem que a partir da metade dos anos 90 a China tem ajustado sua estratégia internacional e redefinido seu papel internacional tendo em vista sua percepção da mudança do equilíbrio global de poder e da melhora do poder nacional abrangente (*comprehensive national power*) da China.

Gráfico 14- Quantidade de Propostas submetidas por membros permanentes - por período (1971-2010)



Fonte: UNITED NATIONS (UN). *Resolutions adopted by the Security Council since 1946*, UN Documentation: Security Council. Disponível em: [http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/index.shtml]. Acesso em 20/03/2017. Elaboração própria.

Nos dois primeiros períodos de análise a participação da China como patrocinadora de propostas foi ocasional. Nos anos de 1975 e 1976, o país submeteu cinco propostas relacionadas à admissão dos Estados do Vietnã do Sul e Vietnã do Norte, em co-patrocinio com a União Soviética, mas que foram vetadas pelos Estados Unidos. Após quatorze anos, outras quatro propostas foram feitas entre 1990 e 1995: duas sobre territórios tutelados, uma sobre a situação no Camboja e outra sobre não proliferação de armas nucleares – todas em conjunto com os demais membros permanentes do Conselho. Os dados revelam indícios de uma mudança de comportamento da China em relação a proposições de resoluções no terceiro período de análise. De 2002, quando o país apresentou uma proposta de resolução relacionada ao Iraque, a 2010 serão vinte e uma propostas patrocinadas. Nos termos colocados por Rai (1977), o papel mais ativo da China em termos de proposições indicaria um aumento da percepção do país a respeito do crescimento de sua influência internacional e, por conseguinte, a geração de **expectativas domésticas** de que a China venha a ser uma **grande potência** influente e **responsável**.

Além de mostrar a crescente atuação chinesa, a análise das votações do Conselho de Segurança, de 1971 a 2010, revela uma tendência de aumento do grau de

consenso entre os membros do órgão. Neste período, o CSNU deliberou em 4.866 encontros formais, nos quais foram apresentadas 1.772 propostas de resoluções, sendo que 1.665 propostas foram aprovadas - resolução no. 302 (1971) a no. 1966 (2010)-, 102 foram vetadas e 5 não foram aprovadas por não atingirem o número mínimo de votos afirmativos necessários. Das 1.665 resoluções aprovadas, 1394 (83,72%) obtiveram voto afirmativo dos quinze países membro do CSNU. Apenas 271 propostas de resoluções foram aprovadas com abstenções ou votos negativos de membros não permanentes.

A análise dos votos revela que China é o país que mais se absteve em votações do CSNU durante todo período, com 124 abstenções, muito embora haja uma tendência de queda do uso desta prerrogativa a partir de 1982: a porcentagem de votos de abstenção da China em relação ao total de votos foi de 26,89% no período de 1971-1981; 4,99% de 1982 a 1995 e de 3,25% a partir de 1996. No total, a delegação chinesa esteve isolada em 50% dos seus votos de abstenção. Guilherme (1980) considerou que a China, até a década de 1980, não se comportou como uma potência revisionista ou revolucionária com relação ao Conselho de Segurança, já que suas oposições contestatórias verbais – o que ele chamou de “virulência verbal” e notadas na oposição às superpotências e na defesa do Terceiro Mundo - e não participação nas votações e abstenções não assumiram maiores proporções:

Tem sido um país de atitude conformista, por paradoxal que isto possa parecer. Sua característica principal, no Conselho de Segurança, adotando um comportamento pragmático, é a atitude de não participação na votação (GUILHERME, 1980, p. 95).

Embora a China seja o país que mais tenha utilizado deste tipo de manobra – chamada de “quinto estilo de votação” (*fifth voting style - dì wǔ tóupiào fāngshì - 第五投票方式*) -, houve não só uma queda relativa no uso de abstenções e ausências nas votações do CSNU, como também uma mudança qualitativa na forma do país expressar sua abstenção. Entre 1971 a 1981, ao invés de se abster formalmente a China preferia não participar das votações: usou esta prerrogativa em 58 das 64 vezes que se absteve. A delegação chinesa informava que “ao não participar da votação, dissociava-se da matéria votada na resolução” (S.PV/2257). No entanto, a partir de 1982 o uso deste mecanismo tem decaído, dando lugar às justificativas acerca das abstenções.

Certos padrões de justificativas são recorrentes nas declarações de abstenções chinesas: no período de 1971-1981 a justificativa de que as Nações Unidas atendiam a interesses imperialistas das superpotências (Estados Unidos e Rússia – ex-URSS) era comum; a reticência da China em relação ao uso de sanções – considerando que as sanções não atingem seus resultados esperados em termos de pressão política - forma o segundo grupo de justificativas recorrentes²⁹⁶; o último conjunto de justificativas está relacionado à posição chinesa contrária ao envio de forças de manutenção de paz, baseadas no argumento tangente à soberania estatal e da não interferência em assuntos internos de outros países²⁹⁷, muito embora este padrão de justificativa tenha sido alterado, e hoje a China é o décimo quinto país que mais contribui com pessoal para as missões de paz das Nações Unidas, com uma participação maior do que os demais membros permanentes do CSNU²⁹⁸.

A evolução da participação da China nas operações de paz da ONU revela que, embora a defesa dos princípios de soberania estatal e de não interferência nos assuntos internos de outros Estados continue a aparecer no discurso chinês no CSNU, não há mais uma oposição completa da China para aprovação e participação de missões de paz de caráter não tradicional²⁹⁹. A posição da China é decidida caso a caso, de acordo com o envolvimento e os interesses do país, e não apenas por princípios primários. Lampton (2008, p. 106) aponta que

Embora a assistência [chinesa] ao desenvolvimento seja geralmente limitada, ela está aumentando, e Beijing está começando a reconhecer

²⁹⁶ A razão deste ceticismo viria da percepção de que as sanções direcionadas contra a China após o massacre de 1989 na Praça da Paz Celestial não foram efetivas, uma experiência que informa os pressupostos sobre a utilidade desta estratégia para outros países (WUTHNOW, 2009).

²⁹⁷ Assim como nas abstenções, parte das justificativas para os vetos chineses – foram apenas cinco vetos no período 1971-2010, e mais quatro vetos de 2011 a junho de 2014 - tem se baseado em preocupações sobre a não interferência em assuntos internos de outros estados, como atualmente se constata nos casos da Criméia e da Síria. Analistas têm relacionado esta sensibilidade ao tema com a experiência negativa da China com a interferência ocidental no século XIX, bem como com a crença que o enfraquecimento desta norma poderia impactar os próprios interesses territoriais da China em áreas como Taiwan e Tibet (WU, 2001; HONGYING, 2000; WUTHNOW, 2009).

²⁹⁸ UN DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. *United Nations peacekeeping*, Factsheet, jun. 2010. Disponível em: [<http://www.un.org/depts/dpko/factsheet.pdf>]. Acesso em 20/03/2014.

²⁹⁹ A mudança de comportamento da China em relação às missões de paz tem se baseado em três fatores: 1) a percepção das vantagens que a participação em missões de paz poderia trazer para o Exército de Libertação Popular, como forma de melhorar suas capacidades e força de treinamento; 2) uma menor preocupação sobre as implicações da deterioração da norma da soberania, já que à medida que a China acumulou influência internacional, o país se tornou mais confiante de que poderia resistir a forças externas de intervenção nos assuntos internos da China (WUTHNOW, 2009); 3) e o fato de a China ter procurado responder as expectativas internacionais de que o país exerça função de poder responsável no sistema internacional, analisando o engajamento em operações de paz como uma forma do país projetar uma imagem mais benigna e harmoniosa no exterior (GILL; HUANG, 2009).

os ganhos de poder brando a serem atingidos através da assistência ao desenvolvimento e esforços humanitários, juntamente à contribuição militar.

Se antes o governo central da RPC relutava em assumir as responsabilidades inerentes a posição de membro permanente no CSNU, permanecendo passiva, não participando de muitos órgãos subsidiários e raramente patrocinando uma proposta de resolução ou usando o poder de veto (KIM, 1979), hoje aparentemente começa a aceitar que os constrangimentos decorrentes de sua atuação em fóruns multilaterais seriam preferíveis ao risco de isolamento e que sua participação ativa poderia melhorar a influência da China na ordem internacional (GOLDSTEIN, 2001), mesmo que ainda sua não seja percebida como um ator completamente responsável do sistema internacional (*responsible stakeholder*³⁰⁰). Lu Shiwei (2013, p. 40) pondera que

A diplomacia chinesa está em curso de transformação, passando de “reação passiva” para “tomar iniciativa” e de participação e integração no sistema internacional para moldá-lo, ou seja, modificando seu papel como “receptor” e “reativo” para um [papel] de “construtor” e “formulador” do sistema internacional.

Reflexo desta posição fortalecida é o aumento de vetos no período 2011-2014, ainda que os quatro vetos aplicados tenham sido relacionados ao caso do conflito sírio, todos acompanhados pelo veto também da Rússia³⁰¹. As justificativas dos vetos advogam pelo respeito à soberania síria e à resolução da crise através de diálogo político, e consideram que sanções ou ameaças apenas agravam a situação do país³⁰². Para a representação da China no CSNU, “A maior razão para o veto foi de que qualquer ação do Conselho de Segurança na Síria deveria ser consistente com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas” (CHEN, X., 2013, p. 275), encaminhamento

³⁰⁰ Termo cunhado em 2005 pelo então Secretário de Estado norte-americano Robert Zoellick ao clamar por um maior nível chinês de comprometimento com responsabilidades tangentes aos assuntos internacionais. Ver: ZOELLICK, Robert. Whither China: From Membership to Responsibility? *U.S. Department of State Archive: Remarks to National Committee on U.S.-China Relations*, New York, 21 set. 2005. Disponível em: [http://2001-2009.state.gov/s/d/former/zoellick/rem/53682.htm] Acesso em 20/03/2014.

³⁰¹ O conflito Sírio envolve o governo sírio de Bashar al-Assad e a oposição. As resoluções vetadas envolviam investigações de violações de direitos humanos e intervenção por meio de sanções às autoridades sírias. As resoluções vetadas por China e Rússia foram: S/2011/612, S/2012/77, S/2012/538, S/2014/348. Fonte: UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Security Council Veto List*. UN Documentation 1974-2014. Disponível em: [http://www.un.org/depts/dhl/resguide/scact_veto_en.shtml] Acesso em 20/03/2014.

³⁰² UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. 6627th Meeting S/PV.6627, 4.out.2011. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6627] Acesso em 20/03/2014.

que não teria sido seguido devido a pressões unilaterais dos patrocinadores das propostas relacionadas ao caso sírio (Estados Unidos, Reino Unido e França).

Em suma, mesmo haja **expectativas externas** de que a China assumira para si o papel de **ator responsável no sistema**³⁰³, o padrão comportamental seletivo quanto às resoluções, e de maneira geral quanto às instituições de ordem comportamentais e valorativas do sistema internacional, também instiga **expectativas externas** quanto ao possível papel de **ator geopolítico destabilizador**, pela sua atuação *free-rider* como forma de maior inserção na ordem internacional ora em voga.

Em sua conceituação original dentro do estudo em *A Lógica da Ação Coletiva* de Olson (1965), o *free-rider* é aquele que desfruta do bem coletivo³⁰⁴ eventualmente provido sem ter incorrido em qualquer custo para a sua obtenção. Isso ocorre seja porque a relação custo/benefício desestimula o ator a agir em prol de seus interesses, seja por ser impossível excluir o ator que não contribuiu com a ação do grupo dos beneficiários. Embora o termo seja muito específico no âmbito da vertente olsoniana (OLSON, 1965)³⁰⁵, o conceito de que os indivíduos poderiam receber os benefícios da atividade em grupo sem ter de suportar a sua parte proporcional dos custos foi um tema central e é comumente referido como característica da atitude *free-rider*. Olson (1965) afirma que quando está em pauta um bem público³⁰⁶, vale dizer, um benefício caracterizado pela impossibilidade de discriminação entre aqueles que contribuíram para o provimento do mesmo daqueles que não o fizeram, o membro racional³⁰⁷, em determinados casos, pode preferir não contribuir para a consecução do bem grupal. Isso porque o ator, mesmo não contribuindo com a consecução do benefício coletivo, poderia, em certas circunstâncias, usufruir de igual modo do bem em questão.

³⁰³ A primeira vez que o termo foi utilizado foi numa exposição oral do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Robert Zoellick. Paulatinamente, o termo foi ganhando expressividade nos círculos políticos mundiais e tomou consistência. Ver: “Robert Zoellick’s Responsible Stakeholder Speech”, 2005. Disponível em: [https://www.ncuscr.org/content/robert-zoellicks-responsible-stakeholder-speech] Acesso em 02/10/2017.

³⁰⁴ Olson (1999) define benefício coletivo como o benefício que, se for consumido por qualquer pessoa X_i em um grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não pode “viavelmente ser negado aos outros membros desse grupo” (OLSON, 1999, p. 26)

³⁰⁵ O autor explica a disjunção entre racionalidade individual e racionalidade coletiva assumindo que “mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais” (OLSON, 1999, p. 14).

³⁰⁶ Segundo Samuelson (1954), um bem público pode ser definido quando o consumo de cada indivíduo de um determinado bem não leva a subtração do consumo de qualquer outro indivíduo daquele bem. O que caracterizaria um bem econômico puro.

³⁰⁷ Olson (1999) define indivíduo racional como o indivíduo que procura realizar seus objetivos por meios “eficientes e efetivos” (OLSON, 1999, p. 77).

De fato, o conceito não tem uma definição precisa ou consistente dentro da literatura das ciências sociais. Sandler (1992) aponta que certas vezes, a atuação *free-rider* refere-se à situação de sub-otimização que caracteriza o equilíbrio não-cooperativo de Nash associado à provisão do bem público. Outras vezes, é relacionada à relação inversa entre a contribuição de um agente em particular, e a contribuição dos demais agentes. O comportamento é também relacionado à falha dos agentes individuais em transportar suas próprias preferências para o bem público através de suas contribuições.

A Teoria dos Jogos tem se tornado uma técnica usada para estudar problemas enfrentados em grupos de ação coletiva, como organizações internacionais. O Dilema do Prisioneiro tem sido usado como ponto de partida e, embora não delinhe formalmente o comportamento *free-rider* como o considera Olson (1965), ilustra de que maneira atores individuais perseguindo seus próprios interesses conseguem atingir benefícios que são sub-ótimos quando avaliados em relação aos interesses de nível grupal. Tradicionalmente, o Dilema do Prisioneiro representa a essência de uma situação de impasse, na qual a estratégia dominante é a não-cooperação (LIMA, 1990).

De acordo com Ostrom et. al (1994), o interesse e a escolha de comunicação de um ator com outro e/ou o interesse em aplicar sanções, numa estrutura institucional (“regras do jogo”) em que as ações dos jogadores são coordenadas, também são dimensões de um comportamento *free-rider*. Em outras palavras, um ator *free-rider* pode se beneficiar tanto de ações aplicadas por outros atores, portanto não contribuir ou não agir; quanto inferir ações para que tais benefícios sejam alcançados mais facilmente, sem que seus interesses próprios sejam restringidos.

Em suma, embora o conceito geral de *free-rider* seja difuso em seus vários usos, o comportamento individual de um agente é usualmente o contexto específico. Nesse sentido, tem-se que o comportamento individual chinês pode ser categorizado como *free-rider*, na medida em que a China apresenta traços de política doméstica e de política externa que ressaltam a busca da consecução de seus interesses nacionais, ou seja, a China adere às instituições internacionais conforme lhe convém. Entretanto, faz-se necessário frisar que o termo *free-rider* deve ser expandido, pois não só o comportamento chinês deve ser analisado também fora do âmbito das organizações internacionais, como a China tem buscado a consecução de seus interesses nacionais – e benefícios - exatamente pela inserção a tais organizações. Nesse caso, faz mais sentido a aproximação com a proposta neo-institucionalista, do ponto de vista metodológico, que

consiste em substituir o uso tradicional do modelo do Dilema do Prisioneiro, jogado uma única vez, pelo modelo do jogo repetido. A idéia é que a cooperação entre os Estados se dá de forma contínua e, portanto, envolve estratégias de reciprocidade e o ajustamento mútuo do comportamento dos jogadores no sentido da cooperação (SNIDAL, 1986).

O que parece um paradoxo num primeiro momento configura-se como um padrão comportamental estratégico: ao invés de se manter afastada das normas globais, a China aproxima-se delas de forma *seletiva*. Tal seletividade, conforme exposto anteriormente, vai ao encontro do pensamento complementar mais tradicional de teoria política chinesa de co-teses. De igual maneira, no que tange à sua linha de definição estratégias das parcerias, abre espaço para a lógica dual de sua estrutura (elementos defensivo-assertivos) sem que pareça que tal dualidade expresse uma contradição política.

Mesmo que o termo *free-rider* tenha origem ocidental e não apresente consenso quanto à sua tradução para o mandarim chinês – propõe-se a tradução para *miǎnfèi dāchéng chē* 免费搭乘车³⁰⁸ (YIN; LI, 2000)– a RPC reitera sua forma comportamental no cenário externo sem fazer referência direta ao conceito. Pearson (1999, p. 228) verifica que

Os líderes chineses repetidamente expressaram que poderiam e iriam adotar o que seria benéfico da economia mundial e evitariam os elementos negativos da integração, com base em uma visão de custos e benefícios para o país como um todo.

Além disso, é interessante apontar que os ideogramas utilizados para fazer referência ao conceito de “ator responsável” (*fùzérèn de lìyì xiāngguān zhě* - 负责人的利益相关者) no sistema, inferem que um agente seja responsável diante dos interesses mútuos. *Fùzérèn* (负责任) refere-se a “ser responsável” ou “tomar responsabilidade por algo”³⁰⁹, *lìyì* significa “interesse” ou “benefício”, e *xiāngguān* a “mutuamente relacionado” ou “estar inter-relacionado” (*de* - 的 - é uma partícula possessiva usada depois de um atributo; e *zhě* - 者 - é uma partícula usada depois de um verbo ou um adjetivo para indicar uma classe de coisas referentes, como “aquele que” ou “o qual”).

³⁰⁸ *Miǎnfèi* refere-se a “livre de encargos”, *dāchéng* significa “viajar” (sendo que *dā* significa “aderir” e *chéng* significa “caminhada” ou “tirar vantagem”), e *chē* é “veículo”. Em português, o termo *free-rider* pode ser traduzido como “caronista”.

³⁰⁹ Desmembrando ainda mais o ideograma, *fù* (负) refere-se à “responsabilidade” ou “carga”, *zé* (责) refere-se a “dever”, e *rèn* (任) a “confiar”, “suportar”, “comportar”.

Nesse sentido, para a concepção chinesa, um ator responsável direciona suas ações para a persecução de interesses revelados como comuns para o benefício comum (“benefício mútuo”). O pensamento tradicional de teoria política chinesa tem preferência pela complementaridade de “benefícios individuais” – portanto acoplar a heterogeneidade -, mais que uma homogeneização em um único benefício comum e/ou interesse comum. Partindo do pressuposto já apontado de que a China procura, ainda que dentro de suas concepções de “mundo harmonioso” e fazendo parte das normas internacionais, alocar seu próprio interesse nacional de forma a gerar resultados preferidos, não faz sentido para certos círculos políticos relacioná-la como um ator responsável no sistema, justamente verificado seu comportamento seletivo quanto às instituições de ordem valorativa no sistema internacional.

Destarte, depreende-se a íntima relação do comportamento do governo central da RPC com relação aos órgãos de governança global e aos mais relevantes assuntos globais com o conceito *free-rider* a partir da verificação empírica do padrão dinâmico da atividade chinesa nas conjunturas passada e atual. Ainda que a China tenha logrado estabelecer posicionamentos mais assertivos na resolução de temas globais e tenha clamado para si um papel cada vez mais responsável no sistema internacional, seu possível padrão de comportamento *free-rider* não tem escapado a críticas.

A primeira delas refere-se ao aparente paradoxo que a política externa chinesa cunha ao retoricamente clamar por seu desenvolvimento pacífico, e, concomitantemente, contribuir para tensões no relacionamento sino-japonês no caso das ilhas Diaoyu – conhecidas como ilhas Senkaku no Japão – no mar do Leste da China³¹⁰. Apesar do discurso de reivindicação de soberania das ilhas pelos dois países arremeterem a fatos históricos e de legitimidade sobre a posse da ilha, é possível que os interesses japoneses e chineses nas ilhas sejam guiados principalmente pela possibilidade da existência de grandes jazidas de petróleo na região e por ser uma região estrategicamente localizada,

³¹⁰ De acordo com a China, documentos históricos revelam a presença chinesa nas Ilhas Diaoyu (que significa “plataforma de pesca” – Diàoyú - 釣魚) desde o século XV e, mesmo que a China não tivesse estabelecido controle físico na região, havia o reconhecimento do status chinês enquanto governante dentro do sistema tributário regional estabelecido pelo império chinês, uma vez que as ilhas serviam como base de pesca e eram ligadas à administração de Taiwan. Taiwan foi cedida ao Japão pelo Tratado de Shimonoseki em 1895, após a guerra sino-japonesa. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e a partir da Declaração do Cairo (1943) e de Postdam (1945), que exigiram a retirada do Japão das ilhas Ryukyu, da Ilha de Taiwan, das Ilhas Penghu e das Ilhas Diaoyu, as ilhas passaram ao domínio dos Estados Unidos, e somente voltaram para posse do Japão em 1971 – sendo vendidas posteriormente para particulares. Atualmente, China e Japão passaram ambos a reivindicar soberania sobre as ilhas inocupadas, sendo que a China alega que, ao voltar Taiwan para a posse chinesa, a posse das ilhas automaticamente também passariam ao governo chinês.

de forma que tem havido pouco diálogo construtivo rumo à resolução entre os países envolvidos na disputa. A atitude agressiva chinesa foi percebida a partir da declaração, em novembro de 2013, de que o governo da RPC havia estabelecido a criação de uma nova zona de identificação de defesa aérea, o que exigiria que qualquer aeronave nesta zona cumprisse normas estabelecidas por Beijing³¹¹.

Vale destacar que, em que pese o fato de que exercícios militares e distúrbios na Guarda Costeira dos dois países possam gerar instabilidade na região e elencar a China como um **ator geopolítico desestabilizador** do sistema internacional, a reivindicação chinesa vai ao encontro de seus discursos de não-ingerência em assuntos internos de outros países e de respeito à soberania dentro do próprio âmbito da ONU, gerando também **expectativas externas** de que a China haja mais bem como um **ator regional de status quo**. A partir desta perspectiva, o discurso de desenvolvimento pacífico continua válido, desde que outros países respeitem a soberania nacional clamada pela China.

Além do caso das ilhas Diaoyu/Senkaku. Marshall (2010) ilustra com fato pontual a dúbia atitude chinesa – que ele chama de “Síndrome chinesa *free-rider*” - no que tange as expectativas de seu posicionamento na ordem internacional. Para ele, a China não tem contribuído para a estabilidade do sistema internacional na medida em que não se posiciona de maneira firme contra as atitudes belicosas da Coreia do Norte³¹², como fazem as demais potências do Conselho de Segurança, e, contrariamente, mantém relações comerciais diretas com Pyongyang. Assim, enquanto a China se propõe retoricamente comprometida com a não-proliferação nuclear na Coreia do Norte e com a estabilidade e paz na região da península, concomitantemente age de maneira permissiva no que se refere a estabelecer medidas punitivas a Pyongyang, como sanções econômicas mais fortes. Na perspectiva de Marshall (2010, p. única, tradução nossa, grifo nosso), a China

[...] quer um lugar na mesa onde as decisões globais são feitas. No entanto, questão após questão, a China está a provar-se como um *free-rider* [...] Em vez de tentar conter as tensões na península da Coreia, alimenta-os ao proteger a ala delinqüente de Pyongyang de prestação de contas. Em vez de somar seu peso aos esforços internacionais para

³¹¹ “How uninhabited islands soured China-Japan ties”. *BBC News*, 24.abr.2014. Disponível em: [http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11341139] Acesso em 25/04/2014.

³¹² Em 2009, a Coreia do Norte havia lançado míssil de longo alcance, provocando um confronto naval com um navio de guerra sul-coreano na Ilha de Yeonpyeong, no Mar Amarelo – ilha controlada pela Coreia do Sul.

conter regimes párias de Cartum a Teerã, procura vantagem comercial enquanto se esconde atrás do princípio supostamente sacrossanto da não-ingerência nos assuntos internos de outro país. O *comportamento amoral e egoísta* da China gera cada vez mais dúvidas e medo, e não respeito. Sua incapacidade em aceitar as responsabilidades que acompanham seu crescente poder enfraquece a cooperação e a estabilidade internacionais.

Kleine-Ahlbrandt (2009) compartilha de tal perspectiva ao considerar que o governo central da RPC tem pensado as questões globais primariamente em termos de seus próprios interesses, fato que põe a política externa chinesa em conflito com um posicionamento mais abrangente e de maior responsabilidade no cenário internacional. Para a questão da Coreia do Norte, a China estabelece uma atitude “dual-track” ao separar deliberadamente suas relações comerciais bilaterais com a Coreia do Norte dos assuntos políticos, delegando a responsabilidade do tema para os Estados Unidos. Tal atitude contempla o conceito fundamental de *free-rider*: beneficiar-se das ações de outrem ou de uma coletividade numa determinada situação, ou beneficiar-se de uma determinada conjuntura, sem contribuir efetivamente para o quadro.

De forma um tanto distinta, Lampton (2008) afirma que o caso da Coreia do Norte configura dois paradoxos de poder. O primeiro parte do fato de que, embora Beijing tenha capital diplomático e recursos de poder maiores e mais fortes que Pyongyang, a Coreia do Norte tem agregado sua fraqueza a um comportamento desestabilizador para gerar uma espécie de extorsão, já que sabe que a China está comprometida com a estabilidade da fronteira e da região (atuando como um **ator regional de status quo**), e que prefere uma península coreana dividida a uma península coreana unificada e fortificada sob a influência de outra(s) potência(s). Neste caso, a fraqueza pode ser convertida em força. O segundo paradoxo se baseia no fato de que, ainda que usualmente se considere que os fluxos comerciais da China para a Coreia do Norte sejam expressão de um poder remunerativo de atração, eles podem se revelar como poder coercitivo na medida em que Beijing pode usar a interrupção dos mesmos como uma ameaça.

Não obstante o caso da península coreana, o governo central da RPC não considera temas relacionados à proliferação nuclear no Irã – país fonte de suprimento energético à China – uma questão de urgência para impor sanções ou interferências externas, justamente por não querer comprometer importante fonte de suprimento energético para o contínuo desenvolvimento econômico do país, e inclusive aplicando

recursos de investimento para a infraestrutura local relacionada ao transporte de matérias-primas. O comércio da China com o Irã somou US\$ 45 bilhões em 2011, com investimento chinês totalizando US\$ 3 bilhões, apesar de ter decaído para apenas US\$ 400 milhões em 2013³¹³. Kleine-Ahlbrandt (2009) pondera que a China considera-se numa posição mais forte para defender seus interesses bilaterais, e que Beijing “[...] continua altamente relutante em assumir maiores encargos – sejam econômicos, políticos ou militares – preferindo agir como *free-rider*” (KLEINE-AHLBRANDT, 2009, p. única).

Questões de segurança energética também influenciam a política chinesa em relação ao Afeganistão, que por sua vez busca investimentos estrangeiros para explorar seus ativos. Após a abertura dos setores energético, de minerais e de matérias-primas pelo governo afegão para o investimento estrangeiro em 2007, a China rapidamente tornou-se o maior investidor com a compra pela *Metallurgical Corporation of China* (MCC) de participação no campo de cobre da *Mes Aynak*, cujos depósitos, localizados a 35 quilômetros ao sul de Kabul, contêm 5,5 milhões de toneladas do material. O acordo de mais de US\$ 3 bilhões fez dessa operação representante do maior investimento estrangeiro direto único feito no Afeganistão³¹⁴. Isto porque a MCC, de posse estatal, pôde oferecer um pacote de benefícios que seus concorrentes do setor privado não puderam arcar. O governo chinês ainda contribuiu com US\$ 230 milhões para a reconstrução afegã entre 2002 e 2011, e, desde 2006, permite a entrada sem tarifas de milhares de produtos afegãos no país³¹⁵.

Além disso, a China tem expandido seu acesso a ativos energéticos nos países vizinhos da Ásia Central. A segurança desses recursos, e as rotas de transporte terrestre ligando-os para a China, dependem, em parte, da situação no Afeganistão. Em dezembro de 2009, a China abriu um importante gasoduto que transporta gás natural do Turcomenistão através de Uzbequistão e Cazaquistão, áreas próximas ao Afeganistão que poderiam ser atacadas por guerrilhas que operam a partir do território afegão.

³¹³ “China – The Great Infrastructure Developer”. *China Briefing*, 27 mar.2013. Disponível em: [<http://www.china-briefing.com/news/2013/03/27/china-the-great-infrastructure-developer.html>] Acesso em 20/03/2017.

³¹⁴ O’DONNELL, Lynne. China’s MCC turns back on US\$ 3 b Mes Aynak Afghanistan mine deal. *South China Morning Post*, 21.mar.2014. Disponível em: [<http://www.scmp.com/news/world/article/1453375/chinas-mcc-turns-back-us3b-mes-aynak-afghanistan-mine-deal>] Acesso em 20/03/2017.

³¹⁵ “China – The Great Infrastructure Developer”. *China Briefing*, 27 mar.2013. Disponível em: [<http://www.china-briefing.com/news/2013/03/27/china-the-great-infrastructure-developer.html>] Acesso em 20/03/2017.

Doravante, em visita de Estado à Pequim em março de 2010, o chanceler afegão Zalmi Rassoul afirmou que o Afeganistão gostaria de receber investimentos chineses adicionais em seus setores de gás natural e de minério de ferro, e iria tomar medidas para assegurar uma melhor proteção dos cidadãos e das empresas chinesas no seu país³¹⁶.

Ao adquirir matéria-prima de regiões como Irã e Afeganistão, a China diversifica sua fonte de suprimento energético, garantindo acesso a regiões mais próximas e, assim, diminuindo custos e tempo de transporte desses bens até o país. Ademais, a importação de matéria-prima do Afeganistão, por exemplo, permite ao governo central da RPC um processo de desenvolvimento econômico interno geograficamente mais equilibrado, já que províncias mais ocidentais da China necessitam de recursos naturais disponíveis de mais fácil acesso. É o caso da região instável de Xinjiang, que seria beneficiada com o fortalecimento do comércio chinês e suas regiões fronteiriças de Afeganistão e Paquistão, país que também tem recebido investimento estrangeiro direto chinês considerável nos últimos anos³¹⁷.

De acordo com pesquisas da Anistia Internacional³¹⁸, a China também está envolvida em exportações de armamento para regiões como Irã e Sudão em troca de matéria-prima para suprir seu rápido crescimento econômico - fluxo comercial cujo valor atinge US\$ 1 bilhão por ano. Entretanto, configura-se como um comércio “envolto em segredo”, porque Beijing não publica qualquer informação sobre transferências de armas no exterior e não apresentou dados para o Registro anual da ONU sobre Armas Convencionais nos últimos oito anos. O Sudão teve suas exportações de petróleo para a China aumentadas de US\$ 1,8 bilhão em 2006 para US\$ 4,1 bilhões em 2007, permanecendo como o quinto maior fornecedor da China. O país vendeu em média 244.000 barris diários de petróleo para a China, comparados a 463.000 barris/dia do Irã e 644.000 barris/dia da Angola. Além disso, a China é maioria acionista em dois dos maiores consórcios de petróleo sudaneses – através da *China's National Petroleum Corporation* (CNPC) -, com participações inclusive no campo de Darfur, e investiu, só

³¹⁶ “Karzai visit yields major pacts”. *China Daily*, 25 mar.2010. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-03/25/content_9637982.htm] Acesso em 13/03/2017.

³¹⁷ “China set to make huge investentes in Pakistan”. *Khaleej Times*, 03 mar.2014. Disponível em: [http://www.khaleejtimes.com/biz/inside.asp?xfile=/data/opinionanalysis/2014/March/opinionanalysis_March4.xml§ion=opinionanalysis] Acesso em 20/03/2017.

³¹⁸ AMNESTY INTERNATIONAL (AI). *People's Republic of China Sustaining conflict and human rights abuses*. Amnesty International ASA 17/030, 06.jun.2006. Disponível em: [http://www.amnesty.org/en/library/info/ASA17/030/2006] Acesso em 12/04/2017.

no ano de 2007, US\$ 8 bilhões na indústria petrolífera do país, incluindo investimentos em infraestrutura e refinarias (HARMAN, 2007; CANNIING, 2007).

Como se percebe, o governo do PCC igualmente tem articulado interesses de âmbito político com interesses em âmbito econômico. Seus interesses econômicos em regiões de conflito induzem as **expectativas externas** de que o governo central da RPC desempenhe um comportamento preferencialmente *free-rider* e de **ator geopolítico desestabilizador**, e não de ator responsável, no sistema internacional.

4.6.2 Seletivo econômico

No âmbito do CSNU, por exemplo, o discurso referente ao respeito à soberania nacional e a não-ingerência em assuntos internos de outros países acabam por revelar o receio Chinês de que, se aplicadas sanções a estes países com os quais mantém importantes fluxos comerciais, haja o corte do fornecimento de suprimentos estratégicos energéticos para a China – como exemplificado pela sua abstenção no caso da proposta de intervenção em Darfur³¹⁹.

Adicionalmente, interesses estratégicos de cunho econômico formariam um conjunto de razões mais fortes para os vetos da China nas questões sobre Myanmar. O país é a porta de acesso da China para o Oceano Índico e um parceiro importante na estratégia chinesa, conhecida como *String of Pearls* (PERHSON, 2006), para melhorar suas capacidades marítimas na região³²⁰. Myanmar também tem sido um receptor de investimentos chineses, especialmente no setor energético. Além disso, há a percepção de que o enfraquecimento do regime de Myanmar devido a uma intervenção externa poderia criar uma ambiente de instabilidade que seria prejudicial para o próprio governo central do PCC (WUTHNOW, 2009). Tal estratégia política reflete uma atitude seletiva também no que tange aos mecanismos de concertação econômico-comercial multilateral.

Após inauguração com seu engajamento ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (*U.N. Development Program* – UNDP) em 1978, a China começou a participar de variadas organizações internacionais na esfera econômica multilateral.

³¹⁹ A RPC se absteve de votar nas Resoluções referentes ao Sudão de 2004 a 2010 (S/RES/1556, S/RES/1564, S/RES/1591, S/RES/1593, S/RRES/ 1672, S/RES 1706, S/RES/1945), que demandava o desarmamento de militantes em Darfur e sanções econômicas ao país. Necessidade de consentimento do Governo da Unidade Nacional (S/RES/1706), respeito à soberania nacional (S/RES/1593) e ineficiência das sanções como forma de resoluções de conflito (S/RES/1672; S/RES/1591; S/RES/1556) formam o padrão de justificativas das abstenções chinesas em relação ao Sudão.

³²⁰ Para Pehrson (2006), a estratégia *String of Pearls* é uma manifestação da maior influência geopolítica da China por meio de esforços para aumentar seu acesso a portos e campos de pouso, desenvolver relações diplomáticas especiais e modernizar as forças militares desde o Mar do Sul da China até o Estreito de Malaca, pelo Oceano Índico e pelo Golfo Pérsico

Desde 1980, a RPC integrou-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), além do Banco de Desenvolvimento da Ásia (*Asian Development Bank* – ADB) e, mais recentemente, da Organização Mundial do Comércio (OMC). A adesão da RPC nas organizações internacionais formais mais do que duplicou entre 1977 e 1997 (de 21 para 52 organizações) – no ano de 2013 participa de 72 -, enquanto que sua participação em organizações internacionais não governamentais disparou durante o mesmo período de 71 a 1.163³²¹.

Na visão do governo central, à China é designada importante função de contribuir para reverter o desenvolvimento fragmentado e fracionado da governança econômica global. Pretendem, neste sentido, avançar no curso da liberalização do comércio global através de uma plataforma central: a Organização Mundial do Comércio (OMC) (SIIS, 2013). Esta crença tem sido lapidada através da retórica da “comunidade de destino comum” utilizada nos recursos discursivos por Xi Jinping a partir do 19º Congresso Nacional do PCC.

Todavia, ainda que a China, após seu ingresso na organização, não possa ser considerada um *free-rider* nos termos especificados pela própria OMC³²², não se pode esperar igualmente que o governo central chinês abandone seus princípios de planejamento econômico doméstico em prol de uma maior responsabilidade comercial em relação aos regimes e práticas internacionais, de forma que também apresenta um caráter seletivo na esfera econômica da ordem internacional. Corrobora com tal afirmativa o fato de a China, em seu documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023*, ter apontado que dará ênfase em três pontos-chave³²³ para sua atuação na governança econômica global, sendo o primeiro deles os esforços para a melhora substancial da qualidade do próprio crescimento econômico da China, que envolve aumento de comércio exterior e investimentos e um maior nível de desempenho

³²¹ CHINA DEVELOPMENT BRIEF (CDB). *Chinese NGO Directory Database* 2013. Disponível em: [http://www.chinadevelopmentbrief.cn/?page_id=908] Acesso em 12/05/2014.

³²² Um termo casual usado para fazer referência a um país que não acata nenhuma concessão comercial que não provenientes de cortes tarifários e concessões feitas por outros países em negociações sob o princípio da Nação-mais-favorecida. Fonte: WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *WTO Glossary*. Disponível em: [http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/free_rider_e.htm] Acesso em 15/04/2014.

³²³ Basicamente estes pontos-chave são: 1) crescimento qualitativo da economia chinesa e inovação do “socialismo de mercado” chinês; 2) colaboração para o aumento da capacidade de desenvolvimento dos demais países em desenvolvimento e aumento de voz dos mesmos na governança econômica global; 3) aceleração das políticas de cooperação e coordenação, mormente através da plataforma do G20 (SIIS, 2013).

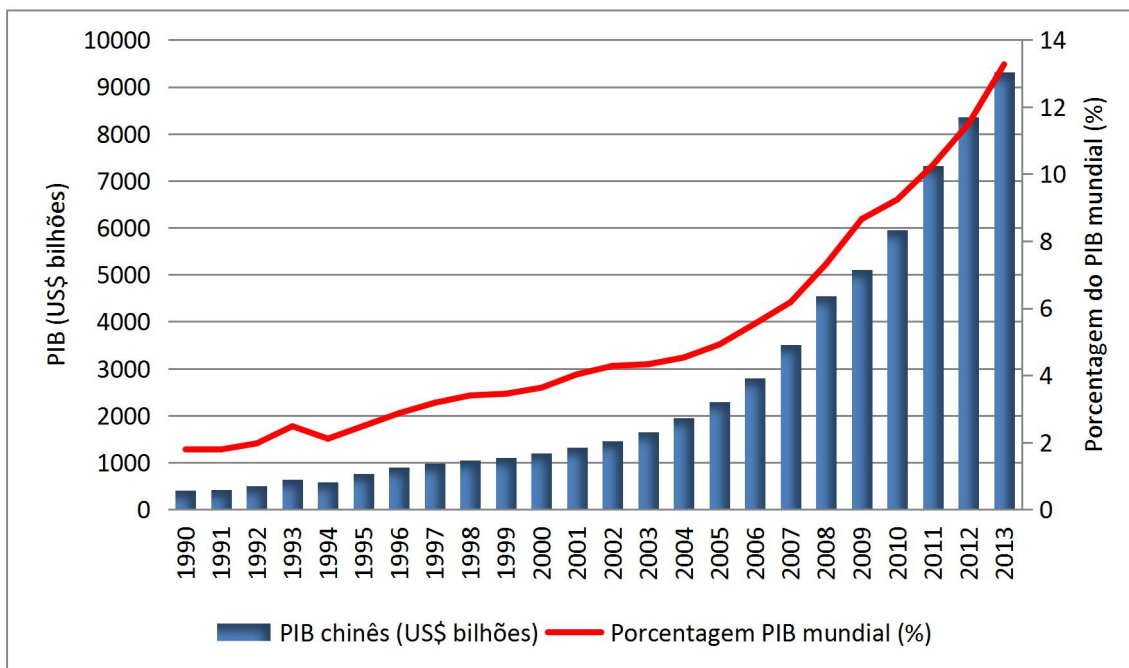
financeiro; somados ao amadurecimento do “socialismo de mercado” através de constante inovação da teoria e do sistema socialista (SIIS, 2013, p 18).

Infere-se, nesse sentido, que o comportamento e a atuação chinesa nos assuntos econômicos internacionais, e também nos fóruns de governança, estão intimamente articulados com o desempenho doméstico dos assuntos econômicos chineses e com o processo de reestruturação do socialismo com características chinesas. Em outras palavras, sua atuação internacional depende de sua satisfação econômica nacional.

No que tange à Organização Mundial do Comércio (OMC), o ingresso formal da China em 2001³²⁴ foi mola-mestra para a maior dinâmica comercial deste país com o globo. Durante os doze primeiros anos como membro da OMC, a China teve crescimento do PIB a taxas acima de 8% ao ano – com picos de 10,5%-, aumentando significativamente o tamanho de sua economia de US\$ 1,3 trilhões em 2001 para US\$ 9,31 trilhões em 2013 (Gráfico 15). Passou de sexta para segunda maior economia mundial, atrás apenas de Estados Unidos; também passou a ser o maior país exportador e o segundo país importador do mundo, e o maior país destino de Investimento Externo Direto (IED) entre países emergentes, com a abertura de 34.700 novas empresas estrangeiras no país. Tais transformações também foram acompanhadas de diversificação das relações comerciais chinesas. Em 2010, a China se tornou principal parceiro comercial de Austrália, Brasil, Japão, e África do Sul; e em 2011 o maior parceiro da União Européia, ultrapassando os Estados Unidos. Comercializou com o mundo, em 2013, US\$ 4,16 trilhões (US\$ 2,21 trilhões em exportações e US\$1,95 trilhão em importações).

³²⁴ Em julho de 1986, o governo da RPC já havia submetido pedido para participação como membro e parte contratante ao Secretariado do GATT. Em novembro de 1995 requisitou formalmente pedido de ingresso na OMC, e em dezembro de 2001 tornou-se o 143º país membro.

Gráfico 15- PIB da China (US\$ bilhões) 1990-2013



Fonte: WORLD BANK. *GDP growth rates Databank*, 2013. Disponível em: [http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG] Acesso em 12/04/2017. Elaboração própria.

O acesso chinês à organização providenciou ao país relativa segurança no acesso a mercados visados pela China, e ajudou a reforçar o papel chinês nas cadeias produtivas do Leste Asiático, bem como gerar **expectativas externas** em relação ao possível papel de **ator econômico-financeiro estabilizador** no cenário internacional. Além disso, a preparação para o ingresso na OMC, bem como a implementação dos termos de acesso, tiveram reflexo principalmente no corte de tarifas e de diversas barreiras não-tarifárias, representando um estímulo significativo para a competitividade da economia local (LARDY, 2002).

Ao abarcar tal regime de comércio, e ao perceber que seus setores comerciais domésticos estariam aptos para a exposição à competição externa, a China inaugurou um ambiente mais favorável a investimentos, através da abolição, revisão e promulgação de mais de 3.000 leis e regulamentações comerciais a nível governamental e 190.000 a nível local, a maior revisão legislativa da história para que se pudesse estabelecer o sistema legal consistente da OMC. Dentre tais reformas, estava a criação de um regime tributário eficiente desde 1994, com o imposto de renda e o imposto sobre o valor acrescentado como base (NORONHA; PANG, 2004). Para a China,

implementar as condições de acesso à OMC envolveu uma abertura ainda maior de seu mercado, maior transparência através das notificações e dos comitês da OMC, e um engajamento maior com a comunidade internacional. O foco chinês no interesse sistêmico comercial pode ser ilustrado, por exemplo, pelo fato de que a China tem sido o mais freqüente mediador nas disputas da OMC, sendo mediador em 79 resoluções de controvérsias (WENHUA; HUANG, 2011). Além disso, após seu ingresso na organização, a China estipulou suas taxas tarifárias de acordo com a OMC, o que significou uma queda de 43,2% de tarifa média para apenas 9,8% como limite tarifário médio para mais de 5.000 produtos. Um bom exemplo é o grão de soja, exportado em grande quantidade pelo Brasil à China, cuja tarifa foi diminuída de 60% para 3% (WTO, 2013).

Adicionalmente, a China teve de lidar com o reforço de leis de propriedade intelectual (*intellectual property rights* – IPR), barreiras técnicas comerciais (*technical barriers to trade* – TBT), e padrões sanitários e fitossanitários (*sanitary and phytosanitary Standards* – SPS). Os esforços apreendidos para o progresso substancial de implementação das regras da OMC devem-se também a programas de treinamento oferecidos sobre as regulamentações da organização, com a participação de ministros e governadores chineses. Diversos centros de estudos sobre regulamentações da OMC foram instalados em cidades como Beijing, Shanghai, Shenzhen, entre outras, para que também providenciassem treinamentos para empresas e representantes de governos locais afim da colaboração para legislações locais, adaptações comerciais. Mais de 3.000 diferentes tipos de livros sobre as regras da OMC foram publicados na China em 2002 (PANITCHPAKDI; CLIFFORD, 2002).

A participação de um país tão relevante em termos econômico-comerciais como a China em fóruns de debates sobre protecionismo e regulamentações de agricultura do G20 e do G33, e seu suporte a países em desenvolvimento, de fato, fazem da OMC uma organização comercial mais balanceada. De um novo membro que apenas observava o funcionamento regulatório da organização e participava passivamente dos litígios envolvidos, a China passou a ser um membro ativo e a participar formalmente como mediador na solução de controvérsias da organização, de acordo com Gao (2007) a China passou de um membro passivo *rule-taker* para um membro ativo *rule-maker*.

No entanto, sua ampliada e mais ativa participação nos regimes comerciais também reflete sua abordagem pragmática e seletiva com relação aos mesmos. De

acordo com Wenhua e Huang (2011), a China se aproxima de disputas da OMC numa base caso a caso, ao invés da aplicação de qualquer estratégia pré-definida de prevenção de litígios.

O país, por exemplo, tem sido ativo em negociações de Acordos Preferenciais (*Preferential Trade Arrangements* – PTAs), contando com 11 PTAs até 2010 e mais 11 em negociação (WTO, 2013a), o que reflete o fato de a China ser um parceiro atrativo não obstante a ameaça potencial que suas exportações possam oferecer às manufaturas domésticas dos demais países. Todavia, a China não apresenta um modelo único para seus PTAs, como o fazem Estados Unidos e União Européia, e seus acordos negociados com os diferentes países variam substancialmente no que tange ao conteúdo: alguns abarcam apenas o comércio de bens, outros incluem setores de serviços e investimentos. Além disso, a China tem-se mostrado seletiva não só por assinar PTAs de contextualização vaga para posteriormente negociar detalhes com suas contrapartes, como também por não mostrar grande preocupação com a compatibilidade destes acordos às regras gerais da OMC³²⁵. Uma pré-condição não negociável tem sido exigida pela China aos seus possíveis parceiros para a consecução de seus acordos preferenciais: reconhecê-la como uma economia de mercado. Tal reconhecimento torna as exportações chinesas menos vulneráveis a ações arbitrárias anti-dumping, status que é de fundamental interesse no planejamento do governo central do PCC.

Um segundo fator relevante nas negociações iniciadas por Beijing no âmbito da OMC, e fator de suas escolhas para propostas de PTAs, tem sido o intento em aumentar e assegurar o acesso chinês a matérias-primas. Tais acordos têm sido parte do arsenal de instrumentos diplomáticos utilizados pelo governo da RPC a fim de assegurar a segurança de recursos estratégicos, já que, em linhas gerais, a assinatura de um PTA num processo não confrontacional de negociação, pode prover um contexto de melhorias para operações de grandes empresas estatais chinesas ligadas ao setor energético – como no caso do PTA assinado com a Austrália, e os acordos de comércio regional (*Regional Trade Agreement* – RTAs) com o Paquistão, o Peru, e o Chile. Ainda que a China não seja tão agressiva quanto os Estados Unidos em utilizar de PTAs para abrir mercados de seus parceiros, o potencial de tais acordos para facilitar e aumentar as

³²⁵ De acordo com o Artigo XXIV, todos os acordos preferenciais devem abarcar substancialmente todo o comércio entre os parceiros. Em parte, essa atitude flexível chinesa com relação ao regulamento da OMC pode ser relacionada ao fato de que os acordos assinados pela China são com países que ela classifica como “em desenvolvimento”, e tais acordos de fato não estão sujeitos ao Artigo XXIV, mas a regras mais flexíveis da “Cláusula de Habilitação” (WTO, 2010).

exportações num momento em que a RPC enfrenta pressões protecionistas dos próprios Estados Unidos e da Eurozona, parece exercer atratividade aos interesses econômicos domésticos chineses.

Apesar dos esforços para a adequação às regulamentações comerciais internacionais, a China tem sido criticada pelo excesso de intervencionismo do Partido Comunista nos assuntos econômico-comerciais e pela governança inadequada a nível provincial. De acordo com Aaronson (2010, p. 41):

No nível nacional, o Partido Comunista muitas vezes está disposto a ignorar seus comprometerimentos internacionais a fim de manter o poder. Ademais, o Partido Comunista é dono e opera, ou está ligado a, empresas privadas em setores chave como transportes, energia, e sistema bancário. Muitos estão descrevendo o governo tanto como um concorrente de mercado como um árbitro.

Com efeito, as empresas estatais (*stated-owned enterprises* – SOEs³²⁶) chinesas constituem mais de 40% do PIB chinês – o que representa um lucro de US\$ 396,5 bilhões, em 2013 - e cerca de 47% do emprego industrial na China³²⁷ (LIANG, 2012). Uma vez que a RPC necessita que as grandes empresas estatais gerem empregabilidade por um período considerável, e tem a intenção de aumentar as exportações nacionais ao trazer novas tecnologias e práticas de gestão ao país (**expectativas domésticas** de que o país esteja em compasso com uma **sociedade em modernização e revitalização**), o governo central mantém o subsídio e financiamentos a custo baixo a estas empresas estatais providenciando, simultaneamente, incentivos para que empresas estrangeiras vislumbrem a China como plataforma inicial de exportação e criem competitividade no mercado doméstico. Segundo Medeiros (2006, p. 387),

A máquina de crescimento chinesa não se deslocou para as empresas estrangeiras e suas exportações, mas permaneceu fortemente assentada nos investimentos públicos, na exportação das empresas estatais e na expansão do consumo. O investimento público das empresas estatais manteve a sua função de liderar o ciclo de investimentos da China e o processo de mudança estrutural.

³²⁶ As empresas são consideradas como SOEs se a participação da propriedade estatal exceder os 10%.

³²⁷ O setor privado emprega 48,6% da população e o setor de propriedade coletiva 4,2%.

Ou seja, de acordo com a equação do PIB sob a ótica do dispêndio [$PIB = C + I + G + (X - M)$]³²⁸, o setor estatal teve e tem singular importância no desenvolvimento chinês – valores mais representativos em I e G.

Ainda que o setor público estatal perca espaço relativo como participação do PIB chinês e no emprego de mão-de-obra para propriedades privadas e coletivas no longo prazo³²⁹, o setor estatal continuará a desempenhar um importante papel na política econômica do país. Primeiramente porque o governo central do PCC não manifestou interesse em tornar a China o bastião do capitalismo de livre mercado. Ao contrário, o governo busca aprimorar-se no “socialismo com características chinesas” - como apontado pelo documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023* -, que exige um papel de destaque para a propriedade estatal. Soma-se a isso o fato de que a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (*State Assets Supervision and Administration Commission*- SASAC), criada em 2003 e responsável por gerir os ativos estatais, articulou uma série de indústrias designadamente estratégicas³³⁰ para a segurança e a economia nacionais, de forma que elas permaneçam majoritariamente ou grande parte sob o controle do governo.

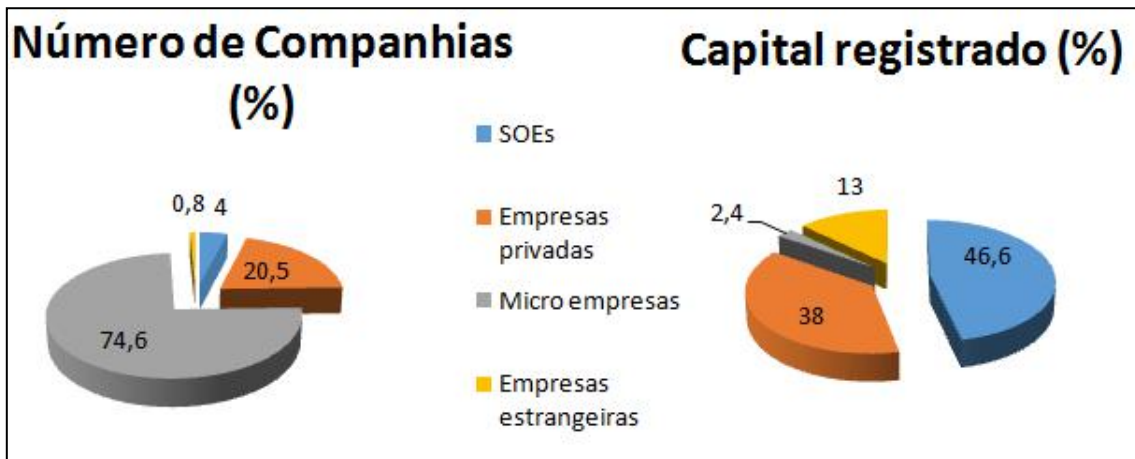
O slogan oficial do governo chinês com relação às SOEs é torná-las maiores, melhores e mais fortes (*zuòdà, zuòqiáng, zuǒyòu*- 做大, 做强, 左右), bem como “formar uma estrutura otimizada [no setor das SOEs], fortalecer a capacidade de inovação e a competitividade internacional [...]” (LIANG, 2012, p. única). Em termos de número de empresas, o setor privado prevalece, com um número de 11,6 milhões, além de outras 42,2 milhões de empresas menores em nome de individuais e 442 mil empresas estrangeiras. Entretanto, as SOEs apresentam um número muito maior em termos de montante de capital. Apesar de apenas 4,1% das firmas serem SOEs, elas contam com 46,6% de capital registrado, contra 38% registrado pelas firmas privadas, 2,4% pelas empresas menores e 13% das empresas estrangeiras.

³²⁸ C = consumo privado, I = investimento das empresas, G = gastos/consumo público, X = Exportações, M = Importações.

³²⁹ No ano de 2010 a proporção de empregabilidade era maior para as SOEs: 49,4% para empresas estatais, 46% para empresas privadas, e 4,5% para setor de propriedade coletiva (LIANG, 2012).

³³⁰ Setores de aviação civil e petroquímicos, máquinas e equipamentos, aço e químicos. A lista referente ao ano de 2010 pode ser encontrada em: [<http://www.sasac.gov.cn/n2963340/n2971121/n4956567/4956583.html>] Acesso em 12/05/2017.

Gráfico 16- Número de Companhias Chinesas por Propriedade e Montante de Capital Registrado julho de 2013 (%)



Fonte: STATE-OWNED ASSETS SUPERVISION AND ADMINISTRATION COMMISSION OF THE STATE COUNCIL (SASAC). *Lista de Empresas Centrais* (央企名录), 2013. Disponível em: [http://www.sasac.gov.cn/n1180/n1226/n2425/index.html] Acesso em 04/05/2017. Elaboração própria.

Na perspectiva de Chen Duanjie (2013, p. 1, tradução nossa),

As estatais da China não operam pelas regras normais de comércio. Eles são, de fato, uma ferramenta muito poderosa da política industrial do governo chinês, que visa uma expansão implacável de seu império econômico global. O crescimento espetacular das estatais da China nas últimas duas décadas, a uma taxa inigualável por praticamente qualquer outro setor, tem sido impulsionada pela vontade do governo chinês, que fornece insumos baratos ou gratuitos - como o acesso ao capital - a fim de criar poderes corporativos globalmente dominantes. Há também a vantagem competitiva chinesa que vem [acompanhada] não apenas com salários mais baixos para os trabalhadores, mas também [por um] comportamento que pode ser considerado irresponsável em um contexto ocidental³³¹.

Com efeito, em dezembro de 2008 os Estados Unidos apresentaram reclamação na OMC sob a alegação de que a China provia subsídios às suas empresas sob a condição de que elas lograssem certo critério de desempenho exportador, e que tal condição era inconsistente com o Artigo 3º do Protocolo de Adesão da China na

³³¹ “China’s SOEs do not operate by the normal rules of commerce. They are, in fact, a very powerful tool of the Chinese government’s industrial policy, which is aimed at a ruthless expansion of its global economic empire. The spectacular growth of China’s SOEs over the last two decades, at a rate unrivalled by virtually any other sector on earth, has been driven by the will of the Chinese government, which provides cheap or free inputs — such as access to capital and real estate — in order to create globally dominant corporate powers. There is also the Chinese competitive advantage that comes with not just lower wages for workers but also behaviour that would be considered irresponsible in a Western context.”

organização³³². O caso teve resolução no ano seguinte, tendo a China confirmado as condições para eliminar ou modificar as medidas envolvidas na reclamação, a fim de eliminar quaisquer provisões relativas ao contingente exportado e aos benefícios financeiros.

Adicionalmente, os baixos custos de trabalho praticados na China vêm implicando dificuldades para a indústria em vários países. A consolidação de uma economia mundial integrada transformou-se, com a entrada da China, em desafios para os países em desenvolvimento, já que o “[...] governo chinês segue utilizando mecanismos de política industrial para distorcer preços de mercado de modo a favorecer o crescimento de empresas e setores previamente escolhidos”, dado que as “leis e regulamentações na China ainda estimulam a transferência de tecnologia, os subsídios à exportação e o uso de insumos locais” (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 364).

Não obstante as objeções aos incentivos chineses direcionados para suas empresas, mormente as de propriedade estatal, que gerariam “efeitos desestabilizadores” (DAVIS, 2012) nos padrões de comércio internacional, há o fortalecimento das pressões para a valorização do câmbio chinês. A desvalorização da moeda chinesa tem constituído objeto de controvérsias entre os países, especialmente devido a seus efeitos sobre o comércio internacional a partir do peso que tal desvalorização apresenta na competitividade do desempenho exportador chinês – deixa as mercadorias mais competitivas. A China é particularmente sensível às acusações sobre manipulação cambial, em boa medida porque 30% do PIB chinês se explicam pelas suas exportações (TRADING ECONOMICS, 2014).

O país é apontado como o maior interventor nos mercados cambiais do mundo, tanto em termos de relevância econômica quanto de montante de intervenção. De acordo com estudos do *Peterson Institute for International Economics* (PIIE, 2012), um país considerado agressivamente interventor a fim de manter sua moeda desvalorizada precisa apresentar quatro critérios básicos: 1) reservas cambiais que tenham ultrapassado seis meses de importações de bens e serviços no ano de 2011 - de acordo com critérios comuns para reservas cambiais adequadas, o limite é de três meses de importações de bens; 2) apresentam reservas cambiais que tenham crescido mais rápido do que seu PIB entre 2001 e 2011; 3) apresentem conta corrente excedentária maiores que a média (em percentagem do PIB) entre 2001 e 2011; 4) apresentem rendimento

³³² WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *China — Grants, Loans and Other Incentives, DISPUTE DS387*, 19.dez.2008. Disponível em: [http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds387_e.htm] Acesso em 01/04/2017.

nacional bruto per capita em 2010 de pelo menos US\$ 3.000, que é aproximadamente a média de 215 países pelo método de rankings do *World Bank Atlas*.

A China foi o maior interventor, somando cerca de US\$ 3,3 trilhões de reservas no final de 2011. O comércio da RPC rendeu US\$ 1,5 bilhão por dia durante o ano de 2007, e o superávit da conta corrente chinesa atingiu os 10% do PIB naquele ano. Desde então, sobretudo devido às conseqüências da crise internacional e da conseqüente volatilidade dos mercados financeiros, o superávit chinês tem gradualmente decaído, mas ainda trouxe US\$ 1 bilhão por dia no ano entre 2008 e 2011 (PIIE, 2012). Em junho de 2010, a China aceitou reiniciar um processo de lenta valorização de sua moeda. A Banca Internacional de Pagamentos (*Bank for International Settlements* - BIS) afirma que entre fevereiro de 2007 e janeiro de 2010, o câmbio real do yuan aumentou 10,7%. Desde meados de 2011, a taxa de câmbio efetiva real chinesa subiu quase 20% (BIS, 2013).

De 1994 a 2005, um dólar era equivalente a cerca de CN¥ 8,30. Sob pressão de Washington, os chineses revalorizaram sua moeda para CN¥8,11 em 2005 e permitiram-lhe apreciar lentamente em um sistema gerenciado flutuante, com uma banda de oscilação diária em torno de 1% para cima ou para baixo. No ano de 2013 o yuan valia entre CN¥6,04 e CN¥6,09 para um dólar. Atualmente, o yuan é negociado a CN¥6,24 para um dólar – uma quebra diante da valorização que vinha sofrendo -, e teve a ampliação da banda de oscilação diária do yuan para até 2%³³³ (THE PEOPLE'S BANK OF CHINA, 2014). Mesmo a este nível, estimativas do *Peterson Institute for International Economics* (PIIE, 2012) mostram que o yuan ainda estaria desvalorizado em torno de 40% em relação ao dólar. A situação da moeda chinesa é também verificada nas declarações do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), de que o yuan estaria "moderadamente desvalorizado"³³⁴. Para Thorstensen (2010, p. 58),

O caso da desvalorização chinesa pode ser encarado como uma transferência de fundos do governo chinês aos exportadores, no momento em que troca moeda americana por moeda chinesa por um valor controlado pelo próprio governo. A ação do governo fica evidenciada pelo acúmulo de reservas.

³³³ Ao permitir que a moeda oscile numa faixa maior, o governo central da RPC também cria barreiras para frear a entrada de capital especulativo.

³³⁴ MURRAY, Brendan. Yuan's Real Exchange Rate Undervalued 5%-10%, IMF Report Says. *Bloomberg*, 01 ago.2013. Disponível em: [<http://www.bloomberg.com/news/2013-08-01/china-s-real-exchange-rate-undervalued-5-10-imf-report-says.html>] Acesso em 05/05/2017.

Diante de tal estratégia chinesa, os Estados Unidos realizaram proposta de Lei de Reforma Monetária para o Comércio Justo (*Currency Reform for Fair Trade Act* - H.R. 2378³³⁵), aprovada em 2010, que prevê a aplicação de medidas compensatórias contra importações originárias de países com a moeda desvalorizada, como a China. O projeto é justificado sob o argumento de que a desvalorização da moeda chinesa torna suas exportações mais baratas do que seriam se a taxa de câmbio fosse variável pelo mercado, o que prejudica o crescimento econômico e a criação de empregos nos EUA. Utiliza-se inclusive um argumento do economista Paul Krugman, que estima que o câmbio chinês reduz o PIBnorte-americano a uma taxa de 1,4% ao ano. Dessa forma, se o câmbio variasse conforme o mercado, os produtores estadunidenses seriam mais competitivos e mais empregos seriam criados.

É importante ressaltar que a RPC não é o único país que manipula sua moeda, e desvalorizações da moeda de um país não são tipicamente vistas como ilegais sob a lei internacional. Na verdade, Cline e Williamson (2010), do *Institute for International Economics*, estimam que as moedas de Hong Kong, Malásia, Singapura e Taiwan também são subvalorizadas em 25% a 32%. Também para o lado chinês, as críticas quanto à desvalorização do renminbi são excessivas, não merecendo o câmbio chinês ser culpado pela falta de dinâmica das demais economias. Tal avaliação sobre a valorização do renminbi pode ser resumida nas palavras do ex-Premier chinês Wen Jiabao no encerramento do Congresso Nacional Popular Chinês em março de 2012 – logo após as recomendações de valorização do yuan pelo FMI, e direcionando-se aos Estados Unidos: “O que não entendo é depreciar a moeda própria, e tentar pressionar outros para apreciá-la, com o fim de aumentar as exportações. Em minha visão, isso é protecionismo³³⁶”. Na avaliação da diretora chinesa do Instituto de Pesquisa de Economia Mundial, Chen Fengying,

O ambiente externo mudou. O Fed começou a diminuir a flexibilização quantitativa. As moedas dos países vizinhos se desvalorizaram. Por que aqui não pode desvalorizar também? No futuro, haverá mais oscilações. E a situação atual é boa para as exportações do país. No ano passado [2013], a contínua valorização do yuan exerceu fortes pressões às empresas exportadoras. Houve uma

³³⁵ UNITED STATES OF AMERICA (USA). *Text of the Currency Reform for Fair Trade Act H. R. 2378*, 111º Congresso 2º Sessão, 29 set.2010. Disponível em: [https://www.govtrack.us/congress/bills/111/hr2378/text] Acesso em 20/03/2017.

³³⁶ “China and Germany unite to impose global deflation”. *Financial Times*, 16 mar.2010. Disponível em: [http://www.jfki.fu-berlin.de/faculty/economics/team/persons/schularick/Wolf_Chernany.pdf]. Acesso em 12/04/2017.

visível queda de competitividade do país no mercado internacional (*apud* CRI ONLINE, 2014, p. única)

As fortes pressões para a valorização do câmbio chinês são também provenientes da constatação da competitividade das exportações chinesas: com a maior valorização do yuan, a China consumiria mais (os preços das importações mundiais diminuem), como já planeja a nova direção do PCC, e exportaria a preços menos competitivos (o preço das exportações chinesas aumentam), fato que poderia melhorar a corrente de comércio dos países centrais, mais atingidos pela crise internacional de 2007/2008, na medida em que a competitividade das exportações de tais países aumentasse. Segundo tal perspectiva, se a China continuar mantendo o câmbio desvalorizado, há grandes chances de que os protecionismos aumentem, agravando um cenário em que, como reação quase natural a um período de crise, muitos países tendem a voltar-se para a resolução de impasses domésticos (TAYLOR; WILSON, 2009). Tal reação é de fato, na maioria das vezes, refletida por um aumento do protecionismo como medida para garantir a manutenção e o crescimento da indústria local (ERIXON; SALLY, 2010).

Assim sendo, durante um período de crise, medidas de proteção de barreiras tarifárias e não-tarifárias à indústria doméstica, como por exemplo, os regulamentos técnicos³³⁷, comumente se proliferam e podem se tornar barreiras à entrada de produtos importados no mercado doméstico. A proliferação exagerada desses regulamentos em tempos de crise podem também ter efeito de distorção sob o comércio internacional, uma vez que impactam diretamente o fluxo de mercadorias entre os países (BUTTON, 2004). De acordo com Carvalho e Silveira (2012), nos anos de ápice da crise internacional (2008 e 2009), as notificações de regulamentos técnicos na OMC aumentaram, sendo o líder dessas notificações justamente o maior mercado importador da China: os Estados Unidos.

A recomendação publicada pelo FMI em fevereiro de 2012, no documento intitulado *China Economic Outlook*³³⁸, aponta que a fraca conjuntura global reforça a importância de que o governo da RPC reequilibre sua economia (**expectativa externa** sobre o papel de **ator econômico-financeiro estabilizador** da China), que, a seu ver,

³³⁷ Um produto objeto de regulamento técnico só pode ser comercializado se as exigências estipuladas por este regulamento forem observadas.

³³⁸ FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *China Economic Outlook*, 06 fev.2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/country/CHN/rr/2012/020612.pdf>>. Acesso em 20.jan.2013.

significa não só reformar o setor financeiro e empresarial, como também aumentar o consumo interno e diminuir a dependência do crescimento do PIB dos investimentos. Com efeito, o governo do PCC liderado por Xi Jinping vem desempenhando planejamento para a reestruturação e maior flexibilização do setor financeiro e empresarial – a partir do já citado “Projeto 383³³⁹” - e incentivando o aumento do consumo interno como participação no PIB chinês a partir do Terceiro Plenário do 18º Comitê Central do PCC, em novembro de 2013³⁴⁰. O governo fixou como objetivo para 2020 que toda a população urbana e rural duplique as rendas per capita em relação a 2010 - que eram US\$ 7.519 (OECD, 2014) -, o que elevaria o poder de consumo da população chinesa.

Além disso, o prometido incentivo à maior atuação privada no setor empresarial, como forma de melhor alocar recursos, ameniza as pressões internacionais tangentes aos subsídios direcionados para as SOEs. O objetivo geral das discussões no Terceiro Plenário do PCC e da publicação do documento *Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Some Major Issues Concerning Comprehensively Deepening the Reform*³⁴¹ é retomar os incentivos a profundas reformas, que foram iniciadas na direção de Deng Xiaoping a partir de 1978, e estagnadas na última década.

Não obstante o anúncio de reformas em tais setores e a influência das políticas monetárias e de comércio chinesas no quadro econômico global, ainda interessa à RPC manter seus níveis maciços de reserva monetária. Li (2008) considera que

Para que a China mantenha altas taxas de superávit em sua conta corrente, outras economias devem manter altas taxas de déficits [...] De uma perspectiva global, o superávit chinês na conta corrente tem sido inteiramente absorvido pelos déficits na conta corrente norte-americana. Se os Estados Unidos não apresentarem mais altas taxas de déficit em sua conta corrente, e a Europa minimamente não começar a apresentar altas taxas de déficit, será muito difícil para a China sustentar seu superávit. (LI, 2008, p. 89)

³³⁹ CLARK, Eugene. Project 383 promises a more competitive and open China. *China Org*, 09 nov.2013. Disponível em: [http://www.china.org.cn/opinion/2013-11/09/content_30543345.htm] Acesso em 12/05/2017.

³⁴⁰ Em geral, as novas liderança do Politburo chinês têm usado frequentemente o Terceiro Plenário para revelar seus planos e prioridades políticas e lançar reformas políticas e econômicas. O Terceira Plenário do 11º Congresso do PCC, em dezembro de 1978, confirmou a liderança de Deng Xiaoping e marcou o início de "reforma e abertura" na economia da China. Mais recentemente, a terceira sessão plenária do 14º Congresso do PCC, em novembro de 1993, aprovou formalmente a “economia socialista de mercado” na China, lançando as bases para importantes reformas econômicas lideradas pelo então premier Zhu Rongji.

³⁴¹“Full text of resolution on CPC Central Committee report”. *Xinhua News*, Third Plenary Session of 18th CPC Central Committee Documents, 2013. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/special/18cpcnc/2012-11/14/c_131973742.htm] Acesso em 20/03/2017.

Para o comissário de comércio da União Europeia, Karel De Guch, por causa do peso econômico que a China tem no comércio mundial, o governo da RPC não pode permanecer isento de maiores responsabilidades:

Muito importante ao tomar responsabilidade no sistema global de comércio é seguir um número de disciplinas com respeito à exportação de crédito, com respeito ao dumping, aos subsídios, ao capital barato e assim por diante [...] Você [China] não pode ser uma das maiores economias do mundo e ser um *free-rider* ao mesmo tempo (*apud* BBC NEWS, 2013, p. única).

Em suma, a atitude seletiva da China em relação às instituições e aos fóruns de governança global é tanto reflexo de uma base tradicional teórica – e filosófica – de política chinesa, como figura enquanto instrumento ou manobra estratégica para aumentar o leque de possibilidades de escolhas comerciais e políticas em sua re-inserção ativa na ordem internacional. Re-inserção esta, logo, articulada para compatibilizar as necessidades e aspirações domésticas do país com as possibilidades externas do contexto global. De acordo com Lu Shiwei (2013), as reformas pretendidas por Xi Jinping a partir do Terceiro Plenário do 18º Comitê Central do PCC,

[...] tem definido as condições para o desenvolvimento pacífico da China, ou seja, manter condições para os interesses centrais da China é pré requisito e base para seu desenvolvimento pacífico. O não-sacrifício de interesses centrais da China destaca a determinação da nova direção coletiva central em defender a integridade territorial da China e a soberania [...] estas observações mostram a estreita *combinação de princípios e táticas* (LU, 2013, p. 46, grifo nosso)

É nesse sentido que se pode interligar diretamente as esferas de política diplomática chinesa de concepção de “desenvolvimento pacífico” e “mundo harmonioso”, com o interesse prioritário do Politburo chinês na esfera econômica: não só garantir o seu contínuo desenvolvimento nacional, como *criar condições externas que possibilitem tal crescimento*. Dessa maneira, um planejamento estratégico é necessário para traduzir conceitos (teorias), por exemplo, o desenvolvimento pacífico chinês, em práticas. Tais estratégias são desenvolvidas em confluência com o desenvolvimento das capacidades (meios) para atingir objetivos específicos (fins), num

contexto específico de circunstâncias e de interação por *frames* com os parceiros que a China considera como “estratégicos”.

5. (Variável independente 2) Clarificando expectativas domésticas e a influência da auto-imagem identitária nacional

O crescente comportamento proativo da China – através da retórica e do poder de veto, por exemplo – sugere que a concepção do papel chinês por Pequim tem se tornado mais consistente ao longo do tempo e irá provavelmente se estabilizar, se e na medida em que os contra papéis dos outros atores significantes (*significant others* = parceiros estratégicos) evoluírem de acordo. Conforme os interesses político-econômicos da China crescem, sua interação com seus parceiros estratégicos se torna mais complexa. É provável que a pressão para que a RPC se torne um membro mais proativo na comunidade internacional e também uma potência responsável na promoção de normas e éticas globais seja mais influente que a expectativa de que Pequim exerça um comportamento como um ator anti-sistema. Adicionalmente, o Birô do PCC está mudando o comportamento internacional com o fim de responder às expectativas da audiência doméstica e proteger os interesses chineses internacionalmente. Concomitantemente, a disposição crescente da China em engajar-se em solução de conflitos internacionais e sua participação em missões de estabelecimento de paz indica uma crescente consciência também em relação às expectativas externas – contanto que elas possam ser passadas para a audiência interna como benéficas ao desenvolvimento sócio-econômico chinês no longo prazo.

A interação entre as expectativas domésticas e externas com a auto-imagem identitária nacional da liderança chinesa se tornou ainda mais óbvia durante a crise financeira iniciada em 2008. Quando a insolvência do banco de investimento americano Lehman Brothers desencadeou a reação em cadeia da crise, governos de todo o mundo se esforçaram para lidar com o risco de instabilidade em seus próprios sistemas financeiros. Como resultado, grande parte dos governos nacionais tiveram de dar suporte ou nacionalizar seus bancos e provedores de serviços financeiros para evitar tal cenário. A crise de débitos soberanos assombrou os países europeus, ameaçando as políticas monetárias anticíclicas keynesianas que haviam sido empregadas especificamente para compensar a retração econômica global. Quando a crise se

agravou ficou claro que somente um bem coordenado esforço global poderia prover uma resposta efetiva. Este fato provou-se um amplo desafio para a liderança chinesa que, como resultado, foi tragada nos esforços para reequilibrar a governança global de serviços financeiros – o que se configurou como uma nova expectativa com relação ao futuro papel internacional do país (GODEMENT, 2010).

A ampla quantia de reservas internacionais administradas pelo *State Authority for Foreign Exchange* (SAFE), o baixo nível de endividamento público, e a virtual ausência de oposição parlamentar ou social que desafiasse as políticas governamentais ofereceram uma base sólida para impulsionar a demanda doméstica e, assim, rebalancear o consumo internacional. Da perspectiva chinesa, a crise financeira global se deparou com uma economia que estava preparada para lidar com o desafio, apresentando somente limitados riscos diretos à economia chinesa (AIZENMAN; SUN, 2009).

De acordo com Warden e Stanway (2008), o julgo chinês de que a crise seria limitada ao Ocidente e ao espectro capitalista foi uma má percepção de Pequim, e a liderança política tratou de assegurar à audiência doméstica sobre a força da economia chinesa e os efeitos limitados da crise. No entanto, tendo investido fundos nacionais nas companhias de serviços financeiros estadunidenses e europeias, e em grandes empresas hipotecárias como Fannie Mae e Freddie Mac, não seria simples evitar sérios problemas de estabilidade econômica dentro do país. Doravante, a crise também provocou uma inaudita e expressiva queda na demanda por produtos exportados chineses. Ao reconhecer então a fundamental ameaça da crise à economia chinesa baseada em exportação, a liderança política do país prescreveu a necessidade de uma ação política e passou a elaborar respostas específicas ao cenário internacional logo após o colapso da Lehman Brothers.

Usualmente, a abordagem da China para temas da governança global pode ser descrita como de um país mantenedor benevolente da governança global, apto a adotar normas e regras internacionais conforme lhe convém (WALTER, 2010). Com efeito, a sua admissão na OMC em 2001, quando Pequim aceitou as obrigações provindas dos detalhados mecanismos de resolução de conflitos no âmbito desta organização, foi um divisor de águas para a RPC. Conforme argumenta Fewsmith (1999), a intencionalidade chinesa em estar numa posição de influência no desenvolvimento futuro de normas globais ultrapassa seu tradicional ceticismo em relação ao engajamento multilateral,

refletindo a **expectativa doméstica** de que a China atue como uma **grande potência** no sistema internacional.

O comportamento político e econômico chinês continua a crescer em significância com, por exemplo, sua ativa participação na Conferência de Cancun sobre comércio internacional e suas contribuições na esfera multilateral para conter o programa nuclear norte coreano através do *Six-Party Talks* em Pequim. Do mesmo modo, o início da Organização para Cooperação de Shanghai também indica outro “giro multilateral” em direção a um “multilateralismo com características chinesas”, o que também dá luz ao processo de adaptação comportamental de acordo com o que se é esperado externamente e domesticamente da liderança do país (WU; LANDSDOWNE, 2007).

De acordo com Wu e Landsdowne (2007, p. 6), a abordagem seletiva chinesa tangente ao multilateralismo foi inicialmente e primordialmente intencionada a fortalecer seu posicionamento regional – reflete uma **expectativa externa** sobre a China ser um **ator regional de status quo** e um **ator econômico-financeiro estabilizador**³⁴². Ao suportar a Iniciativa Chiang Mai (*Chiang Mai Initiative* – CMI) de acordos de swaps monetários bilaterais e sua posterior evolução para uma instituição de cooperação financeira multilateral no sudeste asiático sublinha a abordagem mais positiva da China com relação à governança e estabilidade regionais.

Em 2000, a Declaração Conjunta da CMI clamava pelo fortalecimento da cooperação financeira no sudeste asiático através do fortalecimento econômico de seus membros: “Apreciamos a apreensão do Banco de Desenvolvimento Asiático sobre a situação econômico-financeira do sudeste asiático e damos as boas vindas a uma recuperação econômica mais forte do que o esperado de nossos membros³⁴³”. Na última declaração conjunta, elaborada em ocasião do 20º Encontro dos Governantes dos Ministérios de Finanças e Bancos Centrais dos países da ASEAN+3 no Japão em maio de 2017, os países signatários apontam as expectativas com relação à Iniciativa:

³⁴² Faz-se necessário lembrar que as expectativas externas consideradas através de documentos oficiais multilaterais são válidas objetivamente enquanto dados de análise, pois os países com os quais a China elabora coordenações multilaterais também são, de forma paralela, seus parceiros estratégicos na estrutura da Diplomacia de parcerias estratégicas. Isto porque, assim como o Brasil, a estrutura de parcerias estratégicas bilaterais chinesas vem a somar-se numa estrutura mais ampla de coordenação global.

³⁴³ “Joint Statement of the 3rd ASEAN+3 Finance Ministers’ Meeting”, Chiang Mai, Thailand, 6 de maio de 2000. Disponível em: [<http://www.amro-asia.org/the-joint-statement-of-the-3rd-asean3-finance-ministers-meeting-may-6-2000-chiang-mai-thailand/>] Acesso em 02/12/2017.

Estamos satisfeitos [com o fato de que] é esperado que a região da ASEAN+3 mantenha um robusto crescimento relativo e continue a desempenhar um papel de liderança em sustentar o crescimento global, suportado pelas contínuas reformas estruturais dos membros regionais e efetiva implementação de políticas macroeconômicas. Reconhecemos [o fato de] que é esperado que o crescimento global aumente com mercado financeiro flutuante e uma aguardada recuperação cíclica nas manufaturas e no comércio esteja a caminho³⁴⁴.

Com efeito, a evolução da CMI para a Iniciativa de Multilateralização Chiang Mai (*Chiang Mai Initiative Multilateralization – CMIM*) em 2009 pode ser vista como uma tentativa de resguardar os credores asiáticos contra riscos monetários estadunidenses – uma tentativa que tem sido respaldada por um incipiente fundo de reserva regional (HYOUN-KYU, 2009).

Para o Ministério de Assuntos Exteriores chinês, o gerenciamento da crise global era a prioridade no ano de 2009, e clamou por uma ordem financeira global mais justa e mais bem estruturada. Juntamente ao Brasil, à Rússia, e à Índia, clamou também por uma mais forte representatividade nas novas formas de governança do mercado global financeiro (MO, 2009). O presidente Xi Jinping, na época, fez visitas oficiais à América Latina e Malta, que foram descritas na mídia oficial chinesa como a maior contribuição para a definição do posicionamento chinês tangente à crise global. Quando Wen Jiabao expressou sua insatisfação com relação às salvaguardas norte-americanas aos investimentos chineses em fundos de tesouro nacional dos EUA, ele impulsionou um debate global e uma resposta rápida da administração Obama, que prometeu resguardar os interesses chineses. É possível que Wen necessitasse passar segurança à audiência doméstica, que se tornou crescentemente incomodada com o grau de exposição da RPC aos fundos estadunidenses.

Por outro lado, analistas enfatizam as oportunidades geradas pela crise para ampliar os investimentos chineses no exterior³⁴⁵. Na esteira do encontro do G20 em Londres, em 2009, o Banco Central gerou confusão entre os observadores ao dar suporte à chamada russa por uma substituição do dólar como moeda de troca global

³⁴⁴ “The Joint Statement of the 20th ASEAN+3 Finance Ministers’ and Central Bank Governors’ Meeting”, Yokohama, Japão, 5 de maio de 2017. Disponível em: [<http://asean.org/storage/2017/05/The-Joint-Statement-of-the-20th-ASEAN-3-Finance-Ministers-and-Central-Bank-Governors-Meeting.pdf>] Acesso em 12/02/2017.

³⁴⁵ “Interview: China’s economic performance impressive since financial crises”, Xinhua Net, 08 Nov 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-08/11/c_136517822.htm] Acesso em 08/11/2017

através da reforma dos direitos especiais de saque (*special drawing rights*) do FMI³⁴⁶. Com a conferência de Londres, o G20 claramente tomou um papel chave na coordenação da resposta global e nas reformas da governança financeira global. Alguns passos foram tomados em direção a uma reforma mais ampla dos princípios e da organização norteadores do FMI e do Banco Mundial, algo que a China vinha propondo ainda antes da crise.

A ênfase dada pelo governo do Reino Unido em impulsionar o G20 como uma organização de liderança, alocando o FMI como uma infraestrutura de suporte (NORMAN, 2010), correspondeu com a tradicional preferência chinesa tangentes à soberania e cooperação intergovernamental. O G20 oferece ao governo da RPC seus mecanismos preferidos de processo decisório: unanimidade, provendo o poder de veto *de facto* contra qualquer medida que o Birô chinês julgue como inaceitável. Este fato ajudou a fortalecer o grau de envolvimento do país. Ao se comprometer com o G20, ao invés de se vincular a organizações multilaterais com características supranacionais, à liderança política da RPC foi permitido preservar considerável autonomia dentro do G20 e, ao mesmo tempo, apresentar seu renovado “high profile” para a audiência doméstica como um símbolo de força, e para a audiência internacional como um símbolo de ampliação de responsabilidade (vinculado à **expectativa de potência responsável**).

Tal diretriz foi refletida nas preparações para a Conferência do G20 em Londres e em Toronto, em 2010. Na ocasião desta última, o ex-presidente Hu Jintao reiterou três pontos relevantes para o país: a) o G20 deveria continuar a estimular a coordenação macroeconômica com o fim de assegurar sustentável crescimento econômico global; b) deveria implementar o pacote de reformas sobre regulação financeira global acordado na Conferência de Londres; e c) deveria discutir as desigualdades da economia mundial provindas da imensa lacuna no que tange a desenvolvimento econômico entre o Norte e Sul globais (FMPC, 2009a). Seu último ponto no discurso almejou desviar críticas acerca da taxa de câmbio controlada pelo Estado, o que é considerado por muitos observadores ocidentais como uma das causas da crise. Hu Jintao enfatizou a relevância das políticas domésticas chinesas e reiterou a contribuição substancial do país como resposta à crise apesar dos severos impasses e desafios domésticos. O relatório oficial

³⁴⁶ Ver: “China backs talks on dollar as reserve – Russian source”, Reuters, 19.mar.2009. Disponível em: [https://www.reuters.com/article/g20-russia-currency/china-backs-talks-on-dollar-as-reserve-russian-source-idUSLJ93633020090319] Acesso em 12/09/2017.

publicado em inglês não faz referência ao multilateralismo ou ao crescente papel da China em estabelecer normas para a governança global (FMPC, 2009b), mas sua forte representação no âmbito do FMI e do Banco Mundial, e sua crescente influência gravitacional no futuro da governança global para os países emergentes, foram tomadas como elementos de sucesso da política externa chinesa, ainda que os detalhes de uma reforma nestas esferas tenham ainda de ser mais profundamente consideradas³⁴⁷.

No encontro do G20 de Ministros das finanças e governantes dos bancos centrais anterior à Conferência de Pittsburgh, a delegação chinesa recebeu críticas provindas das mídias domésticas e internacionais, pois se recusou a realizar reuniões de imprensa. Ao contrário, alguns pronunciamentos-chaves eram divulgados via boletins da agência oficial Xinhua. Ainda assim, a delegação chinesa realizou reunião de imprensa quando Hu Jintao participou das reuniões. Tal fato indica as limitações do Ministério das Finanças e do Banco Central em elaborar e divulgar declarações ou depoimentos sobre assuntos-chave de política econômica, que são reservadas ao pequeno círculo do PCC.

Na ocasião do mesmo evento, os países do BRIC (naquela época sem a adesão ainda da África do Sul) não seguiram sua tradição em participar em reuniões separadas de seus ministros das finanças e posteriormente publicar um Comunicado Conjunto. Somente vice-ministros das finanças se reuniram, mas em a elaboração de um documento oficial. Isto foi interpretado como um sinal de que a antes efetiva cooperação entre as mais importantes economias emergentes durante o período da crise estava começando a perder fôlego. O esforço chinês em se posicionar como um representante líder dos países emergentes e em desenvolvimento igualmente sofreu uma contração, dada a relutância da liderança do governo em discutir taxas de câmbio – as quais o governo modificou pouco antes da Conferência de Toronto em 2010.

Após a Conferência em Pittsburgh, as expectativas externas otimistas com relação à China foram diminuídas. A disposição da liderança da RPC em cooperar foi colocada em cheque. O FMI argumentou que o progresso de um relatório sobre pacotes de estímulo nacional foi bloqueado pela China. Cinco chefes de Estado tomaram a iniciativa não usual de agregar membros do G20 para elaborar uma carta conjunta contendo críticas à falta de entusiasmo da liderança chinesa com relação ao G20 e sua relutância em honrar com seus compromissos (GILES; BEATTIE, 2010).

³⁴⁷ XINHUA NEWS, 2009

Doravante, em Toronto, o posicionamento oficial chinês apresentou quatro proposições: a) a Conferência deveria mandar um sinal claro quanto aos passos da recuperação econômica global; b) a Conferência deveria chegar a um entendimento comum com relação às reformas da governança financeira global, de forma a fortalecer a representação dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento; c) o G20 deveria ampliar o suporte aos países menos desenvolvidos; e d) deveria apresentar um impulso substancial e representativo aos diálogos sobre comércio global e prevenir o retorno de políticas de cunho protecionista (OWEN, SU, ZHENG, 2008). Ampliar a voz dos países em desenvolvimento nas organizações de Bretton Woods foi explicitamente tido como um dos objetivos próprios da China no âmbito do G20. Adicionalmente, os demais países do BRIC, incluindo a China, clamaram por uma maior representatividade nos níveis mais altos de administração do FMI e do Banco Mundial (Ibid.). Em 2010, a rápida inflação da bolha imobiliária e a crescente disparidade social na China reduziram os recursos que a liderança do PCC tinha a seu dispor para a cooperação global. Assim, o G20 parece ter restringido a lista de prioridades da liderança central do país.

Ainda assim, a expectativa de que a China apresente um papel de estabilizador econômico-financeiro permanece, sobretudo num momento em que algumas das economias centrais estão se voltando para a esfera doméstica. De acordo com um estudo feito em 2017 pela *McKinsey Global Institute*,

A erosão do suporte à globalização coloca riscos reais à China, cujas prospecções econômicas são profundamente interligadas com a sua integração nos mercados globais. A China tem articulado seu desejo de atingir uma versão da globalização mais sustentável e inclusiva, e agora o mundo assistirá suas ações subseqüentes. Conforme algumas economias centrais se voltam para dentro, o futuro da globalização pode depender se a China direcionar seu peso por trás de uma nova abordagem³⁴⁸.

Essa preocupação com o futuro da globalização e com as medidas econômicas protecionistas vistas recentemente no cenário global também foi expressa na Declaração Conjunta da Iniciativa Chiang Mai:

³⁴⁸ WOETZEL, Jonathan; DIAAN-YI, Lin; SEONG, Jeongmin; MADGAVKAR, Anu; LUND, Susan. China's role in the next phase of globalization. *McKinsey Global Institute Report*, abril.2017. Disponível em: [<https://www.mckinsey.com/global-themes/china/chinas-role-in-the-next-phase-of-globalization>] Acesso em 13/11/2017.

Os riscos para a economia global permanecem latentes, especialmente no médio prazo, com pervasivas incertezas em torno de políticas. As fontes de incerteza incluem uma mudança para dentro das políticas, incluindo em direção ao protecionismo, e um arrocho financeiro maior do que o esperado³⁴⁹.

O governo chinês encontrou-se, e ainda se encontra, em um posicionamento complexo: uma audiência doméstica com expectativas de que o governo apresente ações mais firmes com relação ao desenvolvimento social e econômico (papel de ator caracterizado por uma **sociedade em modernização e revitalização**), incluindo a utilização máxima dos recursos nacionais para o desenvolvimento sustentado da economia chinesa de um lado, e uma crescentemente crítica audiência externa pressionando a China para resolver assuntos tangentes à maior abertura de mercado, a taxas de câmbio, e à aderência a normas e padrões internacionais.

Para dar sequencia comunicativa e dialogar com expectativas externas e domésticas, a liderança política do PCC utiliza-se crescentemente de formulações teórico-discursivas. De acordo com a Teoria dos papéis, um dos mecanismos de adaptação de papel é a persuasão através de ativa comunicação. De acordo com Müller (2001), democracias podem usar da ‘ação comunicativa’ para influenciar outros atores sobre seus papéis de política externa. A China, ainda que não seja uma democracia de tradição liberal, exhibe uma adaptação de papel num esforço proativo da liderança da RPC em sustentar e melhorar sua legitimidade doméstica e internacional (GOTTWALD; DUGGAN). Como bem apontou o embaixador coreano na China, Noh Young-min, em entrevista para a revista chinesa Xinhua pouco antes do início do 19º Congresso Nacional do PCC: “O vindouro 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC) dará ao mundo respostas às crescentes expectativas acerca do maior papel da China nos assuntos internacionais.³⁵⁰” Como já argumentava Cox (1981, p. 207): “Teoria é sempre para alguém e para algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva”.

³⁴⁹ “The Joint Statement of the 20th ASEAN+3 Finance Ministers’ and Central Bank Governors’ Meeting”, Yokohama, Japão, 5 de maio de 2017. Disponível em: [<http://asean.org/storage/2017/05/The-Joint-Statement-of-the-20th-ASEAN-3-Finance-Ministers-and-Central-Bank-Governors-Meeting.pdf>] Acesso em 12/02/2017.

³⁵⁰ “Interview: S. Korean ambassador to China vows all efforts do develop ‘fateful’ relations”, *Xinhua Net*, 10. Out. 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/10/c_136670048.htm] Acesso em 12/11/2017

5.1 A influência da identidade na geração de expectativas internas com relação ao papel

A “construção nacional” ou os “projetos de engenharia nacional” são tentativas de formular uma identidade através da seleção e saliência de múltiplos elementos de auto-imagem nacional histórica com o fim de se atingir certos objetivos. Reconfigurar uma identidade nacional, portanto, é uma tentativa de rever o “caráter” ou o “conteúdo” de uma identidade nacional já existente de forma a torná-la, em termos gerais, mais moderna, ou desenhá-la de forma mais nítida e inteligível dentro das interpretações que as pessoas dão às suas próprias identidades e caracteres nacionais. Tal processo é multifacetado e contínuo virtualmente para todas as sociedades nacionais, embora isso possa também ser parte de um objetivo explícito de um movimento político incluindo o Estado ou demais entidades subestatais (DIECKHOFF, 2004).

O termo “construção nacional” ou “engenharia nacional” pode levar a desentendimentos. Ele pode levar a entender que esta atividade política é essencialmente sobre criar uma nação originária desde uma primária forma de comunidade, ou tornar uma identidade nacional mais forte. Entretanto, na maior parte dos casos, a identidade nacional já existe, e os atores políticos tentam moldá-la qualitativamente – e não apenas quantitativamente – através da seleção e saliência de valores e crenças que caracterizam a identidade nacional em questão. O termo “engenharia nacional” (DIECKHOFF, 2004) contém o senso de que as atividades deliberadas que moldam uma nação são a real forma da engenharia social. Afinal, como aponta Norman (2004, p. 86), “nações são comunidades imaginadas que existem na imaginação das pessoas; mas nem todos os atos imagéticos criam nações”. No mesmo raciocínio, considera-se que

Identities nacionais são produtos intencionados e não intencionados de atividades intelectuais, políticas, e culturais, incluindo discursos públicos estruturados por líderes políticos e as narrativas e sentimentos gerados pelas instituições estatais como escolas, forças armadas, e autoridades em geral (NORMAN, 2004, p. 87).

Tendo esta definição em vista, pode-se argumentar que a noção de auto-imagem identitária nacional perpassa – ou até mesmo define – as expectativas da população com relação às políticas domésticas empregadas pelos seus governantes, como também as expectativas domésticas de um país com relação ao papel que ele vá exercer num processo interativo com o cenário internacional e com os demais atores.

Wang (2014) separa os tipos de *conteúdo* identitário em quatro níveis não mutuamente exclusivos:

- 1) Conteúdo/constituição normativo (a) – Especifica as normas ou regras que definem os membros de um determinado grupo, os interesses deste grupo, e os objetivos ou propósitos do grupo (categorização e identificação)
- 2) Conteúdo relacional/comparativo – Conduz a comparações e referências a outras identidades ou grupos (exclusividade)
- 3) Conteúdo cognitivo – Refere-se ao modo com o qual os membros do grupo interpretam e entendem o mundo.
- 4) Conteúdo propositivo ou Propósito social – Provê ao grupo papéis sociais apropriados a serem performados.

Os conteúdos normativo e relacional remetem à análise da construção do “eu” histórico chinês, mais propriamente na clarificação distintiva histórica entre “chinês” (*zhongguo ren*) e “estrangeiro” (*yidi* ou, no vocabulário atual, *waiguo ren*). Ainda que todos os níveis de conteúdo tenham sua específica relevância na engenharia nacional, os conteúdos cognitivo e propositivo nesta pesquisa ganham ênfase, pois serão mais diretamente relacionados com o delineio das expectativas domésticas com relação ao papel chinês. Ao dizer que o conteúdo de uma identidade coletiva pode ser *cognitivo*, significa dizer que ele explica a maneira pela qual o pertencimento a um grupo é associado a concepções de como o mundo funciona – relações específicas de causa-e-consequência -, bem como explica as descrições da realidade social de um grupo. Isto revela que a identidade coletiva afeta a maneira com a qual um ator individual entende o mundo. Em outras palavras, os incentivos materiais ou sociais de uma ação em particular tomarão distintos valores de acordo com uma particular identidade. Portanto, as ações ainda assim fluem de incentivos materiais ou sociais, mas é a identidade que afeta a avaliação desses incentivos.

Adicionalmente, o conteúdo identitário coletivo é propositivo quando o grupo dá significados específicos e objetivos à sua própria identidade – no caso da China aqui tomado, o “senso de missão” mencionado pelos líderes do Birô do PCC à nação chinesa em seus discursos retóricos: “Fazer novas e melhores contribuições à humanidade é a

missão vinculada ao nosso Partido³⁵¹”. Com efeito, a identidade pode levar os atores a estimular práticas baseadas em propósitos coletivos e a interpretar o mundo através de lentes relacionadas a estes propósitos.

Ao analisar os pronunciamentos oficiais dos líderes do PCC, podemos identificar uma auto-imagem identitária nacional chinesa através de elementos de narrativa histórica e senso de pertencimento de grupo, muitas vezes incluindo um senso de excepcionalismo identitário. Os **elementos selecionados e salientados de uma auto-imagem identitária nacional** da China são:

- 1) A China é uma civilização de tradição honrosa milenar (*Zhōngguó shì yǒuzhe yōujiǔ wénmíng de guójiā* - 中国是有着悠久文明的国家)
- 2) A China tem passado por vicissitudes (*Zhōngguó shì jīnglì le shēn yán kǔnàn de guójiā* - 中国是经历了深岩苦难的国家)
- 3) A China é um país socialista com características chinesas (*Zhōngguó shì shíxíng zhōngguó tè sè shèhuì wáng yì de guójiā* - 中国是实行中国特色社会主义的国家)
- 4) A China é o maior país em desenvolvimento do mundo (*Zhōngguó shì shìjiè shàng zuì dà de fā zhǎn zhōng guójiā* - 中国是世界上最大的发展中国家)
- 5) A China é um país que está passando por grandes transformações (*Zhōngguó shì zhèngzài fāshēng shēnkè biàngé de guójiā* - 中国是正在发生深刻变革的国家)

O primeiro elemento pressupõe e enfatiza, como visto nos capítulos precedentes, uma espécie de diretriz “mítica” da nação, envolvendo caracterizações de “respeito” e “honra” à tradição histórica chinesa. No relatório do 18º Congresso Nacional o ex-presidente Hu Jintao notou a “superioridade e vitalidade do socialismo com características chinesas e a crescente honra e coesão do povo chinês e da nação chinesa.³⁵²” Já no relatório proferido por Xi Jinping no 19º Congresso, remonta-se ao passado milenar chinês de forma honrosa: “Com uma história de mais de 5000 anos, nossa nação criou uma esplêndida civilização, contribuiu significativamente para a humanidade, e se tornou uma das maiores nações do mundo³⁵³.” Outras referências à

³⁵¹ XI, Jinping. Report on the Nineteenth Eighteenth National Congress of the Communist Party of China, 2017, p. única

³⁵² HU, Jintao. Full text of Resolution of the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China, 2012, p. única.

³⁵³ XI, 2017, p. única

história chinesa podem ser encontradas em passagens como: “[...] e este único e honroso legado intelectual tem gerado um forte senso de confiança nacional no povo chinês e nutrido um espírito nacional com patriotismo como seu próprio centro³⁵⁴”; e “[...] por muitas centenas de anos antes da revolução industrial, a China liderava o mundo no desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural.³⁵⁵”

Com relação ao segundo elemento (“A China tem passado por vicissitudes”), os textos expressam um senso de “trauma” e humilhação sofridos pelo povo chinês, de maneira a lembrar os esforços empreendidos para a retomada do desenvolvimento do país após a “Era de Humilhações”. Xi Jinping expressa, por exemplo, nas passagens³⁵⁶:

[...] como resultado de incessantes invasões estrangeiras, a China experimentou uma grande instabilidade social e seu povo teve de viver uma vida de extrema destituição.

[...] depois de centenas de anos de persistente e amplo esforço, o povo chinês, sacrificando milhares de vidas, por fim tomou seu destino de volta para suas mãos.

[...] No entanto, a memória da invasão externa e humilhação nunca foi apagada da mente do povo chinês, e isso explica porque celebramos a vida que levamos hoje. O povo chinês quer paz; nós não queremos guerra.

O terceiro elemento identitário (A China é um país socialista com características chinesas) é o de maior referência nos relatórios dos Congressos Nacionais desde o início do século XXI. Isto porque, para a liderança do Birô do PCC, este é o elemento que dá legitimidade do próprio Partido, que denota não só o senso de excepcionalismo do país, mas também os interesses centrais do PCC – que, por conseguinte, é comunicado como o interesse de todo o povo chinês. No 16º relatório, de 2002, podemos encontrar:

É necessário realizar maiores esforços para desenvolver a cultura socialista e o espírito de civilização, continuar progredindo e cultivando o espírito nacional, promover o progresso ideológico e ético, desenvolver a educação e a ciência, promover inovação cultural e melhorar a atração e o apelo da *cultura socialista com características chinesas*.³⁵⁷

³⁵⁴XI, 2017, p. única.

³⁵⁵ Ibidem.

³⁵⁶ Ibidem.

³⁵⁷ JIANG, Zemin. Full text of the Resolution of the 16th National Congress of the Communist Party of China (CPC), 2002, p. única.

Já no relatório do 18º Congresso Nacional está disposto:

O Congresso clama para que todos os membros do Partido e os povos de todos os grupos étnicos na China levantem a bandeira do socialismo com características chinesas, mobilizem-se de maneira mais próxima em torno do Comitê Central do Partido, esforcem-se para completar a edificação de uma sociedade moderadamente próspera em todos os sentidos, continuem a ganhar vitórias para o *socialismo com características chinesas*, e façam esforços conjuntos para criar um futuro ainda mais brilhante para o povo chinês e a nação chinesa.³⁵⁸

E também no relatório do mais recente 19º Congresso Nacional:

A *singularidade* da tradição cultural, da história e das circunstâncias chinesas determina que a China necessite seguir um caminho de desenvolvimento que seja conveniente com sua própria realidade. De fato, nós temos encontrado este caminho e atingido sucesso ao longo do mesmo.³⁵⁹

O conteúdo de “socialismo com características chinesas” tem sido ampliado. Antes do 17º Congresso, o termo era geralmente antecedido das palavras “construir” (*Jiànshè* - 建设) e “iniciar” (*Kāichuàng* - 开创), e seguido por termos como “tarefa” (*Shìyè* - 事业) e “nova fase” (*Xīn júmiàn* - 新局面). O relatório do 17º Congresso escreveu sobre a “abertura do caminho para o socialismo com características chinesas, criando um sistema teórico do socialismo com características chinesas³⁶⁰”, e o relatório do 18º Congresso o transformou em um “sistema de socialismo com características chinesas”. A isto, o relatório do 19º Congresso voltou a adiciona a noção de “cultura” do socialismo com características chinesas.

Além da ampliação do conteúdo do termo socialismo com características chinesas, há também uma elevação do status deste termo nos relatórios. No relatório do 17º Congresso estava: “A grande bandeira do socialismo com características chinesas é a bandeira de desenvolvimento e progresso para a China, a bandeira da unidade e do esforço de todo o Partido e de todo o país”. No relatório do 18º Congresso seguiu-se: “O caminho se refere à linha do Partido, se refere às prospecções futuras do país, o futuro da nação, a prosperidade do povo [...] Por 90 anos, nosso Partido [...] tem criado e

³⁵⁸ HU, Jintao. Full text of Resolution of the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China, 2012, p. única.

³⁵⁹ XI, Jinping. Report on the Nineteenth Eighteenth National Congress of the Communist Party of China, 2017, p. única

³⁶⁰ JIANG, 2002, p. única

desenvolvido o socialismo com características chinesas, fundamentalmente mudando as prospecções e o futuro da nação e do povo chinês.” No mais recente relatório do 19º Congresso está escrito:

Através de muito esforço o socialismo com características chinesas atingiu numa *nova era*; esta é uma nova posição histórica no desenvolvimento do país. O socialismo com características chinesas entrando numa nova era [...] significa que o socialismo científico brilha com vitalidade e oportunidade no século XIX, que a grande bandeira do socialismo com características chinesas tem sido sustentada no mundo; significa que caminho, teoria, sistema e cultura do socialismo com características chinesas constantemente se desenvolve e expande o rumo pelo qual as nações em desenvolvimento podem progredir em direção à modernização, dando a estes países e povos no mundo uma possibilidade inteiramente nova conforme eles esperam acelerar seu [próprio] desenvolvimento e manter sua própria independência, [de forma a] prover de conhecimento e soluções chinesas para os problemas enfrentados pela humanidade³⁶¹.

Pode-se notar claramente que o status do socialismo com características chinesas foi alavancado: (1) de uma linha mestra do Partido e futuro do povo, (2) para um movimento global do socialismo científico, até finalmente (3) uma possível via de progresso para as nações em desenvolvimento e até mesmo uma solução para os problemas enfrentados pela humanidade.

O quarto elemento identitário (A China é o maior país em desenvolvimento do mundo), para a liderança política do PCC e para a maior parte da sociedade chinesa, é uma condição nacional basilar no contexto recente. Os pronunciamentos oficiais e a divulgação na mídia têm enfatizado que, muito embora o país apresente uma taxa elevada como PIB nacional, quando analisado em perspectiva per capita, a China ainda apresenta muitos desafios a serem transpassados para de fato atingir a tão almejada “sociedade moderadamente próspera em todos os sentidos” e atingir a “revitalização nacional”, como desafios sociais e desigualdade econômica. Este elemento também reflete a identidade do país como um de orientação primordialmente interna (focado no desenvolvimento doméstico). Ainda no 16º Relatório de 2002 aparece:

[O relatório] enfatiza que o desenvolvimento é a prioridade máxima do Partido em governar e revitalizar o país, e é imperativo tomar o desenvolvimento econômico como a tarefa central, continuar a

³⁶¹ XI, 2017, p. única.

projetar e desenvolver as forças produtivas, melhorar a economia de mercado socialista, implementar a estratégia de revitalização do país através de ciência e educação e a de desenvolvimento sustentável [...] ³⁶²

Já no mais recente relatório (19º Congresso), 15 anos depois, o governo reconhece que ainda é um país em desenvolvimento, já que:

[...] mais de 85 milhões de pessoas ainda tem incapacidades; e mais de 200 milhões de pessoas ainda vivem abaixo da linha de pobreza estipulada pelo Banco Mundial, e [este] é virtualmente [o número] a população da França, da Alemanha e do Reino Unido combinado. ³⁶³

E deixa clara sua condição ao constatar:

A dimensão básica do contexto chinês – que o nosso país ainda está e ainda vai permanecer no primeiro estágio do socialismo – não mudou. O status internacional da China como o maior país em desenvolvimento do mundo não mudou ³⁶⁴.

Por fim, o quinto elemento salientado como identidade nacional (A China é um país que está passando por grandes transformações) em certa medida expõe as incertezas e a ponderação do PCC com relação ao caminho que está sendo tomado pelas diretrizes político-econômicas e sociais do país. Considera-se que a transformação mais significativa para o país foi o processo de mudança de sistema político para o socialismo, sem o qual a China não teria atingido a prosperidade que desfruta hoje. De acordo como relatório do 19º Congresso Nacional, estabelecer o socialismo como sistema básico da China e avançar em sua construção, “[...] completou e maior e mais significativa transformação social na história na nação chinesa. Isto criou as condições política fundamentais e a fundação institucional para atingir todo o desenvolvimento e progresso na China hoje ³⁶⁵.”

Também ressaltam-se os logros atingidos desde a reforma e abertura – processo exposto anteriormente nesta pesquisa - e a necessidade de uma continuidade dessas políticas, como exposto ainda num comunicado da Embaixada na ocasião do 17º Congresso Nacional: “Enquanto alguns têm procurado incansavelmente por pistas sobre o lado que o vento político soprará quando do 18º Congresso Nacional do PCC, a recém

³⁶² JIANG, 2002, p. única

³⁶³ XI, 2017, p. única

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ Ibidem.

concluída 7ª Sessão Plenária do 17º Congresso Nacional entregou uma inegável mensagem de que irá continuar soprando na mesma direção³⁶⁶”. Enquanto que nos relatórios do 18º e 19º Congressos Nacionais pode ser lido:

[...] as condições do nosso Partido continuam a passar por profundas mudanças, nos deparamos com oportunidades sem precedências para o desenvolvimento bem como com riscos e desafios antes desconhecidos.³⁶⁷

A reforma, que foi primeiramente forçada sob nós a partir de problemas, segue mais profundamente em alocar os problemas. Sabemos perfeitamente que a reforma e abertura é um processo em andamento que nunca irá se encerrar. A reforma da China entrou numa zona de águas profundas, onde todos os problemas esperando para serem resolvidos são complicados. O que precisamos é coragem para mover adiante a reforma.³⁶⁸

No processo de elaboração de política externa há um papel cada vez maior reservado à opinião pública que passou a contribuir para moldar as políticas avançadas pelo PCC. Graças ao processo globalizante, um grande fluxo de informações chega à China com crescente facilidade. Enquanto que em 1978 a China tinha apenas 186 centros jornalísticos e de transmissão, hoje os canais de informação cresceram em muito: são mais de 2 mil jornais, 9 mil periódicos, 1 mil editoras, e também mais de 2 mil estações de televisão. Além disso, a China se posiciona como primeira em número de usuários de celular, passando dos 1,3 bilhões de usuários em 2015³⁶⁹. O uso da internet na China também teve um aumento rampante desde sua introdução em 1994. Em 1997, o Centro Nacional Chinês de Informação sobre Internet publicou o primeiro estudo sobre desenvolvimento de internet na China. À época do estudo os usuários somavam 620 mil, mais recentemente este número passou a ser de 731 milhões de usuários – um aumento de 42,99 milhões com relação a 2015³⁷⁰.

³⁶⁶EMBASSY OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA IN THE USA, “Continuity of policy”, 07/11/2012. Disponível em: [http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t986452.htm] Acesso em 12/12/2017.

³⁶⁷ HU, 2012, p. única.

³⁶⁸ XI, 2017, p. única.

³⁶⁹ “China’s mobile users hit 1.3 billion in 2015”, China Daily, 26.Jan. 2016. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/business/2016-01/26/content_23261207.htm]

³⁷⁰ CHINA INTERNET NETWORK INFORMATION CENTER CNNIC, “Statistical Report on Internet Development in China, Janeiro 2017. Disponível em: [https://cnnic.com.cn/IDR/ReportDownloads/201706/P020170608523740585924.pdf] Acesso em 12/08/2017

A população chinesa agora tem diversos canais de internet para acessar informações, e muitos usam da Internet como um meio seguro e barato para expressar seus pontos de vista sobre diversos tópicos, incluindo temas políticos sensíveis e polêmicos. A expressão pública de opiniões via Internet e telefones celulares revelam uma crescente tomada de consciência pela população das elaborações de política externa, que também tem sido foco de estudos acadêmicos. Alguns estudos³⁷¹ analisam como a China, quando teve de solucionar assuntos fronteiriços com os países vizinhos na década de 1960, teve de se envolver em vários compromissos para concluir tais impasses. No entanto, essas decisões eram tomadas longe da apreciação pública, e não havia qualquer fórum onde a população pudesse ao menos manifestar-se sobre qualquer tema. Já em 2004, pouco depois de China e Rússia assinarem o acordo sobre as disputadas ilhas na confluência dos rios Heilongjiang e Wusuli, o jornal *China Daily* publicou fotos de satélite detalhadas sobre as ilhas, a linha de demarcação acordada, e uma acentuada crítica nacionalista ao governo por ter desistido de uma parte do que seria território chinês³⁷². Gries (2005, p. 252) nota que “a internet está claramente alterando a natureza da política na República Popular da China.”

A atenção sem precedentes dada à diplomacia chinesa pelo público do país é um indicador do desenvolvimento chinês de seu *soft power* num contexto de informação global. A opinião pública pode ser um importante ativo nacional que pode ser usado como elemento de barganha em negociações a nível de política externa. Tal desenvolvimento tem também refletido em mudanças no pensamento dos elaboradores de política externa na RPC, que passaram a considerar as expectativas domésticas com relação ao papel nacional e internacional chinês mais atentamente. De acordo com o ex-Ministro de Relações Exteriores, Tang Jiaxuan, “o fato de mais e mais pessoas expressarem suas opiniões e sugestões através de diferentes canais sobre a situação internacional atual e nosso trabalho diplomático [...] reflete o senso das pessoas estarem mais envolvidas no nosso trabalho³⁷³”. Li Zhaoxing, também ex-Ministro das Relações Exteriores expressou similar consideração em um debate público na internet: “Diplomatas são uma parte do povo. As opiniões do governo chinês nutrem-se do povo

³⁷¹ Ver: GRIES, Peter Hays. “China’s New Nationalism: Challenging the State”, *Current History*, set.2005.

³⁷² *China Daily*, Disponível em: [http://BBS.chinadaily.com.cn] Acesso em 12/01/2017.

³⁷³ “Entrevista com o Ministro de Relações Exteriores Tang Jiaxuan”, *World Affairs*, n.19, 1999.

e servem aos interesses do povo e do país em retorno³⁷⁴”. Ele segue refletindo que “o debate sobre se o poder chinês é brando ou duro usualmente nos faz refletir sobre o nosso trabalho [...] Nós aprendemos muito a partir de nossos amigos na internet a somar novas ideias, especialmente novos pensamentos que podem beneficiar as pessoas de maneira substancial³⁷⁵”.

Ao mesmo tempo em que a liderança do governo utiliza-se da argumentação pública com um instrumento de barganha, este mesmo sentimento público acaba por vincular – limitando ou contribuindo para a sua expansão – as formulações políticas da RPC. Ao considerar o particular sistema político governamental chinês e esta recíproca influência acima citada, é seguro supor que as expectativas domésticas acerca do papel da China no cenário internacional acoplam tanto expectativas dos setores sociais como da elite política do PCC que, em si mesmo, conta com mais de 85 milhões de membros³⁷⁶. Através de elementos revelados na projeção de uma imagem identitária nacional e das formulações próprias da liderança política da RPC, podem-se delinear três fundamentais **expectativas domésticas** com relação ao papel da China:

- 1) *um Estado estável e contínuo;*
- 2) *uma sociedade em modernização e revitalização;*
- 3) *uma grande potência global.*

A primeira delas (1 - *um Estado estável e contínuo*) reflete a preocupação com a contínua legitimidade política do PCC não só dentro do país como internacionalmente. Tal legitimidade vincula-se não somente ao aspecto político, mas também à capacidade de elaboração de políticas econômicas efetivas por parte dos dirigentes do Partido. Em Comunicado Conjunto recente entre o Comitê Central do PCC e o Conselho de Estado, ficou claro o intento da liderança política em guiar também o direcionamento econômico do país, ao clamar aos empreendedores chineses que avancem o patriotismo e o profissionalismo, bem como inovação e responsabilidade social. O Comunicado clama por um direcionamento mais consistente dos empreendedores e pedem para que estes endossem a liderança do Partido, que, em torno, promete criar um ambiente de

³⁷⁴ “Foreign Minister Li Zhaoxing exchanges views with the public on the Internet”, dezembro de 2003. Disponível em: [<http://www.fmprc.gov.cn/chn/zxxx/t56830.htm>] Acesso em 12/05/2017

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ “China’s Communist Party membership exceeds 85 million”, Xinhua News, 30.Jun, 2013. Disponível em: [<http://english.cpc.people.com.cn/206972/206974/8305636.html>] Acesso em 06/05/2017

negócios onde estes empreendedores possam prosperar³⁷⁷. É o primeiro edital “deste tipo, que foca no espírito empreendedor” e intenciona “impulsionar a vitalidade do mercado”, constata a agência Xinhua³⁷⁸.

O chamado por um empresariado que seja mais patriótico sublinha a tendência em enfatizar a “missão nacional” tanto dos setores empresariais privados quanto estatais, imprimindo a preocupação interna da liderança governamental com aquisições e fluxos de capital no exterior, que tem pressionado a moeda chinesa nos últimos anos. Além disso, a atenção voltada cada vez mais para a opinião e as expectativas pública se dá, pois, considerando que a legitimidade venha de um contexto político que se refira à fonte de poder, a base para tal legitimidade é, em tese, a população. Enquanto a população chinesa for contemplada por níveis de desenvolvimento econômico satisfatórios, o Partido ganha anuência para continuar com o processo de reformas.

Foi no sentido de considerar insatisfações com o crescente *gap* de igualdade social entre regiões na China que o Partido reforçou o conceito de “desenvolvimento científico”, de maneira a comunicar à audiência doméstica a intenção em melhorar qualitativamente o tipo de crescimento econômico chinês, tornando-o mais balanceado dentro de uma “nova normalidade”. Wang Qishan, dirigente do Comitê Central do PCC de Inspeção Disciplinar (*CPC Central Commission for Discipline Inspection – CCDI*) comentou num encontro chamado “Diálogo entre o Partido e o mundo”, em 2015, que a “legitimidade de um partido governante é derivada historicamente e da escolha do povo³⁷⁹”, e que o desempenho de um governo é determinado pela reação de seu povo, se estão satisfeitos e dispostos a aprovar as políticas governamentais. O relatório oficial do 18º Congresso Nacional aconselhava:

Todo o Partido deve ter em mente a confiança que o povo depositou em nós e a grande expectativa que têm sobre nós. Devemos almejar alto e trabalhar duro e continuar a buscar o desenvolvimento científico, promover a harmonia social, e melhorar a vida das pessoas a fim de

³⁷⁷ 中共中央 国务院关于营造企业家健康成长环境弘扬优秀企业家精神更好发挥企业家作用的意见 (Comunicado Conjunto do Comitê Central do PCC e do Conselho de Estado para a Criação de um Ambiente Saudável para Promover o Empreendedorismo), Governo da República Popular da China, Beijing, 25.Set.2017. Disponível em: [http://www.gov.cn/zhengce/2017-09/25/content_5227473.htm] Acesso em 03/11/2017

³⁷⁸ “China Focus: China advocates entrepreneurial spirit to boost innovation”, Xinhua Net, 25.Set.2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-09/25/c_136637576.htm] Acesso em 27/10/2017

³⁷⁹ “CPC speaks on Party legitimacy for 1st time”, Global Times, 14. Set. 2015. Disponível em: [http://www.globaltimes.cn/content/942241.shtml] Acesso em 30/10/2017

completar a gloriosa e árdua tarefa que os tempos [presentes] nos depositam³⁸⁰.

Ainda assim, a liderança governamental frisa a sua crença de que a continuidade e estabilidade do PCC enquanto direcionador do processo de modernização da sociedade chinesa é condição *sine qua non* para que a China logre seus interesses:

Bem como a história tem mostrado e continuará a testemunhar, sem a liderança do Partido Comunista da China, o rejuvenescimento nacional seria apenas um pensamento pretensioso [...] Devemos continuar fortalecendo o Partido em sua habilidade de líder politicamente, de guiar através de teorias, de organizar o povo, e de inspirar a sociedade garantindo, assim, que a vitalidade e a vigorosa habilidade sejam mantidas para sempre³⁸¹.

Os elaboradores de política externa chinesa estão envolvidos crescentemente numa situação que Robert Putnam descreve como jogo de “dois níveis”. Tal como suas contrapartes ocidentais, o governo chinês dispõe cada vez mais de energia e tempo administrando a opinião pública doméstica para negociar assuntos de política externa com interlocutores internacionais. Na intenção de canalizar o sentimento nacional – “espírito” nacional, ou nacionalismo – na direção almejada, o governo da RPC, especialmente o Ministério de Relações Exteriores, empreende esforços no sentido de comunicar-se com a população e explicar direcionamentos de política externa.

Ainda assim, utilizar-se apenas de uma abordagem weberiana de influência, com o foco no crescimento econômico e no nacionalismo como fonte de legitimidade de poder, não é suficiente para entender fenômenos aparentemente contraditórios sobre legitimidade na China. Devem ser incluídos igualmente, na ponderação sobre a estabilidade e continuidade política chinesa, elementos de identificação histórica nacional e de auto-imagem que a população confere ao país. Para além do debate que considera sinais de demonstrações de um sentimento de nacionalismo crescente³⁸² ou decrescente³⁸³ no país, ainda assim há a expectativa doméstica de que o PCC continue sendo o guia de um país em transformação (elemento identitário). A liderança do

³⁸⁰ HU, 2002, p. única

³⁸¹ XI, 2017, p. única

³⁸² Ver: MILES, James. 'Chinese Nationalism, US Policy and Asian Security', *Survival*. 42:4, 2001, pp. 5J-71.

³⁸³ Ver: JOHNSTON, Alastair Iain. Is Chinese Nationalism Rising? Evidence from Beijing, *International Security*, Vol. 41, No. 3 (Winter 2016/17), pp. 7-43

Partido, por sua vez, trata de elaborar conceitos teóricos que acabam por figurar como guias práticos das expectativas sociais.

A segunda expectativa doméstica é ao mesmo tempo uma expectativa e um conceito (2 - *Uma sociedade em modernização e revitalização*). A ideia de modernização também tem tomado contornos distintos quando analisada dentro do léxico político do PCC, e tem acompanhado, em certa medida, o senso de “missão” que a liderança política emprega do Partido. No relatório do 11º Congresso Nacional, ainda encontrava-se o termo “modernização” ligado a uma abordagem tecnicista e a um setor puramente específico de ciência e tecnologia:

[devemos] impulsioná-los [cientistas, técnicos, proletários, camponeses e soldados] e prover todas as dimensões para o entusiasmo revolucionário para todos os quadros e as massas da frente científica e tecnológica e ajudá-los em sua marcha rumo à modernização da ciência e da tecnologia³⁸⁴.

A partir da década de 2000, o Partido tem ampliado a relação do termo modernização para esferas do setor político, clamando pela “aceleração da modernização socialista” com o fim de “construir uma nova situação na construção do socialismo com características chinesas”. O relatório do 16º Congresso Nacional relacionava a “modernização” ao surgimento de novas ideias que ajudassem no desenvolvimento do país: “é imperativo o surgimento de novas ideias para o desenvolvimento, realizar novos paradigmas na reforma, abrir novos horizontes na abertura e tomar novos passos em todas as esferas empenhadas³⁸⁵.” O senso de modernização então, passou de *tecnicista* para um uso econômico significando o novo *pragmatismo* e impulso por desenvolvimento – ainda naquele momento quantitativo – do país.

Mais recentemente, a liderança do PCC tem ressignificado o termo de forma a dotá-lo de um cunho mais moderado e *social*. Uma vez atingido um expressivo crescimento econômico, o Partido volta a atenção ao que chamaram de “novas contradições” do país. Essas novas contradições envolvem considerar um desenvolvimento mais qualitativo da China, de maneira a tentar equilibrar a crescente desigualdade social e a lacuna existente entre o desenvolvimento nas diferentes regiões do país num contexto econômico de “nova normalidade”.

³⁸⁴ HUA Guofeng, Report to the 11th National Congress of the Communist Party of China, 12 Ago 1977.

³⁸⁵ JIANG, 2002, p. única

É interessante ressaltar que o Partido passou a empregar um conceito relacionado a esta modernização da sociedade chinesa: “revitalização” nacional. Ainda que se reconheça que nos últimos 30 anos o governo chinês logrou retirar mais de 700 milhões de pessoas da pobreza – algo que representou 70% da redução global em pobreza -, construir um desenvolvimento equilibrado permanece como um desafio latente para que se chega a uma “sociedade próspera em todos os sentidos”. Nesse sentido, a ideia de revitalização contém também expectativas de que o desenvolvimento chinês seja inovador, coordenador, sustentável, aberto e que possa ser compartilhado.

A ideia de revitalização nacional encontra-se contemplada nos “Dois Objetivos para o Século”, que se referem aos escopos estratégicos de construir uma nação moderadamente próspera em todos os sentidos até 2020³⁸⁶ – quando do centenário do PCC – e construir um país socialista moderno. Zheng (2013, p. 18) resalta que, se o governo central da RPC poderá ampliar oportunidades para transformar pressões – internas e externas – em ímpeto a fim de lograr o “grande objetivo” de construir uma sociedade próspera “em todos os sentidos”, dependerá da correta percepção de mudanças circunstanciais domésticas e internacionais, e do acerto nas ações que a China planeja tomar. Esses ajustes aos quais o autor faz referência também passaram a ser considerados como um conceito-chave na política do PCC, que considera que somente o “desenvolvimento traz o autofortalecimento” (XI, 2014).

Este conceito acopla, primeiramente, elementos fundamentais da auto-imagem identitária da China quando considera o seu caráter de país em transformação. Xi Jinping resgata, num discurso proferido durante a visita à exposição *O Caminho para a Revitalização*, as bases filosóficas taoistas do conceito de “mudança” (*biàn* 变) – já abordadas previamente nesta pesquisa - ao se utilizar da metáfora da água de Laozi para esclarecer especificamente o atual momento de transição do país: “O presente da nação chinesa é justamente um reflexo da lei universal de que tudo está em transformação onde até mesmo ‘os mares se transformam em campos de amoreiras’”. A seqüência desta passagem revela que o conceito de revitalização que o governo ora apresenta tem muito por agradecer a uma “síntese da experiência histórica” da China, mas que é igualmente uma “missão histórica” completar este ciclo de transformação:

³⁸⁶ Full text of Resolution of the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China on the Revised Constitution of the Communist Party of China adopted at the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China. Embassy of the People’s Republic of China, 14 nov.2012. Disponível em: <http://www.chinese-embassy.org.za/eng/zt/18thpartycongress/doc/t988976.htm> Acesso em 12/04/2017

A revitalização nacional tem sido o maior sonho do povo chinês desde que os tempos modernos começaram. Desde sua fundação, o Partido Comunista da China fez do comunismo o seu grande ideal e objetivo último, equiparado à missão histórica da revitalização nacional (XI, 2014, p. 42).

Da mesma maneira, o discurso sobre a revitalização e modernização nacional intenciona agregar esforços práticos da população chinesa a partir da construção do conceito de revitalização ligado ao de “Sonho chinês”: “Conversas vazias prejudicam o país e trabalhos práticos fazem prosperar a nação” (XI, 2014, p. 42). Essa construção conjunta permite ao governo articular sobre a modernização e revitalização social enquanto uma expectativa comum do povo chinês. Na mesma ocasião discursiva citada acima, Xi Jinping (2014, p. 42) imprimiu a perspectiva governamental sobre a coesão nacional:

Todos têm seus ideais, aspirações, e sonhos. Agora, todos nós estamos falando sobre o sonho chinês. Na minha opinião, realizar a grande revitalização da nação constitui o maior sonho da nação chinesa desde o início da época moderna. Este sonho condensa várias gerações de chineses, demonstra o conjunto dos interesses da nação e do povo chinês e representa o anseio comum de todos os filhos da nação.

O “Sonho chinês” tem sido um dos conceitos mais discutidos sobre elaboração de política chinesa, e envolve tanto um reconhecimento do atual nível de desenvolvimento econômico do país quanto a mudança qualitativa e a continuidade que o governo pretende realizar – numa relação filosófico-histórica do conceito de “mudança na continuidade, e continuidade através da mudança”.

Trens de alta velocidade, poder nuclear, smartphones e setores e e-commerce, entre outros, têm alicerçado uma decisiva competitividade chinesa depois de anos de pesado investimento no setor econômico. O sistema econômico proposto pelo PCC tem se transformado ao elevar o papel do mercado como basilar para um papel decisivo nos esforços de construção de uma China próspera. Como participante, impulsionadora e beneficiária do fluxo globalizante, a China está movendo-se crescentemente para o centro da economia e da política mundiais. Xi Jinping (2014, p. 42) considera sobre a revitalização da nação chinesa que “atualmente estamos mais perto dessa meta do que me qualquer outro momento da história e estamos mais confiantes e capazes de alcançar esta meta do que em qualquer outro momento”

Ainda que a os relatórios e documentos oficiais façam referências sobre a honrosa história milenar chinesa e as contribuições da China para a história da humanidade, a visão que a liderança do PCC e a sociedade chinesa têm hoje de sua própria nação é a de que a China ainda está por atingir – mais propriamente, resgatar – um status global já experimentado antes. Como já exposto nesta pesquisa, a auto-imagem identitária nacional chinesa é a de que este é um país re-emergente no cenário internacional. Disso emergem expectativas sobre a China vir a ser uma grande potência na arena global novamente (*3 – uma potência global*).

Nos últimos dois mil anos a China experimentou um status conferido de grande poder por alguns períodos dinásticos, como durante as Dinastias Han, Tang e início da Dinastia Qing. Se ao mesmo tempo, o sucesso tido em tempos remotos conferem a população chinesa de um senso de nacionalismo e honra com relação ao passado histórico, por outro lado é possível que esta mesma referência história instaure insatisfações sobre o status recente do país.

Com efeito, as elites chinesas – nacionalistas ou comunistas – têm clamado pela revitalização nacional desde o lançamento do slogan por Sun Yatsen. Para além da referência ao crescimento econômico doméstico e social, o conceito de revitalização também implica num poder psicológico incumbido na crença da restauração do status global chinês outrora gozado. Essa crença é, usualmente, vista ou apresentada em duas frentes. A primeira considera a ascensão da China rumo ao status de potência global como uma retomada do status perdido – forçosamente – no cenário internacional, mais do que atingindo um status novo e nunca antes experimentado pelo país. A percepção psicológica é a de um país continuamente insatisfeito com seus avanços econômicos até que se reassuma o posicionamento histórico global anterior. A segunda assume o crescente papel internacional chinês como uma restauração justa, mais do que um meio de ganhar vantagens sobre outras potências no cenário internacional. Seja por meio de uma perspectiva ou de outra, a expectativa é a de que a China atingirá garantidamente o status de grande potência mundial.

A re-emergência da China, como já visto, pode ser considerado um processo histórico de longo prazo, e esta condição é assumida pela liderança da RPC no momento de sua interação na ordem internacional. O desastre do Grande Salto Adiante na década de 1950 está ainda vívido na memória da população chinesa e da liderança política do Partido. Desde o início da reforma e abertura em 1978, os elaboradores de política

externa do país tinham a consciência de que a consecução das Quatro Modernizações (modernização da indústria, da agricultura, de ciência e tecnologia, e da defesa nacional) levaria tempo e seria um escopo de longo prazo. O governo chinês elabora não somente os Planos Quinquenais, já muito conhecidos nos meios de circulação midiática, mas também elaboram planos para daqui vinte anos. No 12º Congresso Nacional em 1982, e no 15º Congresso em 1995, o governo do PCC sugeriu dois planos que levavam em conta vinte anos de planejamento³⁸⁷. No 13º Congresso de 1987, os líderes chineses sugeriram até mesmo um plano de modernização para dali 63 anos³⁸⁸.

Tais planos de desenvolvimento de longuíssimo prazo ilustram tanto a racionalidade quanto a paciência da liderança política em lograr a tão almejada revitalização nacional. Pode-se argumentar que os líderes chineses não esperam ver a China como grande potência em seu tempo de vida. Mais bem estes líderes elaboram seus pensamentos e diretrizes conceituais e teóricas políticas com o fim de alicerçar fundamentos para que as gerações futuras atinjam o objetivo. Com efeito, Deng Xiaoping costumava utilizar do slogan “esconder capacidades e esperar o tempo certo; ser bom em manter um perfil baixo; e nunca clamar pela liderança”. Ao ter essa consideração em mente, torna-se mais plausível pensar sobre os conceitos de “sonho” chinês e “nação moderadamente próspera”: ambos guardam e revelam em si uma acepção de futuro reservado à nação chinesa, um futuro que o Partido tem a “missão” de cumprir.

Pode-se apurar que a maneira sistemática com a qual a liderança do Partido lida com as expectativas em relação ao desenvolvimento sócio-econômico e ao papel do país, e ao mesmo tempo a reveste de carga identitária histórica, é caracterizada pela ênfase em princípios. Este fato parece, num primeiro momento, contrastar com a perspectiva de que os interesses são fundamentalmente o que movem as interações e negociações a nível internacional. Kreisberg (1994, p. 456) aponta em seus estudos que “negociação através de ‘princípios’ é uma das características mais amplamente marcantes do estilo de negociação chinês”. Kissinger também compartilha desta visão e nomeia tal característica de “método chinês de negociação” (*apud* HUANG, 2003).

Conforme sugere Gries (2005, p. 105), ao contrário do “interesse individual”, o método chinês “tende a enquadrar seus próprios comportamentos como movidos por

³⁸⁷ “Important Documents Since the 12th Congress”. Pequim: People Press, Vol. 1, 1986, *Renmin Ribao*, 5 Mai 1995.

³⁸⁸ “Important Documents since the 13th Congress”. Pequim: People Press, Vol.1, 1991.

emoções como compaixão e benevolência – e irão apaixonadamente negar serem motivados por interesses ‘egoístas (*zisi*)’³⁸⁹. Com efeito, em ocasiões nas quais a China criticou a política estadunidense com relação a Taiwan, usualmente foi argumentado que a política dos EUA feriram os sentimentos do povo chinês ou romperam com os princípios estabelecidos nos três comunicados conjuntos (1972, 1979 e 1982) assinados pelos dois parceiros – sendo que todos incluem a cláusula da política de “Um só China”, de que Taiwan é parte da RPC.

Os princípios que a liderança política do PCC geralmente enfatiza durante seus processos interativos no cenário internacional podem contemplar tanto normas políticas mais generalizantes como as noções de não interferência em assuntos domésticos ou benefício recíproco (política de ganha-ganha), como também servem como guias mais gerais de ações. O exemplo mais bem acabado deste método é a insistência da China no princípio no que tange às relações com Taiwan. Desde sua fundação em 1949, a RPC estabeleceu os princípios para estabelecimento de relações diplomáticas com outros atores através de negociações das partes pelo Programa Comum. O artigo 56 estipulava que “o governo da República Popular da China deve, em bases de igualdade, benefício mútuo e respeito mútuo à soberania e integridade territorial, negociar com governos estrangeiros que cortaram relações com a facção reacionária Kuomintang (Nacionalistas), e que demonstram uma atitude amigável com relação à República Popular da China, e poderá estabelecer relações diplomáticas com eles.” (*apud* HAN, 1987, p. 5-6). As razões pelas quais tais negociações eram requeridas guardam relação com o desejo da liderança da RPC em assegurar que certas precondições (princípios) fossem conferidas. Com efeito, o princípio de “Uma só China” figura em todos os Comunicados Conjuntos do estabelecimento de suas parcerias estratégicas.

Conforme a China assume um papel cada vez mais ativo no cenário internacional, as atenções se voltam crescentemente para as estruturas discursivas e métodos de elaboração política do Politburo chinês. Para além da publicação dos já conhecidos relatórios oficiais dos Congressos Nacionais, mais recentemente foi lançada uma compilação oficial – chamada *A Governança da China* - de discursos, conversas, e instruções elaborados pelo atual Presidente e líder geral do Partido Xi Jinping, abarcando uma ampla gama de tópicos relacionados à governança chinesa, desde conceitos e políticas sobre o desenvolvimento doméstico, até assuntos envolvendo

³⁸⁹ Conforme a romanização por pinyin “zisi” é *zìjǐ* (自己).

ecologia, defesa nacional, campanhas contra a corrupção dentro dos quadros do Partido, e demais princípios e políticas que guiam o crescente envolvimento chinês nos assuntos globais. Lançada em 2014 pela Foreign Language Press, esta compilação de 79 discursos, conversas e instruções cobrem o período que vai de novembro de 2012 até junho de 2014. Com o lançamento do volume somente dois anos após o anúncio de Xi como líder geral do Partido, e dada a ausência da publicação de documentos de mesmo tipo pelos governos anteriores de Jiang Zemin e Hu Jintao durante seu períodos na liderança do PCC, naturalmente emergiram dúvidas e indagações sobre a relevância de tal documento e o porquê de sua publicação. Estas questões foram brevemente esclarecidas na Introdução, que se refere à publicação do livro como uma resposta ao “crescente interesse da comunidade internacional” e com o fim de “contribuir para uma ampliação do conhecimento e compreensão sobre as concepções e o caminho de desenvolvimento da China e suas políticas internas e externas [...]”.³⁹⁰

Em suma, para além das expectativas externas e domésticas com relação ao papel chinês no cenário internacional, e da influência que a auto-imagem que a liderança do PCC tem em relação à identidade nacional do país, faz-se relevante, para nossos estudos, pontuar algumas modificações pontuais que ocorreram na retórica discursiva do Birô chinês. Algumas dessas composições conceituais passaram a tomar proeminência na elaboração política interna e externa da China

5.2 Linguagem, construção de conceitos e definição política

A linguagem utilizada para denotar a “grande revitalização do povo chinês” passou a tomar uma posição proeminente: figura atualmente como parte da seção de abertura do pronunciamento oficial, enquanto proposição do tema do Congresso. Este termo apareceu pela primeira vez no relatório do 17º Congresso Nacional, mas ainda fazia parte somente o corpo de texto geral. No relatório do 18º Congresso, o termo apareceu na seção que explicava os temas a serem considerados. Também é relevante destacar que a noção de “Sonho chinês”, antes de ser incluída nos pronunciamentos oficiais do PCC, já tinha uso propagandístico anterior. Cartazes com as figuras abaixo podem ser vistos pelas cidades, fixados como quadros nas estações de metrô e trem ou em restaurantes e shoppings.

³⁹⁰ XI, Jinping. A Governança da China. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras Co.Ltd, 2014, Nota do Editor.

Figura 2- Meu sonho, sonho chinês



Fonte: 中国文明网 *Zhongguo Wenming Wang*, 2013. Disponível em:
[http://www.wenming.cn/jwmsxf_294/yjsbdjwmsxfgyggzpz/pml/201305/t20130514_1224161.shtml]
Acesso em 12/11/2017

O quadro apresenta um poema chamado “Meu sonho, sonho chinês” (*Wǒde mèng zhōngguó mèng* - 我的梦 中国梦). O poema faz referência à juventude, e relaciona o brilho de uma criança e o futuro que ainda tem pela frente, com o futuro guardado à nação chinesa. Podemos encontrar termos que fazem referência à nação pelos termos físicos, como “solo” ou “terra” (*Nítǔ* - 泥土), “superestrutura” ou “prédio” e “torre” (*Lóu* - 楼), “campo” ou “interior” (*Tiányě* - 田野). Também encontramos elementos que fazem referência a um “espírito vigoroso” (*Hèlíng* - 赫灵) e “simplicidade infantil” (*Tóngzhēn* - 童真). A ideia de uma “jovem nação” – que se conecta propositalmente ao conceito de “revitalização nacional” – é ainda sobressaltada pela imagem de uma criança expressando um ar de pureza.

Para além do cartaz, “Meu sonho, sonho chinês” também virou um programa audiovisual elaborado pelo Ministério da Educação em parceria com a emissora

nacional CCTV, transmitido para crianças na escola primária e secundária - cerca de 2,2 bilhões de crianças - como a “primeira lição escolar”³⁹¹. O programa é dividido em quatro capítulos: 1) “Meu sonho”; 2) “Persistir no sonho”; 3) “Explorar o sonho”; e 4) “Sonho chinês”. Além disso, é pedido às crianças que escrevam, como tarefa de casa, sobre seus próprios sonhos enquanto um “sonho chinês”. Os grupos são divididos em A (crianças de 1 a 3 anos), B (de 4 a 6 anos), C (de 7 a 9 anos), e D (de 10 a 12 anos). O diretor da CCTV comentou que “a primeira lição escolar” deveria se tornar uma memória comum para as crianças e uma força direcionadora para o desenvolvimento saudável de seus valores e sua maneira de ver a vida³⁹². Adicionalmente, é possível encontrar variações de propagandas ligadas ao “Sonho Chinês”:

Figura 3 - Apresentação musical com o tema "Sonho Chinês" ao fundo



Evento educativo sobre caligrafia chinesa em Nanyang, 02 de junho de 2017.
Fonte: [http://www.sohu.com/a/145466247_508535] Acesso em 12/11/2017.

³⁹¹ O programa pode ser assistido no canal online Bili Bili: [<https://www.bilibili.com/video/av7610184/?from=search&seid=9262823161438773017>] Acesso em 12/11/2017

³⁹² Fonte: 作文大全 *Zuowen Daquan*, 02.mai 2013. Disponível em: [<https://edu.pcbaby.com.cn/zuowen/htzw/wdzm/>] Acesso em 12/11/2017

Figura 4 - Cartaz de fundo do Festival de Primavera promovido pela CCTV - 2016



Cartaz com o tema “Sonho Chinês” do evento Festival de Primavera promovido pela CCTV em 2016.

Fonte: *Botanwang*. Disponível em:

[<https://botanwang.com/articles/201511/%E7%8C%B4%E5%B9%B4%E6%98%A5%E6%99%9A%E8%A6%81%E5%A4%A7%E5%94%B1%E2%80%9C%E4%B8%AD%E5%9B%BD%E6%A2%A6%E2%80%9D%7C%E6%B0%91%E4%BC%97%E6%8A%A2%E5%85%88%E5%90%90%E6%A7%BD.html>] Acesso em 11/12/2017

Figura 5 - Propaganda do Sonho Chinês na cidade de Xi'an



Propaganda na cidade de Xi'an.

Fonte: “遍洒中国梦 西安市多种形式大力刊载公益广告” (Propagandas sobre o Sonho Chinês espalhadas em localidade de serviço público em Xi'an), 中国文明网 *Zhongguo Wenming Wang*, 17.jul 2013. Disponível em: [http://xa.wenming.cn/jwm/201307/t20130717_733044.html]

O conceito ganhou tanto notoriedade que passou a fazer parte do palavreado usual e de atividades rotineiras na China. Em novembro de 2017, na província de Shandong, a Associação de Cartunistas da província realizaram o segundo encontro e evento com o tema “Sonho Chinês”. O vitorioso foi Shang Haichun, que focou na construção ativa do sonho chinês das gerações mais novas por uma geração mais velha:

Figura 6 - Cartoon sobre o "Sonho Chinês" de Shang Haichun



Fonte: “中国梦之梦的色彩” (O sonho do “Sonho Chinês” é a cor), China Digital Times, 11.Nov.2017. Disponível em: [<https://chinadigitaltimes.net/chinese/2014/11/%E3%80%90%E9%BA%BB%E8%BE%A3%E6%80%B%E5%B1%80%E3%80%91%E4%B8%AD%E5%9B%BD%E6%A2%A6%E4%B9%8B%E6%A2%A6%E7%9A%84%E8%89%B2%E5%BD%A9/>] Acesso em 03/01/2017

Outra variação propagandística do “Sonho Chinês” vem sob a forma do slogan “O país é o lar, com um bom espírito” (*Guóshìjiā, shànzhuòhún* - 国是家，善作魂):

Figura 7 - Exposição de um desenho sobre o slogan "O país é o lar, com um bom espírito"



Criança expõe seu trabalho de casa sobre o slogan “O país é o lar, com um bom espírito” numa escola secundária na cidade de Wuhan.

Fonte: Material particular disponibilizado por um colega professor para o autor.

Quando a retórica faz a relação de “país” com “lar”, no pensamento confucionista esta relação é mais íntima e profunda do que quando fazemos esta relação pautados na ideia de “comunidade imaginada” ou no sentido westphaliano de país. Na acepção chinesa confuciana, como pudermos analisar previamente, a relação familiar ganha lugar central na construção da base moral da sociedade. Seguindo o conceito de Filialidade (“piedade filial” ou “obediência” – *xiào* – 孝), somente alguém que saiba servir a seus pais pode se tornar um bom governante; por extensão, somente alguém que saiba servir à sua família pode ser um bom cidadão. Uma passagem nos Analectos de Confúcio frisa a necessidade em obedecer aos ritos quando em relação com a família: “Meng Yizi perguntou ao Mestre sobre a Filialidade. O Mestre disse: ‘Não desobedeça’³⁹³”.

Pode-se indagar que reforçar a relação entre a família (lar) e o país é uma função retórica confuciana destinada a instigar um senso de responsabilidade e filialidade entre o povo chinês e a China. Além disso, o termo “espírito” (*hún* – 魂) tampouco tem uma acepção individualizada como encontramos na tradição religiosa cristã ocidental de

³⁹³ CONFÚCIO. *Os Analectos*. Trad. Georgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.35

“alma”, ou com um sentido atomizado. O mesmo termo encontra-se também traduzido como “sentimento” (ou “*mood*” em inglês) ou “espírito de nação”, refletindo uma retórica de união nacional, mais que individualização pessoal.

É possível argumentar que a intenção propagandística é interligar as expectativas individuais dos chineses com a prosperidade própria do país, de forma que para atingir um sonho individual, é necessário que se contribua para construir, antes, uma sociedade “moderadamente próspera em todos os sentidos”. O conceito de sonho chinês tenta resgatar um “espírito nacional de patriotismo” que, para o governo, é a “alma central” da revitalização do país³⁹⁴.

O termo foi adicionado no léxico político oficial a partir do 19º Congresso, compondo a frase “incansavelmente se esforçar para realizar o sonho chinês de grande revitalização do povo chinês”. Nesta passagem, o “Sonho chinês” (*Zhōngguó mèng* - 中国梦) tem sua primeira aparição num relatório político oficial. Também teve sua primeira aparição o termo “não esquecer nossas intenções originais” (*Bùwàng chūxīn* - 不忘初心), que traz, juntamente com o “senso de missão”, simbologias de nacionalismo: “A intenção original e a missão do Partido Comunista Chinês é buscar a prosperidade para o povo chinês e buscar a revitalização da nação chinesa³⁹⁵”.

Há ainda outras formas de linguagem considerando um “contexto geral” (*Quánjú* – 全局). A “Nova era”, que num primeiro momento pode parecer um termo desprovido de muita informação, parece deixar claro que uma linha pode ser traçada distinguindo a liderança política antes e depois do 19º Congresso, essencialmente acentuando a relevância e o propósito históricos da nova diretriz. Considerando as formulações teóricas passadas do PCC, nota-se que o Partido, especialmente em suas esferas mais seniores, interpretam as “eras” em termos não somente de circunstâncias domésticas, mas sobretudo em termos de tendências que moldam o desenvolvimento da civilização humana (*Rénlèi wénmíng* – 人类文明) de maneira mais ampla. Logo após a subida do PCC no poder em 1949, Mao Zedong considerou que o mundo estava em meio de uma “era de revolução e guerra”, e a noção de que “luta de classe é o princípio guiador” (*Jiējí dòuzhēng wèi gāng* – 阶级斗争为纲) transpassava todos os aspectos de política do Partido. Durante a Revolução Cultural, viam-se slogans como “preparar para

³⁹⁴ “习近平：中国梦归根到底是人民的梦” (*Xi Jinping: The Chinese Dream is the people's dream*), CCTV News, sem data. Disponível em: [<http://news.cntv.cn/dreams/>] Acesso em 12/11/2017

³⁹⁵ Ibidem.

a guerra e para o desastre natural” (*Bèizhàn bèihuāng* - 备战备荒), e “cavar túneis profundos, manter vastas reservas de grãos” (*Shēn wā dòng guǎng jī liáng* - 深挖洞广积粮) – sendo o etos dessa era o de preparar a China para calamidades incontroláveis.

Quando Deng Xiaoping introduziu as reformas econômicas, as prioridades do Partido foram transferidas para a esfera econômica, e uma pré-condição desta mudança foi que Deng considerava que Mao havia cometido um erro estratégico no julgo caracterizador daquela “era”. Em fins da década de 1970, Deng Xiaoping discursou sobre uma “era de paz e desenvolvimento” (*Héping yǔ fāzhǎn de shídài* - 和平与发展的时代), apontou que uma terceira guerra mundial era improvável, e que a China deveria aproveitar a oportunidade histórica para desenvolver-se. A partir deste momento, os relatórios dos sucessivos Congressos e outras reuniões oficiais relevantes tenderam a enfatizar que, em que pese a situação complexa mundial, os países estariam ainda assim vivendo numa “era de paz e desenvolvimento”, e que a linha mestra do Partido deveria ser seguida.

No relatório do 19º Congresso, a noção de “Nova era” é mais voltada para mudanças internas da China, e somente envolve secundariamente uma leitura de mudança na “civilização humana” ou nas tendências globais – ainda que o termo apareça como recurso discursivo nos comunicados conjuntos entre seus parceiros estratégicos. A liderança do Birô político considera que depois de 40 anos de reformas econômicas a economia e a sociedade da China atingiu ganhos consideráveis, e que o atual desenvolvimento chinês atingiu um novo ponto onde enfrenta novas contradições, novas situações e novos problemas. Provavelmente o uso da palavra “fase”, ao invés de “era”, seria mais conveniente com o sentido geral da caracterização. No entanto, falar de uma “nova fase” seria insuficientemente forte para estar em passo com a ideia de um novo “pensamento” do socialismo com características chinesas. “Era” e “fase” tem acepções e impactos distintos. Referir-se a uma “nova era”, em outras palavras, confere muito mais gravidade ao slogan político de Xi Jinping e ao seu refinamento do que é o socialismo com características chinesas.

É relevante também destacar que o termo “liderança do Partido” permaneceu relevante nas esferas de elaboração teórica e prática política. O termo considera o princípio, reafirmado a cada relatório dos Congressos sucessivamente ao longo da história, de que o PCC não pode e não será abalado. Impressiona o fato de que no relatório do 19º Congresso foram usados termos que não tinham sido utilizados desde a

era de Mao Zedong: “Partido, governo, forças armadas, povo e educação, leste, oeste, sul, norte, o Partido lidera tudo” (*Dǎng zhèng jūnmín xué, dōngxī nánběi zhōng, dǎng shì lǐngdǎo yīqiè de* -党政军民学，东西南北中，党是领导一切的). Esta terminologia remete à ressurreição de uma linguagem política maoísta. Deng Xiaoping foi claro na disposição das reformas de que antes de fortalecer o Partido, primeiramente dever-se-ia melhorar a sua liderança. A linguagem do relatório do 13º Congresso em 1987 foi especialmente explícita sobre isso no seu conteúdo sobre as reformas do sistema político. O relatório do 16º Congresso também abordou o tema das reformas e o aperfeiçoamento dos métodos de liderança e governança do Partido.

O relatório político do 13º Congresso, em 1987, reafirmou as conclusões do 8º Congresso no que tange às contradições fundamentais da sociedade chinesa ao escrever: “A contradição chefe que enfrentamos no estágio atual são as sempre crescentes necessidades materiais e culturais do povo versus a retardada produção social.³⁹⁶” O relatório do 19º Congresso revela: “O socialismo com características chinesas entrou numa nova era, e a principal contradição da sociedade em nosso país tem sido transformada numa contradição entre já avançados estilos de vida e desenvolvimento desigual e inadequado³⁹⁷”. Esta expressão foi dotada de novo significado, e provê espaço prático para futuro aprofundamento das reformas. No caso de esta noção de contradição principal se configurar futuramente como uma expressão formal, pode ser que ela venha a servir como um guia ideológico para promover e legitimar o aprofundamento das reformas em distintas áreas.

Como se pode notar, enquanto Partido de raiz leninista, o PCC tem historicamente enfatizado meios propagandísticos. Os pronunciamentos oficiais são usualmente repletos de slogans e direcionados à mobilização de massa com o fim de atingir objetivos políticos. Afinal, conforme reconhecido por Xi Jinping no relatório do 19º Congresso Nacional: “Teoria é fundamental para a construção do Partido [...] a prioridade máxima da construção do Partido através da teoria é ser verdadeiro aos nossos ideais e convicções³⁹⁸”. As frases usadas pelo Partido são conhecidas por *tífǎ* 提法, que pode ser traduzido como “linguagem”, e podem ser vistas como sinais políticos ou assinaturas políticas. Com efeito, entender o processo histórico chinês e o que a

³⁹⁶ ZHAO, Ziyang. 13th CCP Congress Report, 1987. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B7XE_eFPC_7NbHnHZWdPcl9uZjg/view?usp=sharing] Acesso em 12/11/2017.

³⁹⁷ XI, 2017, p. única.

³⁹⁸ Ibidem.

liderança do PCC está utilizando como recurso retórico em seus discursos - o vocabulário usado e o porquê - é fundamental para alguém que espere fazer sentido do mundo político chinês.

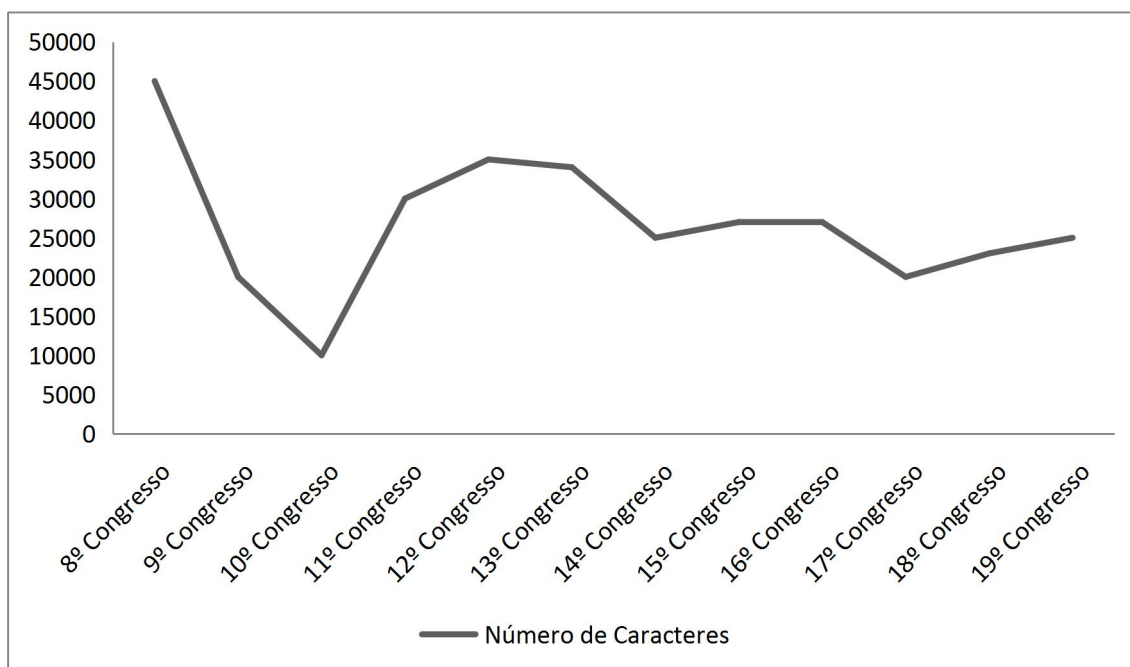
A cada cinco anos, a linguagem prevalecente do PCC é lançada no relatório político do Congresso Nacional. Cada relatório pode ser entendido como o “léxico geral” do Partido. Certos pronunciamentos são formulados somente depois de extensivas deliberações e internos debates. Certas palavras podem aparecer com certa frequência num relatório e simplesmente não fazer parte do relatório seguinte. Tal léxico é significativo, pois reflete as diretrizes contextuais do poder político dentro do Partido. Até mesmo pequenas modificações no léxico das palavras pode comunicar variações também nas políticas prevalecentes dentro da China.

Seis Congressos Nacionais tiveram lugar nos primeiros oito anos após a fundação do Partido Comunista. Foi decidido no 6º Congresso Nacional, em Moscou em 1928 (o único Congresso ocorrido fora da China), que os Congressos aconteceriam anualmente. Entretanto, somente 17 anos depois é que o próximo Congresso (7º) aconteceu, em 1945. O 8º ocorreu em Yan’an, e foi o que estabeleceu o formato atualmente adotado de reunião a cada cinco anos. Devido a turbulências políticas no país com o Grande Salto Adiante e a fome na China (1958-1961), o 9º Congresso ocorreu somente em 1969, e o 10º Congresso, que originalmente aconteceria em 1974, devido à misteriosa morte de Lin Biao, foi adiantada para 1973. O 11º Congresso igualmente foi modificado para 1977 devido à queda da Gangue dos Quatro e ao fim da Revolução Cultural.

É interessante notar que os relatórios políticos do 8º, 9º e 10º Congressos variam em termos de extensão. O 8º relatório contém 45 mil caracteres, enquanto que o 9º contém menos da metade: 20 mil. O 10º relatório, proferido por Zhou Enlai, que àquela época já estava com a saúde debilitada, foi de apenas 10 mil. Desde o fim da Revolução Cultural, a partir do 11º Congresso Nacional em 1977, os relatórios acentuaram e mantiveram num padrão de cerca de 30 mil caracteres. O número de caracteres revela, em certa medida, que os relatórios iniciais eram dotados de maior carga retórica e ideológica voltadas ao convencimento e às referências ao Pensamento de Mao Zedong - por isso, mais extensas. A partir do 14º Congresso, no início da década de 1990 e quando Jiang Zemin foi eleito o líder do Partido, o discurso passou a tomar um formato

mais pragmático, ainda que não deixasse de fazer referência à linhagem de pensamento político chinês.

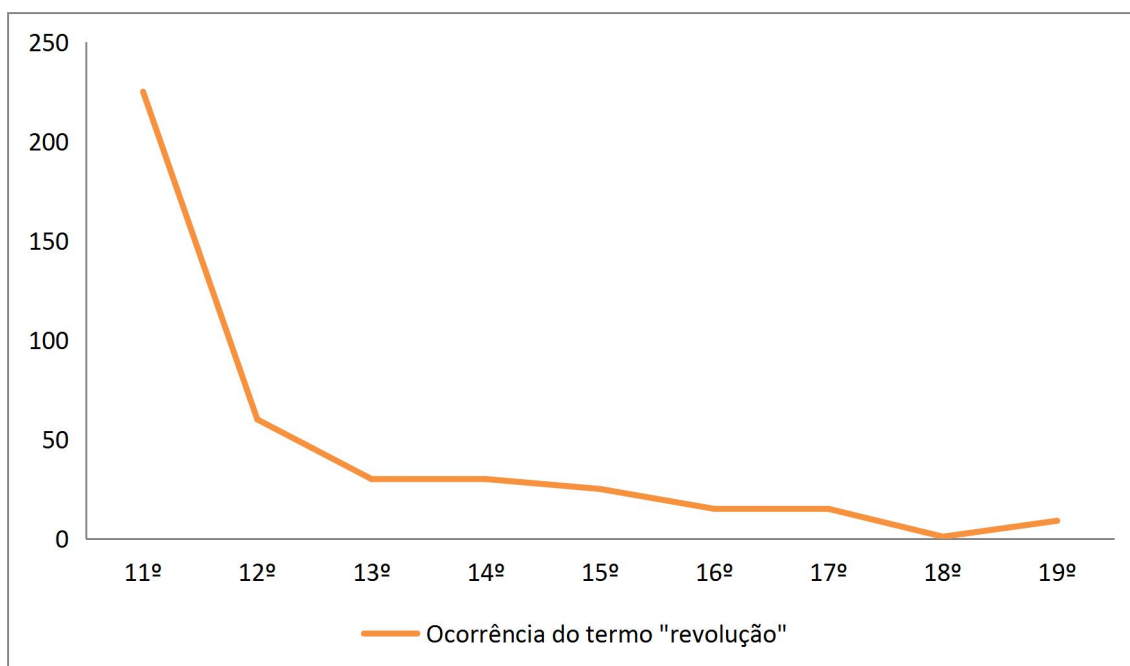
Gráfico 17 - Número de caracteres contidos nos relatórios dos Congressos Nacionais da China 1945-2017



Fonte: Dados do *China Daily* para diferentes anos. Disponível em: [<http://www.china-embassy.org>] Acesso em 03/02/2018. Contagem de palavras pelo *Word Counter*. Disponível em: [<https://wordcounter.net/>] Acesso em 03/02/2018.

Já que estes Congressos ocorreram no mesmo período histórico – a era pós-maoísta – pode-se comparar a frequência de certo vocabulário nos respectivos relatórios políticos. A mudança da frequência da terminologia usada no léxico do Partido pode ajudar a mapear algumas diretrizes de auto-imagem identitária nacional e, por conseguinte, influenciar na diretriz estratégica de política externa. O termo “revolução”, por exemplo, caiu expressamente em significância de uso nos pronunciamentos oficiais ao longo do tempo:

Gráfico 18 - Ocorrência do termo "revolução" nos relatórios dos Congressos Nacionais do PCC 1977-2017



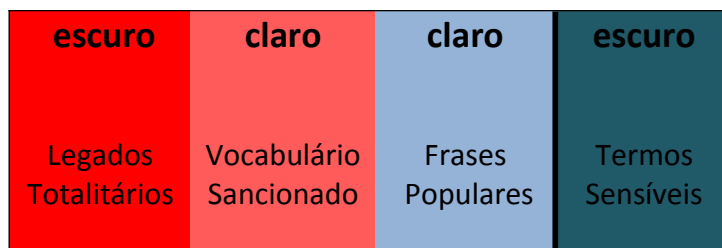
Fonte: Dados do *China Daily* para diferentes anos. Disponível em: [<http://www.china-embassy.org>] Acesso em 03/02/2018. Contagem de palavras pelo *Word Counter*. Disponível em: [<https://wordcounter.net/>] Acesso em 03/02/2018.

Um estudo feito pela *China Media Project*³⁹⁹ utilizou-se de uma análise de palavras-chave dessa terminologia aplicada à mídia Chinesa e posteriormente delineou comparações de como o vocabulário político é comunicado em termos contextuais e em sua frequência. O estudo chega à conclusão de que ainda que o PCC elabore os slogans a serem utilizados para convencimento da audiência doméstica (e, por extensão, também internacional), a própria liderança política acaba por ser refém desse vocabulário uma vez que ele é comunicado ao público. Os autores fazem uma disposição básica da terminologia política de maneira a separá-la por fração de quatro cores ao longo de um segmento que vai do vermelho escuro ao azul escuro, como disposto a seguir:

Tabela 11 - Divisão de terminologia política pela China Media Project 2012



³⁹⁹ O *China Media Project* é um centro de pesquisas independente em parceria com o Centro de Estudos de Mídia & Jornalismo da Universidade de Hong Kong.



Fonte: China Media Project, 2012. Disponível em:
[<http://chinamediaproject.org>] Acesso em 02/12/2017.
Modificado pela autora.

O vermelho escuro inclui termos como “luta de classe”, “ditadura do proletariado”, e “pensamento de Mao Zedong”. São legados da era totalitária, mas que ainda não desapareceram nas publicações atuais e mantém sua influência. Os vocabulários oficialmente sancionados do Partido fazem parte do vermelho claro, que sustentam a supremacia lexical na política chinesa como “mundo harmonioso” ou “sociedade harmoniosa”. O azul claro são aqueles de uso popular no país, permitidos na mídia chinesa, mas raramente empregados oficialmente. Entre o azul claro e o escuro há uma espécie de limite proibitivo. O azul escuro abarca termos politicamente sensíveis como “separação de poderes”, “sistema multipartidário”, “nacionalização das forças armadas”, “levantar a bandeira dos partidos políticos” (*Jiěchú dǎng jìn*- 解除党禁) e “cancelar restrições de mídia” (解除抱禁 - *Jiěchú bàojìn*).

O estudo também levantou dez termos que merecem atenção no 18º Congresso Nacional do Partido, ainda presidido pelo ex-presidente Hu Jintao, pela sua relevante jornada política dentro do léxico do Partido: 1) Os Quatro Princípios Básicos (四项基本原则), que incluem “O Pensamento de Mao Zedong” (毛泽东思想); 2) Preservação da estabilidade (维稳); 3) Reforma política (政治体制改革); 4) Revolução cultural (文革); 5) O poder é dado pelo povo (权为民所赋); 6) Direitos de decisão política, implementação e supervisão (决策权, 执行权, 监督权); 7) Democracia intrapartido (党内民主); 8) Construção social (社会建设); 9) Visão científica do desenvolvimento (科学发展观); 10) Socialismo com características chinesas (中国特色社会主义).

Um termo que merece maior atenção é o de “visão científica do desenvolvimento”, que seria uma nova roupagem do conceito de “construção de mundo harmonioso”, antes mais saliente nos discursos proferidos por Hu Jintao. Este termo tem

precedentes no “socialismo científico” – em oposição a “socialismo utópico” – da ideologia leninista-marxista. Pode-se dizer que, ao prezar pelo método científico, o Partido intenciona transpassar uma imagem de que as suas teorias se pautam por diretrizes empíricas e observacionais. Em outras palavras, o termo invoca tanto elementos ideológicos – fazendo referência à era Mao Zedong – quanto o pragmatismo político iniciado pelo governo Deng Xiaoping⁴⁰⁰, mas de maneira a avançar em caráter social – característico dos governos Hu Jintao e Xi Jinping. Além disso, ao considerar uma cientificidade empírica, o método observatório (por testes) passa a ser primordial para a verificação teórica. Em outras palavras, se uma teoria não é observada através do método empírico, ela pode ser falsificada ou reformulada. Portanto, ao clamar pelo socialismo científico, o Partido abre espaço para – de maneira legítima – rever e reformular teorias passadas enquanto ideologias legitimadoras da união nacional conforme o contexto histórico.

Através deste contexto histórico e de tendências históricas, o método permite a previsão de acontecimentos futuros prováveis no que tange aos fenômenos sociais, econômicos e políticos. Modificado para o conceito de “desenvolvimento científico” – uma guinada da esfera puramente política para inclusão da esfera econômica -, o termo é identificado por uma abordagem que se centra no aspecto social do desenvolvimento, não apenas no matemático. O que motivou o seu uso enquanto teoria política do PCC foi a tentativa de corrigir a ênfase exagerada nos logros e na busca incessante por aumentos no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que gera falsas percepções tangentes ao posicionamento econômico chinês e negligências quanto às desigualdades sociais latentes dentro do país, ainda que com o crescimento significativo do PIB. Em resumo, se presa por uma abordagem qualitativa, mais que quantitativa, do que é o desenvolvimento econômico chinês. Esta perspectiva por explicar, em parte, o porquê de a China insistir em identificar-se enquanto “o maior país em desenvolvimento do mundo”, ao invés de alocar-se retoricamente como superpotência mundial.

A partir da Terceira Sessão Plenária do 16º Congresso Nacional do PCC, no início da década de 2000, Hu Jintao passou a comunicar o que seria a sua imagem enquanto líder chinês: um dirigente ligado aos setores sociais e preocupado com a qualidade do desenvolvimento econômico para além dos números. Nesta ocasião, Hu Jintao iniciou a preparação do que viria a ser seu marco (ou slogan) ideológico durante

⁴⁰⁰ Lembremos dos slogans de Deng Xiaoping: “Não importa se a cor do gato é branca ou negra, contanto que saiba caçar ratos” e “Devemos atravessar o rio ao tocar as pedras”.

seu período da direção do PCC, cuidadosamente construído sob a base ideológica das Três Representações de Jiang Zemin – bem como sob a Teoria de Deng Xiaoping e o Pensamento de Mao Zedong. O termo chave no corpo teórico de Hu Jintao foi o conceito de “desenvolvimento científico”, também apresentado como “sociedade harmoniosa”. O conceito versava sobre um tipo de “desenvolvimento amplo, coordenado e sustentável” e apontava as externalidades do processo de desenvolvimento:

Ao mesmo tempo [em que os logros são atingidos], existem problemas na irracionalidade da estrutura econômica, as relações de distribuição não foram solucionadas, a renda rural é cada vez menor, contradições proeminentes persistem na empregabilidade, pressões crescentes estão emergindo dos recursos ambientais, a competitividade geral da economia não é forte, e assim por diante⁴⁰¹.

A primeira vez em que o termo “desenvolvimento científico” foi usado com o sentido conferido a ele pelo PCC foi durante uma visita de Hu Jintao à Província de Jiangxi em setembro de 2003, pouco antes do Terceiro Plenário do PCC. O contexto em que o termo foi usado é relevante, não só porque esta é uma província menos desenvolvida e agrícola na China, mas também porque Hu Jintao visitou, nesta Província, diversas localidades que foram importantes no momento revolucionário, onde o PCC se centrava no início da década de 1930, de forma a elevar o “Pensamento de Mao Zedong” e a primeira geração de revolucionários⁴⁰². Em vista deste comportamento, e da sua visita em 2002 à última localidade onde o PCC se centrou antes de tomar Pequim em 1949 – cidade de Xibaipo⁴⁰³ –, pode-se notar um padrão de comportamento em que Hu Jintao repetidamente tentava se auto-identificar com os aspectos revolucionários da história chinesa. Este impulso continuou mesmo quando Hu passou a utilizar uma retórica mais pós-revolucionária ao considerar o futuro da China, onde mercado, normas, e instituições circunscrevem os parâmetros da vida política. De certa maneira, o conceito de “desenvolvimento científico” é utilizado de forma a reconciliar estes, ao menos aparentemente, divergentes e paradoxais impulsos políticos. Ao considerar uma tradição filosófica de co-teses, em que a aceitação de pares

⁴⁰¹ “Decision of the Central Committee of the Chinese Communist Party on several issues in perfecting the socialist market economy [complete text]”, *Xinhua News Agency*, 21. Out 2003. Disponível em: [http://www.people.com.cn/GB/shizheng/1024/2145119.html.] Acesso em 02/08/2017.

⁴⁰² 外报：胡锦涛走访红色土地反映民心 符合民愿 (Relatório externo: Inspeção de Hu Jintao a áreas vermelhas refletem o coração do povo e suas esperanças) 04.Set 2003. Disponível em: [http://www.people.com.cn/GB/shizheng/1024/2071684.html.] Acesso em 04/03/2017.

⁴⁰³ “Profile: Hu Jintao”, *China Daily*, 11.nov 2004. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2004-11/11/content_390699.htm] Acesso em 04/03/2017.

aparentemente opostos e contradições é mais latente na vida política que a tradição filosófica européia, o conceito não parece limitar o planejamento político chinês, mas sim dotá-lo de grande flexibilidade discursiva. Durante a visita a Jiangxi, Hu explicou:

É necessário adotar de forma sólida o conceito de desenvolvimento científico do desenvolvimento coordenado, desenvolvimento amplo, desenvolvimento sustentável, [e] ativamente explorar um novo caminho para o desenvolvimento que seja conforme a realidade, posteriormente melhorar a estrutura de economia de mercado socialista, combinar esforços intensos no reajuste estrutural através da promoção do desenvolvimento rural, combinar esforços para trazer à cena as vantagens dos recursos humanos, combinar o desenvolvimento da economia com a proteção dos recursos e do meio ambiente, combinar abertura ao mundo externo com a abertura a outras partes do país, e esforçar-se para tomar um caminho civilizado de desenvolvimento caracterizado pelo desenvolvimento produtivo, por uma vida próspera, e um bom ambiente ecológico⁴⁰⁴.

Ainda que uma definição tão extensa sobre o conceito corresse o risco de superestimá-lo, Hu intencionou mostrar preocupação com o desenvolvimento rural, com as lacunas regionais da China quanto a logros científico-tecnológicos, e com ecologia; temas que apareceriam em futuras discussões sobre o conceito de desenvolvimento científico.

A ideia por trás do conceito de desenvolvimento científico – mas não o uso do termo em si – apareceu na Terceira Sessão Plenária do 16º Congresso Nacional que aconteceu em Pequim, em 2003. A decisão plenária apontou que era necessário “considerar o povo como o principal, estabelecer um conceito de desenvolvimento amplo, coordenado, e sustentável e promover o desenvolvimento econômico, social e humano⁴⁰⁵”. O conceito foi abordado em veículo de mídia de massa, como no *People’s Daily*, de maneira a indicar que a liderança do Partido sinalizava para uma nova abordagem do desenvolvimento, que se centrasse mais na população (yiren weiben) e no “desenvolvimento amplo”. O artigo da *People’s Daily* argumentava: “À primeira vista, crescimento é igual a desenvolvimento, mas de fato não é⁴⁰⁶”. O artigo segue

⁴⁰⁴ “胡锦涛江西之行非同小可” (A viagem de Hu Jintao para Jiangxi é trivial), 人民报 *Renminbao*, 9.set 2003. Disponível em: [<https://www.renminbao.com/rmb/articles/2003/9/9/27862.html>] Acesso em 02/05/2017.

⁴⁰⁵ “Communiqué of the Third Plenary Session of the 16th Central Committee of the Chinese Communist Party”, *Xinhua News Agency*, 14. Out 2003. Disponível em: [<http://www.people.com.cn/GB/shizheng/1024/2133923.html>] Acesso em 04/03/2017.

⁴⁰⁶ “Build Up and Implement Scientific Concept of Development”, 人民报 *Renminbao*, 5.Nov 2003, FBIS CPP-2003-1107-000119.

argumentando que se a nação focar exclusivamente no crescimento quantitativo da economia, “ignorando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, político e cultural, e ignorando o equilíbrio entre as pessoas e o mundo natural”, o desenvolvimento seria desequilibrado e, em última instância, iria decair. O conceito tem permeado as elaborações do Birô do PCC desde então, e com a crise financeira e a retração econômica que se seguiu, influenciando a queda no nível de crescimento chinês – que passou a ficar em torno dos 7% -, um novo termo começou a ser utilizado no léxico político: a “nova normalidade”. Em ocasião no encontro do G20 em Hangzhou em setembro de 2016, o Presidente Xi Jinping revelou:

Este é um ponto de início para a China para desenvolver profundamente uma ampla reforma, para continuamente impulsionar o desenvolvimento econômico e social, para ajustar à nova normalidade através da transformação do modo de desenvolvimento, para continuamente [manter o país] aberto e ter uma interação densa com o mundo⁴⁰⁷.

Esta nova normalidade considera, conforme elaborado por Xi Jinping nos encontros da APEC em 2014: a) que a economia chinesa passou de um crescimento rápido, para uma de crescimento médio-para-rápido; b) que a estrutura econômica é constantemente aperfeiçoada e atualizada; e c) que a economia passa a ser crescentemente impulsionada pela inovação ao invés de insumo e investimento⁴⁰⁸. O conceito leva em conta, de maneira prática e para além de sua proposição teórica discursiva, que se a China continuar investindo a níveis globalmente nunca vistos de 50% da renda nacional, e acumular débitos numa taxa anual de 15% do PIB nacional, há sérios riscos de que o país passe por um crash econômico como aconteceu no Japão na década de 1990. Logo, o conceito de nova normalidade comunica basicamente o que comunica o conceito de desenvolvimento científico: que o crescimento econômico chinês necessita desacelerar e, ao fazê-lo, reequilibrar e reconstruir a estrutura de crescimento econômico de forma a ser mais direcionado para o consumo doméstico e a inovação tecnológica. Ainda que não esteja claro qual será a taxa de crescimento da

⁴⁰⁷ “Keynote Speech by H.E. Xi Jinping, President of the People’s Republic of China, at the Opening Ceremony of the B20 Summit”, 09 Set. 2016. Disponível em: [http://www.g20chn.org/English/Dynamic/201609/t20160909_3414.html] Acesso em 20/12/2017.

⁴⁰⁸ JIN, Bei. “China’s ‘New Normal’: A Milestone toward New Thinking and Innovation-Driven Growth”, China-US Focus, 12.Jan 2015. Disponível em: [https://www.chinausfocus.com/finance-economy/chinas-new-normal-a-milestone-towards-new-thinking-and-innovation-driven-growth]. Acesso em 04/10/2017.

China dentro da “nova normalidade” – previsões entre 4% e 6% -, ela tem repercussões tanto nas possibilidades de incremento no standard de vida social domesticamente, quanto no momentum que a China provê à economia mundial. Em outras palavras, o conceito comunica e interage também com as expectativas externas ao crescimento chinês.

Já a esta altura podemos notar, em parte, a relevância que o ato discursivo e de elaboração teórica tem nas diretrizes políticas domésticas e externas do governo da RPC. Mostra-se profícuo incluir, nesse sentido, elementos de análise de discurso – termo apresentado pelo lingüista americano Zellig Harris em 1952 – com o fim de compreender de maneira mais profunda o léxico político chinês envolvido na diplomacia de parcerias estratégicas.

Em “Linguagem e Poder” de 1989, Fairclough (1992) clarifica o conceito de análise de discurso de forma a explorar as conexões entre linguagem e práticas institucionais sociais e estruturas políticas e sociais mais amplas. A definição ou escopo do subtermo “discurso”, de acordo com Mills (1997, p. 2), é a de uma “comunicação verbal”. Em termos específicos, é definido como “fala de conversação, discurso formal ou escrito sobre um tema em particular, ou uma unidade lingüística maior que uma sentença, refletindo as origens da palavra como um conceito lingüístico” (BURNS; MORRELL, 2006, p. 54). Para Fairclough (1992, p. 8),

O discurso constitui uma realidade social. Três dimensões sociais são distinguidas – conhecimento, relações sociais, e identidade social – e elas correspondem respectivamente a três funções gerais da linguagem [...] O discurso é formado pelas relações de poder e repleto de ideologias.

Das interpretações acima citadas, infere-se que “discurso” é um termo amplo que envolve tanto lingüística quanto fatores sociais. Ele envolve não somente textos ou palavras em suas formas escrita e verbal, mas também penetra na relação entre linguagem e poder, e interage numa estrutura social. A análise crítica do discurso entende que o discurso é, em si, ideológico, já que é usado para representar sistemas de pensamento, manifestados na linguagem que grupos e indivíduos usam para identificar a si mesmos, filtrar informações e expectativas, e interpretar significados. Nesse sentido, uma ideologia pode ser positiva ou negativa a depender de sua contribuição para atingir certo objetivo desejado, utilizando de um método desejado. Em outras palavras, uma

ideologia não é nem “boa” nem “má” em essência, e a única distinção que há quando se considera o mesmo discurso de maneiras diferentes, é o ponto de vista que se tem.

Uma análise crítica de discurso enfatiza a relação entre a linguagem e a intervenção e mudança sociais, de forma a considerar o ator que contém o poder de fala num dado contexto ideológico. Isto significa dizer que analisar criticamente um discurso é destacar propriedades da interação social e, especialmente, a estrutura social onde o discurso é aplicado. Portanto, pode-se assumir que a subjetividade de qualquer discurso é provavelmente um conceito relativo onde aquele que tem o controle sobre o poder da comunicação, tem também um certo controle sobre o tema a ser tratado e influencia a concepção dos outros atores sobre o tema. Fairclough e Clive (1995, p. 5) consideram que esta análise crítica é “uma abordagem interdisciplinar aos estudos de discurso que vê a linguagem como uma forma de prática social e foca na maneira com a qual estruturas de poder social e político são reproduzidas em textos e falas”.

Quando passamos para o estudo da influência gravitacional do comportamento de poder da China, pode-se notar este fenômeno em pelo menos quatro ocasiões, sendo duas delas em articulações multilaterais e duas de caráter bilateral. A primeira delas, já citada nesta pesquisa, é a inclusão do termo “Mundo harmonioso” nos Comunicados Conjuntos do grupo BRICS desde a sua primeira reunião na Rússia em 2009: “O diálogo e a cooperação dos países do BRIC são conducentes [...] para construir um *mundo harmonioso* de paz duradoura e prosperidade mútua.” (BRIC SUMMIT, 2009, p. única, grifo nosso). Também encontramos o uso da estrutura conceitual dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” – elaborada pelo ex-presidente chinês Jiang Zemin - no Comunicado Conjunto do encontro dos membros da ASEAN com a China na Malásia, em 1997:

[Os membros] afirmaram que a Carta das Nações Unidas, o Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e as leis internacionais universalmente reconhecidas devem servir como normas básicas para governar suas relações⁴⁰⁹.

O mesmo comportamento de poder exercido através do recurso discursivo pode ser sentido com ao menos dois parceiros estratégicos da China. No Comunicado

⁴⁰⁹ “Joint Statement of the Meeting of Heads of State/Government of the Member States of ASEAN and the President of the People’s Republic of China”, Kuala Lumpur, Malásia, 16 de dezembro de 1997. Disponível em: [http://asean.org/?static_post=joint-statement-of-the-meeting-of-heads-of-stategovernment-of-the-member-states-of-asean-and-the-president-of-the-people-s-republic-of-china-kuala-lumpur-malaysia-16-december-1997] Acesso em 22/08/2017.

Conjunto entre a China e o Paquistão, destinado a aprofundar a cooperação estratégica e econômica entre os parceiros, pode-se ler que ambos estão dispostos a “[...] trabalhar juntos pelo objetivo da ‘Comunidade de Destino Comum China-Paquistão’⁴¹⁰”. O conceito de Comunidade de Destino Comum, a ser analisado com mais detalhes posteriormente nesta pesquisa, apareceu pela primeira vez nos relatórios políticos de Hu Jintao e tem sido mais amplamente e enfaticamente divulgado nos relatórios e pronunciamentos do atual líder do PCC Xi Jinping. Além disso, encontramos ambos os termos “Nova era” e “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” no Comunicado Conjunto estabelecido na ocasião da parceria estratégica com a Indonésia:

Ambos os lados devem somar esforços para dar luz aos elementos distintivos da parceria estratégica ampla [*comprehensive strategic partnership*], nomeadamente equidade soberana, respeito mútuo, confiança mútua, reciprocidade, unidade e coordenação, na Nova Era [...] Os dois Presidentes concordaram que os dois lados darão um ao outro firme suporte em temas importantes referentes aos seus respectivos interesses centrais, continuar a preservar os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, e respeitar a soberania, a independência, e a integridade territorial um do outro⁴¹¹.

Ao deparar-nos com o uso de termos originalmente elaborados dentro do léxico político chinês em seus documentos conjuntos, nota-se a conveniência em analisar a ação de elaboração de política externa de uma forma interdisciplinar, que provenha de áreas sobre lingüística, psicologia social, política, comunicação de massa, filosofia, entre outras, para examinar relações de comportamento de poder e interações envolvidas no discurso.

Na China, estudos sobre uma análise crítica de discurso tiveram início apenas em 1995, com a introdução da lingüística crítica por Chen (1995). Com a reforma e abertura da China após a década de 1980, a mídia ocidental pôde penetrar mais facilmente no mercado doméstico chinês. Portanto, era necessário aos leitores chineses estarem ainda mais conscientes das relações de poder e ideologia contidas nos discursos

⁴¹⁰ “Joint Statement between the People’s Republic of China and the Islamic Republic of Pakistan on ‘Deepening China-Pakistan Strategic and Economic Cooperation’”, Pequim, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: [www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1130297.shtml] Acesso em 22/08/2017.

⁴¹¹ “Joint Statement on Strengthening Comprehensive Strategic Partnership between the People’s Republic of China and The Republic of Indonesia”, Pequim, 27 de março de 2015. Disponível em: [www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1249201.shtml] Acesso em 22/08/2017.

mediáticos e governamentais. Xin (1996) tratou de elaborar uma revisão ampla dos logros teóricos das análises críticas de discurso produzidas no exterior em 1980 e 1990. Ji (2001) fez uma revisão de três métodos de análise crítica de discurso: a) análise da função sistêmica do discurso; b) análise histórica do discurso; e c) análise intertextual do discurso. Esta última analisa as intenções retóricas do autor contidas na produção discursiva e a compreensão do leitor ou ouvinte dessas intenções.

Recentemente muitos intelectuais chineses no campo da lingüística estão explorando fatores críticos em diversos tipos de discurso, no intento de revelar as relações entre poder, discurso e ideologia (YAN; ZHAO, 2009; XU; DONG, 2009; WANG; SUN, 2011; GENG, 2012). Yan e Zhao (2009), por exemplo, analisaram o sistema de modalidade dos discursos sobre guerra e paz de John McCain e Barack Obama com o fim de revelar as funções manipulativas e persuasivas da modalidade no discurso político. Suas conclusões mostram o freqüente uso da modalidade no discurso político e como ela pode servir como uma estratégia efetiva para comunicar os pontos de vista e a ideologia do locutor (ator) e para impor seus posicionamentos sobre a audiência de maneira implícita.

Já os estudos de Wang e Sun (2011) e Geng (2012) focaram na tendência ideológica da revista *New York Times* com relação à China. Wang e Sun (2011) analisaram noticiários jornalísticos da NYT que faziam referência à China da perspectiva da nomeação e tentaram apreender sua inclinação ideológica implícita. Eles apontaram que o freqüente uso da nomeação obscurece as relações interpessoais, muda o foco de atenção e pressupõe efeitos pragmáticos exercendo, portanto, uma influência negativa na moldura da imagem da China na comunidade internacional. Adicionalmente, Geng (2012) concluiu que os noticiários da NYT colocam significados ideológicos subliminares quando reportados assuntos ligados à China de forma a naturalizar estes significados que, por fim, acabam por danificar a imagem da China no longo-prazo.

Os estudos iniciais desse tipo de análise de discurso na China também passam a ser utilizados como recurso de elaboração política estratégica, na medida em que a mesma linha de raciocínio da relação entre o que se é comunicado/discursado e o impacto nas relações sociais – no caso de política externa, relações internacionais – é levada em conta como estratégia de comportamento de poder que almeja gerar influência gravitacional.

Estes elementos e recursos de linguagem são de grande importância também para a Teoria dos papéis, já que ambos se pautam fundamentalmente por uma perspectiva *interacionista e relacional*. Uma leitura interacionista da Teoria dos papéis avança no conceito de “exercício do papel” (*role enactment*) - quando um ator de fato consegue exercer o papel ou os papéis que lhe são atribuídos em acordo com ou apesar dos constrangimentos do sistema - através da consideração prévia da “elaboração do papel”, que abarca expectativas coletivas (parceiros estratégicos) ou individuais (auto-imagem) e comportamento no momento da “concepção do papel” (*role conception*) - o papel ou os papéis que o ator almeja exercer.

Logo, a liderança do governo chinês tem se utilizado de um léxico político e de conceitos carregados de construção teórica com um duplo sentido: a) *defensivo*, quando intenciona dissipar imagens e expectativas negativas em relação ao papel da China e suas ações político-econômicas objetivando garantir um cenário internacional benéfico e que acople seus interesses centrais; e b) *assertivo*, quando intenciona moldar ou gerar influência gravitacional sobre seus parceiros estratégicos com o fim de atingir seu resultado preferido no sistema internacional, qual seja: o contínuo desenvolvimento econômico e social chinês. Porque as linhas do recurso discursivo considera elementos como poder político e crenças, definições, contexto social, estratégias discursivas de legitimação e engajamento, consideramos que a China, através da diplomacia de parcerias estratégicas e com o fim de lograr seus resultados preferidos no sistema e concomitantemente angariar capital social para a legitimidade do PCC domesticamente, utiliza-se da elaboração de *frames* discursivos.

5.3 Frames: retomada teórica

O foco nas parcerias estratégicas leva a buscar uma nova luz teórica sobre a natureza dos *frames* e a dinâmica política que moldam escolhas estratégicas. Distintas referências ao estudo de *frames* permeiam a literatura acadêmica, particularmente entre sociólogos, cientistas sociais, lingüistas e, mais recentemente, estudos de política. Em sua inicial definição, Goffman (1974, p. 10) caracteriza os frames como um processo através do qual as sociedades reproduzem significados e entendimentos sendo, logo, um estudo de representações e seus significados:

Eu assumo que definições de uma situação são construídas em de acordo com princípios de organização que governam eventos [...] e

nosso envolvimento subjetivo neles; *frame* é a palavra que uso para me referir a estes elementos básicos que sou capaz de identificar.

A análise de *frames* está em voga, muito em vista da maneira não ortodoxa e flexível com que pode ser utilizada. Se inicialmente a análise de *frames* foi prevista como apenas mais um instrumento metodológico, atualmente há uma maior variedade de abordagens (D'ANGELO, 2002; MAHER, 2001; BENFORD; SNOW, 2000). Os estudos de “análise de *frame*” foram iniciados por acadêmicos interessados no em explorar os processos pelos quais movimentos sociais interpretavam os problemas sociais, como comunicavam suas perspectivas a uma audiência maior, e como esta audiência interagia com os movimentos sociais a partir de um alinhamento ao *frame* exposto inicialmente por estes movimentos sociais. Benford e Snow (1992) criticam as teorias dos movimentos sociais pelo fato de elas terem uma visão “estática” de participação, e por focar em fatores que levantam a problemática sem, contudo estudar os processos pelos quais os indivíduos definem e entendem tal problemática. “O que está em jogo”, argumentam, “não é meramente a presença ou ausência de queixas [sociais], mas a maneira que elas são interpretadas e a geração e difusão de suas interpretações” (SNOW et al., 1986, p. 466). Os autores concluem que os movimentos sociais não apenas enquadram (*frame*) o contexto no qual atuam, mas também enquadram os próprios problemas sociais, e experimentam diversas oportunidades de manipular estes *frames* em face dos constrangimentos no uso dos mesmos.

Pelo fato de que a literatura disponível se dispersar em muitas vertentes, não há consenso definitivo sobre questões básicas especificando, por exemplo, como diferentes indivíduos e culturas fazem uso dos *frames*. Esta ausência de consenso provavelmente advém dos diferentes propósitos metodológicos dos vários autores que contribuíram com esta literatura.

De maneira geral, *frame* é basicamente uma estrutura cognitiva, construída no curso do processo comunicativo, que guia a percepção e a representação da realidade. Em outras palavras, os *frames* estruturam quais partes da realidade serão “notadas”. Para que se entenda mais claramente, podemos passar para um nível individual de compreensão: um grupo de pessoas disposto de uma maneira ordenada numa calçada pode prover, a alguém que esteja passando por esta rua, um *frame* de “fila de ônibus”. Este *frame* em particular estrutura uma percepção de maneira que a atenção é direcionada para a disposição ordenada das pessoas em uma fila, que é – de acordo com

nossas construções subjetivas anteriores – um indicador de que ali há um ponto de ônibus, indicador este que possivelmente desencadeou o *frame*, em primeira instância.

O *frame* também direciona a atenção para outros elementos latentes, como a existência ou não de uma placa sinalizadora do pressuposto ponto de ônibus. Ao mesmo tempo, ele desloca atenção de outros elementos como, por exemplo, a idade das pessoas que ali estão, suas formas corpóreas, se estão ou não interagindo entre si, e até mesmo de outros possíveis *frames*, como a possibilidade de que estas pessoas estejam ali não com o intuito de esperar um ônibus, mas para alistarem-se para um posto de trabalho, ou apenas interagindo entre si. Logo, a seleção (*selection*) de alguns *frames* pressupõe o distanciamento cognitivo de outros tantos.

A seleção inicial de um *frame* não é imune aos eventos do mundo real. Se no caso supracitado, se um táxi parar na rua em frente à fila de pessoas, o *frame* será modificado para “pessoas esperando por táxi”. Portanto, como elaborou Gitlin (1980, p. 6): “Frames são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por implícitas teorias sobre o que existe, o que acontece, e o que é relevante.” Partimos dos estudos que consideram a seleção dos *frames* um processo ativo, como relevantes pistas discursivas conscientemente direcionadas (D’ANGELO, 2002; SNOW et al., 1986; SNOW; BENFORD, 1988). Concordamos com Goffman (1974) e Gitlin (1980) sobre o argumento de que os frames são indispensáveis no processo comunicativo interativo, e funcionam como andaimes para a construção de um determinado evento. Nos estudos de Benford e Snow (1988, p. 213) também aparece o termo “andaime” com relação ao frame, pois consideram que através dos frames os movimentos sociais podem erigir novas ideologias ou modificar as existentes.

Logo, *frames* são esquemas interpretativos que possibilitam ao ator “alocar, perceber, identificar, e rotular” ocorrências ao seu entorno e no mundo (GOFFMAN, 1974, p. 21). Por fornecer significado a eventos e ocorrências, os *frames* servem para organizar interpretações e guiar ações, individuais ou coletivas. Eles são “temporalmente variáveis e podem ser sujeitos a revisão e renegociação” (SNOW et al., 1986, p. 476). Se, num processo histórico, um argumento se torna desacreditado ou perde saliência, ou uma crença é socialmente refutada, isto pode fazer com que frames associados também percam crédito discursivo. Snow et al. (1986) assumem que uma extensão de *frames* pode ser necessária para facilitar a geração de novos frames ou o

afastamento de crenças errôneas e *frames* antagônicos em disputa. Assim, é possível que os *frames* revejam valores e crenças no âmbito de ideologias.

De acordo com Gamson (1995), indivíduos pensam e se comunicam através de imagens, que não têm seus significados fixados culturalmente, mas que são negociados e renegociados socialmente. Os atores podem prover conclusões radicalmente diferentes sobre uma imagem, mas ainda que tais atores não compartilham de um mesmo entendimento sobre esta imagem, eles podem utilizar-se de discurso público com certa segurança de que os interlocutores irão compreender minimamente as referências e alusões (GAMSON, 1995).

Gamson (1988, p. 220) identifica um nível de atividade relacionadas ao *frame* que é a geração de “temas culturais”. Tal nível corresponde a termos como ideologia, valores e sistema de crenças, transcendendo assuntos específicos e sugerindo visões de mundo mais amplas. Gamson (1988, 1995) se diferencia dos demais autores por enfatizar o significado do estudo do discurso, que ele define como “um instrumento para a análise de significado”. Em seus estudos sobre os movimentos sociais, o autor vê o discurso – e particularmente como ele é disposto nos canais midiáticos – como uma ferramenta central na produção de significado cultural, mas também como um dos pontos focais no qual os movimentos sociais comunicam suas perspectivas com o fim de mudar políticas públicas ou percepções sociais.

No mesmo sentido, van Dijk (1980, p. 2) argumenta que a linguagem, o discurso, e o comportamento social se originam do processo cognitivo pelo qual as pessoas percebem, interpretam, organizam, e representam seu conhecimento sobre o mundo, ou seja, a maneira que constroem a “realidade social”. O autor distingue entre o estudo da linguagem – que inclui léxicos, semânticas, gramática, sintaxes e estruturas discursivas -, e o estudo do discurso – como narrativas, mitos, argumentos, ou relatórios científicos -, que ele considera como o estudo de como as pessoas usam diferentes tipos textuais para desempenhar um processo comunicativo específico (van DIJK, 1977, p. 153).

A estrutura discursiva num processo interativo, então, permite a realização de quatro funções: a) permitir ao receptor selecionar certos elementos para interpretação e deletar outros como não relevantes para o entendimento geral da mensagem; b) permitir ao receptor organizar hierarquicamente os elementos da mensagem; c) permitir ao receptor generalizar o significado da mensagem; e d) equipar o receptor para derivar fatos globais da mensagem (van DIJK, 1980, p. 46-47). As estruturas discursivas podem

lograr as quatro funções, pois elas contêm *frames*, ou estruturas que definem os elementos básicos de um conceito. Um *frame* só faz sentido, porque ele contém as expectativas envolvidas num determinado processo interativo. Conforme o exemplo dado por van Dijk (1977, p. 146), “[...] a seqüência comprei madeira, pedras e concreto; estruturei o alicerce; ergui paredes, fiz um teto... pode, por exemplo, ser resumida sob a proposição ‘Eu construí (uma casa)’” – ou um “*frame* casa”. Em outras palavras – e tal como no exemplo da suposta fila do ônibus -, o *frame* ganha sentido somente se e quando tem relação com as expectativas direcionadas a determinado processo interativo.

Ao transportarmos a análise de *frames* para o estudo da diplomacia de parcerias estratégicas da China, temos que o governo do PCC se utiliza de certa linguagem (conceitos ou “pensamentos”) para edificar *frames* que servirão como anteparo no processo de comunicação aos outros atores – seus parceiros – sobre sua intencionalidade com relação à parceria. Os *frames* são elaborados com o fim de influenciar a interpretação que os demais atores têm acerca de uma interação, no caso, a parceria em si. Se os *frames* são eficientemente elaborados, de forma a alocar e considerar as expectativas geradas com relação aos papéis que um ator pode assumir no âmbito de interação internacional, é possível que o elaborador (o governo chinês) exerça influência sobre as visões de mundo e futuras expectativas dos interlocutores (países parceiros da China).

O modelo de *framing contest* (KAPLAN, 2008) elucidada como um ator, engajando-se em práticas de enquadramento, intenciona ampliar seus próprios *frames* cognitivos para *frames* coletivos, e ressoá-los de maneira a mobilizar ações que favoreçam sua diretriz político-econômica. Tais práticas acoplam esforços mais ou menos habilidosos com o fim de estabelecer a legitimidade de um determinado *frame* ou realinhar diferentes *frames* com o fim de direcionar a perspectiva dos demais atores. Estas práticas de enquadramento ajudam a definir a agenda internacional e são, portanto, uma maneira de transformar o interesse dos demais atores internacionais através de influência. Influência esta que a China está crescentemente apta a exercer pautada por seu comportamento de poder no cenário internacional.

Este modelo de enquadramento considera, ao invés de um senso estático da cognição dos elaboradores das diretrizes de política externa, um processo construtivo de significados de senso dinâmico e propositivo, carregado de carga política. O fato de que tais *frames* podem ser cambiáveis faz dele um potencial lócus de contestação. No

entanto, é incabível que as diretrizes político-estratégicas disponham *frames* de uma maneira puramente instrumental. As práticas de enquadramento pelo PCC não devem ser tidas simplesmente como um gerenciamento da impressão que os demais países têm da China, mas também são constrangidas pelos *frames* cognitivos mesmos dos agentes envolvidos na elaboração político-estratégica. Isto é, há que se levar em conta o background cultural (a auto-imagem identitária nacional) no momento da análise das práticas de enquadramento por parte da elite política do PPC. Os *frames* são, nesse sentido, restrições e recursos, e seus resultados serão moldados por ações propositivas e interativas. Qin Yaqing (*apud* CREUTZFELDT, 2011) aponta que

A maneira chinesa [de elaborar sua diplomacia e sua política externa] enfatiza relações informais, processos, e consensos não-vinculativos: consensos não-vinculativos são parte e formam o conceito chinês de ‘tendência’ *shì* 勢. Então, por exemplo, todos os líderes em reunião, eles não chegam a documentos vinculativos, mas eles mostram algum grau de consenso, eles podem criar esse *shì*. Eles acreditam que dentro deste *shì*, é mais fácil para que atinjam seus objetivos, sem uma precisão legal.

O ponto focal do processo político é o esforço na construção do significado, de modo que a persecução de interesses só pode ser entendida juntamente com os *frames* que o ator usará para interpretar tais interesses. Se as atividades de enquadramento forem bem sucedidas, um *frame* em particular virá a predominar como um guia para o posicionamento dos outros atores com relação a escolhas estratégicas. Se tais esforços não forem bem sucedidos, a divergência de *frames* pode gerar decisões estratégicas distintas.

A próxima sessão desta pesquisa – a discussão da hipótese levantada -, logo, foca na identificação dos *frames* elaborados pelo governo da RPC em seu processo de interação da diplomacia de parcerias estratégicas.

6. (Variável dependente) Discussão da hipótese: Identificando os *frames* e sua interação com as expectativas direcionadas ao papel da China no cenário internacional

6.1 Metodologia de seleção e ênfase

A análise de frames estruturais discursivos, conforme elaborada por van Dijk (1980, 1985) e por Donati (1992, 1994), facilita a análise de como indivíduos constroem textos para atingir um objetivo específico de comunicação. Preferimos por utilizar de sua metodologia na identificação dos frames elaborados pelo Politburo chinês, pois o autor especula acerca de um processo secundário de enquadramento que opera a um nível superestrutural. Ele define esta superestrutura como “a forma esquemática que organiza o significado global de um texto” (van Dijk, 1980, p. 108-9). As superestruturas deixam muitas relações implícitas, mas apresentam a mesma função comunicativa. Certas superestruturas, como as narrativas, têm algumas estruturas razoavelmente fixas; enquanto outras, como artigos de imprensa, têm formas menos fixas e mais superficiais.

Estruturas discursivas provêm uma interligação semântica entre as superestruturas e as estruturas dos textos em si. Também seguimos a caracterização dos frames estruturais discursivos de van Dijk (1980) como exemplos de frames da “realidade”. Estes frames, como argumenta o autor, dependem do ponto de vista do comunicador (ator), e os *frames* estruturais discursivos selecionam e organizam hierarquicamente algumas informações, enquanto excluem outras. Esses frames seriam mais bem descritos como socialmente construídos do que como frames “reais”.

Lakoff e Johnson (1980, p. 6) somam ao tema por revelarem que “o processo de pensamento humano é amplamente metafórico”. Os indivíduos usam das metáforas a nível micro da linguagem para entender e transmitir suas compreensões sobre certas coisas em termos de outras. As culturas, nesse sentido, desenvolvem sistemas de metáforas conceituais que organizam experiências e valores dos membros da comunidade desta cultura numa maneira sistemática e coerente através da ênfase de alguns aspectos e da exclusão de outros. Isso nos ajuda a compreender como um conceito da estrutura discursiva estabelece frames que, em si, contribuem para tal sistematização e organização das experiências e valores.

Lakoff e Johnson (1980) utilizam-se do exemplo “argumentação é guerra” para ilustrar este esquema. Nos Estados Unidos, as pessoas regularmente constroem sentenças empregando metáforas sobre guerra com relação ao processo argumentativo como “seu posicionamento é indefensável”, “atacou um dos pontos débeis do seu argumento”, “suas críticas acertaram em cheio”, “você nunca irá ganhar essa discussão”,

entre outras⁴¹². Os autores apontam que a visão de que “argumentação é guerra” é tão enraizado na cultura norte-americana, que as pessoas não conseguem mais engajar numa argumentação/discussão/debate sem considerarem-se como combatentes verbais. As metáforas conceituais, logo, compartilham elementos de outras formas de frames: são parte de discursos que indivíduos apreendem; enfatizam aspectos eventuais ou contextuais aos quais as pessoas aplicam o frame; e organizam experiências, valores, crenças e expectativas de uma maneira sistemática e coerente.

Em resumo, compartilho da visão dos autores aqui citados de que os *frames* funcionam metaforicamente, de maneira a estimular os interlocutores – no caso aqui tomado, os parceiros estratégicos da China – a focarem-se em elementos particulares de representação enquanto ignorando outros. Assim, como observa Donati (1992, p. 142), os frames operam como “um instrumento para definir a realidade” em oposição a um “instrumento para descrever a realidade”. Para a seleção dos frames, então, utiliza-se como princípio que o frame deve funcionar como “um modelo guia para o que vá ser compreendido” (DONATI, 1992, p. 146), o que ainda está prestes a ser visto. A análise destes frames ilumina precisamente a maneira como uma influência é exercida sobre a consciência humana – neste caso, coletiva – pela transferência (ou comunicação) de informação de um *locus* - como as narrativas, os discursos, os relatórios - para esta consciência. Isto só é possível, pois a elaboração própria dos frames leva em conta as expectativas que os interlocutores têm sobre o comunicador, mas também elementos de identitários do comunicador. De acordo com Entman (1993, p.52), o framing envolve necessariamente seleção (*selection*) e ênfase (*salience*):

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma percebida realidade e torná-los mais enfáticos num texto comunicativo, de maneira a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, um avaliação moral, e/ou uma recomendação de resolução para um determinado assunto.

Os *frames* apresentam quatro *locus* no processo de interação comunicativa: o comunicador (o ator), o texto (o discurso e os termos), o receptor (os demais atores), e a cultura (auto-imagem identitária). O ator conscientemente esquematiza o que dizer (enquadramento) guiado por frames de forma a esquematizar seu sistema de crenças. O

⁴¹² Ver: SANTIBÁÑEZ, Cristian. Metáforas y argumentación: Lugar y función de las metáforas conceptuales en la actividad argumentativa. *Revista Signos*, v.42, n.70, Valparaíso, 2009. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342009000200005] Acesso em 29/10/2017

texto/discurso contém os *frames*, que são manifestados pela presença ou ausência de certas palavras-chaves (termos no léxico político), conceitos, imagens estereotipadas, fontes de informação, e sentenças que provêm clusters de informações que se reforçam tematicamente. Os *frames* que guiam o receptor em seus contra-papéis e conclusões podem ou não refletir as intenções que o comunicador inicialmente denotou aos *frames* que são dispostos no discurso. A auto-imagem identitária influenciará na seleção dos *frames* pelo ator de forma a também refletir crenças invocadas comumente num determinado grupo social.

Ao ter em conta que os frames apresentam as caracterizações acima, e tendo como referência básica a metodologia de Lakoff e Johnson (1980), é possível identificá-los nas estruturas discursivas pautando-se por uma sistematização que considera:

a) Seleção (*selection*) – considera a relevância processual e histórica de determinados conceitos no âmbito do recurso discursivo do ator.

b) Ênfase (*salience*) – considera a frequência com que determinados conceitos aparecem em diversos processos interativos como recurso discursivo, envolve tornar uma parte de um cluster de informação mais notável, significativa, ou memorável para uma audiência através de, por exemplo, repetição ou por associá-los a símbolos e familiares e expectativas.

c) Significado generalizado – considera o grau de generalização que o conceito – que levará ao *frame* – toma, ou seja, se corresponde coerentemente a expectativas de esferas domésticas, regionais e globais.

d) Fato global – considera a possibilidade de o *frame* ser ou não passível que ponderação factual futura.

Para fins de delimitação metodológica, o levantamento de dados foi feito a partir dos Relatórios dos Congressos Nacionais do PCC (do 11º ao 19º), dos pronunciamentos oficiais da liderança do PCC em veículos oficiais de informação (sites de Embaixadas e jornais estatais) e livros oficiais publicados, Comunicados Conjuntos entre a China e os parceiros – países unitários ou grupos multilaterais - no momento do estabelecimento das parcerias ou ampliação do escopo das mesmas, demais Comunicados Conjuntos (*Joint Communiqués* e *Joint Statements*), e Memorandos e discursos proferidos em visitas oficiais. Do levantamento feito considerando as estruturas discursivas destes documentos através das considerações acima expostas

(seleção, ênfase, significado generalizado e fato global), identificamos os seguintes frames elaborados pelo Politburo chinês como forma de interação comunicativa dentro da diplomacia de parcerias estratégicas:

- 1) China como possibilitadora do Novo Tipo de Relacionamento entre Grandes Potências
- 2) China como realizadora da Diplomacia para a Grande Periferia

6.2 Frame 1 (lógica defensiva): China como possibilitadora do Novo Tipo de Relacionamento entre Grandes Potências

Com o fim da Guerra Fria, a elite política chinesa notou rapidamente que os desafios à política externa do país não derivavam somente da sua fragilidade material em termos de recursos de poder, como derivavam também de sua posição desvantajosa como o mais novo país em desenvolvimento na ordem mundial. Delegado a um status de ator pária no sistema internacional após o incidente da Praça da Paz Celestial em 1989, o governo da RPC ainda era largamente excluído da reestruturação da nova ordem mundial.

O PCC logo retomou o controle das políticas domésticas e iniciou o processo de reengajamento no sistema internacional. Os líderes chineses optaram por cursar uma política externa que reconhecesse a disposição dos constrangimentos e oportunidades no mundo político caracterizado, naquele momento, pela estrutura institucional centralizada na pretensa hegemonia estadunidense e na contestada e aberta política de grandes potências. Ainda assim, a China encontrava-se num sistema internacional hierarquizado e que promovia políticas de orientação liberal ocidental como valores democráticos, economia de mercado, e responsabilidade de grandes potências na governança global. Na medida em que a China continuava a experienciar significativo crescimento, o seu relativo distanciamento instigava algumas considerações de que a China pudesse vir a ser um ator desestabilizador do *status quo* regional e internacional.

Ao mesmo tempo em que o país se encontrava insatisfeito com a posição desvantajosa que tinha de lidar sob esse arranjo internacional, também era encorajado pela predominante política de engajamento que os Estados Unidos e demais potências centrais haviam adotado. Além disso, da mesma maneira que os interesses dominantes na sociedade chinesa são intimamente relacionados ao processo globalizante, também é

a legitimidade do PCC ligada ao respeito que a China recebe na sociedade internacional. A compreensão por parte da elite política do PCC acerca da política mundial em termos de uma notavelmente contínua hierarquia, aliada ao engajamento político dos Estados Unidos e das demais potências, e a contínua implementação das reformas e de processos globalizantes pela China, impulsionaram uma simultânea busca por poder e reconhecimento positivo na política mundial.

As políticas aparentemente não liberais chinesas, como manifestadas nos assuntos relacionados aos direitos humanos, justificaram o tratamento distinto conferido à China pelas potências ocidentais já estabelecidas. Dado que o respeito a estes direitos humanos de cunho liberal entre a comunidade internacional era tido como um padrão de identificação e separação entre membros e não membros da comunidade internacional, o julgo internacional sobre o comportamento chinês neste quesito tornou-se uma barreira política às aspirações da China. Em contraposição, a China tem rejeitado tal padrão de discriminação política e tem tentado remediar sua vulnerabilidade neste quesito através de autocomplacência, e concomitantemente contestando tanto o papel deste termo (“direitos humanos”) quanto os padrões universais relativos a ele, no sentido de minimizar os obstáculos ao seu comportamento internacional. Ainda assim, este tema tem continuamente se apresentado como um obstáculo no desempenho da política externa chinesa.

Comparado ao tema dos direitos humanos, outro desafio mais direto à política externa chinesa são as teorias da “ameaça chinesa”, ou seja, atribuições e expectativas externas negativas que atribuem à China um papel de ator desestabilizador e interventor do sistema. Ao constatar que a dinâmica de formação de uma imagem que represente uma “ameaça”, se não revertida, pode avançar para a imagem de um “perigoso outsider” convidando a uma tática de contenção à China, as esferas de decisão política de Pequim tomaram medidas com o fim de alocar o “fator ameaça” através de garantias retóricas, como a noção de “mundo harmonioso” e “desenvolvimento pacífico”.

Em março de 2016, um Comunicado Conjunto representando um grupo que incluía Austrália, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Islândia, Irlanda, Japão, Holanda, Noruega, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos foi publicado contendo preocupações expressadas no âmbito da Alta Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas com relação à deterioração dos direitos humanos na China. O documento delata casos de

aprisionamento de ativistas políticos, líderes da sociedade civil e advogados e clamam para que a China respeite seus compromissos internacionais julgando serem “inaceitáveis” e “um passo fora da expectativas da comunidade internacional” as ações recentes por parte da China⁴¹³.

Em março do ano seguinte, em 2017, o governo chinês publicou um Comunicado Conjunto “a respeito dos 140 países sobre promover e proteger os direitos humanos e construir uma comunidade de destino comum para a humanidade”. O documento argumentava que dever-se-ia respeitar a igualdade de soberania dos países e que cada país é livre para escolher de maneira independente seus próprios caminhos para o desenvolvimento e seus sistemas sociais, e que a maneira e os esforços específicos de cada país para lograr o respeito aos direitos humanos deveria ser respeitado. Ao mesmo tempo, clamou por um maior diálogo e compreensão e aprendizado mútuo, pois “a diversidade entre as civilizações não deveria ser uma fonte de conflito global, ao contrário, deveria ser uma máquina direcionadora para o progresso da civilização humana⁴¹⁴”.

No que tange aos documentos considerados aqui como os veículos disponibilizadores dos *frames* aos parceiros estratégicos da China, o tema dos direitos humanos é alocado virtualmente com os parceiros que são potências centrais ocidentais e/ou nos documentos de parceria bilateral com grupos/organizações das quais estas potências são parte. No Comunicado Conjunto com os Estados Unidos, por exemplo, o tema dos direitos humanos é disposto logo na primeira sessão, no oitavo parágrafo. É interessante notar a maneira não limitante e inconclusa com que é tratada a definição do termo: “Ambos os lados reconhecem que Estados Unidos e China têm discrepâncias acerca do tema de direitos humanos⁴¹⁵”. No pronunciamento conjunto à imprensa, na mesma ocasião, o tema dos direitos humanos aparece como ponto em desacordo a ser articulado: “Continuaremos a atuar com o espírito de igualdade, respeito mútuo, e não interferência nos assuntos internos um do outro, e engajar em diálogos e intercâmbio

⁴¹³ “Joint Statement – Human Rights Situation in China”. Delivered by U.S. Ambassador to the HRC Keith Harper. Geneva, march 10, 2016. Disponível em: [<https://geneva.usmission.gov/2016/03/10/item-2-joint-statement-human-rights-situation-in-china/>] Acesso em 12/11/2017

⁴¹⁴ “China Delivered Joint Statement on Behalf of 140 Countries on Promoting and Protecting Human Rights and Building a Community of Shared Future for Mankind (From Chinese Mission to the United Nations Office at Geneva)”, Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 02 Feb 2017. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1442677.shtml] Acesso em 20/11/2017

⁴¹⁵ “U.S. – China Joint Statement”, Office of the Press Secretary White House, Beijing, 17 Nov, 2009.

acerca dos assuntos de direitos humanos e religião com o fim de melhorar a compreensão, reduzir distinções, e ampliar o entendimento comum⁴¹⁶”.

O Comunicado conjunto de aprofundamento das relações estratégicas entre China e União Europeia, o tema dos direitos humanos é abordado de maneira mais geral e não toma uma disposição de destaque no corpo de texto, ainda que relacionado imediatamente, tal como acontece no Comunicado Conjunto com os EUA, com os termos “respeito mútuo” em “base de igualdade”: “Ambos os lados reafirmam a importância e a promoção e proteção dos direitos humanos. Ambos os lados concordam com o intercâmbio mais profundo sobre direitos humanos a níveis bilateral e internacional sobre base de igualdade e respeito mútuo [...]”⁴¹⁷”.

Esta articulação a nível bilateral por parte da China com referência a temas sensíveis no processo de interação internacional ganha uma relevância estratégica. É relativamente menos oneroso politicamente à RPC discutir o tema de maneira distinta com cada um dos parceiros e levando em consideração o que cada um considera particularmente em relação ao tema, do que articula uma base conceitual e de ação política a nível multilateral.

A alocação dos temas relacionados aos direitos humanos serve não só como retórica estratégica no sentido de dispersar expectativas externas que projetam a China como um ator geopolítico destabilizador, como também serve ao propósito de aproximá-la de uma papel de grande potência responsável no sistema, que também se configura como uma expectativa externa. O fato de o recurso discursivo do Politburo chinês relacionar o tema dos direitos humanos enquanto um conceito que deva ser considerado através das lentes da diferenciação identitária nacional – cada uma das partes deve respeitar a escolha de sistema social da outra – intenciona distanciar a China de uma visão que a considere um ator “irresponsável” no sistema e aproximá-la de uma visão que a considere como um ator “respeitoso das diferenças identitárias” de cada um de seus parceiros. Em certo sentido, para além do cunho estratégico em lidar com um tema sensível por essa via, a perspectiva chinesa é, ao menos em tese, respaldada pela sua tradição histórico-filosófica de considerar as “diversidades dentro da unidade”, como já exposto anteriormente. De acordo com Richardson (2011), com o fim de

⁴¹⁶ “Joint Press Statement by President Obama and President Hu of China”, Office of the Press Secretary White House, Beijing, 17 Nov, 2009.

⁴¹⁷ “Joint Statement Deeping the China-EU Comprehensive Strategic Partnership for mutual benefit”, Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 31.mar 2014. Disponível em: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1145387.shtml Acesso em 12/06/2017

manter a noção legitimadora de *responsabilidade*⁴¹⁸, requer-se da elite política chinesa um esforço constante em direção a uma imagem internacional positiva.

Comparado ao tema dos direitos humanos, outro desafio mais direto à política externa chinesa são as teorias da “ameaça chinesa”, ou seja, atribuições e expectativas externas negativas que atribuem à China um papel de ator desestabilizador e interventor do sistema. Ao constatar que a dinâmica de formação de uma imagem que represente uma “ameaça”, se não revertida, pode avançar para a imagem de um “perigoso *outsider*” convidando a uma tática de contenção à China, as esferas de decisão política de Pequim tomaram medidas com o fim de alocar o “fator ameaça” através de garantias retóricas, como a noção de “mundo harmonioso” e “ascensão pacífica”. Essas retóricas e suas correspondentes iniciativas diplomáticas eram desenhadas no sentido da construção de confiança com relação ao futuro das relações internacionais.

Os conceitos em si mesmos contêm o reconhecimento claro dos custos econômicos que a RPC arcaria na possibilidade de uma política externa confrontiva ou agressiva e os impactos negativos ao desenvolvimento doméstico chinês bem como na legitimidade política do PCC. O conceito abarca o grau com que a China tem se beneficiado com o engajamento na ordem internacional existente, além de ser estratégico e designado a transmitir uma imagem benigna e não ameaçadora aos outros Estados, assegurando-os sobre a crescente capacidade econômica e militar chinesa.

A modificação, após debates dentro do próprio Politburo chinês entre os anos de 2003 e 2004, representada pelo abandono do uso discursivo do termo “ascensão pacífica” chinesa, cunhada em novembro de 2003 pelo Premiê chinês Zheng Bijian, em prol do termo “desenvolvimento pacífico” chinês, utilizado pela primeira vez no Fórum Bo’ao para a Ásia pelo então Presidente Hu Jintao, em abril de 2004, revelou a

⁴¹⁸ Concepções tradicionais da identidade chinesa podem ser identificadas em seu comportamento recente nas Nações Unidas. Em sua função de membro permanente com poder de veto do Conselho de Segurança, a China se encontra numa relação hierárquica com outros países numa clara posição mais elevada. Partindo-se de uma lógica Confuciana, esta posição necessita de uma *liderança benigna* (王权), que possa ressoar com o conceito de *potência responsável*. Outro elemento tradicional também pode ser encontrado na retórica chinesa direcionada aos países em desenvolvimento. Neste caso, a China desempenha uma equidade de cunho fraternal que, no entanto, também pressupõe uma referência ao irmão mais velho, que requer um comportamento respeitoso vindo do irmão mais novo ‘menos experiente’ e dá em troca uma atitude gentil e solícita. De acordo com Shih (1988), cinco papéis básicos podem ser derivados do passado cultural chinês e de suas fundações normativas: 1) hierárquico (relações imperador-indivíduo ou professor-estudante); 2) relações simétricas descritas pelas normas Confucionistas (irmãos ou membros de uma mesma escola de pensamento); 3) noções legalistas de relacionamento caracterizadas pela busca de poder; 4) conceitos taoístas de inatividade e isolamento; e 5) tendências revolucionárias. No âmbito da ordem normativa Confucionista, o líder governa de acordo com a noção de *ren* 任 (que envolve sabedoria, gentieza e ponderação). Em outras palavras, o líder deve ser um governante benigno.

percepção e sensibilidade da RPC aos constrangimentos internacionais que o termo poderia incitar.

Como já mostrado anteriormente, o ideograma empregado para considerar “ascensão” (*juéqǐ* - 崛起) na cultura chinesa tem significado mais abrangente do que a maneira como o termo é empregado nas vias ocidentais, e incita uma ascensão “abrupta”, “repentina”, “ascender de forma proeminente”, o que inferia certa agressividade nos círculos de percepção internacionais, sobretudo para as potências centrais, que passaram a considerar a possibilidade de uma “ameaça chinesa” e de que a China viesse a ser um **ator geopolítico desestabilizador** no sistema.

Doravante, o discurso chinês optou estrategicamente pelo uso do termo “desenvolvimento pacífico”, o que transfere tal percepção de “crescimento” para o âmbito doméstico chinês, de forma a enfatizar não a ascensão do país em termos de poder internacional, mas o contínuo progresso nacional chinês. Isto significa que o termo foi direcionado para que acoplasse apenas o que a RPC revela como seu interesse nacional prioritário: desenvolvimento econômico doméstico. Ademais, ao modificar a utilização do termo, a liderança da RPC buscou distanciar qualquer cunho paradoxal que “ascensão pacífica” pudesse sugerir em vista de seu comportamento com relação às ilhas reivindicadas e as questões sensíveis tangentes a Taiwan, Tibete, Xingjiang e as ilhas do Mar do Sul da China.

A ênfase no desenvolvimento pacífico em longo prazo através da manutenção de relações positivas e benéficas com os seus parceiros é tema central na linha defensiva de política externa chinesa sob o cunho das reformas. Xi Jinping reafirmou recentemente, especificamente no setor do livro *A Governança da China* sobre desenvolvimento pacífico, esta linha de política, e os conceitos que a suportam (ao anunciar sentenças como “nunca buscar hegemonia ou cometer qualquer ato de expansão”, nunca procurar benefícios “à custa de uma terceira parte”, e perseguir relações de “cooperação mutuamente benéfica” e estabilidade global) (XI, 2014, p. 299-319).

Em todos os Comunicados Conjuntos do estabelecimento de suas parcerias estratégicas há referência à intenção das partes em resguardar a paz e a estabilidade mundiais. O fato de se valer dos termos “paz e estabilidade mundial” não seria distinto de demais parcerias estratégicas estabelecidas por outros atores no sistema não fosse pelos conceitos que são seguidos a eles nos documentos estabelecidos nas parcerias estratégicas da China. Em todos eles a seqüência discursiva aloca os conceitos de “em

base de igualdade”, “respeito mútuo”, e “respeito à soberania”, imediatamente antes ou depois dos termos supracitados. Pode-se sugerir que a relação textual entre os termos intenciona gerar a percepção de que somente se é possível contribuir para a paz e a estabilidade mundial através dessa determinada relação bilateral, se o exercício dos demais conceitos forem verificados.

Em alguns casos, a terminologia chinesa penetra de maneira mais acentuada nos Comunicados Conjuntos. No caso do documento estabelecido com a Indonésia, por exemplo, não há referência apenas aos termos “paz” e “prosperidade” internacional precedidos pelos termos “respeito mútuo” e “benefício mútuo”, como também o Comunicado pretende resguardar os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, que é um conceito de elaboração autóctone chinês⁴¹⁹. O mesmo princípio aparece no Comunicado Conjunto da parceria estratégica bilateral com os países da ASEAN. Adicionalmente, a declaração conjunta publicada por ocasião do VII Cimeira do BRICS, na Rússia em 2015, reforçava a declaração de que “a *coexistência pacífica* das nações é impossível sem a aplicação universal, sistemática e consistente dos reconhecidos princípios e normas gerais da lei internacional⁴²⁰”.

Na medida em que uma reputação negativa ameaçaria frear ou negar ao país um papel mais ativo no cenário internacional e sua completa re-emergência, a liderança política do PCC vê a persistência do país para atingir seus resultados preferidos no cenário internacional com um alto sendo de vulnerabilidade, nacionalismo, e capacidade política. No geral, a liderança do Comitê Central do PCC tem se provado adaptável em sua retórica e respostas políticas. Conforme a China se estabeleceu como a potência mundial de mais rápido crescimento (auto-imagem de maior país em desenvolvimento do mundo) e tenha se tornado o ponto focal de preocupações e expectativas relacionadas às teorias de transição de poder – discutidas no primeiro e segundo capítulo dessa pesquisa -, a liderança governamental tem empregado crescentes esforços em remover os rótulos que apontam suspeitas e táticas de balanço hostil com relação à China.

O termo “novo relacionamento entre grandes potências” (新心大国关系), apesar de num primeiro momento comunicar o escopo de que tanto Estados Unidos quanto

⁴¹⁹ “Joint Statement on Strengthening Comprehensive Strategic Partnership between the People's Republic of China and The Republic of Indonesia”, Ministry of People's Republic of China, Beijing, 27 mar 2015.

⁴²⁰ “VII BRICS Summit Ufa Declaration”, Russia Federation, 9 Jul 2015. Disponível em: [https://www.brics2017.org/English/Documents/Summit/201701/t20170125_1409.html] Acesso em 12/11/2017

China devem ser mais sensíveis aos interesses nacionais um do outro, é revestido de implicações e carga teóricas mais amplas. O conceito foi introduzido pela primeira vez pelo Presidente Xi Jinping em fevereiro de 2002, num jantar oficial em sua homenagem em Washington. Naquele mesmo ano, a então Secretária de Estado Hillary Clinton notou que “Juntos Estados Unidos e China estão tentando realizar algo que é sem precedentes, que é escrever uma nova resposta para a velha questão sobre o que acontece quando um poder estabelecido e uma potência emergente se encontram⁴²¹”.

A iniciativa chinesa de buscar num novo tipo de relacionamento entre grandes potências tem, como esperado, encontrado ceticismo no campo de análise das relações internacionais, especialmente entre analistas norte-americanos. Muitos deles concluem que o novo slogan é primariamente um intento de pressionar por concessões unilaterais. Muitos chineses temem que, apesar dos repetidas e consistentes pronunciamentos norte-americanos ao contrário, os Estados Unidos irão se engajar numa estratégia de contenção ao crescente comportamento de poder chinês. Na mesma medida, a insegurança econômica leva os estadunidenses a elaborar visões com relação à China como sendo uma potência econômica predatória (HACHIGIAN, 2012). Lieberthal e Wang (2012) consideram fatos históricos e ideologia como especiais fontes potenciais de conflito e desconfiança.

Se bem estas perspectivas mereçam ser levadas em conta e possam conter seus méritos, o fato de a China produzir novos conceitos sobre como os relacionamentos entre os atores internacionais possam vir a funcionar merece destaque, especialmente quando levado em conta sob uma memória histórica de grandes guerras entre potências e, ainda mais, quando se considera os elementos específicos identitários nacionais da China.

A busca por um novo modelo de relacionamento entre grandes potências é apenas uma faceta do que a ordem mundial, às considerações da liderança política do PCC, deveria ser nos anos futuros. Ainda que o conceito faça referência a “grandes potências” – relação estratégica China-EUA -, o fato de o recurso discursivo poder ser ampliado para uma nova ordem internacional baseada na “paz e estabilidade” e no “benefício mútuo” dota o conceito de uma carga teórica e retórica maior. Conforme

⁴²¹ WAN, William. “Hillary Clinton, top Chinese officials air some differences,” *The Washington Post*, September 5, 2012 Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/world/hillary-clinton-top-chinese-officials-air-some-differences/2012/09/05/78487e86-f746-11e1-8253-3f495ae70650_story.html.] Acesso em 27/08/2017

proferiu Xi Jinping no pronunciamento conjunto com o ex-Presidente dos EUA Barack Obama, em junho de 2013:

A comunidade internacional, por sua vez, também espera uma melhoria e um desenvolvimento constante das relações sino-norte-americanas. Quando a China e os Estados Unidos mantiverem uma boa cooperação, poderão servir como lastros de barco para a estabilidade do mundo e como impulsores da paz mundial (XI, 2014, p. 338).

Embora o novo conceito seja geralmente definido em termos vagos, os pronunciamentos contidos no capítulo direcionado à sua elaboração no livro *A Governança da China* (XI, 2014) sugerem racionalidades e características mais específicas, que incluem: ênfase no benefício mútuo e na cooperação profunda entre as nações, ao invés do pensamento de soma-zero do período da bipolar da Guerra Fria e de “hegemonismos”; políticas e comportamento de uma potência central; uma esfera militar fundamentalmente defensiva; e uma arquitetura regional asiática e internacional mais “ampla, simples, e de cooperação por segurança” (MITCHELL, HENSEL, 2007). O modelo também parece focar no estreitamento de diálogos bilaterais, na abertura de mercados e aprofundamento de relações comerciais, e uma especial ênfase ao multilateralismo.

Este novo tipo de relacionamento entre grandes potências sugere também laços mais profundos numa matriz de leis, normas e instituições, onde possam ter suas linhas de comunicação bilaterais fortalecidas, e a partir do qual possam assegurar um cenário internacional estável para as nações menos poderosas. O conceito, ao comunicar um relacionamento pautado pelas normas internacionais, abrange a já vasta articulação multilateral da China em temas de governança regional e global. Ao frisar a relevância das normas globais como base para o novo tipo de relacionamento entre grandes potências, o conceito busca distanciar expectativas de que a China seja um ator desestabilizador do sistema, ao mesmo tempo em que busca legitimar expectativas de que ela haja como uma grande potência responsável no sistema.

Uma vez que o conceito de “novo relacionamento entre grandes potências” presume a intenção em transpassar o que Xi Jinping chamou de “mentalidade de Guerra Fria” (XI, 2014, p. 338), ele também contempla os conceitos de “Mundo harmonioso” e “era de paz e desenvolvimento” – que têm suas vertentes domésticas comunicadas como “sociedade harmoniosa” e “nova era”.

Lograr a “sociedade harmoniosa” rumo a esta “nova era”, na elaboração política nacional chinesa, perpassa pela revitalização da nação chinesa. Por sua vez, esta revitalização comunica não apenas manter o crescimento quantitativo econômico chinês, mas também atentar-se ao direcionamento estratégico dos benefícios econômicos, de forma a tornar tal crescimento mais sustentável dentro de uma “nova normalidade” da economia do país. Este novo conceito envolve tanto um processo de construção teórica como inclui considerações práticas, e não fica restrito ao relacionamento com os EUA, mas abrange demais potências tradicionais e potências emergentes. De acordo com o documento *China's Diplomacy: Global Strategy 2013-2023*

Na década vindoura, a China não poupará esforços para estimular o desenvolvimento do NMMPR baseado na cooperação ganha-ganha com diferentes ênfases de acordo com as condições reais. Guiada por este princípio, a China tentará encontrar novos campos de cooperação com tais potências, lidar com litígios de maneira apropriada, e assegurar o desenvolvimento estável e a longo prazo de seus relacionamentos (SIIS, 2013, p. 4)

Sustentar o crescimento econômico chinês continua a ser a mais alta prioridade política e nacional da China. Arguamente, isto não seria possível na ausência do ambiente internacional benigno que tem pautado o sucesso econômico chinês nas décadas recentes. Um cenário mais estável, garantido em tese pelo novo tipo de relacionamento entre grandes potências, também permite uma recuperação econômica e um ambiente econômico mais saudável para os demais atores do sistema internacional. O discurso do “mundo harmonioso” parece ter como um apropriado ponto de partida a retórica da “ascensão pacífica” e/ou “desenvolvimento pacífico”. Ao combinar estes argumentos prévios com aqueles da “sociedade harmoniosa”, Beijing intenciona sincronizar seus panoramas internos e externos de forma que seu comportamento internacional seja praticamente uma extensão de sua auto-imagem e sua identidade nacional.

Em resumo, ainda que o conceito próprio de “novo relacionamento entre grandes potências” contenha a princípio, em sua estrutura de frase central, uma condição comunicativa limitadora – faz referência a “grandes potências” -, quando analisado em sua estrutura conceitual fundamental, ele abrange outros conceitos teóricos mais amplos no léxico político chinês que respondem, por sua vez, a expectativas externas e domésticas com relação do papel chinês e contemplam elementos identitários nacionais do país enquanto construções filosóficas.

Os conceitos acoplados no “novo relacionamento entre grandes potências” ganham ênfase, no âmbito dos textos publicados como Comunicados Conjuntos e pronunciamentos oficiais, e edificam um *frame* que será utilizado como recurso discursivo no intento de influenciar os parceiros chineses para que esses correspondam positivamente com seus respectivos contra-papéis. É importante esclarecer que o termo utilizado para nomear o *frame* em si mesmo não necessariamente aparece nos documentos que são comunicados aos países parceiros. Os termos que aparecem são justamente aqueles destinados a articular o *frame* em uma superestrutura de interação comunicativa.

Tendo isto em consideração, os conceitos que irão transferir e comunicar a informação do lócus (Comunicados Conjuntos e pronunciamentos oficiais) para a edificação do primeiro *frame* serão: “mundo harmonioso”, “desenvolvimento pacífico” e “nova era”. Estas elaborações conceituais contêm em seu cerne os princípios elaborados pelo governo chinês, e que têm sua influência revelada nos recursos discursivos utilizados no processo interativo de comunicação entre a China e os países parceiros. O uso destes conceitos no processo de comunicação só faz sentido, pois em alguma extensão, eles correspondem a expectativas externas e domésticas com relação ao papel chinês internacional e, concomitantemente, refletem aspectos do que se acredita ser (auto-imagem) uma identidade nacional histórica chinesa.

O conceito de “novo tipo de relacionamento entre super potências” reflete a **auto-imagem identitária** da China como um país de tradição honrosa milenar, pois tende a sublinhar o passado não expansionista e não conflituoso da história do país. Ao mesmo tempo, reflete a auto-imagem de um país socialista com características chinesas, pois frisa a excepcionalidade do caráter nacional e da experiência passada histórica da China (exposta na palavra “novo” usada no conceito). Adicionalmente, contempla a auto-imagem da China enquanto um país em transformação, já que considera, em seus próprios termos, a China como sendo uma grande potência que não era outrora.

O processo comunicativo do conceito “novo tipo de relacionamento entre super potências” toma forma na medida em que também dialoga com as **expectativas externas** com relação ao papel do país no cenário internacional. Por considerar como princípio o maior envolvimento da China na estrutura internacional de normas e intuições, a interação mais positiva e pacífica da China com relação a demais potências e a outros países, a continuidade das reformas no sistema econômico interno chinês

(revitalização nacional e nova era), e a novidade de um país que não prima pela busca da tradicional troca hegemônica da estrutura hierárquica internacional, o conceito intenciona dispersar expectativas negativas sobre a China atuar como um ator geopolítico desestabilizador, e concomitantemente intenciona corresponder a expectativas de que a China vá exercer um papel de potência responsável no sistema e/ou um papel de ator econômico-financeiro estabilizador do sistema.

Por último, o conceito corresponde à expectativa doméstica de que a China atue como uma grande potência no cenário internacional, pois assume um papel central para o país na construção de um “mundo harmonioso” mais estável, menos hostil, e condizente com a crescente inserção internacional do país. Ao mesmo tempo, por considerar que somente num ambiente internacional estável pautado pela relação de benefício recíproco entre as potências é que a China pode buscar seu desenvolvimento econômico contínuo, o conceito dialoga com a expectativa doméstica de que a China prossiga com o seu processo de modernização e revitalização.

Podemos ilustrar tal processo de elaboração discursiva e da influência que os conceitos chineses, e seus princípios norteadores, têm no processo de interação comunicativa com os países parceiros através de algumas constatações sobre as análises discursivas presentes nos Comunicados Conjuntos e pronunciamentos oficiais. A primeira delas é que em virtualmente todos os documentos o termo “confiança mútua” é empregado como condição fundamental para o diálogo entre os parceiros. Na Declaração Conjunta com a ASEAN pode-se ler: “[...] ASEAN e China têm trabalhado para ativamente implementar o conceito de melhoramento de confiança mútua através do diálogo.⁴²²” No Comunicado Conjunto com a Holanda ambos os países sublinham que os intercâmbios e as consultas de alto nível contribuem para a promoção do “entendimento e da confiança mútua, e avançam no desenvolvimento das relações bilaterais baseadas na igualdade e no respeito mútuo⁴²³”.

⁴²² “Joint Declaration of the Heads of State/Government of the Association of Southeast Asian Nations and the People's Republic of China on Strategic Partnership for Peace and Prosperity, Bali, Indonesia, 8 October 2003”. Disponível em: [http://asean.org/?static_post=external-relations-china-joint-declaration-of-the-heads-of-stategovernment-of-the-association-of-southeast-asian-nations-and-the-people-s-republic-of-china-on-strategic-partnership-for-peace-and-prosp] Acesso em 12/11/2017

⁴²³ “Joint Statement between the People's Republic of China and the Kingdom of the Netherlands on the Establishment of an Open and Pragmatic Partnership for Comprehensive Cooperation”, 24. Mar 2014. Disponível em: [<https://www.government.nl/documents/reports/2014/03/24/joint-statement-between-the-people-s-republic-of-china-and-the-kingdom-of-the-netherlands-on-the-establishment-of-an-open-and-p>] Acesso em 10/11/2017

É interessante notar que em alguns casos, como nas parcerias com o Paquistão e com a Indonésia, o Comunicado Conjunto contém em seu âmbito Planos Quinquenais de implementação de desenvolvimento econômico, que reflete a influência chinesa em sistematizar e conferir a implementação de planejamento a cada cinco anos. Há também termos que permeiam os Comunicados Conjuntos e Declarações Conjuntas que refletem com maior ênfase o frame que é edificado através dos conceitos discursivos chineses. No Comunicado com a Indonésia, os países apontam como objetivo da parceria estratégica “promover a harmonia e a cooperação entre civilizações”. Com a União Europeia o Comunicado explicita um possível condição da China como grande potência responsável ao considerar que ambos os países “compartilham a responsabilidade em assegurar que suas economias mantenham-se como direcionadoras chave para o crescimento global e promover a prosperidade a todos”.

Estes termos relacionado ao “compartilhamento” de responsabilidades – que expressa a expectativa doméstica chinesa de ser um ator responsável no sistema – também são encontrados na parceria estratégica com os Estados Unidos, mas de forma mais específica a ressaltar que ambos compartilham “responsabilidades comuns mas diferenciadas e consistentes com as capacidades relativas” de cada um, ainda que a “promoção e a preservação do relacionamento seja uma responsabilidade compartilhada”, ainda que também presume que com o avanço das relações bilaterais entre as duas potências, o relacionamento não será “sem discordâncias ou dificuldades⁴²⁴”.

A consideração da China como uma grande potência também pode ser expressa em sua comunicação baseada em identificação com os Estados Unidos quando faz referência a estes países, por exemplo, como “os maiores consumidores e produtores de energia” do mundo, ou como portadores de “interesses mútuos na segurança e estabilidade do Afeganistão e do Paquistão”, ou ainda ao constatarem que “neste novo século, os trabalhos que fazemos, a prosperidade que construímos, o ambiente que protegemos, a segurança que buscamos, todas essas coisas são compartilhadas.⁴²⁵”

Em resumo, considerando que os *frames* são esquemas interpretativos que possibilitam ao ator “alocar, perceber, identificar, e rotular” ocorrências ao seu entorno

⁴²⁴ “Joint Press Statement by President Obama and President Hu of China”, The White House, Office of the Press Secretary, 17 Nov 2009. Disponível em: [<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/joint-press-statement-president-obama-and-president-hu-china>] Acesso em 03/11/2017

⁴²⁵ Ibidem

e no mundo (GOFFMAN, 1974, p. 21), fornecendo significado a eventos e ocorrências, e servindo para organizar interpretações e guiar ações, individuais ou coletivas, é possível depreender da disposição dos princípios e conceitos acima investigados no léxico político chinês o *frame* (1): “**China como possibilitadora do novo tipo de relacionamento entre grandes potências**”.

Este *frame*, que inclui em seu nome o conceito mesmo de elaboração política, é edificado a partir da seleção e ênfase de conceitos que intencionam comunicar ao interlocutor (parceiros) a percepção de “paz e estabilidade”. Os conceitos que contemplam este *frame* apresentam sua generalização na medida em que correspondem e dialogam com expectativas domésticas e externas, e também refletem uma referência histórico-filosófica nacional (Significado Generalizado). Por último, aos interlocutores (parceiros) é possível conferir, no futuro e através do real exercício do papel (*role enactment*) chinês se o *frame* outrora delineado foi consagrado ou deve ser revisto através da comunicação interativa processual (seleção e ênfase de novos conceitos) (Fato Global).

Considerando que estas são as condições necessárias para que a China possa exercer eficazmente um comportamento de poder para lograr um contínuo desenvolvimento doméstico (seu resultado preferido), apreende-se que este *frame* caracteriza-se por uma **lógica defensiva**. Conforme exposto anteriormente, uma lógica defensiva significa que os conceitos usados como forma de comunicação interativa – com o sentido de influenciar na definição de uma realidade⁴²⁶ - têm o objetivo de dispersar expectativas negativas quanto ao papel chinês e influenciar na moldagem de uma ambiente internacional que não seja hostil ao seu comportamento de poder.

Os mesmos princípios utilizados na elaboração dos conceitos que, por sua vez são utilizados como recurso discursivo no processo comunicativo, se selecionados e enfatizados de maneira distinta, edificam outro *frame*.

6.3 Frame 2 (lógica assertiva): China como realizadora da Diplomacia para a Grande Periferia

Na seção do livro *A Governança da China* destinada aos pronunciamentos feitos versando sobre o Desenvolvimento Pacífico, e em outras partes em menor ênfase, Xi

⁴²⁶ Lembrando a definição de Donati (1992, p. 142) de que os frames operam como “um instrumento para definir a realidade” em oposição a um “instrumento para descrever a realidade”

Jinping apresenta dois objetivos de desenvolvimento nacional específicos de médio e longo prazo – os chamados “dois centenários”. Revelados durante o 18º Congresso Nacional do PCC em novembro de 2002, eles consistiam em: 1) dobrar a taxa do PIB chinês de 2010 e dobrar a renda per capita até 2020; e 2) a consecução de um “país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso” até metade do século XXI (XI, 2014, p. 300). Ambos os objetivos são apresentados como a concreta realização do conceito de “Sonho chinês” de revitalização nacional. Enquanto que o segundo objetivo tem sido referido em termos mais gerais durante maior parte da era da reforma e abertura (24), o primeiro objetivo é obviamente mais recente, mas similar a pronunciamentos feitos pelos líderes antecessores que clamaram também pela duplicação do PIB dentro de uma década (25).

Ao mesmo tempo em que torna mais concreto e reafirma o comprometimento chinês de longo prazo ao desenvolvimento pacífico, Xi Jinping também parece alocar os interesses centrais da esfera de defesa chinesa (soberania territorial, segurança, e desenvolvimento) em paralelo ao tema de desenvolvimento como um aspecto igualmente importante da política externa chinesa.

Com efeito, na seção Assuntos Multilaterais, Xi Jinping enunciou, com respeito às disputas territoriais com os países vizinhos e à estabilidade regional, que a defesa da soberania, segurança, e integridade territorial servem como “base” sobre a qual a China irá “manter boas relações com seus vizinhos e [manter] a paz e a estabilidade na nossa região” (XI, 2014, p. 397). Esta referência dialoga com **expectativas externas** de que a China possa desempenhar um papel de ator regional de *status quo*. Adicionalmente, ao defender interesses de soberania, segurança, e desenvolvimento, Xi enfatiza em um dos textos incluídos nesta seção que a China não deveria nem “procurar problemas” (*Bù rěshì*- 不惹事) nem “evitar/temer problemas” (*Bùpà shì* - 不怕事) (XI, 2014). Este aspecto reflete consistentemente uma **auto-imagem identitária** da China como um país que guarda uma memória das vicissitudes (os textos chineses usam um termo de cunho mais sentimental: “humilhações”) históricas pelas quais o país passou, de maneira a reconhecer que não “procurar problemas” seja uma boa estratégia de re-emergência internacional. Ao mesmo tempo, expõe as **expectativas domésticas** de que a China haja como uma potência global que não foge das responsabilidades reservadas a um papel acrescido neste mesmo sistema, de maneira a também não “evitar/temer problemas”, contribuindo para um sistema internacional estável e próspero, e ao mesmo

tempo siga sendo um Estado estável e contínuo – na busca pelo “caminho do meio” entre os dois termos citados.

O pareamento consistente entre desenvolvimento e a defesa de interesses centrais, e em particular a ênfase neste último – presumidamente a ser atingido através da aplicação efetiva das capacidades econômicas e militares crescentes – é novo. Ao apresentar esses objetivos gêmeos de política externa, Xi Jinping revela o complexo, e potencialmente conflitante aspecto da política externa chinesa recente. Ao mesmo tempo, nesta seção de Assuntos Multilaterais, Xi também dá clara ênfase na função positiva de uma China forte em avançar e preservar um ambiente externo pacífico. Ao comentar sobre as relações da China com os países vizinhos, o líder chinês lança certos princípios já há muito utilizados no léxico político do país como não interferência em assuntos domésticos, evitar estabelecer esferas de influência ou esforços para dominar assuntos regionais, melhoria da coordenação política e intercâmbio comercial, respeitar a diversidade regional, a rejeição de qualquer tipo de modelo “universal” de desenvolvimento, e a resolução de disputas através de diálogo pautado pela igualdade e consulta amigável. É interessante notar que nos documentos firmados com potenciais centrais e com a União Europeia, o relacionamento é comunicado como pautado no “respeito mútuo e em pé de igualdade”, na maior parte das vezes citando “responsabilidades compartilhadas”. Já com os países em desenvolvimento e com os países em seu entorno regional (categorias que se intercalam), os Comunicados apresentam não só os princípios de “respeito mútuo e em pé de igualdade”, como também muitos deles incluem um princípio de “relações amistosas” ou de identificação enquanto “países em desenvolvimento”.

No Comunicado com o Brasil lê-se “gozar de uma cooperação mutuamente e amistosamente benéfica⁴²⁷”, com a Venezuela considera-se que a cooperação seja “baseada na amizade fraternal, no respeito mútuo, na confiança mútua e no benefício mútuo⁴²⁸”. Já com a Índia, a parceria é enquadrada como um “relacionamento entre os dois maiores países em desenvolvimento” e duas maiores “economias emergentes⁴²⁹”.

⁴²⁷ “Joint Communiqué Between the People's Republic of China and The Federative Republic of Brazil on Further Strengthening China-Brazil Strategic Partnership”, 19 Mai 2009. Disponível em: [www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t566945.shtml] Acesso em 09/08/2017

⁴²⁸ “Xi Jinping and Nicolas Maduro Jointly Attend the Closing Ceremony of the 13th Meeting of the China-Venezuela High-level Mixed Committee”, 21 Jul 2014. Disponível em: [www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/.../t1177114.shtml] Acesso em 07/11/2017

⁴²⁹ “Joint Statement between the People's Republic of China and the Republic of India”, 02 Mai 2015. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1265496.shtml] Acesso em 18/10/2017

Este último padrão de identificação – o de “países em desenvolvimento” -, que também é notado nos Comunicados com a África do Sul e com a Venezuela, por exemplo, revela uma **auto-imagem identitária** nacional da China como o maior país em desenvolvimento do mundo.

Os discursos de Xi Jinping alocam ênfase inédita em ressegurar seus parceiros estratégicos sobre as intenções atuais e futuras de Pequim através de iniciativas políticas concretas destinadas a estimular o desenvolvimento internacional e dialogar com expectativas externas de que a China atue como um **ator regional de status quo**: “A China não procura a liderança nos assuntos regionais nem pretende estabelecer uma zona de influência” (XI, 2014, p. 347). Em particular, estas políticas concretas se configuram nas Iniciativas do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima no Século XXI.

O conceito – ou a estratégia – destas iniciativas forma parte central da abordagem presente e futura da política externa de longo prazo da China. De maneira geral, as iniciativas são delineadas para criar “um novo padrão de integração econômica regional”, um padrão de desenvolvimento direcionado para inovação e um modelo de desenvolvimento aberto, marcado pela “reciprocidade mutuamente benéfica” (XI, 2014, p.347).

Embora a maior parte dos discursos contidos no livro *A Governança da China* (2014) para esta seção são discursos proferidos para audiências em países vizinhos, um dos discursos é direcionado especificamente para a audiência doméstica, durante uma conferência sobre política externa em outubro de 2013. Esta discrepância indica uma inédita ênfase dada por um dirigente chinês na necessidade percebida pelos oficiais do Partido de trabalhar mais energicamente com o fim de melhorar as relações de Pequim com seus vizinhos, e para além deles:

Nós devemos apresentar claramente nossas políticas domésticas e externas para o mundo exterior, explicar a China numa maneira aceitável, falar e nos fazer ser ouvidos, interpretar o Sonho Chinês da perspectiva de nossos vizinhos e suas aspirações de uma vida melhor e de prosperidade regional, e deixar o senso de destino comum estabelecer raiz. (42)

Com efeito, a referência a estas iniciativas começam a permear os Comunicados Conjuntos dos parceiros estratégicos. O Comunicado Conjunto com as Filipinas reconhece que “a cooperação prática resultou em ganhos significativos”, e intencionam

seguir com a parceria de uma maneira “sustentável e pragmática”. Ademais, reconheceram o potencial da Iniciativa do Cinturão da Rota da Seda e de suas “sinergias com o Plano Mestre da Conectividade ASEAN⁴³⁰”. No Comunicado Conjunto com o Cazaquistão, reconhecia-se o potencial de cooperação econômica na área energética antes mesmo do lançamento da Iniciativa do Cinturão da Rota da Seda: “os dois lados concordam que a cooperação bilateral no setor energético está entrando numa nova fase de desenvolvimento [...] O Cazaquistão dá as boas vindas ao envolvimento chinês nos seus projetos de desenvolvimento de gás e petróleo ao largo da plataforma continental do Mar Cáspio⁴³¹”.

De extrema importância é ressaltar que estas Iniciativas são elaboradas, juntamente a conceitos envolvidos como forma de comunicá-la, para ir além da região vizinha da China – Ásia Central e o Sudeste Asiático - e também acoplar as demais regiões do mundo. O Comunicado Conjunto com a Europa já faz referência, não somente ao reconhecimento do objetivo chinês em “construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os respeitos” pela EU, como também ambos os países dão as boas vindas ao desenvolvimento de sinergias entre a Iniciativa do Cinturão e as políticas da EU.

A Iniciativa da Rota da Seda passa a tomar linhas mais bem delineadas e se ampliar para regiões além do entorno regional chinês também através do lançamento do conceito de “Comunidade de Destino Comum”. O Comunicado Conjunto sino-paquistanês pode-se encontrar referência ao objetivo conjunto de uma “Comunidade de Destino Comum China-Paquistão” que leve em conta o antigo Tratado de Relações de Amizade, Cooperação e Boa Vizinhança⁴³². Tal conceito, acoplado no centro das práticas de política externa representadas pelas Iniciativas da Rota da Seda e da Rota Marítima, advogam a abordagem de Xi Jinping de “trabalhar duro” (*Fèn fā yǒu wéi* - 奋发有为), em contraposição ao slogan anterior de Deng Xiaoping de “esconder as capacidades e esperar seu tempo”. Bem como demais conceitos no léxico político

⁴³⁰“FULL TEXT: Joint statement of the Philippines and China”, 16 Nov 2017. Disponível em: [http://www.philstar.com/headlines/2017/11/16/1759478/full-text-joint-statement-philippines-and-china] Acesso em 17/11/2017

⁴³¹ “Joint Statement Between the People's Republic of China and the Republic of Kazakhstan”, 17.abr 2009. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t559688.shtml] Acesso em 12/11/2017

⁴³² “Joint Statement between the People's Republic of China and the Islamic Republic of Pakistan on ‘ Deepening China-Pakistan Strategic and Economic Cooperation””, 19 Fev 2014. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=joint+statement+china+pakistan&oq=joint+statement+china+pakistan&aqs=chrome..69i57j69i61.8806j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8] Acesso em 14/06/2017

chinês, especialmente na era Xi Jinping, esta mais recente política assertiva deve ser lida no mesmo contexto de “missão histórica” – como no *frame* anterior – com o fim de atingir a “revitalização nacional”. Como exposto anteriormente, esta revitalização é dependente do contínuo crescimento da economia chinesa, capaz não só de manter, mas modificar qualitativamente o nível de vida da população chinesa.

Ao igualmente considerar que o contínuo crescimento econômico é o objetivo último da elaboração de política externa da China, a liderança do PCC dirigida por Xi marca uma continuação, mais que uma radical ruptura com o passado, e muito da base das políticas externas da era Xi foram edificadas anteriormente pelo governo de Hu Jintao no 12º Congresso Nacional. Enquanto Hu Jintao clamava por uma China que exercesse um “papel ativo nos assuntos internacionais, e trabalhasse para fazer a ordem internacional um sistema mais justo e igualitário”, Xi Jinping constata que a China “faz a sua parte como potência [*major country*] e toma um papel ativo na reforma e no desenvolvimento do sistema de governança global⁴³³”. A diferença é sutil, mas significativa: a China emoldurada (*framed*) por Hu Jintao estava ganhando confiança no cenário internacional, enquanto que a China emoldurada por Xi é já uma grande potência com a habilidade para influenciar a ordem internacional.

Virtualmente desnecessário notar que esta iniciativa intenciona deixar clara a **auto-imagem identitária** da China como um país de tradição honrosa milenar, já que o próprio nome da Iniciativa prática remonta a articulações comerciais e de infraestrutura milenares, além de considerar uma “comunidade de destino comum” que ressoe fundamentos filosóficos da ordem “Tudo-sob-o-céu” (*Tianxia*). Além disso, o conceito dialoga com as **expectativas externas** de que a China desempenhe um papel de ator econômico-financeiro estabilizador, devido aos benefícios percebidos com a ajuda financeira chinesa a projetos de construção de infraestrutura nos países-alvo na Iniciativa da Rota da Seda. Este projeto ganha especial relevância no processo de comunicação interativa com os parceiros estratégicos da China porque: 1) É um recurso de elaboração prática estratégica de buscar insumos para o contínuo desenvolvimento econômico chinês – seu resultado preferido no sistema; 2) É um recurso discursivo estratégico que procurar gerar a percepção de identidade e pertencimento para

⁴³³ “Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress”, 27.Nov 2012. Disponível em: [http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm] Acesso em 15/07/2017

comunicar o princípio de “benefício mútuo” que envolve o estabelecimento das parcerias estratégicas chinesas.

Ainda que o conceito em si tenha figurado em reportes anteriores de Hu Jintao, onde ele recomendava uma maior conscientização sobre uma “comunidade de destino comum” entre os vizinhos da China, na acepção de Xi o conceito se reveste de um significado maior. Em sua “nova era”, impulsionar o “novo tipo de relacionamento entre grandes potências” e construir uma “comunidade de destino comum” é o objetivo primário da política externa chinesa. Em outros termos, a continuidade do seu desenvolvimento econômico perpassa pela sua interdependência com relação a insumos estratégicos – sobretudo energéticos – que a “grande periferia” contém. A diplomacia para a grande periferia, no momento de comunicação aos interlocutores parceiros, também advoga princípios como “aceitação da diversidade de caminhos de desenvolvimento político, econômico e social”, “anti-hegemonismo”, “pró-igualdade entre nações”, e os princípios já conhecidos relacionados a “respeito mútuo” e “não-interferência em assuntos domésticos”.

O conceito de “diplomacia para a periferia” é um predecessor ao conceito de “comunidade de destino comum”, antes focado propriamente na periferia regional da China – seus vizinhos mais próximos. Na ocasião da Conferência Central sobre Trabalhos sobre Assuntos Externos em 2014, o Presidente Xi Jinping conferiu ao termo uma carga mais ampla ao proferir que o objetivo da China era “tornar as áreas vizinhas à China numa comunidade de destino comum⁴³⁴”. Wang (2016) descreve a Iniciativa do Cinturão da Rota da Seda como promotora da formação de uma “nova ordem econômica e global”.

Quando dotados de seleção e ênfase os conceitos e princípios mostrado acima como forma de interpretar a realidade da atuação chinesa e das práticas de sua política externa baseada na “comunidade de destino comum” – que é uma versão atual da “diplomacia para a grande periferia” – dentro da diplomacia de parcerias estratégicas, delinea-se o segundo **frame (2)** aqui analisado: **A China como realizadora da Diplomacia para a Grande Periferia.**

Dos Comunicados Conjuntos, pronunciamentos e discursos podem ser selecionados e enfatizados os princípios de “benefício mútuo”- ou em sua variação

⁴³⁴ “The Central Conference on Work Relating to Foreign Affairs was Held in Beijing”, 29 Nov 2014. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1215680.shtml] Acesso em 15/09/2017

como “benefício recíproco” -, “confiança mútua”, e “cooperação pragmática”, que serão acoplados no conceito de “comunidade de destino comum” – ou sua variação de “diplomacia para a grande periferia” ou “diplomacia para a periferia” -, na edificação do *frame* que será comunicado no processo de interação entre o ator (China) e o interlocutor (países parceiros). Este *frame* também apresenta seu Significado Generalizado na medida em que corresponde e dialoga a expectativas externas referentes à China como ator regional de status quo e/ou ator econômico-financeiro estabilizador. Ao mesmo tempo, leva em consideração as expectativas domésticas com relação à China como seguindo enquanto um Estado estável e contínuo, e ao mesmo tempo atuando enquanto uma grande potência. O pragmatismo relacionado a este *frame* é comunicado nas publicações conjuntas estabelecidas com os parceiros: com a Venezuela, por exemplo, onde a “cooperação prática é o pilar” das relações, nota-se a influência chinesa em convidar ativamente a Venezuela a “participar ativamente no processo e compartilhar das oportunidades do desenvolvimento chinês⁴³⁵”.

O conceito de “comunidade de destino comum”, ao conter em seu cerne a política externa pragmática e prática das Iniciativas do Cinturão da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima e, ainda, retomar semblantes do antigo Sistema Tributário chinês, reflete elementos da auto-imagem identitária nacional chinesa. Por último, a seleção e ênfase do termo “diplomacia para a grande periferia” ao invés de “comunidade de destino comum” para compor o *frame* justificam-se pelo Fato Global, já que se é mais plausível ponderar e até mesmo verificar as linhas práticas de uma diplomacia como a da Iniciativa da Rota da Seda – mais propriamente seus logros político-econômicos – do que tentar apreender a “realidade” de uma “comunidade de destino comum”.

Este *frame* apresenta uma **lógica assertiva**, pois intenciona, metaforicamente, “moldar” o cenário internacional em favor dos interesses chineses de maneira ativa. Na medida em que o objetivo de revitalização nacional – contínuo e qualitativo crescimento econômico – necessita de insumos para seu logro, o governo da RPC elabora políticas externas práticas e teórico-conceituais, de maneira a convencer os países estratégicos de que os empreendimentos práticos e os contornos dessas políticas são também benéficos aos seus países e de acordo com seus interesses nacionais.

⁴³⁵ “Xi Jinping and Nicolas Maduro Jointly Attend the Closing Ceremony of the 13th Meeting of the China-Venezuela High-level Mixed Committee”, 22 Jul 2014. Disponível em: [www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/.../t1177114.shtml] Acesso em 29/09/2017

6.4 Conclusão sobre a lógica dual dos frames, retomada de pressupostos e Tese

A dinâmica de atuação internacional chinesa – comportamento de poder - irá impactar seus parceiros estratégicos que irão, em torno, igualmente influenciar na elaboração, pela diretriz política do PCC, de princípios e conceitos discursivos norteadores de suas relações na diplomacia de parcerias estratégicas.

Quando selecionados e enfatizados, estes conceitos serão utilizados na delimitação de *frames*, que caracterizem a ação chinesa numa definida “realidade” internacional. A concepção destes *frames* na diplomacia de parcerias estratégicas considera, como analisado, expectativas externas e domésticas sobre o papel desempenhado pela China na ordem mundial, bem como refletem elementos da concepção de uma auto-imagem histórico-nacional do país.

Assim, no que concerne à estrutura de parcerias estratégicas e na forma de interação comunicativa da China com seus parceiros, chega-se à **tese** dedutiva de que a **lógica dual dos frames é uma função das diversas expectativas externas e domésticas tangentes ao papel internacional chinês e da imagem que os líderes políticos e a sociedade chinesa têm de sua identidade nacional.**

Entendida desta maneira, a lógica dual desta diplomacia elucida as diretrizes de interação chinesa com seus parceiros estratégicos e a complexidade em se elaborar recursos retórico-discursivos no momento da interação. Adicionalmente, revela o caráter adaptável e instrumental da elaboração de política externa chinesa. O quadro a seguir contribui para ilustrar a disposição dos frames – sua lógica dual -, os princípios e os conceitos selecionados e enfatizados para edificar tais *frames*, as expectativas externas e domésticas consideradas no momento da definição do *frame*, e os elementos de auto-imagem identitária nacional chinesa que influenciam na projeção das expectativas domésticas e na definição dos *frames*.

Tabela 12 - Disposição dual de Frames

Frames

(1) China como possibilitadora do Novo Tipo de Relacionamento entre Grandes Potências	(2) A China como realizadora da Diplomacia para a Grande Periferia
--	---

Lógica	Defensiva	Assertiva
Conceitos	Novo Tipo de Relacionamento entre Grandes Potências	Diplomacia para a Grande Periferia/ Diplomacia para a Periferia
	Mundo harmonioso/sociedade harmoniosa	Comunidade de Destino Comum
	Desenvolvimento pacífico/ascensão pacífica	Revitalização/Sonho Chinês
	Nova era/era de paz e desenvolvimento	Iniciativa do Novo Cinturão da Rota da Seda
Elementos de auto-imagem identitária nacional	Revitalização/Sonho Chinês	
	A China é uma civilização de tradição honrosa milenar	A China é uma civilização de tradição honrosa milenar
	A China é um país socialista com características chinesas	A China tem passado por vicissitudes
	A China é um país que está passando por grandes transformações	A China é o maior país em desenvolvimento do mundo
Expectativas domésticas	Sociedade em modernização e revitalização	Estado estável e contínuo
	Grande potência	Grande potência
Expectativas externas	Grande potência responsável	Poder regional de status quo
	Ator geopolítico desestabilizador Ator econômico-financeiro estabilizador	Ator econômico-financeiro estabilizador

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES FINAIS

Enquanto partícipes de um processo construtivo das relações internacionais, os Estados tendem a formular amplos conceitos – praticamente filosofias operacionais – que orientam seu comportamento internacional. Eles necessitam de ideias para significar para seus membros o que representam, e para orientá-los em suas interações. Ao analisar a crescente influência da China no cenário internacional e os elementos que impulsionam a liderança política do PCC a delinear a diplomacia de parcerias, consideramos que a China, através de um processo de redefinição da diretriz internacional pela elite política do PCC, passa a assumir um comportamento de poder no sistema internacional.

A definição de quais são os “objetivos” finais do exercício do comportamento de poder dependerá de um planejamento prévio que consiga acoplar, dentro de uma perspectiva processual – ou seja, passível de mutação e redefinições -, ideias, interesses e expectativas não só domésticas como também do ambiente que se pretende aplicá-lo. Na medida em que a China assume tal comportamento de poder, e se insere de maneira mais assertiva nos assuntos e nas instituições internacionais, são geradas expectativas externas e internas com relação ao revisto papel internacional chinês (*role expectations*) e as intenções da liderança política do PCC. As expectativas externas, construídas pelas expectativas dos demais atores internacionais do sistema⁴³⁶, refletem cinco papéis fundamentais – não necessariamente excludentes - que a China poderia assumir:

- 1) Grande potência responsável (*responsible Great Power* ou *responsible stakeholder*);
- 2) Poder regional de status quo;
- 3) Ator geopolítico desestabilizador; e
- 4) Ator econômico-financeiro estabilizador.

Entretanto, este papel internacional da China e seu posicionamento na ordem social internacional não podem ser explicados somente ou até mesmo primordialmente por expectativas externas no processo de socialização. Além disso, as lideranças políticas nacionais que planejam estrategicamente suas ações, raramente as fazem sem que haja um pano de fundo de ideias nacionais dominantes sobre quais comportamentos gerais são mais apropriados (*appropriateness/suitability*). Logo, para exercer o comportamento de poder, a liderança política da China concebe sua diretriz de política externa de forma a aliar aspectos salientes de auto-imagem histórica da identidade chinesa a expectativas domésticas e externas percebidas sobre o papel internacional chinês.

Os elementos selecionados e salientados de uma auto-imagem identitária nacional da China são: a) A China é uma civilização de tradição honrosa milenar; b) A China tem passado por vicissitudes; c) A China é um país socialista com características chinesas; d) A China é o maior país em desenvolvimento do mundo; d) A China é um

⁴³⁶ Como fim de delimitação metodológica, esta pesquisa considera as expectativas externas dos países parceiros estratégicos da China, sendo que o elenco de tais expectativas é proveniente de um levantamento de análise de discurso dos Comunicados Conjuntos e em documentos de pronunciamentos oficiais de ambos os países parceiros. Também utilizamos da técnica de contagem de palavras, adicionando ao material analisado publicações jornalísticas. Faz-se necessário destacar que a maior parte do material analisado está escrita em inglês e secundariamente em mandarim. Por isto, os termos foram aproximados ou adaptados em português para melhor compreensão dos mesmos.

país que está passando por grandes transformações. Já as expectativas internas, que refletem tanto expectativas da liderança do PCC como dos diferentes setores sociais, são geradas em torno de três papéis: 1) um Estado estável e contínuo; 2) uma sociedade em modernização e revitalização; e 3) uma grande potência global.

Ainda que o caminho para o desenvolvimento chinês não possa ser repetido por qualquer outra nação (RAMO, 2004) e que esse caminho ainda continue repleto de contradições, muitos elementos desta ascensão têm engajado fortemente os países em desenvolvimento através, especificamente, de “diálogos estratégicos”, revelando que a interação entre a China e estes países é um processo *sine qua non* para o alcance de seus resultados preferidos no cenário internacional.

Por esse motivo, a diplomacia de parcerias estratégicas acopla em seu conteúdo elementos discursivos que servirão como estruturadores de *frames* no processo de socialização e interação no cenário internacional. Apesar dos variados títulos e mecanismos desenvolvidos para diferenciá-las, as parcerias estratégicas são designadas a defender os interesses nacionais chineses e moldar um cenário internacional favorável ao crescimento do país. Esta pesquisa partiu do entendimento de que, a fim de convencer os demais atores internacionais de suas intenções e angariar influência gravitacional necessária para a consecução de resultados favoráveis no sistema internacional e de alguma maneira dialogar com as expectativas geradas sobre o papel chinês no cenário internacional, a “diplomacia de parcerias” delinea os elementos constitutivos destas parcerias estratégicas de forma a apresentá-los como *frames*.

Os *frames*, enquanto estrutura cognitiva que guia a percepções e representações de uma realidade, fornecem elementos/informações para a organização de experiências passadas e presentes pelo ator e direcionamento de futuras ações. Constitui-se como um elenco perceptivo de elementos ideacionais mais apropriados que servirão como suporte no delineio de ações direcionadas, e não se constitui em uma ato estratégico *per se*.

A partir, então, da investigação dos meios pelos quais a disposição dos princípios e conceitos que edificarão os *frames* salientados nas parcerias estratégicas forjadas pela China guardam relação com as expectativas externas e domésticas tangentes ao papel internacional chinês, geradas pelo crescente comportamento de poder da China na arena internacional, e a auto-imagem identitária nacional do país, chegou-se à conclusão de que a lógica *dual* dos frames da diplomacia de parcerias estratégicas é reflexo do esforço diplomático em compatibilizar as expectativas internacionais e

domésticas – por sua vez influenciada pela auto-imagem identitária - direcionadas ao papel internacional chinês no momento da definição estratégica diplomática.

Ao adotar uma perspectiva baseada na Teoria dos Papéis, no construtivismo processual, e em teorias de análise de *frames* em processos comunicativos de interação, tentamos mostrar como, num cenário internacional onde a China passa a exercer um comportamento de poder mais ativo, as expectativas externas e domésticas com relação ao papel internacional deste país interagem com sua auto-imagem identitária nacional de forma a articular *frames*. A dinâmica política externa chinesa irá impactar seus parceiros estratégicos que irão, em torno, igualmente influenciar na elaboração chinesa dos princípios e conceitos selecionados para interagir e comunicar no cenário internacional.

O renovado interesse nas pesquisas de abordagem interativa – particularmente na Teoria dos papéis – nos estudos de relações internacionais não é surpreendente, dado que estas perspectivas estão especialmente posicionadas para lidar com a interação entre agentes motivados – formuladores das diretrizes de política internacional – e os constrangimentos impostos pelas instituições políticas domésticas e pelo sistema internacional. Em particular, este estudo ganha relevância especificamente num momento em que a diplomacia da China passa a ser crescentemente ativa e influenciar os demais atores do sistema internacional em seus contra papéis. Sua influência, com pouca margem de dúvida, perpassa pela publicação de uma miríade de princípios e conceitos comunicados à comunidade internacional através de recursos discursivos e, como bem aponta Cicourel (1981), quanto menos sabemos do contexto mais amplo de um discurso, menos conseguimos entendê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARONSON, S. A. Is China Killing the WTO? *The International Economy*, Washington, nov/dez, 2010, pp. 40-67. Disponível em: [http://www.wti.org/fileadmin/user_upload/nccr-trade.ch/downloads/TIE_W10_Aaronson.pdf] Acesso em 20/03/2017.

ACHARYA, A. How Ideas Spread: Where Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism. *International Organizations*, No. 58, 2008.

ACHARYA, A.; BUZAN, B. Why is There No Non-Western International Relations Theory?: An Introduction”, *International Relations of the Asia-Pacific*, Vol.7, no.3, 2007, pp. 287-312.

_____. *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*, London/New York: Routledge, 2010.

ADLER, E. Constructivism and international relations. In: CARLSNAES, T. R; SIMMONS, B. (Ed.) *Handbook of International Relations*. London: Sage Publications, 2002.

ALBUQUERQUE, J. A. G. O governo Lula em face dos desafios sistêmicos de uma ordem internacional em transição – 2003-2006. *Política Externa*, v. 16, n. 1, jun./jul./ago, 2007.

ALVES, A. C. China and Gabon: A Growing Resource Partnership. Johannesburg: The South African Institute of International Affairs (SAIIA), 2008.

AGARWALA, R. *The Rise of China: Threat or Opportunity?* New Delhi: Bookwell Publications, 2002.

AMSDEN, A. H. *A Ascensão do “Resto”*: Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ARAÚJO, T.; GARCIA, F. O software brasileiro da China. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 137, abr./jun., 1999.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*: Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994

ARRIGHI, G.; HUI, P-K.; HUNG, H-F.; SELDEN, M. *Historical Capitalism, East and West*. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. (Eds.). *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspective*. London: Routledge, 2003, p. 259-333.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

AIZENMAN, J.; SUN, Y. The Financial Crisis and Sizable International Reserves Depletion: From 'Fear of Floating' to the 'Fear of Losing International Reserves'? NBER Working Paper, Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 2009

BACHRACH, P.; BARATZ, M. Decisions and nondecisions: an analytical framework. *American Political Science Review*, v. 57, n. 3, set.1963, pp. 632-42. Disponível em: [http://www.senyt.dk/bilag/Two_faces_of_power.pdf]. Acesso em 20/01/2014.

BANFIELD, E. *Political Influence*. Glencoe: Free Press, 1961.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). *Triennial Central Bank Survey*. BIS Monetary and Economic Department, set.2013. Disponível em: [<http://www.bis.org/publ/rpfx13fx.pdf>] Acesso em 19/05/2014.

BARNETT, Michael. 1993. Institutions, Roles, and Disorder: The Case of the Arab States System. *International Studies Quarterly* 37(3): 271-296

BBC NEWS. China 'cannot be free rider on trade'. *BBC News*, 20 mai.2013. Disponível em: [<http://www.bbc.com/news/business-22601503>] Acesso em 18/05/2014.

BECARD, D. S. R. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: Funag, 2008.

BENFORD, Robert D. 'Review of Talking Politics, by William A. Gamson' *American Journal of Sociology*, vol. 99, no. 4, 1994, pp. 1103 - 4.

BENFORD, Robert D; SNOW, David A. "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment." *Annual Review of Sociology*, V.26, 2000, p.11-39

BELTON, C. Chinese Buy Udmurtneft for Rosneft. *The Moscow Times*, 21 jun.2006. Disponível em: [<http://www.themoscowtimes.com/sitemap/free/2006/6/article/chinese-buy-udmurtneft-for-rosneft/204283.html>] Acesso em: 05/06/2014.

BERMAN, S. Ideas, norms, and culture in political analysis. *Comparative Politics*, Vol.33, no.2, 2001, pp.231-250.

BIATO Jr., O. *Aparceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectiva (1993-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010.

BIN WONG, R. *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*. United States: Cornell University Press, 2000.

BLANCHARD, J. Harmonious World and China's Foreign Economic Policy: Features, Implications, and Challenges. *Journal of Chinese Political Science*, v. 13, n. 2, pp. 165-192, 2008.

BLEIKER, R. Neorealist Claims in Light of Ancient Chinese Philosophy: the Cultural Dimension of International Theory. In: JACQUIN-BERDAL, D.; OROS, A.; VERWEIJ, M. (Eds.). *Culture in World Politics*. New York: Millennium, 1998, pp. 89–115.

BOEHMER, C. R., SOBEK, D. Violent Adolescence: State Development and the Propensity for Militarized Interstate Conflict. *Journal of Peace Research*, Vol. 42, 2005, pp. 5–26

BORTHWICK, M. *Pacific Century: The Emergence of Modern Pacific Asia*. Sidney: Allen & Unwin, 1992.

BRASIL GLOBALNET. *Participação do Brasil/EUA/China e União Européia no Comércio Exterior da América do Sul*. Brasília: MRE, DPR, DIC, jan.2013. Disponível em:

[<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/ParticipBrasilEUACHinaIndiaUE.pdf>] Acesso em: 07/06/2014.

BRAUDEL, F. (1987). *A Dinâmica do Capitalismo. Trad. Álvaro Cabral*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII. Volume II: o jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRENDON, P. *The Decline & Fall of the British Empire 1781-1991*. New York: Knopf, 2008.

BRENNER, R. *The economics of global turbulence : the advanced capitalist economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. New York: Verso, 2006.

_____. *The economics of global turbulence: a especial report on the world economy, 1950-98*. *New Left Review*, Londres, n. 229, mai./jun. 1998.

BRESLIN, S. *China's Emerging Global Role: Dissatisfied Responsible Great Power*. *Politics*, v. 30, n. 1, pp. 52-62, 2010.

BRICS SUMMIT. *First Summit. Joint Statement of the BRIC Countries Leaders*, Yekaterinburg, 16 jun.2009. Disponível em: [<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/first-summit/>] Acesso em: 17/05/2014.

BP. *Statistical Review of World Energy 2010/2014*. Disponível em: [www.bp.com/statisticalreview] Acesso em: 12/05/2014.

BRICS SUMMIT. *Fifth Summit. BRICS and Africa: Partnership for Development, Integration and Industrialization*, eThekweni Declaration, Durban, 27 mar.2013. Disponível em: [<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/first-summit/>] Acesso em: 17/05/2014.

BROOKS, S. G. *The Globalization of Production and the Changing Benefits of Conquest*. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 43, 1999, pp. 646–670.

BROWN, L. R. *China Replacing the United States as World's Leading Consumer*. *Earth Policy Institute*, Update 45, 2005. Disponível em: [http://www.earth-policy.org/Updates/Update45_data.htm] Acesso em 02/04/2017

BULL, H. *The Anarchic Society: A Study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1995.

BURNS, Leslie; MORREL, Ernest. *Why Critical Discourse Analysis in Literacy Research [A]. Year Book of the National Reading Conference [C]*. Michigan: Texas Christian University Press, 2006

BUTTON, C. (Ed.). *The power to protect*. Portland: Hart Publishing, 2004.

BUZAN, B. *Culture and International Society*. *International Affairs*, v. 86, n. 1, pp. 1–25, jan.2010.

_____. “China in International Society: Is ‘Peaceful Rise’ Possible?”, *The Chinese Journal of International Politics*, Vol.3, no.1, 2010, pp. 5-36.

BUZAN, B., LITTLE, R. *International System in World History*, Oxford: Oxford University Press, 2000.

CAI, L.; JIANG, J. Analysis of Trade Development between China and Association of Southeast Asian Nations. *Journal of Behavioural Economics, Finance, Entrepreneurship, Accounting and Transport*, v. 1, n.1, pp. 15-20, 2013. Disponível em: [<http://pubs.sciepub.com/jbe/1/1/3/>] Acesso em: 08/06/2017.

CALLAHAN, W. A. “Chinese Vision of World order: Post-hegemonic or New Hegemony”, *International Studies Review*, Vol.10, no.4, 2008, pp. 749-761.

_____. Remembering the Future: Utopia, Empire and Harmony in 21st Century International Theory. *European Journal of International Relations*, v.10, n. 4, pp. 569–601, 2004.

_____. China and the Globalization of IR Theory: Discussion of ‘Building International Relations Theory with Chinese Characteristics’. *Journal of Contemporary China*, v. 10, n. 26, pp. 75-88, 2001.

CAAM (CHINA ASSOCIATION OF AUTOMOBILE MANUFACTURES). *The auto export declined in 2013*. CAAM, 18 fev.2014. Disponível em: [<http://www.caam.org.cn/AutomotivesStatistics/20140218/1105113950.html>] Acesso em: 20/05/2014.

CANNING, C. Pursuit of the Pariah: Iran, Sudan and Myanmar in China’s Energy Security Strategy. *Security Challenges*, v. 3, n.1, pp. 52-53, 2007. Disponível em: [<http://securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/vol3no1Canning.pdf>] Acesso em: 12/02/2014.

CARNEIRO, F. L. Complementaridade da pauta e oportunidades de aproximação comercial do Brasil com os demais BRICS. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Boletim de Economia e Política Internacional*. Brasília: IPEA, n. 9, jan./mar. 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/121220_boletim_internacional012.pdf] Acesso em: 20/03/2014.

CARVALHO, M. A. E. de.; SILVEIRA, L. D. O. Brasil, China, Estados Unidos e União Européia: Impactos da crise econômica sobre regulamentos técnicos aplicados ao comércio internacional de bens. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Boletim de Economia e Política Internacional*. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Brasília: Ipea, 2012, pp. 45-62.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: Exports Partners Database* 2013. Disponível em: [<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2050.html>] Acesso em: 07/06/2014.

CENTRO DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS SOBRE CHINA (CELC). *China em America Latina: Seguimiento de temas en la prensa latinoamericana*. Santiago: UNAB – Facultad de Ciencias Sociales, n. 16, mai.2014.

CHAFETZ, Glenn. 1996/1997. The Struggle for a National Identity in Post-Soviet Russia. *Political Science Quarterly* 111(4): 661-689

CHALAMISH, E. New China-Africa Development Fund Could Add Accountability, Transparency to Chinese Investments in Africa. *Huffington Post*, 06 fev.2014. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/efraim-chalamish/new-china-africa-developm_b_5433473.html] Acesso em: 05/06/2017.

CHAMBERS, M. R. Rising China: The Search for Power and Plenty. In: TELLIS, A.; WILLIS, M. (eds.) *Strategic Asia 2006–07: Trade, Interdependence, and Security*. Seattle: National Bureau of Asian Research, 2006, pp. 65– 103.

CHANG, J. China's Urban Population Exceeds Countryside for First Time. *Bloomberg News*, 17 jan.2012. Disponível em: [<http://www.bloomberg.com/news/2012-01-17/china-urban-population-exceeds-rural.html>]. Acesso em: 12/05/2014.

CHEN, D. China's State-owned Enterprises: How much do we know?, School of Public Policy Research Papers, Vol. 6, N° 19, jun.2013. Disponível em: [<http://www.eisourcebook.org/cms/July%202013/China,%20CNOOC%20&%20other%20State-owned%20Firms,%20How%20Much%20Do%20We%20Know.pdf>] Acesso em 15/04/2014.

CHEN, G. M.; STAROSTA, W. J. Asian approaches to human communication: A dialogue. *Intercultural Communication Studies*, v. 12, n. 4, pp. 1-15, 2003.

CHEN, X. China's multilateral Diplomacy in 2012: Active Involvement and Proeminent Role. In: CHINA INSTITUTE OF INTERNATIONAL STUDIES (CIIS). *The CIIS Blue Book on International Situation and China's Foreign Affairs*. Beijing: World Affairs Press, 2013.

CHEN, Zhongzhu. *A Survey of Critical Linguistics*. Foreign Language Teaching and Research, v.1, 1995

CHENG, J. Y. S.; ZHANG, W. Patterns and Dynamics of China's International Strategic Behaviour. *Journal of Contemporary China*, v. 11, n. 31, pp. 235–260, 2002.

CHENSHAN, T. *Chinese Dialectics: From Yijing to Marxism*. Trad. Xiao Yanzhong. Beijing: Lexington Books, 2005, pp. 21–41.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Até onde irá a crise financeira. *Le Monde Diplomatique*, 01 nov.2007. Disponível em: [http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2141&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc]. Acesso em: 28/02/2014.

CHI, L. *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Trad.de Ralph D. Sawyer. Colorado: Westview Press, 1998.

CHIH-YU, S. *Reform, Identity and Chinese Foreign Policy*. Taipei: Vanguard Institute for Policy Studies Publication, 2000.

CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES (CASS). *China National Human Development Report 2013: Sustainable and Liveable Cities: Toward Ecological Urbanisation*.Beijing: China Translation and Publishing Corporation, jun.2013. Disponível em: [http://www.cn.undp.org/content/dam/china/docs/Publications/UNDP-CH_2013%20NHDR_EN.pdf] Acesso em 20/05/2017.

CHRISTENSEN, Thomas J. Chinese Realpolitik. *Foreign Affairs*, Vol.75, 1996, pp.37-52.

CHOUCRI, N.; NORTH, R. C. In Search of Peace Systems: Scandinavia and the Netherlands, 1870-1970. In: RUSSETT, B. M.; American Political Science Association. (1972). *Peace, war, and numbers*. Beverly Hills Calif.: Sage Publications, 1972.

_____. Nations in conflict: National growth and international violence. In: FREEMAN, W.H.; ASHLEY, R. K. The political economy of war and peace: The Sino-Soviet-American triangle and the modern security problematique. London: F. Pinter, 1980.

_____. Lateral Pressure in International Relations: Concept and Theory. In: MIDLARSKY, M. I. *Handbook of war studies*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CICOUREL, Aaron V. The role of cognitive-linguistic concepts in understanding everyday social interactions, *Annual Review of Sociology*, vol. 7, 1981, pp. 87-106

CLINE, R. S. *The Power of Nations in the 1990s: A Strategic Assessment*. Maryland: University Press of America, 1993.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Diferentes parceiros, diferentes padrões: Comércio e mercado de trabalho do Brasil nos anos 2000*. Santiago do Chile: Nações Unidas, out.2012 (Série Comércio Internacional Nº 118). Disponível em: [http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/48162/DiferentesParceirosdiferentesPadroes.pdf] Acesso em 03/04/2014.

_____. La inversión extranjera directa en América latina y el Caribe. *Documento Informativo*, cap. III, pp.141-186. Santiago: Publicação das Nações Unidas, 2010a.

_____. *La República Popular China y América latina y el Caribe: hacia una relación estratégica*, LC/L.3224. Santiago: Publicación de Naciones Unidas, 2010b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Observatório Brasil China*, out.2011. Disponível em: [http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB36201314F2266C70136.htm] Acesso em: 12/04/2014.

_____. CEBC Alerta, *Informativo* No. 21, abr. 2014. Disponível em: [http://www.cebc.org.br/sites/default/files/informativo_no_21._balanca_comercial.pdf] Acesso em: 02/05/2014.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, pp. 126-155, 1981. Disponível em: [http://ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Cox.pdf] Acesso em: 20/03/2014.

_____. *Production, Power and World Order*. New York: Columbia University Press, 1987.

CREUTZFELDT, B. "Theory Talk #45: Qin Yaqing on Rules vs Relations, Drinking Coffee and Tea, and a Chinese Approach to Global Governance", Theory Talks, 30. Nov 2011. Disponível em: [https://www.files.ethz.ch/isn/155106/Theory%20Talk45_Yaqing.pdf]

CRUZ, A. de la. Chinese Investment in the Philippines. *China Business Philippines*, jun.2008. Disponível em: [http://chinabusinessphilippines.com/index.php?option=com_content&view=article&id=111:chinese-investments-in-the-philippines-&catid=39:investment-update&Itemid=63] Acesso em: 05/06/2014.

CUNHA, A. T. O guanxi chinês como determinante do fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China. *Mundorama*, 25 fev.2014. Disponível em: [http://mundorama.net/2014/02/25/o-guanxi-chines-como-determinante-do-fluxo-de-investimento-estrangeiro-direto-ied-na-china-por-aline-teseschi-cunha/] Acesso em 16/05/2014.

D'ANGELO, Paul. "News framing as a multi-paradigmatic research program: A response to Entman.", *Journal of Communication*, v.52 n.4, 2002, pp. 870-88.

DAHL, R. The Concept of Power. *Behavioural Science*, v. 2, n. 3, pp. 201-215, 1957. Disponível em: [http://www.bibliotecajb.org/Portals/0/docs/Maestrias/Alta_Direccion_Publica/12.%20The%20Concept%20of%20Power%20(Robert%20Dahl).pdf] Acesso em: 07/04/2014.

DALLMAYER, F.; ZHAO, T. *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2012.

DAVIS, B. The 'Destabilizing Effects' of China's State-Owned Enterprises. *The Wall Street Journal*, 14 jun.2012. Disponível em: [http://blogs.wsj.com/chinarealtime/2012/06/14/the-destabilizing-effects-of-chinas-state-owned-enterprises/] Acesso em: 15/03/2014

DEMICK, B. China won't bow down. *Los Angeles Times*, 16 fev.2010. Disponível em: [http://articles.latimes.com/2010/feb/16/world/la-fg-china-analysts17-2010feb17] Acesso em 28/03/2014.

DENG, Yong. The Chinese Conception of National Interests in International Relations, *The China Quarterly*, No. 154 (Jun., 1998), pp. 308-329. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/655893?seq=3#page_scan_tab_contents] Acesso em 20/05/2017

DIEKHOFF, Alain (Ed.). *The Politics of Belonging: Nationalism, Liberalism, and Pluralism*. Oxford: Lexington Books, 2004.

DONATI, Paolo R. 'Political Discourse Analysis' In: DIANI, Mario; EYERMAN, Ron (Ed.). *Studying Collective Action*. London: Sage, 1992

DORAN, C. Power Cycle Theory and the Ascendance of China: Peaceful or Stormy? *SAIS Review of International Affairs*, v. 32, n. 1, pp. 73-87, 2012. Disponível em: [http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/sais_review/v032/32.1.doran.pdf] Acesso em: 13/01/2014.

_____. Economics, Philosophy of History, and the 'Single Dynamic' of Power Cycle Theory: Expectations, Competition, and Statecraft. *International Political Science Review*, v. 24, n. 31, pp. 13-49, jan.2003. Disponível em: [http://ips.sagepub.com/content/24/1/13.short] Acesso em: 12/12/2013.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm, *Journal of Communication*, Volume 43, Issue 4, 1 December 1993, pp. 51–58

ELVIN, M. *The Pattern of the Chinese Past*. Stanford: Stanford University Press, 1973.

ERIXON, F.; SALLY, R. Trade, globalisation and emerging protectionism since the crisis. Bruxelas: European Centre for International Political Economy (Ecipe), *Working Paper* n. 2, 2010. Disponível em: [http://www.ecipe.org/media/publication_pdfs/trade-globalisation-and-emerging-protectionism-since-the-crisis.pdf] Acesso em: 17/03/2017.

ERNEST & YOUNG. Planning to profit from opportunity: preparing for future demand. *Global Steel Outlook 2014*. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY_-_Global_steel_2014/\$FILE/EY-Global-steel-2014.pdf] Acesso em: 17/05/2017.

ETZIONI, A. Accommodating China. *Survival*, v. 55, n. 2, 2013.

_____. *A comparative analysis of complex organizations: on power, involvement and their correlates*. New York: Free Press, 1975.

EUROPEAN COMMISSION. *European Union: Trade in good with China*. Directorate-General for Trade, 16 abr.2014. Disponível em:

[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113366.pdf] Acesso em: 07/06/2017

FAIRBANK, J. K. *The Chinese World Order: Traditional Chinese Foreign Relations*. Cambridge, MA: Harvard UP, 1968.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Language Awareness* [M]. London: Longman, 1992.

FAIRCLOUGH, N. & Clive, H. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language* [M]. London: Longman, 1995.

FAZAL, T. M. *State Death: The Politics and Geography of Conquest, Occupation, and Annexation*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

FENG, Z. *Contemporary Japan Report*. Beijing: Social Science Academic Press, 2011.

FERGUSON, N. *In China's Orbit*. *The Wall Street Journal*, n.18, nov.2010. Disponível em:

[<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704104104575622531909154228.htm>]. Acesso em: 15/02/2017

_____. *The Cash Nexus: Money and Power in the Modern World, 1700-2000*. London: Penguin Press, 2002a.

_____. *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*. London: Penguin Books, 2002b.

FEWSMITH, Joseph. *China and the WTO: The Politics Behind the Agreement*, NBR Analysis, V.50, n.5, National Bureau of Asian Research, Nov. 1999

FIORI, J. L. *O Mundo Como Ele É*. *Revista OIKOS*. v. 8, n. 2, pp. 323-328, jun./dez. 2009.

_____. *O sistema inter-estatal capitalista no início do Século XXI*. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Formação, Expansão e Limites do Poder Global*. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). FAOSTAT, *Arable Land Database 2013*. Disponível em:

[<http://faostat.fao.org/site/377/DesktopDefault.aspx?PageID=377#ancor>] Acesso em: 12/05/2014.

FORDE, B. Change at the Top: Succession in the Chinese Communist Party. *The ANU Undergraduate Research Journal*, v. 3, pp. 81-95, 2011. Disponível em: [http://eview.anu.edu.au/anuuj/vol3_11/pdf4/ch07.pdf] Acesso em: 07/05/2017.

FORGAS, J. P., WILLIAMS, K. D. (Eds.). *The social self: Cognitive, interpersonal, and intergroup perspectives*. New York: Psychology Press, 2002.

FRANK, A. G. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

FRAVEL, M. T. Regime Insecurity and International Cooperation: Explaining China's Compromises in Territorial Disputes. *International Security* 30, 2005, pp. 46–83.

FREEMAN, C. W. China's Challenge to US Hegemony: Remarks to the Global Strategy Forum. *Middle East Policy Council*, Londres, 20 jan.2010. Disponível em: [<http://www.mepc.org/articles-commentary/speeches/chinas-challenge-american-hegemony>] Acesso em: 09/05/2017.

FRIEDBERG, A. L. The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable? *International Security*, v. 30, n. 2, pp. 07-45, 2006. Disponível em: [<http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/016228805775124589#.U6OleZRdX6I>] Acesso em: 12/05/2014.

FMPRC. *The Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation*, Beijing: Foreign Ministry of the People's Republic of China, 2000. Disponível em: [<http://big5.gov.cn/gate/big5/www.fmprc.gov.cn>] Acesso em 20/05/2017

GAMSON, William A. 'Political Discourse and Collective Action' in Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi, and Sidney Tarrow (editors) *International Social Movement Research*, Volume 1. London: JAI Press, 1988

GAMSON, William A. *Talking Politics*. Boston: Cambridge University Press, 1992

GAMSON, William A. 'Constructing Social Protest' in Hank Johnston and Bert Klandermans (editors) *Social Movements and Culture*. London: UCL Press, 1995

GAO, H. Taming the Dragon: China's Experience in the WTO Dispute Settlement System. *Legal Issues of Economic Integration*, v. 34, n. 4, pp. 369–392, 2007.

GARTZKE, E.; LI, Q. War, Peace, and the Invisible Hand: Positive Political Externalities of Economic Globalization. *International Studies Quarterly*, Vol. 47, 2003, pp. 561–586

GE, R. J. (Ed.). *Taoism and modern civilization*. Beijing: Chinese People University Press, 1991.

GENG, Fang. Ideological Inclination in China-Related News in New York Times—A Perspective From Critical Discourse Analysis. *Modern Communications*. 2012

GILES, Chris; BEATTIE, Alan; China Reprimanded by G20 Leaders, *Financial Times*, March 30, 2010.

GILL, B.; HUANG, C. China's Expanding Role in Peacekeeping: Prospects and Policy Implications. *SIPRI Policy Paper n° 25*, Stockholm, nov.2009. Disponível em: [<http://books.sipri.org/files/PP/SIPRIPP25.pdf>]. Acesso em: 15/04/2014.

GILPIN, R. *War and Change in World Politics*. Nova York: Cambridge University Press, 1981.

_____. *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GITTINGS, J. *The Changing Face of China*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GITLIN, Todd. *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley, CA, Los Angeles, CA & London, U.K.: University of California Press, 1980

GLASER, B. S.; MEDEIROS, E. S. The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of 'Peaceful Rise'. *The China Quarterly*, v. 190, pp 291–310, jun.2007. Disponível em: [<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1209440>] Acesso em: 27/03/2017.

GODWIN, P. H. B. Change and Continuity in Chinese Military Doctrine: 1949–1999. In: RYAN, M. A.; FINKELSTEIN, D.; MCDEVITT, M. (Eds.) *Chinese Warfighting: The PLA Experience Since 1949*. Armonk, NY: M. E. Shaarpe, 2003, pp. 23–55.

GODEMENT, François. A Global China Policy. [Policy Brief] European Council on Foreign Relations (ECFR), V.22, 2010

GOLDSTEIN, A. The Diplomatic Face of China's Grand Strategy: A Rising Power's Emerging Choice. *The China Quarterly*, n. 168, pp. 835-864, dez.2001.

_____. *Rising to the Challenge: China's Grand Strategy and International Security*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. *Ideas and Foreign Policy*. Ithaca, Cornell University Press, 1993.

GOLDSTONE, J. A. *Why Europe? The Rise of the West in World History 1500-1850*. 1ª Ed. New York: McGraw-Hill Companies, 2009.

GOLDSTONE, J. A. *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

GOODMAN, P. U.S. debt to Asia swelling. *Washington Post*, Shanghai, 13 sep.2003. Disponível em:

[http://www.lawrencecapitalmgt.com/upload_passprotected.asp?OrgID=681&SPID=15305&up_lid=20405] Acesso em 24/03/2017.

GREENSPAN, A. *The Age of Turbulence: Adventures in a New World*. New York: Penguin Books, 2008.

GRIECO, J. China and American in the New World. In: PUMPHREY, C. W. (Ed.). *The Rise of China in Asia: Security Implications*. Washington: Strategic Studies Institute, 2002.

GRIES, Peter Hays. Nationalism and Chinese Foreign Policy. In: DENG, Yong; WANG, Fei-ling (Eds.). *China Rising: Power and Motivation in Chinese Foreign Policy*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2005

GUTHRIE, D. *China and the Globalization: the social, economic, and political transformation of chinese society*. Estados Unidos: T&F, 2006.

GUZZINI, S. Structural Power: the limits of neo-realist power analysis. *International Organization*, v. 47, n. 3, jun/ago 1993. Disponível em: [http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/23701/Guzzini_IO_1993_CUP.pdf?sequence=2] Acesso em: 20/11/2016.

GROSSMAN, Michael. 2005. Role Theory and Foreign Policy Change: The Transformation of Russian Foreign Policy in the 1990s. *International Politics* 42: 334-351.

HACHIGIAN, Nine. “Managing Insecurities Across the Pacific” (Washington: Center for American Progress, 2012, pp. 2–3, Disponível em: [http://www.americanprogress.org/content/uploads/issues/2012/02/pdf/china_paranoia.pdf].) Acesso em 08/10/2017

HALPER, S. *The Beijing Consensus: How China’s Authoritarian Model Will Dominate The Twentieth-First Century*. New York: Basic Books, 2010.

HAN, Nianlong. (Ed.). *Diplomacy of Contemporary China*. Beijing: China’s Social Science Press, 1987.

HANSEN, J.; GALE, F. *China in the Next Decade: Rising Meat Demand and Growing Imports of Feed*. United States Department of Agriculture, 07 abr.2014. Disponível em: [<http://www.ers.usda.gov/amber-waves/2014-april/china-in-the-next-decade-rising-meat-demand-and-growing-imports-of-feed.aspx#.U6txdpRdX6I>] Acesso em: 16/05/2016.

HARMAN, D. China Focuses on Oil, Not Sudanese Needs. *Sudan Tribune*, 25 jun.2007. Disponível em: [<http://www.sudantribune.com/spip.php?article22546>] Acesso em: 27/04/2014.

HARVEY, D. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. *O Novo Imperialismo*. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

- HAAS, Mark. A Geriatric Peace? The Future of U.S. Power in a World of Aging Populations. *International Security*, Vol. 32, 2007, pp. 112–147
- HARNISCH, S.; Bersick, S.; Gottwald, J. C. (Eds). *China's International Roles*. Role Theory and International Relations Series. New York: Routledge, 2015.
- HATEMI, P., WEDEMAN, A. Oil and Conflict in Sino-American Relations. *China Security*, Vol. 3, 2007, pp. 95–118.
- HE, L. ‘Mao Zedong’s Theory on the Division of Three Worlds and Adjustments to the Chinese Diplomatic Strategy in 1970s’. *Journal of Chinese Communist Party History Studies* no. 4, 2010.
- HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HENDRISCHKE, H.; KRUG, B. *The Chinese Economy in the 21st Century: Enterprise and Business Behavior*. Reino Unido: Ed. EE, 2007.
- HERRING, G. C. *From Colony to Superpower: Foreign Relations since 1776*. Reino Unido: Oxford University Press, 2008.
- HERZ, M. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. *Dados*, Vol.40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200006] Acesso em 03/03/2017
- HYOUN-KYU, C. “The Changing Political Dynamics of East Asian Financial Cooperation: The Chiang Mai Initiative”, *Asian Survey*, v.3, n.49, 2009, pp. 250-67
- HOBSBAWM, E. *The Age of Extremes: a History of the World, 194-1991*. Nova York: Vintage, 1994.
- HOLBIG, H. Ideology after the End of Ideology China and the Quest for Autocratic Legitimation, *Democratization*, V.20, n.1, 2013, pp 61-81
- _____ (2011). International Dimensions of Legitimacy: Reflections on Western Theories and the Chinese Experience. *Journal of Chinese Political Science*, 16(2), 161-181.
- _____ (2009). Ideological Reform and Political Legitimacy. In T. Heberer & G. Schubert (Eds.), *Regime Legitimacy in Contemporary China. Institutional Change and Stability* (pp. 13-34). London and New York: Routledge.
- HOLLOWAY, J.; ROBERTS, I.; RUSH, A. China’s Steel Industry. *RBA Bulletin*, pp. 19-25, dez.2010. Disponível em: [http://www.rba.gov.au/publications/bulletin/2010/dec/bu-1210-3a.html] Acesso em: 05/06/2016.
- HONGYING, W. Multilateralism in Chinese Foreign Policy: The Limits of Socialization. *Asian Survey*, v. 40, n. 3, pp. 475–91, 2000.

HOFFMANN, S. 'An American Social Science: International Relations.' In: DERIAN, J. Der (Ed.). *International theory: Critical Investigations*. Basingstoke: Palgrave, 1977, pp. 212-241.

HOLSTI, K. J. National role conceptions in the study of foreign policy. *International Studies Quarterly*, Vol. 14, no.3, 1970, pp. 233-309.

_____. *Change in the international system: Essays on the theory and practice of international relations*. Aldershot, U.K.: Edward Elgar, 1991.

HSIN-HUANG, M. H.; CHENG-YI, L. (Ed.). *Rise of China: Beijing's Strategies and Implications for the Asia-Pacific*. London: Routledge, 2009.

HU, A.; MEN, H. The rise of modern China (1980-2000): Comprehensive National Power and Grand Strategy. *Strategy & Management*, nº 3, 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/session+1.3.AngangHu_TheRising_of_Modern_China_final_.pdf]. Acesso em: 15/12/2016.

HUANG, R., ZHANG, X. 对我国军费增长性质的认识 - Dui woguo junfei zengzhang xingzhi de zai renshi (Repensando sobre o caráter do aumento do gasto military em nossa armada) *Jiefangjun bao*, Vol. 6, 26 Fev. 2008.

HUANG, S. *New Theory on Comprehensive National Strength: Comprehensive National Strength of China*. Beijing: China Social Sciences Press, 2000.

HUANG, S.; ZHEN, B. 重评当代资本主义经济 (Zhòng píng dāngdài zīběn zhǔyì jīngjì - Reavaliando a Economia Capitalista Contemporânea). Beijing: 世界知识出版社 (shìjiè zhīshì chūbǎn shè - World Affairs Press), 1996.

HUANG, Jinqi. *What is Diplomacy: A Bilingual Course*. Beijing: China Foreign Affairs University, 2003

HUI, V. T. History and Thought in China's Traditions. *Chinese Journal of Political Science*, Vol. 17, no. 2, 2012, p. 138.

HUNT, MH (1984) Chinese foreign relations in historical perspective. In: HARDING, H (ed.) *China's Foreign Relations in the 1980s*. New Haven: Yale University Press, 1984

HUNTINGTON, S. P. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, v. 78, n. 2, mar./abr. 1999. Disponível em: [http://www.foreignaffairs.com/articles/54797/samuel-p-huntington/the-lonely-superpower] Acesso em: 09/04/2014.

HWANG, K. *New Thinking in Measuring National Power*. WISC Second Global International Studies Conference, Universidade de Ljubljana, Eslovênia, 23-26 julho, 2008. Disponível em: [http://www.wiscnetwork.org/ljubljana2008/papers/WISC_2008-137.pdf]. Acesso em: 18/02/2017.

IKENBERRY, J.; MASTANDUNO, M.; WOHLFORTH, W. C. Introduction: Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. In: Ikenberry, J.; Mastanduno, M.; Wohlforth, W. C. (Eds.) *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). Coal Information 2011. IEA, Paris, 2011. Disponível em: [<http://www.iea.org/textbase/nptoc/coal2011toc.pdf>] Acesso em: 12/05/2014.

_____. World Energy Outlook 2011. IEA, Paris, 2011. Disponível em: [<http://www.iea.org/Textbase/npsum/weo2011sum.pdf>] Acesso em: 12/05/2014.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). *World Economic Outlook*, abr.2014. Disponível em: [<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/index.aspx>] Acesso em: 12/05/2014.

_____. Special Feature: Commodity Market Review. In: INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). *World Economic Outlook*, out.2013. Disponível em: [<http://www.imf.org/external/np/res/commod/pdf/cmr/cmr1013.pdf>] Acesso em: 07/06/2014.

_____. China's Impact on World Commodity Markets. *IMF Working Paper*, mai.2012. Disponível em: [<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp12115.pdf>] Acesso em: 07/06/2017.

JERVIS, R. Cooperation Under the Security Dilemma. *World Politics*, Vol. 30, 1978, pp. 167–214.

JENKINS, R. El “efecto China” en los precios de los productos básicos y en el valor de las exportaciones de América latina. *Revista CEPAL*, n. 103, pp. 77-93, 2011.

Ji, Wei. Critical Discourse Analysis and Cultivation of Critical English Reading Competence. *Journal of Southwest Agricultural University (Social Science Edition)*. 2012

JIABAO, W. *Report on the Work of the Government*. Fourth Sessions of the Eleventh National People's Congress, 5.mar.2011. Disponível em: [<http://www.uncsd2012.org/content/documents/Report%20on%20the%20Work%20of%20the%20Government.pdf>] Acesso em: 17/05/2017.

JOBBOUR, E. *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

JOHNSTON, A. *Social States: China in International Institutions, 1980-2000*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

_____. Is China a Status Quo Power? *International Security*, Vol. 27, 2003, pp. 5-56.

_____. Cultural Realism and Strategy in Maoist China. In: KATZENSTEIN, P. (Ed.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1996, pp. 216-68.

JOHNSTON, A. I.; ROSS, R. S. (Eds.) *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford UP, 2006.

JUNMING, W. New Map boosts China's claim in sea. *China Daily*, 04 jul.2014. Disponível em: [http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2014-07/04/content_17646922.htm] Acesso em: 04/07/2016.

KANG, D. C. *China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia*. New York: Columbia University Press, 2008.

_____. *China Rising: Power and Order in East Asia*. New York: Columbia University Press, 2007.

_____. "Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, G. J.; MASTANDUNO, M. (Eds.) *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia UP, 2003, pp.163-189.

KAPLAN, R. D. *How We Would Fight China*. *The Atlantic Monthly*, jun.2005. Disponível em: [<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2005/06/how-we-would-fight-china/303959/>] Acesso em: 20/03/2017.

KAPLAN, S. Framing Contest: Strategy Making Under Uncertainty. *Organization Science*, Pennsylvania, abr. 2008, pp. 729-752. Disponível em: [<https://doi.org/10.1287/orsc.1070.0340>] Acesso em 20/04/2017

KEOHANE, R. O. Theory of Hegemonic Stability and Changes in International Regimes 1967-1977. In: HOLSTI, O. (Ed.). *Changes in the International System*. Boulder, CO: Westview Press, 1980.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. *Power and Interdependence*. New York: Longman, 2001.

KERSCHNER, C. Economía en estado estacionario vs. decrecimiento económico: ¿Opuestos o complementarios? *Revista Ecología Política*, n. 35, 2008. Disponível em: [<http://ecologiapolitica.info/ep/35.pdf>]. Acesso em: 03/02/2017.

KIM, S. S. Thinking Globally in Post-Mao China. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 2, pp. 191-209, mai.1990.

_____. *China, The United Nations and World Order*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

KINDLEBERGER, C. *World Economic Primacy*. New York: Oxford University Press, 1996.

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. China: Containment Won't Work. *The Washington Post*, 13 jun. 2005.

_____. *O Mundo Restaurado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

KIRSHNER, J. *Appeasing bankers: Financial Caution on the Road to War*. Princeton: Princeton University Press., 2007.

KKR GLOBAL INSTITUTE. China: Repositioning Now Required. *KKR Insights Global Macro Trends*, v. 4, n. 2, fev.2014. Disponível em: [http://www.kkr.com/_files/pdf/KKR_Insights_140220.pdf] Acesso em: 13/05/2017.

KLEINE-AHLBRANDT, S. T. Beijing, Global Free-Rider. *Foreign Policy*, 12 nov.2009. Disponível em:

- [http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/11/12/beijing_global_free_rider?wp_login_redirect=0] Acesso em: 15/04/2017.
- KNOBLOCK, J. *Xun Zi: A Translation and Study of the Complete Works*, Vol. I, II, III. (1988). 2ª Ed. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- KOGLER, B. *Do Terceiro para o Segundo Mundo: China: suas transformações econômicas e as relações internacionais*. Seminário REDEM, Buenos Aires, 2006.
- KONDER, L. *O que é a dialética*. 28ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- KRASNER, S. (Ed.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- KREISBRG, Paul H. China's Negotiating Behavior. In: ROBINSON, Thomas W.; SHAMBAUGH, David L (Eds.). *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon [Studies of Contemporary China], 1994
- KRAUTHAMMER, C. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, v. 70, n.1, pp. 23-33, 1991. Disponível em: [<http://www.jstor.org/stable/20044692>]. Acesso em: 15/01/2014.
- KRUGMAN, P. The Chinese Challenge. *International Herald Tribune*, 28 jun.2005. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/2005/06/27/opinion/the-chinese-challenge.html>] Acesso em 12/03/2017
- KUGLER, J. The Asian Ascent: Opportunity for Peace or Precondition for War? *International Studies Perspectives*, Vol. 7, 2006, pp. 36–42
- KUMAR, S. (Ed.). *India's National Security: Annual Review 2002*. Nova Delhi: India Research Press, 2003.
- _____. *India's National Security: Annual Review 2003*. Nova Delhi: India Research Press, 2004.
- _____. *India's National Security: Annual Review 2004*. Nova Delhi: India Research Press, 2005.
- _____. *India's National Security: Annual Review 2006*. Nova Delhi: India Research Press, 2007.
- _____. *India's National Security: Annual Review 2007*. Nova Delhi: India Research Press, 2008.
- KUPCHAN, C. After Pax Americana: Benign Power, Regional Integration, and the Sources of Stable Multipolarity. *International Security*, Vol.23, 1998, pp.40-79.
- LaFRANIERI, S.; GROBLER, J. China spreads aid in Africa, with a catch. *New York Times*, 19 set.2009. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2009/09/22/world/africa/22namibia.html?pagewanted=all&_r=0] Acesso em: 30/01/2017.
- LAKOFF, George; Mark JOHNSON. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980
- LAMPTON, D. M. *Three Faces of Chinese Power: Might, Money and Minds*. London: University of California Press, 2008.

LANTEIGNE, M. *China and International Institutions: Alternate Paths to Global Power*. New York: Routledge, 2005 LAN, Xijun; WANG, Yuanqi. A Survey of Critical Discourse Analysis Studies in China in Recent Five Years. *Journal of Southwest Agricultural University(Social Science Edition)*, v.2, 2010.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, vol. 33, nº 3, 1989, pp. 236-254.

LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. (Eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. London, Lynne Rienner, 1996.

LARDY, N. R. *Integrating China into the Global Economy*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2002.

LARSON, D. W.; SHEVCHENKO, A. Status Seekers: Chinese and Russian Responses to U.S. Primacy. *International Security*, v. 34, n. 4, pp. 63-95, 2010.

LASSWELL, H.; KAPLAN, A. *Power and Society: a framework for political inquiry*. New Haven, CT: Yale University Press, 1950.

LEI, Z. H. *Guan Yinzi: Modern Translation of Shen Zi*. Hangzhou: Zhejiang University Press, 2012.

LEGGE, J (Trad.). *The Confucian Analects: The Great Learning and The Doctrine of the Mean*. New York, NY: Cosimo, 2009. Disponível em: [<http://ebooks.adelaide.edu.au/c/confucius/c748a/>] Acesso em: 14/05/2017.

LEMKE, D. *Regions of War and Peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEVENSON, J. R. *Confucian China and its modern fate. A Trilogy*. Berkeley: University of California Press, 1968.

LEVY, J, S; THOMPSON, W, R. *Causes of War*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2011.

LI, H. U.S. Hegemony Ends, Era of Global Multipolarity Begins. *Peoples Daily Online*, 24 fev. 2009. Disponível em: [<http://english.people.com.cn/90002/96417/6599374.html>] Acesso em: 14/12/2016

LI, M. *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World Economy*. London: Pluto Press, 2008.

LI, M. Information Technology in China and Brazil: possibilities of cooperation. Seminário Brasil-China IPRI, Rio de Janeiro, nov. 1999 (Paper). Documento não publicado. Disponível em: [<http://www.relnet.com.br>]. Acesso em: 07/03/2017.

LI, S. What Is Power of International Politics. *Chinese Journal of European Studies*, n. 2, pp.1-14, 2011.

_____. *Introduction to International Politics*. Shanghai: Shanghai Renmin Press, 2009.

LI, X. (Ed.) 边防学 [*Bianfang xue* - A Ciência da Defesa de Fronteira]. Beijing: Junshi kexue chubanshe, 2004.

LI, Suling. Critical Discourse Analysis: Brief Review and Its Prospective Application. *Shandong Foreign Language Teaching Journal*. 2004

LIANG, J. System of Super-sized State Enterprise: A New Way of Thinking on Supervising State Assets. *Southern Daily*, 27 dez. 2012. Disponível em: [<http://www.sasac.gov.cn/n1180/n1271/n20515/n2697175/15042645.html>.] Acesso em: 12/04/2017.

LIANG, S. 中国国际政治学理论建设的探索 (*Zhongguo guojizhengzhixue lilun jianshe de tansuo* - Investigações sobre a construção das Relações Internacionais Chinesas), Peking University, 2004. Disponível em: [www.sis.pku.edu.cn/pub/liangshoude/doc/中国国际政治学理论建设的探索.doc] Acesso em 12/03/2017

LIEBERTHAL, Kenneth; WANG, Jisi. “Addressing U.S.- China Strategic Distrust”. Washington: John L. Thornton China Center at Brookings, 2012. Disponível em: [http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2012/3/30%20us%20china%200lieberthal/0330_china_lieberthal.pdf.] Acesso em 30/10/2017

LIEBERTHAL, Kenneth. Managing the China Challenge: How to Achieve Corporate Success in the People’s Republic of China

LINCOLN, E. J. *East Asian Economic Regionalism*. New York: Council on Foreign Relations, 2004.

LINKLATER, A. Dialogue, Dialectic and Emancipation in International Relations at the End of the Post War Age. *Millenium*, nº 23, 1994, pp. 119-131.

LIU, J.; McDONALD, T. China: growth, urbanisation and mineral resource Demand. *Economic Roundup*, n. 2, pp. 57-72, 2010. Disponível em: [http://econpapers.repec.org/article/tsyjournl/journl_5ftsy_5fer_5f2010_5f2_5f1.htm] Acesso em: 04/06/2014.

LIU, S. Contemporary New Confucianism: Background, Varieties, and Significance. In: DALLMAYR, F.; ZHAO, T. (Ed.). *Contemporary Chinese Political Thought: debates and perspectives*. Lexington: University Press of Kentucky, 2012, pp. 91-110.

LU, S. China’s Diplomacy in the New Period: Changes and Consistency, *China International Studies*, pp. 37-60, mai./jun. 2013. Disponível em: [http://www.ciis.org.cn/english/2013-08/16/content_6217014.htm] Acesso em 17/05/2017.

MA, L. Preliminary Thoughts on Accelerating China’s Soft Power Building. *Literature of Chinese Communist Party*, n. 7, pp. 35–38, 2007.

MADDISON, A. *Countours of the World Economy 1-2030 AD: Essays in Macro-Economic History*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MAHAN, A. T. (1890). The Influence of Sea Power upon History 1660–1783. In: KNIGHT, R. *The Foundations of Naval History: John Knox Laughton, the Royal Navy and the Historical Profession*. Londres: Institute for Historical Research, 2000.

MAHER, T. M. Framing: An Emerging Paradigm or a Phase of Agenda Setting. In: STEPHEN, D Reese; GANDY, Oscar H; GRANT, August E. *Mahwah Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001

MANN, M. *Incoherent Empire*. London: Verso, 2003.

MAO, Zhenfa (Ed.) *Bianfang lun [On Frontier Defense]*. Beijing: Junshi kexue chubanshe, 1996.

MAO, Zedong. *On New Democracy*. Peking: Foreign Language Press. 1940.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: L&PM, 1998.

MARKUS, H., CROSS, S. The interpersonal self. In: PERVIN, L. A. (Ed.), *Handbook of personality: Theory and research*. New York: Guilford Press, 1990, pp. 576- 608.

MARSHALL, W. China's Free Rider Syndrome. Huffington Post, 1.dez.2010. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/will-marshall/chinas-free-rider-syndrom_b_789888.html]. Acesso em 15/04/2017.

MAY, E. R. The nature of foreign policy: The calculated versus the axiomatic. *Daedalus*, Vol. 91, no.4, 1962, 653-67.

McMILLAN, S. M. Interdependence and Conflict. *Mershon International Studies Review*, Vol. 41, 1997, pp. 33–58.

McKAY, H. Metal intensity in comparative historical perspective: China, North Asia, the United States and the Kuznets curve. Global Dynamic Systems Centre, Australian National University (*Working Paper* n. 6), set.2008. Disponível em: [<http://econpapers.repec.org/paper/auuwpaper/006.htm>] Acesso em: 04/06/2016.

McKINSEY GLOBAL INSTITUTE (MGI). *Urban World: The shifting global business landscape*. Washington D.C.: McKinsey&Company, out.2013. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/MGI_Urban_world3_Full_report_Oct2013.pdf] Acesso em 12/05/2016.

MEARSHEIMER, J. J. China's Unpeaceful Rise. *Current History*, Vol. 105, 2006, pp. 160–162.

_____. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

MEDEIROS, C. A. de. China: Desenvolvimento Econômico a Ascensão Internacional. *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*, Fundação

Alexandre Gusmão, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.cebri.org/midia/documentos/10.pdf] Acesso em 06/05/2017.

_____. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 3, pp. 381-400, jul./set. 2006.

MEDEIROS, C. *Deslocamento e complementaridade: a estratégia de desenvolvimento chinesa e a economia regional asiática*. Trabalho apresentado na "Conferência Nacional de Política Externa e Política Nacional: O Brasil no mundo que vem aí". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

MEISNER, M. *Mao's China and After: a history of the people's republic since 1949*. 3ª Ed. Detroit: Free Press, 1999.

MENG, H. Report on China's Soft Power. *International Review*, v. 2, pp.19-20, 2007.

MENGES, C. C. *China : The Gathering Threat*. Nashville, Tenn.: Nelson Current, 2005.

MILLS, S. Discourse: The New Critical Idiom [M]. London: Routledge, 1997.

MITTER, R. *China Moderna*. Trad. de Rosa Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. *A Bitter Revolution: Chinas Struggle with the Modern World*. New York: Oxford University Press, 2004.

MITCHELL, Sara M.; Hensel, Paul R. "International Institutions and Compliance with Agreements," *American Journal of Political Science* 51 (4) (2007): 721-737.

MOORE, T.G. China as an Economic Power in the Contemporary Era of Globalization. *Journal of Asian and African Studies*, Vol.43, 2008, pp. 497-521.

MORGENTHAU, H. J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 4ª Ed. New York: Knopf, 1968.

MOYO, D. *O Vencedor Leva Tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo*. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MULVENON, J. Chairman Hu and the PLA's 'New Historic Missions'. *China Leadership Monitor*, n. 27, dez.2009. Disponível em: [http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM27JM.pdf] Acesso em: 15/05/2017

MÜLLER, Harald. International Relations as Communicative Action. In: FIERKE, Karin; KNUD, Erik (Eds.). *Constructing International Relations: The Next Generation International relations in a constructed world*. New York: M.E Sharp, 2001

NAGEL, G. *The tao of teaching*. New York: Primus, 1994.

NAGEL, J. H. *The Descriptive Analysis of Power*. Connecticut: Yale University Press, 1975.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). *Report on volume, structure and features of new generations of rural migrant workers*. NBSC, Beijing,

2011. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/tjfx/fxbg/t20110310_402710032.htm] Acesso em: 16/05/2014.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (NIC). *Global Trends 2025: A Transformed World*. Washington, D.C.: GPO, nov.2008. Disponível em: [<http://www.aicpa.org/research/cpahorizons2025/globalforces/downloadabledocuments/globaltrends.pdf>] Acesso em: 20/04/2014

_____. *Global Trends 2030: Alternative Worlds*. Washington, D.C.: GPO, dez.2012. Disponível em: [<http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf>] Acesso em: 20/04/2016.

NEISSER, U. *The perceived self: Ecological and interpersonal sources of self knowledge*. New York: Cambridge University Press, 1993.

NI, S. *当代西方国际关系理论 (Dangdai xifang guojiguanxi lilun - Teoria Ocidental Contemporânea de Relações Internacionais)*, Shanghai: Fudan University Press, 2001.

NI, S., XU, J. *中国国际关系理论研究: 历史回顾与思考 (Zhongguo guojiguanxi lilun yanjiu - lishi huigu yu sikao- Pesquisa em Teoria Chinesa das Relações Internacionais: Perspectivas históricas e reflexões)*, in *Ouzhou*, 1997, No.6.

NISBETT, R. *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently...and Why*. New York: The Free Press, 2003.

NORMAN, Wayne. From nation-building to national engineering: on the ethics of shaping identities. In: DIEKHOFF, Alain (Ed.). *The Politics of Belonging: Nationalism, Liberalism, and Pluralism*. Oxford: Lexington Books, 2004.

NORONHA, L.; PANG, S. *A China Pós-OMC: Direito e Comércio*. 2ª Ed. São Paulo: Observador Legal Editora, 2004.

NYE, J. S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books Inc., 1990.

_____. The Changing Nature of World Power. *Political Science Quarterly*, v. 105, n. 2, pp. 177-192, jun./jul. 1990. Disponível em: [<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2151022?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103907397183>]. Acesso em: 13/01/2014.

_____. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

_____. *O futuro do poder*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, C. T. de. *O despertar da China*. São Paulo: Aduaneiras, 1990.

_____. O comércio reabriu a China para o mundo. In: GUIMARÃES, S. P. (Org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2003.

OLSON, M. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, Cambridge, MA: Harvard University Press. 1965.

_____. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Complete Database iLibrary, *OECD StatExtracts* 2014. Disponível em: [<http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=9185>] Acesso em: 17/05/2014.

ORGANSKI, A. F. K. *World Politics*. 2ª Ed. New York: Alfred A. Knopf, 1958.

ORGANSKI, A.F.K; KUGLER, J. *The War Ledger*. Chicago: University of Chicago Press, 1981, p. 19

O'ROURKE, R. Maritime Territorial and Exclusive Economic Zone (EEZ) Disputes Involving China: Issues for Congress. *Congressional Research Service*, 06 jun.2014. Disponível em: [<http://fas.org/sgp/crs/row/R42784.pdf>] Acesso em: 05/06/2017.

OYSERMAN, D. Social identity and selfregulation. In: KRUGLANSKI, A. W; HIGGINS, E. T. (Eds.). *Social psychology: Handbook of basic principles*. 2 Ed. New York: Guilford Press, 2007, pp. 432-453.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. *Rules, Games, and Common-Pool Resources*. MI: University of Michigan Press, 1994.

OWEN, Bruce M; SU, Sun; ZHENG, Wentong. China's Competition Policy Reformas: The Anti-monopoly Law and Beyond, *Antitrust Law Journal*, V.75, 2008, p. 231-255

PAN, Y. CPPCC National Committee Convenes a Special Consultation Meeting. *People's Daily*, n. 9, 25 jul.2007.

PANITCHPAKDI, S.; CLIFFORD, M. L. *China and the WTO: Changing China, Changing World Trade*. 1ª Ed. New York: Wiley, 2002.

PEARSON, M. M. China and major Economic Institutions. In: JOHNSTON, A. I.; ROSS, R. S. (Ed.). *Engaging China: the Management of an Emerging Power*. London: Routledge, 1999.

_____. China in Geneva: Lessons from China's Early Years in the World Trade Organization. In: JOHNSTON, A. I.; ROSS, R. (Ed.) *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2006, pp. 242-75.

PENG, G.; YAO, Y. (Eds.). *战略学 [Zhanlue xue - A Ciência da Estratégia Militar]*. Beijing: Junshi kexue chubanshe, 2001.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *Key Targets of China's 12th Five- Year Plan 2011*. Disponível em: [http://www.gov.cn/english/2011-03/05/content_1816822.htm]. Acesso em: 15/05/2017.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *Firmly March on the Path of Socialism with Chinese Characteristics and Strive to Complete the Building of a Moderately Prosperous Society in all Respects*. Hu Jintao's Report to the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China, 08 nov.2012. Disponível em: [http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27137540.htm] Acesso em: 12/04/2017.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA NATIONAL ENERGY ADMINISTRATION (NEA). *Conselho Nacional de Energia lança consume total de eletricidade em 2013* (国家能源局发布 2013 年全社会用电量), 14 jan.2014. Disponível em: [http://www.nea.gov.cn/2014-01/14/c_133043689.htm] Acesso em: 15/05/2017.

PERKINS, D. H. (Ed.). *China's Modern Economy in Historical Perspective*: Sponsored by the Social Science Research Council. Stanford: Stanford University Press, 1975.

PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS (PIIE). *Currency Manipulation, the US Economy, and the Global Economic Order*. Policy Brief PB12-25, Washington-DC, dez.2012. Disponível em: [<http://www.iie.com/publications/pb/pb12-25.pdf>] Acesso em: 24/04/2017.

PILLSBURY, M. *China Debates the Future Security Environment*. Washington, DC: National Defense University Press, 2000.

PING-TI, H. *Studies on the population of China 1368–1953*. Cambridge: Harvard University Press, 1959 (*Harvard East Asian Studies*, n.341). Disponível em: [<http://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674852457>]. Acesso em: 12/12/2016.

PINKERTON, J. P. Superpower Showdown. *The American Conservative*, 07 nov.2005. Disponível em: [<http://www.amconmag.com>]. Acesso em: 28/01/2017.

POMERANZ, K. *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PORTER, M. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press, 1990.

POWELL, Robert. *In the Shadow of Power: States and Strategies in International Politics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1999.

PU, X. Socialisation as a Two-Way Process: Emerging Powers and the Diffusion of International Norms. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 5, no. 4, dez.2012, pp. 341-367

QIN, Y. Qin Yaqing on Rules vs Relations, Drinking coffee and tea, and a Chinese approach to global governance. *Theory Talk*, nº 45, nov.2011. Disponível em: [<http://www.theory-talks.org/2011/11/theory-talk-45.html>] Acesso em: 22/03/2017

_____. Relationality and processual construction: bringing Chinese ideas into international relations theory, *Social Sciences in China*, Vol.30, No. 4, nov.2009. Disponível em: [<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02529200903342560?journalCode=rssc20>] Acesso em 12/04/2017

_____. Theoretical problematic of international relationship theory and construction of a Chinese school. *Social Sciences in China*, Winter 2005, pp. 62-72.

QIN, Y.; LING, W. Structures, Processes, and the Socialization of Power: East Asian Community-building and the Rise of China. In: ROSS, R. S.; FENG, Z (Eds.). *China's Ascent*, New York: Cornell University Press, 2008, pp. 115-138

- QIAN, Y.; WU, J. L. China's Transition to a Market Economy: how far across the river? Stanford: SIEPR, maio 2000. (*SCID Working Paper* n. 69). Disponível em: [<http://siepr.stanford.edu/publicationsprofile/1503>] Acesso em: 15/12/2016.
- QIN, Y.; WEI, L. Structure, Process, and the Socialization of Power: East Asian Community Building and the Rise of China. In: ROSS, R.; ZHU, F. (Eds.). *China's Ascent*. New York: Cornell University Press, 2008, pp. 115–38.
- RAI, K. B. Sponsorship of Draft Resolutions and Amendments in the UN General Assembly, 1946-1970. *Polity*, v. 10, n. 2, pp. 290-299, 1977. Disponível em: [<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3234264?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104403644193>] Acesso em 09/03/2017.
- RAMO, J. C. O Consenso de Beijing. *The Foreign Policy Centre*, London, p. 41-74, 11 mai.2004. Disponível em: [<http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf>]. Acesso em: 13/03/2017.
- REED, W. J. The Pareto, Zipf and other power laws. *Economics Letters*, v. 74, n.1, pp. 15–19, 2001.
- REN, X. (Ed) 国际关系理论新事业(*Guoji guanxi lilun xin shiye* – Novas perspectivas sobre Teoria das Relações Internacionais). Beijing: Changzheng Chubanshe, 2000.
- RICHARDSON, CJ. A Responsible Power? China and the UN Peacekeeping Regime, *International Peacekeeping*, 2011, v. 18 n. 3, p. 286-297
- ROCK, S. R. *Appeasement in International Politics*. Lexington, KY: University of Kentucky Press, 2000.
- ROSEN, D. H.; HANEMANN, T. The Rise in Chinese Overseas Investment and What It Means for American Businesses. *China Business Review*, 01 jul.2012. Disponível em: [<http://www.chinabusinessreview.com/the-rise-in-chinese-overseas-investment-and-what-it-means-for-american-businesses/>] Acesso em 05/06/2017.
- ROY, D. Hegemon on the horizon? China's threat to East Asian security. *International Security*, Vol.19, no.1, 1994, pp.149-168.
- ROSECRANCE, R. N. *The Rise of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World*. New York: Basic Books, 1986.
- ROSEN, Daniel. China and the Impracticality of Closed Regionalism. In: CALDER, K. E.; FUKUYAMA, F. (Eds.). *East Asian Multilateralism: Prospects for Regional Stability*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.
- ROZMAN, G. *The Chinese Debate about Soviet Socialism, 1978-1985*. Princeton: Princeton UP, 1987.
- _____. *The East Asian Region: Confucian Heritage and its Modern Adaptation*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- RUGGIE, J.G. (Ed.). *Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form*. New York: Columbia University Press, 1993.
- RUSSEL, R.; TOKATLIAN, J. G. A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos. *Política Externa*, v.16, n. 3, 2008. Disponível em:

[<http://politicaexterna.com.br/1729/america-latina-e-suas-opcoes-estrategicas-frente-aos-estados-unidos/>] Acesso em: 16/03/2017.

SADER, E. A Aliança do Pacífico, uma alternativa? *Carta Maior*, 26 fev.2014. Disponível em: [<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-Alianca-do-Pacifico-uma-alternativa-/2/30348>]. Acesso em: 12/03/2017.

SAMUELSON, P. A. The Pure Theory of Public Expenditure. *The Review of Economics and Statistics*, v. 36, n. 4, pp. 387-389, nov.1954.

SANDLER, T. *Collective Action*. MI: University of Michigan Press, 1992.

SAWYER, R. D.; SAWYER, M. *The Seven Military Classics of Ancient China*. Colorado: Westview Press, 1993

SCHMIDT, B. C. *The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations*. Albany: State University of New York, 1998.

SARBIN, Theodore R.; ALLEN, Vernon L. Role theory. In: LINDZEY, G; ARONSON, E (Eds.) *Handbook of Social Psychology*, Second Edition. Boston, MA: Addison Wesley Press, 1968

_____. On the History and Historiography of International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE-KAPPEN, T.; RISSE, T.; Simmons, B.A. (Eds.). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

SCHWELLER, R. Managing the Rise of Great Powers: History and Theory. In: JOHNSON, A. I; ROSS, R. S. (Eds.). *Engaging China: The Management of an Emerging Power*. London: Routledge, 1999, pp. 1–31.

_____. Neorealism's Status-Quo Bias: What Security Dilemma? *Security Studies*, Vol. 5, no. 3, 1996, pp. 90-121

_____. Tripolarity and the Second World War. *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 1, pp.73-103, mar.1993. Disponível em: [<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2600832?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104403644193>] Acesso em 09/04/2017.

SHAMGBOUGH, D. Prospects for a 'New Type of Major Power Relationship'. *ChinaUsFocus*, 07 mar.2003. Disponível em: [<http://chinausfocus.com/foreign-policy/prospects-for-a-new-type-of-major-power-relationship/>] Acesso em: 09/05/2014.

_____. International Relations Studies in China: History, Trends and Prospects. *International Relations of the Asia-Pacific*, Vol. 11, No. 3, 2011, pp. 339–72

_____. 'International relations studies in China: history, trends, and prospects' in *International Relations of the Asia-Pacific*, Vol.11, 2001, pp. 339-372.

SHAMBAUGH, D.; EBERHARD, S.; ZHOU, H. *China-Europe Relations: Perceptions, Policies and Prospects*. New York: Routledge, 2008.

SHANGHAI INSTITUTES FOR INTERNATIONAL STUDIES (SIIS). *China's Diplomacy: Global Strategy (2013-2023)*. Shanghai: SIIS Project Team, 2013.

SHIH, Chih-yu. National role conception as foreign policy motivation: The psychocultural bases of Chinese diplomacy. *Political Psychology*, Vol. 9, 1988, pp. 599–631.

_____. *Political Psychology*, International Society of Political Psychology, Vol. 9, No. 4 (Dec., 1988), pp. 599-631

SIMON, H. Human nature in politics: The dialogue of psychology with political science. *American Political Science Review*, 79, 1985, pp. 293–304.

SINGER, J. D. The level-of-analysis problem in international relations. *World Politics*, Vol.14, no.1, 1961, pp. 77–92.

SMITH, S. Coming to Terms with the Past: China. *History Today*, v. 53, n. 12, dez.2003. Disponível em: [<http://www.historytoday.com/steve-smith/coming-terms-past-china>] Acesso em: 20/04/2017.

SNIDAL, D. The Game Theory of International Politics. In: OYE, K. E. (Org.) *Cooperation Under Anarchy*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

SNIDERMAN, P.M.; BRODY, R. A.; TETLOCK, P. E. Reasoning and choice: Explorations in political psychology. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1991

SNOW, David A., E; Rochford, Burke; Worden Steven, K; Benford, Robert D. "Frame Alignment Processes, Micromobilization and Movement Participation." *American Sociological Review* 51, 1986., pp.464-81

SONG, X. Building International Relations Theory with Chinese Characteristics. *Journal of Contemporary China*, v. 10, n. 26, pp. 61-74, 2001.

_____. Building International Relations Theory with Chinese Characteristics. *Journal of Contemporary China*, Vol.10, no.26, 2001, pp. 61–74.

SONG, X.; CHAN, G. International Relations Theory in China. In: HU, W; CHAN, G.; ZHA, D. (Eds.) *China's IR in the 21th century*. Lanham; NY; Oxford: University Press of America, 2000, pp. 15-40.

STATISTA. China: seaborne iron ore demand. *The Statistic Portal*, 2014. Disponível em: [<http://www.statista.com/statistics/241201/projected-chinese-seaborne-iron-ore-demand/>] Acesso em: 03/06/2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *SIPRI Military Expenditure Database*, 2013. Disponível em: [<http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+military+expenditure+database+1988-2013.xlsx>] Acesso em: 12/05/2017.

STRYKER, S.; STATHAM, A. Symbolic Interaction and Role Theory. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. *Handbook of Social Psychology*. 3ª Ed. New York: Random House, 1985, pp. 311-378.

STETS, J. E., BURKE, P. J. A sociological approach to self and identity. In: LEARY, M. R.; TANGNEY, J. P. (Eds.). *Handbook of self and identity*. New York: Guilford Press, 2003, pp. 128-152.

STRYKER, S.; BURKE, P. The past, present, and future of identity theory. *Social Psychology Quarterly*, Vol.63, 2000, pp. 284-297.

SU, C. China's Soft Power—an Example in the Relationship between China and International Institutions. *International Observations*, n. 2, pp. 27–35, 2007.

SUGIHARA, K. The East Asian Path of Economic Development: A Longterm Perspective. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. (Eds.). *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 Year Perspectives*. London: Routledge, 2003.

SUN TZU. *The Art of War*. Trad. Samuel B. Griffith. London: Oxford University Press, 1971.

SWAINE, M. D.; TELLIS, A. J. *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Washington, DC: RAND, 2000.

TAMMEN, R. *Power Transitions: Strategies for the 21st Century*. New York: Chatham House, 2000.

TAYLOR, B. J.; WILSON, J. S. *The crisis and beyond: why trade facilitation matters*. Washington, D.C.: Banco Mundial, abr. 2009. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/INTTRADECOSTANDFACILITATION/Resources/1697815-1275602172199/The_Crisis_and_Beyond_Why_Trade_Facil_Matters.pdf] Acesso em: 12/05/2017.

TELLIS, A.; BIALLY, J.; LAYNE, C.; McPHERSON, M.; SOLINGER, J. *Measuring national power in the postindustrial age: analyst's handbook*. Santa Monica, CA: Rand, 2000.

THE ANALECTS OF CONFUCIUS. *Online Teaching Translation*. New York: Indiana University, 2012. Disponível em: [[http://www.indiana.edu/~p374/Analects_of_Confucius_\(Eno-2012\).pdf](http://www.indiana.edu/~p374/Analects_of_Confucius_(Eno-2012).pdf)] Acesso em 20/05/2017.

THE PEOPLE'S BANK OF CHINA. *China Financial Stability Report 2013*. Disponível em: [<http://www.pbc.gov.cn/publish/english/959/index.html>] Acesso em: 12/04/2017.

THIES, C. International socialization processes vs. Israeli national role conceptions: Can role theory integrate IR theory and foreign policy analysis? *Foreign Policy Analysis*, Vol.8, no.1, 2012, pp. 25–46.

THIES, C.; BREUNING, M. Integrating foreign policy analysis and international relations through role theory. *Foreign Policy Analysis*, Vol.8, no.1, 2012, pp. 1–4.

THOMPSON, W. R. *The Emergence of the Global Political Economy*. London: Routledge, 2000.

THORSTENSEN, V. *A China como membro da OMC e líder das exportações mundiais: desafios e oportunidades para o Brasil*. 7º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, ago.2010. Disponível em:

[<http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/A%20China%20como%20membro%20da%20OMC%20e%20lider%20das%20exportacoes%20mundiais.pdf>] Acesso em: 05/04/2017.

_____. Brasil e China: De conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. Seminário “Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: oportunidades e desafios”, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Brasília, junho de 2011 (publicação eletrônica). Disponível em: [<http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Brasil%20e%20China%20-%20de%20conflitos%20de%20interesse%20a%20busca%20de%20uma%20agenda%20comum.pdf>] Acesso em 15/04/2017.

TOYNBEE, A. J. *Change and Habit: The Challenge of Our Time*. Londres: Oxford University Press, 1966.

TRADING ECONOMICS. China Economic Forecast 2014-2030 Outlook, 2014. Disponível em: [<http://www.tradingeconomics.com/china/exports>] Acesso em 15/05/2014.

TUAN, Francis C.; FANG, Cheng; CAO, Zhi. *China's Soybean Imports Expected to Grow Despite Short-Term Disruptions*. Nova York: United States Department of Agriculture (USDA), out.2004. Disponível em: [<file:///C:/Users/usuario/Downloads/ocs04j01.pdf>] Acesso em 15/05/2017.

TUCÍDIDES. *The History of the Peloponnesian War*. New York: Penguin Books, 1954.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). *International Energy Outlook 2013*. Washington, D.C: Center for Strategic and International Studies, 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *World Investment Report 2014*. Disponível em: [<http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/Annex-Tables.aspx>] Acesso em: 05/06/2017.

UNITED NATIONS DATA (UNDATA). *Energy Use (Kg of oil equivalent per capita) Database 2014*. Disponível em: [http://data.un.org/Data.aspx?d=WDI&f=Indicator_Code%3AEG.USE.PCAP.KG.OE] Acesso em 12/05/2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). *China Human Development Report 2013: Sustainable and Liveable Cities: Toward Ecological Urbanisation*. Beijing: China Translation and Publishing Corporation, jun.2013. Disponível em: [http://www.cn.undp.org/content/dam/china/docs/Publications/UNDP-CH_2013%20NHDR_EN.pdf] Acesso em 16/05/2017.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL MERCHANDISE TRADE STATISTICS (UNCOMTRADE). 2012 International Trade Statistics Yearbook, Vol. II – Trade by Commodity, 2012. Disponível em: [<http://comtrade.un.org/pb/>] Acesso em 20/03/2017.

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (USEIA). China is now the world's largest net importer of petroleum and other liquid fuels. USEIA, 24.mar.2014. Disponível em: [<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=15531>] Acesso em 18/05/2017.

_____. Forecasts and Analysis, 2011. Disponível em: [http://www.eia.doe.gov/oiaf/forecasting.html] Acesso em 18/05/2014.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Grain: World Markets and Trade. *World Production, Markets, and Trade Reports*, 11 jul.2014. Disponível em: [http://www.fas.usda.gov/data/grain-world-markets-and-trade] Acesso em: 06/06/2017.

US-CHINA BUSINESS COUNCIL (USCBC). China Business Environment Survey Results 2013: Tempered Optimism Continues Amid Moderating Growth, Rising Costs, and Persistent Market Barriers. Washington: USCBC, 2013. Disponível em: [http://www.uschina.org/sites/default/files/USCBC%E2%80%942013Member%20Survey_1.pdf] Acesso em: 07/06/2017.

van DIJK, Teun A. *Handbook of Discourse Analysis*. New York: Academic Press, 1985

van DIJK, Teun A. *Macrostructures: An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1980

van DIJK, Teun A. *Text and Context Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. London: Longman, 1977

VÄYRYNEN, R. Regionalism: Old and New, University of Notre Dame and Helsinki Collegium for Advanced Studies, University of Helsinki. *International Studies Review*, v. 5, n. 1, p. 25-51, mar. 2003. Disponível em: < http://www.jstor.org/pss/3186488>. Acesso em: 02/05/2017.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de. A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush. *Política Externa*, São Paulo, Vol. 10, No. 2, 2001, pp. 71-101.

XI, Jinping. *A Governança da China*. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras Co.Ltd, 2014. Zaller, J, R. *The nature and origins of mass opinion*. New York: Cambridge University Press, 1992

XIN, Bin. *Language, Power and Ideology: Critical Linguistics*. Modern Linguistics. 1996

XUE, X. (Ed). *战役理论学习指南 [Zhanyi lilun xuexi zhinan – Guia de Estudo de Teoria de Campanha]*. Beijing: Guofang daxue chubanshe, 2002.

XUETONG, Y. *国际政治与中国 (Guoji Zhengzhi yu Zhongguo - Política Internacional e a China)*. Beijing UP, 2005.

_____. Yan Xuetong on Chinese Realism, the Tsinghua School of International Relations, and the Impossibility of Harmony, *Theory Talks* #51, nov. 2012. Disponível em: [http://www.theory-talks.org/2012/11/theory-talk-51.html] Acesso em 02/05/2017

_____. *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton University Press, 2011.

XIAOXIONG, Yi. Chinese Foreign Policy in Transition: Understanding China's "Peaceful Development". *The Journal of East Asian Affairs*, Vol. 19, N° 1, spring/summer, 2005. Disponível em: [http://www.jstor.org/discover/10.2307/23257886?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103878121061] Acesso em 02/04/2017.

XINHUA. China-Africa Economic and Trade Cooperation. *Xinhua News*, 29 ago.2013. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-08/29/c_132673093_2.htm] Acesso em: 12/06/2017.

XINHUA. "Hu Jintao summarizes China's world view in political bureau study session". In Foreign Broadcast Information Service [FBIS] Daily Report, FBIS-CHI-2004-0224, 24 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.fas.org/press/index.html>. Acesso em 24/02/2017.

XU, Liqin; DONG, Juan. News Analysis from the Perspective of Critical Discourse Analysis. Foreign Language Education. 2009

XU, Z.; ZHANG, W.; LI, M. China's Grain Production: A Decade of Consecutive Growth or Stagnation? *Monthly Review*, v. 66, n. 1, mai.2014. Disponível em: [http://monthlyreview.org/2014/05/01/chinas-grain-production] Acesso em 02/06/2014.

YAN, X. 'The Rise of China in Chinese Eyes', *Journal of Contemporary China*, Vol. 10, No. 26, 2001, pp. 37-8.

YANG, J.. A New Type of Great Power Relationship: Constructing Theory, Strategy and Policy. *China International Studies*, mai./jun., 2013, pp.19-36

YANG, J.; SHAO, Y.; WU, C.. Co-exploring and Co-evolving: Constructing a New Model of Major Power Relationship between China and the U.S., *Global Review*, set/nov, 2013, pp. 1-22

YE, Q. The Arab Transformation and the Evolution of Middle East Regional System. *Global Review*, Shanghai, fall.2013, pp. 37-47.

YE, Z. Inside China's Grand Strategy: The Perspective from the People's Republic (Asia in the New Millennium). Kentucky: The University Press of Kentucky, 2010.

YEP, R. Can "Tax-for-Fee" Reform Reduce Rural Tension in China? The Process, Progress and Limitations. *TheChina Quaterly*, n.177, pp. 42-70, mar.2004. Disponível em:[http://www.jstor.org/discover/10.2307/20192304?uid=2&uid=4&sid=21104251149157] Acesso em 20/05/2017.

YIN, H. *China's Changing Policy on UN Peacekeeping Operations*. Stockholm: Institute for Security and Development Policy, 2007.

YIN, Hua; LI, Guangnian. O Pensamento Sistêmico e a Estratégia EUA-Ásia-Pacífico (制度学派与美国的亚太战略). *Journal of Chang Chun Teachers College*, Vol. 19, N° 1, jan.2000. Disponível em: [http://niis.cass.cn/upload/2012/11/d20121128222344544.pdf] Acesso em 03/04/2017.

YOUNG, N. C.; JONG, H. J. “China’s Soft Power: Discussions, Resources, and Prospects”, *Asian Survey*, Vol. 48, Nº 3, maio/jun, 2008.

YU, Y. A Review of China’s Macroeconomic Development and Policies in the 1990s. *China and World Economy*, no. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.iwep.org.cn/>>. Acesso em 04/02/2017

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974.

_____. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. As conseqüências para o mundo do declínio dos Estados Unidos. *Fernand Braudel Center*, New York: Binghamton University, n. 311, 15 ago. 2011. Disponível em < <http://www2.binghamton.edu/fbc/commentaries/archive-2011/311pr.htm>> Acesso em: 20/04/2017

WALKER, Stephen G. 1979. — National Role Conceptions and Systemic Outcomes. || In *Psychological Models in International Politics*, edited by L. Falkowski, pp. 169-210. Boulder, CO: Westview Press.

WALTER, Andrew. *China, the United States, and Global Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Washington, DC: Waveland Press, 2010.

WANG, H. Soft Power: Culture as a form of national power. *Fudan Journal (Social Science)*, Vol.3, 1993, pp. 91-96.

_____. Contemporary Chinese Thought and the Question of Modernity. In: HUTERS, Theodore (Ed.). *China’s New Order: Society, Politics, and Economy in Transition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003, pp 140-187.

WANG, Lin; SUN, Zhixiang. Ideological Inclination in China-Related News in New York Times. *Journalism Lover*. 2011

WANG, T. China’s impact beyond commodities. *China Daily*, 02 jul.2014. Disponível: [http://europe.chinadaily.com.cn/business/2014-07/02/content_17637382.htm] Acesso em: 02/04/2017.

WANG, Y. *Political Economy of International Trade: Global trade relations between the political logic behind*. Beijing: China Press Pub, 2008.

WANG, Zheng. *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. Columbia University Press, 2014

WANG, Yiwei. *The Belt and Road: What Will China Offer the World in Its Rise*. Beijing: New World Press, 2016.

WARDEN, G.; STANWAY, D. "China Slowdown: After Years of Boom, Powerhouse Sends World a Warning," *Guardian* (London), 21 October, 2008. Disponível em: [www.guardian.co.uk/world/2008/oct/21/china-globalrecession] Acesso em 03/09/2017
WEBBER, Michael. Re-emerging China and Consequences for Economic Geography. *Eurasian Geography and Economics Journal*, Vol. 51, no. 5, p. 583-599, set./out. 2010. Disponível em: < http://bellwether.metapress.com/content/h60h824hvp470678/>. Acesso em 15/03/2017.

WEBER, M. 1967 e 1968. *Ciência e política: Duas vocações*. Editora Cultrix: São Paulo, 1999.

WENHUA, J.; HUANG, C. China's Experience in Dealing with WTO Dispute Settlement: A Chinese Perspective. *Journal of World Trade*, Vol. 45, N° 1, 2011, pp. 1–37.

WENDT, Alexander. 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press

WILLIAM R Cline & John Williamson, Notes on Equilibrium Exchange Rates: January 2010, Institute for International Economics, IIE Policy Brief 10-2, January 2010.

WONG, R. B. *China Transformed: Historical Changes and the Limits of European Experience*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

WISH, Naomi Bailin. 1980. Foreign Policy Makers and Their National Role Conceptions. *International Studies Quarterly* 24(4): 532-554.

_____. 1987. — National Attributes as Sources of National Role Conceptions: A Capability-Motivation Model. || In *Role Theory and Foreign Policy Analysis*, edited by S. G. Walker, pp. 94-103. Durham, NC: Duke University Press.

WOLF, M. Eclipse. *Financial Times*, 16 out.2011. Disponível em: [https://www.ft.com/content/f1447af8-ef61-11e0-bc88-00144feab49a] Acesso em 18/04/2017.

WORLD BANK. *China Quaterly Update*, abr.2011. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/CHINAEXTN/Resources/318949-1268688634523/Quarterly_April_2011.pdf.] Acesso em 12/05/2017

WORLD BUREAU OF METAL STATISTICS (WBMS). *World Metal Statistics Yearbook Database 2013*. Disponível em: [http://www.world-bureau.com/services-more.asp?owner=10] Acesso em: 02/06/2017.

WORLD STEEL ASSOCIATION. *World Steel in Figures 2013*. Disponível em: [https://www.worldsteel.org/dms/internetDocumentList/bookshop/Word-Steel-in-Figures-2013/document/World%20Steel%20in%20Figures%202013.pdf] Acesso em: 04/06/2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Preferential Trade Arrangements List, 2013a. Disponível em: [http://ptadb.wto.org/Country.aspx?code=156] Acesso em 02/04/2017

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). World Tariff Profiles Database, 2013b. Disponível em: [http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/tariff_profiles13_e.pdf] Acesso em 05/04/2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Transparency Mechanism for Preferential Trade Arrangements. General Council Decision WT/L/806, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://ptadb.wto.org/docs/pta_transparency_pta_en.pdf] Acesso em 12/04/2017.

WU, G.; LANSLOWNE, H. (Eds). *China Turns to Multilateralism*. Abingdon: Routledge, 2007

WU, X. Four Contradictions Constraining China's Foreign Policy Behavior. *Journal of Contemporary China*, Vol. 10, N° 27, 2001, pp. 293–301.

WUTHNOW, J. China and the Processes of Cooperation in UN Security Council Deliberations. *Chinese Journal of International Politics*, Vol. 3, N° 1, 2009. Disponível em: [<http://cjip.oxfordjournals.org/content/3/1/55.extract>]. Acesso em 02/03/2017.

ZEMIN, J. *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZACHER, M. W. The Territorial Integrity Norm: International Boundaries and the Use of Force. *International Organization* Vol. 55, 2001, pp. 215–250

ZHAN, S. *Place of China in the New International Division of Labour*. Proceedings of Global Management Conference, Rio de Janeiro, abr.2009. Disponível em: [<http://www.cerium.ca/IMG/pdf/China-ILD.pdf>] Acesso em: 03/05/2017.

ZHANG, F., The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations. *Chinese Journal of International Politics*, Vol. 5, No. 1, 2012, pp. 73–102

ZHANG, Y. 'China Anxiety': Discourse and Intellectual Challenges. *Development and Change*, Vol. 44, No. 6, 2013.

_____. 争议学 [*Zhanyi Xue - A Ciência da Campanha*]. Beijing: Guofang daxue chubanshe, 2006.

ZHANG, R. Would there be Two Tigers Living in the Same Mountain? The Geostrategic Implications of China's Rise for U.S.-China Relations. In: PAUS, E.; PRIME, P. B.; WESTERN, J. (Eds.). *Global Giant: Is China Changing the Rules of the Game?* New York: Palgrave MacMillan, 2009, pp. 219-235.

ZHAO, L. Increase of China's Soft Power Raises Attention, *Forum of Chinese Party and Government Officials*, No. 1, 2007, pp. 45–46.

ZHAO, Q. China and Major Power Relations in East Asia, *Journal of Contemporary China*, Vol. 10, no. 29, 2001, pp. 663-681

ZHAO, S. Chinese Nationalism and Pragmatic Foreign Policy Behavior. In: ZHAO, S. (Ed.). *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior*. New York: Routledge, 2004, pp. 66–90.

ZHAO, K.; NI, S. 中国国际关系理论研究 (*Zhongguo guoji guanxi lilun yanjiu - Pesquisa sobre Relações Internacionais na China*). Shanghai: Fudan UP, 2007.

ZHENG, Y.; ZHANG, C. “Soft Power in International Politics and an Observation of China’s Soft Power”, *World Economics and Politics*, No. 7, 2007, pp. 133–138.

ZHENG, Bijian. China’s “Peaceful Rise” to Great-Power Status. *Foreign Affairs*, set./out., 2005. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/61015/zheng-bijian/chinas-peaceful-rise-to-great-power-status>] Acesso em 07/05/2014.

_____. China’s Path of Peaceful Development in the Second Decade of the 21st Century. *China International Studies*, mai./jun., 2013, pp. 5-18.

ZHU, F. China Should Give Priority to Soft Power Rise. *Global Times*, 30.abr.2007.

_____. Inovative research on international relations and foreign policy theories with Chinese characteristics: new agenda, new framework, new challenges. *Guoji Zhengzhi Yanjiu*, Vol. 2, 2009, pp. 1-14.

ZHOU, Y. *La diplomacia china*. Beijing: China Intercontinental Press, 2004.

ZHU, Z. U.S.-China Relations in the 21st Century: Power Transition and Peace. New York: Routledge, 2006.

_____. *Us-China Relations in the 21st Century : Power, Transition, and Peace*. Politics in Asia Series. New York: Routledge, 2006.

ZHU, Q. Z.; YANG, H. Q. Who are engaging in agricultura? *China Agricultural University Journal of Social Sciences Edition*, Vol. 28, No. 1, 2011, pp. 162-169.

ANEXO I
Lista de países parceiros estratégicos da China

Região	Parceiro	Ano de estabelecimento	Tipo de parcerias firmadas
América	Brasil	1993	1993 Parceria estratégica
			2012 Parceria estratégica global
Europa	Rússia	1996	1994 Parceria construtiva baseada na boa vizinhança e cooperação para benefício mútuo 1996 Parceria estratégica coordenativa baseada na equidade, no benefício mútuo e orientada para o século XXI 2011 Parceria estratégica abrangente coordenativa
América	Estados Unidos	1997	1997 Parceria estratégica construtiva 2011 Parceria cooperativa baseada no respeito e no benefício mútuos
América	Venezuela	2001	2001 Parceria estratégica para desenvolvimento comum
Europa	União Europeia (UE)	2003	1998 Parceria construtiva duradoura e estável para o século XXI 2001 Parceria abrangente 2003 Parceria estratégica abrangente
Ásia	Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	2003	1997 Parceria baseada na boa vizinhança e na confiança mútua para o século XXI 2003 Parceria estratégica para paz e prosperidade
América	Argentina	2004	2001 Parceria abrangente 2004 Parceria estratégica
África	África do Sul	2004	2004 Parceria estratégica para benefício mútuo e desenvolvimento comum 2010 Parceria estratégica abrangente
Europa	França	2004	1997 Parceria abrangente 2004 Parceria estratégica abrangente 2010 Parceria estratégica abrangente estável baseada na confiança e no benefício mútuos com perspectiva global 2014 Parceria estratégica abrangente próxima e duradoura

Europa	Alemanha	2004	2004 Parceria de responsabilidade global no âmbito da Parceria estratégica abrangente com a União Europeia
			2014 Parceria estratégica abrangente multidimensional
Europa	Itália	2004	1998 Parceria abrangente
			2004 Parceria estratégica estável, amistosa, duradoura e sustentável
Europa	Reino Unido	2004	1998 Parceria abrangente
			2004 Parceria estratégica abrangente
Europa	Canadá	2005	1997 Parceria abrangente
			2005 Parceria estratégica
África	Nigéria	2005	2005 Parceria estratégica
Europa	Espanha	2005	2005 Parceria estratégica abrangente
Europa	Portugal	2005	2005 Parceria estratégica abrangente
Ásia	Paquistão	2005	1999 Parceria abrangente cooperativa
			2005 Parceria estratégica inclusivista
Ásia	Cazaquistão	2005	2005 Parceria estratégica
			2011 Parceria estratégica abrangente
Ásia	Índia	2005	2003 Parceria construtiva
			2005 Parceria estratégica cooperativa para paz e prosperidade
Ásia	Indonésia	2005	2005 Parceria estratégica
			2013 Parceria estratégica abrangente
África	União Africana (UA)	2006	2006 Parceria estratégica de novo tipo
Europa	Grécia	2006	2006 Parceria estratégica abrangente
América	Peru	2008	2004 Parceria abrangente
			2008 Parceria estratégica
			2013 Parceria estratégica abrangente
Europa	Dinamarca	2008	2008 Parceria estratégica abrangente
Ásia	Coréia do Sul	2008	1998 Parceria colaborativa para o século XXI
			2003 Parceria abrangente
			2008 Parceria estratégica
Ásia	Vietnã	2008	2008 Parceria estratégica abrangente cooperativa
Europa	Sérvia	2009	2009 Parceria estratégica abrangente
Ásia	Laos	2009	2009 Parceria estratégica abrangente cooperativa
África	Angola	2010	2010 Parceria estratégica

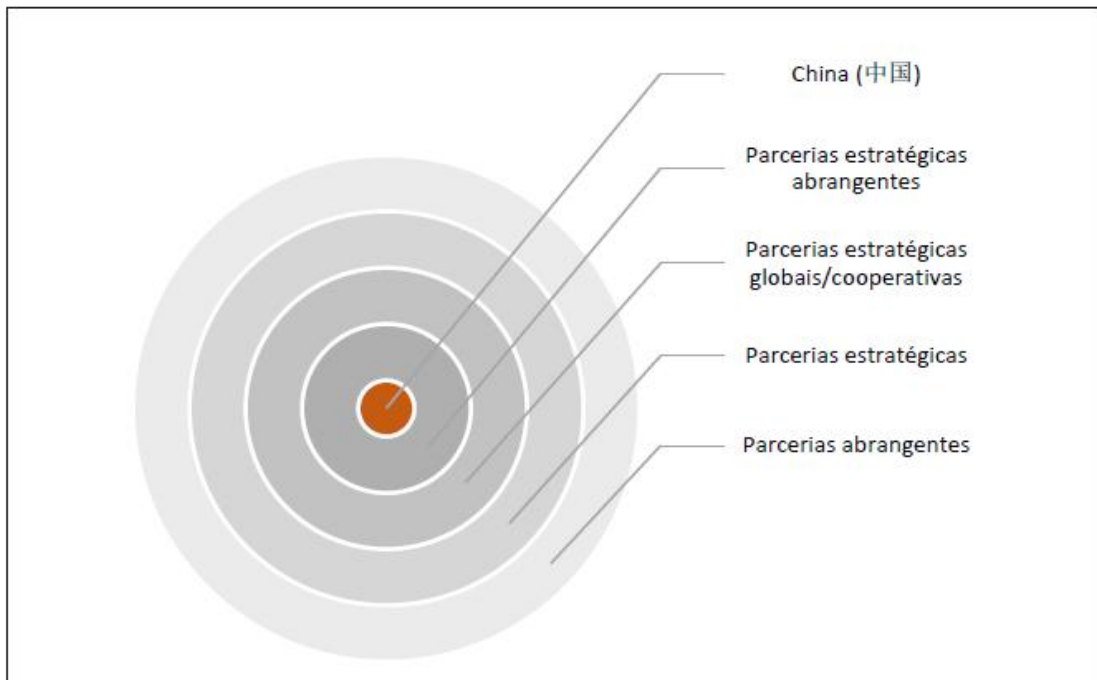
Ásia	Camboja	2010	2006 Parceria abrangente 2010 Parceria estratégica
Europa	Turquia	2010	2002 Parceria 2010 Parceria estratégica
Europa	Ucrânia	2011	2011 Parceria estratégica
Europa	Polônia	2011	2004 Parceria amistosa cooperativa 2011 Parceria estratégica
Ásia	Mongólia	2011	2003 Parceria baseada na boa vizinhança e na confiança mútua 2011 Parceria estratégica
Ásia	Mianmar	2011	2011 Parceria estratégica abrangente cooperativa
	Chile	2012	2004 Parceria abrangente 2012 Parceria estratégica
Ásia	Argélia	2012	2014 Parceria estratégica abrangente
Europa	Irlanda	2012	2012 Parceria estratégica de mútuo benefício
Ásia	Tailândia	2012	2012 Parceria estratégica abrangente cooperativa
Ásia	Uzbequistão	2012	2005 Parceria cooperativa e amistosa 2012 Parceria estratégica
Ásia	Emirados Árabes Unidos	2012	2012 Parceria estratégica
Ásia	Afganistão	2012	2012 Parceria estratégica cooperativa
Oceania	Austrália	2013	2013 Parceria estratégica de benefício e confiança mútua
Europa	Belarus	2013	2013 Parceria estratégica abrangente
Ásia	Tadjiquistão	2013	2013 Parceria estratégica
Ásia	Sri Lanka	2013	2005 Parceria abrangente 2013 Parceria estratégica cooperativa
Ásia	Turcomenistão	2013	2013 Parceria estratégica
Ásia	Quirquístão	2013	2013 Parceria estratégica
Ásia	Malásia	2013	2013 Parceria estratégica abrangente

Total por regiões Ásia (21) Europa (15) América (8) África (5) Oceania (1)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de websites oficiais do *Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China* disponível em: [www.fmprc.gov.cn/eng/]; dados da *Agência Xinhua*, disponíveis em: [www.xinhuanet.com/english/world/]; e dados do *China Knowledge Resource Integrated Database (CNKI)* disponíveis em: [oversea.cnki.net/].

ANEXO II

Estrutura hierárquica em círculos concêntricos de parcerias chinesas

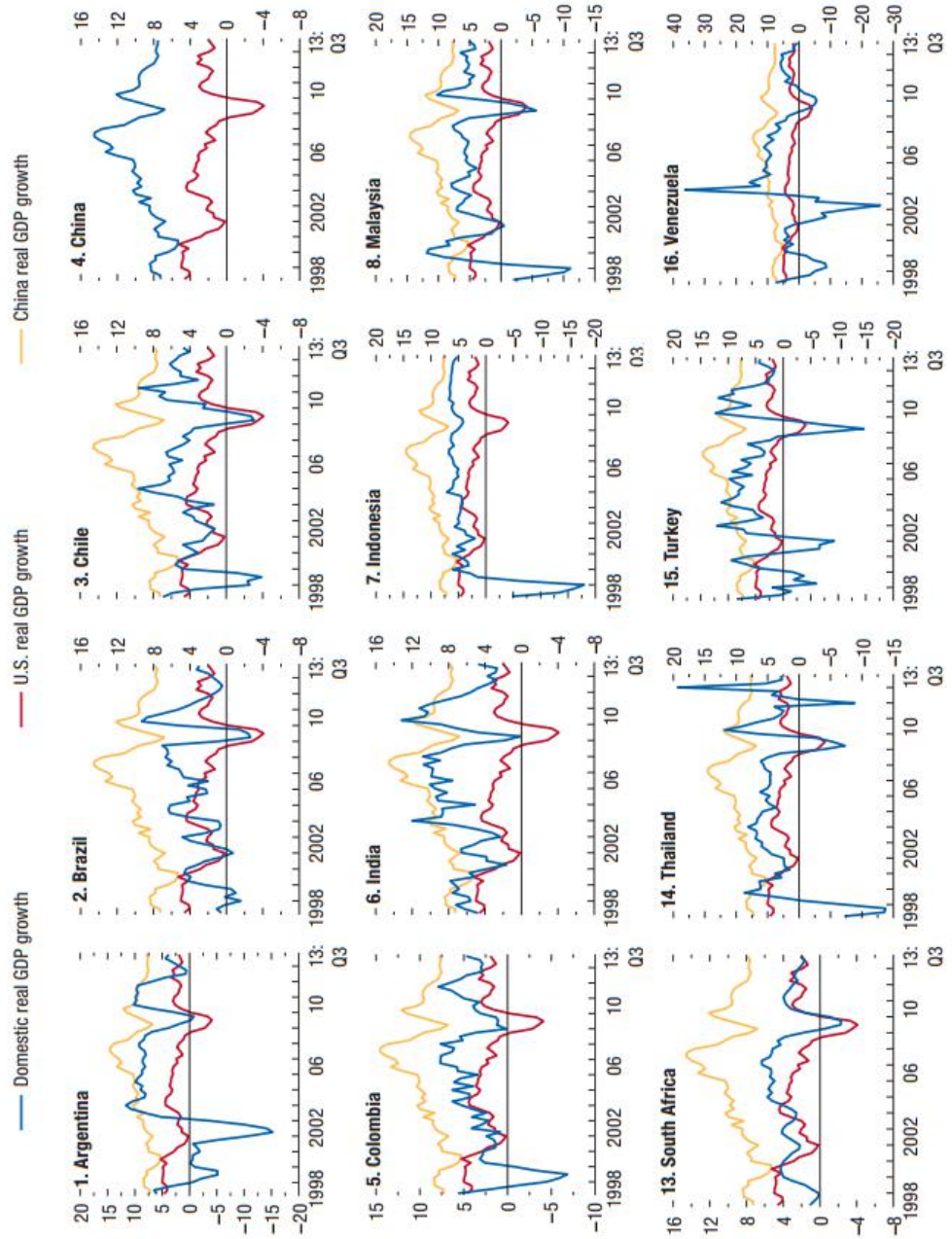


Fonte: Elaboração própria baseada em Qin (2010), Tang (2000) e Xu (2004).

ANEXO III

WORLD ECONOMIC OUTLOOK: RECOVERY STRENGTHENS, REMAINS UNEVEN

Domestic Real GDP Growth across Emerging Markets versus United States and China (Percent)



Source: IMF staff calculations.

